

Vol. III

PROT-AML  
Plano Regional de  
Ordenamento do Território da  
Área Metropolitana  
de Lisboa

Relatório  
**Estudos**  
**de Fundamentação**  
**Técnica**

VERSÃO PARA DISCUSSÃO PÚBLICA

[Relatório]

# PROT-AML

## Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa

### Estudos de Fundamentação Técnica

Volume III



[Setembro 2001]



# Ficha Técnica

---

## Coordenação Geral

António Fonseca Ferreira  
Fernanda Vara

## Coordenação Operacional

Fernanda do Carmo  
Hipólito Bettencourt  
Sérgio Tomás

## Equipa Interna

Fernanda do Carmo  
Sérgio Tomás  
Hipólito Bettencourt  
Marta Alvarenga  
Maria João Pinto  
Joana Lucas  
Paula Pinto  
Emília Cabeleira  
Raquel Soares  
Vital Rosário  
Pedro Verissimo  
Abel Marques  
Francisco Cardoso  
Fátima Malheiro

## Coordenação / Especialistas Externos

Paulo Correia – Esquema do Modelo Territorial  
Luís Jorge Bruno Soares – Estratégia Territorial  
Ataíde Ferreira – Consultor Jurídico  
Fernando Nunes da Silva – CESUR – Transportes  
DGTT – Mobilidade e Logística  
Ana Sofia Rodrigues – Conservação da Natureza  
Jorge Palmeirim – Conservação da Natureza  
Fernando Godinho, Hidroprojecto – Saneamento Básico, Recursos Hídricos e Poluição Hídrica  
Eugénio Sequeira – Solos  
Jaime Gil Paz – Solos  
Victor Góis – Qualidade do Ar  
Pedro Martins da Silva – Ruído  
INE, Gabinete de Estudos e Conjuntura – Projecções de População Residente

## Estagiários

Filipa Monteiro  
Maria Custódio Micaelo  
Natália S. Cunha  
Silvana Cachucho

## Edição

**Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo**  
**Rua Artilharia um, 33, 1269-145 Lisboa**  
**Tel.: 213 837 100**  
**Fax: 213 831 292**  
**Endereço Internet: [www.ccr-lvt.pt](http://www.ccr-lvt.pt)**

Projecto gráfico e paginação: Paulo Fernandes  
Impressão: IDG

Lisboa, Setembro de 2001

# |Índice| **Relatório** Volume III

1 Demografia [p.5]

2 Habitação e Dinâmica  
Urbanística [p.33]

3 Equipamentos Sociais  
e Culturais [p.45]

4 Estrutura Produtiva [p.67]

5 Exclusão Social e  
Fragmentação Territorial [p.79]

6 Mobilidade [p.95]

7 Síntese do Diagnóstico do  
Sistema de Transportes da AML [p.115]

8 Infraestruturas Energéticas [p.153]

9 Protecção Civil [p.161]

Anexos [p.167]

# Nota Prévia

O PROT-AML foi inicialmente elaborado entre 1990/92 por uma equipa coordenada pelo Prof. Jorge Gaspar. Em 1995/96, os estudos de fundamentação técnica foram reajustados e actualizados pela CCRLVT, com apoio de consultadoria dos Prof.(s) Paulo V. D. Correia e Jorge Gaspar.

Os estudos então realizados continham a caracterização e diagnóstico dos sectores com implicações no ordenamento do território da AML, elaborados de acordo com o enquadramento e a legislação em vigor àquela data.

Estes estudos constituíram uma importante base de fundamentação do trabalho agora realizado, ainda que os novos conceitos e contextos metropolitanos e de Planeamento Regional (nova legislação), implicassem novas perspectivas e análises, de entre as quais se salientam as questões ambientais e os aspectos relacionados com a coesão socio-territorial.

A versão dos Estudos de Fundamentação Técnica que se apresenta de seguida resultou das rectificações efectuadas pela equipa interna, quer decorrentes das reflexões da equipa, quer em resultado dos contributos das diversas entidades representadas na Comissão Consultiva do PROT-AML e de outras não representadas.

# 1 Demografia

## **1.1 Inserção Demográfica da Área Metropolitana de Lisboa na Península Ibérica e no País**

1.1.1 A Área Metropolitana de Lisboa na Península Ibérica

1.1.2 A Área Metropolitana de Lisboa no País

## **1.2 Evolução e Distribuição da População da AML**

### **1.3 Estrutura Demográfica da AML**

1.3.1 Estrutura Etária

1.3.2 Estrutura Familiar

## **1.4 Evolução dos Comportamentos Demográficos**

1.4.1 Natalidade

1.4.2 Mortalidade

1.4.3 Mortalidade Infantil

1.4.4 Migrações

## **1.5 Projecções Demográficas**

**Actualização em Função dos Resultados Preliminares dos Censos 2001**

# 1.1 Inserção Demográfica da Área Metropolitana de Lisboa na Península Ibérica e no País

## 1.1.1

### **A Área Metropolitana de Lisboa na Península Ibérica**

Para melhor compreender a posição da Área Metropolitana de Lisboa, em termos populacionais, é importante efectuar o estudo comparado em áreas mais abrangentes que o território nacional.

Na falta de informações relativas às grandes metrópoles europeias que permitam actualizar os estudos de caracterização do PROT-AML efectuados em Abril de 1991, utilizam-se os elementos relativos às Áreas Metropolitanas da Península Ibérica (vide quadro 1.1 em Anexos). De qualquer modo, estes elementos parecem os mais importantes, já que, para traçar uma estratégia de desenvolvimento para a AML, se torna indispensável analisar, comparativamente, os sistemas urbanos espanhol e português, pois a crescente internacionalização das economias nacionais associada ao reforço das relações económicas entre Portugal e Espanha, no quadro da União Europeia, conduzirão à definição de uma rede urbana peninsular muito mais integrada.

Tendo como base a população presente em 1991 nas áreas metropolitanas ibéricas com mais de 200 000 habitantes, evidencia-se um sistema urbano estruturado em torno do litoral, com um pólo central na cidade de Madrid, que se apresenta como a cidade mais importante da Península Ibérica. Para além desta metrópole, distinguem-se as áreas metropolitanas de Barcelona, no litoral mediterrâneo, e de Lisboa, no litoral atlântico, todas com mais de 2 500 000 habitantes. Estas três metrópoles dispõem-se num eixo rectilíneo, possuindo Lisboa, comparativamente às outras duas metrópoles espanholas, a vantagem de se localizar na fachada atlântica.

Num escalão inferior, mas ainda com mais de 1000 000 de habitantes existem as metrópoles de Valência, Bilbao e Sevilha, em Espanha, e do Porto, em Portugal, que exercem uma importante acção polarizadora ao nível regional.

Apesar de Lisboa se apresentar em termos populacionais como a terceira metrópole da Península Ibérica, em termos de densidade populacional a sua posição relativa altera-se significativamente. De facto, a metrópole de Barcelona, apresenta-se como a de maior densidade populacional, logo seguida

da de Madrid, ambas com mais de 2000 Hab/Km<sup>2</sup>. Entre 1000 e 2000 Hab/Km<sup>2</sup>, existem as áreas metropolitanas de Valladolid (que apenas apresenta 358 mil habitantes em 1991), Porto, Bilbao e Valência. Num terceiro nível surgem as áreas metropolitanas de Sevilha, Corunha e Lisboa. Ou seja, Lisboa, com uma densidade populacional aproximada de 800 Hab/Km<sup>2</sup>, surge como a área metropolitana de menor densidade populacional das metrópoles com mais de um milhão de habitantes, existindo inclusivamente duas (Valladolid e Corunha) que apesar de possuírem menor população têm uma densidade populacional mais elevada.

Acresce ainda que, entre 1981 e 1991, a Área Metropolitana de Lisboa tem das taxas de crescimento mais reduzidas das metrópoles da Península Ibérica (2.0%). De facto, a nível geral, as metrópoles nacionais apresentam as menores taxas de crescimento, constituindo-se como principais pólos de crescimento urbano centros urbanos de menor dimensão, sobretudo os centros turísticos do Mediterrâneo.

Como nota adicional, é de referir que a população de Portugal está francamente mais concentrada do que a espanhola, destacando-se nitidamente o facto da AML representar mais de 25% da população nacional, enquanto que a área metropolitana de Madrid representa apenas cerca de 12% da população espanhola.

## 1.1.2

### **A Área Metropolitana de Lisboa no País**

Em Portugal, a AML apresenta uma posição de liderança incontestável – que tem vindo a reforçar desde o início do século – seguida de longe da Área Metropolitana do Porto, não existindo verdadeiras cidades de média dimensão (em 1991, exceptuando Lisboa e Porto, nenhuma outra cidade atingia os 100 000 habitantes) que assumam funções de nível intermédio entre as metrópoles de Lisboa e Porto e os centros urbanos de menor dimensão.

Assim, a rede urbana é fortemente desequilibrada, tornando-se importante controlar o crescimento polarizado em torno das metrópoles e desenvolver um sistema polinucleado que permita uma maior integração dos territórios metropolitanos e uma melhor articulação com as áreas circundantes e com as outras regiões do País, nomeadamente com as que têm registado maior dinamismo económico e crescimento urbano.

## 1.2 Evolução e Distribuição da População da AML

A nível nacional, a AML registou um crescimento demográfico acentuado nas últimas décadas, em consequência de intensos movimentos migratórios para a região, representando, em 1981, 25.4% dos habitantes de Portugal e 76.7% dos habitantes da Região de Lisboa e Vale do Tejo (RLVT).

Nos anos oitenta a capacidade de atracção diminuiu bastante, o que associado ao declínio das taxas de natalidade e fecundidade fez abrandar o ritmo de crescimento populacional. Mesmo assim, nesta década a AML ainda cresceu a um ritmo superior ao do País e ao da RLVT, reforçando o peso demográfico da AML (vide quadros 1.2 e 1.3 em Anexos).

A evolução da população residente na AML, de 1991 a 1997, mantém as tendências registadas na década de oitenta. Em 1997, estimava-se para a AML um total de 2 565 440 habitantes (74% na AML Norte e 26% na AML Sul), constituindo 25.8% da população nacional e 77.3% da população da RLVT, pesos relativos muito próximos dos verificados em 1991.

No período de 1991 a 1997, estima-se um acréscimo de cerca de 25 200 habitantes no conjunto da AML, o que, a verificar-se, representa um ligeiro acréscimo anual médio relativamente ao valor registado entre 1981 e 1991.

Em termos de comportamento interno, regista-se uma profunda reorganização da distribuição da população no território metropolitano. Desde logo, verificam-se situações distintas entre a AML Norte e a AML Sul, pois enquanto a primeira tem vindo a perder população, apresentando decréscimos de -0.9% entre 1981 e 1991, e -0.1% entre 1991 e 1997, a segunda manteve a tendência de crescimento populacional, com variações de 9.6% entre 1981 e 1991 e 4.2% entre 1991 e 1997.

Relativamente à AML Norte, o fenómeno de decréscimo populacional é principalmente justificado pela evolução demográfica do concelho de Lisboa, já que se verificou um decréscimo de 144 543 habitantes entre 1981 e 1991 (-17.9%) e se estima um decréscimo de 109344 habitantes entre 1991 e 1997 (-16.5%).

Com excepção do concelho de Lisboa, no período de 1991 a 1997, todos os outros concelhos da AML Norte registam ganhos populacionais, tendo Mafra e Azambuja invertido a situação de perda populacional que se verificou na década de oitenta.

É de salientar que se o ritmo de decréscimo anual médio da população da AML Norte tendeu a diminuir desde 1981, o ritmo de decréscimo anual médio da população do concelho de Lisboa acentuou-se significativamente a partir deste ano. De facto, apesar de se verificar uma grande produção de novas áreas habitacionais e de existir um esforço crescente a nível da requalificação e reabilitação de algumas áreas habitacionais antigas, ainda não é visível uma atenuação ou inversão dos fenómenos de segregação socio-espacial que expulsam população residente da cidade em direcção a outros locais da periferia.

Esta saída de população de Lisboa é bem visível no crescimento anual médio da população da AML sem Lisboa e, principalmente, da população da AML Norte sem Lisboa, já que os habitantes da capital mudam de residência principalmente para os concelhos da AML Norte.

Na AML Norte destaca-se ainda o concelho de Sintra, o qual se estima que tenha acentuado significativamente o ritmo de crescimento anual médio após 1991, e que tenha apresentado, no período de 1991 a 1997, o maior crescimento populacional absoluto da AML. Destaca-se também o concelho de Loures, pelo seu crescimento total, e Oeiras e Cascais por apresentarem um incremento significativo no ritmo de crescimento anual médio após 1991. É de assinalar ainda a estimativa de redução significativa do crescimento anual médio do concelho da Amadora.

Na Margem Sul, o crescimento populacional verificado depois de 1981 é principalmente suportado pelo concelho do Seixal, que representa cerca de 50% do valor total de acréscimo populacional da AML Sul no período de 1981 a 1991 e se estima que represente cerca de 63% do valor total de acréscimo populacional da AML Sul no período de 1991 a 1997. De facto, o concelho do Seixal apresenta nos dois períodos considerados o maior crescimento absoluto e relativo. Embora a um nível bastante inferior, os concelhos de Moita e Palmela também contribuíram para o acréscimo populacional da Margem Sul, sendo contudo de destacar no caso da Moita, um dos concelhos mais dinâmicos na década de oitenta, a estimativa de redução significativa do ritmo de crescimento entre 1991 e 1997.

Quanto às situações mais desfavoráveis relativamente ao crescimento da população, são de referir os concelhos do Barreiro, Alcochete

Fig. 1.1  
**Varição da População  
 1991/1997**

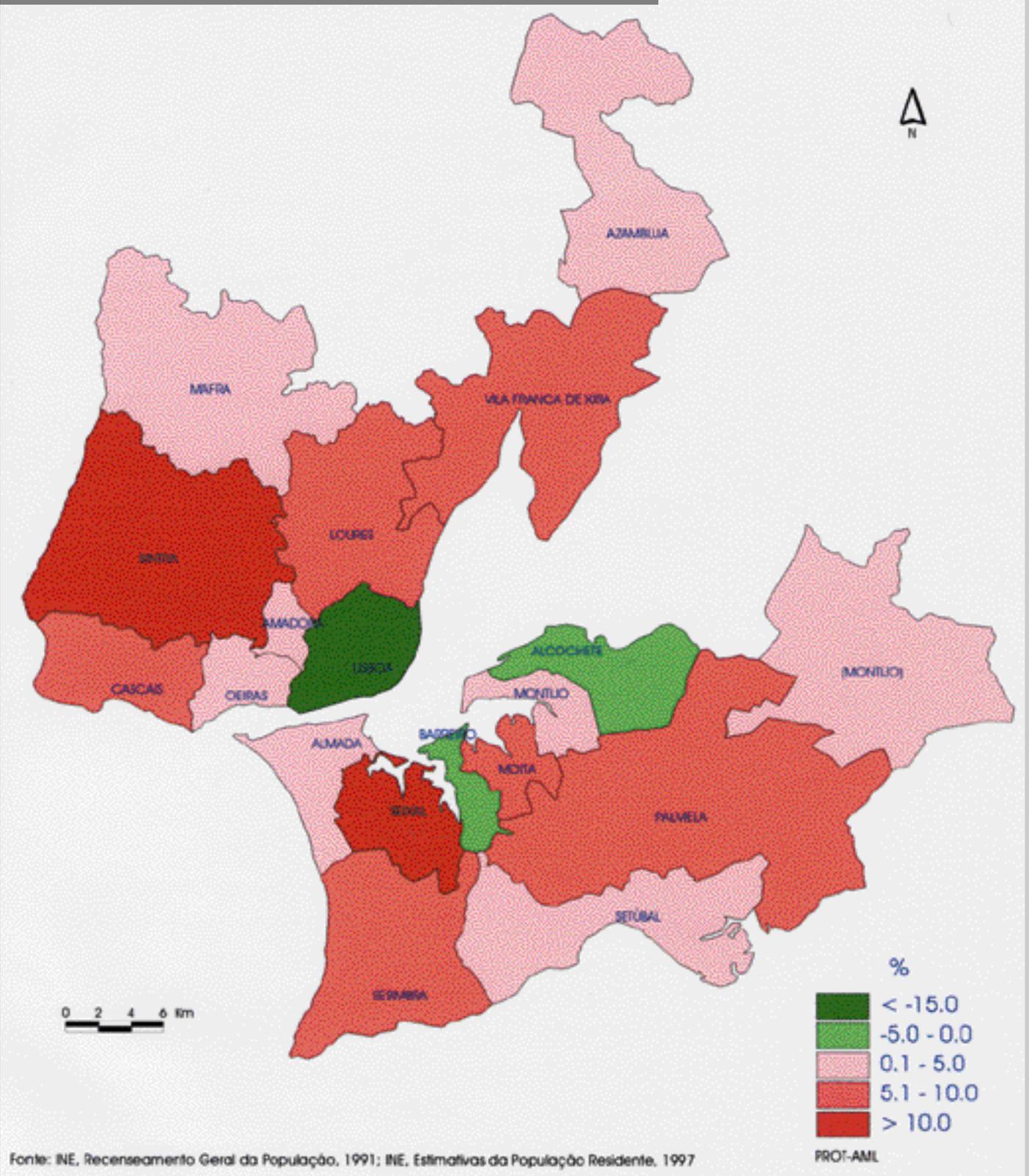


Fig. 1.2  
**Densidade Populacional  
 1997**

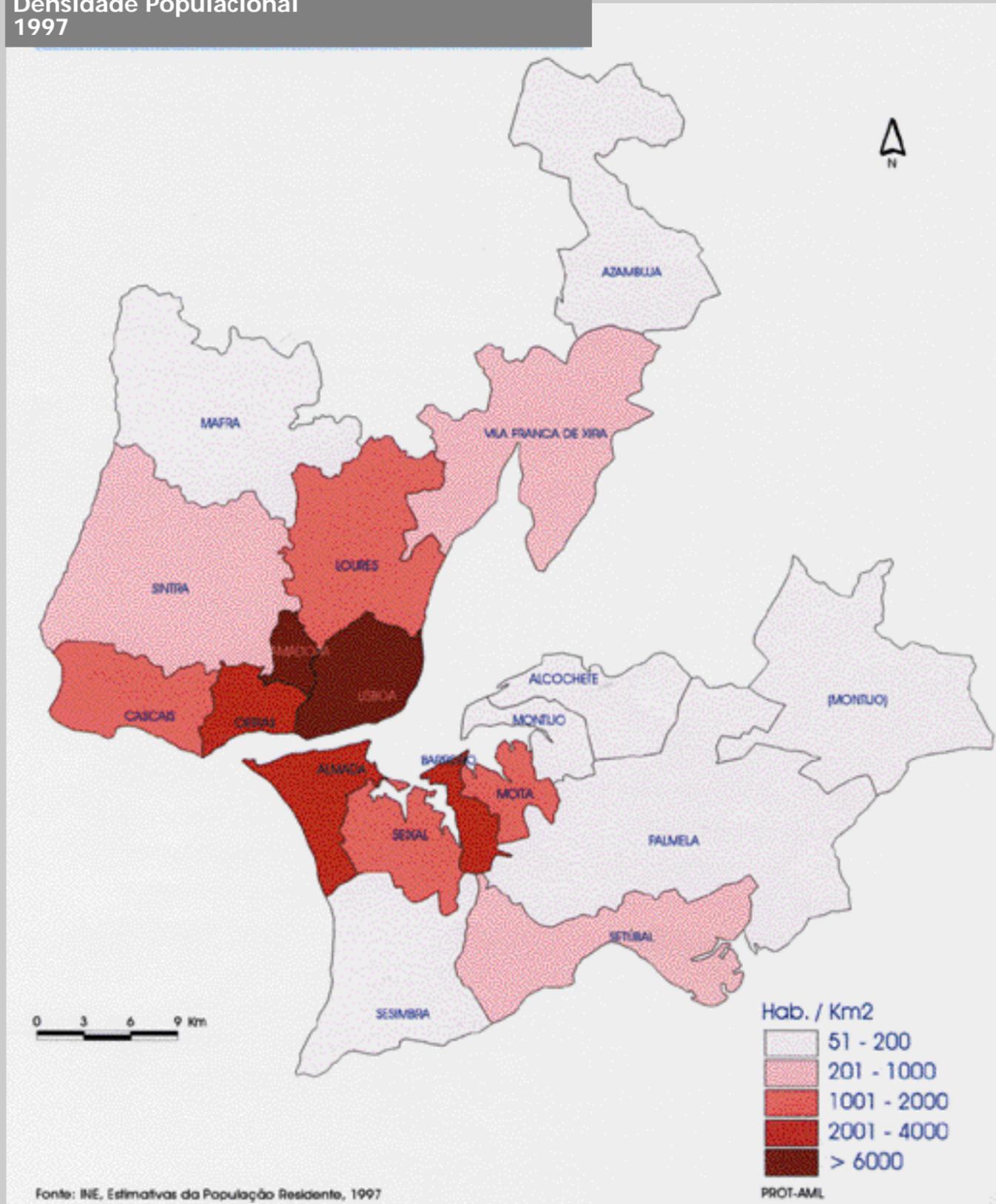
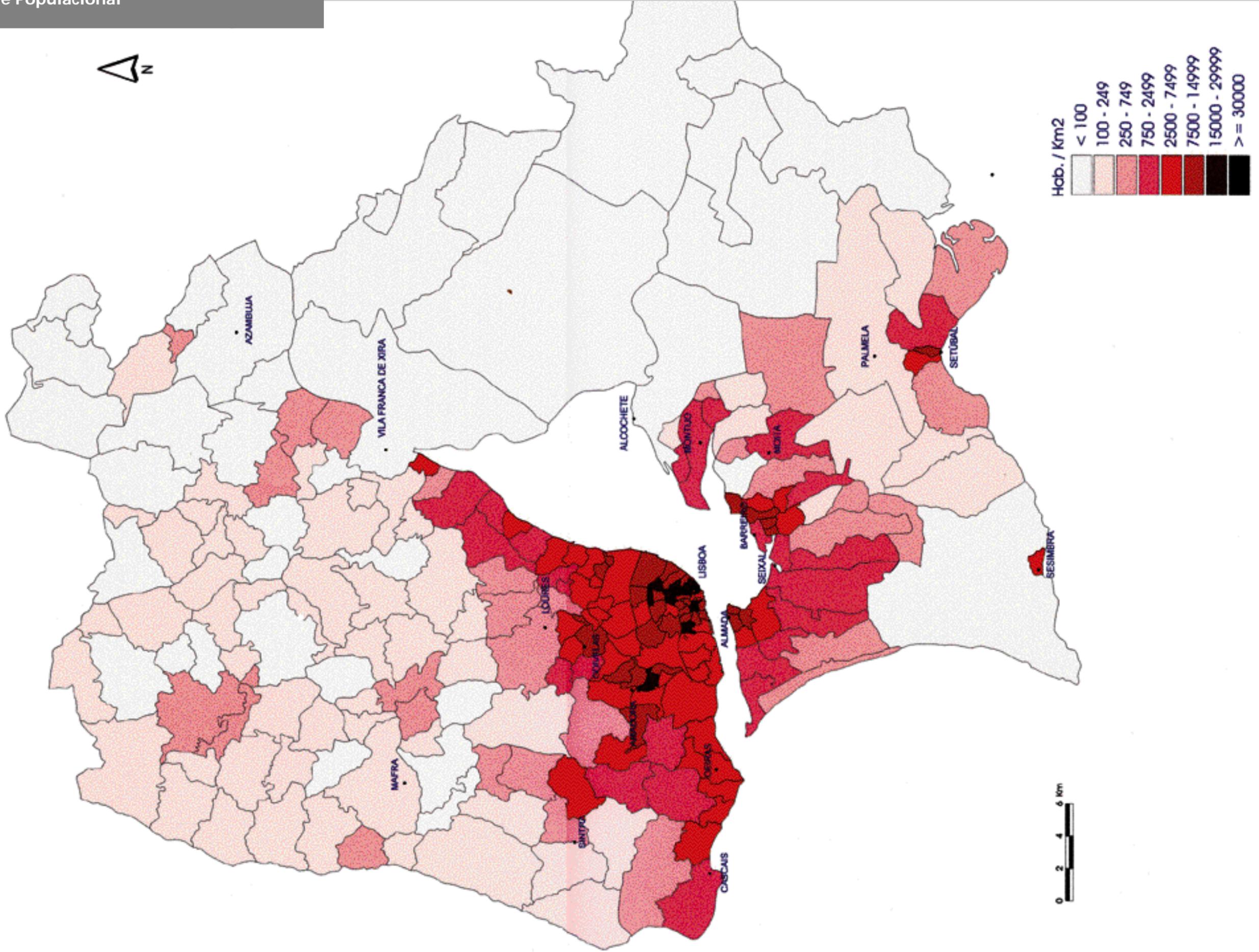


Fig. 1.3  
Densidade Populacional  
1991



e Montijo, estimando-se entre 1991 e 1997 mudanças face à dinâmica da década anterior: o Barreiro agravou significativamente a perda acentuada já verificada; Alcochete mantém-se em perda mas a níveis bastante inferiores; o Montijo inverteu a tendência de perda, registando já algum ganho populacional. De referir ainda o concelho de Setúbal, para o qual se estima um decréscimo significativo do ritmo de crescimento anual verificado na década de oitenta e o concelho de Almada que se estima ter desacelerado o ritmo de crescimento anual da década anterior.

Por fim, em termos de peso relativo é de referir que, para além do concelho de Lisboa, para o qual se estima em 1997 uma população de 554 050 habitantes (ainda superior a 20% da população da AML), se destacam os concelhos de Loures (13.5%) e Sintra (12%), ambos com populações estimadas superiores a 300 000 habitantes. Quanto aos concelhos com menos população, são de destacar Alcochete (0.4%) e Azambuja (0.8%), ambos com populações estimadas inferiores a 20 000 habitantes. Relativamente aos acréscimos anuais de população, destacam-se os concelhos de Sintra (para o qual se estima o maior crescimento anual entre 1991 e 1997), Loures e Seixal.

Relativamente à densidade populacional (vide quadro 1.4 em Anexos), verifica-se que a população da AML se apresenta francamente mais concentrada do que a população do País (densidade populacional cerca de oito vezes superior) e da RLVT. No entanto, persistem diferenças internas muito significativas, sendo de destacar, desde já, que em 1997 se estimam para a AML Norte densidades populacionais muito superiores à AML Sul, respectivamente de 1 180 Hab/Km<sup>2</sup> e de 439 Hab/Km<sup>2</sup>, o que permite concluir que o relativo desafogo da AML quando comparada com as outras metrópoles da Península Ibérica se deve essencialmente à reduzida ocupação da AML Sul.

A nível geral, salientam-se as tendências já atrás identificadas de acréscimo da concentração na AML Sul e de decréscimo, ainda que ligeiro, na AML Norte, bem como de aumento relativo da densidade populacional da AML sem Lisboa e, principalmente, da AML Norte sem Lisboa.

A análise da evolução dos valores das densidades populacionais da AML após 1991 revela uma relativa estabilidade, ou seja, à excepção do concelho de Lisboa que cedeu a primeira posição ao concelho da Amadora, todos os outros concelhos mantiveram as suas posições relativas. Assim, destacam-se apenas Amadora e Lisboa que

continuam a ser os concelhos com maior densidade populacional (apesar de, como se referiu atrás, se terem tornado menos atractivos, em particular o concelho de Lisboa), seguidos de Oeiras, na AML Norte, e de Barreiro e Almada, na AML Sul.

Por outro lado, os concelhos da Azambuja, num primeiro nível, de Palmela, Montijo e Alcochete, num segundo nível, e de Sesimbra e Maфра, num terceiro nível, são os que apresentam menores densidades populacionais.

A densidade populacional por freguesia em 1991 permite colocar claramente em evidência a forma da mancha urbanizada nas duas margens do Tejo: a Norte, é semelhante a uma "pata de ave", sendo os dedos correspondentes aos eixos de transporte mais importantes de Vila Franca de Xira, Cascais, Sintra e Loures; a Sul, a navegação fluvial em direcção a Lisboa e a construção da Ponte 25 de Abril, fizeram a urbanização alastrar em coroa circular sensivelmente paralelas ao rio.

Relativamente a 1981, continua a verificar-se o crescimento das áreas suburbanas, propagando-se o crescimento urbano para áreas cada vez mais distantes, tanto a norte como a sul do Tejo.

Na cidade de Lisboa, apesar do crescimento de alguns bairros novos mais periféricos, verifica-se uma perda muito significativa de população das áreas centrais antigas, o que justifica o acentuado decréscimo populacional do concelho.

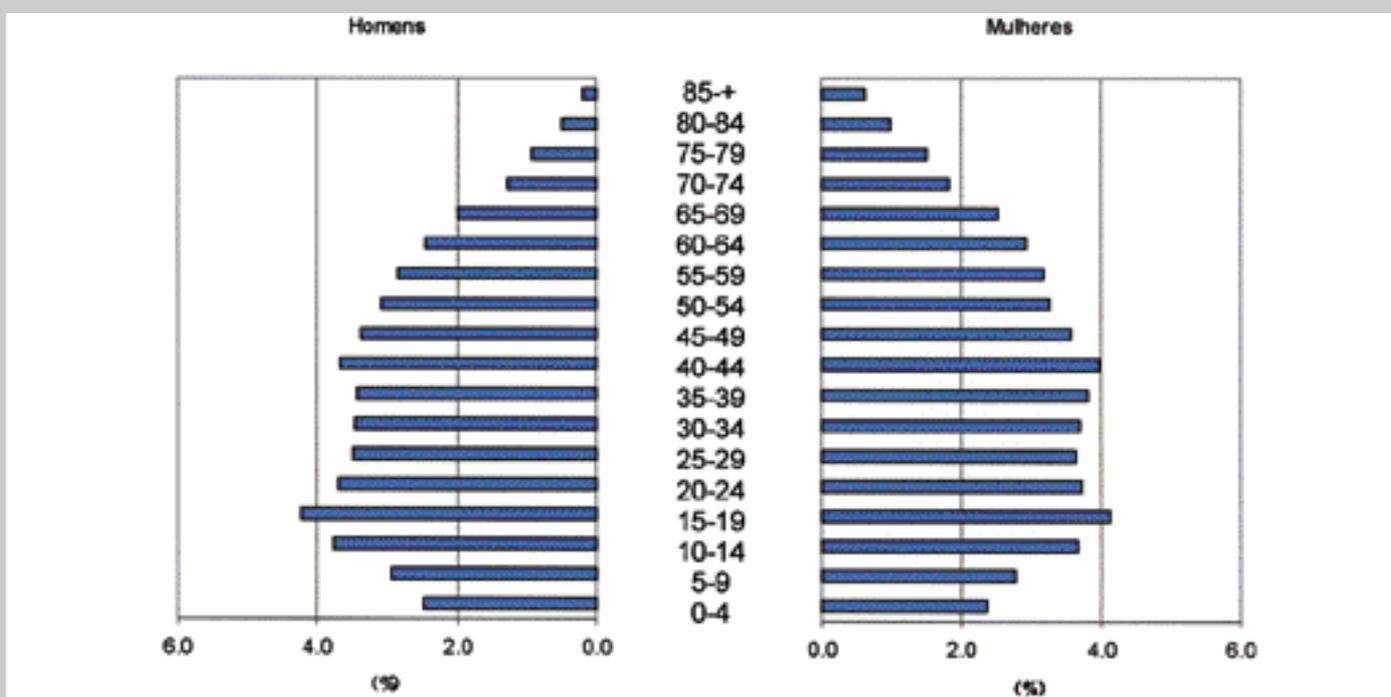
Esta evolução, particularmente fora da cidade de Lisboa, demonstra a grande importância que a configuração das principais redes de transporte, nomeadamente das que envolvem o modo ferroviário, têm na orientação do crescimento urbano, condicionando fortemente a construção de novas áreas residenciais e a localização das actividades económicas.

## 1.3 Estrutura Demográfica da AML

### 1.3.1 Estrutura Etária

Em 1991, a AML apresentava a estrutura etária retratada na figura seguinte.

Pirâmide Etária da AML em 1991



Entre 1991 e 1997 (vide quadros 1.5 a 1.8 em Anexos), a tendência, já detectada em 1991, para o envelhecimento acentuado da população da AML pelo topo e pela base, tende a agravar-se, o que se evidencia igualmente no Continente e na RLVT.

Estima-se que, entre 1991 e 1997, a população com 14 ou menos anos terá decrescido 12.2% e a população com 65 ou mais anos terá aumentado 18.4%, pelo que em 1997 deveriam residir na AML 402 120 indivíduos com 14 ou menos anos (15.7% da população total) e 370 300 com 65 ou mais anos (14.4% da população total).

Por outro lado, a proporção da população em idade activa (15-64 anos) na população total da AML terá registado um aumento muito ligeiro entre 1991 e 1997. No entanto, estima-se a redução relativa e absoluta da população activa mais jovem (15-24

anos) e o aumento da população activa dos 25 aos 64 anos. Ou seja, estima-se, já na década de noventa, um ligeiro envelhecimento da população activa.

No entanto, a AML ainda dispõe de uma população relativamente jovem quando comparada com Portugal Continental, como se pode comprovar pelos valores menos significativos da percentagem de idosos e do índice de dependência de idosos, bem como pelos valores mais elevados da percentagem de população no estrato etário activo. Aliás, só a capacidade de atracção demográfica da AML, principalmente para activos jovens, tem amortecido a tendência generalizada para o envelhecimento<sup>1</sup>.

Comparativamente, destaca-se a AML Norte que apresenta uma população mais envelhecida do que a AML Sul, tal como se pode verificar, por um lado,

<sup>1</sup> Nos concelhos de Lisboa, Azambuja e Alcochete estima-se, inclusivamente, que em 1997 o número de idosos já excede o número de jovens.

pelos valores mais elevados da percentagem de idosos e dos índices de envelhecimento e de dependência de idosos e, por outro lado, pelos valores menos significativos da percentagem de jovens e do índice dependência de jovens. Contudo, a AML Sul apresenta uma estrutura etária um pouco mais envelhecida do que a AML Norte sem o concelho de Lisboa.

No interior da AML existem diferenças assinaláveis, bem comprovadas pelos indicadores relativos ao envelhecimento em anexo, sendo de destacar os concelhos de Lisboa e do Seixal. O primeiro regista um elevado grau de envelhecimento da sua população, apresentando em 1991 e 1997 níveis de envelhecimento, na base e no topo, extremamente elevados e muito superiores aos observados na AML e no País. O segundo apresenta um envelhecimento muito pouco significativo da população, com níveis de envelhecimento bastante inferiores à AML e ao País, sendo de salientar que corresponde ao único concelho em que a percentagem de idosos não ultrapassa os 10%, em 1997.

Embora com menor significado, assinalam-se os concelhos da Azambuja e, também, do Montijo, de Sesimbra e de Alcochete, que apresentam um maior envelhecimento(1) e os concelhos da Moita, de Sintra, de Vila Franca de Xira e de Loures, que apresentam um menor envelhecimento.

Estas constatações permitem verificar com facilidade que a evolução das estruturas demográficas de cada concelho está associada às respectivas taxas de crescimento populacional. Assim, os concelhos que apresentam maiores aumentos demográficos nas últimas décadas, sobretudo devidos a jovens casais que encontram a sua casa nas novas urbanizações dos subúrbios da capital, registam maiores proporções de população em idade activa e de população jovem, originando, nomeadamente, um aumento da pressão demográfica sobre o sistema de escolaridade obrigatória. Pelo contrário, na cidade de Lisboa e nos concelhos mais distantes da capital – ainda com feições rurais bastante marcadas – tende a aumentar a proporção da população idosa, provocando, nomeadamente, o aumento da procura de serviços de apoio à terceira idade.

### 1.3.2 Estrutura Familiar

As transformações verificadas nas estruturas económicas têm sido acompanhadas por grandes mudanças na dimensão, composição e funções da família.

A maior participação da mulher no mercado de trabalho, a tendência para a definição de uma

família progressivamente menos fixa, o crescimento dos pais solteiros, do divórcio e da esperança média de vida da população, têm implicações importantes nas funções sociais da família, na divisão do trabalho doméstico e nas relações entre diversas gerações.

Além disso, estas modificações sentem-se no mercado da habitação, não só porque tendem a gerar maior mobilidade residencial, mas também porque cresce significativamente a procura de alojamentos para famílias de reduzida dimensão.

Em 1991 (vide quadros 1.9 a 1.11 em Anexos), sensivelmente 90% das famílias da AML têm quatro ou menos indivíduos, tendo-se verificado, entre 1981 (informações dos estudos iniciais de Caracterização do PROT-AML) e 1991, importantes modificações na estrutura familiar, com a redução da percentagem de famílias com cinco e mais pessoas e o aumento das que têm quatro ou menos indivíduos.

Esta tendência continua a indicar, até 1991, o reforço do número de pessoas que vive isoladamente, o aumento no número de casais sem filhos e a redução do número de filhos por casal.

No Continente, embora se tenha registado uma evolução algo semelhante, entre 1981 e 1991, verificou-se um acréscimo da percentagem de famílias com três e quatro pessoas. Em 1991, a dimensão média familiar e a percentagem das famílias com cinco ou mais pessoas de Portugal Continental, era ainda significativamente superior à observada na AML.

A nível concelhio, Lisboa distingue-se claramente dos restantes concelhos, principalmente pela elevada percentagem de pessoas que vivem sozinhas, em virtude do elevado envelhecimento da sua população e do aumento progressivo das famílias mono-parentais, mas também pelo mais reduzido peso relativo de famílias com três e quatro elementos. Pelo contrário, o concelho do Seixal apresenta um reduzido número de famílias com um e, mesmo, com dois indivíduos, e um elevado número de famílias com três e quatro pessoas. Estas diferenças traduzem-se nas dimensões médias familiares respectivamente mais reduzida e mais elevada da AML.

As alterações verificadas nas estruturas familiares de cada concelho reflectem diferenças na composição social e etária dos habitantes. Por isso, os valores mais significativos de famílias com maior número de pessoas e, naturalmente, da dimensão média familiar registam-se nos concelhos de maior crescimento demográfico nas últimas décadas e que, por esse facto, têm maior representação relativa da população jovem e em idade activa.

## 1.4 Evolução dos Comportamentos Demográficos

Para se compreender as dinâmicas demográficas e perspectivar a evolução da distribuição espacial e composição, por sexos e idades, dos habitantes da AML, é necessário analisar a evolução das variáveis demográficas que interferem no saldo fisiológico e migratório.

### 1.4.1 Natalidade

Apesar do período em análise ser ainda bastante curto para apreciações sólidas e fundamentadas, parece verificar-se, a partir de 1996, uma tendência para a ligeira recuperação das taxas de natalidade, quer no País, quer na AML (onde a taxa de natalidade em 1997 já é ligeiramente superior à de 1991), que se segue a um longo período de decréscimo. Para verificar se este ligeiro aumento constitui efectivamente uma inversão das tendências anteriores ou apenas pequenas alterações conjunturais na natalidade será ainda necessário esperar mais alguns anos.

Curioso parece ser o facto das diferenças entre as taxas de natalidade da AML e do País se terem reduzido de tal modo que actualmente não têm significado.

Na AML, entre 1991 e 1997 (vide quadro 1.12 em Anexos), registam-se importantes diferenciações entre concelhos e grandes oscilações nos diversos concelhos, que podem resultar dos nascimentos se reportarem, nuns casos, ao local do facto e, noutros, ao lugar de residência das mães. Isto porque, em virtude das deficiências nos serviços de saúde da AML, um elevado número de nascimentos ocorre num local que difere do lugar de residência das mães (com grande destaque para Lisboa), sendo por vezes as crianças registadas no local do facto, o que motiva uma sobre-avaliação destes concelhos e uma sub-estimação dos concelhos com serviços de saúde deficientes.

Assim, é previsível que os dados reais motivem a transferência de nascimentos entre concelhos, nomeadamente entre Lisboa e os concelhos suburbanos da AML Norte, mas, na impossibilidade de obter tal informação (que permitiria uma análise mais rigorosa), parece interessante registar alguns aspectos que resultam da informação existente.

Em termos gerais, parece esboçar-se uma evolução paralela entre a taxa de natalidade e a estrutura etária, pois os concelhos que apresentam maior

percentagem de população em idade activa registam normalmente taxas de natalidade mais elevadas. No entanto, os concelhos que vêm registando decréscimos de população ou acréscimos de população pouco significativos, interferem significativamente nesta associação.

Descriminando, com maior taxa de natalidade surgem os concelhos de Sintra, Seixal e Cascais, todos com valores superiores à AML e ao País. Pelo contrário, os concelhos de Azambuja, Barreiro, Lisboa e Alcochete apresentam menores taxas de natalidade.

### 1.4.2 Mortalidade

No período de 1991 a 1997 (vide quadro 1.13 em Anexos), as taxas de mortalidade para a AML tendem a estabilizar em torno de 10‰. Apesar das diferenças serem pouco significativas, nesse período, a AML apresenta taxas de mortalidade inferiores às que se registaram na RLVT e no País. Por outro lado, é de registar ainda que a AML Norte apresenta taxas de mortalidade ligeiramente superiores à AML Sul.

A análise intra-metropolitana permite verificar uma associação quase perfeita entre a taxa de mortalidade e a estrutura etária dos concelhos, pois os que apresentam maior percentagem de população idosa registam valores mais elevados de taxa de mortalidade, concluindo-se então que o grau de envelhecimento dos habitantes é o principal factor de variação das taxas de mortalidade.

Estão nessa situação os concelhos de Lisboa, com maior destaque, Alcochete, Azambuja, Montijo e Mafra, todos com valores claramente superiores à AML e ao País. Pelo contrário, os concelhos mais rejuvenescidos de Seixal, mais destacado, Loures, Sintra, Amadora, Vila Franca de Xira e Oeiras apresentam as menores taxas de mortalidade.

### 1.4.3 Mortalidade Infantil

Entre 1991 e 1997 (vide quadro 1.14 em Anexos), tanto no País como na AML, a taxa de mortalidade infantil manteve a tendência de decréscimo acentuado verificado nas décadas anteriores. Este facto é tanto mais significativo quanto, em 1995, o valor de Portugal (6.4‰) deixou

de constituir o mais elevado dos países da União Europeia (a Grécia passou a ocupar essa posição).

Um outro aspecto interessante resulta das diferenças entre a AML e o País (que já foram muito significativas quando as condições materno-infantis e médico-sanitárias não estavam generalizadas por todo o País) se terem reduzido de tal modo que se tornaram residuais em 1997.

No geral, entre 1991 e 1997, a AML Norte apresenta taxas de mortalidade infantil superiores à AML Sul.

Apesar dos valores concelhios das taxas de mortalidade infantil apresentarem grandes oscilações e de ainda se verificar na AML mobilidade entre concelhos para a ocorrência de partos, devido às lacunas ainda existentes em termos de equipamentos de saúde, podem apontar-se alguns comportamentos concelhios entre 1991 e 1997. Assim, tendo em conta os valores disponíveis, o concelho de Sesimbra apresenta sempre valores inferiores à AML, e os concelhos de Seixal, Montijo, Vila Franca de Xira e Sintra registam sistematicamente taxas de mortalidade infantil mais reduzidas que a AML. Pelo contrário, o concelho de Alcochete apresenta sempre valores superiores à AML, e os concelhos de Mafra e Lisboa registam sistematicamente taxas de mortalidade infantil mais elevadas que a AML.

## 1.4.4 Migrações

Como já foi referido, as migrações têm sido a componente mais importante da evolução demográfica da AML. De facto, a AML tem funcionado como o principal foco de convergência dos movimentos internos e externos do País.

Assim, torna-se imprescindível uma análise aprofundada da evolução recente dos movimentos migratórios na AML.

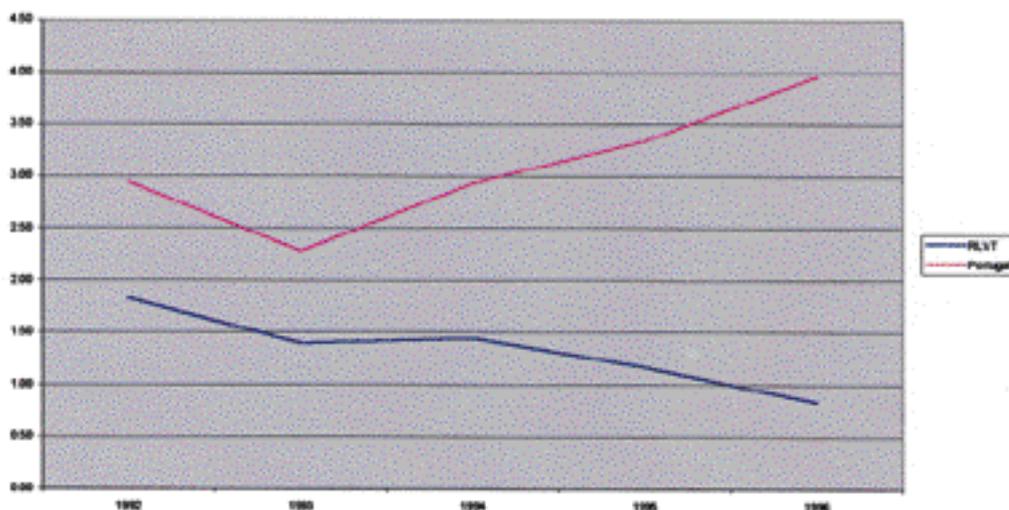
No entanto, as fontes de informação estatística sobre esta matéria são escassas, de difícil obtenção e nem sempre muito credíveis, pelo que se procura analisar, relativamente a esta componente, as informações que foi possível obter das Estatísticas Demográficas, do Ministério da Administração Interna e do Recenseamento Geral da População.

### Migrações Externas

A emigração para o estrangeiro tem tido tradicionalmente pouco significado na evolução demográfica da AML, sobretudo se tomarmos como referência a totalidade do território nacional.

Na falta de informação para analisar especificamente a AML, utiliza-se a título indicativo a informação disponível da RLVT, que permite

### Emigrantes por 1000 Habitantes



algumas observações, já que a AML representa, como se verificou atrás, mais de 3/4 da população da RLVT. De qualquer modo, os dados utilizados do INE são obtidos com base num inquérito indirecto por amostragem (já que existem grandes dificuldades de quantificar estes fluxos), ficando por captar segmentos específicos e novas modalidades de saída (incluindo contratos de curta duração).

Assim, de acordo com o número médio de emigrantes por mil habitantes, entre 1992 e 1996, a emigração continua a ter pouca importância na evolução demográfica da RLVT, quando comparada com o País. Verifica-se, inclusivamente, uma tendência geral para o decréscimo significativo da emigração da RLVT, ao contrário do que se verifica para a totalidade do País, onde se tende para o crescimento. Acresce ainda que, em 1996, a população emigrante da RLVT representou apenas 9.5% do total dos emigrantes do País (vide quadro 1.16 em anexos).

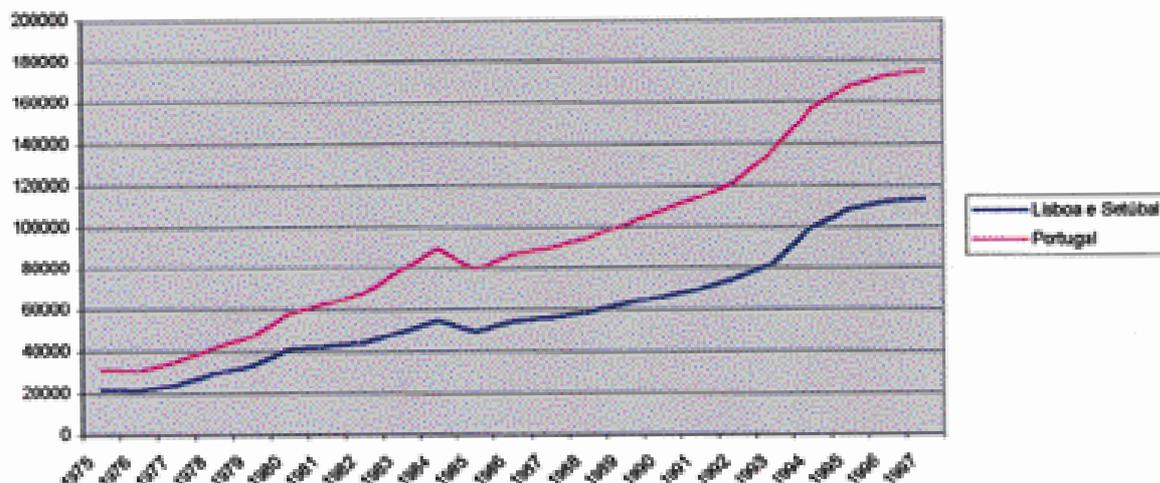
Ainda relativamente à população que abandonou o território metropolitano, e de acordo com as Estatísticas Demográficas, por NUT III, de 1995 a 1997 (única informação disponível), é de referir que cessaram residência, no conjunto da Grande

Lisboa e da Península de Setúbal, 1837 estrangeiros, correspondendo a cerca de 25% dos estrangeiros que cessaram residência no País, e na sua maioria população dos Países Lusófonos (vide quadro 1.17 e 1.19 em anexos).

Quanto à imigração, as dificuldades em conhecer os montantes de entrada de imigrantes são igualmente significativas, ficando à margem a importante componente dos fluxos clandestinos. A informação obtida não permite o nível de desagregação concelhio, mas, considerando que, em 1991, a AML representava 91% da população residente nos distritos de Lisboa e Setúbal, podem utilizar-se os estrangeiros com residência legalizada naqueles distritos como indicativos para caracterizar genericamente a imigração na AML.

Desde logo, os estrangeiros com residência legalizada nos distritos de Lisboa e Setúbal acompanham a tendência crescente esboçada para a totalidade do território nacional. No entanto, entre 1991 e 1997 a taxa de crescimento dos estrangeiros com residência legalizada dos distritos de Lisboa e Setúbal ainda foi superior à sua correspondente a nível nacional, respectivamente 62.2% e 53.8% (vide quadro 1.23 em anexos).

## Estrangeiros com Residência Legalizada



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1997

Assim, em 1997, residiam legalmente nos distritos de Lisboa e Setúbal 112 962 estrangeiros (85,7% no distrito de Lisboa e 14,3% no distrito de Setúbal), correspondentes a 64,5% dos estrangeiros com residência legalizada no País.

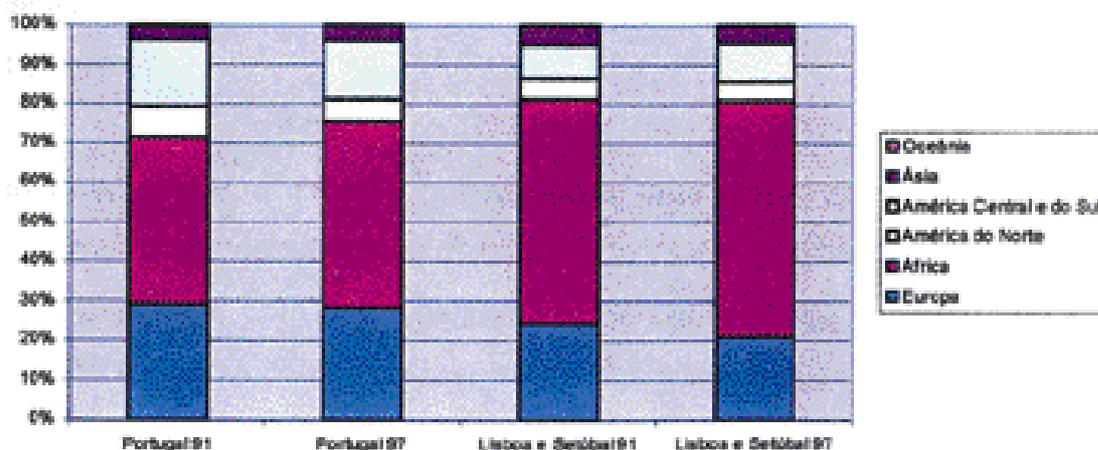
No período de 1991 a 1997, verificou-se um acréscimo de 43 320 estrangeiros com residência legalizada nos distritos de Lisboa e Setúbal, o que representa um acréscimo muito significativo relativamente ao igual período que o antecede (62.2% entre 1991 e 1997, e 20.8% entre 1984 e 1990).

Como seria de esperar, a maior comunidade estrangeira residente no País e nos distritos de Lisboa e Setúbal provem do continente africano (em 1997, 46,6% no País e 59,7% nos distritos de Lisboa e Setúbal), seguido do continente europeu (no mesmo ano, 28,4% no País e 21,0% nos distritos de Lisboa e Setúbal), ultrapassando estes dois continentes 4/5 dos estrangeiros residentes nos distritos de Lisboa e Setúbal.

Entre 1991 e 1997, nos distritos de Lisboa e Setúbal, verifica-se um acréscimo absoluto dos estrangeiros provenientes de todos os continentes, registando-se como alterações mais significativas, o crescimento do peso relativo dos estrangeiros provenientes do continente africano e o decréscimo do peso relativo dos estrangeiros provenientes do continente europeu, apesar de também ser assinalável o crescimento do peso relativo dos estrangeiros da América Central e do Sul.

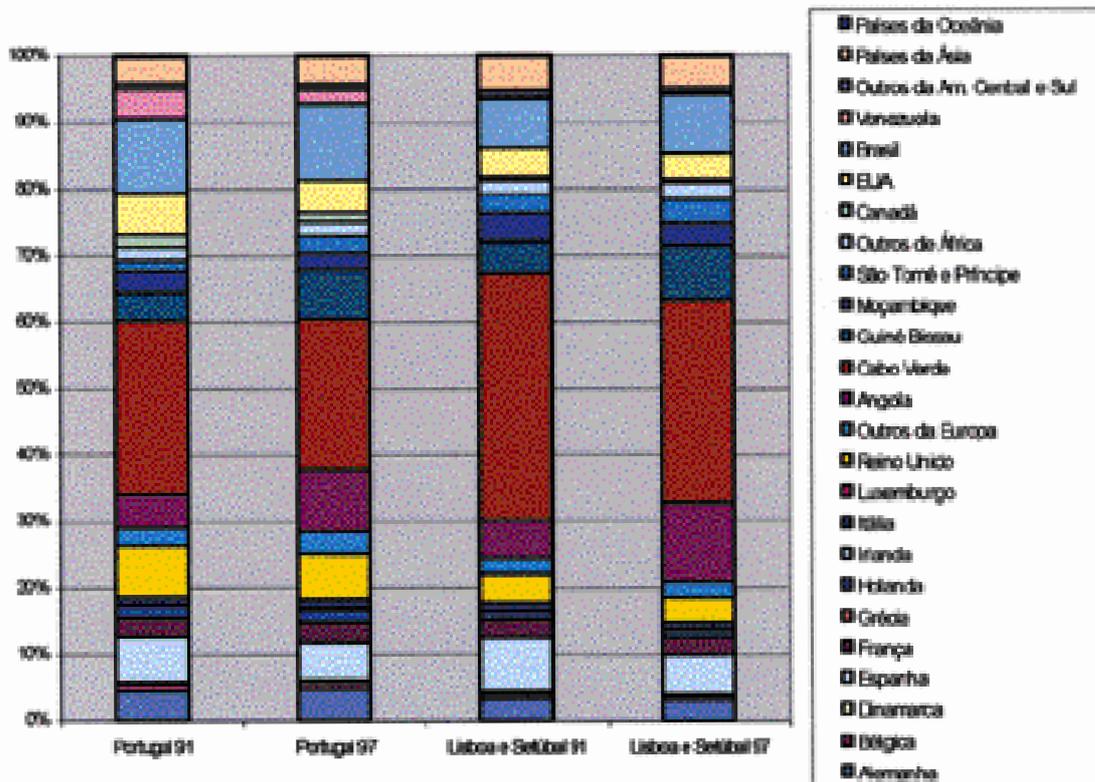
A nível dos países de proveniência, destaca-se claramente Cabo Verde que, apesar de ter reduzido o seu peso relativo entre 1991 e 1997, representava neste último ano 22,7% dos imigrantes legais residentes no País e 30,5% dos que se instalaram nos distritos de Lisboa e Setúbal. Ainda em relação a países, salientam-se Angola, Brasil e Guiné Bissau que em 1997 representavam respectivamente 9,3%, 11,4% e 7,3% dos imigrantes legais residentes no País e 11,7%, 8,5% e 8,1% dos que se instalaram nos distritos de Lisboa e Setúbal, tendo o primeiro e o terceiro taxas de crescimento extremamente elevadas no País e nos distritos de Lisboa e de Setúbal entre 1991 e 1997.

### Estrangeiros com Residência Legalizada, por Continente de Origem



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

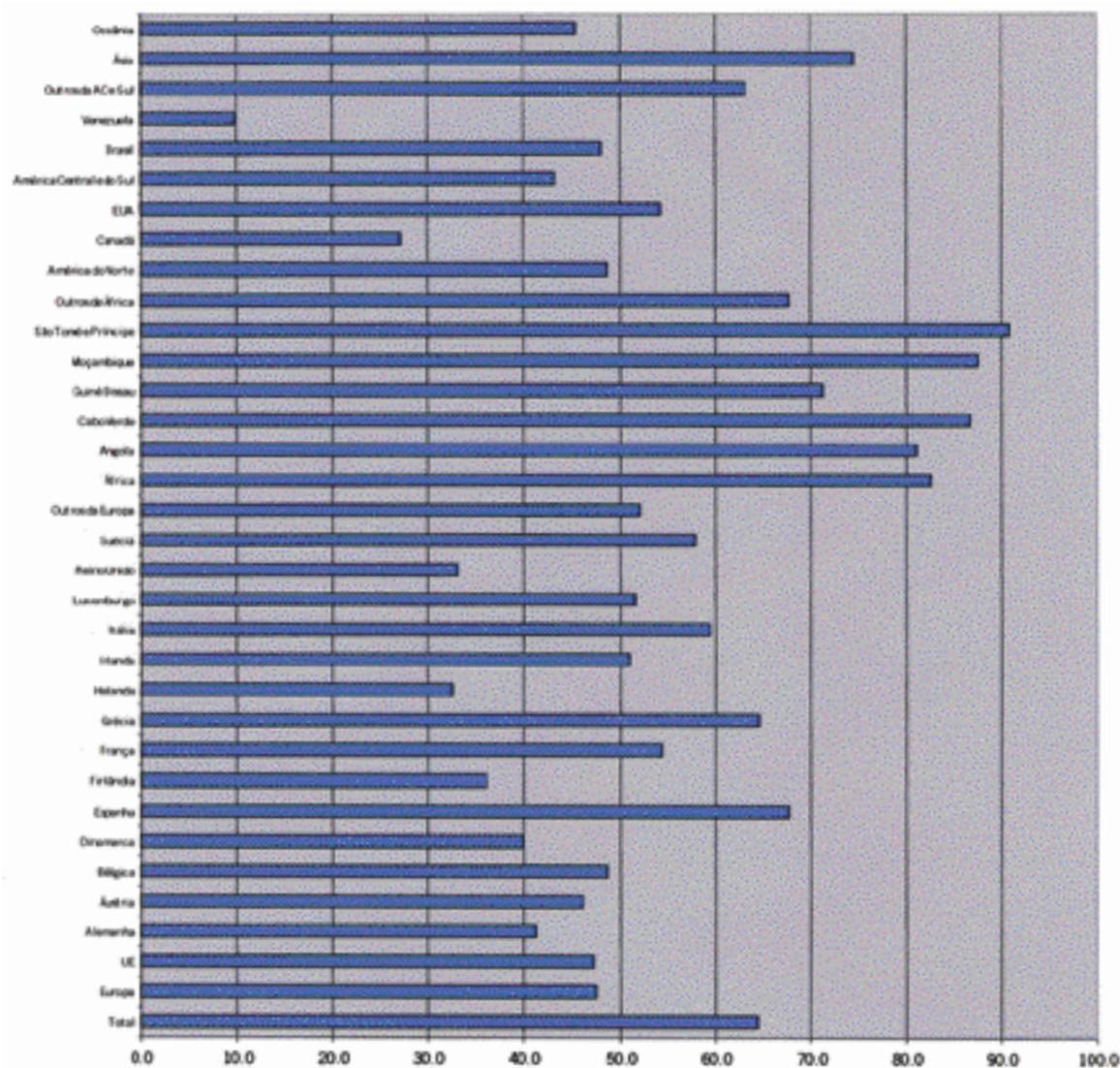
### Estrangeiros com Residência Legalizada, por País de Origem



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Merece ainda destaque a grande concentração das diferentes comunidades de imigrantes nos distritos de Lisboa e Setúbal. De facto, é bem visível pela figura seguinte uma tendência para a concentração dos estrangeiros nestes distritos (em média 64,5% de todas as comunidades), onde têm mais probabilidade de encontrar empregos. No entanto, com valores acima dos 70%, destacam-se todos os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e os países asiáticos, nos quais as comunidades de indianos e paquistaneses têm uma maior importância.

## Estrangeiros com Residência Legalizada, por País de Origem



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas, 1997

O afluxo a Portugal, e particularmente à AML, de estrangeiros, sobretudo de africanos, procurando trabalho coloca importantes problemas de natureza económica e social, na medida em que grande parte dessa população vive e trabalha em situações de extrema precariedade e defronta-se com numerosas dificuldades de integração social e cultural. Além disso, a incapacidade de Portugal absorver todos os imigrantes que aqui pretendem fixar-se – que já motivou inclusivamente restrições à entrada de novos imigrantes – aliada ao facto de muitos utilizarem o nosso País para entrarem noutros países da União Europeia, coloca também problemas de natureza política entre Portugal, a União Europeia e os países africanos, nomeadamente os PALOP.

## Migrações Internas

O crescimento demográfico da AML é, em grande parte, o resultado de um processo migratório interno ao País, que lhe tem sido francamente favorável.

Os saldos migratórios ocorridos nos municípios da AML entre 1985 e 1991 evidenciam claramente dois tipos de movimentos: um no sentido da AML, como se pode verificar pelos saldos positivos da AML, da AML Norte sem Lisboa e da AML Sul; outro de natureza centrífuga, conduzindo ao esvaziamento da cidade de Lisboa (saldo

extremamente negativo) a favor dos subúrbios, nomeadamente da AML Norte.

Para reforçar o que atrás foi indicado, registe-se que, entre 1985 e 1991, mais de 40% dos movimentos internos do País têm como origem ou destino a AML.

Descriminando um pouco mais, os imigrantes concelhios localizam-se essencialmente na AML Norte (cerca de 75%), com uma incidência mais significativa nos concelhos de Sintra, Loures e Lisboa, que apesar de se constituir como o principal

concelho de emigração (42.7%) continua a ser atractivo para a população. Em termos de emigrantes, verifica-se uma concentração ainda superior na AML Norte (mais de 80%), para a qual contribuiu significativamente a saída em "massa" de população da cidade de Lisboa. Note-se ainda que, na AML Sul, o Seixal constitui o concelho com maior proporção de imigrantes (8.0%) e Almada o concelho com maior proporção de emigrantes (5.6%), tendo este segundo concelho uma quantidade de imigrantes semelhante à de emigrantes.

## 1.5 Projecções Demográficas

O estabelecimento de cenários de evolução da população da AML para o horizonte do PROT-AML, isto é, até 2010, é uma tarefa complexa, uma vez que se vêm observando alterações demográficas estruturais durante a última década e que a execução das propostas do PROT-AML irá introduzir novas alterações, principalmente quanto à distribuição espacial da população na Área Metropolitana de Lisboa.

O Gabinete de Estudos e Conjuntura do INE elaborou um estudo de projecções de população para os concelhos da AML (vide Anexos), para o período 2000-2010, que, como o próprio estudo observa, encerra várias limitações, seja quanto às hipóteses simplificativas em que assenta, seja quanto à falta de informação disponível. Trata-se de um estudo de projecções elaborado a partir das estimativas para 1995, que assentaram no Censo de 1991, e não de previsões decorrentes das propostas de planeamento do PROT-AML. Constitui uma base de referência, coerente com a evolução nacional, de grande utilidade para a construção futura de cenários contrastados para a AML, a calibrar em função dos resultados do Censo de 2001 e a monitorizar posteriormente.

O modelo de projecção utilizado assume o progressivo envelhecimento da população metropolitana, que deverá passar de 13,8% de indivíduos com 65 e mais anos em 1995 para 17,5% em 2010.

### AML – Projecções de População Residente, por Grandes Grupos de Idade (em % da população residente total)

IDADES	1995	2000	2005	2010
<b>Total</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>
0-14	15.9	15.7	16.4	16.3
15-64	70.3	69.2	67.5	66.2
65 e +	13.8	15.0	16.1	17.5

Fonte: INE, GEC/SEDS

O aumento tendencial da esperança de vida acompanhado da baixa ou da estabilização da natalidade justifica esta tendência para o envelhecimento que conduzirá, em 2010, ao predomínio de indivíduos com 65 e mais anos sobre os indivíduos com menos de 15 anos a nível da AML (com um índice de envelhecimento global de 107), bem como da maioria dos concelhos da AML, excepto Loures (incluindo Odivelas), Sintra, Vila Franca de Xira, Moita e Seixal (o concelho mais jovem).

### AML - Projecções de População Residente, por Grandes Grupos de Idade

IDADES	1995	2000	2005	2010
<b>Total</b>	<b>2 556 180</b>	<b>2 594 016</b>	<b>2 648 402</b>	<b>2 667 108</b>
0-14	407 170	408 423	433 889	435 063
15-64	1 796 930	1 795 807	1 788 647	1 766 490
65 e +	352 080	389 786	425 866	465 555
85 e +	23 850	25 669	27 570	34 619

Fonte: INE, GEC/SEDS

O concelho mais envelhecido em 2010 deverá ser Lisboa, com um índice de envelhecimento de 145.4 mesmo assim menor do que o estimado para 2000, que é de 174.4. Chama-se especialmente atenção para o aumento progressivo do estrato populacional com 85 e mais anos, pelas consequências que determina na saúde e na segurança social.

O modelo de projecção assume a inversão da tendência de decréscimo da população jovem, em especial a partir de 2005, considerando a redução gradual da mortalidade infantil em Portugal e o aumento da fecundidade a partir de 1997 (1.5 em 1997) e que é hoje superior a outros países mediterrânicos (actualmente da ordem de 1.2 a 1.3) e que se assume continuar a subir até 2010 (até 1.612 no período 2006-2010), embora acompanhado do aumento da idade média das mães. Mesmo assim, não se atingirá o nível de substituição das gerações (2.1 crianças por mulher).

A inexistência de informação estatística sobre migrações internas e externas não permite estimar directamente os seus valores, tendo-se recorrido à informação do Censo de 1991 sobre o local de residência anterior, assumindo o saldo migratório global por concelho e a média estimada no período 1991-1998. As profundas alterações de acessibilidade, bem como a evolução do mercado de habitação entretanto registadas na AML retiram fiabilidade a esta opção, designadamente devido ao progressivo alargamento territorial da área de influência de Lisboa enquanto pólo de emprego, à realocização de emprego fora do concelho de Lisboa e ao aumento da distância média percorrida nas deslocações casa-trabalho, e ainda devido às migrações a nível da UE e aos imigrantes dos PALOP's.

### Projeções de População Residente, para a AML e por Concelho

	1995	2000	2005	2010	VAR. 1995-2010
<b>AML</b>	<b>2 556 180</b>	<b>2 594 016</b>	<b>2 648 402</b>	<b>2 667 108</b>	<b>110 928</b>
Amadora	186 870	190 211	191 955	192 623	5 753
Cascais	160 320	167 056	169 116	170 565	10 245
Lisboa	591 480	543 797	554 282	545 273	- 46 207
Loures	338 980	355 436	362 572	367 973	28 993
Oeiras	155 790	159 960	162 432	164 147	8 357
Sintra	290 420	319 486	336 241	346 046	55 626
V. F. Xira	110 210	117 368	121 763	125 988	15 778
Alcochete	10 050	10 089	10 108	10 090	40
Almada	152 720	153 349	153 161	152 094	- 626
Barreiro	83 580	81 766	80 671	78 925	- 4 655
Moita	68 180	71 448	72 927	74 295	6 115
Montijo	36 230	36 543	36 551	36 435	205
Palmela	46 580	48 181	48 953	49 612	3 032
Seixal	127 920	139 578	146 931	151 775	23 855
Sesimbra	28 800	30 432	31 255	32 044	3 244
Setúbal	104 260	104 745	104 977	104 865	605
Azambuja	19 520	19 462	19 295	19 130	- 390
Mafra	44 270	45 111	45 212	45 229	959

Fonte: INE, GEC/SEDS

Os valores das projecções realizadas (vide quadro anterior e Anexos) merecem os seguintes comentários:

- A AML poderá crescer de 2 556 180 hab. em 1995 para 2 667 108 hab. em 2010, isto é, registar um saldo positivo de 110 928 habitantes. A eventual introdução de uma política que promova

o aumento da fecundidade, à semelhança de outros países da UE, poderá contribuir para repor as condições de substituição das gerações. A evolução das migrações externas é extremamente difícil de prever a 10 anos, tanto entre a AML e o resto do país, como com o exterior, designadamente a UE e os PALOP's.

- A evolução do concelho de Lisboa – negativa até 2000, seguida de oscilações até 2010, terminando em perda devido ao elevado saldo natural negativo – poderá ser alterada, designadamente em função dos programas de habitação social em Lisboa, da evolução do papel da Cidade de Lisboa na AML e da evolução socio-económica e urbanística da própria AML.
- Do modelo resulta que, não apenas o concelho de Lisboa, mas também Barreiro, Almada e Azambuja serão concelhos em perda demográfica até 2010. A tendência actual observada no Barreiro só deverá ser efectivamente alterada após a reconversão total da área da Quimiparque, bem como com a introdução de novas condições de acessibilidade, seja a travessia do Tejo, seja o Metro do Sul do Tejo (MST), seja ainda a ligação ferroviária Fogueteiro-Pinhal Novo. A evolução de Almada poderá ser profundamente alterada pela reconversão da área da Margueira e pelas evoluções do Plano Integrado de Almada (PIA) e do Pólo de Investigação e Desenvolvimento do Monte da Caparica, ainda que a situação actual do seu parque habitacional e do seu mercado imobiliário apontem para uma relativa estabilização demográfica. O concelho da Azambuja, apesar da sua actual condição periférica, sofrerá uma profunda alteração a partir do início do processo de concepção e construção do novo aeroporto internacional e da Plataforma Logística Norte.
- O concelho de Alcochete é considerado como um concelho estabilizado. A projecção das tendências do passado não considerou a influência da Ponte Vasco da Gama. Assim, e apesar da capacidade absoluta de crescimento habitacional do concelho de Alcochete não ser elevada à escala metropolitana, o seu crescimento relativo até 2010 deverá ser significativo, tendo em conta o número de novos fogos já em construção e licenciados.
- Os concelhos de Sintra e do Seixal, para os quais se projectam grandes crescimentos, não deverão registar evoluções positivas tão significativas. As suas vantagens comparativas do passado recente irão esbater-se, seja pelas novas condições de acessibilidade metropolitanas entretanto criadas, seja pelas vantagens comparativas de outras localizações. O grande crescimento projectado para o concelho de Sintra perderá importância à medida que o congestionamento das áreas urbanas ao longo do IC19 levar a procura de habitação para outros concelhos, designadamente aqueles onde surgirem novos pólos de emprego alternativos a Lisboa. A posição central do concelho do Seixal na Península de Setúbal, face às acessibilidades

existentes até à construção da Ponte Vasco da Gama e aos novos IP's e IC's (actuais e futuros), perderá alguma importância, mesmo considerando a travessia ferroviária do Tejo na Ponte 25 de Abril, pelo aumento de acessibilidade a Lisboa e ao exterior da AML entretanto assegurados aos concelhos da Moita, Montijo, Alcochete, Palmela e Setúbal. Finalmente, o crescimento projectado para o concelho da Amadora também parece exagerado, considerando que este território se encontra plenamente utilizado para fins urbanos, não se crendo que, sem uma densificação significativa ou a reconversão de áreas de actividades produtivas para o uso habitacional, seja possível um aumento populacional significativo.

Em síntese, as projecções demográficas apresentadas devem ser tomadas como referência, apenas para balizar as previsões do PROT-AML face às políticas de gestão territorial metropolitanas e municipais, sublinhando a necessidade de contrariar tendências negativas e de potenciar capacidades positivas.

# Actualização em Função dos Resultados Preliminares dos Censos 2001

## População Residente

**De acordo com os resultados preliminares dos Censos de 2001 divulgados pelo INE – Direcção Regional de Lisboa e Vale Tejo, a população residente da Área Metropolitana de Lisboa é actualmente cerca de 2,7 milhões de habitantes, tendo aumentado 4,8% na última década, devido, principalmente, à componente migratória (3,5%), uma vez que o crescimento natural foi de 1,3%.**

Analisando esta expansão populacional no contexto regional, refira-se que a taxa de crescimento da Área Metropolitana de Lisboa foi igual à da Região de Lisboa e Vale Tejo (4,8%) e que esta taxa se decompõe em 0,5% de saldo natural e 4,2% de **saldo** migratório. De notar ainda que, em 2001, o peso populacional da AML na Região se manteve idêntico ao de 1991 (77%).

No interior da AML este crescimento populacional revelou-se mais acentuado nos concelhos que constituem uma segunda coroa exterior a Lisboa. Assistiu-se a decréscimos populacionais, em alguns concelhos mais urbanos, como Lisboa, Amadora e Barreiro. A análise das maiores e menores variações populacionais, ao nível concelhio, entre 1991 e 2001, permite ainda destacar o fortíssimo crescimento de Sintra (em valor absoluto muito semelhante à perda populacional de Lisboa).

Lisboa e Sintra apresentam-se em 2001, tal como em 1991, como os concelhos mais populosos da Região e do País<sup>2</sup>, com 556 797 habitantes e 363 556 habitantes, respectivamente. Devido às evoluções populacionais de sentido oposto que estes dois concelhos registaram, na última década, a diferença de habitantes entre ambos diminuiu consideravelmente.

## Maiores decréscimos populacionais 1991-2001

ABSOLUTO (EM N.º)		RELATIVO (EM %)	
CONCELHO	VALOR	CONCELHO	VALOR
Lisboa	-106 597	Lisboa	-16,1
Barreiro	-7 622	Barreiro	-8,9
Amadora	-6 986	Amadora	-3,8

## Maiores crescimentos populacionais 1991-2001

ABSOLUTO (EM N.º)		RELATIVO (EM %)	
CONCELHO	VALOR	CONCELHO	VALOR
Sintra	102 605	Sintra	39,3
Seixal	33 183	Sesimbra	35,2
V. F. de Xira	18 664	Seixal	28,4
Cascais	15 533	Alcochete	26,2
Mafra	10 554	Mafra	24,1
Setúbal	9 846	Palmela	21,4

<sup>2</sup> Sintra era, em 1991, o segundo concelho mais populoso porque se consideraram os novos limites geográficos do concelho de Loures, ou seja, porque se analisa a informação de 1991, considerando a existência do concelho de Odivelas que àquela data estava integrado em Loures. Caso contrário, seria Loures o segundo concelho mais populoso em 1991.

## Evolução da População Residente, 1991-2001

CONCELHOS	POPULAÇÃO RESIDENTE				VARIAÇÃO POPULACIONAL 1991-2001		ESTRUTURA PERCENTUAL (2001)	
	TOTAL		HOMENS		N.º	%	PORTUGAL= =100%	LVT=100%
	1991	2001	1991	2001				
<b>Grande Lisboa</b>	<b>1 836 484</b>	<b>1 878 006</b>	<b>871 747</b>	<b>894 421</b>	<b>41 522</b>	<b>2,3</b>	<b>18,2</b>	<b>54,5</b>
Amadora	181 774	174 788	87 837	83 836	-6 986	-3,8	1,7	5,1
Cascais	153 294	168 827	73 461	80 408	15 533	10,1	1,6	4,9
Lisboa	663 394	556 797	302 849	254 296	-106 597	-16,1	5,4	16,2
Loures	192 143	198 685	94 252	97 262	6 542	3,4	1,9	5,8
Odivelas	130 015	132 971	63 136	64 961	2 956	2,3	1,3	3,9
Oeiras	151 342	160 147	72 251	76 151	8 805	5,8	1,6	4,6
Sintra	260 951	363 556	127 034	177 637	102 605	39,3	3,5	10,5
Vila Franca de Xira	103 571	122 235	50 927	59 870	18 664	18,0	1,2	3,5
<b>Península de Setúbal</b>	<b>640 493</b>	<b>709 804</b>	<b>312 971</b>	<b>346 251</b>	<b>69 311</b>	<b>10,8</b>	<b>6,9</b>	<b>20,6</b>
Alcochete	10 169	12 831	4 965	6 302	2 662	26,2	0,1	0,4
Almada	151 783	159 550	73 540	77 236	7 767	5,1	1,5	4,6
Barreiro	85 768	78 146	41 863	37 897	-7 622	-8,9	0,8	2,3
Moita	65 086	67 064	31 972	32 788	1 978	3,0	0,6	1,9
Montijo	36 038	38 541	17 377	18 567	2 503	6,9	0,4	1,1
Palmela	43 857	53 258	21 490	26 207	9 401	21,4	0,5	1,5
Seixal	116 912	150 095	57 584	73 687	33 183	28,4	1,5	4,4
Sesimbra	27 246	36 839	13 656	18 325	9 593	35,2	0,4	1,1
Setúbal	103 634	113 480	50 524	55 242	9 846	9,5	1,1	3,3
Azambuja	19 568	20 854	9 526	10 565	1 286	6,6	0,2	0,6
Maфра	43 731	54 285	21 466	26 958	10 554	24,1	0,5	1,6
AML Norte	1 899 783	1 953 145	902 739	931 944	53 362	2,8	18,9	56,7
AML Sul	640 493	709 804	312 971	346 251	69 311	10,8	6,9	20,6
<b>AML</b>	<b>2 540 276</b>	<b>2 662 949</b>	<b>1 215 710</b>	<b>1 278 195</b>	<b>122 673</b>	<b>4,8</b>	<b>25,8</b>	<b>77,3</b>
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	<b>3 290 795</b>	<b>3 447 173</b>	<b>1 581 171</b>	<b>1 659 215</b>	<b>156 378</b>	<b>4,8</b>	<b>33,4</b>	<b>100,0</b>
<b>Portugal</b>	<b>9 867 147</b>	<b>10 318 084</b>	<b>4 756 775</b>	<b>4 988 060</b>	<b>450 937</b>	<b>4,6</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>

Fonte: INE – CENSOS 2001, Resultados Preliminares

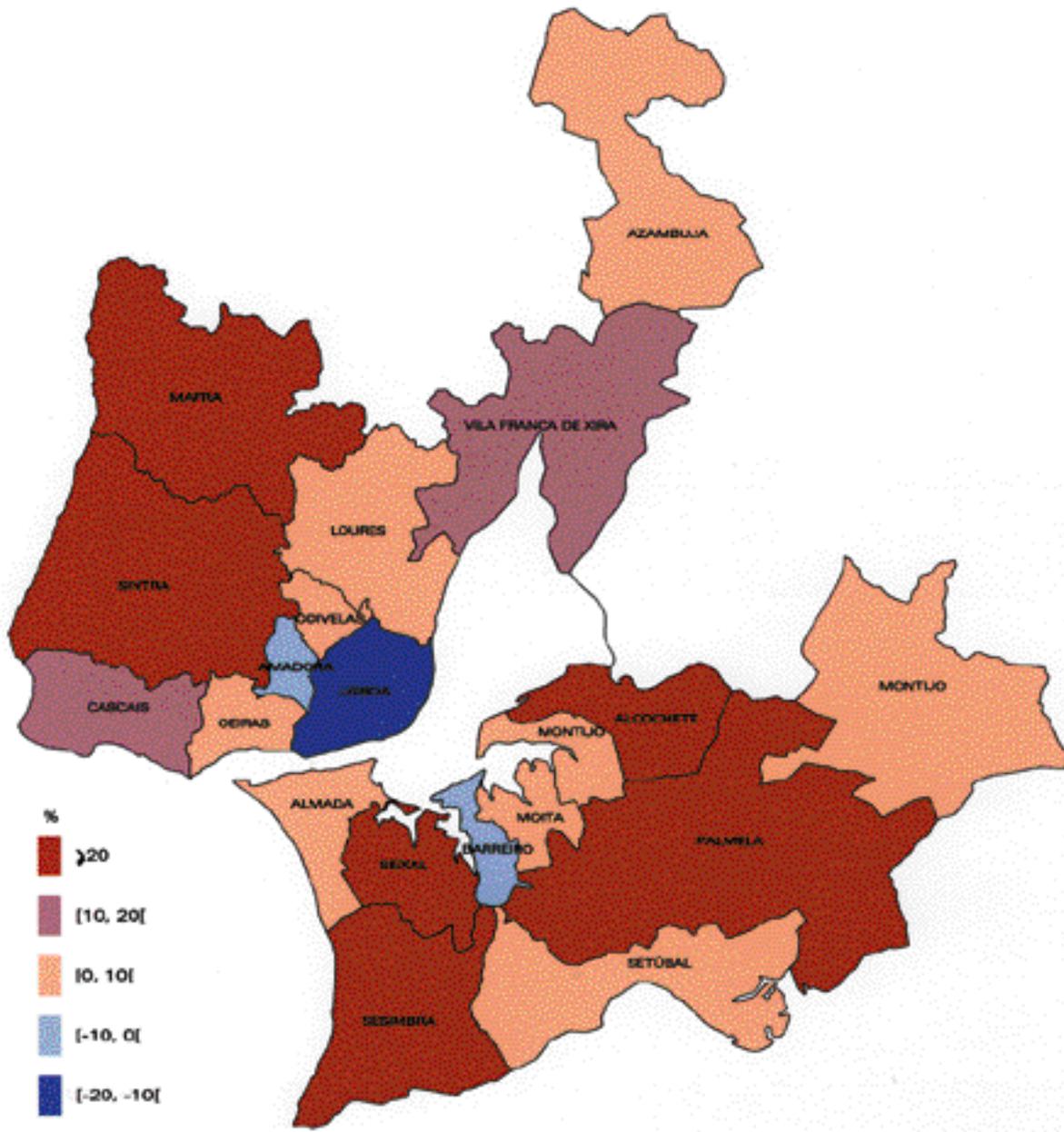
A decomposição da evolução populacional, ao nível concelhio, em saldo migratório (diferença entre as pessoas que imigraram para o concelho, independentemente da sua origem ser outro concelho do país ou outro país, e as pessoas que emigraram do concelho) e saldo natural (diferença entre nados vivos e óbitos) permite retirar as seguintes conclusões:

- Forte capacidade de atracção populacional da segunda coroa exterior a Lisboa, onde se registam os valores mais elevados de saldos migratórios relativos (em % da população de 1991).

- Maiores saldos migratórios negativos a registarem-se nos concelhos mais urbanos, localizados no centro da Área Metropolitana de Lisboa (Lisboa, Amadora e Barreiro). Note-se, ainda, que os concelhos de Loures e Odivelas, também localizados na primeira coroa da AML, apresentam uma variação populacional positiva na última década devido aos elevados saldos naturais, uma vez que registam também saldos migratórios negativos.

- Os saldos naturais mais elevados concentram-se nos concelhos da primeira coroa Norte exterior a Lisboa (Sintra, Odivelas, Vila Franca de Xira, Loures e Amadora) e no concelho do Seixal.

**Taxa de Crescimento da População,  
por Concelho,  
1991-2001**



FONTE: INE, CENSOS 2001 - RESULTADOS PRELIMINARES (RLVT)

PROT-AML

Saldos Migratórios 1991-2001  
 (em % da população de 1991)

MAIORES		MENORES	
CONCELHO	%	CONCELHO	%
Sesimbra	33,5	Lisboa	-11,2
Sintra	30,8	Amadora	-7,9
Alcochete	29	Barreiro	-7,7
Mafra	25	Odivelas	-2,0

 Saldos Naturais 1991-2001  
 (em % da população de 1991)

MAIORES		MENORES	
CONCELHO	%	CONCELHO	%
Sintra	8,5	Lisboa	-4,9
Seixal	7	Azambuja	-3,5
Odivelas	4,3	Alcochete	-2,9
V.F. Xira	4,2	Barreiro	-1,2
Loures	4,1	Montijo	-0,9
Amadora	4	Mafra	-0,9

Fonte: INE – CENSOS 2001, Resultados Preliminares

CONCELHOS	VARIÇÃO POPULACIONAL (1991-2001)		SALDO NATURAL		SALDO MIGRATÓRIO	
	MILHARES	%	MILHARES	%	MILHARES	%
<b>Grande Lisboa</b>	<b>41,5</b>	<b>2,3</b>	<b>23,7</b>	<b>1,3</b>	<b>17,8</b>	<b>1,0</b>
Amadora	-7,0	-3,8	7,4	4,0	-14,3	-7,9
Cascais	15,5	10,1	4,4	2,9	11,1	7,2
Lisboa	-106,6	-16,1	-32,3	-4,9	-74,3	-11,2
Loures	6,5	3,4	7,9	4,1	-1,4	-0,7
Odivelas	3,0	2,3	5,6	4,3	-2,6	-2,0
Oeiras	8,8	5,8	4,2	2,8	4,6	3,1
Sintra	102,6	39,3	22,3	8,5	80,4	30,8
Vila Franca de Xira	18,7	18,0	4,3	4,2	14,3	13,8
<b>Península de Setúbal</b>	<b>69,3</b>	<b>10,8</b>	<b>11,9</b>	<b>1,9</b>	<b>57,4</b>	<b>9,0</b>
Alcochete	2,7	26,2	-0,3	-2,9	3,0	29,0
Almada	7,8	5,1	1,3	0,9	6,5	4,3
Barreiro	-7,6	-8,9	-1,0	-1,2	-6,6	-7,7
Moita	2,0	3,0	1,9	3,0	0,1	0,1
Montijo	2,5	6,9	-0,3	-0,9	2,8	7,8
Palmela	9,4	21,4	0,5	1,1	8,9	20,3
Seixal	33,2	28,4	8,2	7,0	25,0	21,4
Sesimbra	9,6	35,2	0,5	1,7	9,1	33,5
Setúbal	9,8	9,5	1,1	1,1	8,7	8,4
Azambuja	1,3	6,6	-0,7	-3,5	2,0	10,1
Mafra	10,6	24,1	-0,4	-0,9	10,9	25,0
AML Norte	53,4	2,8	22,6	1,2	30,7	1,6
AML Sul	69,3	10,8	11,9	1,9	57,4	9,0
<b>AML</b>	<b>122,7</b>	<b>4,8</b>	<b>34,5</b>	<b>1,4</b>	<b>88,1</b>	<b>3,5</b>
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	<b>156,4</b>	<b>4,8</b>	<b>17,3</b>	<b>0,5</b>	<b>139,1</b>	<b>4,2</b>

Fonte: INE – CENSOS 2001, Resultados Preliminares

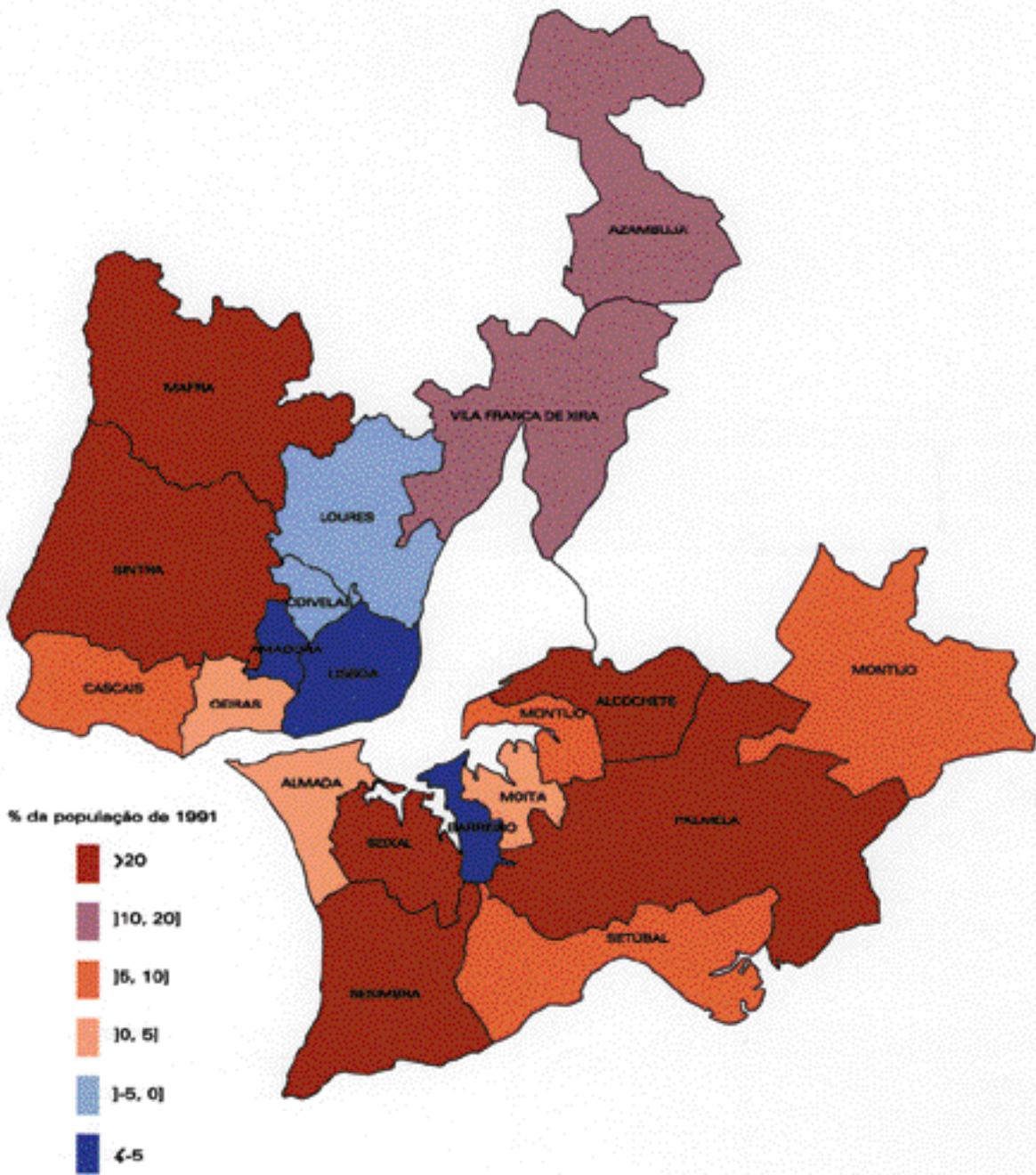
No que respeita ao padrão de ocupação do território, analisado através da densidade populacional em 2001 e da evolução da população na última década, é possível constatar as seguintes tendências:

- Perda populacional do centro da AML paralelamente com fortes crescimentos noutras

áreas da Área Metropolitana de Lisboa, principalmente nos seus concelhos limitrofes (Mafra, Vila Franca de Xira, Azambuja, Sesimbra, Setúbal, Montijo, Alcochete).

Assiste-se ao fenómeno denominado de **suburbanização** ou **periurbanização**, caracterizado essencialmente por: aumento populacional nas periferias, nomeadamente

**Saldo Migratório,  
por Concelho,  
1991-2001**



FONTE: INE, CENSOS 2001 - RESULTADOS PRELIMINARES (PLVT)  
PROT-AML

em áreas próximas das vias de acesso ao centro, superior ao do centro; existência de fortes movimentos pendulares em direcção ao centro, na medida em que o crescimento das actividades económicas na periferia não acompanha o forte crescimento populacional.

- Forte crescimento de concelhos tradicionalmente mais rurais, que circunscrevem a AML (Alenquer, Arruda dos Vinhos, Benavente e Sobral de Monte Agraço). Este fenómeno da deslocação residencial para zonas menos densamente urbanizadas, mas com boa acessibilidade aos grandes centros, indicia um aumento do grau de urbanização em zonas tradicionalmente mais rurais.

- Setúbal afirma-se enquanto segundo pólo populacional da AML, apresentando forte concentração populacional em 2001 e taxas de crescimento populacional elevadas.

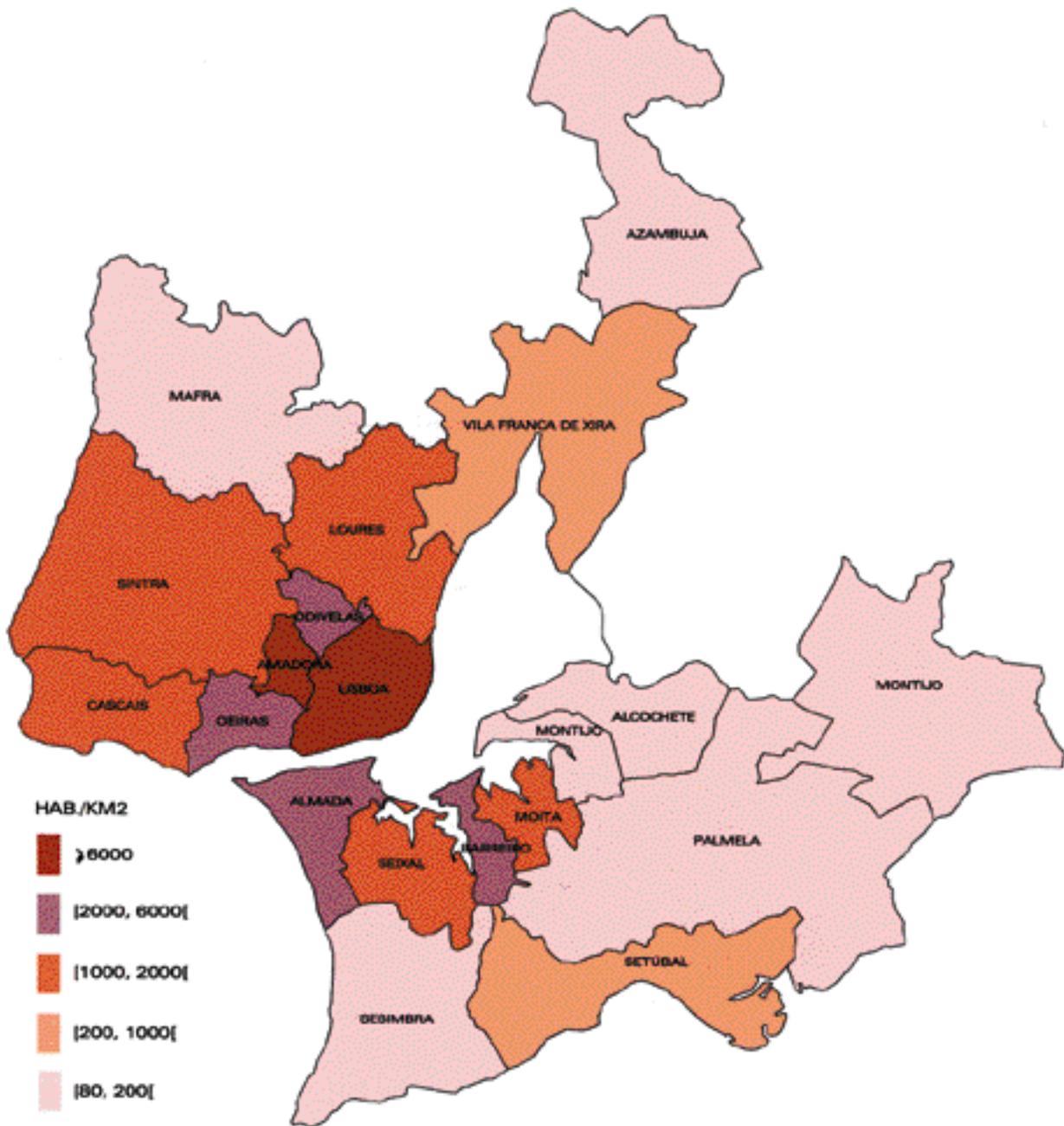
Em 2001, o contínuo urbano formado por Lisboa e concelhos circundantes (Cascais, Oeiras, Sintra, Amadora, Odivelas, Loures e Vila Franca de Xira na margem Norte e Almada, Seixal e Barreiro, na margem Sul) e o centro do concelho de Setúbal constituem as principais aglomerações populacionais da Região de Lisboa a Vale do Tejo.

## Área, População e Densidade Populacional

	ÁREA (km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO RESIDENTE		DENSIDADE POPULACIONAL	
	2001	1991	2001	1991	2001
<b>Grande Lisboa</b>	<b>1 084,0</b>	<b>1 836 484</b>	<b>1 878 006</b>	<b>1 694,2</b>	<b>1 732,5</b>
Amadora	23,8	181 774	174 788	7 637,6	7 344,0
Cascais	97,3	153 294	168 827	1 575,5	1 735,1
Lisboa	84,6	663 394	556 797	7 841,5	6 581,5
Loures	167,9	192 143	198 685	1 144,4	1 183,4
Odivelas	26,6	130 015	132 971	4 887,8	4 998,9
Oeiras	45,8	151 342	160 147	3 304,4	3 496,7
Sintra	319,5	260 951	363 556	816,7	1 137,9
Vila Franca de Xira	318,5	103 571	122 235	325,2	383,8
<b>Península de Setúbal</b>	<b>1 581,4</b>	<b>640 493</b>	<b>709 804</b>	<b>405,0</b>	<b>448,8</b>
Alcochete	133,0	10 169	12 831	76,5	96,5
Almada	70,1	151 783	159 550	2 165,2	2 276,0
Barreiro	32,0	85 768	78 146	2 680,3	2 442,1
Moita	54,6	65 086	67 064	1 192,1	1 228,3
Montijo	340,6	36 038	38 541	105,8	113,2
Palmela	166,2	43 859	53 258	94,1	114,2
Seixal	95,7	116 912	150 095	1 221,7	1 568,4
Sesimbra	195,7	27 246	36 839	139,2	188,2
Setúbal	193,5	103 634	113 480	535,6	586,5
Azambuja	291,5	43 731	54 285	150,0	186,2
Mafra	256,1	19 568	20 854	76,4	81,4
<b>AML</b>	<b>3 213,0</b>	<b>2 540 276</b>	<b>2 662 949</b>	<b>790,6</b>	<b>828,8</b>
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	<b>12 059,2</b>	<b>3 290 795</b>	<b>3 447 173</b>	<b>272,9</b>	<b>285,9</b>
<b>Portugal</b>	<b>92 141,5</b>	<b>9 867 147</b>	<b>10 318 084</b>	<b>107,1</b>	<b>112,0</b>

Fonte: INE. BGRI, versão preliminar de 1-3-2001, INE. Recenseamento Geral da População 1991, INE. Resultados Preliminares dos CENSOS 2001

**Densidade Populacional,  
2001**



FONTE: INE, CENSOS 2001 - RESULTADOS PRELIMINARES (RLVT)

PROT-AML

## Edifícios e Alojamentos

**O Parque Habitacional da Área Metropolitana de Lisboa cresceu, entre 1991 e 2001, 19%, quando avaliado ao nível dos alojamentos, e 12% no que respeita a edifícios. A dimensão média dos edifícios (rácio entre alojamentos e edifícios) aumentou significativamente na Grande Lisboa, com especial incidência nos concelhos de Lisboa, Sintra, Vila Franca de Xira e Oeiras.**

Este crescimento aproxima-se bastante do verificado na Região (18,6% para os alojamentos e 11,3% para os edifícios). A dimensão média dos edifícios, em 2001, é na AML muito superior à da RLVT (3,2 contra 2,3 alojamentos por edifício).

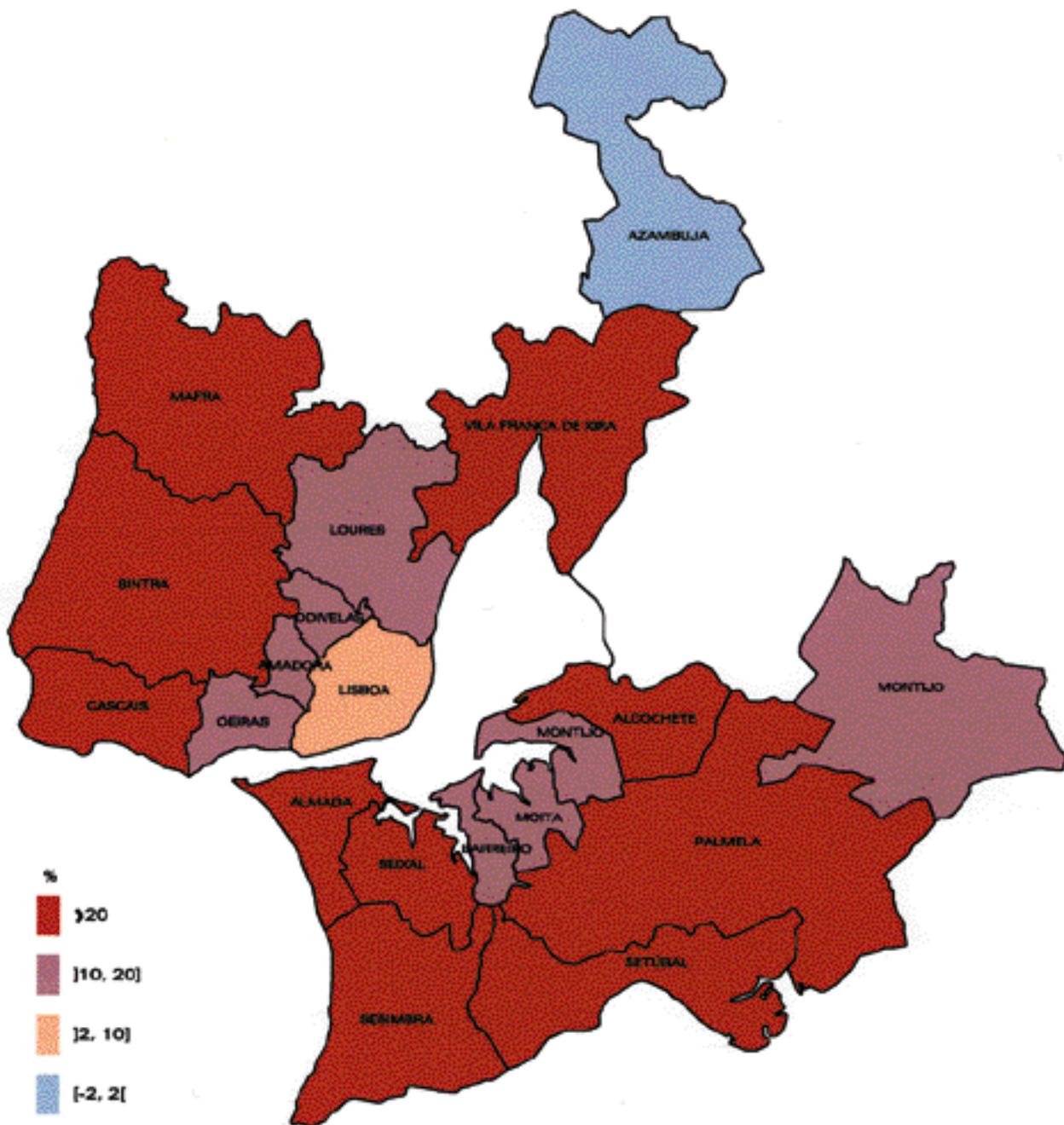
As áreas de maior expansão do parque habitacional tendem a ser coincidentes com as de crescimento populacional mais elevado, existindo, no entanto alguns concelhos que apesar de registarem diminuições na população residente, apresentam simultaneamente aumentos no número de alojamentos.

Os maiores crescimentos dos alojamentos tendem a concentrar-se numa coroa externa ao concelho de Lisboa (Sintra, Seixal, Alcochete, Mafra, Palmela e Sesimbra).

De assinalar que os únicos decréscimos registados ao nível dos edifícios se verificaram nos concelhos de Lisboa e da Azambuja, situação que será ou não confirmada pelos resultados definitivos dos Censos 2001.

Os resultados preliminares dos Censos 2001 revelam uma enorme disparidade ao nível da dimensão média dos edifícios entre o centro da AML, designadamente Lisboa e as áreas adjacentes aos principais eixos de ligação a Lisboa, e o restante território de Lisboa e Vale do Tejo.

**Taxa de Crescimento dos Alojamentos,  
por Concelho,  
1991-2001**



FONTE: INE, CENSOS 2001 - RESULTADOS PRELIMINARES (RLVT)

PROT-AML

## Evolução da Parque Habitacional, 1991-2001

CONCELHOS	EDIFÍCIOS			ALOJAMENTOS			N.º MÉDIO DE ALOJAMENTOS POR EDIFÍCIO		
	1991	2001	VAR.%	1991	2001	VAR.%	1991	2001	DIFERENÇA
<b>Grande Lisboa</b>	<b>217 181</b>	<b>234 028</b>	<b>7,8</b>	<b>769 224</b>	<b>895 377</b>	<b>16,4</b>	<b>3,5</b>	<b>3,8</b>	<b>0,3</b>
Amadora	12 120	14 549	20,0	71 785	80 169	11,7	5,9	5,5	-0,4
Cascais	31 061	37 008	19,1	72 152	89 082	23,5	2,3	2,4	0,1
Lisboa	62 041	56 305	-9,2	279 234	288 195	3,2	4,5	5,1	0,6
Loures	26 283	28 174	7,2	74 352	84 718	13,9	2,8	3,0	0,2
Odivelas	12 210	14 439	18,3	50 864	56 949	12,0	4,2	3,9	-0,2
Oeiras	15 355	16 325	6,3	64 723	75 286	16,3	4,2	4,6	0,4
Sintra	44 729	52 313	17,0	114 247	166 936	46,1	2,6	3,2	0,6
Vila Franca de Xira	13 382	14 915	11,5	41 867	54 042	29,1	3,1	3,6	0,5
<b>Península de Setúbal</b>	<b>122 794</b>	<b>146 188</b>	<b>19,1</b>	<b>286 230</b>	<b>359 080</b>	<b>25,5</b>	<b>2,3</b>	<b>2,5</b>	<b>0,1</b>
Alcochete	3 232	3 538	9,5	4 477	6 111	36,5	1,4	1,7	0,3
Almada	25 915	10 503	18,1	73 892	91 198	23,4	2,9	3,0	0,1
Barreiro	10 141	10 503	3,6	34 196	37 815	10,6	3,4	3,6	0,2
Moita	9 962	10 650	6,9	26 407	30 251	14,6	2,7	2,8	0,2
Montijo	10 651	11 061	3,8	16 246	19 320	18,9	1,5	1,7	0,2
Palmela	14 554	17 648	21,3	19 467	26 234	34,8	1,3	1,5	0,1
Seixal	17 945	25 471	41,9	50 342	68 770	36,6	2,8	2,7	-0,1
Sesimbra	12 364	15 687	26,9	18 112	24 372	34,6	1,5	1,6	0,1
Setúbal	18 030	21 031	16,6	43 091	55 009	27,7	2,4	2,6	0,2
Azambuja	8 786	8 095	-7,9	9 908	9 791	-1,2	1,1	1,2	0,1
Mafra	17 831	22 289	25,0	22 448	30 273	34,9	1,3	1,4	0,1
AML Norte	243 798	264 412	8,5	801 580	935 441	16,7	3,3	3,5	0,2
AML Sul	122 794	146 188	19,1	186 230	359 080	25,5	2,3	2,5	0,1
<b>AML</b>	<b>366 592</b>	<b>410 600</b>	<b>12,0</b>	<b>1 087 810</b>	<b>1 294 521</b>	<b>19,0</b>	<b>3,0</b>	<b>3,2</b>	<b>0,2</b>
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	<b>656 969</b>	<b>731 287</b>	<b>11,3</b>	<b>1 438 588</b>	<b>1 705 660</b>	<b>18,6</b>	<b>2,2</b>	<b>2,3</b>	<b>0,1</b>
<b>Portugal</b>	<b>2 861 719</b>	<b>3 179 534</b>	<b>11,1</b>	<b>4 193 892</b>	<b>5 036 149</b>	<b>20,1</b>	<b>1,5</b>	<b>1,6</b>	<b>0,1</b>

Fonte: INE – CENSOS 2001, Resultados Preliminares

# 2 Habitação e Dinâmica Urbanística

2.1 **Nota Introdutória**

2.2 **Nota Metodológica**

2.3 **Enquadramento Evolutivo**

2.4 **Características e Funcionamento dos Mercados**

2.5 **Caracterização e Análise**

2.5.1 Dinâmica do Licenciamento

2.5.2 Dinâmica da Construção

2.5.3 O Efectivo Habitacional

2.5.4 O Realojamento e a Reabilitação na Produção Habitacional

2.5.5 Dinâmica Demográfica e Habitacional

## 2.1 Nota Introdutória

O sector da habitação insere-se num quadro mais amplo de ordenamento do território e de urbanismo, envolvendo actores com interesses diferenciados, muitas vezes antagónicos, particularmente, entre os produtores e os consumidores.

As temáticas da habitação devem ser abordadas e equacionadas, ao nível quer dos diagnósticos quer das estratégias e medidas específicas, num quadro de pressupostos fundamentais:

- 1 – o seu papel central no desenvolvimento e qualidade de vida;
- 2 – a emergência de uma resposta sustentável às diferentes carências;
- 3 – o envolvimento e participação dos vários interessados e actores;
- 4 – a descentralização e articulação de responsabilidades e competências.

Sendo a habitação uma vertente central das Políticas de Desenvolvimento Nacional, definidas nos diferentes âmbitos geográficos, a estratégia sectorial requer a acção concertada e integrada em diversos domínios:

- 1 – a dimensão económica em termos de mercado de trabalho, da inflação, da balança de pagamentos, do orçamento de Estado e da organização e desempenho técnico do sector da construção civil;
- 2 – os processos de financiamento da habitação para uma oferta diversificada e adequada aos vários segmentos da procura, no âmbito dos mercados de arrendamento e de aquisição;
- 3 – os processos e técnicas de gestão e manutenção do parque habitacional;
- 4 – a dimensão biofísica e ambiental que tem relação directa com a eficácia do quadro normativo aplicado ao planeamento integrado dos novos e dos antigos espaços urbanos, operacionalizado através, nomeadamente, dos processos de reabilitação urbana;
- 5 – a dimensão política e social que se prende com a organização e desempenho da Administração

e a sua concertação com os vários parceiros privados, com o papel do Estado como regulador de disfunções no desenvolvimento e resultados das acções e como garante da aplicação dos princípios de equidade e sustentabilidade através, nomeadamente, da criação dos observatórios locais para acompanhamento das situações mais críticas e de risco em termos urbanísticos e sociais.

Pela importância deste sector como factor de qualidade de vida, equidade e coesão social, caberá ao Estado um papel de agente regulador e coordenador das medidas e acções dos privados e também de promotor no sentido de prevenir e corrigir os desajustamentos quantitativos e qualitativos associados à diversidade dos interesses em presença.

A habitação tem efeitos directos na qualidade de vida das populações, sendo as suas carências e deficiências factores geradores de exclusão social e desqualificação ambiental que assumem uma maior visibilidade e merecem particular atenção e tratamento nas seguintes situações:

- 1 – zonas antigas degradadas com perda de população ou com população envelhecida de fracos recursos económicos e socialmente desintegrada;
- 2 – bairros de barracas com carências profundas em todos os domínios que se reflectem na segregação socioeconómica dos seus residentes;
- 3 – bairros sociais onde se associam factores de precarização social, como a fraca qualidade habitacional, as insuficiências de espaço público, de serviços e equipamentos complementares e a concentração de populações desfavorecidas e vulneráveis a situações de risco;
- 4 – áreas urbanas de génese ilegal afectadas por carências de infraestruturas e equipamentos que são geradoras de forte desqualificação urbanística e fragmentação territorial e constituem elementos perturbadores da vivência e modos de vida das populações.

## 2.2 Nota Metodológica

A análise do sector da habitação comporta dois grandes grupos de questões: o primeiro que compreende uma breve síntese da dinâmica territorial da AML como resultado do crescimento e distribuição espacial do parque habitacional; o segundo contém, por um lado, uma síntese sobre as características dos vários mercados de habitação e do papel dos principais actores públicos e privados no seu funcionamento e, por outro lado,

à evolução e distribuição das ofertas de habitação e das articulações com a dinâmica demográfica.

Para o efeito fez-se consulta de documentos de apoio, estabeleceu-se contactos com o IGAPHE e com o INH para recolha de informação quantitativa e de elementos referentes aos instrumentos da política habitacional e utilizou-se as estatísticas e estudos sectoriais do INE, referentes ao período 1991 a 1998.

## 2.3 Enquadramento Evolutivo

As opções feitas ao nível do sector da habitação têm uma estreita relação com as várias componentes socio-económicas (equipamentos, actividades produtivas, mobilidade), verificando-se que a inexistência de coordenação e articulação das várias medidas e acções sectoriais conduzem à má gestão e ocupação do território e, conseqüentemente, à deficiente satisfação das necessidades da população.

Esta situação reflecte-se na estrutura e organização da AML, particularmente na AML Norte e alguns concelhos da Margem Sul, onde a intensidade e o ritmo de crescimento conduziram a acentuadas deficiências e carências que colocam diferentes problemas em resultado da densidade e desordenamento da ocupação do território e das especificidades dos tecidos sócio-cultural e económico.

O espaço em que se desenvolveu a AML é marcado por uma dissimetria física e económica das Margens Norte e Sul. Enquanto na Margem Sul se desenvolveu um arco de aglomerados, aproveitando o acesso por via fluvial a Lisboa, a Margem Norte, até ao advento do caminho de ferro teve uma expansão quase linear em função da faixa ribeirinha.

O caminho de ferro veio promover a desconcentração industrial na Margem Norte (eixos de Vila Franca e de Sintra) e o desenvolvimento de subúrbios, conglomerados em torno das estações, naqueles eixos e ainda no de Cascais.

Na Margem Sul, o impacto do caminho de ferro como eixo de expansão suburbana é mais tardio e com menor expressão. A expansão urbana dos concelhos faz-se a ritmos muito diferentes, com incidência decrescente segundo dois factores principais: a proximidade de Lisboa e o acesso por caminho de ferro. Setúbal, com uma base industrial longamente enraizada tem um dinamismo autónomo.

A grande expansão urbana na AML inicia-se após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, acentuando-se a partir dos anos 60. A inexistência ou ineficácia dos instrumentos de planeamento, bem como as deficiências na iniciativa e capacidade de intervenção do Estado deram origem a um processo de urbanização desordenada, que se acentuou a partir dos anos 60, com o "boom" dos "bairros clandestinos" e a falta de qualidade na urbanização legal.

Com a recuperação económica e a maior eficácia do controlo sobre o solo, abranda ou desaparece a vaga de loteamentos clandestinos, mas acentua-se a especulação imobiliária/fundiária e evidencia-se a ineficácia no controlo da localização industrial. A qualidade habitacional média melhora, mas acentua-se a polarização social, com uma forte componente étnica.

O crescimento urbano na Margem Norte foi marcado por polarizações ao longo dos eixos radiais, ferroviários e rodoviários, que convergem em Lisboa, manifestando-se tendências para uma ocupação mais esparsa, mais desorganizada

e em geral de pior qualidade nos sectores intersticiais. Estes espaços foram sofrendo um incremento gerando-se contínuos urbanos ao longo dos eixos radiais, observando-se, mais recentemente, uma tendência para a ligação destes eixos através da urbanização ao longo das vias transversais recentemente construídas.

Em termos de características da urbanização assistiu-se nos últimos anos ao aparecimento de empreendimentos de maior dimensão, por vezes integrando o terciário, em que os principais indícios ocorrem em conexão com a auto-estrada Lisboa-Cascais, e nos eixos Cascais-Sintra, Lisboa-Sintra e Lisboa-Loures.

Na Margem Sul, com a crise económica, acentuou-se a dependência em relação a Lisboa e reforçou-se a estrutura nucleada ribeirinha do Tejo. Há núcleos com grande peso populacional, intercalados com

zonas agrícolas e industriais em reconversão, que revelam alguma consistência e viabilidade, a par de outros que cresceram de forma anárquica e que estão desqualificados no que se refere a equipamentos e vivência urbana e desarticulados ao nível concelhio.

A construção da ponte Vasco da Gama introduziu uma dinâmica de urbanização nos concelhos da Margem Sul até agora mais afastados de Lisboa, o que a par com as acções de revitalização urbana que estão a ocorrer na zona oriental de Lisboa perspectiva alterações no quadro de centralidades da AML.

## 2.4 Características e Funcionamento dos Mercados

A produção de habitação tem subjacente as estratégias e actuações das Autarquias, enquadradas nos Planos Municipais de Ordenamento, que se traduzem na definição dos usos e ocupações afectos às diferentes parcelas do território e conduzem à posterior colocação no mercado de solos urbanizados.

A Administração Central e Local também dispõe de outros mecanismos de intervenção mais específica, nomeadamente, com a cedência ou negociação de solos a ocupar por habitação para venda e arrendamento a custos controlados, no sentido de colmatar carências não satisfeitas pelo mercado livre de habitação. Os Planos de Urbanização são um instrumento privilegiado para concretizar este objectivo, integrando soluções diversificadas de habitação devidamente enquadradas ao nível do espaço público, dos equipamentos e serviços de apoio, seja na produção de novos espaços, seja na reabilitação e requalificação dos existentes.

A produção de habitação é promovida principalmente pela iniciativa privada, mas também

pelas Autarquias, Cooperativas e Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Os agentes e regras associados ao financiamento da construção são diferenciados para o mercado livre e para o mercado a custos controlados, estando este sujeito a recomendações técnicas de economia/qualidade de construção e usufruindo de apoios Públicos o que obriga a custos finais de construção e de venda fixos.

No mercado a custos controlados a aquisição de habitação é financiada pelo crédito bancário, beneficiando de isenções fiscais e bonificações de juros. Há programas de realojamento em que o Estado participa no financiamento à aquisição de casa própria em local escolhido pelo agregado familiar visado.

Para as famílias sem capacidade económica ou sem interesse pela aquisição de casa própria, o arrendamento é um mercado que a Administração tem tentado incentivar e adaptar às novas realidades.

No arrendamento privado funcionam as regras do mercado, em que as rendas são livres e os contratos podem ter duração limitada, salvo:

1 – nos casos em que as rendas foram sujeitas a congelamento e por isso a actualização é controlada e depende da realização de obras pelos proprietários;

2 – no arrendamento para jovens, com idade inferior a trinta anos e integrados no mercado de trabalho, que são beneficiários de incentivos do Estado.

No arrendamento público existe um preço técnico e uma renda apoiada, por forma a ajudar as famílias de menores recursos.

No que concerne às intervenções no parque habitacional construído, tem sido estratégia da Administração incentivar os processos de conservação, reabilitação e reconversão nas zonas antigas ou de crescimento recente, pela sua importância para a qualificação do meio e vivência urbanos.

A implementação destas acções cabe à Administração Local e à iniciativa privada, sendo à Administração Central que compete a criação do quadro normativo para o seu processamento e execução técnica e dos instrumentos de apoio financeiro dirigidos às várias situações.

No caso da propriedade privada, criaram-se programas de apoio aos proprietários, inquilinos e Autarquias, sendo a sua execução liderada pelas Autarquias e apoiada financeiramente pela Administração central.

Para o parque habitacional público existem Programas Nacionais e Comunitários dirigidos para a qualificação dos bairros de arrendamento público, envolvendo a Administração e os parceiros privados, preconizando soluções integradas e humanizadas para os diferentes espaços urbanos.

## 2.5 Caracterização e Análise

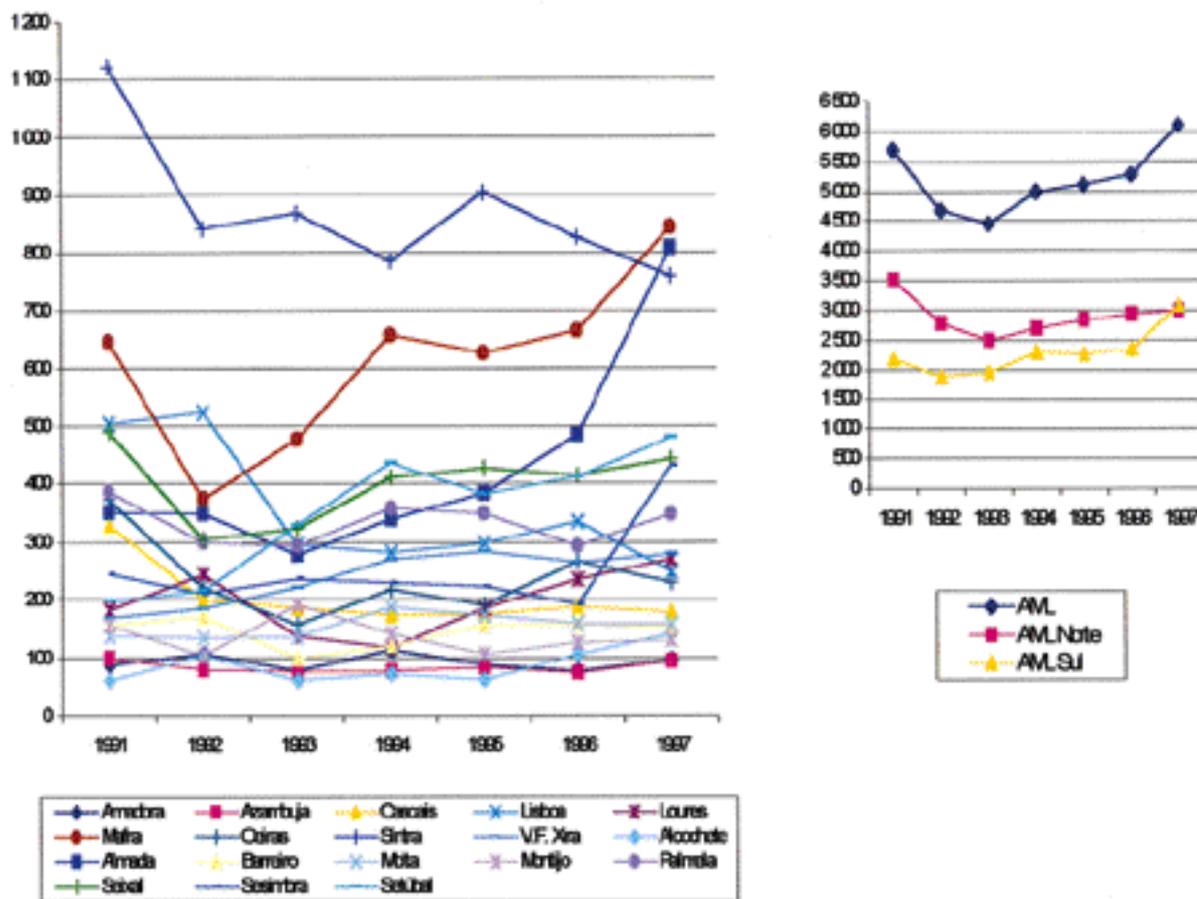
### 2.5.1 **Dinâmica do Licenciamento**

No que concerne à intenção de investimento no sector da construção, entre 1991 e 1997, aferida através do volume de licenças concedidas pelas Câmaras Municipais para construção de novos edifícios para habitação e outros destinos e para realização de obras de beneficiação e conservação de edifícios (incluindo ampliação, transformação e restauração), verifica-se que a AML não teve um comportamento regular, registando-se um crescimento sistemático desde 1993, embora com uma desaceleração em 1994, a que antecederam dois anos de variação negativa. Esta linha de evolução é seguida pela Margem

Norte, enquanto que na Margem Sul o crescimento iniciou-se mais cedo e apresenta um ritmo mais acelerado, especialmente a partir de 1993, aproximando-se progressivamente dos valores da AML Norte até que os ultrapassa ligeiramente em 1997.

Apesar das oscilações observadas, foi no ano de 1997 que, quer a AML no seu conjunto, quer a Margem Sul atingiram o maior número de licenças emitidas. Para a AML Norte esta situação ocorreu em 1991.

### Evolução do Número de Licenças de Construção Emitidas entre 1991 e 1997

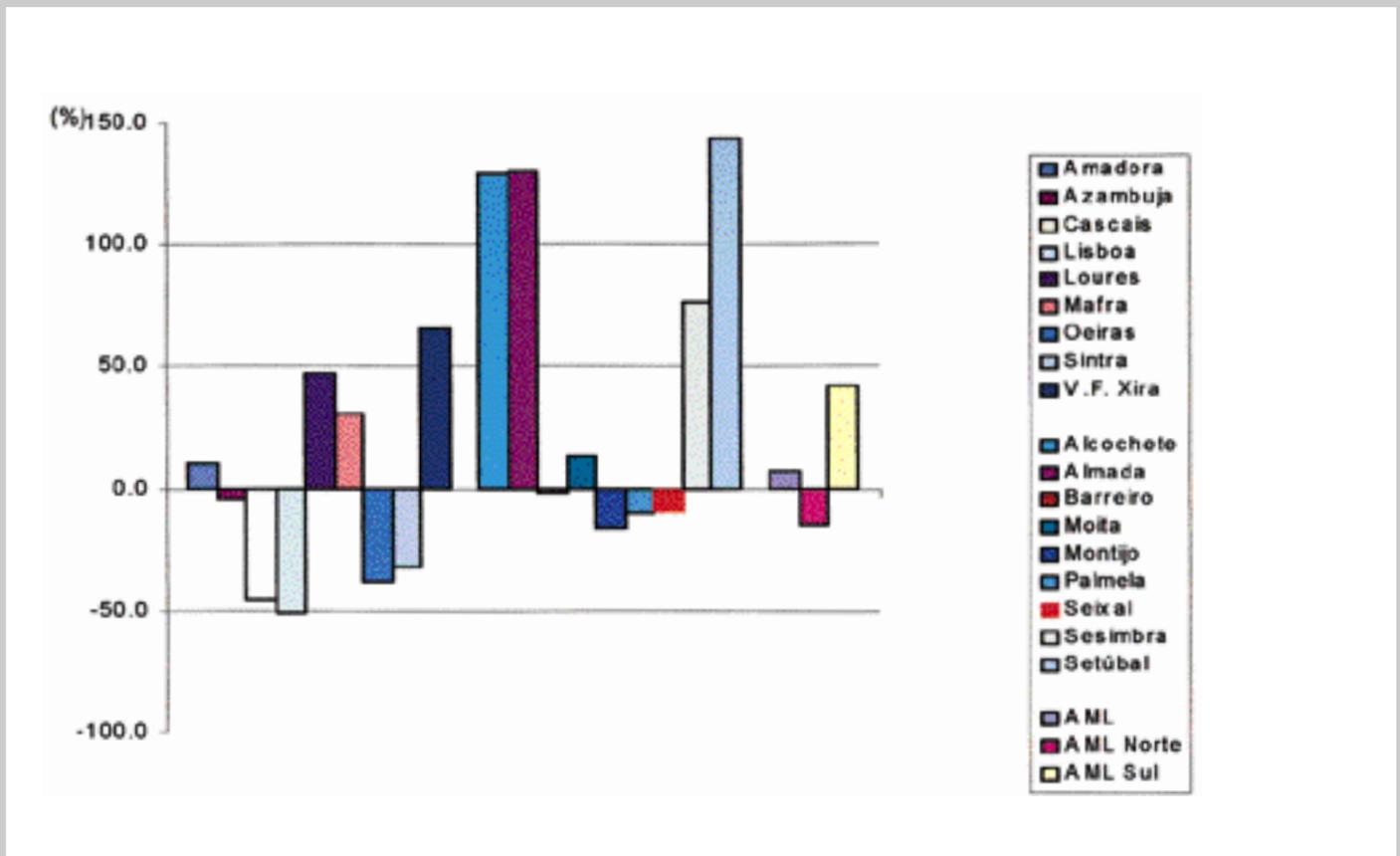


Em termos concelhios, importa destacar a dinâmica de Sintra e de Mafra que registam quantitativos particularmente elevados e períodos de elevado crescimento. Para os dois concelhos, à semelhança do acontecido noutros, nomeadamente, Seixal, V. Franca de Xira e Oeiras, o ano de 1991 revelou-se de quebra acentuada na missão de licenças. Pelo contrário, 1996 é um ano de crescimento, especialmente acentuado em Mafra, Almada, Sesimbra e também Alcochete, neste último

numa dimensão inferior, com excepção para um reduzido número de concelhos, de que se destacam Sintra e Lisboa.

No período considerado, observa-se uma evolução global de 7.0% para o conjunto da AML, sendo que a AML Norte revelou uma taxa de variação negativa (-14.6%) ao contrário da AML Sul que apresentou uma taxa fortemente positiva (41.7%).

### Taxa de Variação das Licenças de Construção Emitidas entre 1991 e 1997



Essa situação decorre de ser na Margem Norte que se registaram as variações negativas mais significativas, especialmente em Lisboa e Cascais, ao contrário da Margem Sul, onde ocorreram os crescimentos mais acentuados, com destaque para Alcochete, Almada e Setúbal em que ultrapassa os 100%.

Relativamente às características das licenças, refira-se que o total de 36 341 emissões, entre 1991 e 1997, é principalmente resultado dos pedidos que visam construções novas (cerca de 87%) e, dentro destas, as que têm como destino a habitação (86%). Em qualquer destas variáveis, a AML Norte tem maior peso, concentrando (55.8%) do total de licenças e cerca de (54%) em cada uma das variáveis.

As duas margens apresentam uma estrutura idêntica à globalidade da AML, diferenciando-se apenas no peso que as construções novas ocupam no total das licenças concedidas, sendo que a AML Sul fica (5.5%) à frente da Margem Norte.

A emissão de licenças para realização de obras assume reduzido valor em termos globais,

no entanto, tem particular expressão nos concelhos de Lisboa e Mafra com, respectivamente (25.5%) e (13.1%). Saliente-se a situação de Lisboa, onde o pedido para realização de obras é sempre superior aos que visam a construção de edifícios novos, facto que se prende com a antiguidade do tecido construído e as iniciativas através de projectos de reabilitação nos bairros históricos centrais ou outros "menos nobres".

Especificamente quanto às licenças concedidas, entre 1991 e 1997, para novos edifícios destinados à habitação, foram os municípios de Sintra e Mafra, na AML Norte, e os de Almada, Seixal e Setúbal, na Margem Sul, que assumiram uma posição de destaque. Em termos concelhios, salientam-se Vila Franca de Xira e Loures, com crescimentos acima de (60%), e na Margem Sul o concelho de Alcochete que teve um acréscimo acima dos (200%), bem como os concelhos de Sesimbra, Almada e Setúbal, todos acima dos (100%), opondo-se Sintra e Lisboa que registam as reduções mais significativas, na ordem dos (21%) e (15%) respectivamente.

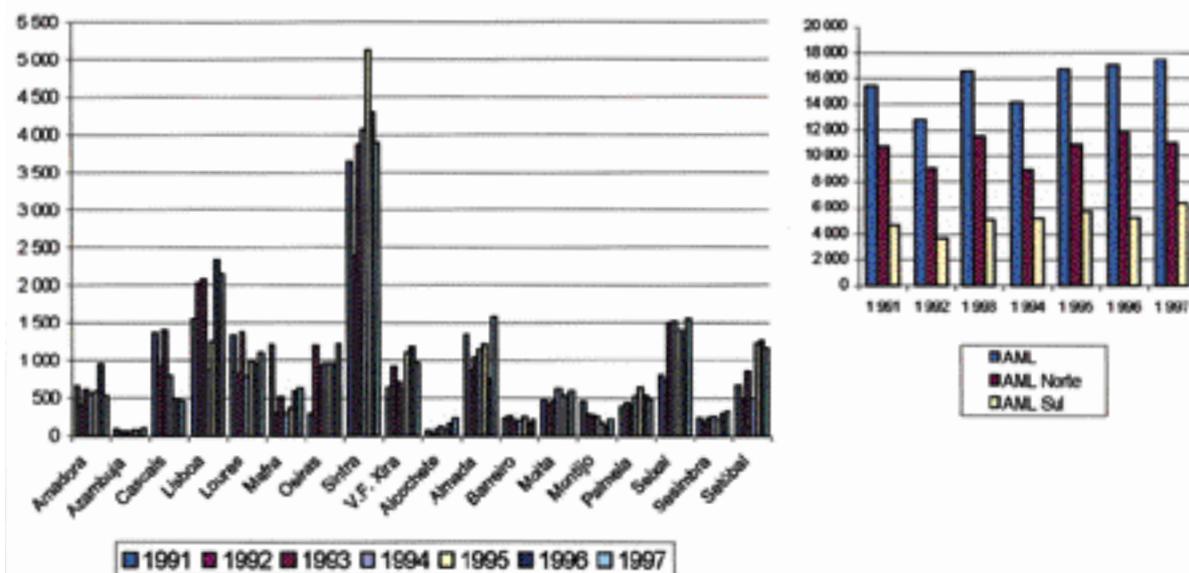
## 2.5.2 Dinâmica da Construção

Em termos de fogos disponibilizados entre 1991 e 1997, pela construção de edifícios ou pela realização de obras, verifica-se que no conjunto da AML, a Margem Norte contribui com a grande parcela (67.4%) para a produção global que foi de 110 097 fogos. Neste período registou-se uma evolução global positiva, sendo o crescimento da AML Sul (36.6%) muito mais acentuado do que na AML Norte (2.5%).

Neste período, a produção de fogos à escala municipal concentra-se principalmente em Sintra seguido de Lisboa, na AML Norte, e no Seixal e Almada, na AML Sul, embora até 1995 estes dois concelhos alternem entre si as primeiras posições da tabela. A partir daquele ano o município de Setúbal ultrapassa os valores de Almada, colocando-se na segunda posição.

Os concelhos de características mais rurais e mais afastados do centro da AML, como Azambuja e Alcochete, evidenciam-se pelos volumes de construção muito baixos.

### Evolução da Construção dos Fogos entre 1991 e 1997



A densidade de construção, avaliada pelas tipologias de habitação, é reveladora das diferenças que existem nas duas margens da AML, sendo a Sul que a generalidade dos concelhos apresentam densidades mais baixas que nunca ultrapassam a média de 3.8 fogos por edifício.

Na AML Norte são os concelhos de Lisboa, Amadora, Loures e Sintra que se destacam com

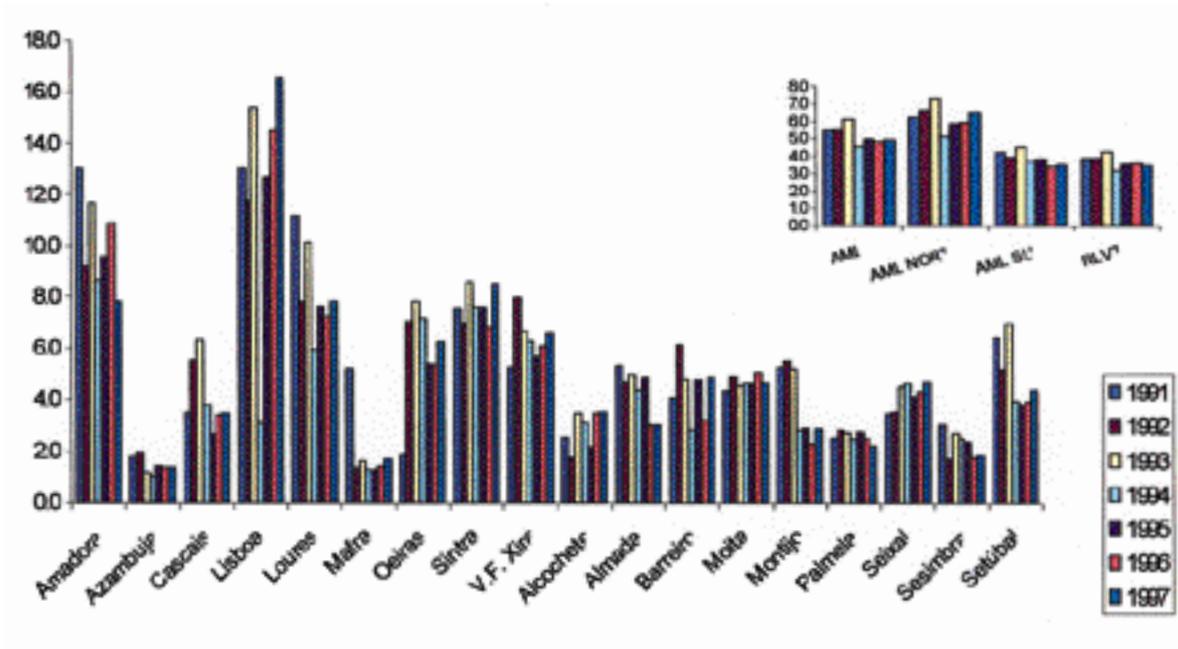
as maiores densidades médias. Em termos anuais, entre 1991 e 1997, observam-se grandes variações de comportamento, apontando-se como única tendência a queda acentuada que este índice registou em 1994, particularmente em Lisboa, Loures e Cascais.

Os concelhos de Mafra e Azambuja diferenciam-se dos restantes pela fraca densidade de construção

em termos anuais e médios, 1.9 e 1.4 respectivamente. Este facto deve-se à importância que a habitação unifamiliar assume nos territórios

de forte componente rural. Situação semelhante, embora com valores ligeiramente superiores, ocorre nos concelhos de Sesimbra e Palmela.

### Evolução do Número Médio de Fogos por Edifício entre 1991 e 1997



### 2.5.3 O Efectivo Habitacional

A análise dos dados disponíveis, ao nível concelhio para o período de 1991 a 1998, indica que o efectivo de fogos/alojamentos clássicos para a totalidade da AML, obedeceu a um crescimento de certa forma progressivo e continuado.

Um elemento de realce é o facto da AML Norte apresentar existência anual de fogos sistematicamente superior à da AML Sul.

O peso da AML Sul, no conjunto do efectivo habitacional da AML, tem sofrido um acréscimo contínuo, embora de fraca intensidade, à excepção de 1994 em que se mantiveram os valores do ano anterior.

### Peso das Margens Norte e Sul no Efectivo Global de Fogos/Alojamentos

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
AML Norte	73.6	76.6	73.5	73.4	72.2	73.2	73.1	72.9
AML Sul	26.4	26.4	26.5	26.6	26.4	26.8	26.9	27.1

Fonte: INE, "Projecto Habitação – Estimativa do Parque Habitacional", Junho 1999

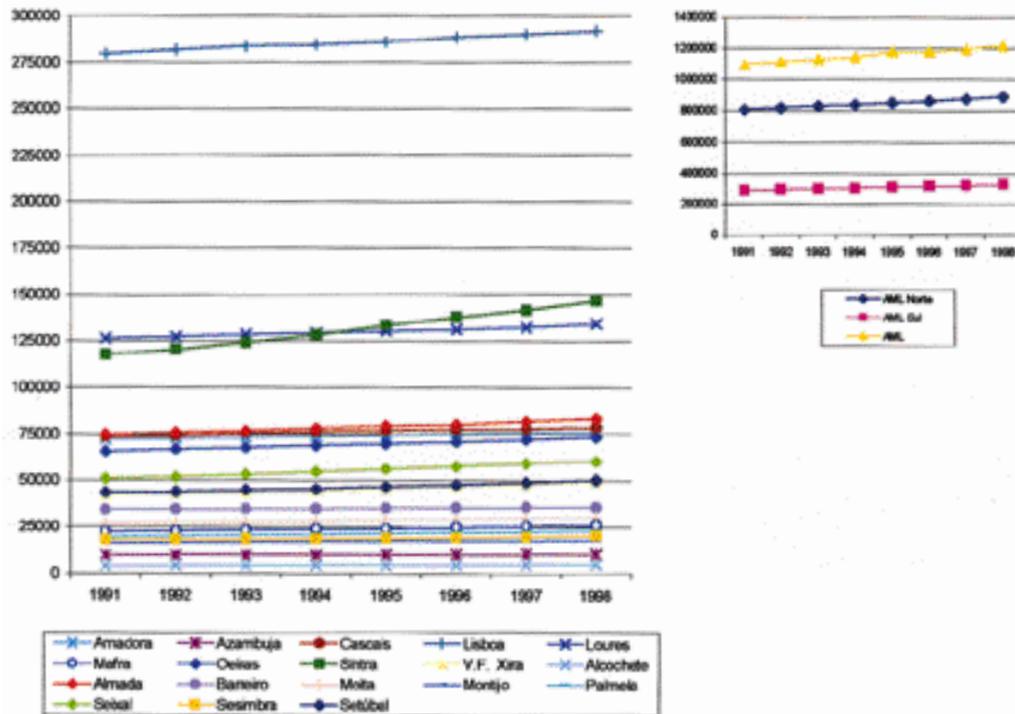
Outro aspecto que importa reter prende-se com o contributo diferenciado dos vários concelhos no comportamento anual e global do conjunto da AML.

No que concerne à AML Norte, são de realçar os concelhos da Azambuja e Mafra, que apresentam para a globalidade deste período sempre os valores

inferiores, em contraponto aos concelhos de Lisboa, Loures e Sintra que registam sempre os valores mais elevados.

Quanto à AML Sul, destacam-se os concelhos de Alcochete e do Montijo por apresentarem sempre menor efectivo de fogos, a que se opõem os concelhos de Almada, Seixal e Setúbal.

## Evolução dos Fogos/Alojamentos no Período 1991 a 1998



### 2.5.4 O Realojamento e a Reabilitação na Produção Habitacional

Dentro da problemática da habitação, este ponto assume uma relevância importante, permitindo uma melhor compreensão da dinâmica habitacional na AML.

Assim, com vista a resolver as carências habitacionais mais graves e prementes, foi instituído o PER (Programa Especial de Realojamento), vocacionado para a construção de habitação destinada ao realojamento de famílias residentes em barracas. De referir que o PER é somente

implementado para os concelhos abrangidos pelas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Obedecendo a outros objectivos e seguindo, obviamente, outra lógica de actuação, foram criados os programas RECRIA, REHABITA e RECRIPH, que visam a reabilitação e requalificação do parque habitacional degradado, funcionando como veículos de promoção do acesso à habitação e de melhoria da qualidade dos centros urbanos, designadamente, dos centros históricos.

Efectuada uma análise aos dados referentes ao PER, verifica-se que para a AML Norte, Lisboa, Loures e Sintra, são os concelhos com maior número de fogos concluídos, respectivamente com 1120, 887 e 669 (Vd. em anexo Quadro 2.6: *Programa Especial de Realojamento – AML, 1999*)<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Fonte: INH, 1999. Refira-se que até à data de conclusão dos Estudos de Fundamentação Técnica do PROT-AML, estavam somente disponíveis dados de 1999, concretamente no que respeita aos fogos aprovados em acordos de adesão e à situação em termos de execução do PER, por concelho.

Para a AML Sul, os concelhos com maior taxa de conclusão são Almada, Setúbal e Montijo, respectivamente com 590, 440 e 212 (Idem).

Relativamente ao programa RECRIA e no que concerne a processos totalmente concluídos, verifica-se uma liderança nítida do concelho de Lisboa com 10 875 fogos, seguido pelos concelhos de Oeiras, Amadora e Almada, respectivamente com 342, 213 e 208.

### 2.5.5 Dinâmica Demográfica e Habitacional

A evolução da população residente na AML mantém as tendências registadas na década de oitenta. Assim, em 1997, estimava-se que para a AML um total de 2 565 440 habitantes (74% na AML Norte e 26% na AML Sul).

No período de 1991 a 1997, verifica-se um acréscimo de 25 200 habitantes no conjunto da AML, o que representa um ligeiro aumento anual médio relativamente ao valor registado entre 1981 e 1991.

No que concerne ao comportamento da AML, verifica-se uma profunda reorganização da distribuição da população no território

metropolitano. Assim, verificam-se situações distintas entre a AML Norte e a AML Sul, com a primeira a sofrer uma perda de população, apresentando decréscimos de (-0.1%) entre 1991 e 1997, e a segunda a manter a tendência de crescimento populacional, com variações de (4.2%) entre 1991 e 1997.

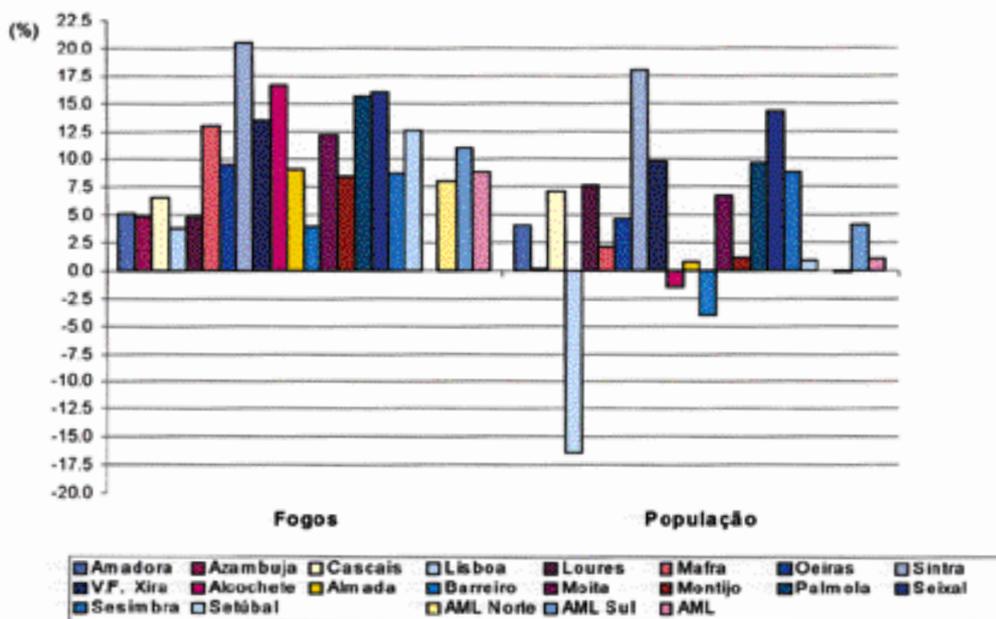
Em termos concelhios é de evidenciar a situação de Lisboa que lidera a tabela com uma população, estimada para 1997, de 554 050 habitantes (mais de 20% da população da AML), seguida por Loures (13.5%) e Sintra (12%) com populações superiores a 300 000 habitantes. No que se refere aos concelhos com menos população é de realçar Alcochete (0.4%) e Azambuja (0.8%), ambos com populações inferiores a 20 000 habitantes.

Quanto aos acréscimos populacionais verificados no período 1991/97, destacam-se os concelhos de Sintra, Loures e Seixal.

Fazendo o cruzamento dos dados “demográficos” com o efectivo habitacional, observa-se como tendência geral que a taxa de crescimento da habitação é muito superior, especialmente na AML Norte.

Esta divergência acentua-se quando apreciada em termos concelhios, em que às diferenças de intensidade se juntam, em alguns casos, variações de sentido inverso. Nesta situação encontram-se

Variação de Fogos/Alojamentos e de População entre 1991 e 1997



Lisboa, Alcochete e Barreiro, apresentando aumento de fogos, ao contrário da população em que se registam perdas.

A dinâmica dos concelhos de Sintra, Vila F. de Xira e Seixal, reflectida nos fortes acréscimos de habitação e de população, traduzem a importância do processo de a sub-urbanização associado ao crescimento extensivo da AML.

Os casos de Azambuja, Mafra, Palmela e Setúbal revelam uma situação diversa, com crescimento habitacional francamente superior ao populacional, que poderá estar associada à crescente importância do mercado de segunda residência nas áreas mais afastadas do centro da AML em que os valores ambientais constituem um forte elemento de atracção.

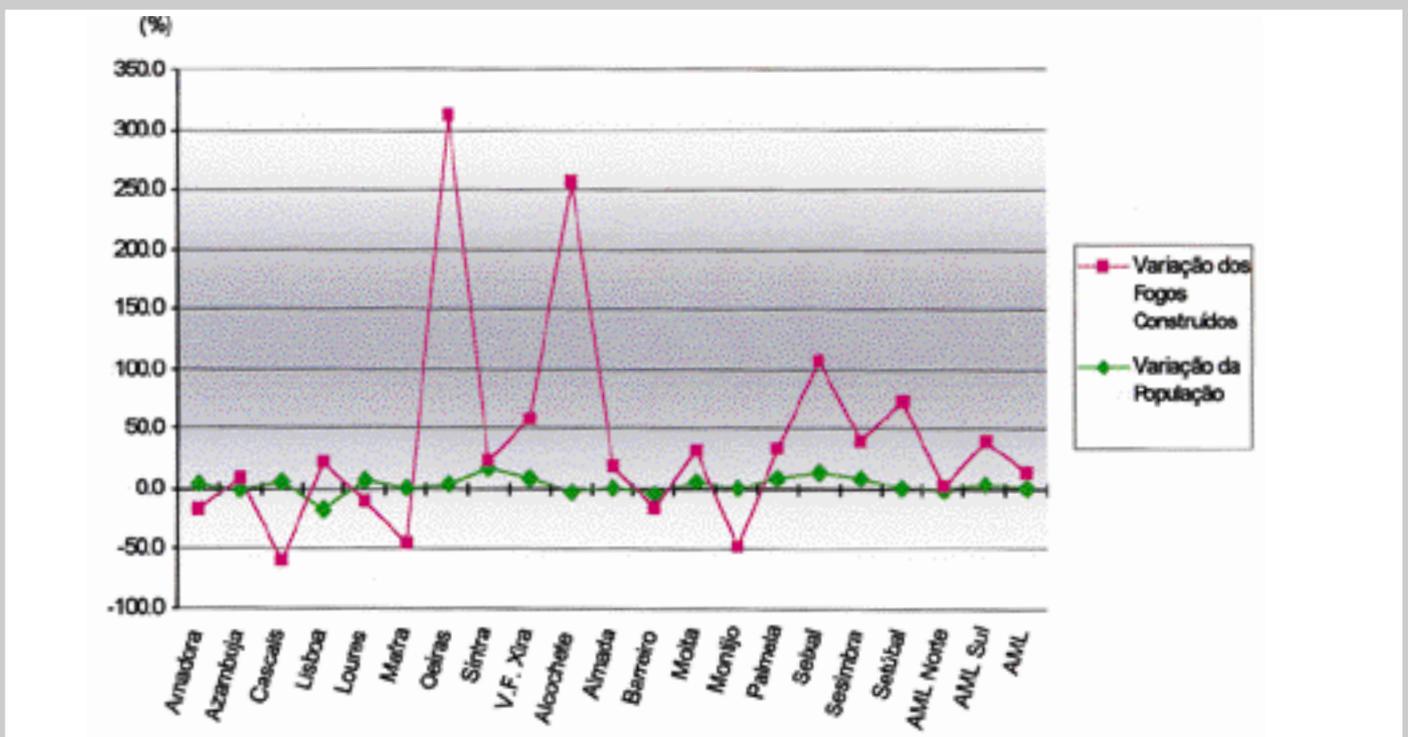
De realçar o caso específico da cidade de Lisboa, que apesar do crescimento e aparecimento dos novos bairros periféricos, verifica-se uma acentuada perda populacional, relacionada com a tendência de

“esvaziamento” das áreas antigas, que se reflecte no crescimento dos subúrbios das Margens Norte e Sul.

Em termos conclusivos, observam-se tendências distintas, com a população da AML a crescer a um ritmo lento e a produção de alojamento a crescer de forma relativamente acentuada, principalmente em resultado da evolução da AML Sul. Esta desproporção não será de totalmente explicada pela renovação do parque habitacional, pelo desdobramento familiar e pela segunda residência.

Articulando a evolução da população e da construção, as discrepâncias no comportamento das duas variáveis ainda são mais evidentes pela sua intensidade e pelo seu nível de generalização. Como exemplos refere-se a situação de Oeiras e Setúbal com uma produção habitacional fortemente superior (307% e 73.4%) ao crescimento da população (4.7% e 0,8%) e a de Alcochete com uma dinâmica construtiva intensa (259%) a que se opõe um decréscimo, ainda que reduzido, da população.

### Dinâmica Populacional e Construtiva entre 1991 e 1997



A leitura destes indicadores coloca algumas reservas, no sentido em que as estimativas da população parecem não reflectir as tendências estruturais na geografia das acessibilidades

e nas motivações no acesso à habitação, bem como as estatísticas da construção não permitem diferenciar os segmentos de mercado mais representativos na oferta e procura de habitação.

# 3 Equipamentos Sociais e Culturais

## 3.1 Considerações preliminares

## 3.2 Equipamentos de Ensino

3.2.1 Nota Introdutória

3.2.2 Caracterização

## 3.3 Equipamentos de Saúde

3.3.1 Metodologia

3.3.2 Caracterização

3.3.3 Hospitais Públicos

3.3.4 Procura de Cuidados de Saúde

3.3.5 Prestação de Cuidados de Saúde

3.3.6 Situação dos Equipamentos de Saúde na AML em resultado das informações disponibilizadas pela ARSLVT

## 3.4 Equipamentos de Desporto

3.4.1 Nota Introdutória

3.4.2 Caracterização das Instalações Desportivas Artificiais

3.4.3 Caracterização dos Equipamentos Especiais

## 3.5 Equipamentos de Cultura

3.5.1 Nota Introdutória

3.5.2 Caracterização das Salas de Espectáculos

3.5.3 Caracterização das Bibliotecas

3.5.4 Caracterização dos Museus

3.5.5 Caracterização da Imprensa e da Radiodifusão Sonora

## 3.1 Considerações Preliminares

As redes de equipamentos sociais e culturais, se correctamente estruturadas e programadas, podem ajudar a suprir algumas das deficiências dos regimes de protecção social existentes.

A equidade no acesso aos equipamentos sociais e culturais é inatingível, não só porque o investimento, público ou privado, é selectivo, mas também porque os equipamentos terão de se localizar, estrategicamente, em determinados pontos do espaço.

É desejável, porém, que se procure minimizar as desigualdades espaciais no acesso aos equipamentos por forma a dar uma melhor resposta à satisfação das necessidades sociais e culturais das populações.

Para que tal se concretize é imprescindível uma identificação das necessidades a satisfazer e uma estreita articulação das redes de equipamentos com o sistema urbano a definir (é necessário detectar os lugares preferenciais para a localização dos equipamentos).

Num Plano Regional de Ordenamento do Território as maiores preocupações deverão recair sobre os equipamentos de âmbito supramunicipal.

No caso da AML, o principal problema que se coloca é a necessidade de requalificação da oferta existente na perspectiva do engrandecimento e da valorização do potencial da região.

Tal requalificação da oferta pode também revelar-se importante para a fixação da população e para a consolidação do sistema urbano, contribuindo, nomeadamente, para o reforço de alguns pólos no interior da AML. Além disso, a requalificação da oferta irá permitir o alargamento e diversificação das oportunidades de trabalho e conseqüente reordenamento dos centros de emprego, designadamente terciário, na AML.

Assim, com vista à caracterização e diagnóstico dos equipamentos sociais e culturais da AML, consideraram-se os seguintes tipos de equipamentos:

- equipamentos de ensino;
- equipamentos de saúde;
- equipamentos de desporto;
- equipamentos de cultura.

## 3.2 Equipamentos de Ensino

### 3.2.1 Nota Introdutória

A caracterização dos equipamentos de ensino da AML incide apenas sobre os equipamentos de ensino superior, nas suas componentes de Ensino Público e de Ensino Particular e Cooperativo. A primeira componente abrange os Ensinos Universitário, Politécnico e Militar e Policial, e a segunda componente abrange as Universidades (entre as quais a Universidade Católica Portuguesa) e outros estabelecimentos dos Ensinos Universitário e Politécnico.

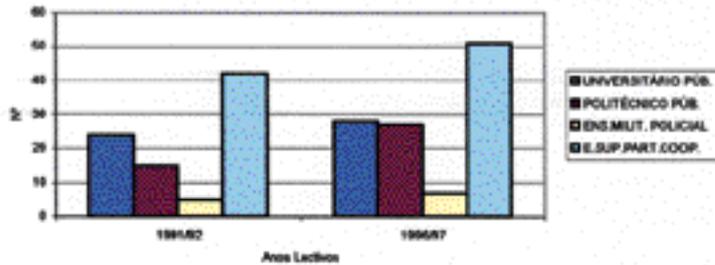
O ensino superior compreende duas grandes áreas: o Ensino Universitário e o Ensino Politécnico. O Ensino Universitário é ministrado em Universidades e em Escolas Universitárias não integradas em Universidades, conferindo os graus

de licenciatura, mestrado e doutoramento. O Ensino Politécnico é ministrado em Institutos Politécnicos e outras escolas superiores, conferindo o grau de bacharel e o Diploma de Estudos Superiores Especializados, que equivale, para efeitos profissionais e académicos, à licenciatura.

### 3.2.2 Caracterização

O Ensino Universitário Público que tinha perdido, na década de 80, a supremacia em termos de número de estabelecimentos relativamente ao Ensino Particular e Cooperativo, perde já, na década de 90, como se pode verificar pelas figuras seguintes (e quadros 3.1 a 3.8 em Anexos), o domínio que ainda lhe pertencia quanto ao número de alunos matriculados e quanto ao número de alunos diplomados.

### Evolução do Número de Estabelecimento de Ensino por Modalidade de Ensino Superior, na AMP

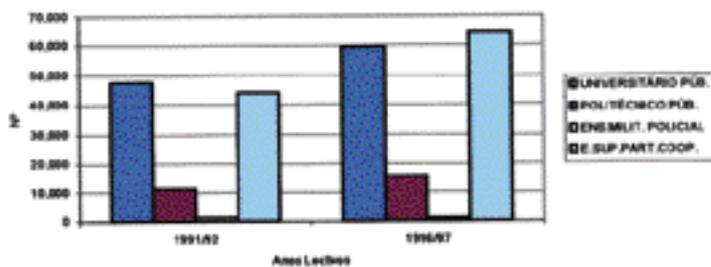


Fonte: M. da Educação /DEGPGEF, Estatísticas da Educação em Portugal,1992; DAPP, Estatísticas Preliminares, Alunos Matriculados/Diplomados, 1996/97

Tal facto torna-se ainda mais significativo quando verificamos que, comparativamente, as taxas de crescimento são mais elevadas, para qualquer destes indicadores, no Ensino Particular e Cooperativo. Isto é reflexo do grande crescimento da procura

do ensino superior que não tem sido correspondida na mesma grandeza pela criação de vagas no Ensino Público, além de existir uma nítida aposta dos Governos mais recentes em liberalizar a oferta do ensino superior.

### Evolução do Número de Alunos Matriculados por Modalidade de Ensino Superior, na AML

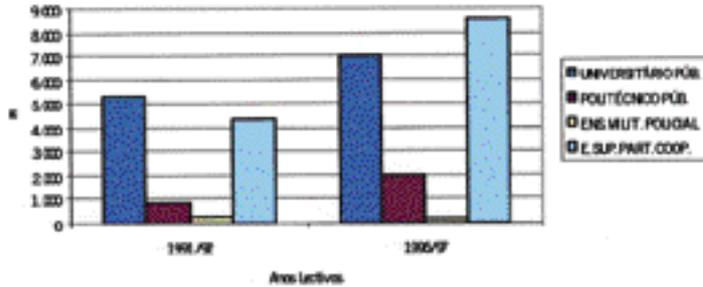


Fonte: M. da Educação /DEGPGEF, Estatísticas da Educação em Portugal,1992; DAPP, Estatísticas Preliminares, Alunos Matriculados/Diplomados, 1996/97

Destaca-se ainda o crescimento bastante acentuado do Ensino Politécnico Público que, no ano lectivo 1996/97, apresentava já um número de

estabelecimentos muito próximo do Ensino Universitário Público e possuía mais de 10% de alunos matriculados e de alunos diplomados.

## Evolução do Número de Alunos Diplomados por Modalidade de Ensino Superior, na AML



Fonte: M. da Educação /DEGPGEF, Estatísticas da Educação em Portugal, 1992; DAPP, Estatísticas Preliminares, Alunos Matriculados/Diplomados, 1996/97

Parece de toda a conveniência que o incremento do Ensino Politécnico se continue a verificar, aproximando-o do peso dos cursos clássicos, uma vez que actualmente já existe excesso de licenciados em alguns cursos superiores e grande carência de mão-de-obra proveniente de cursos médios, sendo que, a médio e longo prazo, as necessidades far-se-ão sentir ainda com maior intensidade na área dos quadros superiores intermédios.

A análise da informação dos estabelecimentos de ensino superior, permite verificar uma excessiva concentração deste tipo de equipamentos na cidade de Lisboa, relativamente à AML e, mesmo, a Portugal Continental, pelo que o seu poder atractivo ultrapassa o âmbito regional. No entanto, depois de 1988 parece esboçar-se uma tentativa de, pelo menos, não agravar ainda mais esta concentração de estabelecimentos, já que foram publicados diplomas legais de aprovação de cursos superiores noutros concelhos da AML.

Apesar disso, a situação centralizada do Ensino Politécnico considera-se mais grave, pois a sua lógica é a promoção de ligações entre o ensino e as actividades produtivas e sociais, colaborando no desenvolvimento económico e social da região, e tem-se verificado uma tendência para o aumento da sua concentração na cidade de Lisboa, nomeadamente em termos de número de estabelecimentos. Mesmo assim, o Instituto Politécnico de Setúbal apresenta um peso relativo significativo na AML.

Apesar de, entre 1991/92 e 1996/97, parecer verificar-se uma tendência para o crescimento mais acentuado do ensino superior na AML Sul,

nomeadamente em termos do número de alunos matriculados e do número de alunos diplomados, a AML Norte apresenta um peso relativo superior a 80% em todas as variáveis de ensino superior analisadas, essencialmente em resultado da excessiva concentração do ensino superior na cidade de Lisboa.

Assim, parece particularmente importante a criação de novos estabelecimentos de ensino superior e/ou de novos cursos fora da cidade de Lisboa, nomeadamente na AML Sul, de modo a proceder à sua desconcentração e a responder às crescentes necessidades de formação dos territórios envolventes à capital.

No que respeita ao Ensino Politécnico, torna-se pertinente a programação de outros estabelecimentos na AML – exteriores à cidade de Lisboa – procurando corresponder à crescente procura deste tipo de ensino. Neste sentido, assumem-se como localizações preferenciais para a criação de pólos de ensino politécnico o concelho do Barreiro, procurando satisfazer as necessidades existentes de qualificação e estancar a saída de população do concelho, e o concelho do Seixal, que apresenta muita população jovem.

Particularizando, é de referir que, entre 1991/92 e 1996/97, não se verificou a redução do número de estabelecimentos de ensino superior em nenhum concelho da AML, o que já não se regista quanto ao número de alunos matriculados e quanto ao número de alunos diplomados, surgindo como mais significativa a evolução negativa do Ensino Militar e Policial nos concelhos de Almada e Lisboa, que motiva inclusivamente o decréscimo destas variáveis

na AML. De qualquer modo, as maiores alterações registadas correspondem a evoluções positivas.

Entre 1991/92 e 1996/97, julga-se ainda importante apontar o aparecimento, pela primeira vez, de estabelecimentos de Ensino Superior Particular e Cooperativo nos concelhos de Cascais e Oeiras e as evoluções positivas muito significativas do número de alunos matriculados no Ensino Politécnico nos concelhos de Cascais e Setúbal, do número de alunos diplomados no Ensino Militar e Policial no concelho de Sintra e de ambas as variáveis no Ensino Superior Particular e Cooperativo no concelho de Almada.

Desagregando ainda pelo nível do curso, entre 1991/92 e 1996/97 (vide quadros 3.9 a 3.13 em Anexos), verifica-se uma maior oscilação dos valores, correspondendo a evoluções positivas as maiores alterações registadas.

Por fim, tomando em conta a totalidade do ensino pós-licenciatura (vide quadros 3.14 e 3.15 em Anexos), é de referir que, relativamente à AML, a concentração do número de alunos matriculados e diplomados na cidade de Lisboa é ainda mais significativa e que apenas três concelhos – Lisboa, Almada e Oeiras – dispõem de graus de ensino para além da licenciatura.

## 3.3 Equipamentos de Saúde

### 3.3.1 Metodologia

Na caracterização da situação actual dos equipamentos de saúde da AML analisou-se a oferta pública e privada, já que ambas desempenham um papel importante na satisfação das necessidades em cuidados de saúde da população da AML.

Para isso, houve necessidade de utilizar informações provenientes de duas fontes estatísticas – que apresentam critérios de recolha diferentes – a informação do Instituto Nacional de Estatística (INE), que contabiliza genericamente a totalidade dos equipamentos de saúde separando a oferta pública da oferta privada, e a da Direcção Geral da Saúde (DGS), que apenas contempla os estabelecimentos públicos de saúde com posse e gestão do Ministério da Saúde, mas estabelece uma hierarquia entre os equipamentos.

De um modo geral, a caracterização incide na análise das informações (disponíveis no final de 1998 e início de 1999) da oferta de infraestruturas de saúde – Hospitais, Centros de Saúde (com ou sem internamento) e suas Extensões, Centros de Reabilitação – dos recursos médicos e da procura de cuidados de saúde.

Já depois de elaborados estes Estudos de Fundamentação Técnica foram disponibilizados pela ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (entidade da Comissão Consultiva do PROT-AML) informações relativas à AML que permitem a actualização de alguns aspectos dos estudos de caracterização e diagnóstico, pelo que no final destes estudos são efectuadas algumas referências que possibilitam uma actualização/rectificação da situação dos cuidados de saúde da população da AML antes apresentada.

No entanto, impõe-se reafirmar que a utilização de fontes estatísticas diferentes, com critérios de recolha diferentes, apresenta debilidades que só um estudo mais aprofundado permitiria ultrapassar.

### 3.3.2 Caracterização

No contexto nacional, considera-se a oferta de infraestruturas de saúde da AML como favorável (vide quadros 3.16 e 3.17 em Anexos). De facto, apresentando 25.8% da população residente do país, a AML concentra 27.9% dos Hospitais Oficiais, 34.8% dos Hospitais Particulares e 33.6% das Camas dos Hospitais.

#### Infraestruturas de Saúde, em 1996

	HOSPITAIS		CENTROS DE SAÚDE		CAMAS	
	OFICIAIS	PARTICULARES	COM INTERNAMENTO	SEM INTERNAMENTO	HOSPITAIS	C. SAÚDE
AML	34	31	6	46	13187	88
Portugal	122	89	112	270	39212	1902
AML/Portugal (%)	27.9	34.8	5.4	17.0	33.6	4.6

Utilizando a informação da DGS para 1996 (vide quadros 3.19 e 3.20 em Anexos), relativa apenas a estabelecimentos públicos, verifica-se uma concentração particularmente significativa dos Hospitais Centrais na AML relativamente a Portugal Continental – 64.3% dos Hospitais Centrais Gerais e 57.1% dos Hospitais Centrais Especializados, correspondendo, respectivamente, a 47.6% e 59.6% da sua lotação – sendo também significativo o peso relativo dos Hospitais Psiquiátricos, que com apenas dois equipamentos<sup>4</sup> (correspondentes a 1/3 da oferta nacional) apresentam cerca de metade da lotação do Continente.

De igual modo, verifica-se uma situação favorável a nível dos recursos médicos (vide quadro 3.20 em Anexos), já que a AML concentra mais de 40% do total de médicos e do total de médicos especialistas de Portugal Continental.<sup>5</sup>

No contexto da AML, regista-se uma significativamente menor cobertura da margem sul em relação à margem norte. De facto, a grande maioria das infraestruturas de saúde localiza-se na AML Norte, sendo de apontar que, concentrando 74% da população residente, dispõe de mais de 85% dos Hospitais Oficiais, dos Hospitais Particulares e das Camas de Hospitais da AML. Apesar disso regista-se uma elevada carência de camas hospitalares nos concelhos de Loures, Mafra, e Azambuja (particularmente no primeiro, pela elevada população residente), bem demonstrada pela figura seguinte. Estas insuficiências deverão, pelo menos em parte, ficar colmatadas com a entrada em funcionamento do novo Hospital de Loures, que se prevê para o ano 2004.

A informação da DGS para 1996, relativa apenas a unidades públicas, permite confirmar esta diferença significativa entre a AML Norte e a AML Sul quanto ao número de Hospitais Centrais Gerais (que apenas estão instalados nos concelhos de Lisboa (8) e Oeiras (1), de Hospitais Centrais Especializados (7 dos 8 instalados na AML) e de Hospitais Psiquiátricos (localizados apenas no concelho de Lisboa), mas não de Hospitais Distritais.

Como seria de esperar, pela acentuada associação aos Hospitais, também os recursos médicos se concentram essencialmente na AML Norte (cerca de 90% do total de médicos e do total de especialistas), verificando-se ainda comparativamente uma concentração ligeiramente menos acentuada de médicos não especialistas

e uma proporção um pouco mais significativa de médicos especialistas relativamente à AML Sul.

A nível municipal, verifica-se uma grande concentração de infraestruturas de saúde na cidade de Lisboa, pois, apesar de representar somente cerca de 5,6% da população nacional, detém 17.2% dos Hospitais Oficiais, 22.5% dos Hospitais Particulares e 22.0% das Camas de Hospitais. No contexto da AML, esta concentração é ainda mais significativa, uma vez que, a cerca de 21.6% da população da AML, correspondem cerca de 2/3 dos Hospitais Oficiais, dos Hospitais Particulares e das Camas de Hospitais.

A posição destacada do concelho de Lisboa fica igualmente bem vinculada, quer a partir da informação da DGS (8 em 9 Hospitais Centrais Gerais da AML e em 14 do Continente localizam-se na capital), quer a partir da informação sobre os recursos médicos – mais de 50% do total de médicos e de 20% do total de especialistas, respectivamente, da AML e do país estão instalados em Lisboa, a maioria dos quais nas unidades hospitalares centrais. Esta posição de destaque do Concelho de Lisboa justifica-se pelo facto de nele estarem concentrados todos os hospitais de referência para a zona sul do País, ou seja, que assistem em última linha os doentes provenientes da zona sul do país, por possuírem valências altamente diferenciadas.

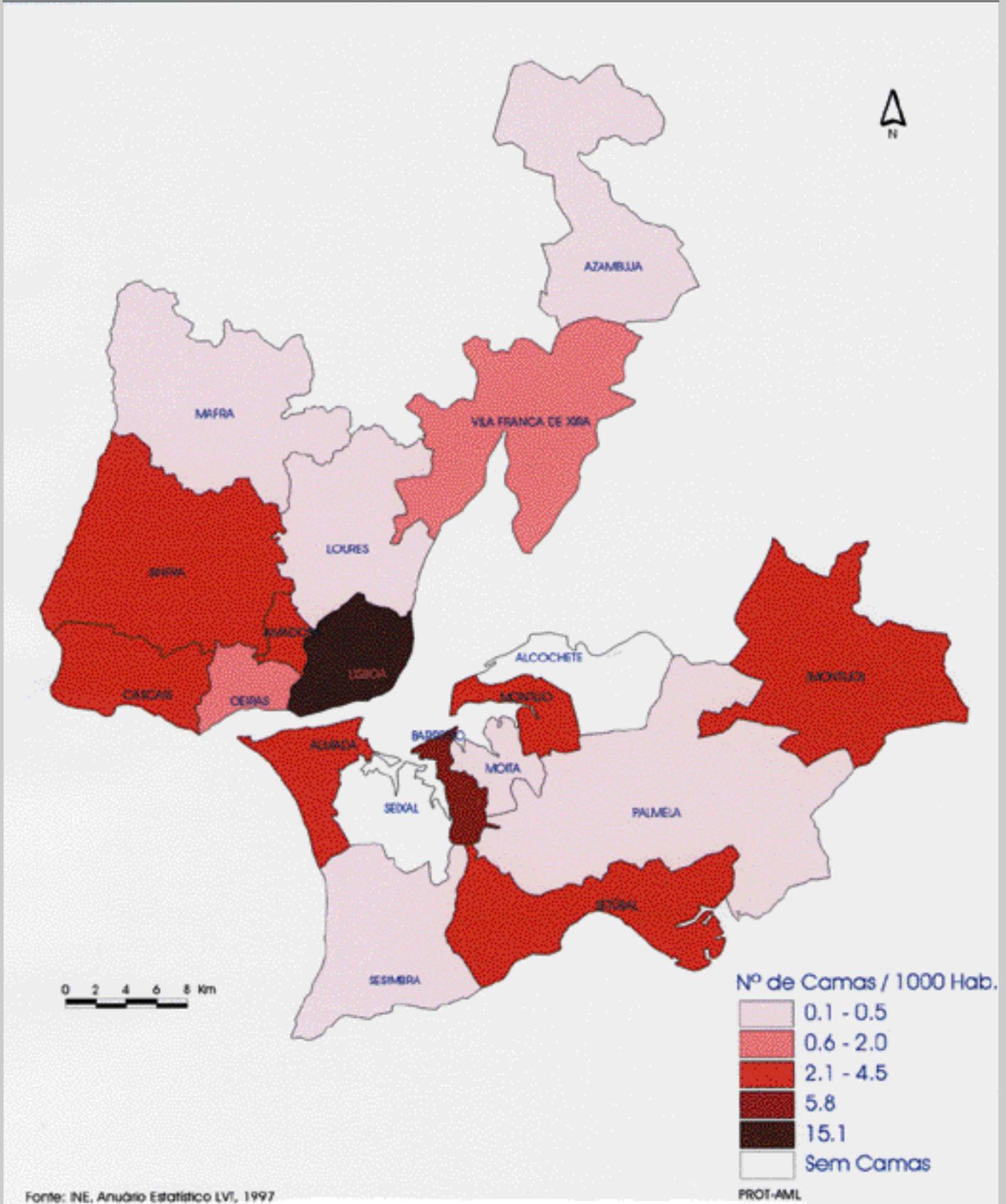
Para além de Lisboa, na AML Norte, é de salientar o concelho de Sintra que, apesar de não possuir qualquer Hospital Oficial no seu território, apresenta sensivelmente 20% do total dos Hospitais Particulares da AML, todos eles psiquiátricos, os quais têm uma lotação de 1167 camas (8.8% do total da AML e o valor mais significativo a seguir a Lisboa). A posição deste concelho deverá ser reforçada com a entrada em funcionamento do novo Hospital de Sintra, que se prevê para o ano 2004/2005.

É de referir ainda o concelho de Cascais que apresenta 3 Hospitais Oficiais (que correspondem a Hospitais Centrais Especializados, prevendo-se a substituição de um deles no ano 2003) e um Hospital Particular. Por outro lado, o Hospital Distrital de Vila Franca de Xira deverá, também ele, ser substituído em 2004, esperando-se que possa contribuir para colmatar algumas debilidades ainda existentes no concelho, nomeadamente em termos de recursos médicos<sup>6</sup>.

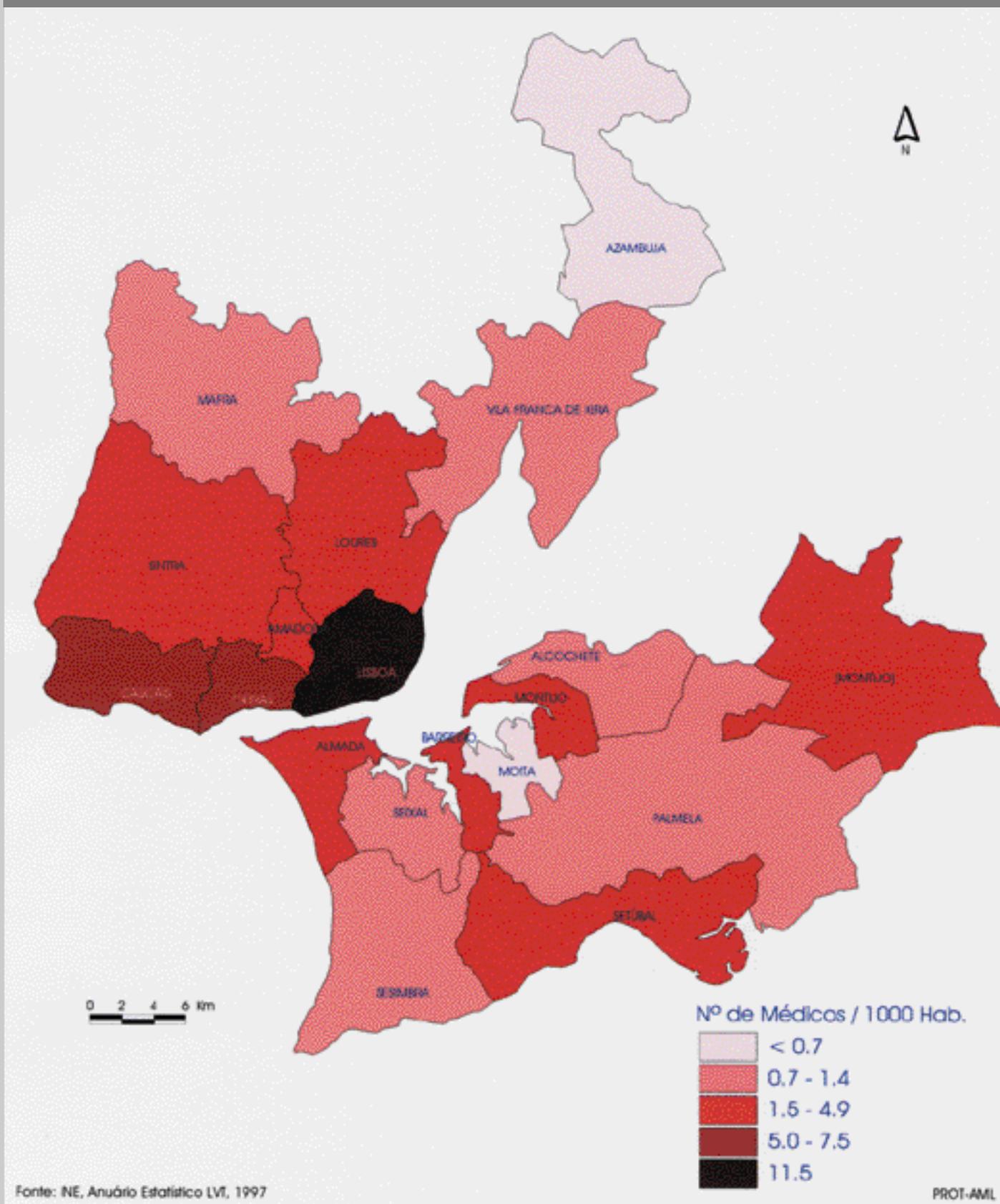
<sup>4</sup> Em concreto, os grandes Hospitais Júlio de Matos e Miguel Bombarda.

<sup>5</sup> Mesmo se se excluírem os médicos especialistas contabilizados mais de uma vez por deterem mais de uma especialidade.

**Fig. 3.1**  
**Hospitais e Centros de Saúde**  
**N.º de Camas por 1000 Habitantes**  
**1996**



**Fig. 3.2**  
**N.º de Médicos por 1000 Habitantes**  
**1996**



Na AML Sul, verifica-se com facilidade a grande carência em equipamentos de saúde, dada a exiguidade do número de infraestruturas da saúde e os valores elevados da população residente. Com efeito, abrangendo 26.0% da população da AML, a margem sul não dispõe de qualquer Hospital Central Geral e apenas dispõe de um Hospital Central Especializado localizado no concelho de Setúbal. Por outro lado, de acordo com as estimativas de população residente do INE para 1997, os concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra, que constituem a área de influência do Hospital Garcia da Horta (localizado em Almada), perfazem 316 260 habitantes e são servidos apenas por um Hospital (no caso Distrital), com uma lotação de 475 camas, o que tem naturais reflexos ao nível da qualidade de serviço<sup>6</sup>.

Ainda na AML Sul, as situações dos concelhos da Moita, de Palmela e de Alcochete, a nível das infraestruturas da saúde, também são preocupantes.

As carências da AML Sul, em termos de serviços de saúde, são também detectadas através dos elementos relativos aos recursos médicos.

Quanto a Centros de Reabilitação, apesar do reduzido número de existências, verifica-se igualmente a sua concentração na AML Norte e em Lisboa (vide quadro 3.21 em Anexos).

Assim, a nível da saúde, as infraestruturas e os recursos humanos e tecnológicos existentes na AML, em geral, e na cidade de Lisboa, em particular, constituem um elevado potencial científico e tecnológico e a importância da rede hospitalar favorece a articulação da saúde com o ensino, a investigação e a formação profissional.

### 3.3.3 Hospitais Públicos

É fundamental que a AML esteja dotada de uma rede hospitalar capaz de responder à procura interna e externa da região e que, concomitantemente, possibilite a sua qualificação, nacional e internacional, como área exportadora de serviços.

Os hospitais centrais dispõem – ou devem dispor – de tecnologia sofisticada e de meios humanos

altamente especializados, de nível nacional, desempenhando simultaneamente as funções de hospitais regionais e de hospitais distritais.

Na rede de hospitais centrais da AML sobressai o Hospital de Santa Maria, que constitui o maior centro de internamento (actualmente 1138 camas), de consultas e de urgências hospitalares da AML e, em simultâneo, desempenha funções de hospital escolar.

A nível dos Hospitais Centrais Especializados merecem destaque o Hospital de D. Estefânia pela sua especialização na área da pediatria e a Maternidade Alfredo da Costa que, conjuntamente com a Maternidade do Hospital de Santa Maria e do Hospital de Fernando da Fonseca (Amadora-Sintra), constituem os principais locais de partos da AML. O Instituto Português de Oncologia, pela sua dimensão e pelo significado social do cancro, merece igualmente referência. Das restantes unidades centrais especializadas ressaltam as da ortopedia.

Regra geral, as instalações hospitalares públicas da AML, apresentam uma qualidade deficiente. Na verdade, é importante não esquecer que vários hospitais estão instalados em antigos conventos (casos dos Hospitais de S. José, de Santa Marta, de Santo António dos Capuchos e do Desterro), cujas estruturas envelheceram e se degradaram bastante tornando dispendiosas ou até impossibilitando a sua recuperação de acordo com as necessidades operacionais actuais. Além disso, a generalidade dos hospitais está incrustada na malha urbana, sem possibilidades de expansão e em áreas de grande congestionamento de tráfego. Acresce ainda que poucos são os hospitais que possuem heliporto (infraestrutura indispensável para a rápida evacuação ou transferência do doente) ou que tão pouco têm condições para que seja instalado.

Por sua vez, os hospitais Pulido Valente e Curry Cabral, inicialmente vocacionados para o tratamento de doenças infecciosas, apresentam uma estrutura arquitectónica pavilhonar que é inadequada face ao contexto actual, mas que se encontram em fase de grande remodelação.

<sup>6</sup> Entretanto a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo sugeriu rectificações que, por não corresponderem à classificação da informação estatística utilizada (DGS e INE) não foi possível incluir no “corpo” central do texto, mas que se apresentam de seguida:

- Último parágrafo da página 50 – “É de referir, ainda, o concelho de Cascais, que apresenta 2 hospitais oficiais, sendo um geral (Cascais) e outro especializado (Ortopédico Dr. José de Almeida), e um hospital particular especializado (Hospital Ortopédico de Sant’Ana). O hospital geral de Cascais e o hospital especializado Dr. José de Almeida constituem o Centro Hospitalar de Cascais, prevendo-se a construção de um hospital de substituição em Cascais, para 2004/2005. Por outro lado, o Hospital Distrital de Vila Franca de Xira...”
- Primeiro parágrafo desta página – “Na AML Sul... elevados da população residente. Com efeito, abrangendo 26.0% da população da AML, a margem sul dispõe de 3 hospitais gerais (Garcia de Orta – Almada, Nossa Senhora do Rosário – Barreiro, São Bernardo – Setúbal), do Hospital do Montijo e de um hospital especializado (Santiago do Outão). O Hospital Garcia de Orta é hospital de referência para a zona sul do país em diversas valências e possui urgência polivalente. Por outro lado, de acordo com as estimativas de população residente do INE para 1997, os concelhos de Almada, Seixal e Sesimbra, que constituem a área de influência do Hospital Garcia de Orta, perfazem 316 260 habitantes e são servidos apenas por um hospital, com uma lotação praticada de 486 camas (excluídas as camas de berçário, Serviço de Observações e Unidades de recobro), o que tem naturais reflexos ao nível da qualidade de serviço.”

### 3.3.4

## Procura de Cuidados de Saúde

Para analisar a utilização dos serviços de saúde pela população, parece significativo utilizar como indicador o número de consultas efectuadas, quer nos centros de saúde e suas extensões, quer nos hospitais.

Assim, quanto às consultas efectuadas nos centros de saúde e suas extensões (vide quadros 3.22 a 3.24 em Anexos), verifica-se que, em média, a AML representa cerca de 1/4 do total das consultas efectuadas em Portugal em 1996, sendo que 80% destas correspondem a consultas de clínica geral, seguidas de longe das consultas de saúde infantil.

É também interessante registar que os utentes da AML Norte têm propensão para uma maior utilização das consultas quando comparados com os da AML Sul, tal como o demonstram os valores, respectivamente, de 240 e 223 consultas por cada 100 habitantes. Sendo a população idosa a que mais utiliza os centros de saúde, aquela diferença pode ficar a dever-se a um maior envelhecimento das estruturas demográficas da AML Norte, mas certamente que se deverá também a uma maior oferta existente na AML Norte. Note-se, por exemplo, que em 1996 o ratio "Médicos por 1000 habitantes" na AML Norte é de 5.9, enquanto o da AML Sul é de 2.2.

Registe-se ainda a situação do concelho de Lisboa que em termos do número de consultas apresenta um destaque significativo, mas a nível do ratio "Consultas por cada 100 habitantes" quase se torna insignificante, nomeadamente em relação ao concelho de Mafra.

Relativamente às consultas efectuadas nos hospitais extensões (vide quadros 3.25 a 3.27 em Anexos), refira-se que, em média, a AML representa cerca de 37% do total das consultas efectuadas em Portugal em 1996. As especialidades das consultas estão, naturalmente, muito dependentes das valências existentes nos hospitais, sendo apenas de destacar a especialidade de Ortopedia nos concelhos de Cascais e Setúbal e a especialidade de Cardiologia no concelho de Oeiras.

As consultas efectuadas em hospitais proporcionam diferenças muito mais significativas entre a AML Norte e a AML Sul, já que apresentam valores, respectivamente, de 126 e 45 consultas por cada 100 habitantes, o que está relacionado com ofertas bastante distintas de hospitais nas duas áreas.

Também a situação do concelho de Lisboa se apresenta como francamente mais destacada, quer em termos absolutos, quer pelo ratio "Consultas por cada 100

habitantes", indicador onde apresenta um valor de 367 a que apenas se seguem os valores de 95 do concelho do Barreiro e de 94 do concelho de Setúbal. Em Lisboa, é ainda de reter um certo equilíbrio nas consultas de cada uma das especialidades que reflecte a diversidade de especialidades existente.

Em termos comparativos, verifica-se que, apesar da significativa capacidade de internamento geral dos Hospitais, Oficiais e Particulares, os cuidados de saúde da AML são, em grande parte, assegurados pela rede oficial de Centros de Saúde e suas Extensões, tal como o demonstram os valores das consultas por 100 habitantes para cada um desses tipos de equipamentos de saúde (236 para os centros de saúde e suas extensões e 105 para os hospitais).

### 3.3.5

## Prestação de Cuidados de Saúde

É fundamental um bom funcionamento dos centros de saúde para a resolução dos estrangulamentos existentes na AML ao nível da prestação de cuidados de saúde.

No entanto, a programação dos centros de saúde da AML exige o desenvolvimento de critérios específicos de dimensionamento e de irradiação e uma grande articulação com a rede de hospitais.

Não é aconselhável a criação de extensões dos centros de saúde pequenos e sub-equipados, mas sim de centros de saúde correctamente instalados, dotados de recursos financeiros, humanos e tecnológicos necessários ao desempenho das suas funções. Também é fundamental que estes centros de saúde disponham de uma grande acessibilidade para a totalidade da área a servir.

Apenas com centros de saúde capazes e apetrechados e funcionais, os doentes poderão ter confiança nos seus serviços e recorrer aos hospitais somente credenciados por um médico, obviamente o seu médico de família, que conhece (ou deveria conhecer, se o sistema funcionasse) a sua ficha clínica. Do mesmo modo, se espera que haja retorno de informação sobre o doente, do hospital para o centro de saúde.

Em termos de hospitais, persistem carências na AML que deverão ser devidamente equacionadas, ainda mais tendo em conta que, a curto prazo, será aconselhável a desactivação de algumas das unidades centrais existentes, quer porque a sua dimensão é reduzida e não apresentam possibilidades de expansão, quer porque estão envelhecidas e não justificam uma recuperação face às necessidades operacionais actuais, quer ainda porque se localizam

em áreas de grande congestionamento de tráfego. Neste âmbito, os Hospitais de St.<sup>a</sup> Marta, Capuchos e Desterro correspondem a unidades hospitalares que seria aconselhável desactivar.

O Hospital de S. José deverá ser redimensionado e reestruturado, transferindo para outras unidades hospitalares, existentes ou a construir (nomeadamente o Hospital de Todos-os-Santos), as grandes valências que integra e transformando-se apenas num hospital para o serviço da população do centro da cidade de Lisboa.

Para além das áreas que já irão ser servidas pelos hospitais programados para os próximos 5 anos e apesar das intervenções previstas em unidades hospitalares, nomeadamente nos Hospitais Garcia da Orta, Barreiro e Setúbal, o eixo Amora / Cruz de Pau / Fogueteiro constitui um área sensível em termos de carências de serviços de saúde hospitalar para a qual é necessário repensar medidas e acções em função, designadamente, da quantidade de população e da sua estrutura.

Neste sentido, o Plano Director da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (já apresentado e em apreciação), que constitui um documento exaustivo a nível dos serviços de saúde, vai certamente permitir uma maior aproximação às carências da população daquele eixo em termos de saúde. Assim, as conclusões deste plano deverão ser incorporadas no PROT-AML pela sua Estrutura de Acompanhamento e Avaliação. De qualquer modo, parece evidente que, para as intervenções previstas produzirem os melhores efeitos no serviço de saúde à população, se reequacionem as áreas de influência dos hospitais nas suas diversas valências.

Por fim, é de referir que se espera que os hospitais possam contribuir para a qualificação, nacional e internacional, da oferta de cuidados de saúde existentes na AML.

### 3.3.6 **Situação dos Equipamentos de Saúde na AML em Resultado das Informações Disponibilizadas pela ARSLVT**

Em termos de infraestruturas de saúde, as informações disponibilizadas pela ARSLVT para a AML parecem indiciar genericamente uma mudança estratégica que se pretende para o serviço de saúde nacional: orientar a prestação de cuidados de saúde primários para os Centros de Saúde e o internamento para os Hospitais.

É desse modo que se entendem as alterações relativamente ao Quadro da pág. 49: maior número de Centros de Saúde sem internamento (51 em vez dos 46 em 1996), menor número de Hospitais Públicos (25 em vez dos 34 em 1996) e menor número de Centros de Saúde com internamento (4 em vez dos 6 em 1996).

Também parece resultar da análise comparativa das informações disponíveis uma redução do número de camas de Hospitais Públicos (9309 em 1996 e 8933 actualmente) que tem certamente uma das explicações na evolução das técnicas da medicina que motivam uma redução dos tempos de internamento dos doentes, ou seja, uma maximização da utilização das camas de Hospitais.

A distinção hierárquica dos equipamentos hospitalares é outro aspecto que tende a perder importância, sendo cada vez mais os hospitais classificados por valências. Assim se compreende o aumento muito significativo do número de camas dos Hospitais Centrais Especializados (mais 1373 camas) e a redução significativa do número de camas dos Hospitais Centrais Gerais (menos 577 camas).

Exemplo da desadequação da terminologia da hierarquia dos equipamentos hospitalares é o caso da AML Sul que, apesar de não dispor de qualquer hospital classificado como Central Geral, dispõe do Hospital Garcia da Orta com um nível de diferenciação compatível com a classificação de Central (em breve disporá de Urgência Geral Polivalente).

De referir ainda que não deverão ser tão acentuadas as desproporções apontadas relativamente aos recursos médicos, quer da AML com Portugal Continental (de acordo com a ARSLVT a AML apenas concentra 24% do total de médicos do País), quer da AML Norte com a AML Sul (de acordo com a mesma fonte a AML Norte apenas concentra 85% do total dos médicos especialistas da AML)

Por fim, é importante referir que as diferenças de cobertura em infraestruturas hospitalares entre a AML Norte e a AML Sul deverão ser analisadas com algum cuidado, na medida em que é necessário um limite mínimo de população para se tornar viável a sua existência (nos Hospitais Centrais Especializados este facto é bastante evidente); em alguns casos, inclusivamente, só se justifica a existência de uma unidade no País, pelo que a localização mais indicada é, naturalmente, Lisboa, pois corresponde ao concelho com maiores quantitativos populacionais a nível nacional e tem, na sua envolvência, vários outros concelhos entre os mais populosos do país.

## 3.4 Equipamentos de Desporto

### 3.4.1 Nota Introdutória

Na caracterização dos equipamentos desportivos da AML procurou-se analisar os diversos equipamentos e tratar de um modo particular os de nível supramunicipal.

Em primeiro lugar, procurou-se obter informação actualizada que permitisse uma imagem suficientemente aproximada da realidade, o que, em grande parte, se conseguiu com os elementos provenientes do Centro de Estudos e Formação Desportiva. No entanto, esta informação não permite uma aproximação aos equipamentos de nível supramunicipal, já que apenas apresenta valores globais de cada tipo de instalação desportiva artificial por concelho.

Contactada a entidade competente na área do desporto, teve-se conhecimento que existem critérios para a diferenciação dos equipamentos desportivos de nível regional, que ficaram de ser enviados num curto período de tempo.

Não tendo estes elementos sido recebidos até ao momento, não é possível, nesta fase, efectuar a desejável aproximação aos equipamentos supramunicipais.

### 3.4.2 Caracterização das Instalações Desportivas Artificiais

Ao nível do Continente, a oferta de instalações desportivas artificiais da AML é bastante favorável (vide quadros 3.28 e 3.29 em Anexos). Efectivamente, a AML apresenta equipamentos desportivos capazes de responderem às exigências das competições desportivas organizadas e dirigidas pelo sector federado, tendo recentemente sido enriquecidos com alguns equipamentos que cumprem os requisitos da alta competição, nos quais o Pavilhão Multiusos na área oriental de Lisboa assume particular destaque.

### Instalações Desportivas Artificiais, em 1997

	GRANDE CAMPO	PISTA ATLETISMO	PEQUENO CAMPO	CAMPO TÊNIS	SALA	PAVILHÃO	PISCINA COBERTA	PISCINA AR LIVRE	TOTAL
AML	364	8	1212	308	1136	177	105	39	3349
Continente	3294	29	3736	1152	1937	927	329	375	11779
AML/ Continente (%)	11.1	27.6	32.4	26.7	58.6	19.1	31.9	10.4	28.4

Fonte: Centro de Estudos e Formação Desportiva, 1997

A nível da AML (vide quadros 3.28 a 3.31 em Anexos), regista-se uma menor cobertura da margem sul relativamente à margem norte. De facto, a grande maioria das instalações desportivas localiza-se na AML Norte, sendo de apontar que, concentrando 74% da população residente, dispõe de mais de 84% das Pistas de Atletismo, dos Campos de Ténis, das Salas de Desporto e das Piscinas Cobertas da AML.

Em termos municipais, verifica-se uma grande concentração das instalações desportivas na cidade de Lisboa, pois, representando apenas cerca de

5.9% da população continental, detém 17,2% das Pistas de Atletismo, 11,6% dos Pequenos Campos, 33,9% das Salas de Desporto e 13,1% das Piscinas Cobertas. No contexto da AML, esta concentração é igualmente bem visível, uma vez que, a cerca de 21.6% da população da AML, correspondem mais de metade das Pistas de Atletismo e das Salas de Desporto, e mais de 1/3 dos Pequenos Campos, dos Campos de Ténis e das Piscinas Cobertas.

Para além de Lisboa, são de salientar as situações relativamente favoráveis dos concelhos de Mafra e Alcochete em termos de instalações desportivas

artificiais, apesar deste segundo não apresentar qualquer Piscina ou Campo de Ténis no seu território. O concelho de Cascais merece igualmente uma referência por serem evidentes os investimentos em instalações desportivas artificiais que são frequentemente procuradas por turistas e por indivíduos com capacidade económica mais elevada.

Uma nota também para o concelho de Oeiras, onde se localiza o Complexo Desportivo do Jamor que dispõe de instalações desportivas de alta competição / desporto de espectáculo, que ajudam a valorizar a competitividade e a imagem internacional da AML.

Pelo contrário, o concelho de Sintra apresenta, destacadamente, as maiores carências em termos de instalações desportivas artificiais, sendo de referir também os concelhos de Palmela (que apresenta fraca quantidade e diversidade de equipamentos desportivos), Vila Franca de Xira e Loures.

Relativamente ao conjunto das instalações desportivas artificiais, é do conhecimento comum que continua a verificar-se um sub-aproveitamento, pela população em geral, de um número apreciável de instalações desportivas, designadamente as associadas às escolas.

A nível dos diversos tipos de equipamentos, destaca-se a extrema carência de Pistas de Atletismo na AML, sendo que as existentes se apresentam em grande parte concentradas em Lisboa e apenas uma se localiza na Península de Setúbal (concelho de Almada), apesar de estar em construção uma Pista de Atletismo no concelho do Seixal.

### 3.4.3 **Caracterização dos Equipamentos Especiais**

Para este trabalho obtiveram-se informações dos seguintes equipamentos especiais: Centros de Equitação, Campos de Golfe, Pistas de Motocross / Autocross, Campos de Tiro, Pistas de Karting e Circuitos de Manutenção.

Os cinco primeiros tipos de instalações correspondem essencialmente a desportos motorizados e a desportos de capital social assinalável, localizando-se principalmente nas áreas mais turísticas ou que acolhem minorias de população de estratos sociais e económicos

mais elevados, nomeadamente os concelhos de Sintra e Cascais. Pelo contrário, o concelho do Barreiro não dispõe de qualquer destes equipamentos especiais e os concelhos da Amadora, Alcochete, Montijo e Sesimbra apenas dispõem de um destes equipamentos especiais.

Relativamente aos espaços abertos à maioria da população, apenas se obtiveram informações sobre os Circuitos de Manutenção, que não são tão numerosos como se poderia supor<sup>7</sup> e se concentram essencialmente no concelho de Lisboa.

No geral, as instalações especiais podem contribuir para o desenvolvimento das áreas em que se encontram localizadas, na medida em que, por exemplo, consigam funcionar como pólos indutores do desenvolvimento turístico, mas podem também acentuar clivagens sociais.

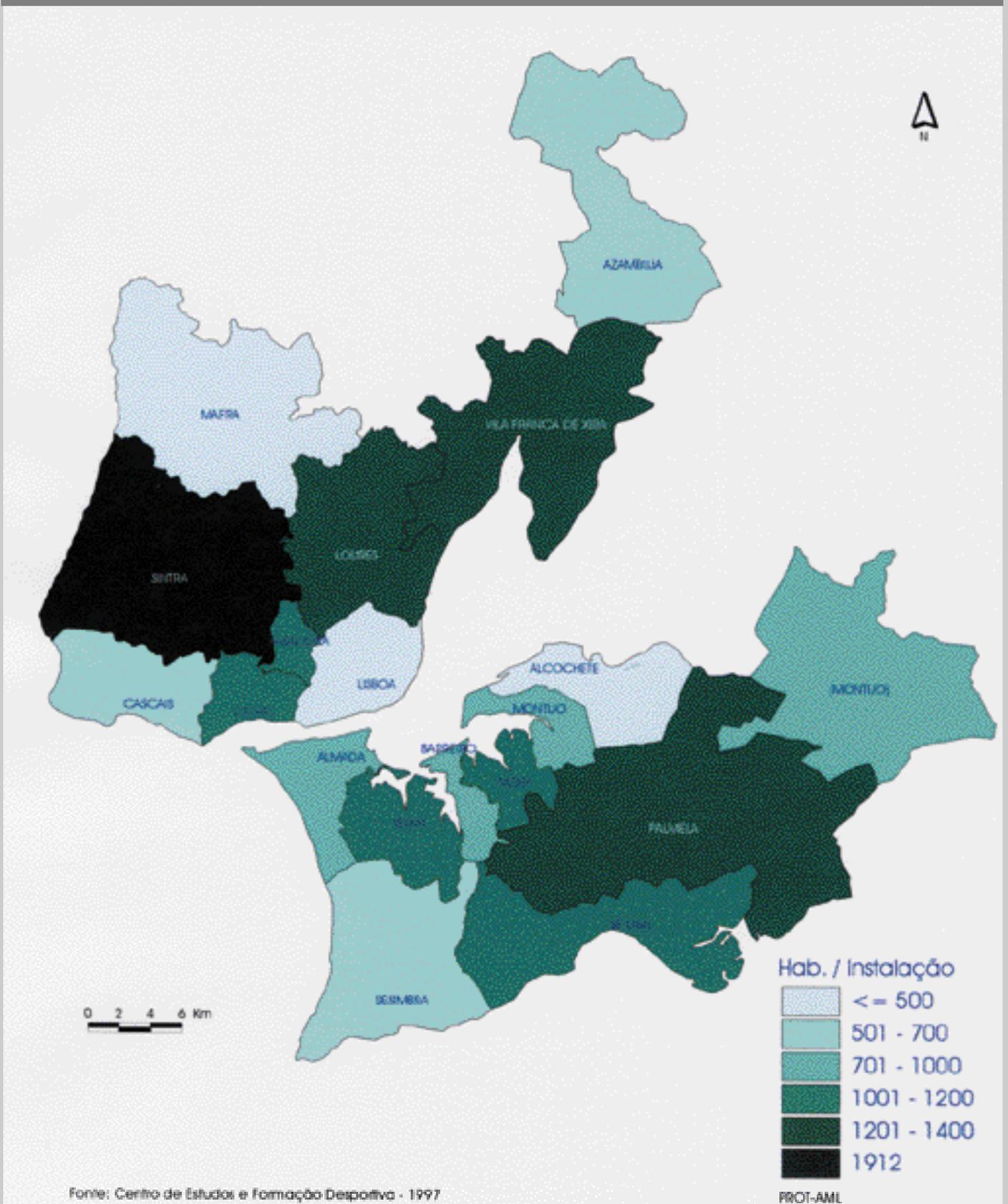
De referir ainda que, apesar do carácter especial destes equipamentos, também se regista uma menor cobertura da AML Sul em relação à AML Norte. De facto, no geral cerca de 3/4 do total dos equipamentos especiais localizam-se na AML Norte (o que corresponde sensivelmente à população residente desta área), sendo de destacar uma ainda maior concentração nesta área dos Campos de Tiro e das Pistas de Karting. Excepcionalmente, as Pistas de Motocross/Autocross assumem maior representação na AML Sul.

Dos equipamentos especiais analisados, os Centros de Equitação, os Circuitos de Manutenção e os Campos de Tiro são os mais representados na AML.

De um modo geral, no futuro não se deverá apenas dotar a AML de mais equipamentos desportivos, mas intervir obrigatoriamente a nível da qualidade dos equipamentos, associada à flexibilidade e à sobriedade das soluções adoptadas, tendo em vista a sua capacidade de utilização multiforme a longo prazo e a fácil manutenção dos elementos que os compõem.

<sup>7</sup> Não chegam sequer a constituir o equipamento especial mais representado na AML.

**Fig. 3.3  
Habitantes por Instalação Desportiva Artificial  
1997**



## 3.5 Equipamentos de Cultura

### 3.5.1

#### Nota Introdutória

Na caracterização dos equipamentos culturais da AML procurou-se analisar os diversos tipos de equipamentos culturais fazendo, sempre que possível, uma aproximação aos equipamentos supramunicipais.

Para isso, recorreu-se a informações provenientes da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, que contabiliza as salas de espectáculos culturais por função (Cine-Teatros, Cinemas, Teatros, Auditórios, Praças de Touros<sup>8</sup> e Diversos), bem como as respectivas capacidades, e do Instituto Nacional de Estatística (INE), que contempla outros indicadores de cultura e recreio significativos para a caracterização, tais como “Sessões” e “Espectadores” de Espectáculos Públicos e indicadores relativos a Bibliotecas, Museus, Imprensa e Radiodifusão Sonora.

A apreciação mais detalhada das salas de espectáculo resulta destas serem consideradas da maior importância para o diagnóstico da situação dos equipamentos culturais.

Na medida em que não foi possível dispor de informação sobre salas de espectáculos (componente considerada mais importante) em dois momentos distintos, para se efectuar um tratamento evolutivo, e a informação estatística existente para os restantes indicadores não permitir a coincidência temporal dos dados, o que tornaria o tratamento pouco coerente entre si, optou-se por não efectuar um tratamento evolutivo das componentes em análise.

### 3.5.2

#### Caracterização das Salas de Espectáculos

Como é do conhecimento comum, no contexto nacional, a oferta de salas de espectáculos culturais da AML é favorável. No entanto, a AML ainda apresenta uma oferta de equipamentos culturais pouco equilibrada, persistindo carências bastante significativas de alguns tipos de equipamentos.

No geral, regista-se uma menor cobertura da AML Sul em relação à AML Norte (vide quadros 3.32 a 3.38 em Anexos). De facto, a grande maioria das salas de espectáculos culturais localiza-se na AML Norte, sendo de apontar que, apresentando 74% da população residente da AML, concentra 95% dos Auditórios (apenas um na margem sul), 93.1% das Salas de Teatro (apenas duas na margem sul) e 84.7% das Salas de Cinema. Como excepção, é de referir o caso das Praças de Touros em que cerca de 64% dos espaços se localizam na AML Sul, contribuindo de modo significativo para uma aproximação relativa entre a AML Sul e a AML Norte no total das salas com lotação superior a 1000 lugares.

Em termos municipais, verifica-se uma grande concentração das salas de espectáculos culturais na cidade de Lisboa, uma vez que, apresentando 21.6% da população residente da AML, detém 75% das Salas de Teatro e dos Auditórios e 56% das Salas de Cinema.

O concelho de Palmela apresenta a situação mais grave, já que não dispõe de qualquer sala de espectáculos culturais. Quanto aos restantes concelhos da AML, apesar da fragilidade geral em termos de salas de espectáculos culturais, as situações mais preocupantes parecem ser as dos concelhos da Amadora e de Loures, seguidos de Seixal e Sintra.

De um modo geral, as salas de cinema apresentam-se como dominantes no universo das salas de espectáculos da AML, já que esta forma de expressão cultural detém maiores índices de ocupação, tornando assim rentáveis as salas com menores lotações, o que nem sempre se verifica com os outros tipos de salas de espectáculos.

Analisando as informações relativas à totalidade das salas de espectáculos por classes de capacidade, verifica-se a sua concentração na AML Norte e na cidade de Lisboa, independentemente da lotação em análise.

Por outro lado, é bastante significativo o domínio na AML no que respeita a pequenas salas de espectáculos (com lotação inferior a 500 Lugares) que assumem, em 1998, cerca de 4/5 do total das salas e, neste grupo, o aparecimento do que se poderão denominar micro-salas de espectáculos

<sup>8</sup> Optou-se por integrar as Praças de Touros como salas de espectáculos, porque elas constituem espaços de dimensão muito significativa que poderão ter outra utilização, que não a tauromaquia, como se verifica, por exemplo, na Praça de Touros do Campo Pequeno que apresenta com alguma regularidade espectáculos de música e de circo.

**Fig. 3.4**  
**Habitantes por Sala de Espectáculos**  
**1998**

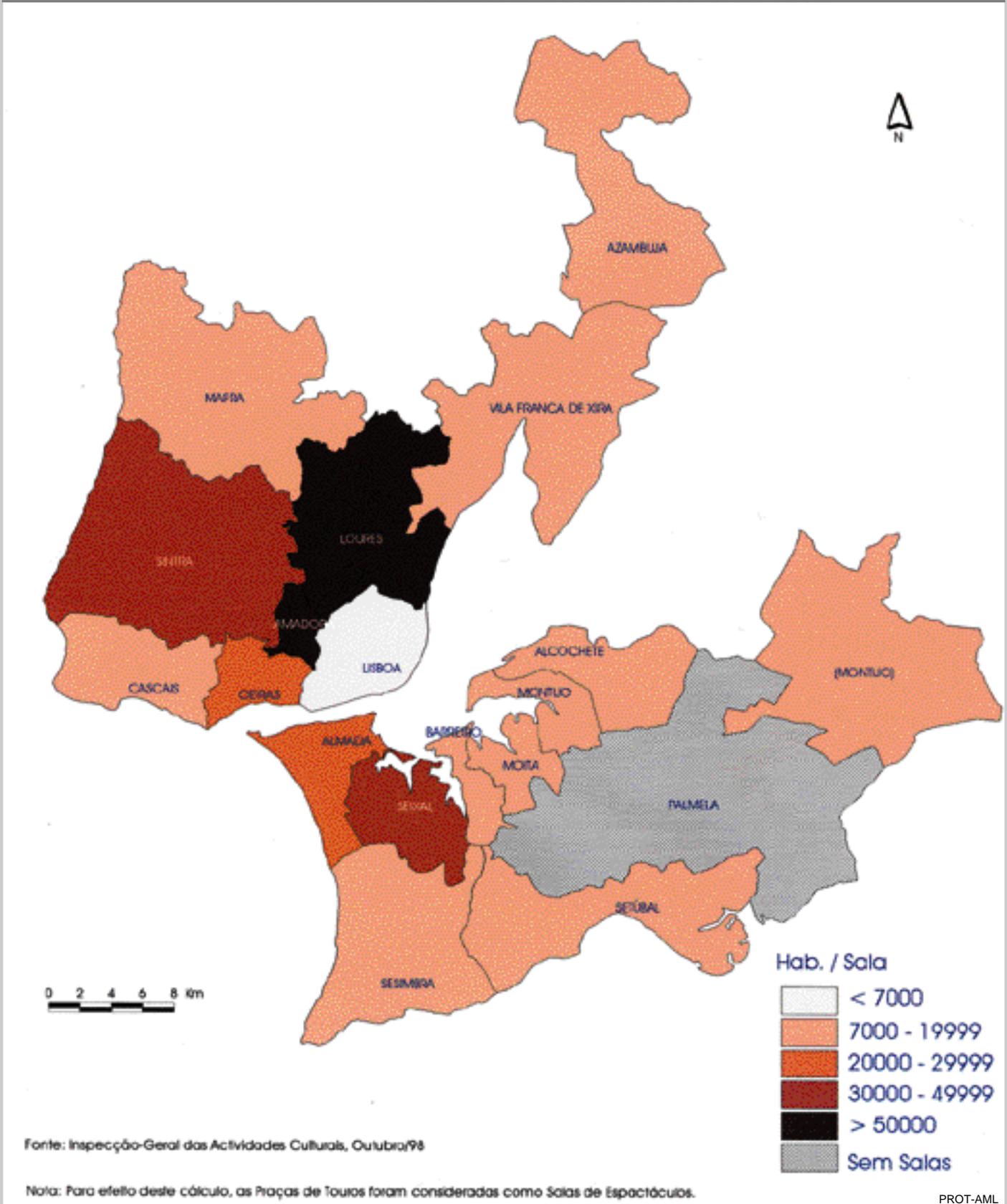
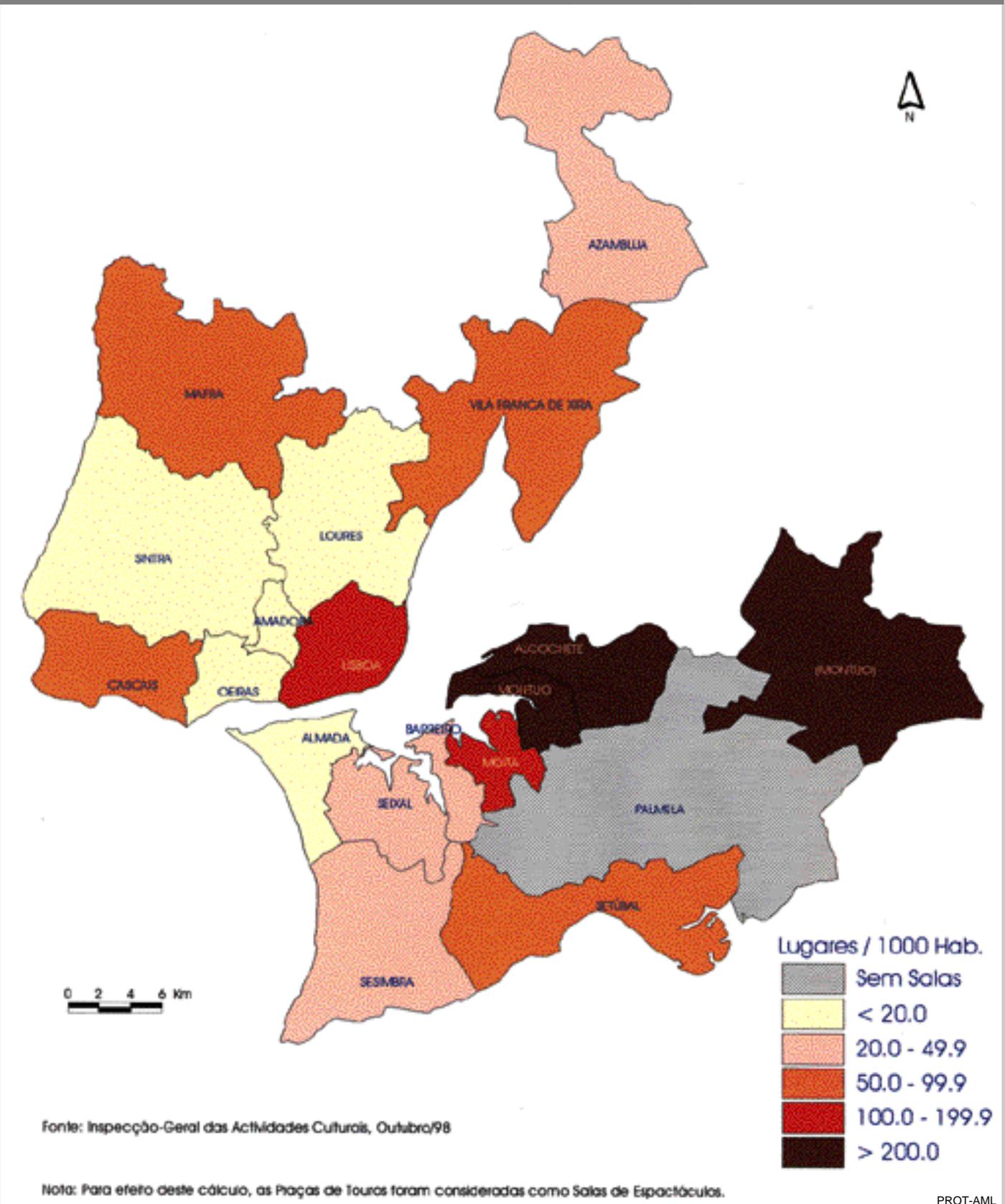


Fig. 3.5  
 N.º de Lugares de Salas de Espectáculos Culturais por 1000 Habitantes  
 1998



(salas com menos de 100 Lugares), que já representam mais de 10% do total das salas da AML. Para este sub-tipo de salas de espectáculo, que é particularmente visível na cidade de Lisboa, muito tem contribuído o “desdobramento” das grandes salas e o surgimento de pequenas salas múltiplas ligadas aos grandes centros comerciais (exemplos mais recentes são os do Centro Comercial Colombo e do Centro Comercial Vasco da Gama).

Os concelhos de Alcochete e do Montijo são os únicos em que não predominam as salas de pequena dimensão, tendo inclusivamente um grande destaque na ponderação do indicador “Lugares de Salas de Espectáculos Culturais por 1000 Habitantes”, relegando mesmo o concelho de Lisboa para segundo plano neste indicador. Esta situação justifica-se principalmente pela grande tradição da tauromaquia naquela área territorial, que motiva a existência de Praças de Touros com capacidades elevadas, já que estes concelhos apresentam grandes debilidades ou mesmo inexistência de outro tipo de salas de espectáculo.

Quanto às grandes salas de espectáculos, é de referir que a falta de rendibilidade e a inevitável especulação imobiliária têm constituído motivos para a sua desafectação e alienação. No entanto, com a construção do Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, do Pavilhão Multiusos e da Praça Sony, verificou-se o enriquecimento dos espaços de espectáculo com lotação superior a 1000 lugares, que perfazem 10.4% do total das salas de espectáculos na AML.

Com excepção das Praças de Touros e do Cine-Teatro Luiza Todi em Setúbal, estes grandes espaços culturais concentram-se no concelho de Lisboa que, por isso, apresenta uma concentração do número de lugares disponíveis ainda mais significativa do que do número de salas de espectáculos.

De um modo geral, verifica-se que, comparativa e proporcionalmente, a AML Sul tem uma maior tendência para apresentar salas mais polivalentes (cine-teatros e salas para usos diversos) e a AML Norte para apresentar salas muito pequenas.

A nível das salas de espectáculos, a deficiente programação, a utilização indevida, a acentuada degradação, o abandono ou o seu desaparecimento têm inviabilizado a procura de públicos mais vastos.

A criação de condições de efectiva prática cultural tem de passar pela definição e manutenção de uma rede de salas de espectáculos, devidamente equipadas e funcionais, de modo a sustentar programas permanentes de difusão cultural.

Para a definição desta rede de salas é importante não esquecer os espaços que se encontram encerrados e que ainda são recuperáveis para determinadas formas da acção cultural.

No entanto, a maior necessidade e urgência passa pela optimização da rede de salas existentes. Utilizando a informação do INE relativa à utilização das salas de espectáculos, em 1996 (vide quadro 3.39 em Anexos), confirma-se a situação favorável da AML, no contexto nacional, em termos da oferta de espectáculos culturais.

De facto, mais de metade do total das sessões de espectáculos públicos e das sessões de cinema nacionais decorrem na AML.

No entanto, na AML verificam-se grandes disparidades na oferta de espectáculos públicos, em termos municipais (vide quadro 3.40 em Anexos). Por um lado, infere-se com facilidade a situação de fragilidade geral, nomeadamente na AML Sul, de que são bem representativas as situações dos concelhos de Alcochete, Sesimbra e Azambuja, onde não existe qualquer tipo de sessões, e do concelho do Montijo, onde não existem sessões de cinema. Por outro lado, verifica-se que mais de 75% do total das sessões de espectáculos públicos e das sessões de cinema da AML ocorrem no concelho de Lisboa, a que se segue o concelho de Cascais com pouco mais de 12% em ambos os tipos de sessões, posições que estão em conformidade com as identificadas na análise das salas de espectáculos culturais.

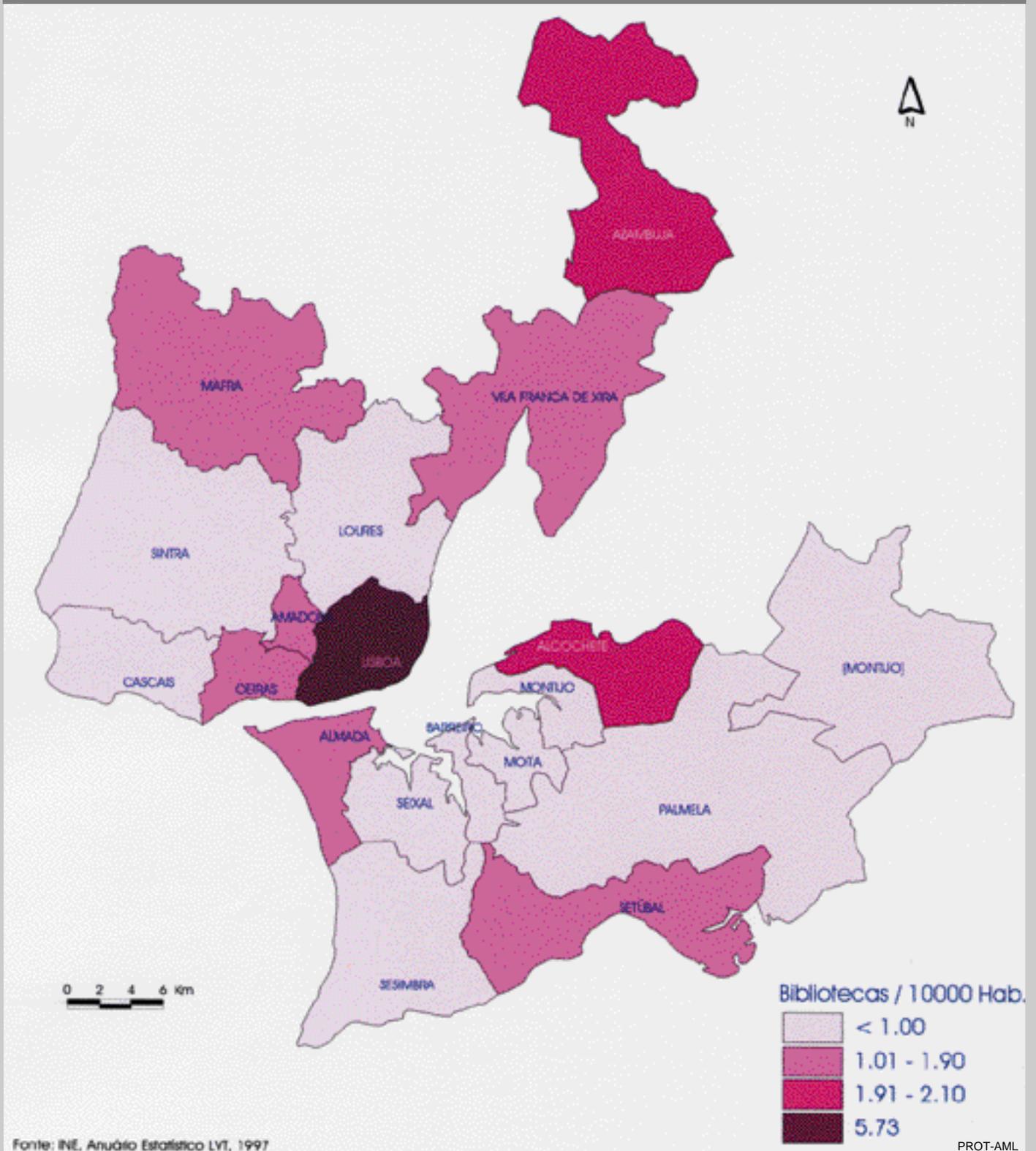
O indicador “Espectáculos por 1000 Habitantes” apresentado em anexo (vide quadro 3.39), reflecte na integra a situação metropolitana atrás descrita.

Por sua vez, os indicadores “Total de Espectadores” e “Espectadores de Cinema” permitem conclusões idênticas, sendo de referir apenas, comparativamente com o total das sessões de espectáculos públicos e das sessões de cinema, uma concentração ligeiramente menos acentuada no concelho de Lisboa e uma proporção um pouco mais significativa (cerca de 20%) no concelho de Cascais.

### 3.5.3 Caracterização das Bibliotecas

A nível nacional, a oferta de bibliotecas da AML é favorável, já que, em 1996, concentra 1/3 do total destes equipamentos culturais (vide quadro 3.41 em Anexos).

Fig. 3.6  
**N.º de Bibliotecas por 10 000 Habitantes  
 1996**



Apesar dos esforços desenvolvidos pelos autarcas da Península de Setúbal, que motivaram um acréscimo mais significativo do número de bibliotecas nesta área, na década de 90, a informação do INE relativa a este indicador permite verificar uma menor cobertura da AML Sul relativamente à AML Norte (vide quadro 3.42 em Anexos) e uma grande concentração no concelho de Lisboa. De facto, com 74% e 21.6% da população residente da AML, a AML Norte e a cidade de Lisboa concentram respectivamente mais de 85% e de 60% das bibliotecas.

O indicador “Bibliotecas por 10 000 Habitantes”, apresentado na figura seguinte, caracteriza de um modo ponderado este tipo de equipamentos, identificando claramente o concelho de Lisboa, onde se localizam grande parte das bibliotecas nacionais, e os concelhos de Alcochete e Azambuja, que apesar de estarem entre os que têm menor número de bibliotecas, surgem logo a seguir à capital como melhor servidos, atendendo à sua população.

Na tentativa de identificar as bibliotecas de nível nacional e/ou regional, procurou-se alguma informação sobre a dimensão destes equipamentos, o que só veio a conseguir-se para 1992 (vide quadros 3.41 e 3.42 em Anexos).

Desde logo, a nível nacional, a oferta de bibliotecas com mais de 5 000 documentos da AML é ainda mais favorável, já que concentra mais de 40% das bibliotecas desta dimensão, o que demonstra bem a concentração das grandes bibliotecas na AML.

Por outro lado, na AML as bibliotecas com mais de 5 000 documentos existentes também são dominantes, representando cerca de 60% do total das bibliotecas, ao contrário de Portugal onde não chegam a atingir 50% do total das bibliotecas.

Também nas bibliotecas de maior dimensão (mais de 5 000 documentos) se verifica uma menor cobertura da AML Sul em relação à AML Norte e uma grande concentração no concelho de Lisboa, já que cerca de 90% e de 75% destas bibliotecas se localizam, respectivamente, na AML Norte e na cidade de Lisboa, acentuando ainda, em ambos os casos (mas mais significativamente na capital), as diferenças de cobertura relativamente às bibliotecas de menor dimensão.

Para além de Lisboa, dentro da AML as bibliotecas com mais de 5000 documentos existentes apresentam-se como dominantes nos concelhos

de Almada e Oeiras (com mais de 10 equipamentos), Vila Franca de Xira, Seixal e Montijo. De notar ainda que não existe qualquer biblioteca com mais de 5000 documentos nos concelhos de Alcochete, Sesimbra e Azambuja.

A informação do INE relativa aos utilizadores das bibliotecas, em 1996 (vide quadros 3.41 e 3.42 em Anexos), permite confirmar a menor cobertura da AML Sul em relação à AML Norte e a grande concentração no concelho de Lisboa, que neste segundo caso se acentua ligeiramente em relação ao número de bibliotecas, o que se justifica por terem sido consideradas as bibliotecas escolares e universitárias.

### 3.5.4 Caracterização dos Museus

Os museus constituem um tipo particular de equipamentos culturais que têm apresentado um relevo significativo, pois atraem uma população cada vez mais alargada, despertando o interesse crescente da sociedade actual.

A nível nacional, em 1996, a AML concentrava pouco mais de 25% do total dos museus (vide quadros 3.41 e 3.42 em Anexos). Também em termos meramente quantitativos, cerca de 85% das unidades museológicas da AML localizam-se na AML Norte e mais de metade localizam-se no concelho de Lisboa (55.1%), seguindo-se-lhe o concelho de Sintra (14.1%). Pelo contrário, os concelhos da Amadora, Azambuja, Barreiro, Moita e Palmela não dispõem de qualquer unidade museológica.

Apesar da relativa precaridade em grandes valores museológicos, existem algumas unidades de extremo interesse, demonstrando capacidade para uma atracção crescente de públicos, quer pelos seus acervos, quer sobretudo pelos projectos de animação que desenvolvem, como por exemplo os Museus do Trajo e do Teatro (nacionais) e o Museu da Cidade (municipal).

Em Lisboa, é importante referir o papel desempenhado pela Fundação Calouste Gulbenkian, através do seu Museu e da sua colecção de arte contemporânea sediada no ACARTE.

Na restante AML, para além da riqueza patrimonial e museológica dos concelhos de Sintra e de Mafra, destaca-se, pelo carácter inédito e pelo exemplo

pedagógico que o enforma, o Ecomuseu do Seixal, com os seus diversos núcleos.

Quanto ao número de visitas a museus, em 1996, verifica-se uma concentração bem mais acentuada na AML Norte (98%) e na cidade de Lisboa (70.6%), destacando-se ainda os concelhos de Sintra (18.6%), de Oeiras (4.4%) e de Mafra (2.4%), todos com mais de 100 000 visitas, o que demonstra bem o interesse e a importância das unidades museológicas destes concelhos.

### 3.5.5

## **Caracterização da Imprensa e da Radiodifusão Sonora**

A análise das informações disponíveis sobre a imprensa periódica sugere, desde logo, o papel fundamental desempenhado por Lisboa como pólo irradiador da informação.

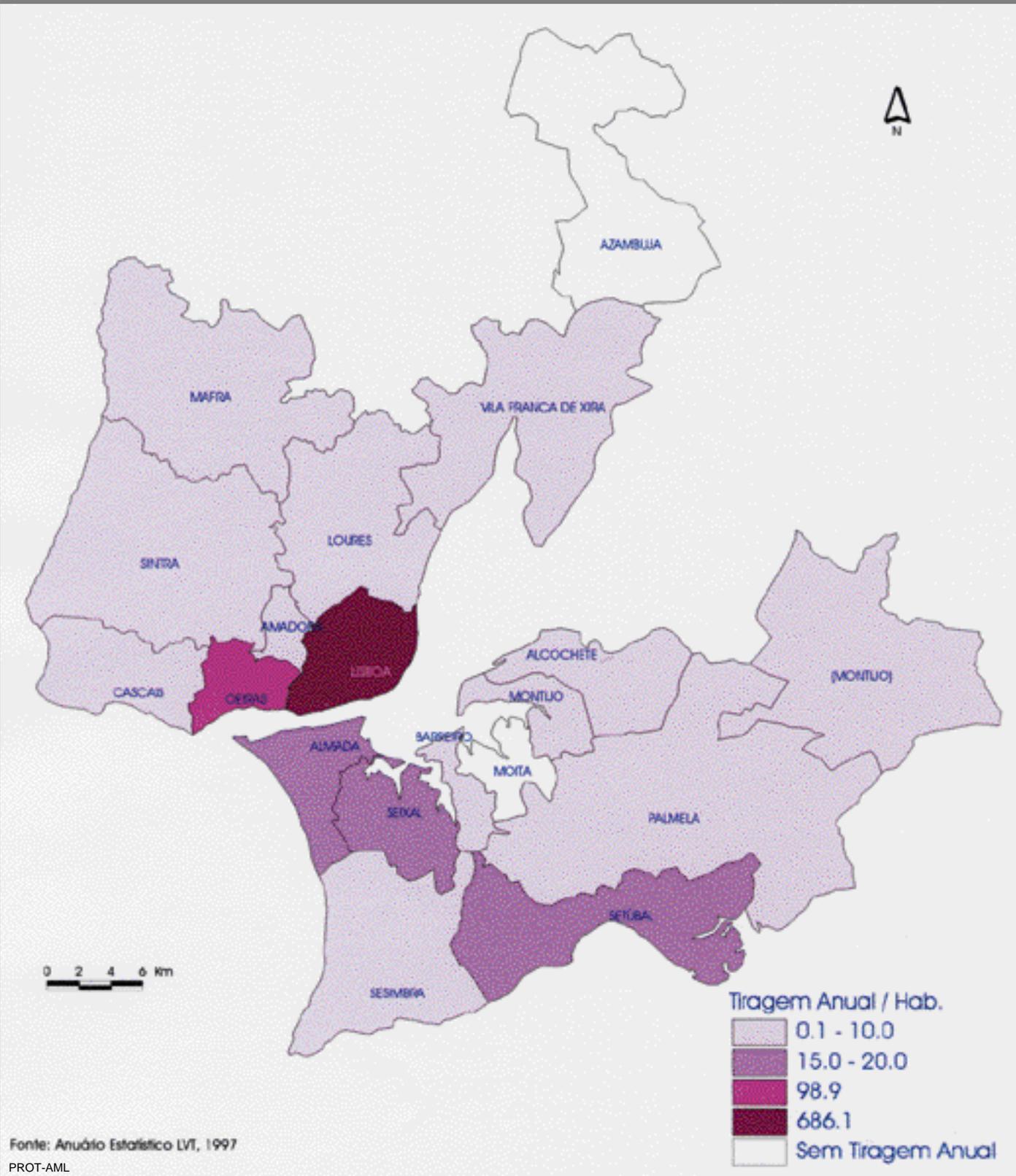
De facto, em 1996, para a posição destacada da AML no território nacional (cerca de metade das publicações e de 3/4 da tiragem anual de publicações) e da AML Norte no contexto metropolitano (mais de 90% das publicações e de 98% da tiragem anual de publicações) contribui decisivamente a grande concentração, em Lisboa, da Imprensa Periódica.

Através dos indicadores “ Publicações por 100 000 Habitantes” e “ Tiragem Anual por Habitante” (vide quadros 3.43 e 3.44 em Anexos), confirma-se o referido destaque de Lisboa. Para além de Lisboa, apenas se salienta ligeiramente o concelho de Oeiras. O concelho de Sesimbra apresenta algum dinamismo em termos da ponderação das publicações, que não se confirma na ponderação da tiragem anual, verificando-se a situação inversa nos concelhos de Almada, Seixal e Setúbal. De notar ainda que a imprensa periódica está representada em todos os concelhos da AML, com excepção da Moita.

Actualmente, mais importante do que a imprensa escrita são as rádios locais que, em alguns casos, conseguem audiências que ultrapassam muito a mera expressão local, sendo já em número significativo as emissoras com capacidade de funcionarem em projectos intermunicipais de difusão ou divulgação culturais.

Não dispondo destas últimas estações emissoras, refira-se apenas que as concentrações antes detectadas na AML, na AML Norte e na cidade de Lisboa são muito pouco significativas relativamente à totalidade das estações emissoras, pois estas foram aprovadas de um modo equilibrado para todo o país.

**Fig. 3.7**  
**Imprensa**  
**Tiragem Anual por Habitante**  
**1996**



# 4 Estrutura Produtiva

## 4.1 Introdução

## 4.2 Contextualização Geral

## 4.3 Dinâmica e Estrutura Empresarial

### 4.3.1 Caracterização Geral

### 4.3.2 Rede de Balcões das Instituições Bancárias

## 4.4 O Sector da Indústria Transformadora da AML

## 4.5 Recursos Geológicos – Indústria Extractiva

## 4.6 O Turismo

### 4.6.1 Caracterização Geral

### 4.6.2 Tendências do Turismo Actual

## 4.7 Agricultura, Florestas e Agro-Indústria

## 4.8 Pesca

## 4.9 Dinâmica Portuária

### 4.9.1 Introdução

### 4.9.2 O Porto de Lisboa

### 4.9.3 O Porto de Setúbal

## 4.1 Introdução

A AML tem sido no tempo um pólo de atracção multifacetado, concentrando uma parte muito significativa dos recursos da estrutura económica nacional (população, actividades, equipamentos e infra-estruturas), sobressaindo do restante território por ser o centro financeiro e de decisão estratégica mais importante do país.

A concentração que se verifica em diversos domínios proporciona à AML massa crítica indispensável para o seu desenvolvimento a diversos níveis, contendo entretanto um conjunto de

debilidades estruturais que se traduz por exemplo em distribuição desequilibrada e insuficiente de equipamentos e serviços.

O aspecto mais marcante na evolução recente da estrutura produtiva da AML, é a terciarização crescente e a perda relativa da indústria transformadora no emprego regional. Apesar desta nítida especialização nos serviços, a AML é a região que apresenta uma base de actividades mais equilibrada no que respeita à base industrial e à base alargada dos serviços.

## 4.2 Contextualização Geral

As principais características que se destacam na AML são as seguintes:

- Assume de forma sustentada a liderança das funções de distribuição do rendimento no contexto nacional (avaliadas através do saldo das operações correntes da Administração Pública);
- Apresenta uma concentração da actividade económica da região, em termos de VAB e de emprego, no terciário mercantil e não mercantil, na energia, produtos metálicos e electricidade, construção civil e obras públicas, alimentação, bebidas e tabaco (vide quadros 4.4 a 4.6 em Anexos);
- Localizam-se na região sectores económicos que apresentam um potencial competitivo internacional e/ou vocação exportadora, onde se salientam os produtos químicos, o material de transporte, as actividades associadas ao papel e às instituições financeiras;
- Concentram-se aqui as principais empresas portuguesas no espaço ibérico, tanto em volume de negócios como no que respeita ao emprego, com destaque para as áreas das comunicações logísticas e actividades associadas à alimentação e aos serviços;
- A AML integra as principais infra-estruturas que garantem a articulação internacional do país e que potenciam a sua inserção nas redes

intercontinentais e europeias de transporte e de comunicações.

As características da AML conferem-lhe, assim, um papel fundamental na viabilização de uma trajectória de desenvolvimento que, apostando na internacionalização, consiga travar um processo de divergência interna e de redução do grau de coesão nacional. Esta região pode pois vir a desempenhar uma função global de pivot na internacionalização da nossa economia, integrando e estimulando a diversidade regional e permitindo a criação de mais riqueza, uma repartição de rendimento e uma afectação de recursos promotores de coesão social e equilíbrio regional.

Este papel de motor de desenvolvimento, de pivot do processo de internacionalização e de promotor de coesão social, assenta nas características, nas potencialidades e nos recursos da RLVT com destaque para a AML.

Aqui, localiza-se a capital e o pólo urbano mais importante do país, o que significa que nesta região se encontra uma parte muito significativa dos recursos estratégicos nacionais para a inovação e para o desenvolvimento, assim como um conjunto singular de equipamentos, de infra-estruturas, de competências e sistemas de conhecimento, que lhe atribuem um papel específico no conjunto do território nacional.

Verifica-se que esta região se diferencia pela sua especialização nos serviços financeiros e nos serviços às famílias e às empresas, e pela importância destacada nas indústrias que se organizam em torno da exploração de economias de escala, do esforço de Investigação e Desenvolvimento (I & D) e da diferenciação do produto como factores de competitividade.

Pode reconhecer-se, ainda, nas características da sua especialização o efeito de um modelo de internacionalização, onde o investimento directo estrangeiro assume relevância, em articulação com a satisfação da procura interna de bens e serviços.

Os dados disponíveis a partir de 1991 permitem afirmar que o aspecto mais marcante na evolução recente da AML é a terciarização crescente e a perda relativa da indústria transformadora no emprego regional.

Não existe, no entanto, perda de vitalidade industrial da AML, pelo contrário, observa-se um reforço da competitividade das empresas, que comporta a inovação tecnológica e organizativa.

Estamos perante um processo de reestruturação económica e social associada à redefinição do seu papel no contexto nacional e internacional, que se traduz na recomposição da sua base económica, em que os serviços assumem um papel mais relevante.

A indústria na AML assumia, em 1991, um forte peso no emprego e no VAB industrial nacional, e tinha grande importância em sectores estratégicos, designadamente: electrónica; material de transporte; alimentar; cimento; ferro; aço; artes gráficas e papel. Possuía, igualmente, o tecido industrial tecnologicamente mais avançado, com índices relativos de desenvolvimento favoráveis, e beneficiava de melhores serviços de apoio às empresas, bem como de mão-de-obra com qualificação superior à média nacional.

Subsistem núcleos de crise, marcados pela obsolescência do capital, por externalidades ambientais negativas e pela desarticulação inter-sectorial.

O processo de realocação em curso pode ter efeitos negativos em vários domínios do mercado de trabalho, no ordenamento do território e na qualidade ambiental. A especulação sobre o solo industrial, ou passível de ser qualificado como tal, é um obstáculo ao bom ordenamento industrial. Saliente-se, porém, que existe ainda oferta de solo industrial infra-estruturado, bem como instalações devolutas que podem ser facilmente reconvertidas.

Na área dos serviços de apoio à produção há carência em vários domínios e a diferentes níveis de qualificação. O acesso à informação relevante ainda é um estrangulamento à eficiência de muitas empresas, particularmente das PME.

Na área do comércio há um grande potencial de polarização nacional e eventualmente internacional a aproveitar. Porém a pulverização excessiva do aparelho comercial e a tendência para a grande concentração em alguns sectores, constituem obstáculos ao seu desenvolvimento.

Verificam-se grandes desequilíbrios na distribuição geográfica dos estabelecimentos. As deficiências da rede viária, nomeadamente, ao nível das vias estruturantes, também contribuem para dificultar a hierarquização e eficiência do comércio.

O sector carece de modernização técnica e organizativa, assim como de formação profissional, que lhe permita atingir, em certos ramos, a qualidade compatível com uma capital europeia.

O aumento da procura, pública e privada, das famílias e das empresas, tem contribuído para a diversificação e qualificação do sector dos serviços. Este aumento, em conjunto com as melhorias na qualificação da mão-de-obra e o incremento da acessibilidade, permitem definir um quadro favorável à instalação de empresas estrangeiras.

No entanto, a oferta de serviços é ainda pouco qualificada. Em alguns sectores faltam quadros técnicos com formação específica adequada.

Verificam-se desequilíbrios geográficos entre os vários concelhos da AML, sendo manifesta a necessidade de integração do sector nos instrumentos de ordenamento do território.

## 4.3 Dinâmica e Estrutura Empresarial

### 4.3.1 Caracterização Geral

No período entre 1991 e 1996, face ao conjunto da região, a AML perdeu peso em termos do número de estabelecimentos, com trabalhadores por conta de outrém, passando de 83% para 80%, e em termos do número de pessoas ao serviço, passando de 85% para cerca de 83% (vide quadro 4.11 em Anexos).

No entanto, em termos absolutos a AML registou um crescimento do número de estabelecimentos, paralelamente a um decréscimo do número de pessoas ao serviço, resultando na diminuição da dimensão média dos estabelecimentos que passou de 13 para 10 trabalhadores.

Esta dinâmica, em 1996, deveu-se principalmente à evolução registada na AML Norte, onde se concentravam 80% dos estabelecimentos e 83% das pessoas ao serviço e, dentro desta, ao comportamento do concelho de Lisboa que

concentra mais de metade dos efectivos destas duas variáveis.

Na AML Sul, assistiu-se, entre 1991 e 1996, a uma variação positiva do número de estabelecimentos e de pessoas ao serviço, embora internamente a maioria dos seus concelhos apresentem uma evolução negativa desta última variável. Quanto ao número médio de pessoas ao serviço por estabelecimento registou uma variação negativa, tal como a AML Norte.

Em termos concelhios, verifica-se que, em 1996, Lisboa concentra 41% do número total de estabelecimentos da AML e 48% do número de trabalhadores, sendo neste concelho que, de 1991 a 1996, se registou maior incremento do número de estabelecimentos e maiores perdas se registaram em termos de pessoas ao serviço, mantendo-se, contudo, um número médio de pessoas ao serviço acima dos valores médios da AML, 12 pessoas por estabelecimento.

Varição em Percentagem dos Estabelecimentos e Pessoas ao Serviço na AML, 1991-1996

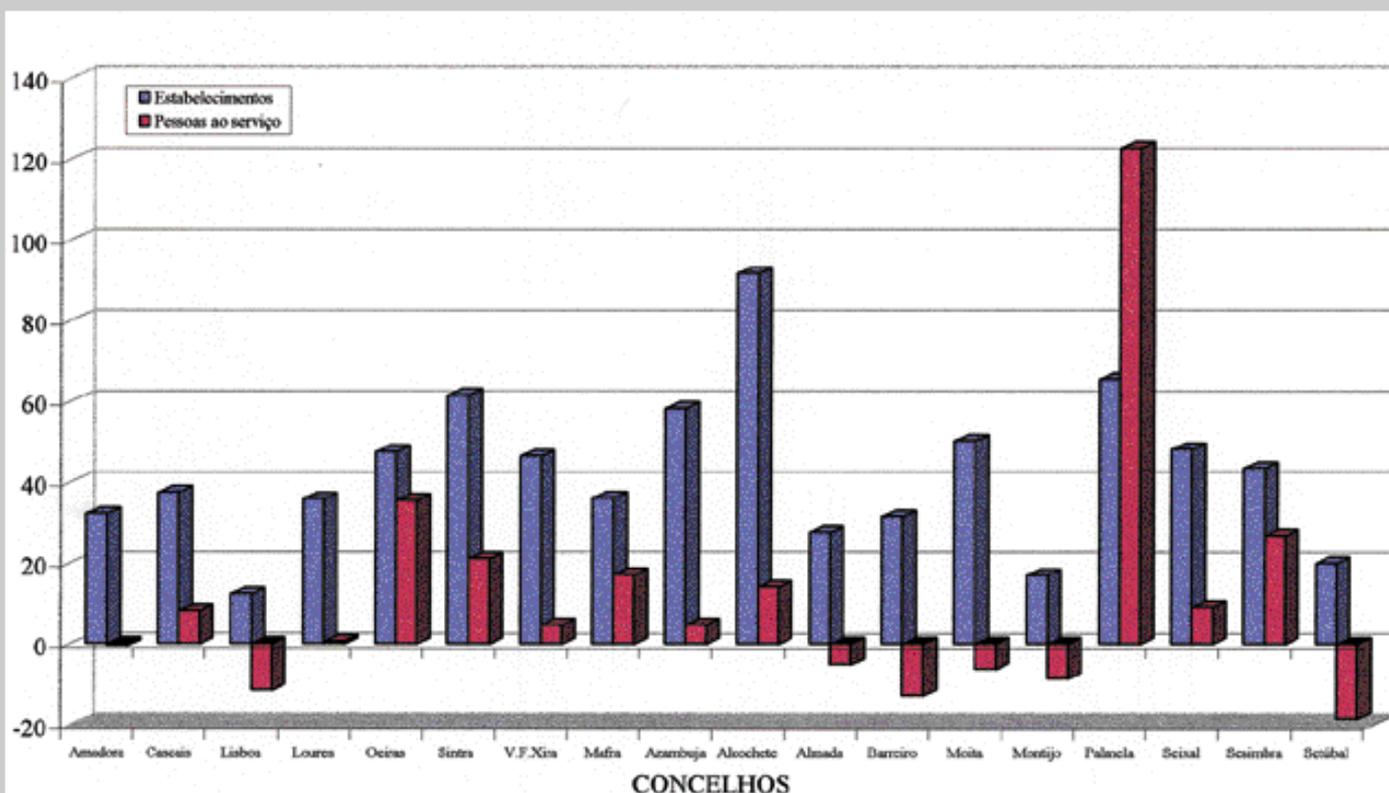
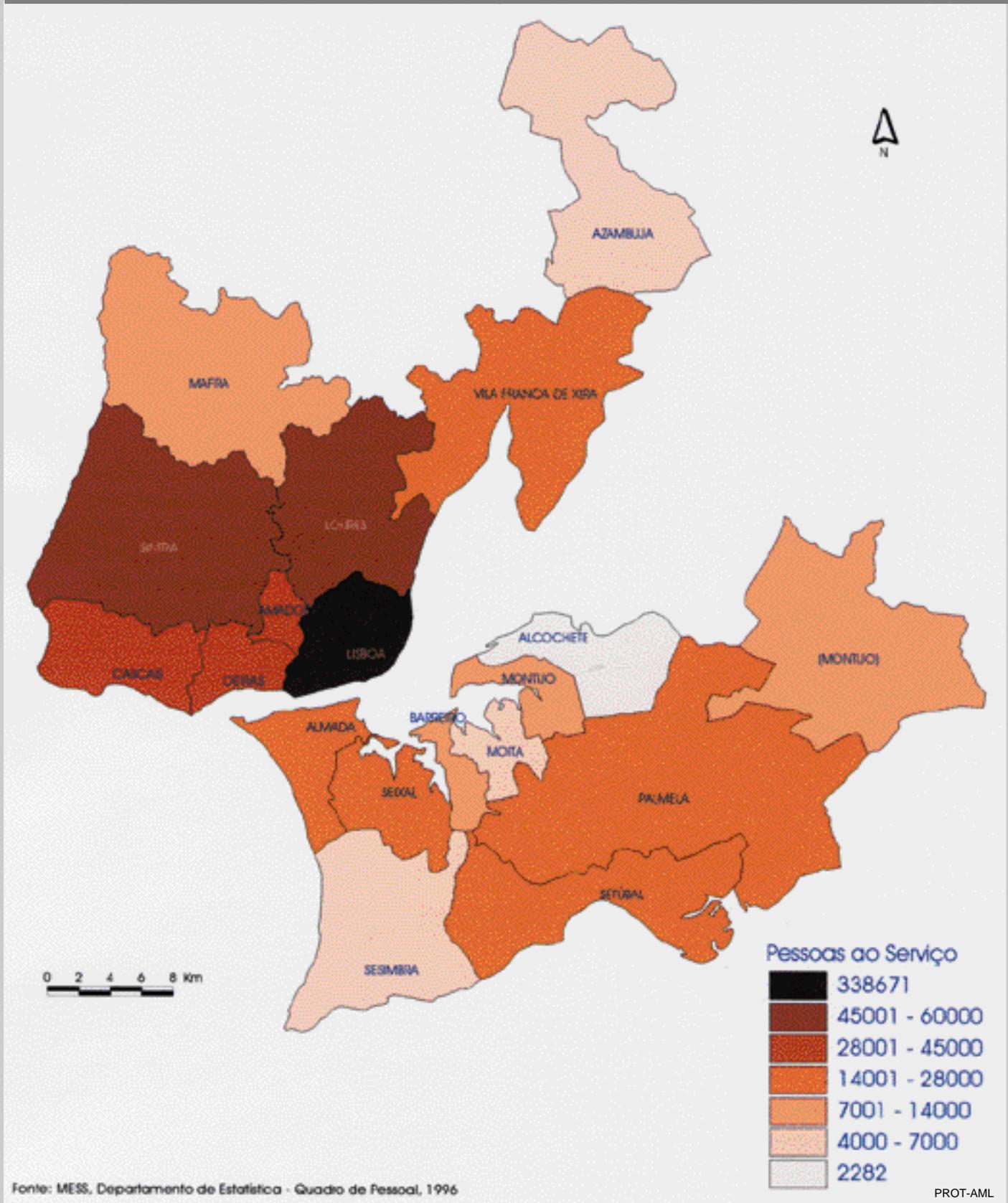


Fig. 4.1  
**N.º de Pessoas ao Serviço em Estabelecimentos**  
**1996**



Dos restantes concelhos e no que concerne ao número de estabelecimentos e trabalhadores existentes em 1996, destacam-se Loures e Sintra, na AML Norte, e Setúbal e Almada, na AML Sul.

Na evolução, entre 1991 e 1996, verifica-se que, para além de Lisboa, foram os concelhos de Sintra, Oeiras e Vila Franca de Xira que tiveram maior crescimento absoluto do número de estabelecimentos. Já em termos do número de trabalhadores, foram os concelhos de Oeiras, Sintra, Palmela e Sesimbra que registaram maiores crescimentos, contrariamente a Setúbal e Barreiro e, menos significativamente, Almada, Moita, Montijo e Lisboa que sofreram variações negativas.

Por fim assinala-se, por um lado, Palmela que registou um incremento no número médio de pessoas ao serviço, situando-se muito acima da média, com 18 pessoas por estabelecimento, situação que está associada à localização de grandes unidades produtivas, como a fábrica da Ford-Volkswagen e, por outro lado, Almada, Moita e Sesimbra por serem os concelhos onde o número médio de pessoas por estabelecimento é menor, com 7 ou 6 pessoas por estabelecimento.

Relativamente às taxas de variação do número de estabelecimentos, os municípios que registaram valores superiores a 50% foram, na AML Norte, Sintra e Azambuja e, na AML Sul, Alcochete, Palmela e Moita, enquanto na variação do número de pessoas ao serviço se destaca Palmela.

Em termos da dimensão média do número de estabelecimentos verifica-se que, tal como se induz da análise efectuada, na AML prevalecem

os estabelecimentos de pequena dimensão. As maiores empresas, com mais de 100 trabalhadores, localizam-se principalmente no concelho de Lisboa, seguido de Loures e de Sintra (vide quadros 4.12 e 4.13 em Anexos).

### 4.3.2 Rede de Balcões das Instituições Bancárias

Pelo significado de que se reveste como indicador de desenvolvimento e concentração de um serviço, vale a pena ser referido a importância que a rede de balcões das instituições bancárias assume na AML.

Assim, em 1997 estavam implantados na RLVT 1558 balcões, representando 35% do total dos balcões a nível do continente. A distribuição geográfica desta implantação apresenta-se contudo bastante assimétrica, já que na AML se concentram mais de 4/5 do total da Região.

No conjunto da AML (vide quadro 4.14 em Anexos) destaca-se a AML Norte que concentra 82% dos balcões por influência da capital metropolitana, responsável, só por si, por 45% da sub-região. Além desta, mas muito distanciados, sobressaem também os concelhos de Sintra (8.4%), Loures (6.8%) e Cascais (6.5%).

Na AML Sul verifica-se uma implantação de balcões bastante menos significativa, com 18% da AML, onde os municípios de Almada (4.3%), Setúbal (3.3%), Seixal (2.6%) e Barreiro (2.2%) têm algum significado sub-regional.

## 4.4 O Sector da Indústria Transformadora da AML

Nesta Região existe um grande triângulo industrial pesado, Barreiro-Seixal-Setúbal e uma área industrial antiga e dispersa na envolvente norte de Lisboa, constituída por muitas unidades industriais de pequena e média dimensão. Há pólos de indústria dispersa, principalmente de agro-indústria um pouco por toda a área e parques industriais estabelecidos na maioria dos municípios.

A actividade industrial na AML é muito significativa no contexto do país, representando, em termos de volume de vendas, cerca de 41%, e em termos de emprego, cerca de 20.4%.

A actividade industrial é muito diversificada, destacando-se, quer em número de empresas

quer em emprego gerado, os sectores da "alimentação e bebidas" (11% e 16% respectivamente do total da AML), "edição e impressão" (15% e 9.5%) e "produtos metálicos" (18.8% e 10%).

No interior da AML verifica-se um desenvolvimento assimétrico das actividades industriais pelos diferentes concelhos. Observa-se que as principais concentrações industriais se situam, na margem norte do Tejo, nos concelhos de Oeiras, Cascais, Amadora e Sintra, Loures e Vila Franca de Xira. Na margem sul, Almada, Seixal, Palmela e Setúbal são os concelhos mais representativos na indústria transformadora.

Existiam na AML, em 1996 (vide quadro 4.15 em Anexos), 6467 empresas da indústria transformadora, cuja concentração mais se faz sentir nos concelhos de Lisboa (26,8%), Sintra (16%) e Loures (14%) na AML Norte e, com relativa expressão na AML Sul, Almada, Seixal, Setúbal, Montijo e Palmela.

Relativamente ao volume de emprego são também os mesmos concelhos que se destacam do conjunto da AML. Embora na AML Norte a sequência de concentração seja idêntica (Lisboa, Sintra e Loures), na AML Sul o concelho de Palmela lidera o processo, contribuindo com 5.6% do emprego na AML, embora apresente uma das menores concentrações de empresas (2.1%). Neste contexto, a indústria transformadora da AML regista, em termos médios, 25 pessoas por empresa, evidenciando-se, por apresentarem valores acima

da média, Palmela com 68, Vila Franca de Xira com 33, Oeiras, Seixal e Amadora com aproximadamente 32, Lisboa com 29 e Azambuja com 28 pessoas por empresa.

É também visível distintos níveis de desenvolvimento económico global. Em concelhos como Palmela, muito marcados pela industrialização recente, o peso económico global é diminuto. Noutros, como em Cascais, Oeiras e sobretudo, Lisboa, a industrialização é muito importante na actividade económica do país.

Entretanto, verifica-se que no conjunto da AML (vide quadro 4.16 em Anexos), Palmela é o concelho que apresenta o terceiro melhor volume de vendas na indústria transformadora (6.5%), após Lisboa (52.1%) e Sintra (8.7%).

## 4.5 Recursos Geológicos – Indústria Extractiva

Na Área Metropolitana de Lisboa encontram-se em exploração importantes recursos geológicos, que se revelam, uns, como matérias-primas fundamentais ao desenvolvimento desta região, e outros, pela sua singularidade no contexto mineiro nacional. Merecem uma referência especial as manchas de areias e argilas na Península de Setúbal e a mancha de calcários ornamentais (Lioz e Amarelo e Vermelho de Negrais) no concelho de Sintra.

Por outro lado, a localização estratégica destas matérias-primas, com relevância para os inertes, dentro da Grande Lisboa, induz uma mais valia que se reflecte significativamente em termos económicos. Para se ter uma ideia desta importância, refere-se que o consumo de inertes na Região de Lisboa e Vale do Tejo, em 1997, foi de 11.5 ton/hab.

Na AML a maior partes das pedreiras estão numa fase adiantada de esgotamento da área licenciada, pese embora a existência de recursos em áreas contíguas, cujo licenciamento (por ampliação), se tem revelado impossível, sendo por isso imperioso criar condições administrativas que permitam essas ampliações, sempre que viável, garantindo a conveniente integração ambiental e urbanística.

Como recursos não renováveis e face a uma pressão urbanística crescente, é urgente tomar medidas que promovam o estudo e demarcação de áreas alternativas de ocorrência na perspectiva da sua preservação.

Na carta seguinte, para além da localização das pedreiras licenciadas, estão demarcadas “Áreas Potenciais”, com o objectivo de virem a ser estudadas com maior profundidade tendo em vista acautelar a continuação de abastecimento destas matérias-primas à Área Metropolitana de Lisboa, a seguir discriminadas:

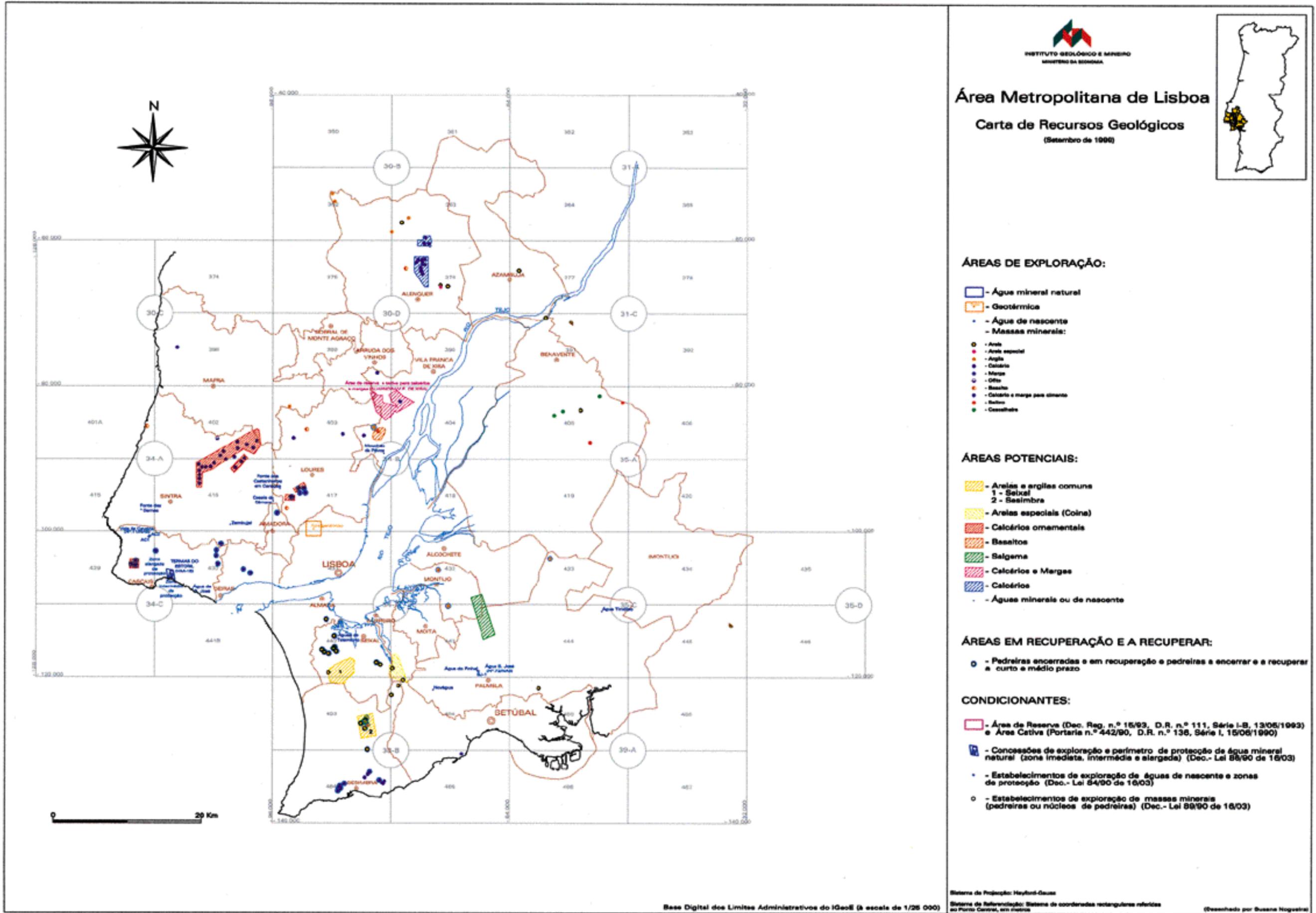
### Areias Comuns do Seixal

Os areeiros do Seixal – em fase de esgotamento, rodeados por áreas urbanas e sem possibilidades de ampliação – motivaram a selecção e estudo de uma área de modo a constituir alternativa aos espaços consignados em PDM para a indústria extractiva e onde esta se concentraria à medida que os areeiros em exploração fossem encerrados e recuperados.

### Areias e Argilas Comuns da Mesquita (Sesimbra)

Tal como o Seixal, constitui uma área produtora de areias comuns e, simultaneamente, a única fonte de argilas comuns que abastecem as unidades de cerâmica da AML.

A área potencial demarcada revela-se de extrema importância, sendo do maior interesse estudar e preservar eventuais recursos aí existentes, garantindo-se a laboração das unidades cerâmicas e o abastecimento de areias.



## Areias Especiais de Coina

Pelo seu alto conteúdo em quartzo, sua pureza e granulometria, são semelhantes às de Rio Maior, Barosa e Alhadas.

A sua possibilidade de utilização na indústria vidreira, cimento, cerâmica e numa diversificada gama de indústrias faz com que sejam um recurso nobre a que não se tem dado o uso correcto. A protecção destas areias e a promoção da sua gestão racional e melhor uso é de todo o interesse para a região.

## Calcários Ornamentais

Na AML ocorrem calcários de grande beleza (Amarelo e Vermelho de Negrais, Azul de Cascais, bem como as variedades de Lioz), únicos no País, e que pela sua singularidade enriquecem o quadro das rochas ornamentais portuguesas. São áreas potenciais que interessa estudar de modo a que os eventuais recursos existentes, não sejam inviabilizados por outros usos do solo.

## Basalto

Pela sua dureza, cor negra e resistência ao desgaste constitui uma matéria-prima adequada para construção de estradas, designadamente, nos tapetes asfálticos e selagem.

A área demarcada apresenta potencialidades que é necessário investigar, protegendo os eventuais recursos.

## Salgema

A área demarcada faz parte de um contrato de prospecção e pesquisa onde foram desenvolvidos trabalhos de índole diversa que localizaram, caracterizaram e avaliaram o recurso, reunindo as condições para que se constitua em exploração.

As actividades de extracção de inertes apresentam implicações no Ordenamento do Território e impactes no Ambiente.

Os recursos disponíveis não são renováveis, pelo que os instrumentos de planeamento territorial deverão delimitar concretamente as áreas a afectar à defesa dos recursos geológicos (ver carta), assim como os mecanismos regulamentares aplicáveis, de acordo com as orientações das entidades da tutela.

# 4.6 O Turismo

## 4.6.1 Caracterização Geral

Segundo as previsões da Organização Mundial do Turismo, este sector irá assumir-se nos próximos anos como a principal actividade económica a nível mundial, ultrapassando em termos de exportações os sectores que tradicionalmente lideram e se encontram ligados à produção petrolífera e ao comércio de automóveis.

O turismo é uma actividade da mais elevada importância para a economia nacional cuja competitividade internacional importa assegurar.

Na realidade Portugal é actualmente um importante destino turístico e a actividade turística assume já hoje um lugar significativo na actividade económica do país, representando 8% do PIB. Por outro lado,

o turismo que constitui em algumas regiões, como o Algarve e a Madeira, o motor da actividade económica regional, tem já na Região de Lisboa e Vale do Tejo um peso importante.

Em Portugal, conjugam-se factores que apontam com forte probabilidade para crescimentos muito elevados da procura e da oferta turístico-recreativa, dado o crescimento previsto para os fluxos intra-europeus, o desenvolvimento específico do espaço ibérico como mercado interno alargado e o potencial de crescimento do mercado doméstico do turismo e lazer.

Neste contexto, as perspectivas para o turismo e o recreio na AML são de grande crescimento, tanto nos espaços urbanizados de utilização intensiva, casos da cidade de Lisboa e do eixo Costa do Estoril-Sintra, como nos espaços de recreio e lazer da Península de Setúbal.

Portugal dispunha, em 1997, de 211 315 camas, incluindo as Regiões Autónomas, onde o Algarve representa 40% desta capacidade e Lisboa e Vale do Tejo 23%. Nesta Região, a AML representa cerca de 78% desta capacidade de alojamento, onde a Grande Lisboa, com cerca de 69%, representa a esmagadora maioria (vide quadro 4.17 em Anexos).

Na AML Norte, a concentração da oferta de alojamento hoteleiro verifica-se nos concelhos de Lisboa e Cascais, enquanto na AML Sul os concelhos mais importantes são Sesimbra, Setúbal e Almada.

Geograficamente identificam-se espaços relativamente homogêneos do ponto de vista das actividades turísticas que constituem importantes mais-valias económicas.

Assim, na AML destacam-se claramente o pólo de Lisboa e o eixo de Oeiras-Estoril-Cascais-Sintra que sobressaem pela grande capacidade hoteleira de categoria elevada e pelos equipamentos importantes que possuem – marinas, golfes, autódromo, casino, centros de congressos, etc.

Num nível significativamente inferior são de apontar, em primeiro lugar, Sesimbra-Palmela-Setúbal com uma temática ligada ao estuário do Sado e, em segundo lugar, o arco territorial Almada-Seixal-Barreiro-Montijo-Alcochete, onde existe uma unidade com base no estuário do Tejo e o triângulo Moita-Montijo-Alcochete em que se evoca já uma temática claramente ribatejana.

Ficam de fora Amadora, Loures (com potencial turístico na temática saloia, mas ainda com fraca expressão) e Vila Franca de Xira que, em termos de posicionamento turístico, se integra melhor na Lezíria do Tejo-Ribatejo.

## 4.6.2 Tendências do Turismo Regional

Algumas tendências que provavelmente se imporão no sistema turístico regional no horizonte 2010 apontam para:

- Crescimento muito intenso da capacidade hoteleira e alojamento complementar em zonas de sol, mar e praia;
- Crescimento muito intenso da capacidade hoteleira na cidade de Lisboa;
- Crescimento da capacidade para feiras, congressos, conferências e reuniões;
- Crescimento muito intenso da imobiliária de lazer;
- Crescimento da oferta turística e recreativa em meio natural e rural.

## 4.7 Agricultura, Florestas e Agro-Indústria

A actividade agrícola na AML detém significado económico e social não desprezável, tanto a nível nacional como regional, dado que os seus solos permitem o desenvolvimento de uma agricultura produtora de bens alimentares importantes no aprovisionamento do consumo existente na Região. Porém, a AML encontra-se em franca mutação, sendo forte a concorrência de diversos interesses quanto à utilização dos solos e consequente ocupação desordenada do espaço.

Em resultado da sua situação geográfica, têm vindo a exercer-se sobre a agricultura da AML um conjunto de influências contraditórias, de que se salientam:

- Pelo lado positivo: a existência de um grande mercado próximo com elevado nível de procura para os seus produtos; a existência e o acesso facilitado a unidades de transformação agro-industrial; a localização privilegiada relativamente à administração agrícola central e a centros de investigação e ensino;
- Pelo lado negativo: uma grande concorrência urbana e industrial relativamente à terra disponível e os elevados custos de oportunidade relativamente ao factor trabalho.

Apesar de reduzida e segmentada na sua área disponível e de uma acentuada tendência para

a marginalização económica e social, a agricultura tem resistido, compatibilizando em algumas zonas minifundiárias o exercício da actividade a tempo parcial com outras ocupações fora do sector.

A AML Norte, fortemente influenciada pela concentração urbana ainda mantém alguma actividade agrícola, embora com perdas consideráveis e sucessivas de solos agrícolas. Apesar disso, Sintra é uma zona de povoamentos florestais e de pomares. Na zona dos barros vermelhos de Oeiras/Amadora predominam algumas áreas de cultura arvenses e em Loures nos seus solos férteis são frequentes as hortas.

Na AML Sul coexistem uma agricultura minifundiária ribeirinha, essencialmente baseada na horticultura, na viticultura, na fruticultura e em actividades pecuárias intensivas, com uma outra, de características diferenciadas no interior desta zona, caracterizada por explorações de média e grande dimensão com uma orientação predominantemente agro-silvo-pastoril, associada principalmente a montados de sobro.

Quanto à primeira zona, predominantemente plana e situada sobre o aquífero sedimentar do Tejo-Sado,

a actividade agrícola é desempenhada essencialmente por agricultores a tempo parcial, sob a pressão intensa das frentes de expansão urbana e industrial, que exerce uma acção fortemente agressiva sobre o ambiente por via da poluição química e orgânica dos solos e dos aquíferos.

Prevê-se que esta zona mantenha, no futuro, um tipo de agricultura semelhantes ao actual, destinada essencialmente ao abastecimento dos grandes centros de consumo que lhe estão próximos, já que a evolução da PAC terá aqui uma influência pouco importante. Admite-se, por outro lado, que a área disponível continue a restringir-se e que a actividade se exerça, a um título cada vez mais complementar, por agricultores a tempo parcial.

Quanto à segunda zona, mais arborizada – principalmente com sobreiros mas, também, com eucaliptos e pinheiros – e ocupada com actividades mistas e agro-pecuárias relativamente extensivas, poder-se-á prever no futuro uma maior especialização florestal com uma ligeira redução da pecuária; não deverão assim ocorrer outras alterações particulares, com excepção do aumento da tendência já actual para um maior parcelamento fundiário com ocupações não agrícolas e de lazer.

## 4.8 Pesca

A estreita plataforma continental e a intensificação da pesca que se verificou em épocas de crise não permitiram, por si só, o restabelecimento dos pesqueiros, caracterizando a costa portuguesa por águas relativamente pobres. A procura de pesqueiros cada vez mais distantes implicou outrora o desenvolvimento de uma indústria que atingiu o auge nos anos sessenta. Os sucessivos cenários de crise verificados, em resultado da acentuada dificuldade no acesso a pesqueiros em Zona Económica Exclusiva (ZEE) de países terceiros levou ao enfraquecimento da frota pesqueira. Com a adesão à CEE em 1986, Portugal articulou a sua estratégia com a Comunidade Europeia, cujas políticas da pesca apontavam para uma evolução qualitativa e não quantitativa, com evidente reflexo na Área Metropolitana de Lisboa onde ainda existem comunidades dependentes do sector.

O sector pesqueiro tradicional da AML (excluindo a produção de congelados, salgados e aquicultura) não tem expressão relevante no conjunto da economia da AML e da Região.

Desde 1992 que a AML vem mantendo o mesmo peso na estrutura da pesca descarregada, registando sequencialmente quotas entre 50% e 51% no conjunto dos seis portos mais importantes da RLVT, embora em 1995 esse peso atingisse 56%.

A fraca posição do sector da pesca na economia da AML agrava-se se considerarmos que as descargas de pescado ao longo dos anos noventa (vide quadro 4.18 em Anexos) se têm pautado por quebras sistemáticas, passando de 38,6 mil toneladas em 1992 (o ano mais próspero da década) para 25,8 mil toneladas em 1997, correspondendo a um decréscimo de 33% aproximadamente (menos 12,8 mil toneladas ou 2,6 mil toneladas ano).

É notória uma discrepância de crescimento na estrutura do sector entre a AML Norte e a AML Sul, com realce para o significativo crescimento da AML Sul, por influência de Sesimbra, registando este porto as quantidades mais elevadas no conjunto da AML, tendo passado de 49% em 1992 para 70% em 1997, do total da pesca descarregada (vide quadro 4.19 em Anexos).

## 4.9 Dinâmica Portuária

### 4.9.1 Introdução

Os portos nacionais continuam a ser um elemento estruturante no sistema de transportes com relevância na internacionalização da economia portuguesa e, em menor escala, nas trocas inter-regionais.

De entre as mercadorias transportadas por via marítima para as quais os portos constituem pontos obrigatórios de passagem, destacam-se em volume os graneis sólidos e líquidos (vide quadros 4.20 e 4.21), especialmente as importações, com relevo para o petróleo bruto, os produtos petrolíferos, o carvão e os graneis alimentares (essencialmente cereais e oleaginosas).

A dinâmica portuária assume uma importância decisiva para a RLVT e AML, enquanto motor interno e de internacionalização da economia portuguesa. Os factores de risco e de competitividade do sistema portuário terão, pois, um impacto elevado sobre o desenvolvimento da Região.

### 4.9.2 O Porto de Lisboa

Caracteriza-se por ser um porto estuarino e abrigado, em que na sua margem norte ocorrem todas as movimentações de navios de cruzeiro e uma grande percentagem da movimentação total da carga, incluindo carga geral e contentores. Na margem sul existem terminais especializados para graneis sólidos e graneis líquidos.

Do ponto de vista das cargas, Lisboa é líder nacional no segmento das cargas contentorizadas, graneis alimentares (cereais, forragens e oleaginosas) e minérios, movimentando também importantes quantidades de carga geral fraccionada, carvão e produtos refinados de petróleo. Lisboa é também o segundo maior porto europeu, ao nível das escalas de navios de cruzeiro.

As acessibilidades rodoviárias e ferroviárias aos terminais deste porto padecem dos constrangimentos inerentes ao envolvimento urbano. Grande parte da zona portuária situada a norte encontra-se envolvida pela cidade de Lisboa

e pelas zonas urbanas vizinhas, aspecto este que condiciona a expansão do porto e gera uma pressão urbana sobre as áreas portuárias existentes.

Importa porém constatar que a região em que se insere é o principal motor económico do espaço nacional e o seu principal veículo de internacionalização, dependendo fortemente do Porto de Lisboa. Neste contexto, não existem alternativas realistas a este porto, pelo que ele deverá continuar a funcionar ainda por diversos anos como esteio fundamental do sistema portuário português a sul do Mondego.

### 4.9.3 O Porto de Setúbal

O porto de Setúbal é também um porto estuarino e abrigado, ainda que disponha de fundos naturais menos importantes do que o de Lisboa. A sua área comercial desenvolve-se numa frente de 12km, totalmente independente da zona urbana, e só parcialmente utilizada, dispondo por isso, de amplas áreas de expansão.

Para além dos terminais portuários de uso privativo, ao serviço de estabelecimentos industriais, o porto de Setúbal dispõe de infra-estruturas portuárias especializadas nos tráfegos de contentores, ro-ro, carga fraccionada e graneis.

O porto de Setúbal é líder nacional da movimentação de carga geral fraccionada e ro-ro, movimentando também importantes quantidades de graneis sólidos alimentares, de cimentos e de minérios.

Este porto possui boas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias à rede nacional e internacional, descongestionadas e sem interferências significativas com a mobilidade urbana.

A sua área comercial é totalmente independente da zona urbana, não oferecendo, desse ponto de vista, qualquer tipo de constrangimento para a sua expansão.

Estas características contribuem de forma significativa para o seu grande potencial de crescimento e desenvolvimento no curto e médio prazos.

# 5 Exclusão Social e Fragmentação Territorial

## 5.1 **Contextualização Geral**

## 5.2 **Para uma estratégia de Coesão Socio-Territorial**

### 5.3 **Áreas Críticas**

5.3.1 Nota Metodológica

5.3.2 Caracterização

### 5.4 **Minorias Étnicas Africanas**

5.4.1 Nota Introdutória

5.4.2 Nota Metodológica

5.4.3 Caracterização

### 5.5 **Nível de Instrução da População**

5.5.1 Nota Metodológica

5.5.2 Caracterização

### 5.6 **Mercado de Emprego**

5.6.1 Nota Introdutória

5.6.2 Nota Metodológica

5.6.3 Caracterização

### 5.7 **Poder de Compra**

5.7.1 Nota Introdutória

5.7.2 Nota Metodológica

5.7.3 Caracterização

## 5.1 Contextualização Geral

Vivemos numa época marcada por profundas alterações tecnológicas, económicas e sociais, o que contribui, por um lado, para o desenvolvimento e a criação de riqueza, mas que arrasta, por outro, uma parte da população para situações de *exclusão social* e de *pobreza*. Esta dualidade territorial está claramente presente na Área Metropolitana de Lisboa, como resultado da lógica do processo de urbanização da cidade e das formas de crescimento económico e de terciarização. O forte crescimento populacional – relacionado com os movimentos migratórios das décadas de '60 e '70 – bem como a ausência de políticas de planeamento, de requalificação da habitação, de criação de infraestruturas e de equipamentos adequados às necessidades das populações, estimulou um crescimento metropolitano desordenado e, conseqüentemente, desqualificado do ponto de vista social e urbanístico.

Verificam-se, na Área Metropolitana de Lisboa, algumas debilidades sociais e urbanísticas – carências habitacionais, emprego precário e desqualificado, desemprego, insuficientes estruturas e dinâmicas educacionais e de formação

profissional, insuficientes equipamentos sociais, culturais e de saúde, dificuldades nas acessibilidades, degradação dos espaços públicos – que estão na origem do aparecimento de “núcleos” de habitação precária, muitas vezes de origem clandestina, localizados em áreas fortemente degradadas e em “bolsas de pobreza”.

Estas áreas críticas, particularmente desqualificadas e carenciadas de infraestruturas e de equipamentos, caracterizam-se genericamente por uma forte concentração residencial e por altas densidades populacionais, em condições de precariedade. Nelas se concentram “grupos de risco”, ou seja, populações social e economicamente desfavorecidas e mais vulneráveis ao fenómeno de exclusão social, constituídos fundamentalmente por famílias com carências económicas, famílias endividadas, famílias monoparentais, crianças e jovens com dificuldades de inserção social, idosos isolados, minorias étnicas, pessoas sem abrigo, mulheres em risco, indivíduos desempregados (sobretudo, de longa duração) ou com empregos precários, toxicodependentes e indivíduos afectados por doenças graves.

## 5.2 Para uma Estratégia Metropolitana de Coesão Socio-Territorial

A densidade dos problemas da pobreza e da exclusão social, a sua expressão mais concentrada nas aglomerações urbano-metropolitanas e a sua composição actual (onde se conjuga a *pobreza tradicional* – ligada a baixos rendimentos e a uma reduzida escolaridade – com a *pobreza contemporânea* – ligada à precariedade do emprego e ao desemprego), comprometem os fundamentos da coesão socio-territorial.

A pobreza e a exclusão social constituem uma situação intolerável de impedimento à participação na condição plena de cidadania e à partilha de condições de vida dignas, relativamente aos diversos aspectos da organização da vida em sociedade, tais como: a residência numa habitação condigna; a posse de rendimentos e de recursos económicos; o acesso à educação, formação e qualificação; o acesso ao trabalho, à saúde, ao bem-estar e à protecção social; a pertença a uma comunidade

valorizada; o sentimento de auto-estima e a identidade social.

Deste modo, torna-se prioritária uma estratégia de intervenção territorial de luta contra a pobreza e a exclusão social, que vise a integração social, económica e profissional de populações em situação de desfavorecimento e a redução dos desequilíbrios sociais existentes, através da identificação de áreas de actuação prioritárias. A redução destes fenómenos sociais implica uma acção integrada – entre a administração central, regional e local, bem como um determinado conjunto de instituições e agentes sociais e económicos – e de acordo com a especificidade dos contextos territoriais.

Um dos desafios estratégicos do PROT-AML é, precisamente, assegurar o crescimento equilibrado e sustentável das actividades humanas e a melhoria das condições de vida das populações,

corrigindo as assimetrias, nomeadamente ao nível social, entre os diferentes territórios da área metropolitana. O cumprimento de um tal desafio estratégico requer a concretização de determinadas medidas fundamentais como sejam a definição de programas específicos de educação e formação e programas de inserção profissional das populações; por outro lado, é fundamental a definição e a aplicação de um programa metropolitano de habitação, que resolva as principais carências habitacionais existentes.

Estas medidas requerem, por sua vez, um conjunto de acções concretas – nomeadamente, o realojamento de populações residentes em bairros de barracas ou nouro tipo de habitação em situação de risco, a requalificação habitacional dos espaços urbanos mais necessitados, a promoção de actividades económicas e de equipamentos sociais e culturais, a fixação de populações através

da criação de oportunidades de emprego e uma formação profissional adequada.

O conhecimento localizado da existência de zonas onde os fenómenos de pobreza e de exclusão social estão fortemente presentes, permitirá uma melhor identificação de prioridades no processo de selecção de áreas de actuação, com vista à qualificação do território. A intervenção nas áreas críticas é fundamental para uma inversão das tendências de degradação e desqualificação da AML e para o reforço dos mecanismos de coesão social.

Considerando que a desqualificação social do território urbano passa, em grande parte, pela existência de zonas onde os fenómenos de exclusão social e de pobreza persistem de forma concentrada, procedeu-se à identificação das áreas mais críticas da Área Metropolitana de Lisboa.

## 5.3 Áreas Críticas

### 5.3.1 Nota Metodológica

Numa primeira fase, procedeu-se à identificação, o mais localizada e rigorosa possível, das áreas críticas da AML em termos de desqualificação urbanística e social<sup>9</sup>. A designação de “áreas críticas” baseou-se na identificação de quatro tipos de bairros, especificamente: bairros sociais, bairros de barracas, bairros clandestinos e bairros degradados em centros históricos. A designação “bairros críticos” refere-se aos bairros considerados desqualificados, em termos sociais e urbanísticos – com carências ao nível dos equipamentos e infraestruturas e/ou com um parque habitacional degradado ou em situação de risco; com uma população, na sua maioria, socialmente desfavorecida. Certamente que o grau de desqualificação é variável consoante o tipo de bairro, mas em todos eles foram identificaram factores de desqualificação que revelam a existência de níveis de pobreza.

Procedeu-se, por um lado, ao levantamento e à representação espacial do número e tipo de bairros críticos da AML, por concelho e freguesia e, por outro, ao levantamento do total de população

residente naqueles bairros, bem como o total de agregados familiares<sup>10</sup>.

Uma das limitações da presente análise deveu-se à ausência de dados disponíveis relativamente a algumas freguesias e a alguns bairros (26 freguesias num total de 83 freguesias e 40 bairros degradados num total de 262 bairros), pelo que se sublinha que os valores apresentados são uma estimativa.

Complementarmente, procedeu-se ao levantamento das comunidades africanas residentes nos bairros degradados e núcleos de habitação social da Grande Lisboa e da Península de Setúbal<sup>11</sup>. Os dados utilizados, desagregados por freguesias e por bairros, permitiram uma análise à escala micro.

A identificação das principais áreas críticas da área metropolitana, bem como das comunidades imigrantes africanas não se baseou numa análise estatística evolutiva, uma vez que os dados disponíveis não o permitiam, reportando-se unicamente a 1998 e a 1995, respectivamente. Refira-se ainda que uma análise quantitativa da pobreza é dificultada não só pela complexidade do fenómeno em causa, de difícil “medição”, como também pela escassez de informação

<sup>9</sup> Fonte: *Zonas de Pobreza em Portugal. Uma Identificação pelos Agentes Locais*, Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP) – Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1998.

<sup>10</sup> Considerou-se ainda uma outra categoria – “outro tipo de bairro” – que inclui “zonas indiferenciadas”, “bairros em áreas degradadas” e “pátios/ilha”. No entanto, a localização e a representação espacial do fenómeno em causa restringe-se aos quatro tipos de bairros acima referidos.

<sup>11</sup> Fonte: DEDIAP/CEPAC – U.L.H.T., 1995.

estatística que possibilite a análise do seu nível de densidade e respectiva localização territorial.

Numa segunda fase, foram seleccionados e analisados outro tipo de indicadores, ao nível concelhio – Total de População Residente; População Residente por Nível de Instrução e Taxa de Analfabetismo; População Total Activa, Empregada e Desempregada; Desemprego registado nos Centros de Emprego – na medida em que se relacionam intimamente com o aparecimento ou a persistência dos fenómenos de pobreza e de exclusão social.

Recorreu-se, ainda, a outro tipo de informação estatística, como o Índice de Poder de Compra Concelhio.

A análise destes indicadores reporta-se ao nível do concelho, dada a inexistência de dados estatísticos disponíveis desagregados por freguesias, mas não deixa de complementar e reforçar a base de trabalho para a identificação e caracterização das principais zonas críticas da área metropolitana.

Também aqui, os diversos indicadores se reportam a datas diferentes, bem como a fontes diferentes, não possibilitando análises comparativas rigorosas, pelo que se apela desde já à necessidade e importância da existência de uma maior informação estatística no âmbito desta temática.

### 5.3.2 Caracterização

A RLVT, apesar da sua diversidade interna, emerge como a região do país com maior concentração demográfica: a sua população residente representa um terço da população total do país (3.3 milhões de habitantes)<sup>12</sup>. No que respeita à Área Metropolitana de Lisboa, que representa somente 13% do território nacional, nela se concentram mais de 3/4 da população da RLVT (77.2%).

A par desta concentração demográfica, o território metropolitano caracteriza-se por uma forte concentração urbana e por específicas formas de coesão social, onde é visível a coexistência de espaços qualificados (frequentemente centrais) e espaços degradados e desqualificados (frequentemente periféricos e, também, em centros históricos), geradores de diferentes formas de apropriação do espaço e de desequilíbrios sociais.

Nos espaços mais desqualificados da AML, residem cerca de 300 mil pessoas, num total de 262 bairros degradados, o que representa, por um lado, cerca

de 9% do total de população residente na RLVT e, por outro, cerca de 11.6% face ao total de população residente na área metropolitana<sup>13</sup>. Identificaram-se, no conjunto da AML, 89 bairros de barracas, 80 bairros sociais, 19 bairros degradados em centros históricos, 18 bairros clandestinos e, ainda, 56 bairros nouro tipo de zonas degradadas (“zonas indiferenciadas”, “bairros em áreas degradadas”, “pátios-ilha”).

É na AML Norte que se verifica o maior número de população residente em bairros degradados (81.8% face ao total de população residente neste tipo de bairros na AML), com cerca de 237.992 habitantes, num total de 203 bairros. Quanto à AML Sul, residem nela cerca de 52 662 habitantes, num total de 59 bairros, o que representa 18.1% face ao total de população residente em bairros críticos da AML. Verifica-se, assim, uma forte discrepância entre as duas margens da AML quanto ao número de população residente em zonas acentuadamente precárias e desqualificadas.

Por outro lado, se se confrontar estes valores com o total de população residente em cada margem da área metropolitana, constata-se que, na margem norte, a população residente em bairros críticos representa 12.5% face ao total de população aí residente<sup>14</sup>, o que a destaca da margem sul (7.8% de população residente em bairros críticos face ao total de população residente).

Foram identificados bairros críticos em todos os concelhos da margem norte da AML, com grande diversidade ao nível da sua distribuição, que representam cerca de 23% daqueles assinalados no Continente. O concelho de Lisboa distingue-se claramente, na margem norte, e mesmo em relação à AML, com 143 689 habitantes em 89 bairros, seguido do concelho da Amadora, com 33 578 habitantes em 34 bairros. Seguem-se os concelhos de Sintra e de Loures, respectivamente, com 20 408 habitantes em 17 bairros e 14 984 hab. em 29 bairros (vd. Gráfico).

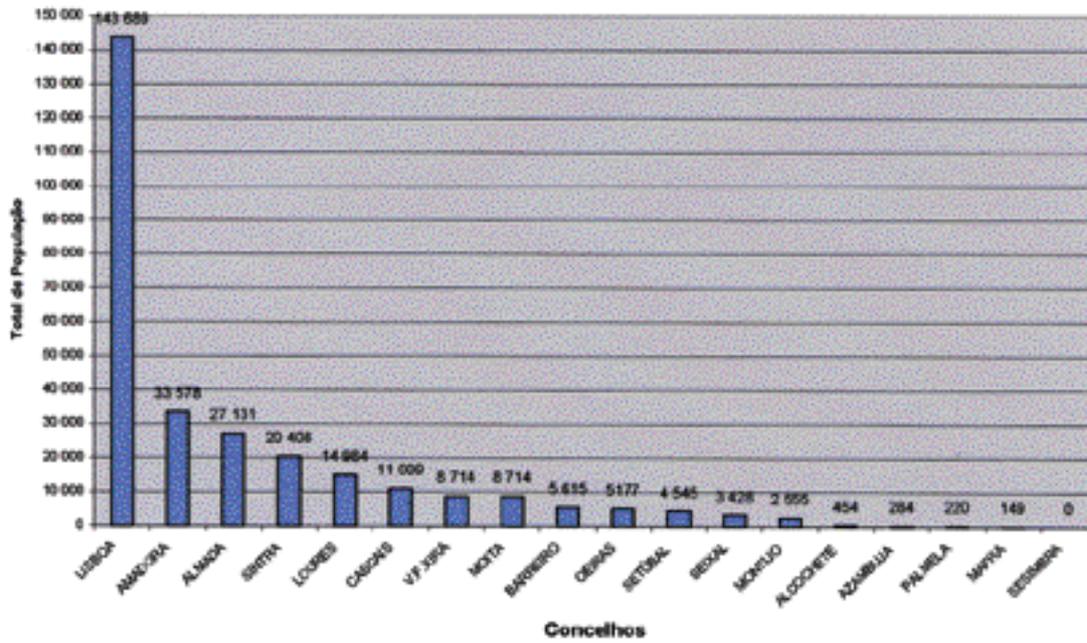
Quanto à margem sul da AML, é o concelho de Almada que evidencia um maior número de população residente em bairros críticos (27 131 hab. em 8 bairros), seguido da Moita (8714 hab. em 8 bairros). Confrontados com os restantes concelhos da AML Sul, Alcochete e Palmela detêm o menor número de população a residir em bairros críticos (respectivamente, 454 hab. e 220 hab.). Contudo, apesar dos diferentes níveis de intensidade deste fenómeno social nos vários concelhos da AML Sul, em quase todos eles foram identificados bairros degradados e desqualificados (com exclusão do concelho de Sesimbra).

<sup>12</sup> Fonte: INE, 1997.

<sup>13</sup> Fonte: INE, 1997.

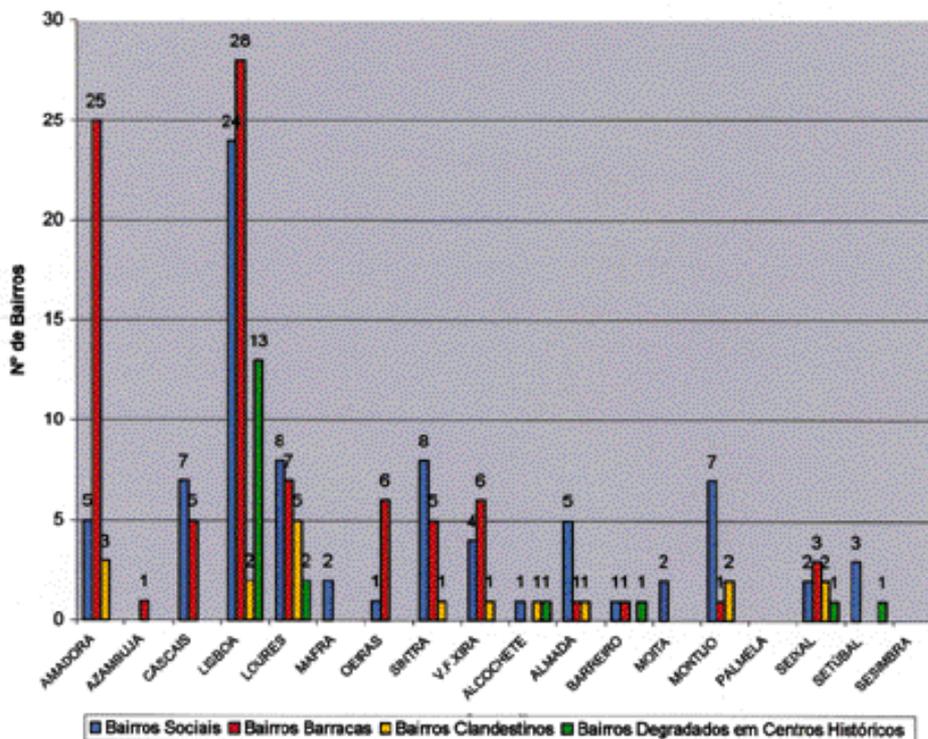
<sup>14</sup> Fonte: INE, 1997.

População Residente em Bairros Críticos da AML, por Concelho (1998)



Fonte: DEPP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1998.

Total de Bairros Críticos da AML, por Concelho (1989)

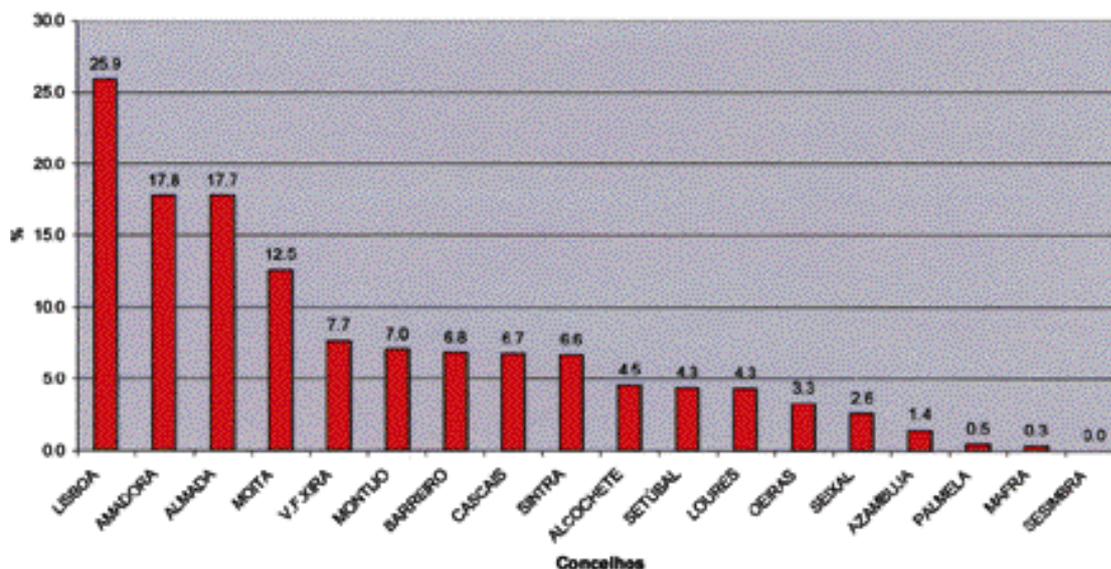


Fonte: DEPP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1998.

Se se analisar a proporção da população que vive em bairros críticos face ao total de população residente, por concelho, verifica-se que é Lisboa que, mais uma vez, se destaca dos restantes, com 25.9%. Os outros concelhos problemáticos, segundo esta perspectiva analítica, são Amadora e Almada, ambos com cerca de 17%, seguidos, por ordem decrescente, dos concelhos de Moita,

Vila Franca de Xira, Montijo, Barreiro, Cascais e Sintra, com valores que variam entre os 12.5% e os 6.5%. Com uma menor expressão, surgem os restantes concelhos da AML, com valores inferiores a 5%. Apenas no concelho de Sesimbra, como já se referiu, não foram identificados bairros críticos. (vd. Gráfico).

### Total de População Residente em Bairros Críticos Face ao Total de População Residente, por Concelho



Fonte: DEPP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1998.; INE. Estimativas de População Residente, 1997.

A uma escala mais detalhada, a freguesia de Marvila destaca-se claramente das restantes no conjunto do território metropolitano, com cerca de 33 697 mil pessoas residentes em bairros críticos (num total de 7 bairros: 6 bairros sociais e 1 bairro degradado em centro histórico). De facto, esta freguesia constitui uma zona crítica, cuja população carenciada é bastante representativa face ao total de população aí residente (70.4%) e, mesmo, face ao total de população residente neste tipo de bairros da AML (11.5%).

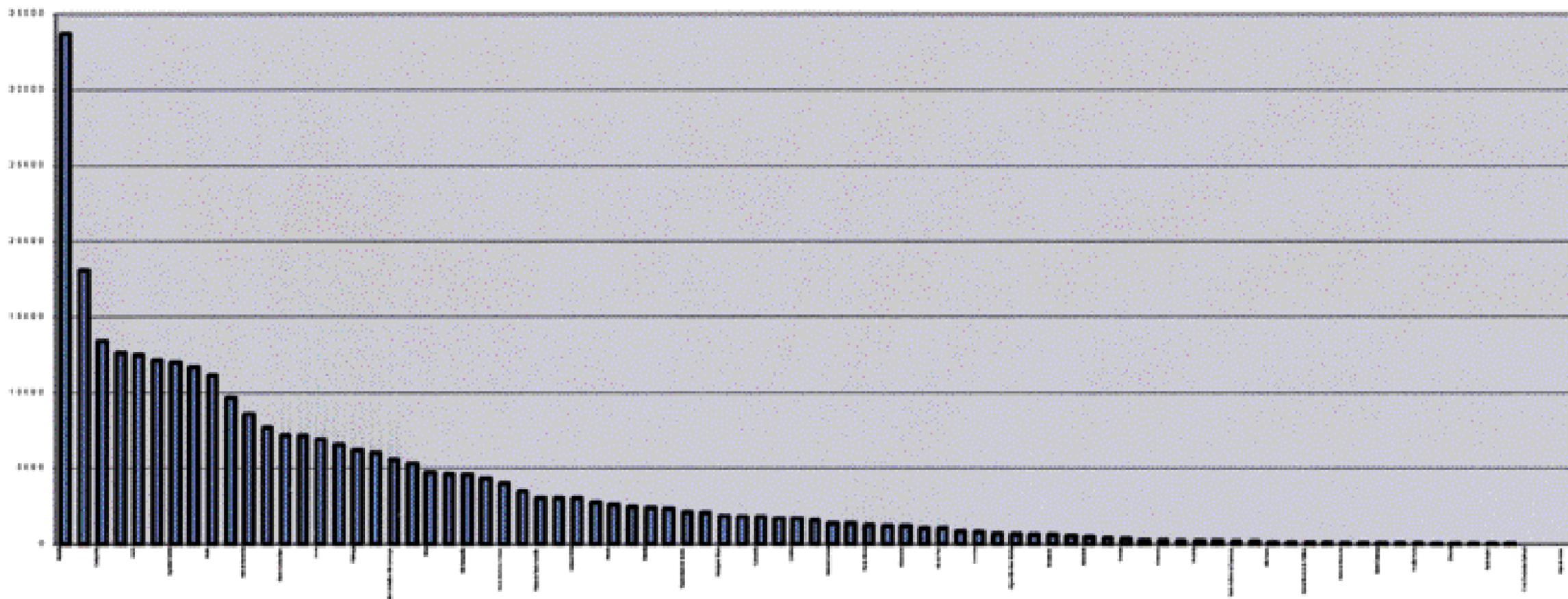
Seguidamente, na freguesia da Caparica – concelho de Almada – identificam-se 18 070 habitantes em 3 bairros degradados (bairros sociais), o que representa, por um lado, 34.3% em relação ao total de população residente em bairros críticos da

margem sul e, por outro, 6.2% no conjunto da área metropolitana.

Um outro grupo de freguesias deve ser referido, cuja população residente em zonas fortemente desqualificadas varia, em cada uma delas, entre os 15 000 e os 10 000 habitantes: Campolide, Anjos, Benfica, Lumiar e Beato, no concelho de Lisboa; Buraca, no concelho da Amadora; Agualva-Cacém, no concelho de Sintra. Em todas as outras freguesias, este tipo de população não ultrapassa os 10 000 habitantes.

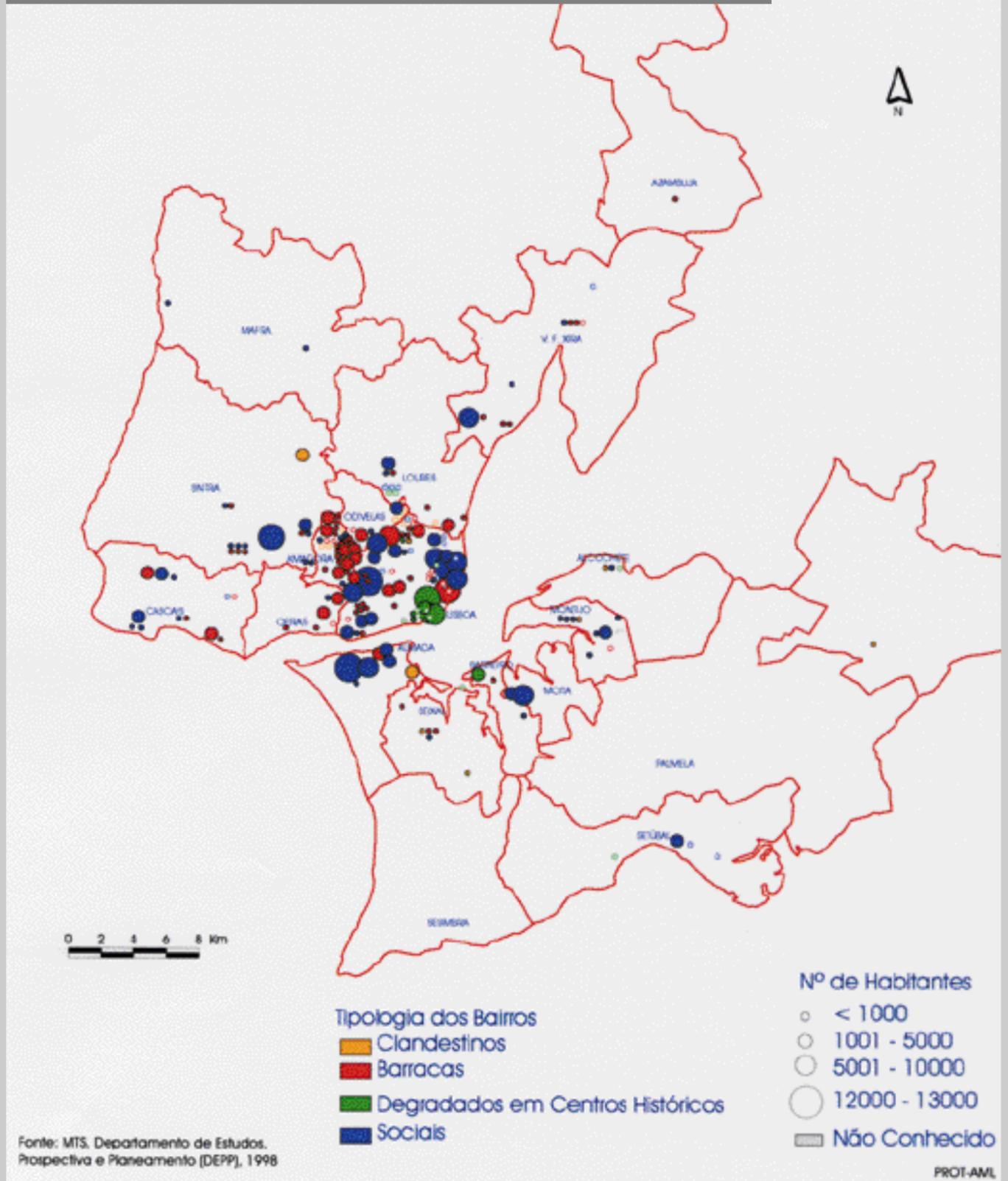
Para uma visualização da representação espacial deste fenómeno, vide Fig. – População residente em bairros críticos – 1998.

### População Residente em Bairros Críticos da AML, por Freguesia (1998)



Fonte: DEPP, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1998.

Fig. 5.1  
População Residente em Bairros Críticos  
1998



## 5.4 Minorias Étnicas Africanas

### 5.4.1

#### Nota Introdutória

O levantamento demográfico desta minoria étnica foi privilegiado, dada a sua forte presença na AML e uma vez que é exemplo de uma população que vive claramente numa situação de desfavorecimento e de vulnerabilidade social, de grande fragilidade económica e de instável estratificação social (como a maioria das comunidades imigrantes). O facto de as comunidades africanas constituírem espaços geograficamente próximos dos centros urbanos, mas cuja distância em termos sociais e económicos parece ser intransponível, dá origem a processos de guetização. Estas situações de “ghetto” dificultam a integração social das minorias étnicas, sobretudo quando se prolongam por demasiado tempo.

### 5.4.2

#### Nota Metodológica

A informação utilizada baseou-se nos resultados de um estudo desenvolvido conjuntamente pelo Centro Padre Alves Correia e pelo Centro de Estudos da População da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, em 1995, que visou, essencialmente, o levantamento demográfico da população imigrante de origem africana residente em bairros degradados e núcleos de habitação social na AML. Não se incluem, nesta análise, os concelhos de Alcochete, Palmela, Sesimbra, Mafra e Azambuja, dada a inexistência de núcleos significativos de imigrantes africanos nestes concelhos.

Os dados incluem cidadãos de origem étnica africana, independentemente de estarem

naturalizados, legalizados ou em situação de clandestinidade. Para efeitos de integração social, torna-se mais importante a pertença étnica do que a nacionalidade, uma vez que a aquisição da nacionalidade portuguesa não suprime facilmente as barreiras ráticas que, frequentemente, impedem a harmonia e a coesão social.

Por razões óbvias, ficam excluídos os imigrantes indocumentados – os chamados “clandestinos”.

### 5.4.3

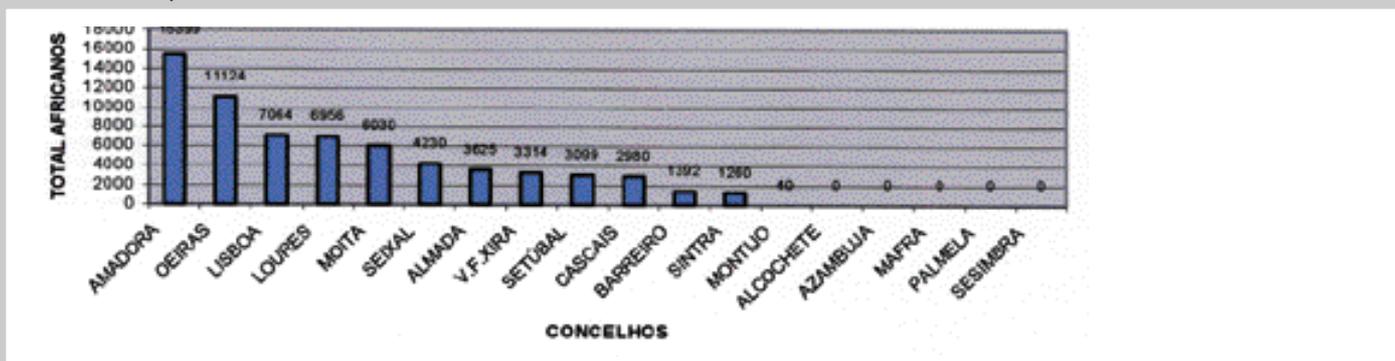
#### Caracterização

A maior comunidade estrangeira residente no País, bem como nos distritos de Lisboa e de Setúbal, é proveniente do continente africano – 46.6% no País e 59.7% nos distritos de Lisboa e de Setúbal<sup>15</sup>. O facto de cerca de 80% da imigração africana em Portugal se concentrar na Grande Lisboa e na Península de Setúbal, relaciona-se com a maior diversidade de oferta de emprego destas regiões.

No que respeita a concentração de comunidades africanas em bairros degradados e núcleos de habitação social, é de destacar a região da Grande Lisboa na medida em que concentra 72.3% do total apurado na AML (66 513 africanos), enquanto que a Península de Setúbal detém apenas 27.6%.

De facto, é na margem norte da área metropolitana que se verifica a maior parte de comunidades africanas residentes em espaços desqualificados, concentradas maioritariamente, por ordem decrescente, nos concelhos de Amadora, Oeiras, Lisboa e Loures.

Comunidades Africanas Residentes em Bairros Desqualificados da AML, por Concelhos – 1995



Fonte: DEDIAP/CEPAC – U.L.H.T., 1995.

<sup>15</sup> Fonte: INE, 1997.

<sup>16</sup> Refira-se que até à data de conclusão dos Estudos de Fundamentação Técnica do PROT-AML não estavam disponíveis dados mais actualizados no que respeita às comunidades imigrantes africanas residentes em bairros desqualificados da AML.

Assinale-se, contudo, o destaque do concelho da Amadora relativamente aos três restantes referidos, com 15 399 africanos, o que representa 32% no conjunto da margem norte e 23.1% face ao total de comunidades africanas na AML. Identificaram-se, neste concelho, 12 bairros degradados, todos eles de barracas e de casas degradadas (excluindo um bairro de habitação social), sendo num deles que reside a segunda maior comunidade africana da AML, na freguesia de Buraca-Damaia (3170 africanos).

Quanto ao concelho de Oeiras, a comunidade africana representa 23.1% em relação à margem norte da área metropolitana e 16.7% face ao total da AML, com um total de 11 124 africanos residentes em bairros de barracas e bairros de habitação social. A freguesia de Linda-a-Velha é claramente a que detém uma maior expressão do fenómeno, com 4696 africanos.

Os concelhos de Lisboa e Loures apresentam valores aproximados (respectivamente, 7065 e 6956 africanos), sendo as freguesias mais representativas deste fenómeno Marvila e Prior Velho, respectivamente.

Na margem sul, destaca-se o concelho da Moita com 6030 africanos, onde se concentra a maior comunidade africana da AML, residente no bairro do Vale da Amoreira (4800 hab.). Seguem-se os concelhos de Seixal, Almada, Setúbal e Barreiro e, com menor expressão, o concelho de Montijo.

Refira-se que não se identificaram núcleos significativos de imigrantes africanos, residentes em bairros degradados e núcleos de habitação

social, nos concelhos de Azambuja e Mafra, na margem norte, e nos concelhos de Alcochete, Palmela e Sesimbra, na margem sul.

Para além de uma análise quantitativa, parece importante avançar com alguns elementos de caracterização qualitativa, em relação ao total de 106 bairros identificados nos distritos de Lisboa e de Setúbal. Tendo em conta a caracterização dos bairros segundo o tipo de habitação (vd. Quadro 5.3., em Anexo – “Imigrantes africanos nos bairros degradados e núcleos de habitação social da AML”), facilmente se denota a situação de precariedade em que vive grande parte dos imigrantes africanos (e não só africanos, dada a heterogeneidade cultural e étnica da população destes bairros). De facto, são bairros que podem considerar-se degradados e desqualificados, não apenas pela ausência de infraestruturas e equipamentos suficientes e capazes de garantir um mínimo de qualidade de vida social, mas também pela frequente conflitualidade e marginalização social, causados pela grande concentração de pobreza e pela diversidade de várias culturas “forçadas” a viver em conjunto, muitas vezes sem a devida preparação e assistência social.

Mais especificamente, a qualidade do habitat nos bairros de barracas (quase metade dos bairros referidos) é acentuadamente inferior relativamente aos outros tipos de bairros. A generalidade dos bairros de barracas carece de condições sociais básicas, caracterizando-se pela falta de infraestruturas fundamentais – como luz pública e individual, telefones, água canalizada, comércio e mesmo escolas ou creches – e por uma habitação fortemente precária.

## 5.5 Nível de Instrução da População

### 5.5.1 Nota Introdutória

O nível de instrução constitui um indicador importante de caracterização da população, tornando-se pertinente no processo de identificação territorial de populações que vivem em situações socialmente precárias ou mesmo de exclusão. A maioria dos indivíduos que reside em bairros pobres e desqualificados caracteriza-se por um fraco

nível de escolaridade e por um elevado insucesso escolar. Consequentemente, a falta de escolaridade desvaloriza-os socialmente, dificultando-lhes uma possível inserção social e profissional.

Recorde-se que os dados apresentados reportam-se a 1991, dada a inexistência de informação disponível actualizada, desagregada ao nível do concelho.

## 5.5.2 Caracterização

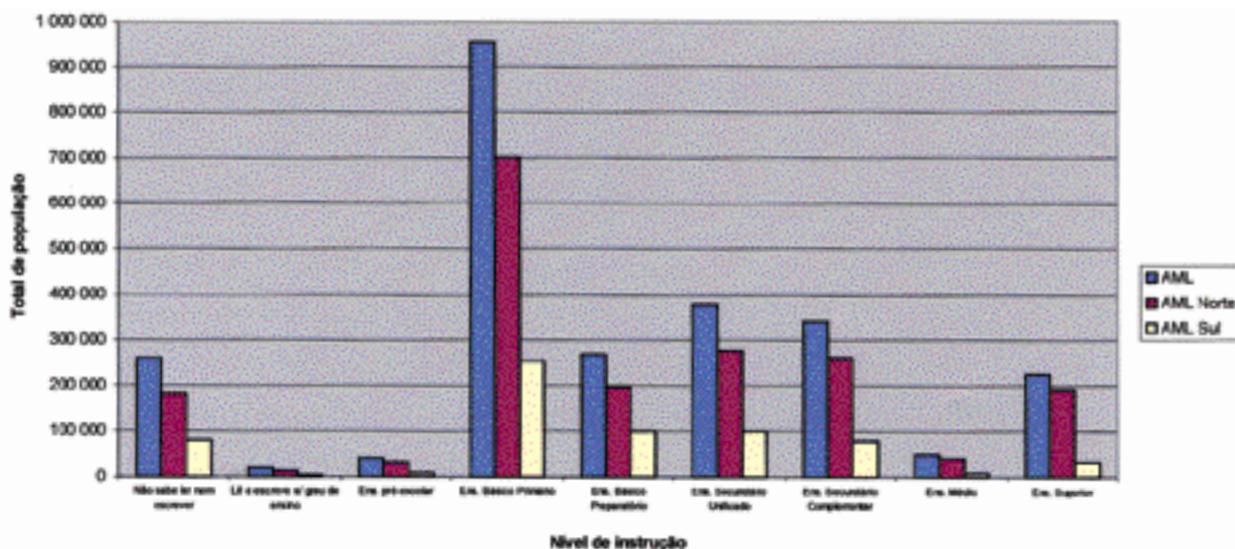
Na AML, a maioria da população residente tinha apenas, em 1991, o Ensino Básico Primário (955 614 hab., representando 37.6% no total de população). Desta população, 73.3% reside na margem norte e 26.6% reside na margem sul.

É de assinalar que 10.2% da população residente na área metropolitana não sabe ler nem escrever, residindo a maior parte desta na margem norte (69.3%). A população analfabeta residente na AML é significativa, representando 65.7% face à RLVT.

Quanto aos indivíduos com um maior grau de instrução (Ensino Superior), eles representam somente 8.8% face ao total de população residente na AML, assinalando-se que a grande maioria deste grupo de indivíduos reside na AML Norte (85.4%).

Denota-se uma significativa diferença entre a margem norte e a margem sul da área metropolitana, quanto à distribuição da população residente por nível de instrução, sobretudo no que respeita a população com o Ensino Básico Primário, Secundário Unificado, Secundário Complementar e Ensino Superior (vd. Gráfico).

População Residente por Nível de Instrução – 1991



Fonte: INE. XIII Recenseamento Geral da População, 1991.

Se se analisar o nível de instrução da população ao nível dos concelhos da AML, verifica-se um número significativo de população que não sabe ler nem escrever a residir em Lisboa e em Loures – respectivamente, 8.5% e 10.2%, face ao total de população residente. Quanto à taxa de analfabetismo, os concelhos de Azambuja e de Mafra destacam-se claramente dos restantes, respectivamente, com 14.0% e 11.9%.

Na margem sul, os concelhos de Almada, Setúbal e Seixal detêm um maior número de população que não sabe ler nem escrever, com valores entre os 16 000 e os 11 000, o que representa, respectivamente, 10.2%, 13.3% e 10.1%, face ao total de população residente naqueles concelhos. No entanto, são os concelhos de Palmela, Montijo e Alcochete que apresentam as maiores taxas de analfabetismo – 15.0%, 13.8% e 13.5%, respectivamente.

Apesar de os dados se reportarem a 1991, sublinham-se alguns resultados gerais que não deixam de ilustrar uma realidade que deve ser combatida: uma parte significativa da população residente na área metropolitana não detinha qualquer grau de instrução e/ou era analfabeta. Por outro lado, como se afirmou, a maioria da população da AML frequentara apenas o Ensino Básico Primário, sendo reduzido o número

de população com acesso ao Ensino Superior (Vd. Quadro em Anexo).

Sublinha-se, deste modo, a importância e a urgência de uma estratégia de luta contra a pobreza que passa, inevitavelmente, pela definição e concretização de um programa específico de qualificação e de formação das populações socialmente mais desfavorecidas.

## 5.6 Mercado de Emprego

### 5.6.1 Nota Introdutória

O emprego e o exercício de uma profissão possuem um carácter estratégico, com efeitos estruturantes na vida social dos indivíduos. A relação com o trabalho significa, de um modo geral, ter acesso a um rendimento, a direitos sociais, a um determinado estatuto, a uma rede de relações específicas e a uma identidade específica<sup>17</sup>. A perda ou a inexistência daquela relação significa, muitas vezes, a perda de autonomia económica, a diluição dos laços sociais e familiares e a redução ou mesmo a perda de auto-estima e confiança.

Hoje, o mercado de trabalho não é acessível a todos e, apesar do esforço institucional no sentido de reduzir esta realidade, o desemprego é (ainda) um fenómeno presente na vida de muitos indivíduos. As políticas territoriais actuais não podem, deste modo, ignorar as dificuldades de empregabilidade dos seus habitantes. A luta contra a exclusão social e a pobreza passa, em grande medida, pela definição de políticas sociais de inserção no mercado de trabalho de um número significativo de população, sobretudo menos qualificada, bem como por uma adequada formação na área profissional em causa. Frequentemente, os grupos socialmente excluídos não são marginais inadaptados ao progresso e ao desenvolvimento das sociedades actuais, mas sim grupos que, em consequência da conjuntura económica e do desemprego, se encontram “fora” da sociedade.

### 5.6.2 Nota Metodológica

É de assinalar que a presente análise da questão do desemprego é limitada, de certo modo, pela inexistência de dados actualizados quanto ao total de população empregada e desempregada, por concelho (sendo os últimos dados disponíveis de 1991 – INE), impossibilitando assim uma abordagem rigorosa deste fenómeno em confronto com o levantamento efectuado dos bairros críticos da AML<sup>18</sup>. Por outro lado, embora mais recentes, os dados relativos ao Desemprego registado nos centros de emprego, não abrangem toda a população desempregada, na medida em que uma parte dela não se inscreve naquele tipo de instituição.

Recorreu-se, ainda, aos resultados do *Inquérito ao Emprego por NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo*, de 1998.

### 5.6.3 Caracterização

Ao longo de 1998, a RLVT viu aumentar ligeiramente o número de empregados (0.1%), contrariando a tendência negativa verificada em Portugal. No entanto, apesar de concentrar mais de um terço da população empregada do Continente, oferecendo trabalho a mais de um milhão e 500 mil pessoas (46% do total de população residente na região), a RLVT não deixa de apresentar uma taxa de desemprego que atinge mais de 95 mil pessoas, o que representa 40% do total de desempregados portugueses.

<sup>17</sup> A profissão, para além de assegurar a subsistência do indivíduo, constitui, muitas vezes, o principal factor de constituição da sua identidade social.

<sup>18</sup> Com base em dados de 1998.

O aumento significativo da população desempregada na RLVT (equivalente a 5% desde a primeira metade de 1998) poderá estar, de certo modo, relacionado com o final da Expo'98, bem como das actividades paralelas associadas – nomeadamente, a actividade turística e a construção.

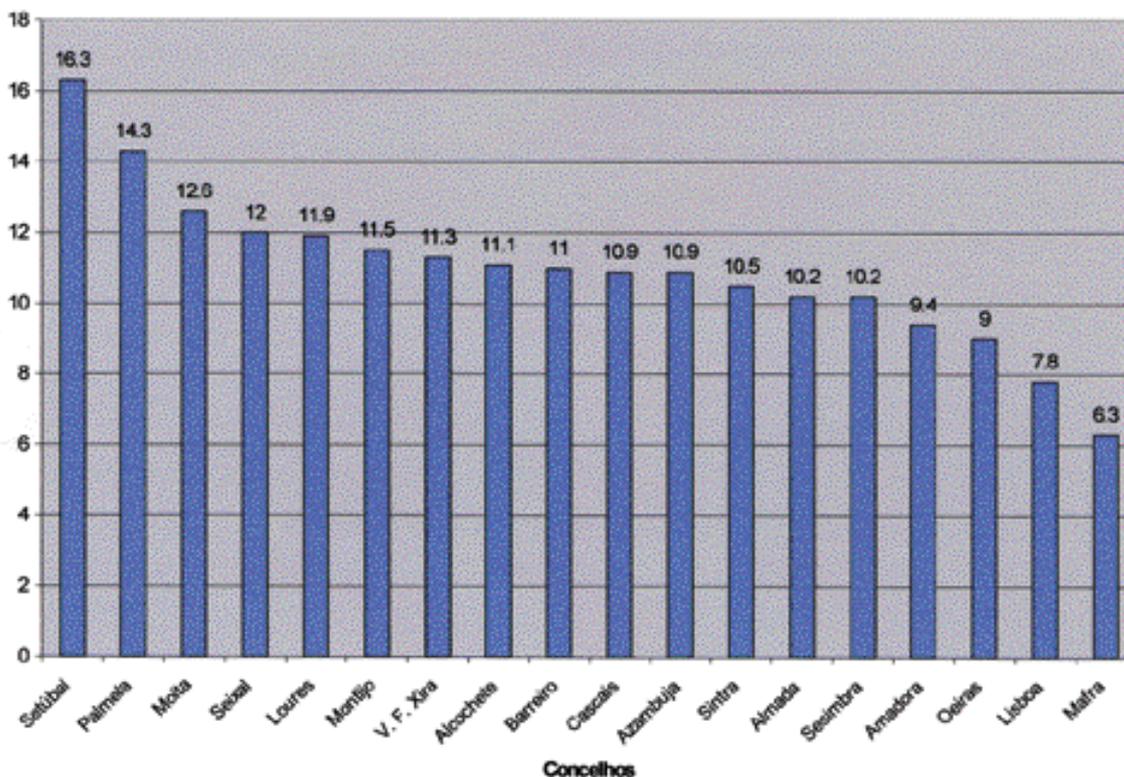
Na AML, são mais de 73 mil as pessoas que se encontram sem emprego (remunerado ou não). Apesar de o desemprego na AML Norte exceder o registado na AML Sul, ultrapassando os 49 mil na primeira e os 23 mil na segunda, a taxa de desemprego é mais elevada na Península de Setúbal, o que contribuiu para que esta sub-região fosse considerada uma das zonas prioritárias de intervenção do Plano Nacional de Emprego. Em grande parte, este problema deve-se às crises ocorridas em determinadas

empresas, nomeadamente nos ramos da construção e da reparação naval, da siderurgia e da hotelaria.

A taxa de desemprego na Grande Lisboa passou de 7% em 1991 para 5.3% em 1998 e na Península de Setúbal diminuiu de 10.3% para 7.3%. Em termos absolutos, a Grande Lisboa concentra o maior número de desempregados, principalmente em Lisboa e Loures sendo, também, bastante elevados os níveis de desemprego registado nos restantes municípios. Os concelhos de Almada, Barreiro, Seixal e Setúbal, na AML Sul, são os mais afectados por este problema sócio-económico.

Em 1998, o desemprego era maioritariamente feminino e atingia sobretudo a faixa etária entre os 25 e os 44 anos. Grande parte das pessoas sem emprego encontram-se à procura de um novo posto de trabalho. Tanto o desemprego de longa duração, como o desemprego de curta duração são

População Desempregada Registada nos Centros de Emprego face ao Total de População Activa, por Concelho



Fontes: Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Instituto do Emprego e Formação Profissional, 1997. INE. Recenseamento Geral da População, 1991.

significativos, contribuindo para esse facto os numerosos desempregados das faixas etárias a partir dos 45 anos e dos 15 aos 24 anos.

Embora se verifique, nos últimos anos (1996-1997), uma diminuição geral da população desempregada registada nos Centros de Emprego da AML (vd. Quadro em Anexo), na realidade persiste ainda um número significativo de população sem uma actividade profissional, que não deve ser menosprezado.

Se se analisarem os dados relativos ao número de registos de população desempregada nos Centros de Emprego verifica-se que são os concelhos de Lisboa e de Loures que, no conjunto da AML, se distinguem claramente

dos restantes, apresentando os valores mais elevados, respectivamente, 23 759 e 19 560 (1997). Contudo, confrontando estes valores com o total de população activa, eles tornam-se menos significativos, sobretudo no caso da capital. A população desempregada de Lisboa, registada nos Centros de Emprego, representa 7.8% em relação ao total de população activa. (vd. Gráfico).

Uma análise dos restantes concelhos da AML permite verificar que é no concelho de Setúbal que a população desempregada registada tem maior expressão no total de população activa (16.3%). Seguidamente, surgem os concelhos de Palmela e Moita, respectivamente, com 14.3% e 12.6%. Os restantes concelhos da AML apresentam valores entre os 12% e os 6%.

## 5.7 Poder de Compra

### 5.7.1 Nota Introdutória

A análise do Índice de Poder de Compra concelhio torna-se pertinente na medida em que revela, de algum modo, as disparidades sociais que possam existir no interior de cada concelho da área metropolitana. Se se analisarem os respectivos dados (vd. Quadro em Anexo), constata-se que em determinados concelhos, cujo *índice de poder de compra* é elevado, existem, por outro lado, áreas degradadas e fortemente desqualificadas, maioritariamente habitadas por populações desfavorecidas e por "grupos de risco".

### 5.7.2 Nota Metodológica

Os dados disponíveis referentes ao Índice de Poder de Compra, de 1995 e 1997, não permitiram uma análise comparativa uma vez que foram introduzidas, na construção deste índice, duas novas variáveis<sup>19</sup>. Refira-se que o Poder de Compra é unicamente um índice, ou um conjunto de índices, não devendo ser confundido com o rendimento ou o consumo.

### 5.7.3 Caracterização

A AML apresentava, em 1995 e 1997, os mais elevados índices de poder de compra *per capita*, por concelhos, da RLVT e do Continente.

Em 1995, na margem norte da AML, o concelho de Lisboa destacava-se claramente dos restantes com um índice de 314.09. Seguiam-se, por ordem decrescente, os concelhos de Oeiras (152.95), Cascais (133.42), Amadora (122.10), Sintra (119.83), Vila Franca de Xira (112.38) e Loures (108.58). É de destacar, ainda, pela sua fraca posição, os concelhos de Azambuja e Mafra, respectivamente com 55.16 e 80.55.

Se se exceptuar, por um lado, Lisboa e Oeiras e, por outro, Azambuja e Mafra, os restantes concelhos da margem norte apresentavam valores inferiores à média regional (144.6), mas superiores à do Continente (102.0).

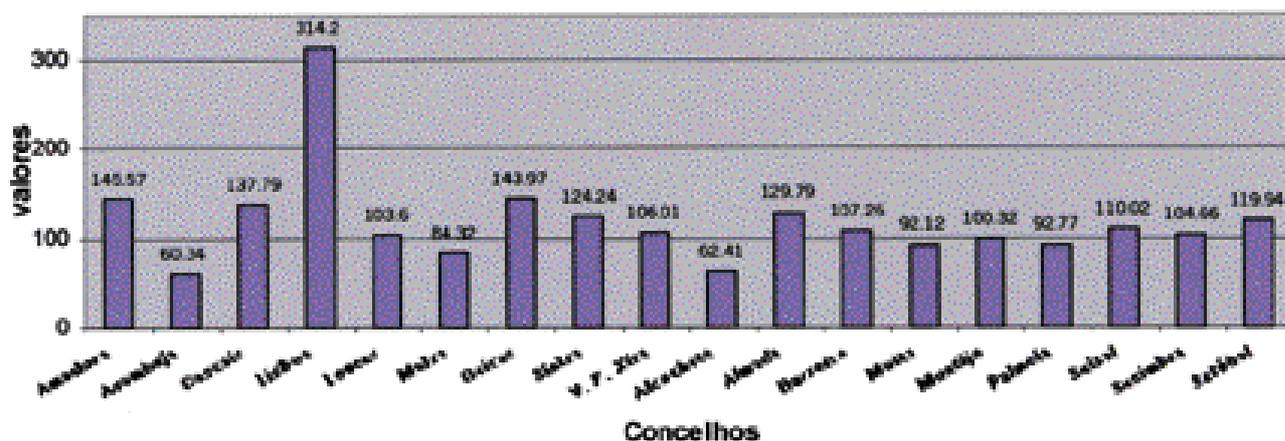
Quanto à margem sul, Almada (130.76) e Setúbal (127.72) representavam os concelhos com maior índice de Poder de Compra, seguidos, por ordem decrescente, do Barreiro, Seixal e Montijo, com índices entre 103 e 113.

<sup>19</sup> Em 1997, foi introduzido o "número de empresas da CAE 52 (comércio a retalho), com actividade, sediadas nos concelhos, *per capita*, segundo uma fotografia da base Belém, que inclui dados físicos de 1996 e económicos de 1995" e a "densidade populacional em 1995" (Fonte: INE).

Em 1997, apesar das alterações na construção deste índice, o concelho de Lisboa mantém a sua posição de destaque na margem norte, detendo o mais elevado índice de Poder de Compra (314.20), seguindo-se-lhe agora o concelho de Amadora (145.57). Os restantes concelhos da margem norte – exceptuando Mafra e Azambuja – continuam a apresentar índices superiores à média continental (101.98). Refira-se que o concelho de Azambuja detém um índice de poder de compra bastante baixo (60.34), quer em relação aos restantes municípios da margem norte, quer em relação a toda a área metropolitana.

Na margem sul, em igual período, os concelhos de Almada (129.79), Setúbal (119.94), Seixal (110.02), Barreiro (107.26) e Sesimbra (104.66) registavam índices de poder de compra inferiores à média regional mas superiores ao valor médio do continente. É de destacar, contudo, Almada por ocupar o quinto lugar no conjunto dos municípios da AML. Por último, os concelhos do Montijo (100.32), Palmela (92.77), Moita (92.12) e Alcochete (62.41) apresentavam os índices mais baixos da margem sul da área metropolitana. (vd. Gráfico).

### Índice do Poder de Compra Concelhio da AML



Fonte: INE. Estudos sobre o Poder de Compra Concelhio, 1997.

Após uma breve análise do índice de poder de compra concelhio, parece importante dar conta das disparidades sociais existentes em determinados concelhos da AML, onde se denota, a par de um elevado índice de poder de compra, a existência de zonas social e urbanisticamente desqualificadas.

Refira-se, a este propósito, alguns casos específicos. O concelho de Lisboa, como se referiu atrás,

apresenta uma realidade territorial com debilidades sócio-urbanísticas: verifica-se a existência de bairros desqualificados nos quais residem cerca de 26% da população do concelho (143 700 habitantes em 89 bairros). De entre aqueles bairros, 28 são de barracas. No entanto, Lisboa detém o maior índice de poder de compra da AML, o que não deixa de contrastar com aquela realidade.

Por outro lado, a Amadora é o segundo concelho da AML com maior índice de poder de compra, constituindo, no entanto, e tal como foi referido, um dos municípios mais problemáticos em termos de desqualificação social e urbana: existência significativa de bairros críticos, onde reside uma população desfavorecida (33 578 habitantes em 34 bairros), com destaque para a forte presença de comunidades africanas residentes em bairros degradados (15 399 africanos residentes em 12 bairros).

Refira-se, ainda, o concelho de Almada que, detendo uma posição favorável em termos de índice de poder de compra – em relação à margem sul e mesmo no conjunto da área metropolitana – não deixa de apresentar zonas críticas, social e urbanisticamente desqualificadas, cuja população residente é significativa (27 131 pessoas a residir em 8 bairros degradados, o que representa 17.7% face ao total de população residente no concelho).

# 6 Mobilidade

## 6.1 Inquérito à Mobilidade

### 6.2 Mobilidade

#### 6.2.1 Indicadores Globais de Mobilidade

#### 6.2.2 Estrutura Espacial das Viagens Motorizadas

#### 6.2.3 Repartição modal das viagens motorizadas na AML

#### 6.2.4 Conclusões

## **Anexos**

# Ficha Técnica

Título  
Contributos para o PROT-AML

Autor  
DGTT

## Nota Introdutória

Este documento reúne as contribuições da Direcção-Geral de Transportes Terrestres (DGTT) para o PROT-AML.

A sua elaboração baseou-se no trabalho efectuado pela Delegação de Transportes de Lisboa (DTL) intitulado "Mobilidade e Transportes na AML – 2000"<sup>20</sup>; num documento sobre a evolução do sistema de transportes na AML, elaborado pela Secretaria de Estado dos Transportes em Fevereiro de 2000 e num texto produzido pela DGTT sobre logística.

## 6.1 Inquérito à Mobilidade

Este capítulo tem por base os resultados do inquérito à mobilidade dos residentes da AML, realizado pela DGTT em parceria com o INE, durante os meses de **Fevereiro** e **Mai** de **1998**.

O número de agregados familiares inquiridos foi de 10 091 correspondente a um total de 26 654 indivíduos (1% da amostra). A dimensão média dos agregados é de 2,64.

### Definições e Siglas

<b>AML</b>	Área Metropolitana de Lisboa
<b>AML-Norte</b>	Área Metropolitana Norte
<b>AML-Sul</b>	Área Metropolitana Sul
<b>VIAGEM</b>	Uma viagem de ida ou um regresso entre origem e destino
<b>ETAPA</b>	Parte de uma viagem, efectuada num determinado modo
<b>TI</b>	Viagens / etapas motorizadas realizadas em automóvel ligeiro de passageiros ou misto
<b>TP</b>	Viagens / etapas motorizadas realizadas em Transporte Público: autocarro, comboio, metro, barco, eléctrico, elevador e táxi
<b>TI+TP</b>	Viagem na qual foi utilizada uma combinação de TI e TP
<b>TO</b>	Viagens nas quais foi utilizado pelo menos numa das etapas: bicicleta, motociclo / ciclomotor ou qualquer outro meio de transporte não especificado acima
<b>MOTIVO DE VIAGEM</b>	Razão de ser de uma viagem que tem como origem a casa ou qualquer outro ponto de origem
<b>VIAGEM DE REGRESSO</b>	Uma viagem que tem como destino a casa qualquer que seja o motivo

## 6.2 Mobilidade

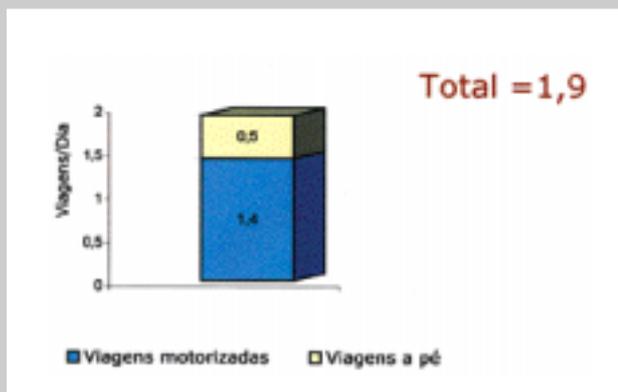
### Valores Chave (1998)

Os valores seguintes traduzem os grandes números dos resultados do inquérito à mobilidade.

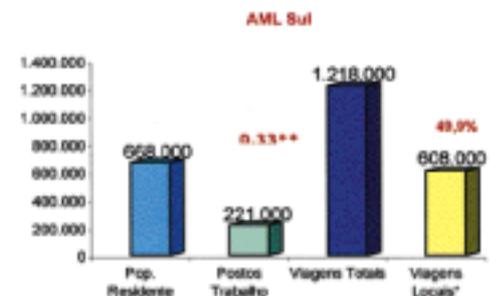
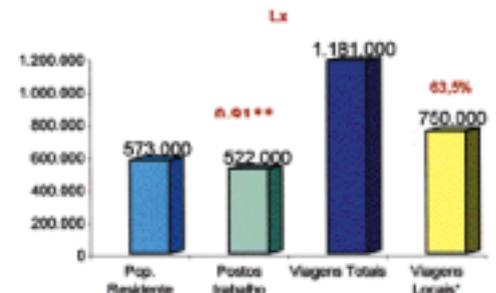
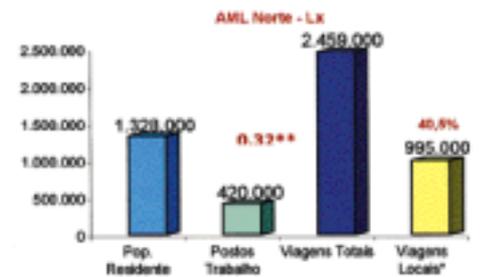
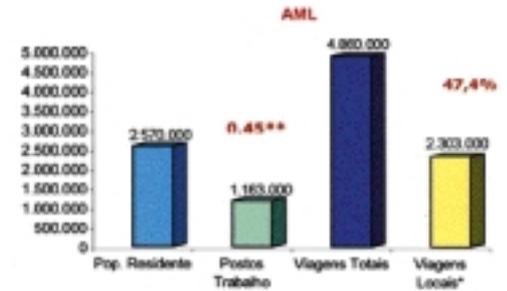
<b>População residente</b>	<b>2 569 500</b>
<b>Postos de Trabalho</b>	<b>1 162 900</b>
<b>Viagens diárias dos residentes da AML</b>	<b>Total AML 4 858 700</b>
	<b>AML Norte (Lisboa) 2 459 000</b>
	<b>Lisboa 1 181 000</b>
	<b>AML-Sul 1 218 000</b>
	<b>A pé 1 169 000</b>
	<b>Motorizadas 3 689 000</b>

### Viagens por dia/residente

Os residentes da AML fazem em média 1,9 viagens por dia, passando para 1,4 quando falamos de viagens motorizadas e para 0,5 em média referente a viagens a pé.



### Valores Chave por Macrozonas<sup>(1)</sup>



Nota:

\* Viagens que não ultrapassem limites de sectores\* nem de macrozonas.

\*\* Emprego / Pop. Residente

(1) Ver anexo

## 6.2.1 Indicadores Globais de Mobilidade

### Indicadores gerais de mobilidade dos residentes na AML

O número de **viagens realizadas diariamente** pelos residentes **na AML** é cerca de **4,86 Milhões**. Destas **1,17 Milhões** são efectuadas exclusivamente **a pé**, **2,1 Milhões** em **TI**, **1,3 Milhões** em **TP**, **0,08 Milhões** utilizando uma combinação de **TI** e **TP** e 0,18 Milhões em que foi utilizado em alguma das etapas outro modo de transporte.

Figura 1.1 Repartição Modal das Viagens dos Residentes da AML

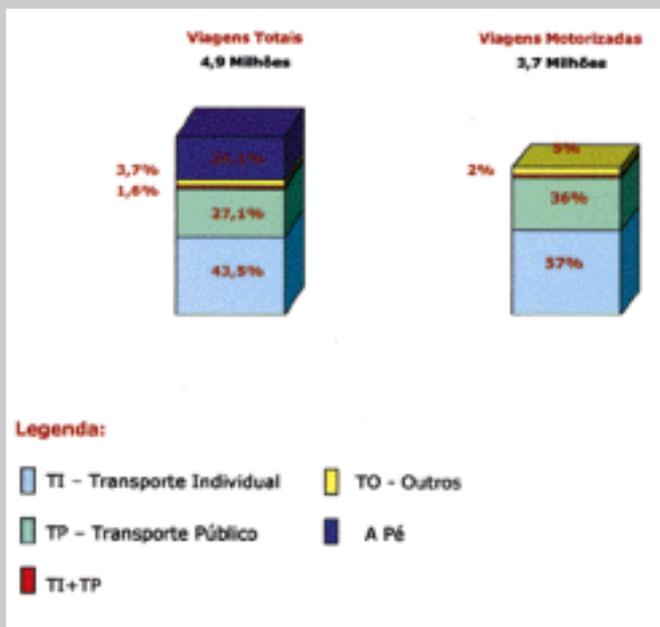
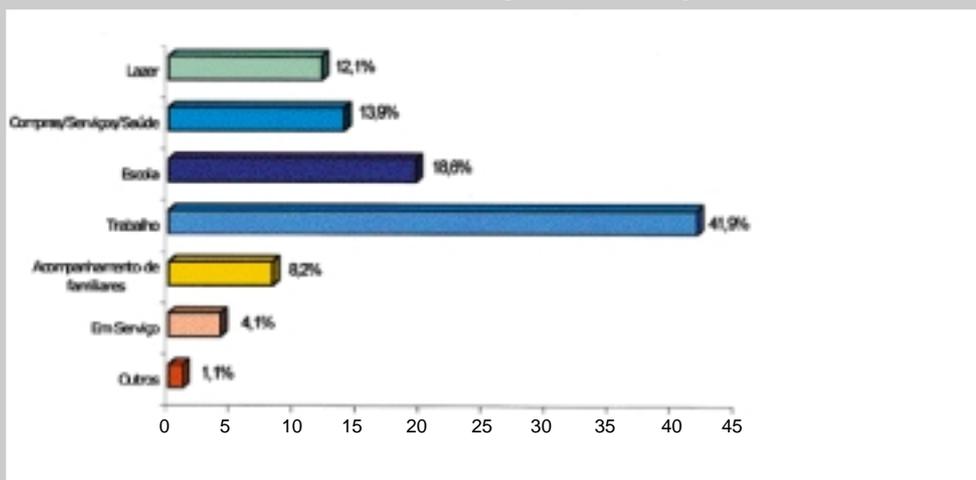


Figura 1.2 Repartição Modal das Viagens na AML por Motivo (Sem Viagens de Regresso a Casa)



### Motivos de viagens

A distribuição dos **motivos** de todas as viagens dos residentes da AML é a seguinte:

MOTIVO	N.º VIAGENS	%	%
Ir para o trabalho	1.131.000	41,9%	23,3%
Ir para a escola	501.000	18,6%	10,3%
Compras/serviços e saúde	375.000	13,9%	7,7%
Visita a família/amigos e lazer/recreio	329.000	12,2%	6,8%
Acompanhamento de familiares	222.000	8,2%	4,6%
Em serviço	111.000	4,1%	2,3%
Outros	29.000	1,1%	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>2.698.000</b>	<b>100%</b>	<b>55,6%</b>
Regresso a casa	2.158.000		44,4%
<b>TOTAL</b>	<b>4.586.000</b>		<b>100%</b>

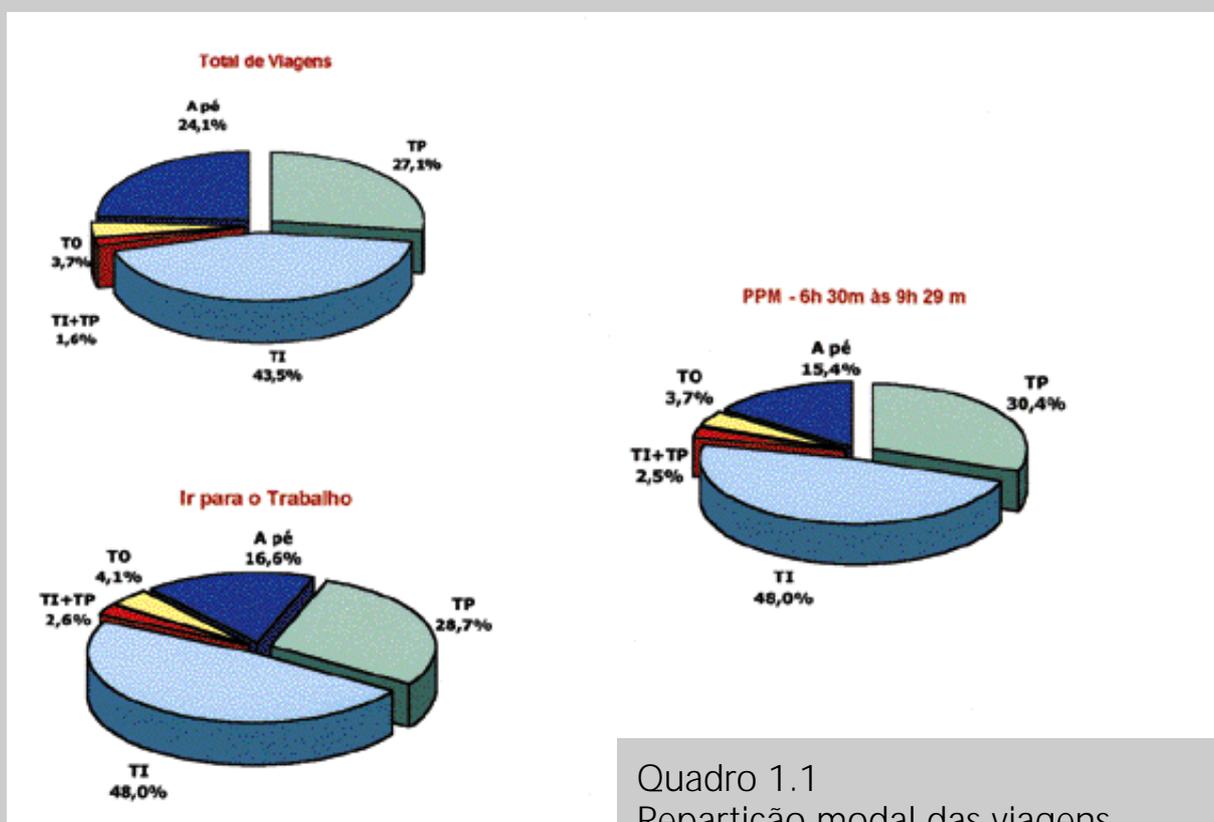
Observa-se que **60,5%** das viagens realizadas diariamente estão associadas aos **motivos trabalho e escola**.

### Repartição modal

Analisando a repartição modal das viagens de uma **forma global**, comparando-a com o principal motivo, **ir para o trabalho**, e com o período de **ponta da manhã**, verifica-se uma repartição muito semelhante (Figura.1.3).

De evidenciar no entanto o maior peso das viagens em TP no PPM (30,4%).

Figura 1.3  
Repartição Modal das Viagens



Analisando o modo como as viagens são realizadas, tendo em conta o seu motivo, verifica-se que é o modo **TI** o que **apresenta maiores percentagens em todos os motivos à exceção do motivo ir para a escola**, em que o modo predominante é a deslocação a pé (Quadro 1.1).

Quadro 1.1  
Repartição modal das viagens por motivos

MOTIVOS	MODOS		
	TI+TO	TP+(TI+TP)	A PÉ
<b>GLOBAL</b>	<b>47,2%</b>	<b>28,7%</b>	<b>24,1%</b>
Ir para o trabalho	52,0%	31,3%	16,7%
Ir para a escola	27,8%	28,8%	43,4%
Acompanhamento de familiares	79,0%	10,8%	10,2%
Visitas a família/amigos e Lazer	51,3%	25,3%	23,4%
Compras/serviços e Saúde	39,6%	32,7%	27,7%
Em serviço	79,2%	18,3%	2,4%
Outros	54,0%	24,2%	22,5%
Ir para o domicílio	44,9%	29,6%	25,5%

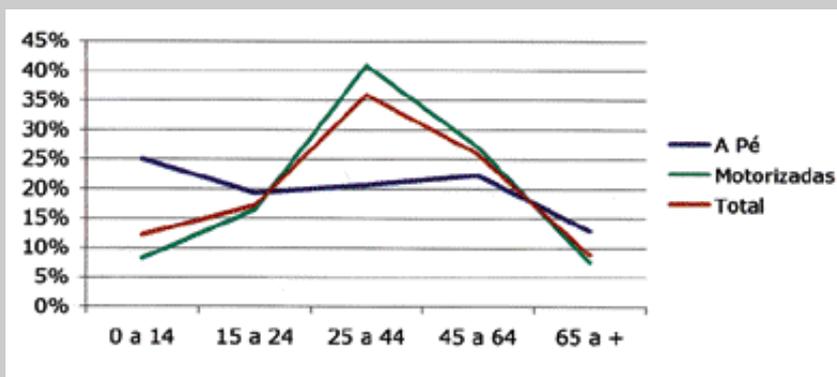
Os grupos etários de 25 – 64 anos representam **61,8% de todas as viagens**. Nas **viagens a pé**, o peso dos grupos etários de – 24 anos e + 65 anos

representa **57,2%** das viagens, nas **viagens motorizadas**, os grupos etários de 25-64 anos representam **67,9%** das viagens (Quadro 1.2).

Quadro 1.2  
Repartição de viagens a pé e motorizadas, por grupo etário

GRUPO ETÁRIO	A PÉ		MOTORIZADAS		TOTAL DE VIAGENS	
	N.º DE VIAGENS	%	N.º DE VIAGENS	%	N.º DE VIAGENS	%
0 a 14	292.000	25,0	303.000	8,2	595.000	12,2
15 a 24	225.000	19,3	604.000	16,4	829.000	17,1
25 a 44	241.000	20,6	1.504.000	40,8	1.745.000	35,9
45 a 64	259.000	22,2	999.000	27,1	1.258.000	25,9
65 a +	151.000	12,9	279.000	7,6	429.000	8,8
<b>GLOBAL</b>	<b>1.168.000</b>	<b>100%</b>	<b>3.689.000</b>	<b>100%</b>	<b>4.858.000</b>	<b>100%</b>

Figura 1.4  
Representação gráfica da repartição das viagens por grupo etário



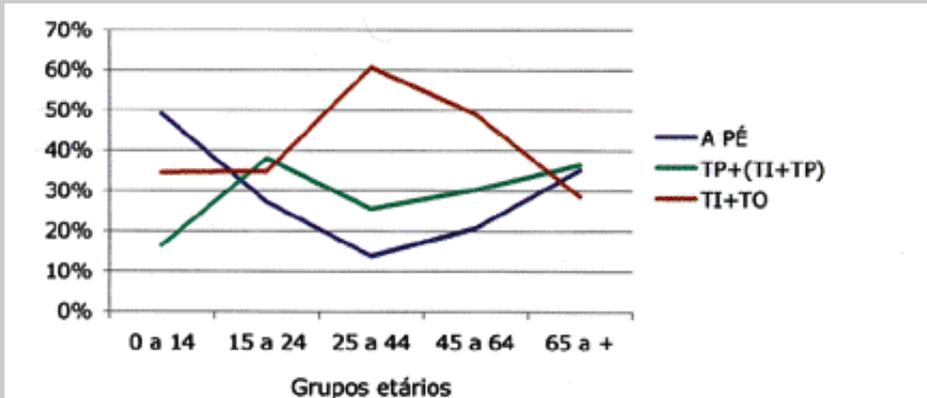
Fazendo uma análise semelhante, mas por faixa etária, pode verificar-se que o modo **a pé** tem o **maior peso** no **grupo etário dos 0-14**, o **transporte público** nas faixas etárias

compreendidas entre os **15-24** e **a partir dos 65**. Já o **automóvel** é mais utilizado entre os **25-64**. (Quadro 1.3).

Quadro 1.3  
Repartição modal das viagens por grupo etário

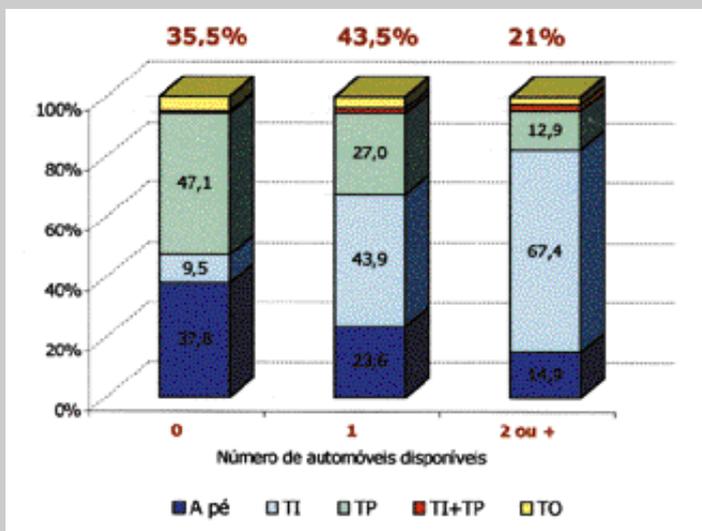
GRUPO ETÁRIO	VIAGENS (RESIDENTES)						TOTAL DE VIAGENS
	A PÉ	TOTAL			MOTORIZADAS		
		TOTAL	TP	TI+TP	TO	TI	
0 a 14	49,1	50,9	16,0	0,5	4,1	30,3	595.000
15 a 24	27,2	72,8	36,3	1,7	5,1	29,7	829.000
25 a 44	13,8	86,2	23,5	2,0	3,3	57,4	1.745.000
45 a 64	20,6	79,4	28,4	1,8	3,2	45,9	1.258.000
65 a +	35,1	64,9	35,6	0,7	3,4	25,2	429.000
<b>GLOBAL</b>	<b>24,1</b>	<b>75,9</b>	<b>27,1</b>	<b>1,6</b>	<b>3,7</b>	<b>43,5</b>	<b>4.858.000</b>
		<b>100%</b>				<b>100%</b>	

Figura 1.5  
 Representação gráfica da repartição modal das viagens por grupo etário



O gráfico seguinte (Figura 1.6), evidencia que à medida que **umenta o número de automóveis disponíveis por agregados familiares, diminuem as viagens a pé** e em **transporte público** passando a existir uma maior percentagem de viagens realizadas em transporte individual.

Figura. 1.6  
 Repartição Modal das Viagens por número de automóveis disponíveis no agregado



### Duração da viagem

A repartição das viagens, a **pé** e **motorizadas**, quanto à sua **duração**, por classes de duração de 15 minutos está representada na (Figura 1.7).

Da sua análise conclui-se que 82,6% das viagens a pé têm duração inferior a 30 minutos, metade das quais duram menos de 15 minutos.

Para as viagens motorizadas a duração para quase **metade das viagens** é inferior a **30 minutos** e para mais que 2/3 inferior a 45 minutos.

Figura 1.7  
Repartição das viagens motorizadas e a pé por duração

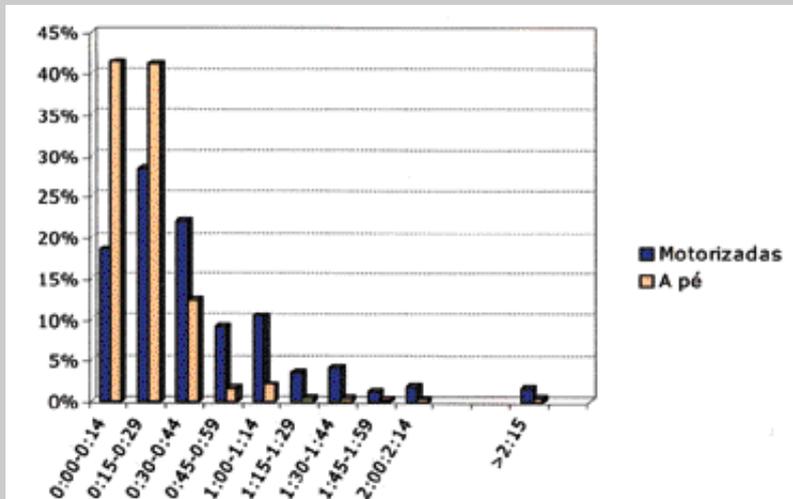


Figura 1.8  
Repartição modal das viagens motorizadas e a pé por duração

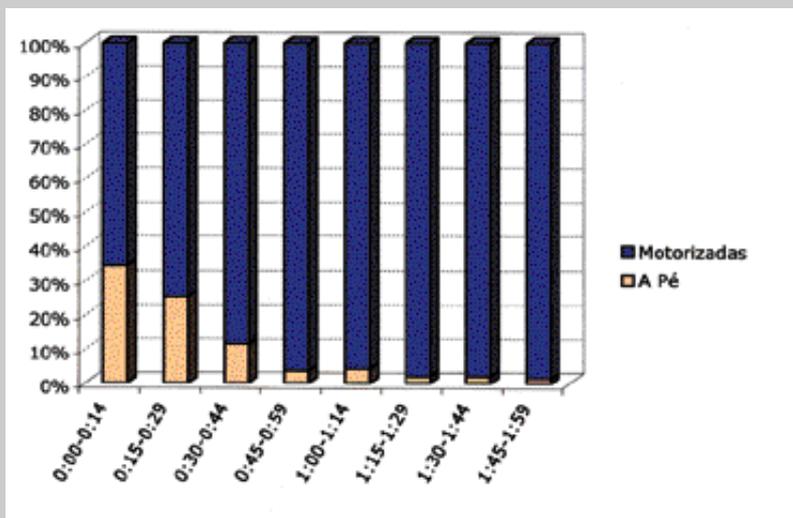
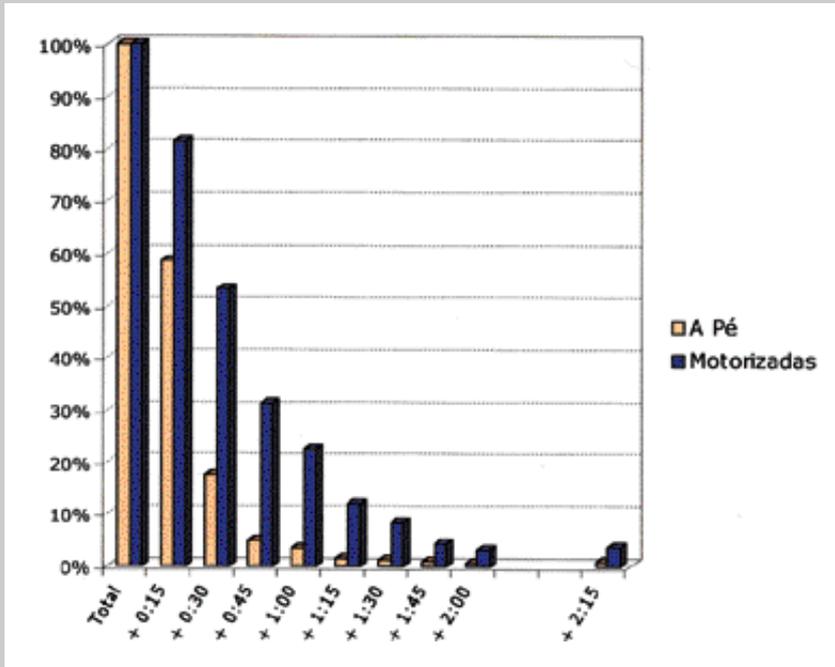


Figura 1.9  
Distribuição cumulativa das viagens por classes de tempo de duração



### Análise dos transbordos

No tocante à repartição das **viagens em TP por número de transbordos** na AML (Figura 1.10) poder-se-à concluir que:

- nas viagens realizadas dentro da cidade de Lisboa a percentagem de transbordos é menor.
- por outro lado, a **barreira física do rio Tejo**, obriga a **um elevado número de transbordos**.

Fazendo a análise por sectores (Figura 1.11) verifica-se:

- O **sector VIII** seguido do **sector VII** são os que apresentam **menores transbordos**.
- O **sector V e VI** são os que apresentam **maior número de transbordos**.

Figura 1.10  
Número de transbordos das viagens em TP por macrozonas

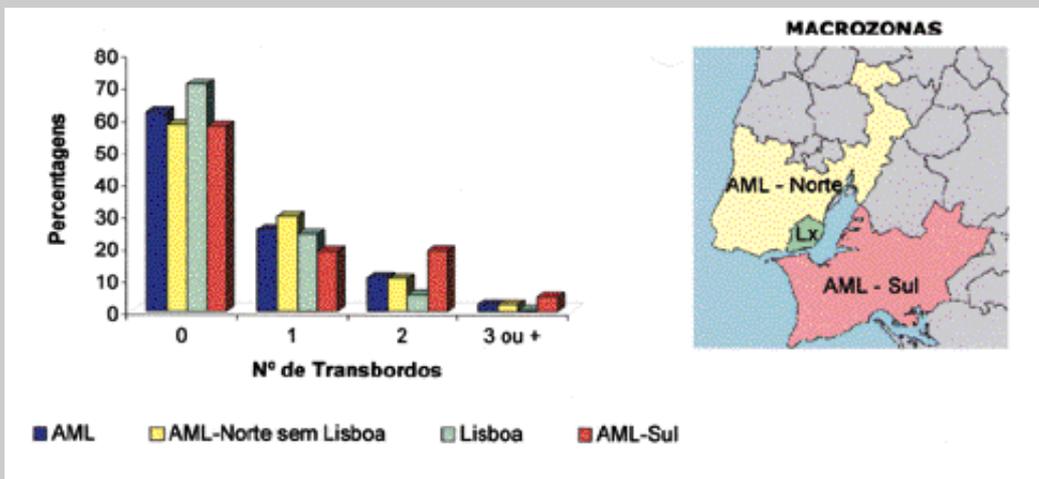
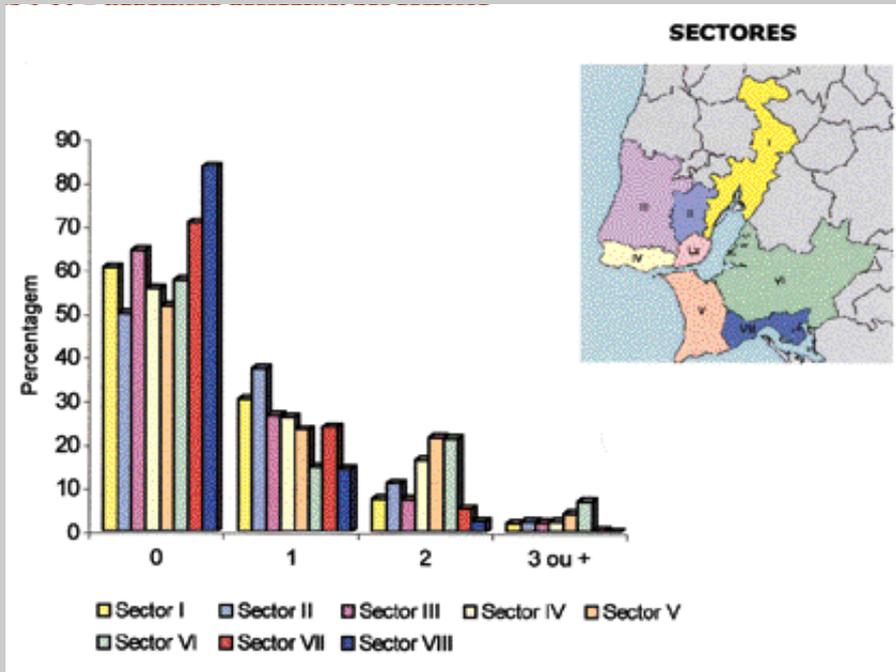


Figura 1.11  
Repartição percentual por sectores <sup>(1)</sup>



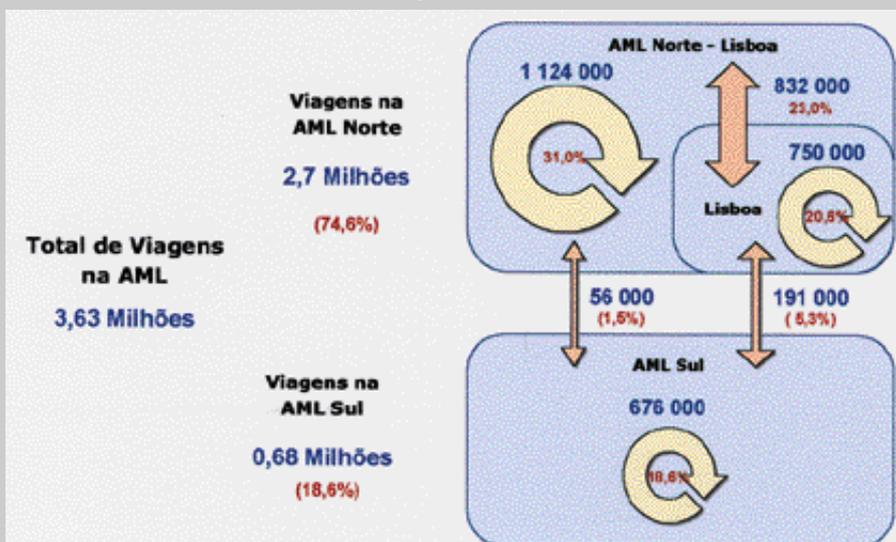
## 6.2.2 Estrutura Espacial das Viagens Motorizadas

### Viagens motorizadas na AML

Na distribuição espacial das viagens no conjunto da AML (Figura 2.1), destaca-se que:

- A maioria das deslocações são **viagens internas** às macrozonas (**70,2%**) sendo as **viagens com a cidade de Lisboa** de **28,3%**;
- Os **fluxos entre as duas margens do Tejo** têm uma **expressão reduzida**, representando apenas **6,8%** do total de viagens na AML, realçando-se dentro destas o peso do destino Lisboa com um volume de (80%).

Figura 2.1  
Estrutura espacial das viagens na AML



Fazendo a comparação entre **viagens internas a cada sector** e **as viagens entre sectores**, excluindo as viagens com a cidade de Lisboa, salientam-se as diferenças nas duas margens, verificando-se um maior peso das viagens internas (90%) na AML-Sul.

Figura 2.2  
Viagens na AML-Norte inter e intra sectoriais (excluindo Lisboa)

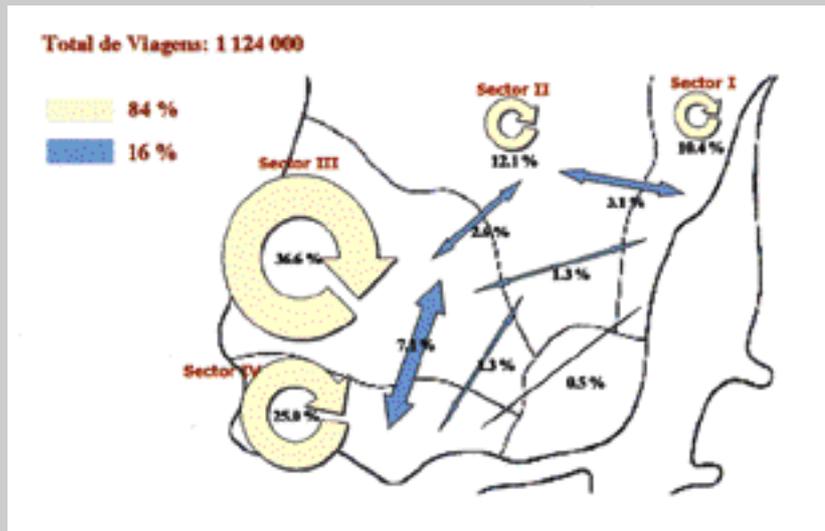
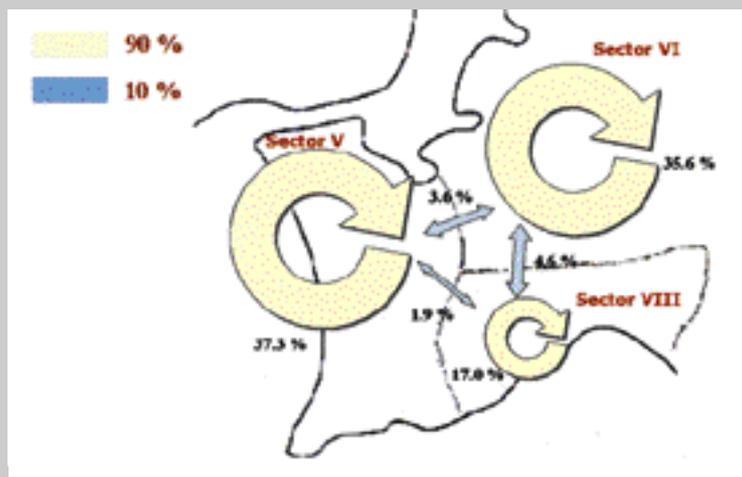


Figura 2.3  
Viagens na AML Sul inter e intra sectoriais



O conjunto de viagens em análise representa quase metade (49,6%) do total de viagens realizadas na AML.

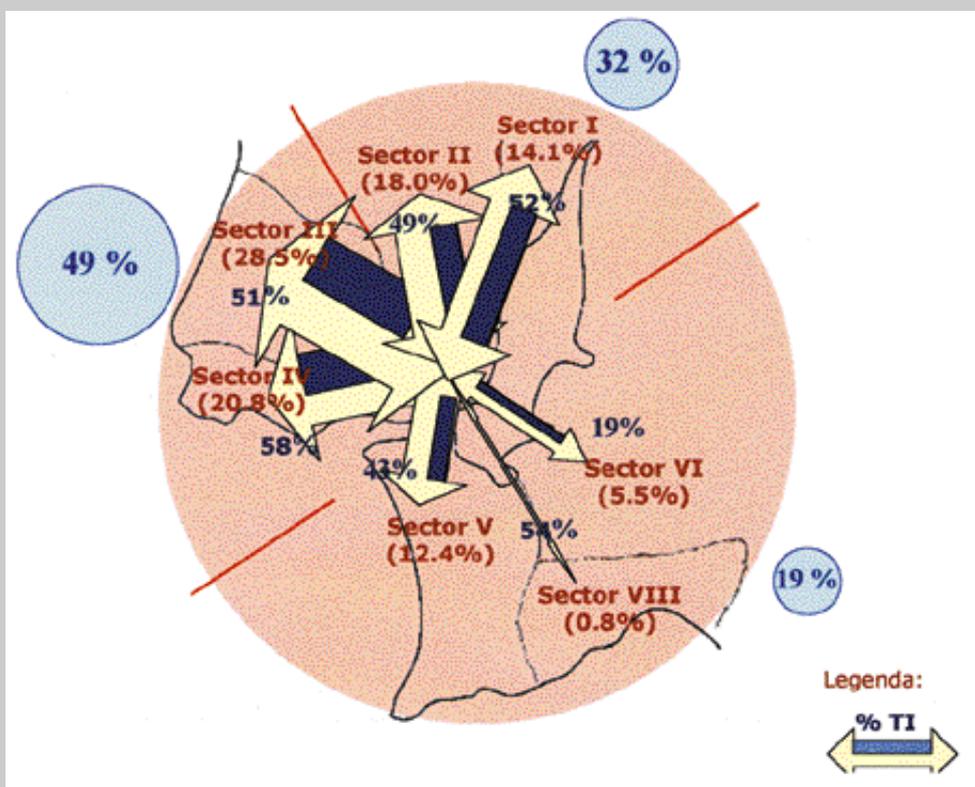
Na **AML Norte** evidencia-se o **peso das viagens internas** aos sectores **III e IV** (61,6%); na **AML Sul** o **peso das viagens internas** aos sectores **V e VI** (72,9%). Relativamente às viagens mais significativas entre sectores salientam-se as que se realizam entre os sectores III e IV na AML Norte e entre os sectores VI e VIII na AML Sul.

**Viagens geradas/atraídas pela cidade de Lisboa**

O peso das viagens motorizadas **entre sectores e Lisboa é de 30%** em relação ao total das viagens motorizadas dos residentes da Área Metropolitana.

Da análise da figura 2.4 sobressalta a **importância dominante** das relações entre os concelhos dos **sectores ocidentais da AML-Norte** (sectores III e IV) e a cidade de **Lisboa** representando o total destas viagens **quase metade** (49%) **do total** das viagens de todos os sectores com Lisboa.

Figura 2.4 Viagens motorizadas atraídas/geradas por Lisboa por sectores

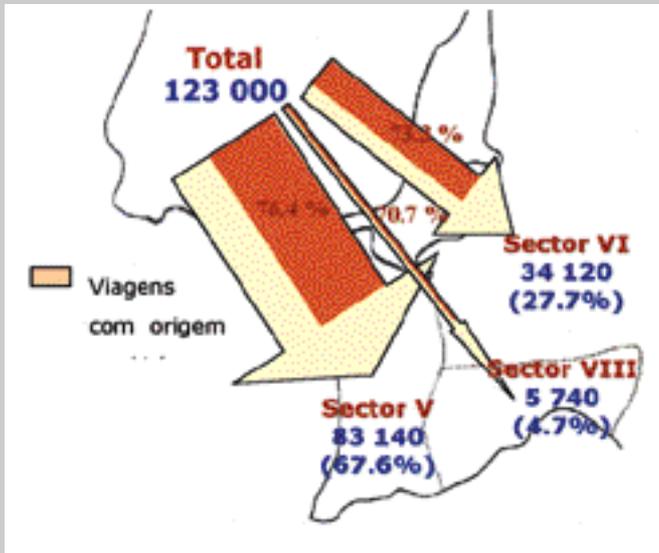


A **repartição modal** destas viagens entre TP e TI é **favorável ao TI** (com valores superiores a 50%) nos sectores **I, III e IV** (atingindo neste último caso os 58%). É ainda favorável ao TP para os sectores II e V, embora o TI represente já mais de 40% e para o sector VI onde o TI detém um peso muito inferior (19%).

**Peso dos sectores nas relações entre as duas margens**

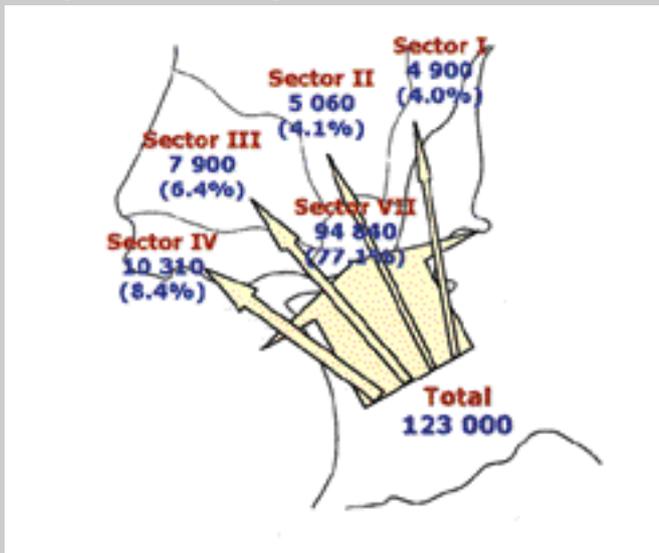
A distribuição das origens/destinos das viagens motorizadas efectuadas entre as duas margens evidencia que:

Figura 2.5  
Viagens com origem na AML Norte



- Do total de viagens com origem na AML-Norte e destino na AML-Sul, 74% são geradas em Lisboa.
- As relações atraídas pelo sector VIII (Setúbal) tem uma representatividade reduzida (4,7%).
- O inverso verifica-se com o sector V, que apresenta um volume de viagens de 67,6%.

Figura 2.6  
Viagens com origem na AML Sul



- As relações da margem sul com a cidade de Lisboa são dominantes (77,1).
- Com a restante AML-Norte as relações preferenciais abrangem os sectores III e IV, isto é, os sectores mais ocidentais da AML-Norte.

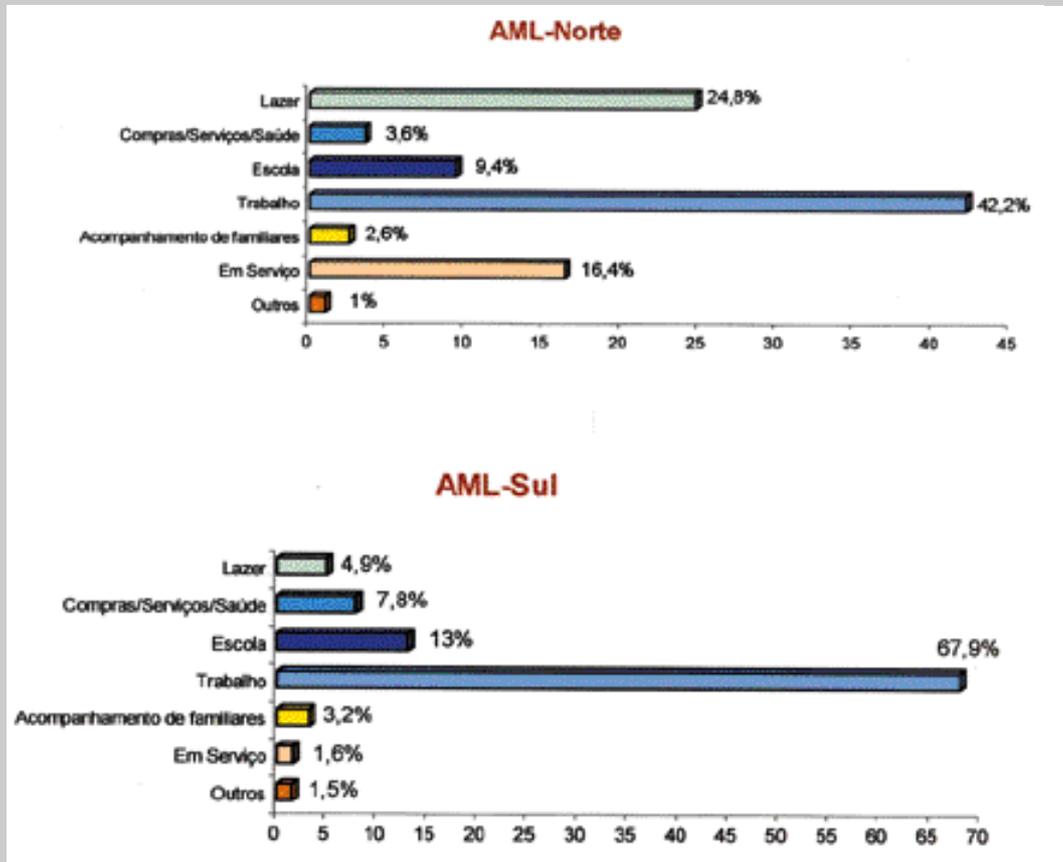
**Motivos de viagens entre as duas margens**

O peso das viagens com origem na AML-Sul é **quatro vezes** superior (80%) ao das viagens com origem na AML-Norte (20%).

A **estrutura dos motivos** das viagens motorizadas entre as duas margens tem **padrões** diferentes (Figura 2.7):

- Os principais motivos das viagens com origem na AML-Norte (83,4%) além do de **trabalho**, são **visita a familiares/lazer** e em **serviço**, respectivamente. As viagens "escola" têm pouco peso;
- Para as viagens com origem na margem sul as viagens de **trabalho** têm mais peso sendo os outros motivos mais significativos, **escola e compras / serviços / saúde**.

Figura 2.7  
Estrutura das viagens motorizadas entre as duas margens por motivos (sem viagem de regresso)

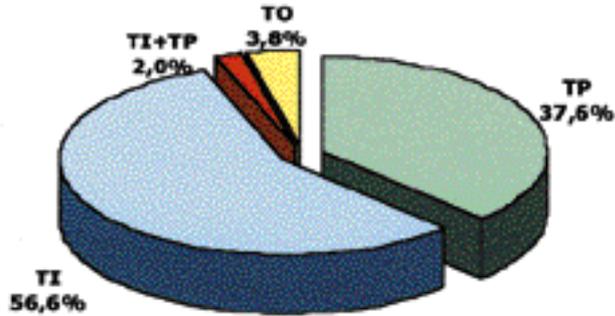


### 6.2.3 Repartição Modal das Viagens Motorizadas na AML (Incluindo Viagens de Regresso)

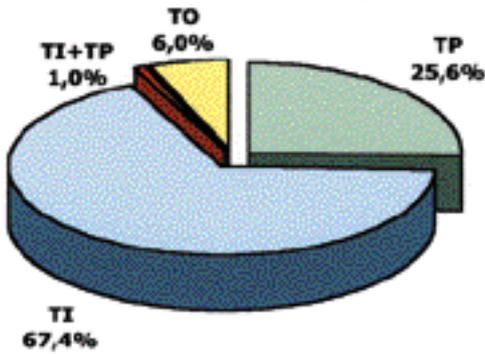
#### Repartição modal das viagens internas às macrozonas

Analisando a figura 3.1, pode facilmente verificar-se que o transporte público só apresenta percentagens superiores ao transporte individual nas viagens internas à cidade de Lisboa. Em todos os outros casos é o transporte individual que detém a maior percentagem de utilização.

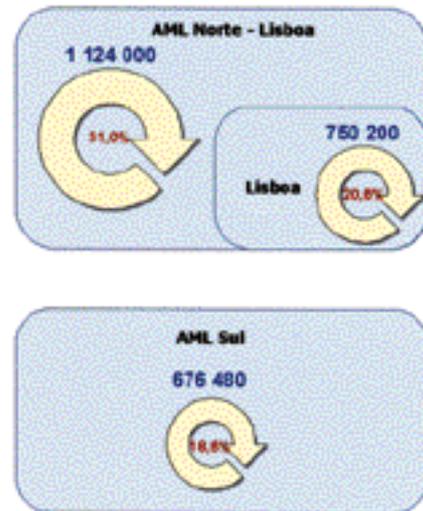
Figura 3.1  
 Repartição modal das viagens motorizadas internas às macrozonas na AML



Viagens na AML Norte excluindo Lisboa

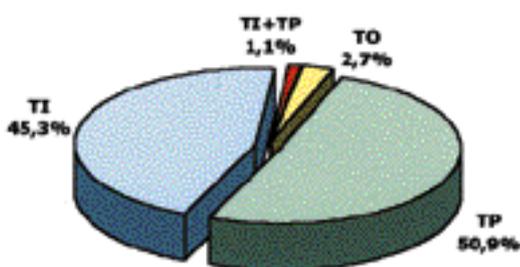


Viagens internas às macrozonas

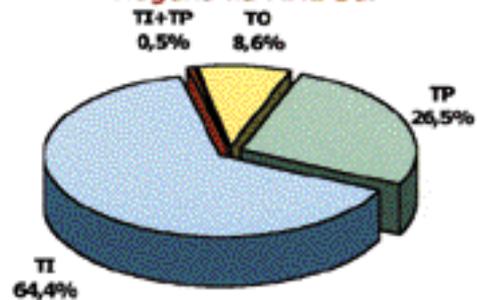


70% do total de viagens na AML

Viagens em Lisboa



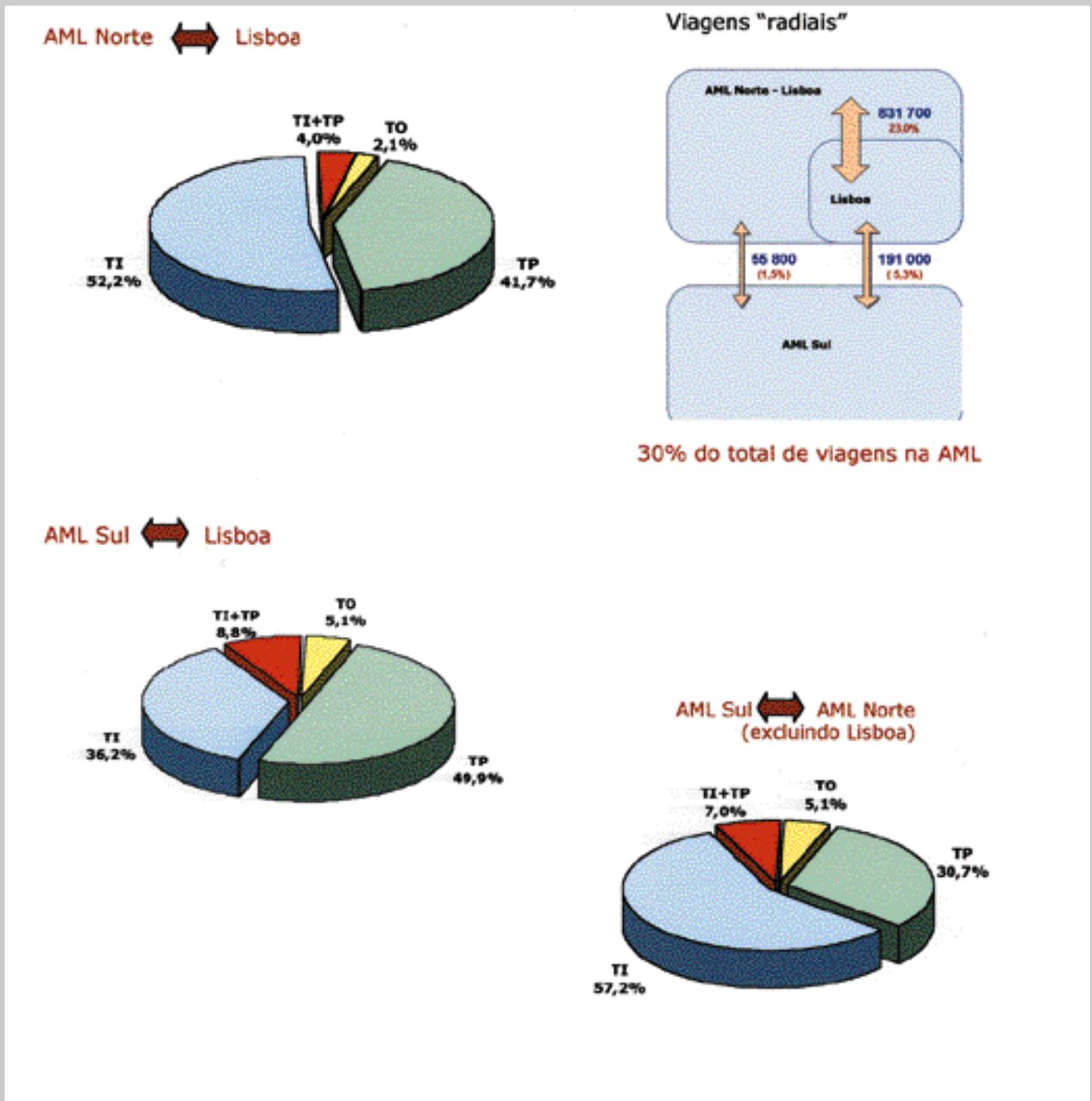
Viagens na AML Sul



**Repartição modal das viagens entre macrozonas**

Nas viagens "radiais" o TI apresenta percentagens na ordem dos 50%, sendo este peso um pouco mais elevado (57%) nas viagens entre as duas margens (excluindo todas as viagens com Lisboa), excepto entre a margem sul e Lisboa onde é o TP o modo que apresenta maior percentagem pois o rio Tejo é uma barreira natural que favorece a utilização do transporte público.

Figura 3.2  
Repartição modal das viagens motorizadas entre macrozonas na AML



## 6.2.4 Conclusões

A informação obtida através do Inquérito à Mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa constitui um importante contributo para a caracterização dos padrões de mobilidade – a estrutura temporal e espacial das viagens dos residentes – e, indirectamente, para a avaliação do sistema de transportes de passageiros da AML.

De facto a realização deste inquérito enquadra-se nos objectivos de planeamento de transportes na AML, definidos pela DGTT, visando o conhecimento e reflexão alargados sobre a mobilidade metropolitana por forma a fundamentar estudos de evolução do sistema de transportes de passageiros.

**Apresentam-se seguidamente, em termos comparativos, alguns dos principais indicadores de caracterização da mobilidade em 1973, (constantes do Estudo de Transportes da Região de Lisboa – ETRL, 1973/1981) e em 1998, obtidos através do inquérito domiciliário realizado na AML.**

Salienta-se que a interpretação dos valores indicados não poderá deixar de ter em consideração a evolução sócio-económica e as grandes modificações registadas no espaço metropolitano, nomeadamente, no que se refere à evolução demográfica, à ocupação do solo e ordenamento do território, à construção de infra-estruturas de transportes, ao aumento do poder de compra a que está associado o aumento significativo da motorização e mobilidade.

O quadro seguinte, sintetiza a evolução de alguns indicadores relevantes nos últimos vinte e cinco anos.

EVOLUÇÃO DOS INDICADORES CHAVE		ETRL* (1973) (A)	I.M.** (1998) (B)	D% (B-A)/(A)X100
AML – POPULAÇÃO		2 184 000	2 569 500	+17,7
AML – Viagens	Motorizadas	2 650 000	3 629 000	+37
	A pé	-	1 169 000	-
N.º de Viagens Motorizadas/Habitante/Dia		1,2	1,4	+16,7
% Viagens (Motivos Trabalho e Escola)		75%	61%	-18,7
Viagens em Transportes Públicos		1 352 000	1 317 000	-2,6
Taxa de Motorização	AML	170	327	+92,4
	Lx	232	272	+17,2
Viagens Internas	Lx	1 130 000	750 000	-33,6
	AML Norte – Lx.	460 000	1 124 000	+144,3
	AML Sul	320 000	676 500	+111,4
Nota:				
* Estudo de Transportes da Região de Lisboa				
** Inquérito à Mobilidade				

É pois, neste enquadramento que se regista que:

- o número **total de viagens motorizadas** diárias realizadas na Área Metropolitana de Lisboa, cresceu **37%**, passando de 2,65 Milhões em 1973, para cerca de 3,63 Milhões em 1998;

- o número de **viagens motorizadas por habitante e por dia** cresceu cerca de **17%**, passando de 1,2 para 1,4;

- se verificou um **decréscimo** de viagens associadas aos **motivos trabalho e escola**, de 75% em 1973 para 61% em 1998, o que traduz uma alteração dos padrões de mobilidade, revelando **a progressiva importância das viagens ocasionais**.

Na **estrutura espacial da procura diária** verificaram-se alterações significativas, não só em termos quantitativos como quanto

à respectiva importância percentual no total das viagens/dia, sendo de evidenciar os seguintes aspectos:

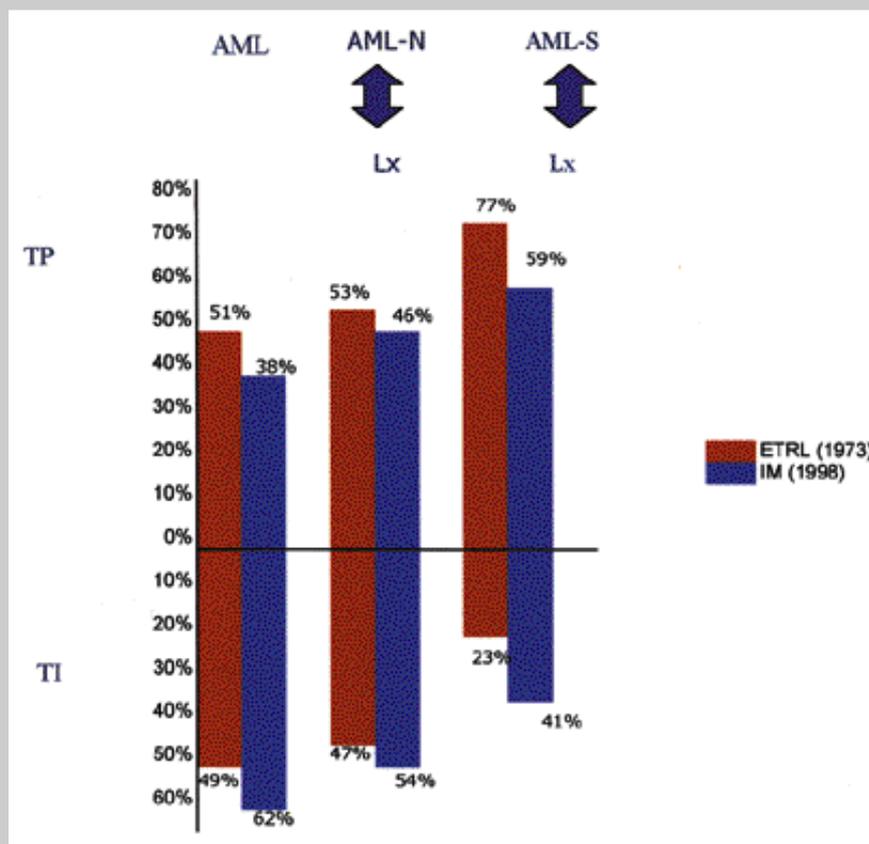
- o **número de viagens/dia com origem ou destino na cidade de Lisboa**, viagens do tipo suburbano, apresenta um crescimento de 42%, traduzindo alterações na estrutura de dependências da periferia em relação à cidade;
- o **número de viagens/dia internas à cidade de Lisboa** sofreu um decréscimo de cerca de 34% passando de 1 130 000 em 1973 para 750 200 em 1998, o que poderá estar associado à diminuição da população residente e ao seu envelhecimento bem como à realocização dos centros de emprego e de serviços;
- o **número de viagens internas na AML Norte**, excepto Lisboa, apresenta o crescimento mais significativo (+ 144 %), representando, em 1973, 460 000 (17%) do total de viagens / dia da AML e, em 1998, 1 123 900 (31%);
- para as **viagens internas à AML Sul**, aqueles valores também são importantes 320 000 (12%) em 1973 e 676 500 (19%) em 1998. Estas alterações

traduzem uma maior autonomia da Região em relação a Lisboa verificando-se um aumento significativo das viagens internas (+111%);

- no que se refere ao **parque automóvel e à taxa de motorização** (n.º de veículos / 1000 hab.), as variações são também bastante significativas. Para o total da Área Metropolitana, o parque automóvel em 1973 era cerca de 400 000 veículos e em 1998 de cerca de 839 900 veículos, com uma taxa de motorização de 170 e 327 respectivamente. A **taxa de motorização** na cidade de Lisboa não sofreu alterações significativas (232 em 1973 e 272 em 1998), sendo de referir as **alterações importantes na Área Metropolitana Norte, excepto Lisboa**, (144/351) e na **Área Metropolitana Sul** (115/327);

Para o **total de viagens motorizadas/dia** na **Área Metropolitana** bem como para as **viagens com origem ou destino na cidade de Lisboa**, verificou-se praticamente uma **inversão da repartição modal** com incidência favorável para as viagens em Transporte Individual. Assim, essa repartição apresenta as seguintes principais diferenças entre os anos de referência:

### Evolução da repartição Modal



Pode concluir-se que o conjunto dos valores apresentados traduz diferenças assinaláveis da mobilidade metropolitana e evidencia o sentido das principais modificações decorridos 25 anos. Esta “**inversão**” da **repartição entre Transporte Público (TP) e Transporte Individual (TI)** traduz, entre outros factores, a incidência das alterações sócio económicas, nomeadamente em termos da motorização e mobilidade, e dos padrões

de mobilidade resultantes, a melhoria das infra-estruturas rodoviárias e a insuficiente capacidade de resposta e adaptação do sistema de transportes públicos.

Em síntese, de entre **os principais aspectos de caracterização** da mobilidade da população da AML, resultantes deste inquérito, evidenciam-se os seguintes indicadores:

## Padrões de Mobilidade (1998) – Síntese

Em relação aos **indicadores gerais** de mobilidade:

- O **número ainda expressivo** de agregados **sem automóveis** (35,5%) e
- o número já **significativo** de agregados com **2 ou mais automóveis** (21%).
- O **peso significativo** do número de **viagens a pé** (24%), e em especial nas deslocações cujo motivo é a escola.
- A **maior utilização do Transporte Público** nas viagens por **motivo trabalho e escola**.
- A **importância crescente** das **viagens ocasionais**, associadas **ao Lazer/Recreio, Compras, Serviços e Saúde** (21%).

Indicadores sobre a **estrutura espacial** e grandes dependências

- A **autonomia expressiva da área metropolitana** face à capital (51%).
- O **peso significativo das viagens intra-concelhias** (53%).
- A **importância** (cerca de 50 %) das **relações entre os concelhos da Sub-região ocidental da AML Norte** e a cidade de **Lisboa**.

Indicadores sobre a **utilização dos vários modos** de transportes

- A relação entre o **TI e TP mais equilibrada nas relações de dependência com Lisboa**.
- A **dominância preocupante** das **deslocações em TI** (80%) em todas as viagens efectuadas na **AML sem Lisboa** (51% do total das viagens).
- O número importante (38%) de viagens em TP com **um ou mais transbordos**.

# 7 Síntese do Diagnóstico do Sistema de Transportes da AML

## 7.1 Transporte Internacional

- 7.1.1 Aéreo
- 7.1.2 Marítimo
- 7.1.3 Ferroviário
- 7.1.4 Rodoviário

## 7.2 Transporte Nacional

- 7.2.1 Rodoviário
- 7.2.2 Ferroviário
- 7.2.3 Marítimo

## 7.3 Transporte Regional e Metropolitano

- 7.3.1 Aspectos Geográficos com Importância para o Sistema de Transportes
- 7.3.2 Mobilidade na Cidade de Lisboa e nos Concelhos Limítrofes
- 7.3.3 Acessibilidades
- 7.3.4 Zonas de Acessibilidade Crítica da AML

## 7.1 Transporte Internacional

Pelo sistema de transportes da AML é gerido uma parte significativa do tráfego internacional de mercadorias e de passageiros do país. Dotada de infraestruturas aero-ferro-marítimas, para além da rede rodoviária de interligação, a AML constitui por si só um vasto "hinterland" com potencialidades de estender a sua área de influência ao nível ibérico.

A proximidade do Aeroporto internacional da Portela ao núcleo central da AML (Lisboa), confere-lhe a vantagem de se vencerem distâncias com reduzidos tempos de deslocação no espaço geográfico dentro da AML, uma vez que as recentes melhorias da acessibilidade rodoviária permitem ligações em todas as direcções por Itinerários Principais.

Já na articulação da logística do porto marítimo de Lisboa com o sistema rodo-ferroviário de apoio, os estrangulamentos têm vindo a ser reduzidos, antevendo-se no entanto, uma optimização no âmbito de uma estruturação de portos nacionais. Os volumes de tráfego marítimo de mercadorias do porto de Lisboa, nas duas margens do rio Tejo, podem ser distribuídos pelas plataformas de Poço Bispo / St.<sup>a</sup> Apolónia e de Alcântara, com maior ligação à rede ferroviária. Todo o tráfego rodo-marítimo da Margem Norte deve ser encaminhado pela plataforma de Poço Bispo/St.<sup>a</sup> Apolónia, dada a proximidade aos Itinerários Principais. Na Margem Sul, a implantação de reservatórios das petrolíferas deve ser limitada, devendo dar-se prioridade ao transporte por via fluvial até à plataforma logística de Bobadela/Alverca – tal como resulta da proposta da Comissão nomeada pelo Ministério do Equipamento Social para estudar este assunto – enquanto não se equaciona o abastecimento da AML em produtos petrolíferos a partir de um sistema em condução com origem na nova área portuário-industrial de Sines.

Esta síntese da análise dos principais volumes de tráfego e do funcionamento das principais infraestruturas e equipamentos das diferentes redes de transporte, devem permitir completar o diagnóstico anteriormente realizado no âmbito da 1.<sup>a</sup> fase do PROT-AML.

No sistema ferroviário, assiste-se à necessidade de reestruturação e hierarquização das linhas de comboio com tráfego internacional. Até hoje, o tráfego internacional de passageiros é gerido a partir de St.<sup>a</sup> Apolónia (ligação ferroviária à Europa e Península Ibérica), pela Linha do Norte e da Beira Alta (Madrid), havendo contudo, no âmbito da construção da Linha de comboios de Alta Velocidade, de encontrar padrões de serviço

entre as linhas da rede ferroviária actual, com ligações à rede ferroviária ibérica, e as novas linhas com bitola europeia.

Por último, a rede rodoviária da AML tem-se expandido em articulação com Itinerários Principais e Complementares, permitindo a interligação de todos os concelhos da AML com as principais plataformas logísticas e de passageiros. Esta rede, no âmbito geográfico da AML está praticamente concluída, não pondo obstáculos ao tráfego internacional.

### 7.1.1 Aéreo

O tráfego aéreo internacional é servido pelo Aeroporto da Portela em Lisboa. As ligações internacionais evidenciam uma função importante no desenvolvimento do país e particularmente da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Dentro do sistema aeroportuário da Península Ibérica, é o segundo aeroporto com maior volume de tráfego anual em cerca de 9 milhões de passageiros, em 2000, dos quais 75% têm origem/destino em rotas internacionais <sup>21</sup>.

A sua localização e função, para além de representar um estabilizador para um apreciável

conjunto de actividades logísticas e terciárias dentro da AML é, no conjunto das actividades económicas da região, um pólo de referência das redes de transportes nacionais e regionais com incidência nos volumes de tráfego, dada a sua área de influência ultrapassar os limites da AML.

A exploração actual do aeroporto, embora não estando directamente relacionada com o modelo territorial do PROT, tem incidência significativa no sistema económico da AML, em particular, nas questões que interferem com a mobilidade e as acessibilidades.

#### 7.1.1.1 Tráfego de Passageiros

A análise dos volumes de tráfego aéreo dos aeroportos da ANA permitiu concluir que o Aeroporto de Lisboa captou uma percentagem de tráfego sem oscilações significativas até 1992, tendo sido responsável por 68% do tráfego de passageiros em aeroportos nacionais neste ano. Em 2000 o peso do aeroporto de Lisboa baixou para 52% face ao incremento do tráfego nos restantes aeroportos da ANA, apesar do número de passageiros (em milhares) ter passado de 4835 para 9396, respectivamente – ver gráfico 1 e quadro 1.

Evolução Recente do Tráfego de Passageiros no aeroporto de Lisboa e nos outros aeroportos da ANA (milhares de passageiros / ano)

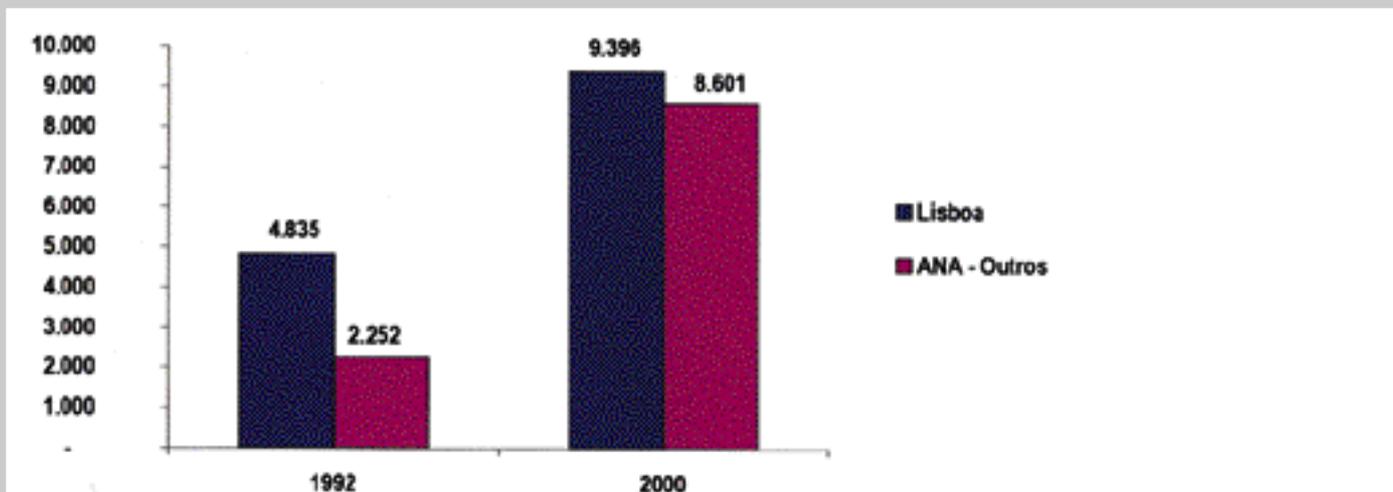


Gráfico 1  
Evolução recente do tráfego de passageiros no aeroporto de Lisboa e nos outros aeroportos da ANA (1992 e 2000). Fonte: International Air Transportation Association (IATA), 1993 e Aeroportos e Navegação Aérea (A.N.A.), 2001.

<sup>21</sup> A.N.A., 2001

Contudo, a distribuição do tráfego de passageiros pelos vários aeroportos da ANA revela que Lisboa perde importância relativa no tráfego nacional, mas:

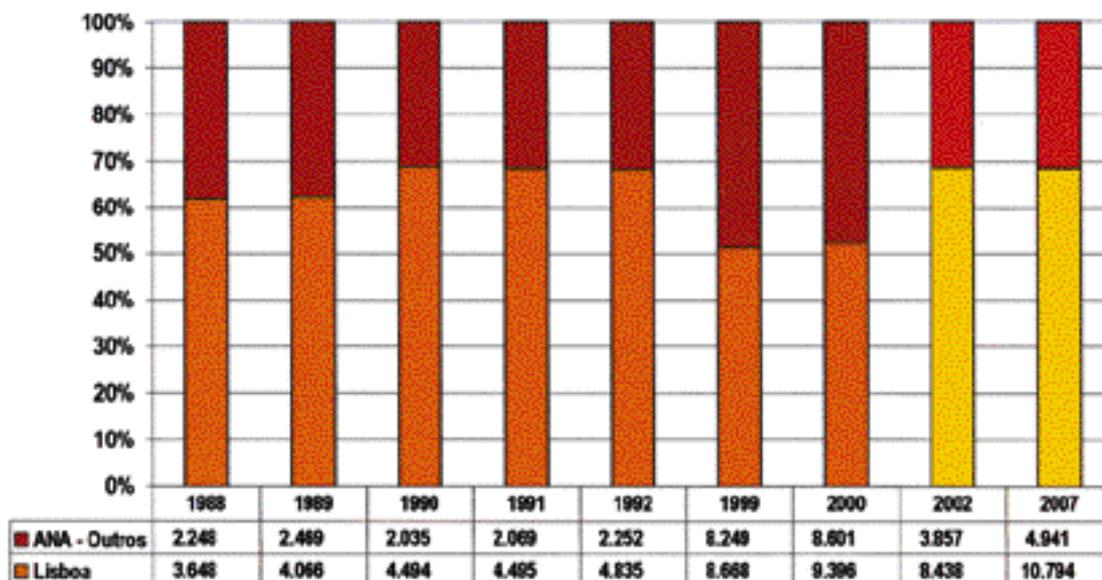
- Continua a crescer acima das previsões;
- Continua a ser o principal aeroporto de tráfego internacional.

Em termos de evolução, o tráfego de passageiros no aeroporto de Lisboa cresceu 16,8% em 1998, 8,8% de 1998 para 1999 e 8,4% de 1999 para 2000.

Até Abril de 2001 o movimento de passageiros atingiu já cerca de 2,84 MPa. Desde modo, atingiu-se a previsão de tráfego<sup>22</sup> para 2007, já que a estimativa para 2001 nunca será inferior a 11,30 MPa.

Verificam-se, assim, taxas bastante superiores às da década anterior explicadas, em parte, pela globalização económica e pelo forte incremento da procura em viagens de turismo e do lazer, banalizando a utilização do transporte aéreo – ver quadro 1.

### Total de Passageiros em Voos Regulares



**Quadro 1**

**Evolução e previsão do tráfego de passageiros em voos regulares**

**do aeroporto de Lisboa em comparação com os restantes aeroportos da ANA.**

**Fonte: International Air Transportation Association (IATA), 1993 e ANA, 2001.**

**(Valores em milhares de passageiros). As previsões para 2002 e 2007 efectuaram-se aquando dos estudos para a localização do Novo Aeroporto de Lisboa, 1998.**

Assim, as reservas de capacidade do Aeroporto da Portela-Lisboa (12 MPa) que se previam vir a esgotar-se no horizonte anual de 2010/2012, apresenta agora perspectivas de não ir além de 2005/2006. Mesmo que seja reforçada a sua capacidade para 14/16 MPa, as suas reservas esgotam-se até 2007/2008.

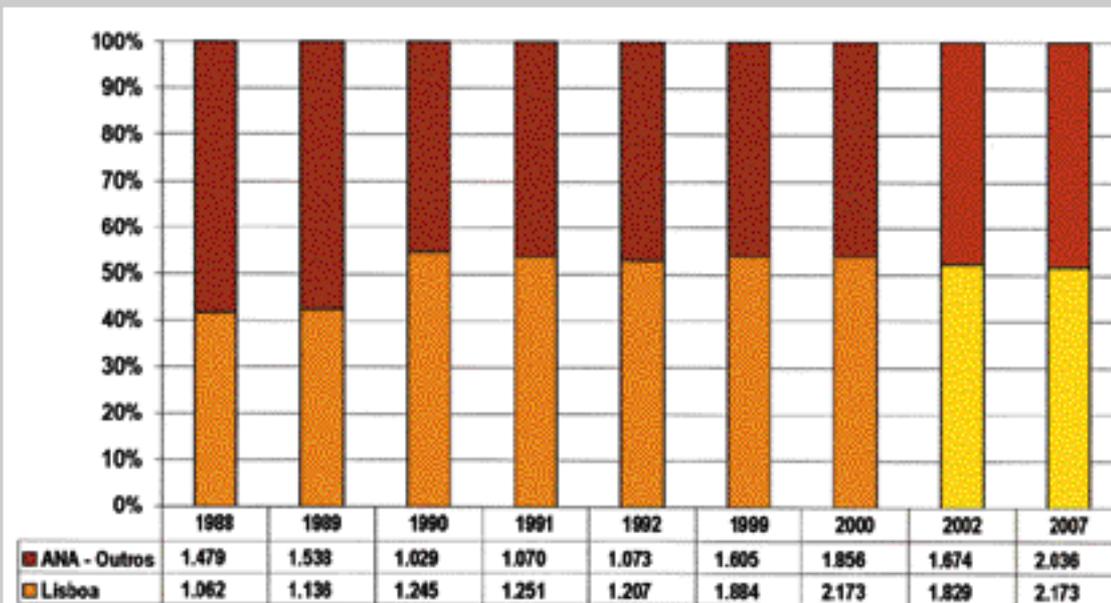
Por outro lado, a tendência internacional para a organização do transporte aéreo em função de grandes nós de concentração e distribuição de fluxos (os designados "hubs"), associada à transferência de tráfego do transporte aéreo pelo maior uso do ferroviário, comboios de alta velocidade, nas viagens da ordem dos 300km a 500km, conduzirá ao reforço da função internacional do Aeroporto de Lisboa no contexto das infra-estruturas aeroportuárias nacionais<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> Estas previsões foram efectuadas durante os estudos para a localização do Novo Aeroporto de Lisboa

<sup>23</sup> A concretizar-se a rede de alta velocidade proposta pela RAVE, certamente que os voos domésticos serão substituídos, em parte significativa pelo TGV.

Nos voos domésticos o peso do Aeroporto da Portela tem-se situado próximo dos 50% enquanto que nos voos regulares internacionais tem assumido valores na ordem dos 75%<sup>24</sup> – ver quadro 2.

### Total de Passageiros em Voos Regulares Domésticos



**Quadro 2**  
**Evolução anterior e prevista da distribuição do tráfego de passageiros em voos regulares domésticos.**  
**Fonte: International Air Transportation Association (IATA), 1993 e ANA, 2001.**  
**(Valores em milhares de passageiros). As estimativas para 2002 e 2007 efectuaram-se aquando dos estudos para a localização do Novo Aeroporto de Lisboa.**

### Origem/Destino

Nas rotas da União Europeia regista-se um peso de cerca de 70% para o aeroporto de Lisboa<sup>25</sup>, importância que terá tendência a reforçar-se face às estratégias de concentração de rotas que as principais companhias aéreas estão a adoptar. Por outro lado, mesmo se forem apenas considerados os países Europeus que não pertencem à União Europeia, Lisboa continua a manter o mesmo posicionamento (cerca de 74%).

Em relação aos voos intercontinentais (para a América Latina/Caraíbas, América do Norte e África), o aeroporto de Lisboa movimentava a quase totalidade destas deslocações, absorvendo cerca de 90% do tráfego total de passageiros em aeroportos nacionais da ANA.

A distribuição do tráfego de passageiros do Aeroporto de Lisboa entre as rotas internacionais e os voos domésticos vem sublinhar com muita clareza a sua vocação internacional. O tráfego de passageiros em rotas internacionais representa 75% do total registado durante o ano de 1992, mantendo aproximadamente esta percentagem até 2000.

No que diz respeito à distribuição do tráfego internacional de passageiros do Aeroporto de Lisboa, verifica-se que 65% dos passageiros circulam na rota da União Europeia, 28% nas rotas intercontinentais e apenas 7% na rota dos países Europeus que não pertencem à UE.

O Aeroporto de Lisboa tem pois uma clara vocação internacional, assumindo-se como a principal infra-

<sup>24</sup> A.N.A., 2001

<sup>25</sup> A.N.A., 1993

-estrutura aeroportuária nacional. Terá tendência a manter-se com um volume de tráfego global sempre superior a 50% do total de passageiros dos aeroportos da ANA (ver quadro 1).

**7.1.1.1.1 Tráfego gerado pelo aeroporto da Portela**

Como foi anteriormente referido, o volume de passageiros movimentado pelo aeroporto de Lisboa tem vindo a conhecer um aumento sustentado, ultrapassando mesmo as expectativas e os valores médios de crescimento que se verificam noutros aeroportos europeus.

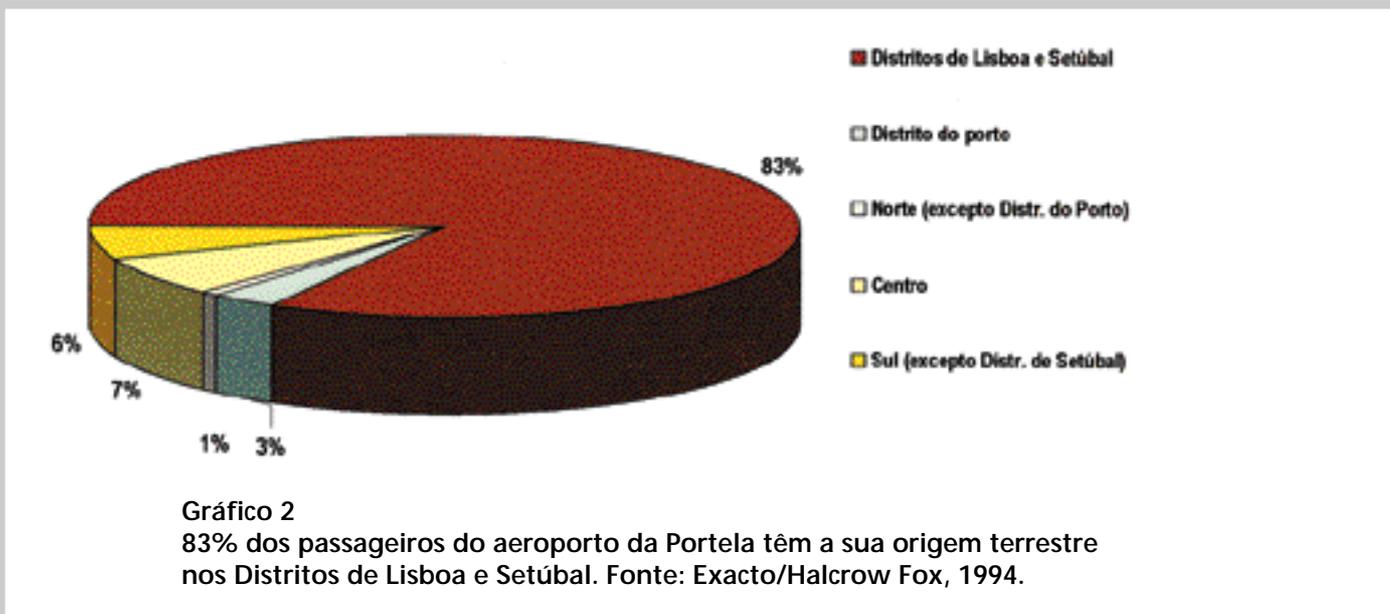
Como pólo de geração/atracção de tráfego, importa agora evidenciar a sua área de influência, expondo

dados relativos quanto à origem e destino terrestre desses passageiros.

Ao nível da atracção por origem, o tráfego de passageiros atraído pelo aeroporto da Portela foi avaliado pelo gabinete do novo aeroporto de Lisboa (NAER)<sup>27</sup>, sendo de evidenciar algumas das suas conclusões – ver gráfico 2:

1. Tráfego de passageiros (local de origem terrestre) – de Inverno:
- **83% – Distritos de Lisboa e Setúbal;**
  - 7% – Centro;
  - 6% – Sul (excepto Distr. de Setúbal).
  - 3% – Distrito do Porto;
  - 1% – Norte (excepto Distrito do Porto);

**Origem Terrestre do Tráfego de Passageiros de Inverno do Aeroporto da Portela**



2. Tráfego de passageiros com origem terrestre dentro do Distrito de Lisboa:

- **83% – Concelho de Lisboa;**
- **14% – Concelho de Cascais;**
- 3% – Outros concelhos.

3. Origem terrestre do tráfego de trabalhadores do aeroporto da Portela<sup>26</sup>

- 51% – Concelhos de Lisboa e Loures;
- 38% – Margem esquerda do Tejo;
- 11% – Outros concelhos da margem direita do Tejo.

Os dados disponíveis sobre a origem terrestre do tráfego de passageiros vêm demonstrar o peso do **Distrito de Lisboa** (responsável por **79% do tráfego terrestre** gerado pelo aeroporto), e em particular dos **concelhos de Cascais** (14% do tráfego do Distrito) e **Lisboa** (83% do tráfego do Distrito).

Em relação aos trabalhadores do aeroporto de Lisboa, verifica-se que 62% residem na margem Norte do Tejo, dos quais 27% moram em Lisboa e 24% em Loures. A margem Sul é o local escolhido

<sup>26</sup> EXACTO/Halcrow Fox, 1994.

<sup>27</sup> ANA – Aeroportos e Navegação Aérea, Grupo de Trabalho do Novo Aeroporto, 1997.

por 38% dos trabalhadores do aeroporto da Portela.

Da análise destes dados pode assim concluir-se que:

- a área de influência directa do serviço prestado pelo aeroporto situa-se predominantemente num raio de 40 km, centrado em Lisboa.
- o peso dos concelhos de Lisboa e Cascais como origem (destino) dos passageiros movimentados no aeroporto da Portela é determinante, totalizando mais de 3/4 do volume total de passageiros.
- as regiões Norte e Centro do país têm uma contribuição marginal (11%) para o fluxo de passageiros do aeroporto.
- ao nível do emprego gerado, a área de captação de trabalhadores do aeroporto circunscreve-se à própria AML, sendo que metade destes vivem na sua proximidade imediata.

### 7.1.1.2 Infraestruturas e Equipamentos

O aeroporto internacional de Lisboa, localiza-se na área norte da cidade, sendo um dos importantes geradores de tráfego de passageiros da AML. Com um movimento diário superior a 28 mil passageiros, a área ocupada pela infraestrutura aeroportuária inclui ainda um conjunto de cerca de 150 empresas, as quais nas suas actividades empregam cerca de 14 000 postos de trabalho, o que gera diariamente um tráfego significativo de trabalhadores e fornecedores na envolvente. Este Aeroporto tem como acessibilidades só a rede rodoviária com ligação directa à malha viária urbana (Av.<sup>a</sup> General Norton de Matos ou 2.<sup>a</sup> Circular e as Avenidas Marechal Gomes da Costa; Almirante Gago Coutinho e do Brasil) e à rede nacional (IP1).

Recorde-se que existem ainda no espaço periférico da AML outras infraestruturas aeroportuárias com usos militares (Montijo, Alverca, Sintra) e usos comerciais (Tires), as quais têm essencialmente acessibilidades rodoviárias. Estas infraestruturas têm equipamentos de navegação aérea que, no caso do aeródromo de Tires, ajudam nas ligações de taxi aéreo regional.

### 7.1.1.3 Cenário de Desenvolvimento Regional

A desafectação do Aeroporto da Portela e a proposta para a Ota trará impactes significativos ao nível do ordenamento do território. Com efeito, muito embora a localização em questão se verifique fisicamente na continuidade da Área Metropolitana de Lisboa, do ponto de vista de características presentes, dinâmicas urbanas e perspectivas de desenvolvimento a nível regional, trata-se de uma realidade bem distinta.

Na zona da Ota, o território apresenta-se com uma ocupação dispersa, embora bastante polarizada em relação a Lisboa. As ligações rodó e ferroviária, favorecidas pelo eixo Lisboa-Porto, têm determinado uma expansão relativamente rápida da ocupação humana nesta sub-região por via de uma melhor acessibilidade à capital. O território organiza-se assim seguindo um modelo de expansão em estrutura linear condicionada pela estrutura rodoviária existente, o que implica uma forte concentração urbana e de actividades económicas num estreito corredor na faixa litoral.

Analisando agora a transformação do cenário territorial, é evidente que um novo aeroporto internacional vai induzir fortes modificações no território onde se vai inserir. Essa transformação pode caracterizar-se basicamente ao nível de alteração absoluta de usos existentes; expectativas e vocações na área correspondente aos seus limites de implantação; forte condicionamento do uso do solo na área envolvente, correspondente à zona de servidão do aeroporto; ocupação preferencial de zonas imediatamente adjacentes com funções satélites do aeroporto; ocupação induzida dentro de uma área envolvente (que se assume no estudo de impactes<sup>28</sup> correspondente às isócronas de 30 minutos) onde se vão centrar as pressões de investimento imobiliário, por via da sua proximidade e acessibilidade ao NAL<sup>29</sup>.

Com efeito, uma infra-estrutura aeroportuária com a dimensão da prevista para o NAL e com objectivos de vir a constituir um pólo importante na rede de transporte aéreo, ao nível da Península Ibérica, exige um vasto conjunto de condições de envolvente, que irão influenciar o modelo de ocupação urbana da Área Metropolitana de Lisboa, de que se salientam:

<sup>28</sup> \* Estudos de Incidências Ambientais para a Localização do Novo Aeroporto de Lisboa na Ota – Componente de Planeamento e Usos do Solo\*, CESUR/FCST, 1998

<sup>29</sup> NAL – Novo Aeroporto de Lisboa

- Boa acessibilidade rodoviária e ferroviária (particularmente importante quando se considera o espaço nacional e ibérico);
- Necessidade de desenvolvimento de complementaridades com outras infra-estruturas logísticas, como sejam as associadas ao transporte marítimo;
- Disponibilidade de grandes espaços contínuos para a instalação de actividades industriais e de armazenagem a uma distância conveniente (até 10/15km);
- Existência de uma rede urbana de suporte de actividades terciárias e de equipamentos colectivos de hierarquia superior, não só como factor indispensável à fixação de população, mas também como suporte ao desenvolvimento do aeroporto e à dinâmica económica que este possa induzir.

Tendo em conta estes aspectos, pode-se assumir que a actual linearidade de povoamento e presença de fortes eixos de acessibilidade são condicionadores da racionalidade sugerida de transformação, embora o NAL possa vir a permitir uma maior especificidade económica à região, consolidando a tendência de industrialização que já se vem acentuando em algumas áreas como o Carregado e Azambuja.

Atendendo às características de dispersão urbana, é possível que o NAL contribua para o reforço do contínuo urbano preenchendo os espaços intersticiais, aumentando assim a densidade de ocupação. Por outro lado, é de esperar que a oferta potencial de solo urbano e industrial na zona da Ota, em particular nos concelhos de Alenquer e Azambuja, seja capaz de acomodar a procura que será gerada pelo NAL, embora de uma forma dispersa.

A perspectiva, no entanto, deve ser de conter o crescimento de ocupação urbana, o que deve ser conseguido de duas formas: através de uma ligação ferroviária (pesada ou intermédia) e através da imposição da área de servidão e restrição de utilidade pública, neste caso imposto pelo regulamento do PDM do concelho em questão.

## 7.1.2 Marítimo

A crescente globalização dos mercados tem incidência na economia nacional, em particular, na afirmação do transporte marítimo face às suas

vantagens, em tempo e custo, para as deslocações a grandes distâncias de elevadas quantidades de carga.

Na Europa verifica-se uma concentração a Norte de infra-estruturas portuárias, relacionada não só com a eficiência dos portos e com a organização das infra-estruturas ao hinterland, mas também com as diferenças no seu grau desenvolvimento em relação ao Sul.

A percepção desta realidade e o reconhecimento do papel estratégico do transporte marítimo levaram o governo português a traçar um conjunto de objectivos e a desenvolver uma série de instrumentos e reformas expressas no Livro Branco sobre o sistema marítimo e portuário<sup>30</sup>. Aí reconhece-se que o reforço da competitividade dos portos portugueses não se pode limitar aos investimentos em infra-estruturas portuárias, devendo também haver uma efectiva integração daqueles numa rede logística que extravase o território nacional e uma aposta nas acessibilidades terrestres.

Entre os portos nacionais principais, dois estão localizados na Área Metropolitana de Lisboa – o **porto de Lisboa** e o **porto de Setúbal**, este último tendo uma função complementar ao de Lisboa e assumindo uma importância crescente nos projectos para o desenvolvimento do próprio Distrito de Setúbal.

Na plataforma **internacional** será importante referir as estratégias a considerar em cada um destes portos de forma a aumentar a eficiência do sistema portuário e a sua intermodalidade.

### 7.1.2.1. Porto de Lisboa e Porto de Setúbal

Dada a natural inserção geográfica do **porto de Lisboa** na Região de Lisboa e Vale do Tejo (AML Norte), aliada à dinâmica empresarial da comunidade portuária, faz sentido que seja o porto mais adequado ao movimento de contentores para o hinterland produtivo e consumidor desta região. Deste modo, deverá reforçar significativamente a sua quota de mercado em que já intervém, nomeadamente no que se refere ao:

- serviço ao transporte de curta distância, com forte expressão dos tráfegos para as Regiões Autónomas e Norte da Europa e Mediterrâneo, beneficiando

<sup>30</sup> Política Marítimo-portuária, Rumo ao século XXI – Livro Branco, MEPAT, Janeiro de 1998

dos investimentos de melhoria e modernização do terminal especializado de St.<sup>a</sup> Apolónia;

- serviço ao transporte de longo curso, abrangendo um hinterland que inclui o país e a penetração em Espanha, potenciado pelos investimentos de aprofundamento do cais e de expansão do terminal de Alcântara, incluindo a melhoria das suas acessibilidades rodo e ferroviárias e potenciando a utilização dos serviços da plataforma ferroviária da Bobadela;

- serviço de concentração/distribuição ao nível do cruzamento de rotas transoceânicas Leste/Oeste e Norte/Sul, com base no terminal de Alcântara.

No que diz respeito ao tipo de mercadorias, é importante que o porto de Lisboa reforce a sua quota no mercado de granéis alimentares e alimentos frescos, para servir o país, assim como algumas regiões de Espanha, incluindo algumas zonas turísticas do sul espanhol. Neste âmbito há que destacar, também, os cereais e as oleaginosas, com tráfego de baldeação abrangendo regiões do Mediterrâneo Ocidental, bem como os frutos exóticos e outros frescos, transportados em contentores frigoríficos.

Relativamente ao sector turístico, este porto deverá reforçar substancialmente o seu papel no segmento dos cruzeiros e do turismo náutico, constituindo-se em pólo europeu de animação, beneficiando de alguns investimentos já realizados no âmbito da EXPO 98.

Tal como o porto de Lisboa, o **porto de Setúbal**, integrado naturalmente na Península de Setúbal (AML Sul), tem o seu papel fortemente definido no âmbito internacional.

Neste contexto, será importante destacar a posição do porto de Setúbal, como pólo de movimentação de cargas ro-ro, através da diversificação das cargas utilizadas e disputando as vantagens competitivas resultantes do desenvolvimento da indústria automóvel no Vale do Tejo e na Península de Setúbal.

O facto de ser um mercado bastante competitivo, a presença deste porto relativamente a este sector exigirá uma política comercial activa, aferida por elevados padrões de eficiência, segurança e qualidade.

Deste modo, o reforço da organização logística em torno do porto poderá trazer-lhe as condições necessárias para operar, também, como plataforma de recolha e distribuição do serviço da indústria automóvel.

O porto afirmar-se-á, progressivamente, como pólo de movimentação de contentores, através da expansão faseada das infra-estruturas, conforme às características da evolução internacional do tráfego de contentores, à intensidade de fluxos de tráfego e às exigências técnicas dos navios.

Nesta perspectiva, o desenvolvimento do porto deverá processar-se em complementaridade com o porto de Lisboa, dirigindo-se a diferentes segmentos do mesmo *hinterland*.

A actividade portuária deverá evoluir no sentido de uma progressiva articulação entre os Portos de Lisboa, Setúbal e Sines, tanto no sentido da sua especialização e modernização, como da sua gestão, investindo-se, igualmente, na melhoria das acessibilidades terrestres (rodoviária e ferroviária) aos portos e às suas áreas de armazenagem.

### 7.1.3 Ferroviário

Desde a entrada em serviço das principais linhas ferroviárias de alta velocidade, alguns países da União Europeia têm desenvolvido projectos de infra-estruturas ferroviárias para alta velocidade atendendo a determinados objectivos nacionais, mas partilhando um objectivo comum: proporcionar ao transporte ferroviário uma oferta diferenciada da actual, mais competitiva, que seja capaz de captar uma maior quota de mercado de transporte de passageiros, colocando-se como uma real alternativa ao transporte aéreo e rodoviário.

Neste contexto, a Comissão Europeia elaborou um Esquema Director da Rede Europeia de Alta Velocidade, o qual tem um horizonte de execução até ao ano 2010, contemplando a concretização de uma rede europeia com as seguintes características:

- 9 000 km de linhas equipadas para velocidades iguais ou superiores a 250km/h.
- 15 000 km de linhas infra-estruturadas para suportar velocidades da ordem dos 200km/h.
- 1 200 km de linhas complementares.

As ligações portuguesas à rede europeia de alta velocidade ferroviária encontram-se actualmente numa fase de estudo de avaliação das diferentes alternativas de traçado.

Os impactes dessas alternativas sobre o funcionamento da rede ferroviária nacional, e nomeadamente no contexto da área de intervenção

do PROT, deverão ser devidamente considerados no desenvolvimento desses estudos.

### 7.1.3.1 Rede Ibérica

Dentro das principais ligações da rede ferroviária ibérica, designam-se as tradicionais linhas ferroviárias do Norte, via Beira Alta e com entradas/saídas por Vilar Formoso, e da Beira Baixa/Alto Alentejo por Badajoz/Madrid.

A malha ferroviária internacional está, portanto, condicionada às bitolas da rede ibérica (via larga), incompatível com a rede europeia.

A rede ibérica deve ser enquadrada numa perspectiva de desenvolvimento regional entre Portugal e Espanha sendo, por isso, objecto de remodelação e de renovação de equipamento de controlo de tráfego. Toda a estruturação desta rede deve voltar-se para uma função regional com ligação às principais capitais de distrito ou regiões dentro da Península Ibérica.

A estrutura da rede ferroviária em bitola ibérica terá igualmente de contemplar as ligações a linhas de via estreita, constituindo estas um complemento da rede secundária. Nalguns casos, estas linhas começam a ser integradas em áreas metropolitanas ou regionais, sendo hoje objecto de uma atenção especial conquanto a inovação tecnológica de material circulante do tipo tram-train ou metropolitano ligeiro, ajudam a completar a exploração ferroviária nas acessibilidades locais (leia-se metropolitanas).

### 7.1.3.2 Rede Europeia

A primeira versão do Esquema Director da Rede Europeia de Alta Velocidade aponta como hipótese de ligação a Portugal, a localização de um nó aproximadamente equidistante entre Lisboa e Porto, a partir do qual se faria a ligação directa a Madrid.

No entanto, o Governo Espanhol, através do seu "Plan Director de Infra-estruturas, 1993-2007", propõe um corredor para uma futura ligação em caminho de ferro de alta velocidade através do corredor Cáceres/Badajoz, estando esta decisão dependente do acordo do Governo Português.

A manter-se esta intenção do Governo Espanhol, a ligação à Rede Europeia de Alta Velocidade a Lisboa deverá efectuar-se pelo Alentejo,

entroncando na linha Lisboa-Madrid-Sevilha, visto que, a norte do Vale do Tejo, teria de vencer uma orografia mais acidentada, que dificilmente se compatibiliza com as grandes exigências de espaço dos raios de curvatura e das pendentes das infra-estruturas ferroviárias de alta velocidade.

Esta opção, a concretizar-se, terá fortes implicações para a AML e particularmente para a cidade de Lisboa. Com efeito, neste cenário, a capital do país poderia alargar a sua área de influência até à região polarizada por Badajoz, ficando ainda Évora a uma distância em tempo inferior a uma hora.

Não cabe aqui discutir se a melhor opção para a localização do NAL continua ou não a ser a Ota. No entanto, para além dos problemas ambientais inventariados<sup>31</sup>, a localização do novo aeroporto internacional de Lisboa, deve ser articulada com a ligação em alta velocidade ferroviária, propiciando uma evidente sinergia entre estes dois modos de transporte. Recorde-se que face aos dados de procura do Aeroporto da Portela, a potencial captação de passageiros na Galiza espanhola seria certamente superior à que se verifica actualmente no centro e norte do país.

### 7.1.4 Rodoviário

A articulação do tráfego internacional rodoviário da AML é realizado pela rede viária definida no PRN 2000 através dos itinerários principais da Península Ibérica.

Estes itinerários principais (IP's) constituem a Rede Rodoviária Fundamental e definem-se como uma rede estruturante que assegura a ligação entre os centros urbanos com influência regional e os principais portos e fronteiras. Constitui o esquema de acessibilidades rodoviárias implícito no desenvolvimento socio-económico do país.

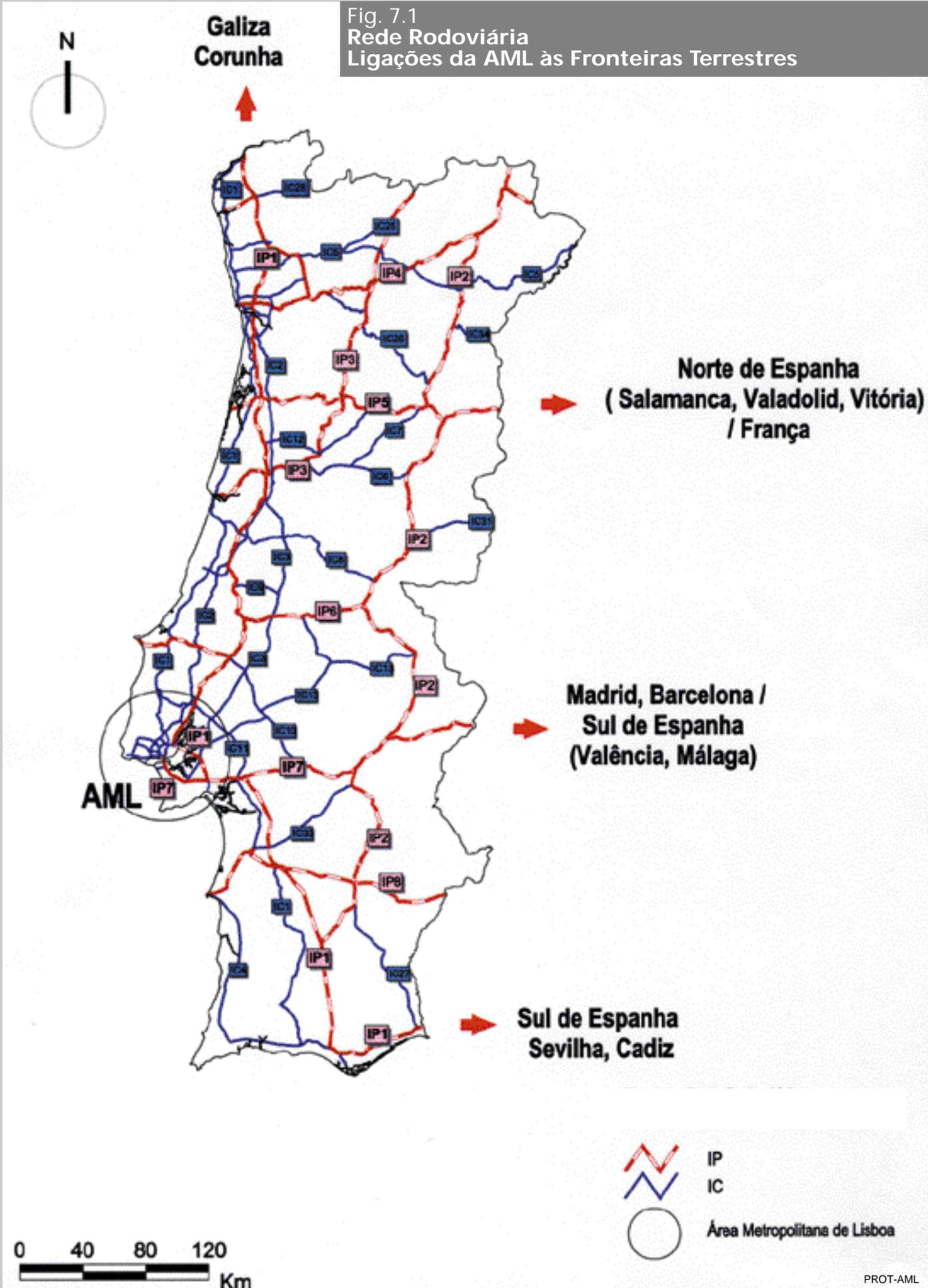
#### 7.1.4.1 Itinerários Principais

Neste contexto, em linhas gerais, a ligação da AML à rede internacional é feita a partir de três eixos fundamentais:

- IP 1, a partir da 2.<sup>a</sup> circular, em direcção a Norte;
- IP 7, a partir do eixo N-S e da Ponte 25 de Abril, em direcção a Sul (que interliga com o IP 1 a partir de Palmela).;

<sup>31</sup> Estudo da NAER

**Fig. 7.1**  
**Rede Rodoviária**  
**Ligações da AML às Fronteiras Terrestres**



- IP 1, a partir da Ponte Vasco da Gama, em direcção a Sul.

Assim, a Norte, estabelecem-se duas ligações importantes à fronteira:

- pelo prolongamento do IP 1 à Galiza;
- através do IP 5, que deriva do IP 1 em Aveiro, fazendo a ligação ao Norte de Espanha e França.

Este eixo (IP 1) coincide, aliás, com as áreas mais densamente povoadas e onde se concentra uma parcela substancial das actividades económicas e do emprego.

A Sul apresentam-se duas ligações fundamentais:

- através da Ponte Vasco da Gama é feita a ligação ao IP 7 que, por Elvas, estabelece a ligação a Madrid e através de Madrid, ao Sul de Espanha;
- através da Ponte 25 de Abril, a ligação do IP 7 ao IP 1, em direcção a Faro/Vila Real de Santo António que se prolonga até Sevilha (Sul de Espanha).

O que se demonstra através da rede supracitada é que, ao estarem concentradas todas as ligações com o Nordeste da Península Ibérica e, inclusivamente, com a travessia dos Pirinéus, a Norte, é evidente uma excessiva concentração de tráfego no IP 5, que se manifesta claramente insuficiente.

A alternativa passaria por uma ligação transversal que derivaria da AML pela A1 – IP 2 / IP 6 / e IC 31, até Madrid, (que também daria acesso aos Pirinéus), tornando-a mais atractiva relativamente à saída por Vilar Formoso.

Contrariamente à ligação ao Norte de Espanha, o acesso ao Sul continua a ser feito por Madrid já que a ligação da AML ao Algarve e por sua vez ao Sul de Espanha é, claramente, menos atractiva.

A ligação Norte/Sul, sem o atravessamento da Península de Setúbal traduz-se na urgência relativamente à Ponte do Carregado, uma vez que esta encurtará as distâncias significativamente, em particular para o tráfego rodoviário de mercadorias, aliviando alguns dos atravessamentos actuais do rio Tejo na Região de Lisboa e Vale do Tejo (ver Figura 7.1).

## 7.2 Transporte Nacional

A identificação das infra-estruturas de transportes da AML na perspectiva das acessibilidades externas de âmbito nacional, é feita ao nível das Infraestruturas rodoviárias, ferroviárias e portuárias existentes, procurando enquadrá-las em função das perspectivas de desenvolvimento das respectivas redes<sup>32</sup>.

Assim, esta identificação e caracterização será efectuada tendo em consideração a integração e articulação dessas infra-estruturas com os projectos em curso ou programados, tendo como objectivo contribuir para o diagnóstico do funcionamento das redes de transportes da AML.

### 7.2.1 Rodoviário

O tráfego rodoviário nacional, de passageiros e mercadorias, através da AML, é enquadrado pelas redes rodoviária nacional e regional de eixos fundamentais e complementar que atravessam a AML e pelas redes rodoviárias municipais de eixos

principais, secundários e locais que permitem assegurar a articulação da AML com a rede rodoviária nacional.

#### 7.2.1.1 Tráfego

A evolução dos volumes de tráfego nos IP's e IC's evidenciam um crescimento significativo da taxa de motorização da AML. Nas diferentes ligações de articulação da rede rodoviária nacional (IP 1 – troço Vila Franca/Lisboa e Ponte Vasco da Gama) com a rede rodoviária da AML (IC's e EN's), os volumes de tráfego às horas de ponta evidenciam Níveis de Serviço (F) que se traduzem em congestionamentos (casos do IP 7 – Ponte 25 de Abril; IP 1 – 2.<sup>a</sup> circular e IC 19 / IC17).

Os atravessamentos da Ponte 25 de Abril eram, em 1990, de cerca de 106 mil veículos/dia; em 1995 de cerca de 126 mil veículos/dia e em 2000 de 147 mil veículos/dia. A Ponte Vasco da Gama, em 2000 detinha um TMDA<sup>33</sup> de 48 mil veículos.

<sup>32</sup> O transporte aéreo foi referido no capítulo anterior.

<sup>33</sup> TMDA – Tráfego Médio Diário Anual [veículos/dia]

Anos / Designação da Estrada

	IP 1	IC 2/EN 10	IC 1	IC 19	IC 15	EN 6	EN 8
1990	45 200	28 150	31 150	-	57 450	35 750	13 800
1995	64 000	25 950	41 150	38 800	132 800	28 450	-
1999	-	19 700	45 750	133 150	115 700	37 100	5 950

**Quadro 3**

**Evolução do TMDA (103 veículos/dia) nos principais IP's e IC's da AML.**

Fonte: Estatísticas de tráfego, IEP e BRISA.

## 7.2.1.2 Infraestruturas

A configuração radio-concêntrica dos IP's e IC's da rede viária da AML com a rede rodoviária nacional, obrigam a ter presente os seguintes comentários sobre as ligações nacionais e metropolitanas (ver Figura 7.2):

### 7.2.1.2.1

#### Eixo Norte-Sul (IC 17 – CRIL, IC 1 e IP 1)

A articulação da AML com a rede nacional é feita através de três eixos principais:

- o IP 1, que faz a ligação ao Norte do país, servindo a zona ocidental de Lisboa através do prolongamento da 2.ª circular; assegurando também a ligação ao Sul, pela extensão do Eixo Norte-Sul e Ponte 25 de Abril e pela Ponte Vasco da Gama.
- o IC 17 – CRIL, Circular Regional Interior de Lisboa, que faz a ligação à Ponte Vasco da Gama e, consequentemente, ao Sul do país.
- o IC 1, que, através da Calçada de Carriche, faz a ligação à região Oeste.

A conclusão do Eixo Norte-Sul e correspondente articulação com a rede existente na AML Norte – CRIL, IC 1 e IP 1 – permitirá que os acessos à rede nacional sejam assegurados através da rede regional principal, constituindo este eixo uma ligação longitudinal fundamental para o tráfego regional e urbano.

No futuro, a articulação do IC 13 com o IC 3 permitirão completar a malha rodoviária regional reforçando a necessidade da construção da ponte do Carregado.

### 7.2.1.2.2

#### CREL – Ponte do Carregado

A CREL, Circular Regional Exterior de Lisboa, constitui um eixo transversal da AML-Norte que acumula funções de distribuição regional e nacional.

As ligações à rede nacional, através do IP 1 em Alverca, permitem assegurar a ligação nacional para o Norte, enquanto que através da A8, permitem a ligação à região Oeste.

A construção da Ponte do Carregado e respectiva inserção na rede rodoviária a Norte e a Sul da AML, constituirá uma componente fundamental para as ligações nacionais Norte-Sul, evitando que esse tráfego atravesse as áreas mais densamente urbanizadas da AML.

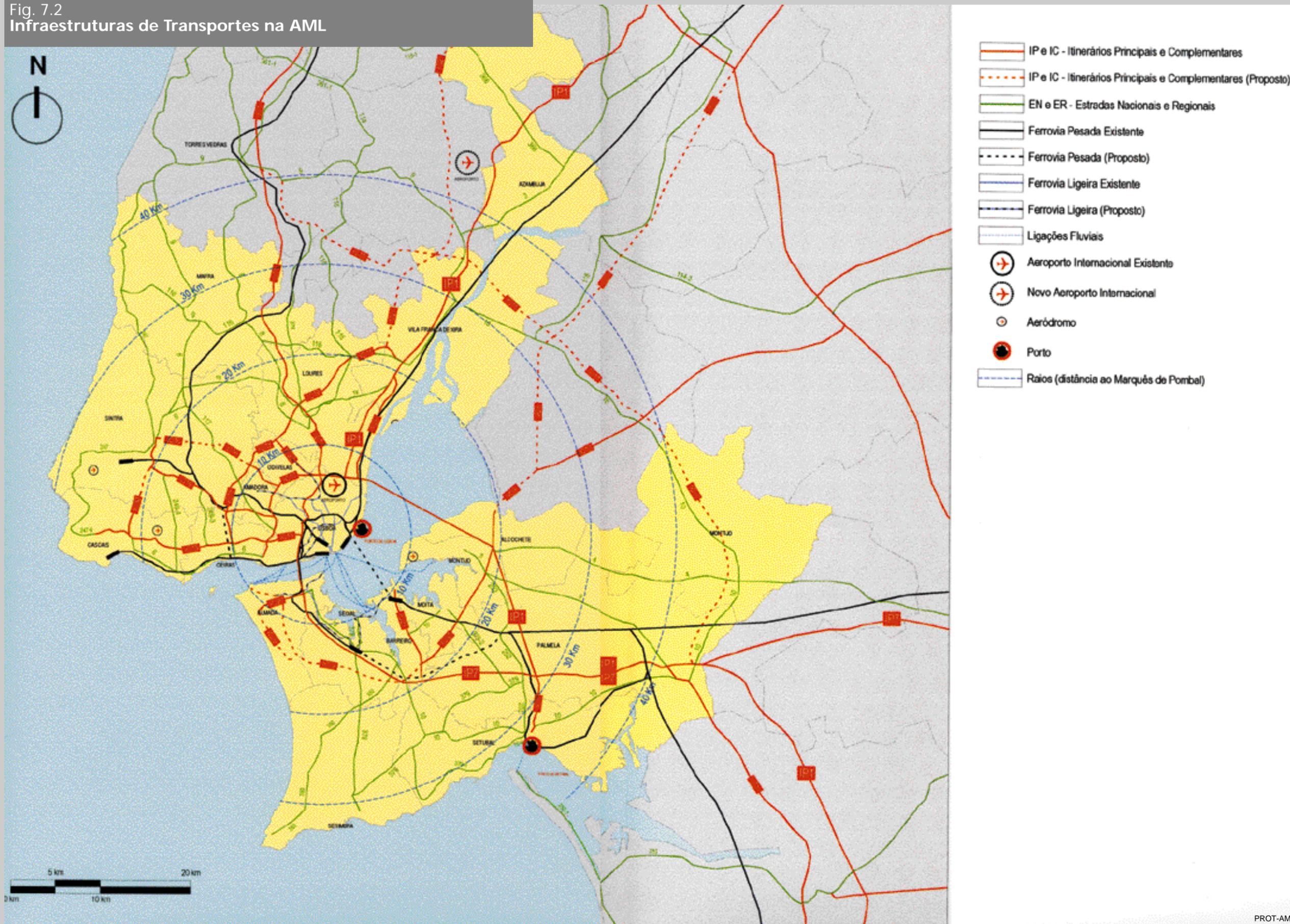
Assim, através da CREL e do IP 1, a Norte, e do IC11, a Sul, serão asseguradas as ligações nacionais com origem ou destino na AML, sem atravessamento da sua rede interna, constituindo um eixo envolvente ao centro da AML, sendo assim possível segregar os diferentes tipos de tráfego, quer o de atravessamento quer o interno à AML. O IC 2 que ligará à A 10 terá também um importante papel já que irá retirar algum tráfego de atravessamento da AML.

## 7.2.2 Ferroviário

As principais ligações ferroviárias nacionais mantêm-se pelas linhas do Norte, Sul e Oeste sendo apenas a linha do Norte de via dupla electrificada até ao Porto. A linha do Sul, mantém a via dupla electrificada até Pinhal Novo e a linha do Oeste, apesar de electrificada até ao Cacém, desenvolve-se em via única até à Figueira da Foz. Nas linhas do Sul e Oeste o material circulante é de tracção diesel.

As questões de compatibilização de exploração do tráfego de passageiros e mercadorias com as logísticas e as interfaces recomendadas no âmbito da acessibilidade entre a área central da AML e o restante país, são ainda hoje matéria de objecto do plano de reestruturação da rede ferroviária. Neste contexto, consideram-se os seguintes comentários à evolução dos tráfegos e da política de redimensionamento das infraestruturas: existe uma reduzida cota de mercado no transporte ferroviário nacional por comparação com o rodoviário,

Fig. 7.2  
Infraestruturas de Transportes na AML



que deve ser alterada, e existe a necessidade de intensificar a electrificação da rede ferroviária nacional, bem como hierarquizar a rede de modo a obter bons desempenhos na sua exploração, a que não são alheias as questões de bitola.

### 7.2.2.1 Tráfego

O tráfego nacional ferroviário de passageiros processa-se essencialmente a partir das estações de St<sup>a</sup> Apolónia (linha do Norte); Sul e Sueste (linha do Sul com ligação fluvial à estação do Barreiro) e Rossio (linha do Oeste).

O tráfego nacional ferroviário de mercadorias processa-se essencialmente pela linha do Norte a partir da formação de comboios em Alcântara (via linha de Cintura) e do Poço do Bispo (via linha da Matinha). No caso particular das ligações ferroviárias ao porto marítimo de Alcântara, todo este tráfego exigiu uma melhoria das acessibilidades ferroviárias cujos empreendimentos futuros devem minimizar impactes ambientais urbanos.

### 7.2.2.2 Infraestruturas

A rede ferroviária da AML permite assegurar as ligações nacionais às províncias e cidades mais importantes do Norte do país (Coimbra, Aveiro e Área Metropolitana do Porto) através da Linha do Norte; a Sul através da Linha do Sul com ligação fluvial da estação Sul e Sueste – T.º Paço ao Barreiro, servindo as províncias do Alentejo e do Algarve e, por último, a Oeste, por toda a Estremadura e parte da Beira Litoral até à Figueira da Foz, através da Linha do Oeste. As ligações ferroviárias às províncias da Beira Interior, são realizadas a partir da Linha da Beira com rebatimento à Linha do Norte.

A travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril assume, por enquanto, características suburbanas (Entre Campos – Fogueteiro), não existindo qualquer tipo de continuidade a nível nacional, dado que não se encontra concluída a ligação Coia-Pinhal Novo. Verifica-se assim a ausência de ligações ferroviárias nacionais entre a AML Norte e o Sul do país e vice-versa .

Se em termos de diagnóstico estas constituem as principais referências de enquadramento, considera-se importante equacionar e avaliar os impactes das decisões recentes no domínio da rede ferroviária nacional, tais como a nova travessia ferroviária

Chelas – Barreiro, as novas ligações em bitola standard e o projecto de Alta Velocidade entre Lisboa – Porto – Madrid<sup>34</sup>, e a localização da futura Estação Central de Lisboa.

#### 7.2.2.2.1 Linha do Norte

No âmbito do plano de remodelação da linha do Norte para os comboios de média velocidade (pendulares), foram realizadas as intervenções recentes na Linha da Azambuja através da sua quadruplicação até Alverca que permitirão rentabilizar a utilização desta infra-estrutura ferroviária de modo a segregar os tráfegos – suburbano, regional e nacional, melhorando assim significativamente as condições de exploração do serviço suburbano e regional (até Santarém).

#### 7.2.2.2.2 Linha do Sul

No âmbito do plano de remodelação da linha do Sul, está a ser electrificada a linha até Setúbal que permitirá, no futuro, o aproveitamento de troços da linha do Sul para a linha do Sado<sup>35</sup>.

#### 7.2.2.2.3 Linha do Oeste

A linha do Oeste, a partir do Cacém é de via única e não electrificada. A actual exploração deve ser reformulada, considerando-se que a cidade de Torres Vedras, estando a 40km de Lisboa, poderá ser servida por esta linha com melhores níveis de serviço, o que exige a sua electrificação.

#### 7.2.2.2.4 Nova Travessia Ferroviária do Tejo em Lisboa

A decisão de construção de uma nova travessia do Tejo em Lisboa que, numa primeira fase, se destina a assegurar unicamente as ligações ferroviárias, deverá ser avaliada face aos seus impactos no funcionamento do sistema de transportes da AML.

Tal avaliação deverá ter em consideração não só as suas consequências quanto ao potenciar das infra-estruturas existentes, mas também, equacionar qual a prioridade a atribuir à sua utilização pelos diferentes tipos de tráfego ferroviário, no quadro das redes ferroviárias internacional, nacional e regional/suburbano.

Para se proceder a uma correcta avaliação desses impactos há primeiro que responder às seguintes questões:

<sup>34</sup> Ver capítulo I.1.3 "Ferroviário"

<sup>35</sup> O serviço concessionado do transporte ferroviário suburbano de passageiros no eixo ferroviário norte-sul, entre as estações Roma-Areeiro / Fogueteiro estender-se-á ao troço ferroviário entre o Fogueteiro e Praias do Sado (via Setúbal).

- Qual o peso relativo de cada tipo de tráfego potencial: internacional, nacional, regional e suburbano?
- Qual o papel que a nova travessia deve assumir na complementaridade entre o transporte aéreo e o transporte ferroviário de alta velocidade?
- Face à próxima construção (2002) do troço de linha entre Coima e o Pinhal Novo e sua articulação com a rede ferroviária a sul da AML – o que permitirá utilizar a actual travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril para o tráfego de passageiros nacional – qual o papel a atribuir à nova travessia e qual a sua complementaridade com a actual?
- Qual o seu potencial de tráfego de mercadorias, tendo em conta o atravessamento no Setil e os projectos previstos para as ligações a Sines?
- Qual a sua articulação e implicações quanto à localização da nova estação central de Lisboa?

Considera-se que estas questões deverão ser devidamente equacionadas e avaliados os respectivos impactos em termos do funcionamento do sistema de transportes da AML, sendo certo que as opções a tomar terão mais a ver com uma estratégia nacional/internacional do que com os tráfegos metropolitanos.

### 7.2.3 Marítimo

A necessidade de definir uma especialização e articulação funcional para as principais plataformas portuárias da AML, através da localização diferenciada das infraestruturas portuárias numa perspectiva de complementaridade entre os portos de Lisboa e Setúbal, deverá conduzir ao desenvolvimento do conceito de uma **entidade portuária** que assegure uma gestão integrada para todas as infraestruturas portuárias existentes nos dois estuários da AML.

Neste sentido, deverá ser avaliada a capacidade de desempenho nos mercados específicos de cada porto o que, entre outros aspectos, deverá conduzir à redefinição de atribuição de financiamentos tendo em vista o reforço das suas complementaridades, aumento da sua eficiência específica e evitando duplicações desnecessárias e ineficazes. Torna-se ainda importante destacar as características e vocações dos portos de Lisboa e de Setúbal como **portos comerciais**, tendo ainda em conta os investimentos em curso no porto de Sines e o papel que este poderia desempenhar tanto ao nível nacional – enquanto principal porto energético do país – como internacional – grande infraestrutura portuária para o *transshipment* de contentores cuja rentabilização passa também pelo alargamento do seu *hinterland* na Península Ibérica .

Mais especificamente, é possível destacar, para estes dois portos, três pontos importantes ao nível nacional:

o **abastecimento de produtos energéticos**, a **movimentação de granéis alimentares sólidos** e as **redes de comercialização e distribuição da indústria automóvel e dos tráfegos ro-ro**. Neste contexto, para além da natureza do tráfego movimentado é abordada também a questão do serviço de cabotagem.

### 7.2.3.1 Tráfego de Mercadorias

#### 7.2.3.1.1 Produtos energéticos

##### 1 Carvão

O **porto de Lisboa** importa directamente o carvão destinado à cimenteira da CIMPOR. Contudo, com o desenvolvimento do projecto relativo ao porto de Sines prevê-se que esta situação venha a ser alterada, passando este porto a funcionar como o principal abastecedor deste produto. Por outro lado, as cimenteiras locais importam directamente o carvão pelo **porto de Setúbal**.

##### 2 Petrolíferos

Com o fecho da refinaria de Cabo-Ruívo, a movimentação de combustíveis líquidos reduziu-se drasticamente no **porto de Lisboa**, deixando este de importar ramas e "fuel-oil". No entanto os parques de armazenagem mantiveram-se a funcionar e todo o consumo de combustíveis líquidos e de LPG da região continuou a passar pelo porto, por importação directa ou através de Sines. Com a entrada em funcionamento do novo oleoduto da refinaria de Sines, o movimento de produtos refinados e de LPG vai voltar a diminuir, podendo mesmo restringir-se a reservas estratégicas.

Por outro lado, a central térmica de **Setúbal** é abastecida directamente a partir do seu terminal portuário, com "fuel-oil" importado, por via marítima, através de Sines.

#### 7.2.3.1.2 Granéis alimentares sólidos

O **porto de Lisboa** dispõe de 3 silos portuários com equipamento de descarga automatizado e capacidades de armazenagem significativa de granéis sólidos: Beato (120 000 t), Palença (100 000 t) e Trafaria (200 000 t). O **porto de Setúbal**, não dispõe de silos, apesar das suas instalações especializadas, terem vindo a conquistar quotas na movimentação destes granéis.

#### 7.2.3.1.3 Indústria automóvel

Como já foi anteriormente referido, o **porto de Setúbal** é o mais utilizado na movimentação deste tipo de cargas. Assim, na utilização do porto de Setúbal pela Auto Europa foi privilegiada a combinação caminho-de-ferro /

/via marítima, em que o porto assume a função reguladora entre a produção e a distribuição, através do estacionamento e transferência para o navio. A produção é transferida por composições à porta da fábrica e encaminhada para o terminal portuário. Ambas as infraestruturas estão atribuídas em exclusivo à Auto Europa. Já o **Porto de Lisboa**, apesar de também movimentar veículos e componentes em ro-ro, fá-lo a uma escala bastante menor.

### 7.2.3.2 Infraestruturas Portuárias nos Portos de Lisboa e Setúbal

No **porto de Lisboa** as instalações estão distribuídas pelas duas margens do Tejo, em boas condições naturais de acesso marítimo e de abrigo. Na margem norte, o sector comercial está centrado na movimentação de carga contentorizada com diferentes terminais especializados: Alcântara (dois postos de acostagem, servindo o tráfego de médio/longo curso), St.<sup>a</sup> Apolónia (servindo o tráfego de curta distância) e Santos (que serve o tráfego com as Regiões Autónomas).

Como anteriormente referido destaca-se também a movimentação de granéis sólidos e de carga geral.

O sector turístico-marítimo dispõe de instalações modernas e bem dimensionadas com três terminais de passageiros: Rocha do Conde de Óbidos, Alcântara e St.<sup>a</sup> Apolónia. Este tráfego tem vindo a crescer substancialmente nos últimos anos, sendo actualmente Lisboa o primeiro porto de cruzeiros da Europa do Sul.

Encontram-se ainda na margem Norte, as instalações do porto de pesca e demais infraestruturas e instalações terrestres de apoio à pesca.

As instalações de apoio ao tráfego fluvial de passageiros, marítimas e terrestres, permitem estabelecer as ligações regulares entre as duas margens como modo alternativo ao rodoviário.

Como principais limitações na margem norte apontam-se, em alguns casos, a reduzida largura dos terraplenos e as restrições impostas pelas actuais condições de circulação na frente urbano-portuária.

Na margem sul, além dos terminais especializados para movimentação de granéis sólidos e líquidos – com destaque para instalações especializadas e silos do terminal da Silopor, na Trafaria – há ainda a considerar o sector de apoio à indústria siderúrgica, que perdeu entretanto importância com o encerramento da Siderurgia Nacional em Paio Pires.

Tendo em conta a extrema variedade na movimentação de cargas, a sensibilidade ecológica da área e

a densidade populacional e industrial nas imediações das infraestruturas portuárias, o porto de Lisboa desenvolveu a componente de segurança e ambiente que é apresentada em anexo.

O **porto de Setúbal** é um porto natural no Estuário do Sado, com acesso fácil para navios de médio porte e que pode ser melhorado e aprofundado para servir navios de maior calado, dispondo de boas ligações rodo-ferroviárias e de vastas áreas para a expansão da sua actividade comercial.

A área portuária desenvolve-se na margem Norte do Sado, incluindo diversas instalações industriais com terminais próprios para movimentação de granéis sólidos, um terminal de contentores com apenas um posto de acostagem, dois terminais ro-ro, um terminal de carga geral convencional e tubagens de transporte de fuel-oil para a central térmica.

Mais a montante situa-se o estaleiro naval da Solisnor e o cais da Eurominas.

Existem ainda instalações de apoio ao recreio náutico e um porto de pesca, assim como um terminal de ferries de ligação de Setúbal à Península de Tróia.

A disponibilidade de áreas para expansão e as boas acessibilidades rodo e ferroviárias às zonas de actividade portuária, constituem pontos fortes do porto de Setúbal.

### 7.2.3.3 Cabotagem

Tendo em consideração as características funcionais e operacionais dos portos de **Lisboa** e **Setúbal**, é possível identificar para cada um desses portos os principais tipos de **tráfego nacional**:

- AML Norte / Lisboa – tráfego para as ilhas e outros portos nacionais, localizados em Alcântara (contentores) / Santos / Poço do Bispo, movimentando sobretudo granéis sólidos (incluindo alimentares), granéis líquidos e contentores;
- AML Sul / Setúbal – granéis sólidos e líquidos, carga Ro-Ro e carga geral convencional (contentores).

O **tráfego marítimo de cabotagem** – aquele que interessa considerar ao nível dos **fluxos nacionais** – é pouco expressivo no país. A excepção do tráfego com as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, o transporte nacional por via marítima circunscreve-se a alguns produtos e ligações bem determinadas, de que se destacam os produtos petrolíferos em Leixões e Faro.

## 7.3 Transporte Regional e Metropolitano

O crescimento urbano e dos espaços urbanizáveis fora do concelho de Lisboa, provocado pela expansão do parque habitacional e pela realocação de equipamentos e de emprego nessas áreas, conjugado com a perda de 1/3 da população de Lisboa nos últimos 20 anos, tem servido de justificação a contínuos investimentos em infraestruturas e equipamentos de transporte na Área Metropolitana de Lisboa, na tentativa de responder às crescentes solicitações da procura de transporte em direcção ao centro da Área Metropolitana.

O crescimento da rede rodoviária na Área Metropolitana de Lisboa em Itinerários Complementares (IC) e Itinerários Principais (IP); o aumento de capacidade das linhas ferroviárias de Sintra e de Cascais; a recente ligação em comboio pela Ponte 25 de Abril; a expansão da rede do Metropolitano; o aumento da frota da Transtejo; e a privatização das redes suburbanas de transporte colectivo rodoviário; são exemplos da política de oferta de transportes seguida pelo governo, a qual teve por sua vez uma apreciável incidência na mobilidade urbana e suburbana.

A síntese seguinte pretende evidenciar os aspectos principais da geografia da cidade e da sua envolvente mais próxima, onde a análise da densidade de actividade humana [(pop. + p.t.)/ha]<sup>36</sup> e dos padrões de mobilidade da população metropolitana assumem um papel essencial na avaliação da capacidade de resposta das redes de transporte colectivo (TC).

Resume-se ainda a dinâmica demográfica das principais zonas dentro de Lisboa e dos concelhos da sua envolvente imediata, para em seguida se evidenciarem os aspectos principais do padrão actual da mobilidade e avaliar a política de acessibilidades que podem ser apoiadas através de novas propostas que incluam nomeadamente, uma maior utilização de redes de capacidade intermédia de Transporte Colectivo em Sítio Próprio (TCSP), do tipo metropolitano ligeiro ou eléctrico moderno, na Área Metropolitana de Lisboa.

### 7.3.1 Aspectos Geográficos com Importância para o Sistema de Transportes

O forte crescimento da população activa nos concelhos periféricos em detrimento de Lisboa, acompanhado do aumento do nível económico dos agregados familiares, assim como o crescimento do efectivo de fogos/alojamentos, tem tido consequências facilmente perceptíveis nos padrões de deslocação existentes actualmente na AML. Há um recurso significativo ao transporte individual no espaço periurbano e uma clara tendência para a diminuição na utilização do transporte colectivo, sobretudo nas deslocações para a cidade e dentro dela.

Por outro lado, as fracas densidades populacionais que se verificam em certos corredores<sup>37</sup> podem ser consideradas uma consequência da falta de capacidade de resposta das redes de transporte colectivo de passageiros e o resultado de uma política que tem privilegiado a oferta de infra-estruturas rodoviárias com alguma desarticulação entre transporte colectivo e transporte individual.

#### 7.3.1.1 Sistema Urbano Central Cidade de Lisboa

A cidade de Lisboa tem as suas actividades consolidadas na sua coroa central<sup>38</sup> e é com a noção de que se têm registado alterações profundas nas coroas de transição e periférica ao nível de ocupação, usos do solo e demografia que se efectua a seguinte caracterização sumária, na medida em que tudo isto se reflecte ao nível da mobilidade entre a periferia e o centro da cidade<sup>39</sup>:

<sup>36</sup> A densidade de actividade humana refere-se ao somatório da população residente e da população empregada, por hectare.

<sup>37</sup> A densidade média de 812 habitantes por quilómetro quadrado resulta da dimensão da AML, onde existem grandes espaços rurais por urbanizar: essa média esconde grandes disparidades; há zonas que atingem mais de 100 000 habitantes por quilómetro quadrado. Podem reconhecer-se as grandes aglomerações, bem como o padrão de expansão metropolitana de Lisboa: ao longo dos eixos ferroviários de Cascais, Sintra e a Linha do Norte; e para a outra margem, através do rio (Área Metropolitana de Lisboa em Números, INE e AML, 2000).

<sup>38</sup> A noção de coroa central, coroa de transição e coroa periférica, do concelho de Lisboa está patente no "Plano Director Municipal de Lisboa", 1991 – vol. III (Sector de Transportes) e foram assumidas pelo "Plano Estratégico de Lisboa", 1992.

<sup>39</sup> Nesta caracterização foi considerado, como fazendo parte do Sistema Urbano Central, não só o concelho de Lisboa, como também algumas das freguesias dos concelhos limítrofes a Lisboa, como é o caso das freguesias dos concelhos da Amadora, Oeiras e Loures que confrontam com Lisboa.

• **Na zona Oriental de Lisboa**, a reconversão urbanística da zona da EXPO, implicou uma reconversão e um incremento das acessibilidades rodoviárias e ferroviárias (comboio e metro) que, juntamente com os acessos à Ponte Vasco da Gama, tornam esta zona da cidade expectante em relação à utilização do transporte colectivo, em particular nalgumas das freguesias dos concelhos de Lisboa e de Loures, como é o caso de Marvila (Chelas), Santa Maria dos Olivais, Prior Velho, Moscavide, Portela e Sacavém. É importante referir que na zona oriental, esta nova realidade urbana, está situada na confluência de todos os grandes eixos rodoviários, beneficiando de infra-estruturas como a CRIL, a variante à EN 10, a Ponte Vasco da Gama, a estação do Oriente e o novo terminal fluvial do Parque das Nações. A estação do Oriente é o fulcro de toda a rede de transportes públicos que serve a zona oriental da cidade, articulando o metro, o comboio, autocarros – urbanos, suburbanos e expresso – e táxis. Esta melhoria das acessibilidades tem conduzido ao aumento da pressão urbanística em toda a zona envolvente à EXPO, assim como a uma valorização do imobiliário nas zonas já consolidadas.

• **Na zona Norte** é na freguesia do Lumiar, localizada na coroa periférica, que se regista um aumento mais significativo da população entre 1981 e 1991 (+19,4%), e que se prevê que continue a aumentar pela proliferação das novas urbanizações no Alto do Lumiar e na Ameixoeira e pela reconversão urbanística associada ao projecto do novo Estádio José Alvalade. Na freguesia de Carnide, a expansão de Telheiras está a consolidar-se no topo Sul e Poente deste bairro, mais concretamente, entre a 2.ª Circular e a Avenida Francisco Gentil. Destaca-se, ainda na envolvente da 2.ª circular (na coroa de transição entre o eixo Norte-Sul e a Estrada da Luz), a construção das Torres de Lisboa e a respectiva consolidação nas zonas adjacentes, bem como o C. C. Colombo, entre o Calhariz de Benfica e Carnide. Entre os eixos da Av. do Brasil, a Av. dos EUA, Alameda da Universidade e Av. das Forças Armadas, assiste-se à consolidação da zona envolvente à Universidade Católica e ao Hospital de Santa Maria.

• **Na zona Ocidental**, a coroa periférica é cortada pelo Parque de Monsanto nos limites com os

concelhos da Amadora e de Oeiras. Importa aqui registar o desenvolvimento do pólo universitário da Ajuda, a Universidade Lusíada e a Universidade Moderna na freguesia de Santa Maria de Belém. Já no concelho de Oeiras ocorreu um incremento significativo de emprego terciário em freguesias como Miraflores e Carnaxide, assim como o desenvolvimento do pólo de ensino, investigação e desenvolvimento formado pelo *Taguspark*, nas freguesias de Porto Salvo e Barcarena e ainda a Universidade Atlântica também localizada em Barcarena. Quanto ao concelho de Sintra é também importante, neste contexto, fazer referência ao novo Campus da Universidade Católica em Aqualva-Cacém. No concelho da Amadora registam-se crescimentos ao nível de população residente em Alfragide, Buraca, Damaia, Falagueira e Venda Nova, em resultado da consolidação urbanística destas freguesias.

Assim, é indispensável concluir que, enquanto que na cidade de Lisboa está neste momento a ocorrer um fenómeno de consolidação de zonas urbanas, nas coroas de transição, em particular junto dos grandes equipamentos colectivos e das zonas de terciário; na periferia mais próxima e, em particular no concelho de Oeiras, este fenómeno é inverso, na medida em que a consolidação das zonas intersticiais é feita sobretudo ao nível da criação de terciário e de grandes equipamentos colectivos e comerciais.

### 7.3.1.1 População Residente

Entre as zonas Oriental e Norte do concelho de Lisboa, localizam-se algumas das freguesias com maior população residente com um total superior a 30 000 habitantes, como são os casos de Santa Maria dos Olivais, Marvila, Lumiar, Benfica e S. Domingos de Benfica. No concelho de Loures<sup>40</sup>, os aumentos populacionais ocorreram sobretudo nas freguesias que já apresentaram uma população superior a 30 000 habitantes, nomeadamente, Sacavém, Loures e Odivelas, assim como nas freguesias acima dos 10 000 habitantes tais como S. João da Talha, Camarate e Póvoa de Santo Adrião (Gráficos 3 e 4)<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> Em Agosto de 1989, a constituição das freguesias do concelho de Loures foi alterada, na medida em que surgiram 8 novas freguesias. Para a comparação censitária da população, somaram-se os valores obtidos em 1991 e determinaram-se assim as variações correspondentes. Em Novembro de 1998 surge o Município de Odivelas constituído pelas freguesias de Caneças, Ramada, Póvoa de St.º Adrião, Odivelas, Famões, Pontinha e Olival Basto.

<sup>41</sup> Grupos de Freguesias: **grupo 1** – Lapa, Santas-o-Velho; **grupo 2** – Mercês, St.ª Catarina, São Paulo, Encarnação; **grupo 3** – Sacramento, Mártires, S. Nicolau, St.ª Justa, Madalena; **grupo 4** – S. Cristovão e S. Lourenço, Socorro, Castelo, Santiago, S. Miguel, Sé, St.º Estevão, S. Vicente de Fora, Graça, St.ª Engrácia; **grupo 5** – St.º Condestável, Prazeres; **grupo 6** – St.ª Isabel, S. Mamede, Coração de Jesus, S. José; **grupo 7** – Pena, Anjos, Penha de França; **grupo 8** – Beato, Alto de S. João, Alto do Pina; **grupo 9** – Alvalade, S. João de Deus; **grupo 10** – Ameixoeira, Charneca.

Concelho de Lisboa

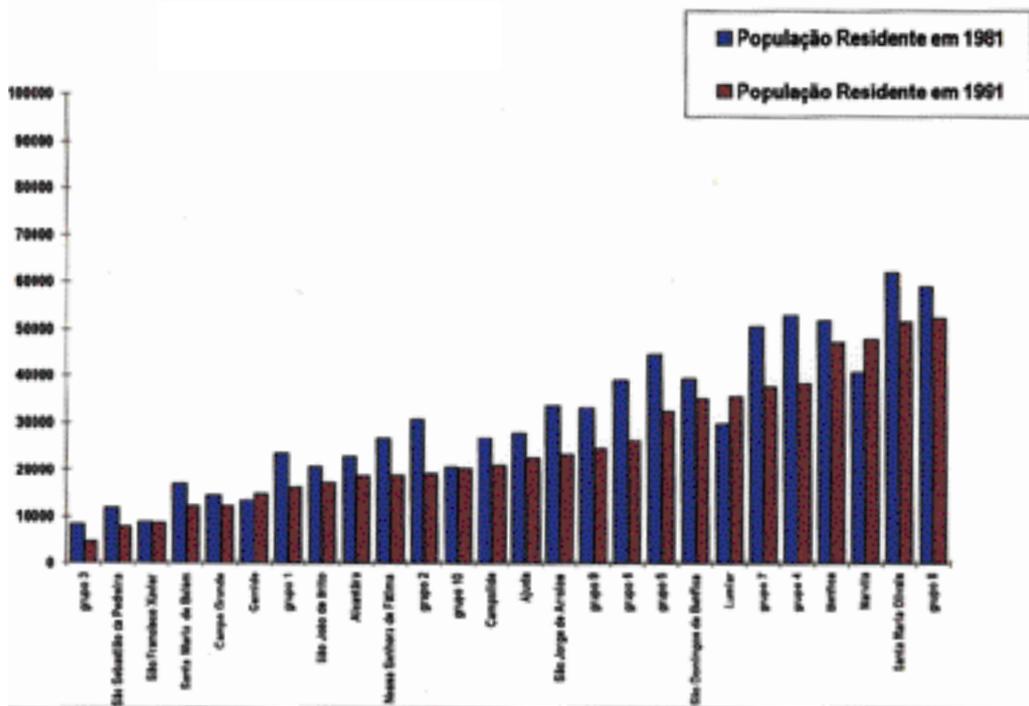


Gráfico 3  
População residente em 1981 e 1991 no concelho de Lisboa, por freguesia e grupos de freguesias

Concelhos Limítrofes

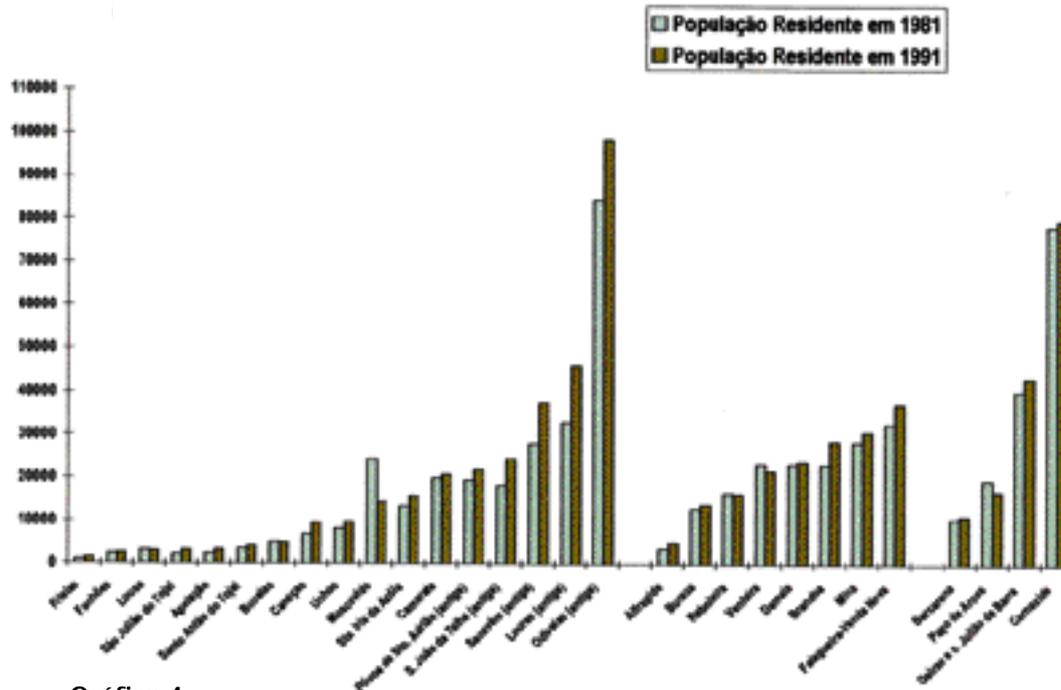


Gráfico 4  
População residente em 1981 e 1991 nos concelhos limítrofes a Lisboa (Oeiras, Loures e Amadora), por freguesia

Do mesmo modo é também importante registar que a população existente no corredor de Carnaxide, que faz a transição entre o concelho de Lisboa e de Oeiras (incluindo Algés, Linda-a-Velha e Miraflores), ultrapassa actualmente os 100 000 habitantes, enquanto que a população existente no corredor da Damaia, concelho da Amadora (freguesias de Alfragide, Buraca, Damaia, Falagueira e Venda Nova) soma cerca de 80 000 habitantes (Gráfico 4).

A análise da população residente, não só no que respeita ao número de habitantes, mas sobretudo ao nível da distribuição por escalões etários é bastante relevante, pois traduz-se num determinado tipo de repartição modal. No caso do transporte colectivo é importante ter a noção do segmento da população que continua a ser cliente habitual deste modo de transporte e que, pela sua idade, deve ser dada especial atenção, como são os casos da população jovem (< 24 anos) e a mais idosa (> 65 anos).

No concelho de Lisboa, o escalão etário jovem (até aos 24 anos) variou entre os censos de 1981 e 1991, no sentido de uma diminuição relativa; em 1991 esta população era cerca de 14% em relação à população residente total<sup>42</sup> Na envolvente imediata de Lisboa, é a freguesia de Frielas que

detém uma percentagem mais elevada de residentes nesta faixa etária – 27%. No concelho da Amadora, destaca-se a freguesia da Buraca com cerca de 25% e, por fim, no concelho de Oeiras quase todas as freguesias apresentam, de um modo geral, população jovem – cerca de 20%.

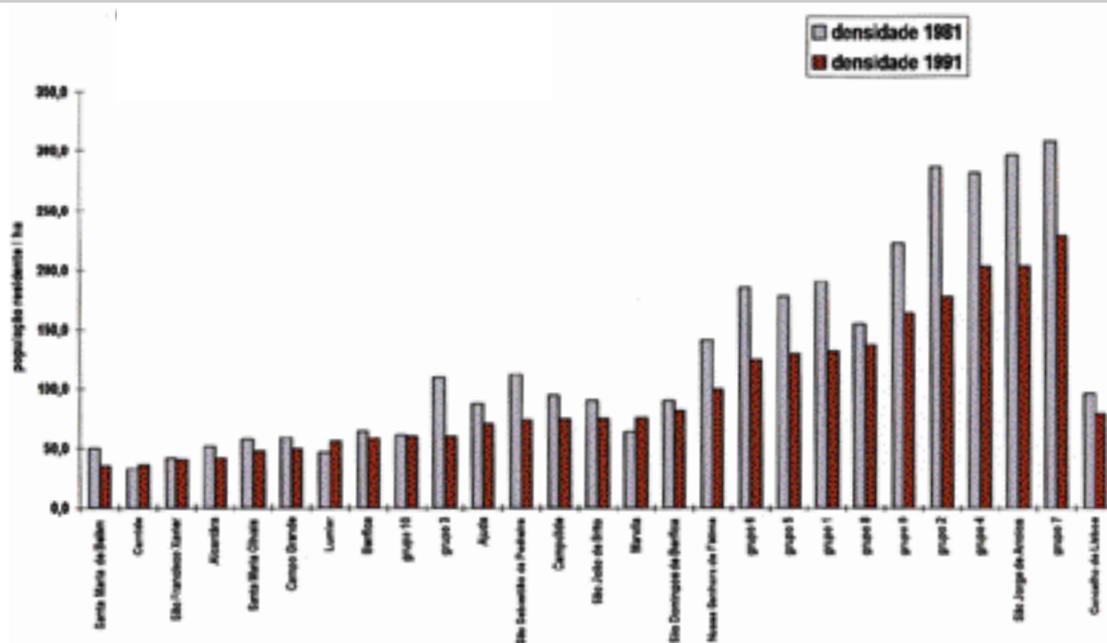
Para o escalão etário com mais de 65 anos, a variação relativa em Lisboa teve um acréscimo geral significativo de cerca de 4,5%, enquanto que nos restantes concelhos limítrofes os valores variam entre os 1,4% (Loures) e os 3,3% (Oeiras).

### 7.3.1.1.2 Densidades populacionais

As densidades populacionais mais elevadas continuam a verificar-se na coroa central da cidade de Lisboa, como por exemplo, na freguesia de São Jorge de Arroios (> 200 hab/ha). Na coroa de transição, ainda dentro do concelho de Lisboa, estes valores são menores, como por exemplo na freguesia de S. Sebastião da Pedreira – na ordem dos 75 hab/ha – tal como na coroa periférica, diminuindo para uma ordem de grandeza dos 50 hab/ha ( freguesias de Carnide; Santa Maria dos Olivais, Benfica, Lumiar, etc.) – ver Gráfico 5.

<sup>42</sup> A população residente no concelho de Lisboa é em 1991 de 663 000 habitantes (-114 500 habitantes do que em 1981)

## Concelho de Lisboa

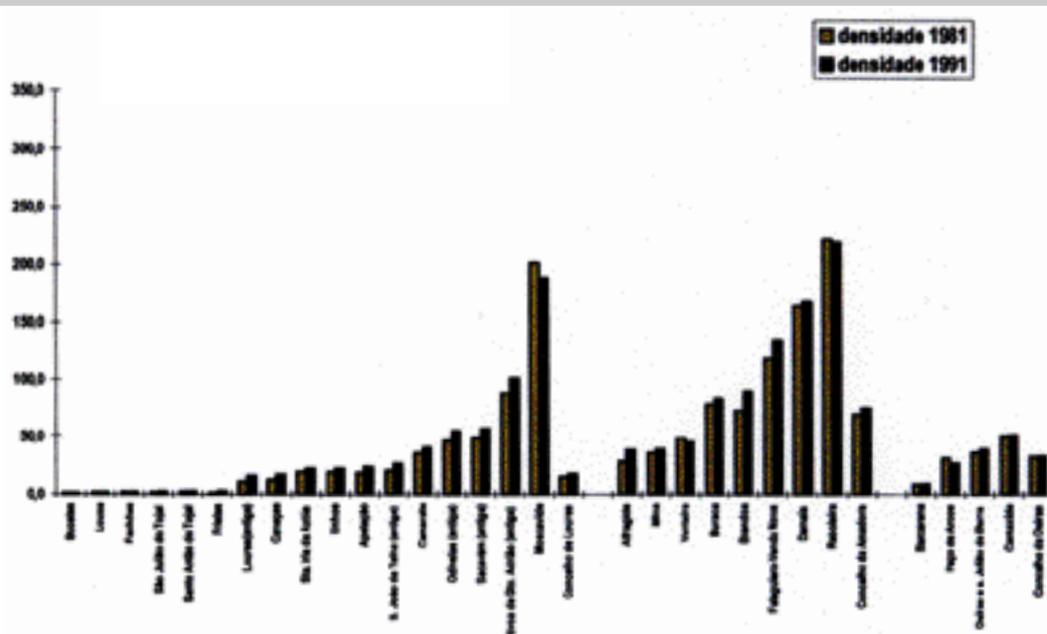


**Gráfico 5**  
Densidade populacional em 1981 e 1991 nas freguesias e grupos de freguesias do concelho de Lisboa

Nos concelhos limítrofes, em termos globais, a densidade mais elevada verifica-se no concelho da Amadora (75 hab/ha), seguida dos concelhos de Oeiras (33 hab/ha) e de Loures (17 hab/ha). É evidente que, no caso desta análise ser feita ao nível da freguesia, verificam-se variações muito significativas nos valores das densidades dentro do mesmo concelho. Por exemplo, no concelho

de Loures a densidade populacional cresceu em todas as freguesias, com excepção na freguesia de Moscavide (onde, em 1991 seria a freguesia mais densa – 188 hab/ha), enquanto que nos restantes concelhos regista-se, de um modo geral, um decréscimo das densidades, com excepção da Reboleira (concelho da Amadora) e Paço de Arcos (concelho de Oeiras) – ver Gráfico 6.

### Concelhos Limítrofes



**Gráfico 6**  
Densidade populacional em 1981 e 1991 nas freguesias dos concelhos limítrofes (Loures, Amadora e Oeiras)

#### 7.3.1.1.3 População Activa e Taxa de Actividade

A confirmar o êxodo que se tem verificado na última década relativamente à população de Lisboa (concelho), regista-se um decréscimo da população activa em cerca de -19% (-67 500 activos). Nos concelhos limítrofes acontece o inverso, ou seja, há de um modo geral, um aumento, com excepção de algumas freguesias como Moscavide (Loures) e Paço de Arcos (Oeiras). É sobretudo nas freguesias

de Carnaxide e de Odivelas que a população activa residente tem maior expressão, totalizando, respectivamente 36 000 e 48 000 hab. É também de evidenciar o facto de Santa Maria dos Olivais ser a freguesia de Lisboa com mais população activa residente, enquanto que no concelho da Amadora são as freguesias da Falagueira-Venda Nova, Damaia e Brandoa que apresentam um número de activos acima dos 10 000 (Gráficos 7 e 8).

### Concelhos de Lisboa

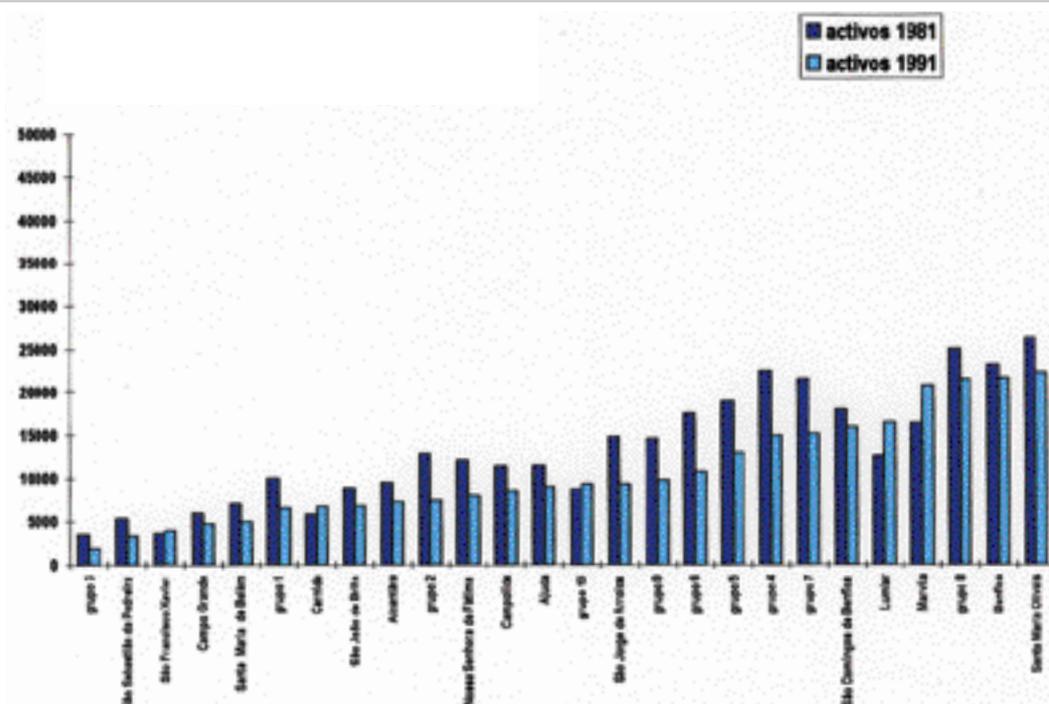


Gráfico 7  
População activa em 1981 e 1991 no concelho de Lisboa, por freguesia e grupos de freguesias

### Concelhos Limitrofes

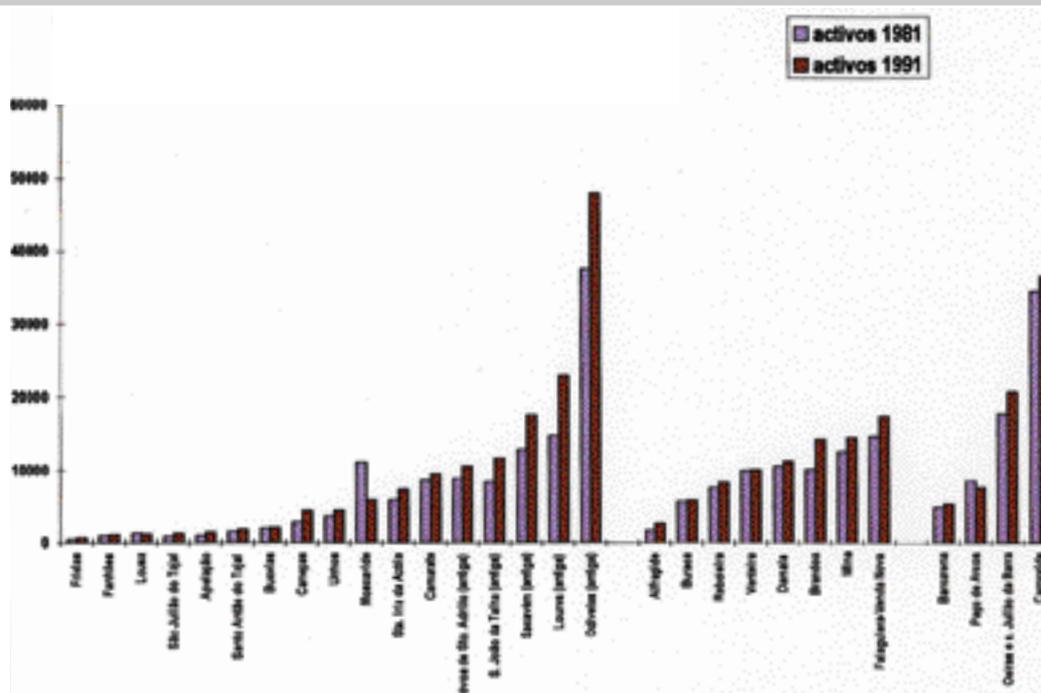


Gráfico 8  
População activa em 1981 e 1991 nos concelhos limítrofes a Lisboa (Oeiras, Loures e Amadora), por freguesia

Para uma melhor avaliação da geração/atração de tráfego entre concelhos, pode verificar-se que a taxa de actividade<sup>43</sup> é de 42%, em Lisboa, e de 47%, nos concelhos limítrofes, ou seja, são bastante equilibradas. No entanto, verifica-se que de 1981 para 1991, apenas nalgumas freguesias de Lisboa, como Campo Grande, Carnide, Marvila e Benfica, esta taxa aumentou, enquanto que nos concelhos limítrofes esse acréscimo foi generalizado, com excepção das freguesias de Frielas, Lousa, S. Julião do Tojal e Moscavide ( no concelho de Loures) e Buraca (no concelho da Amadora).

Depois desta análise é importante concluir que relativamente à utilização dos diferentes modos de transporte, para densidades de população e emprego entre os 80 e os 160 (pop+p.t.)/ha, as redes de transportes de capacidade intermédia são mais apropriadas (ver Figura 7.3).

### 7.3.1.2 Sistema Periurbano Concelhos Envoltentes

A falta de definição de um " *perímetro de transportes urbano*" tem conduzido à ausência da definição de uma estratégia para a oferta de transportes na área periurbana. A oferta actual é realizada por serviços de transporte em comboio e em autocarros suburbanos, com recurso a algumas carreiras de serviço urbano, embora sofrendo as condicionantes de congestionamento da circulação nos corredores de entrada na cidade de Lisboa e da insuficiência da estrutura actual da rede viária na coroa periférica da cidade. Nalgumas destas carreiras urbanas, que servem freguesias de outros concelhos, o sistema tarifário é, inclusive, o mesmo de Lisboa, como é o caso da freguesia de Moscavide, no concelho de Loures.

A maior parte destas localidades, já com vida própria, configuram, pelas características de ocupação e uso do solo, necessidades de oferta de serviço público urbano, como por exemplo, intervalos mais pequenos e maior acessibilidade à habitação, ao emprego e às escolas.

Algumas destas localidades são grandes aglomerados populacionais e constituem um contínuo entre a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes, como são os casos de Moscavide/Portela/Prior Velho e Algés / / Miraflores / Linda a Velha e/ou Alfragide / / Buraca / Damaia.

Para a cidade e a sua envolvente, há assim a necessidade de estabelecer um *plano de mobilidade* visando uma maior economia das deslocações, já que a continuidade urbana é uma realidade presente. Apresentam-se, de seguida, as principais características demográficas e de mobilidade para cada uma destas zonas, integradas na dinâmica de cada corredor de acesso a Lisboa, tendo como objectivo comprovar a necessidade de reestruturar a oferta actual de TC nestas zonas de charneira cidade/suburbano.

#### 7.3.1.2.1 Demografia

Uma breve análise à evolução da população, através da taxa média de crescimento anual da população, de 1981 para 1991, aponta para valores de 2% para o concelho de Loures, 1% para a Amadora e 0,1% em Oeiras. Tais percentagens confirmam a realocação da população que, naturalmente, tem decrescido em Lisboa (-2%). Esta evolução cria uma maior intensidade nas deslocações pendulares para a capital, que continua ainda a ser o maior pólo de emprego, traduzindo-se esta dependência numa maior necessidade de articulação dos modos pesados com modos ligeiros (eléctricos e autocarros) de transporte colectivo.

#### Sector I – Vila Franca de Xira<sup>44</sup>

Neste sector o crescimento médio anual na freguesia de Sacavém foi de +3%, em São João da Talha de +3% e em Santa Iria da Azóia de +2%. Em relação à freguesia de Moscavide houve uma diminuição acentuada de -6% enquanto que a freguesia de Camarate estabilizou. É importante considerar que com a consolidação urbana da zona do Parque das Nações, a evolução da população será significativamente alterada, nas três freguesias de Sacavém, Moscavide e Santa Maria dos Olivais.

#### Sector II – Loures

Neste sector o crescimento médio anual na freguesia de Odivelas foi de +2%, na Póvoa de Santo Adrião de +1% e na de Loures de +4%. Nas freguesias mais afastadas de Lisboa houve um crescimento mais acentuado, nomeadamente, de +3% na Apelação, de +4% em S. Julião do Tojal e +2% em S. Antão do Tojal.

#### Sector III – Amadora/Sintra

Nas freguesias mais a Norte do eixo ferroviário Lisboa-Sintra, o crescimento da população foi de +2% na freguesia da Brandoa e de +1% na Mina, enquanto que nas freguesias a Sul do eixo,

<sup>43</sup> Esta taxa será maior onde for menor a taxa de desemprego e o rácio de dependência total.

<sup>44</sup> Os sectores analisados referem-se aos que foram considerados no "Estudo de Transportes da Região de Lisboa", 1973/1977, exceptuando o sector de Lisboa (VII) que é analisado com mais pormenor ao longo deste relatório.

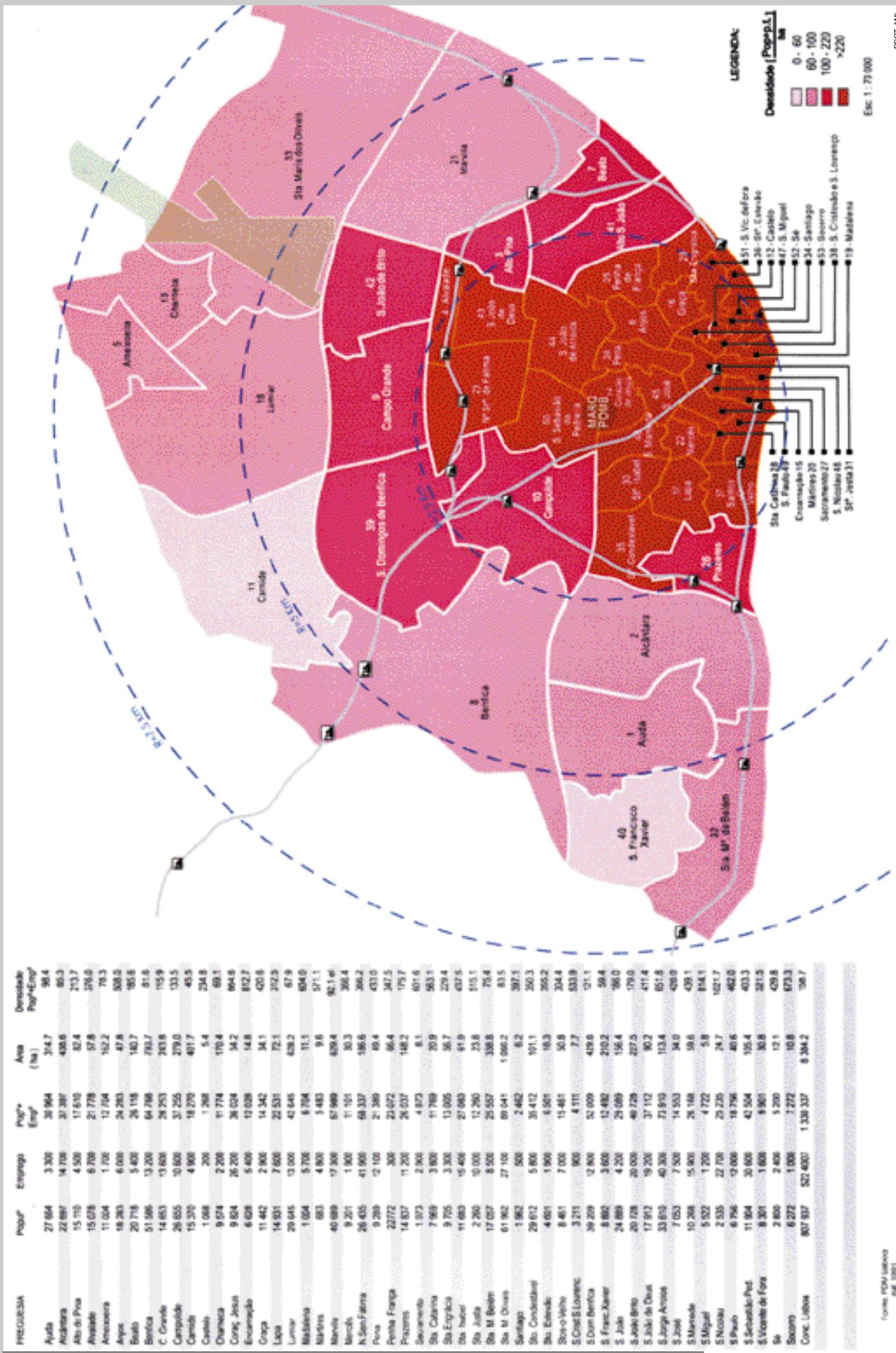


Fig. 7.3 Densidade [Pop+p.t./ha] no Concelho de Lisboa

Fonte: INE 1991

verificou-se um incremento +3% em Alfragide. Por outro lado, freguesias como a Damaia, a Buraca, a Reboleira e a Falagueira/Venda Nova estão praticamente estabilizadas, visto que a sua área urbana está praticamente consolidada.

**Sector IV – Oeiras/Cascais**

Neste sector a evolução da população das freguesias de Carnaxide, Linda-a-Velha e Algés não foi significativa, pois são freguesias que já estão relativamente consolidadas sendo, no entanto, esperado um crescimento do Alto dos Barrinhos, com mais 2000 fogos de habitação, assim como no Alto de St.<sup>a</sup> Catarina.

**Sector V – Almada/Seixal**

A acessibilidade proporcionada pelo caminho de ferro na Ponte 25 de Abril e o alargamento do seu tabuleiro rodoviário, vieram permitir o relançamento da dinâmica urbana neste sector que tinha apresentado um evidente abrandamento do crescimento demográfico na década de 80. Todavia, é nas freguesias mais distantes dos pontos de atravessamento do Tejo – seja rodo-ferroviário sejam fluviais – que a expansão urbana se está a verificar. Com efeito, contrariamente ao ocorrido nas décadas de 60 e 70, são agora as freguesias de Arrentela e Corroios que apresentam os maiores saldos populacionais e as maiores taxas de crescimento anual.

**Sector VI – Barreiro/Montijo**

Com a construção e abertura ao tráfego da Ponte Vasco da Gama, a parte deste sector que se pode considerar como pertencendo à primeira coroa peri-urbana de Lisboa-Cidade, alargou-se substancialmente. Se até esse momento apenas o Barreiro apresentava uma forte relação de dependência quotidiana em Lisboa, após o anúncio da construção da nova travessia rodoviária, a pressão

imobiliária desloca-se para as áreas ribeirinhas do Montijo e Alcochete e, embora em menor escala, para a Moita.

Embora não haja ainda dados estatísticos oficiais que permitam avaliar o impacte urbanístico da ponte nestes concelhos, o número de licenças emitidas e o volume de construção que se constata são sinais evidentes de que o arco urbano ribeirinho se está a “fechar” e que o centro de gravidade do crescimento urbano na margem sul se deslocou para Nascente.

**7.3.2 Mobilidade na Cidade de Lisboa e nos Concelhos Limítrofes**

Um dos aspectos já referidos sobre a mobilidade apoiada na utilização do TI pode ser evidenciada pelo crescimento respectivo do parque automóvel ligeiro de passageiros e de mercadorias (comerciais misto) Para ilustrar esta afirmação, entre 1992 e 1995, no distrito de Lisboa verificou-se um acréscimo de +6,6%, destacando-se o concelho de Lisboa com +7,0%. Para o período de 1994 a 1995, nos concelhos da Amadora, Oeiras e Loures, ocorreu um aumento, respectivamente, de +10%, +9% e +4%, enquanto que no concelho de Lisboa decresceu em cerca de -4%.

Esta realidade também é resultado da evolução económica, em particular, do aumento médio do rendimento do agregado familiar que, juntamente com as políticas de compra a crédito, tem alterado o comportamento das famílias na sua mobilidade diária, no sentido de uma maior utilização do TI.

Nos quadros seguintes são apresentados alguns indicadores de motorização e de mobilidade, em geral que ilustram de forma clara a utilização do transporte individual na AML e, em particular, em Lisboa.

INDICADORES DE MOTORIZAÇÃO	1998	
	LISBOA	AML
Famílias sem motorização	52,1%	37,1%
Famílias com um veículo	35,0%	43,4%
Famílias com 2 ou + veículos	13,0%	19,0%
Veículos/1000 habitantes	272	327

Fonte: IGM98, DGTT

**Quadro 4**  
**Indicadores de Motorização (Lisboa e AML)**

INDICADORES GERAIS (DIAS ÚTEIS)	1998	
	LISBOA	AML
% Pessoas Imóveis	25,8%	27,5%
N.º médio de viagens/dia e hab	2,06	1,89
Nº médio de viagens/dia e pessoa móvel	2,78	2,61
N.º Méd.º Viagens Não obrigat. <sup>a</sup> / dia e pessoa móvel	0,79*	0,71*
Tempo Médio em Viagem/dia e pessoa móvel (min.)	80*	86*

Fonte: IGM98, DGTT

\* Inquérito Geral à Mobilidade 93, TIS (dados não disponíveis para 1998)

**Quadro 5**  
**Indicadores Gerais de Mobilidade (Lisboa e AML)**

MODO DE TRANSPORTE (DIAS ÚTEIS)	1998	
	LISBOA (%)	AML (%)
A pé / Bicicleta	30,6	24,1
Automóvel / Mota	47,2	57,3
TC	45,3	37,1
Táxi	n. d.	n. d.
TI + TC	1,2	2,1

Fonte: Inquérito Geral à Mobilidade 93, TIS e IGM98, DGTT  
n.d. – Não disponível

**Quadro 6**  
**Escolha Modal (Lisboa e AML)**

Em estudos europeus mais recentes (CEMT, 1996) constata-se que, na maior parte dos países europeus, a equação fundamental da mobilidade apresenta padrões constantes, ou seja, o tempo médio gasto no transporte é cerca de uma hora, efectuando-se, em média, três deslocações diárias. Pelo contrário, a distância percorrida terá aumentado, em média, cerca de 50%<sup>45</sup>, o que indica uma maior utilização do TI nas novas zonas periféricas onde se verificaram os mais específicos crescimentos urbanos.

Com efeito, o aumento da mobilidade com recurso ao automóvel, dentro da AML, pode ser evidenciado no quadro seguinte, se se compararem os tempos médios de deslocação com as distâncias médias do TI e do TC entre a periferia e Lisboa.

ORIGEM (AGLOMERADOS)	TRANSPORTE INDIVIDUAL – PONTA DA MANHÃ				TRANSPORTE COLECTIVO – PONTA DA MANHÃ			
	TEMPO MÉDIO [MN]		DISTÂNCIA MÉDIA [M]		TEMPO MÉDIO [MN]		DISTÂNCIA MÉDIA [M]	
	CBD	LISBOA	CBD	LISBOA	CBD	LISBOA	CBD	LISBOA
P.St.ªIria	38	32	11 500	8 950	58	43	9 600	8 000
V.Franca	54	52	19 100	18 600	79	81	19 300	19 850
Loures	48	54	8 650	7 950	65	58	9 100	5 850
Malveira	28	56	22 600	28 600	68	73	26 650	26 200
Amadora	38	33	7 500	5 300	51	42	8 000	5 550
Sintra	62	54	15 200	13 950	71	73	14 550	12 700
Oeiras	45	35	10 550	8 900	56	45	12 100	9 800
Cascais	53	46	20 600	17 300	68	74	20 800	19 100
Almada	57	60	12 000	12 100	74	77	10 000	10 400
CBD	15	19	1 700	3 500	23	29	2 100	3 150
Lisboa	29	24	3 750	3 400	39	38	3 900	3 650

Fonte: TIS – Inquérito Geral à Mobilidade 1993  
CBD – “Central Business District”  
(C. do Sodré – P. do Comércio – Areeiro – Entrecampos – P. de Espanha – Rato – C. do Sodré)

**Quadro 7**  
**Tempos médios despendidos distâncias médias das viagens com O/D entre periferia-centro da AML**

Para o reforço da tendência do uso do automóvel também tem contribuído o sucesso das transformações tecnológicas dos veículos e dos sistemas de gestão de tráfego – baixos consumos específicos, aumento de potência motora e telemática – verificando-se mesmo que os veículos mais económicos são os utilizados nas deslocações mais frequentes, onde a relação preço/oferta/nível dos rendimentos dos agregados familiares podem explicar a motorização crescente das populações (aquisição do 2.º veículo no agregado familiar).

**7.3.2.1**  
**Geografia de Deslocações em Transporte Colectivo na Cidade**

Os aspectos gerais que aqui se vão apontar têm em consideração que se está a utilizar um número de viagens que são cerca de 50% do total das viagens realizadas no P.P.M.<sup>46</sup>, dado que os valores apresentados se referem a viagens<sup>47</sup> horárias. Actualmente estes valores podem ter sido alterados devido às medidas de ordenamento

<sup>45</sup> In pág.206, “Réduire ou repenser la mobilité urbaine quotidienne” – Table Ronde 102 – CEMT, 1996.  
De acordo com o IGM93 na Área Metropolitana de Lisboa, verificava-se um tempo médio em viagem/dia com cerca de 1.43 horas e o n.º médio de viagens/dia situava-se em 2,74.  
<sup>46</sup> Período de Ponta da Manhã. Normalmente situa-se entre as 7.00 h e as 9.00 h.  
<sup>47</sup> Uma viagem representa uma deslocação efectuada entre uma origem e um destino final, associada a um único motivo e, onde se podem utilizar um ou vários meios de transporte.

do estacionamento, como por exemplo a expansão da tarifação do estacionamento (parquímetros) na cidade de Lisboa e a construção dos "P+R",<sup>48</sup> com impacte nos modos de deslocação na cidade.

Os inquéritos gerais à mobilidade realizados em 1993 e em 1998, apuraram as matrizes origem/destino (O/D) para o TC, das quais foi possível evidenciar para cada um dos eixos em estudo, a geração/atracção em cada freguesia e concelho, respectivamente. A ideia é obedecer a uma metodologia que procure identificar eixos de TCSP nas coroas de transição e periférica da cidade.

Para uma melhor leitura dos eixos preferenciais destes fluxos, identificaram-se 5 circulares, 2 radiais e uma linha periurbana:

**1.ª Circular** – constituída pelos eixos da Av.<sup>a</sup> de Ceuta / Av.<sup>a</sup> Duque d'Avila / Rua Morais Soares e Av.<sup>a</sup> Afonso III;

**2.ª Circular** – definida por Sete Rios / Rego / Campo Pequeno / Roma e Areeiro;

**3.ª Circular** – inclui Sete Rios / Av.<sup>a</sup> das Forças Armadas / Entrecampos / Av.<sup>a</sup> EUA / Chelas / Av.<sup>a</sup> Infante D. Henrique;

**4.ª Circular** – abrange Benfica / Av.<sup>a</sup> Lusíada / HSM / Cidade Universitária / Av.<sup>a</sup> do Brasil / Rotunda do Aeroporto 1;

**5.ª Circular** – definida pelo Calhariz / 2.ª Circular / Aeroporto / Av.<sup>a</sup> Marechal Gomes da Costa;

**1.ª radial** – inclui a Pç. Chile / Av.<sup>a</sup> Almirante Reis / Areeiro / Aeroporto / Prior Velho;

**2.ª radial** – abrange o eixo Damaia / Portas de Benfica / Calhariz / Sete Rios / S. Sebastião da Pedreira;

**linha periurbana** – definida ao longo do eixo Algés / Damaia / Pontinha / Odivelas / Loures / Sacavém / Moscavide.

Na figura seguinte encontram-se representadas as circulares, radiais e linha periurbana supracitadas (ver Fig. 7.4).

Da observação do quadro seguinte, verifica-se que existe um número significativo de viagens que têm origem nos sectores (anteriormente referidos) I, II, III, IV (AML Norte) e destino nas freguesias dos eixos em estudo e vice-versa. Igualmente, verifica-se uma situação semelhante nas freguesias dos sectores V e VI (AML Sul) que têm como destino as freguesias consideradas na 1.ª e 4.ª circulares e na 2.ª radial, sendo esta última situação interessante, já que coloca a hipótese de estabelecer um ou mais interfaces com o comboio da Linha da Ponte (Sete Rios ou nó da Gulbenkian poderão ser importantes).

EIXOS EM ESTUDO	ORIGEM: FREGUESIAS CONSIDERADAS P/ CADA EIXO EM ESTUDO. DESTINO: SECTORES I, II, III, IV	DESTINO: FREGUESIAS CONSIDERADAS P/ CADA EIXO EM ESTUDO. ORIGEM: SECTORES I, II, III, IV	ORIGEM E DESTINO: FREGUESIAS CONSIDERADAS P/ CADA EIXO EM ESTUDO. (LISBOA)	ORIGEM: FREGUESIAS CONSIDERADAS P/ CADA EIXO EM ESTUDO. DESTINO: SECTORES V OU VI	DESTINO: FREGUESIAS CONSIDERADAS P/ CADA EIXO EM ESTUDO. ORIGEM: SECTORES V OU VI
1.ª Circular	19 400	36 050	4 350	315	4 840
2.ª Circular	14 440	31 800	3 730	0	2 810
3.ª Circular	15 790	36 720	4 080	0	3 920
4.ª Circular	29 000	45 790	4 250	0	5 560
5.ª Circular	30 490	42 180	8 800	0	3 800
1.ª Radial	28 300	36 680	8 100	0	2 880
2.ª Radial	24 350	29 950	6 090	0	4 060
Periurbana	36 850	15 900	6 500	230	650
Total	198 620	275 070	45 900	545	28 500

Obs: A hora de ponta da manhã foi registada no período entre as 07.00 h e as 09.00 h

**Quadro 8**

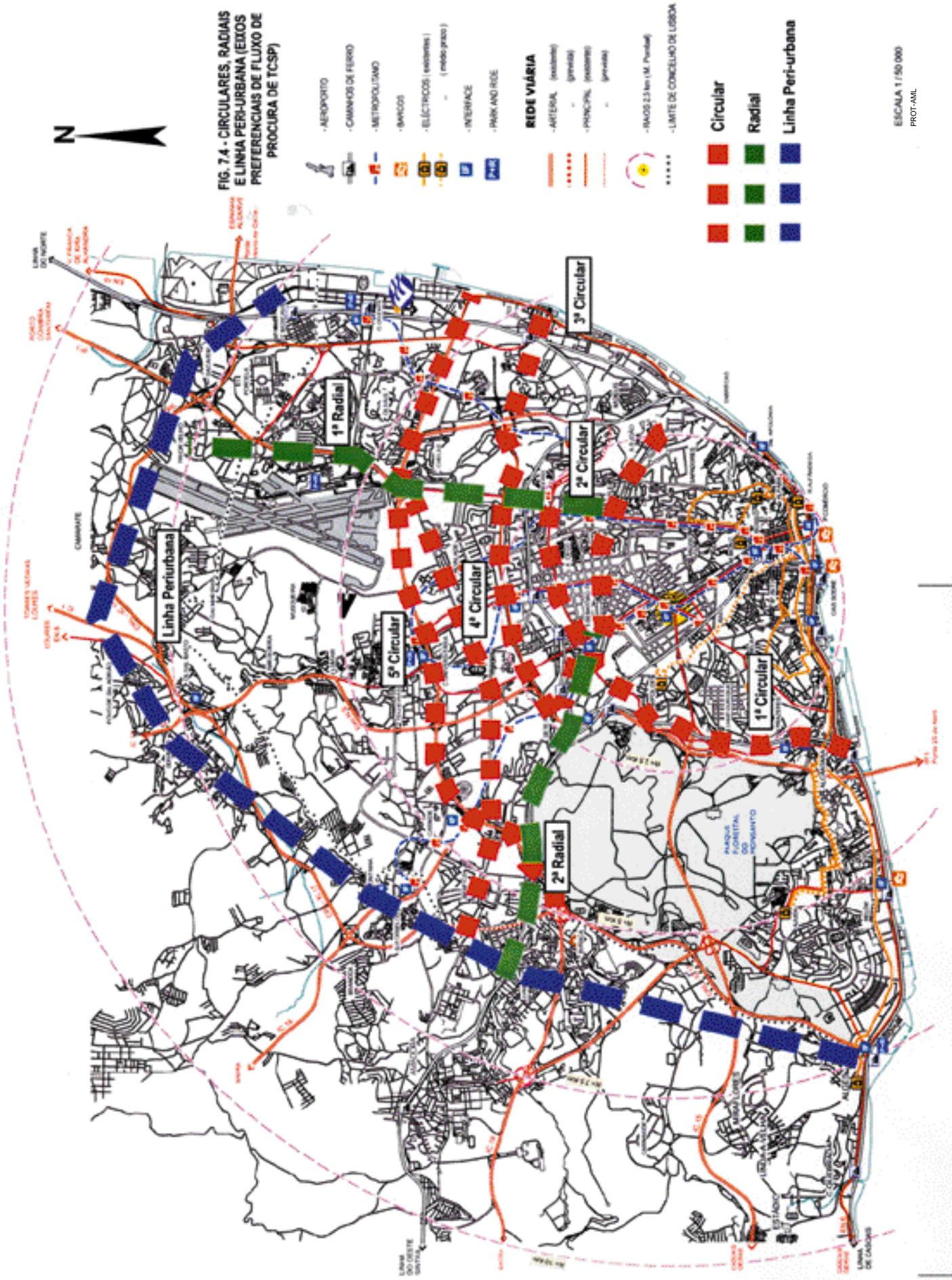
**Viagens TC com Origem ou Destino nas freguesias das linhas em estudo, na HPM**

Das viagens analisadas com Origem ou Destino nos sectores I, II, III, IV (AML Norte), evidenciam-se mais de 40 000 viagens para as freguesias da 4.ª e 5.ª circulares e cerca de 37 000 viagens no eixo periurbano. Em relação aos movimentos entre

as freguesias directamente ligadas a cada uma das linhas consideradas, destacam-se a 5.ª circular e a 1.ª radial com mais de 8000 viagens (ver coluna 3 do quadro anterior), enquanto que na linha periurbana se registam 6500 viagens.

<sup>48</sup> "Park and Ride" (do inglês), isto é, parques dissuasores que permitem a transferência do TI para o TC nas principais estações e nós da rede de TC s.

Fig. 7.4  
**Circulares, Radiais e Linha Peri-Urbana**  
 (Eixos Preferenciais de Fluxo de Procura de TCSP)



A análise dos valores também permite concluir que, dentro dos limites temporais da realização do inquérito, para os eixos analisados no PPM, são as freguesias da coroa de transição dentro do concelho de Lisboa (Santa Maria dos Olivais, Nossa Senhora de Fátima, S. Sebastião da Pedreira e Alcântara) as que detinham procura gerada e atraída significativa no sistema urbano. Dentro do mesmo período de tempo, ocorre o mesmo fenómeno nas freguesias de Algés, Damaia e Odivelas no sistema periurbano.

Do mesmo modo se pode concluir que, para o eixo que liga a Amadora ao P. Bispo, as freguesias da Damaia, S. Domingos de Benfica, S. Sebastião e Alto S. João são pólos importantes de geração/atracção de tráfego de passageiros de TC.

### 7.3.2.2 Geografia de Deslocações em Transporte Colectivo entre o Periurbano e a Cidade

De acordo com a análise às matrizes de viagens O/D em TC<sup>49</sup>, realizada para os eixos em estudo, mas exclusivamente para algumas das freguesias<sup>50</sup> que fazem parte da coroa de transição e periférica da cidade de Lisboa, confirma-se que, na hora de ponta da manhã, apesar do maior fluxo se verificar no sentido de fora para dentro da cidade, ocorrem também fluxos significativos entre o centro da AML e os vários sectores que a circundam:

- na 1.<sup>a</sup> circular, os fluxos de entrada em TC, significavam cerca de 18 000 viagens, enquanto que 2000 viagens se realizavam em sentido inverso, das quais cerca de metade para o sector IV (concelhos de Oeiras e Cascais);
- na 2.<sup>a</sup> circular, os fluxos de entrada em TC, significavam cerca de 15 000 viagens, enquanto que 1000 viagens seriam em sentido inverso, das quais cerca de metade para o sector III (concelhos de Amadora e Sintra);
- na 3.<sup>a</sup> circular, os fluxos de entrada em TC, estimavam-se em cerca de 17 700 viagens, enquanto que 1000 viagens eram em sentido inverso, das quais cerca de metade para o sector III (concelhos de Amadora e Sintra);
- na 4.<sup>a</sup> circular, os fluxos de entrada em TC, representavam cerca de 20 000 viagens, enquanto que 3000 viagens seriam em sentido inverso, das quais cerca de metade para o sector I (concelhos de Loures e Vila Franca de Xira);

- na 5.<sup>a</sup> circular, os fluxos de entrada em TC, exceptuando os da Margem Sul, significavam cerca de 21 000 viagens, enquanto que 3000 viagens seriam em sentido inverso, das quais cerca de 2/3 para os sector I e III;

- na 1.<sup>a</sup> radial, os fluxos de entrada em TC, estimavam-se em cerca de 17 000 viagens, enquanto que 3000 viagens seriam em sentido inverso, das quais cerca de 2/3 para o sector I;

- na 2.<sup>a</sup> radial, os fluxos de entrada em TC, representavam cerca de 16 500 viagens, enquanto que cerca de 4000 viagens seriam em sentido inverso, das quais cerca de 60% para o sector III;

Desde 1993 que a situação tem evoluído para uma maior repartição de fluxos entre a cidade de Lisboa e os concelhos limítrofes, pelo menos entre a coroa de transição e periférica da cidade e as localidades mais próximas de Lisboa. A acontecer assim, este equilíbrio de fluxos criará condições para uma exploração mais equilibrada, quer ao nível da oferta de transportes quer ao nível da criação de condições de vida nessas localidades, que passam a não ser consideradas simples dormitórios.

As fracas condições de oferta das redes de transporte colectivo existentes em cada um dos corredores permitem evidenciar as razões de uma maior repartição modal a favor do transporte individual nas deslocações para a cidade.

### 7.3.3 Acessibilidades

As infraestruturas e equipamentos de transporte postos à disposição da população na Área Metropolitana de Lisboa, estão enquadrados em três grandes subsistemas: rodoviário; ferroviário (comboio, metro e eléctrico) e fluvial – ver Figura 7.2.

Na última década assistiu-se a uma forte expansão da rede rodoviária da AML-Norte e das ligações à AML-Sul (itinerários complementares: radiais e circulares: Eixo N-S; IC15, IC16, IC19, IC22 e IC 17, IC18; Ponte Vasco da Gama); a um forte desenvolvimento da rede de metropolitano (Campo Grande; Pontinha; Rato; Cais do Sodré; Olivais/EXPO98); a um reforço da rede de comboios suburbanos, em particular, nas linhas de Sintra, Cascais e Cintura, para além das obras entretanto em curso da rede nacional (linha do Norte e linha do Sul – Ligação Ponte 25 de Abril); e a um reforço da rede fluvial (*Catamarans*, etc.).

Por outro lado, está a efectuar-se um reforço na capacidade dos acessos e estacionamento

<sup>49</sup> Esta análise tem a ver com a reestruturação da rede de autocarros pois a partir da rede de TC de superfície (autocarros) é necessário identificar eixos de TCSP (em particular, o metro ligeiro de superfície).

<sup>50</sup> Só as freguesias da área de influência directa (400m para cada lado do eixo) dos eixos em estudo.

do Aeroporto, com a realização de obras nos acessos rodoviários aproveitando as melhorias dos acessos à zona da Expo. Mantém-se, no entanto por resolver, a necessidade de assegurar um acesso ferroviário ligeiro ao Aeroporto e áreas envolventes<sup>51</sup>, seja através de um ramal da linha de Odivelas, seja por uma nova linha de eléctrico moderno.

De referir também a ligação do porto de Lisboa à EN 6 / CREL na Cruz Quebrada, designadamente o prolongamento da Av.<sup>a</sup> Brasília e construção de viaduto.

Serão subsistemas deste tipo que, numa coroa circular entre os raios de 10 a 25km deverão assegurar a função transporte<sup>52</sup> em relação à coroa central da cidade de Lisboa e a função acessibilidade<sup>53</sup> nos primeiros 10km.

### 7.3.3.1 Sistema Urbano

A população que vive e/ou trabalha diariamente na cidade é servida por diversas estruturas e hierarquias de redes de transportes, com uma configuração essencialmente radial, tanto no sub-sistema rodoviário (*rede principal*) como no sub-sistema ferroviário (*redes pesada* – comboio – e *semi-pesada* – metropolitano).

Destes dois sub-sistemas pode evidenciar-se que a estrutura e a hierarquia da *rede rodoviária principal* conferem-lhe essencialmente *funções de transporte* até uma distância abaixo dos 2,5km do centro da cidade<sup>54</sup>, o que tem incidência na elevada circulação automóvel nos eixos de penetração da cidade até ao interior da coroa de transição, isto é, até à circular constituída por eixos como a Avenida Infante Santo, a Av.<sup>a</sup> Pedro Álvares Cabral, a Avenida Duque de Loulé, o Conde Redondo, a Estefânia, a Rua Febo Moniz, e a Av.<sup>a</sup> Mouzinho da Silveira. Esta situação é hoje mais agravada pela política seguida em relação ao estacionamento na área central, assistindo-se à construção de parques de estacionamento de grande capacidade no centro da cidade, (como o do Marquês de Pombal, o dos Restauradores e o do Martim Moniz<sup>55</sup>) e uma

homogeneidade tarifária quanto ao estacionamento na via pública, independentemente do tipo de procura existente e do nível de serviço proporcionado pelo sistema de TC.

Em relação à *rede ferroviária*, a estrutura dos eixos que a constituem conferem-lhe uma boa *função transporte*, no caso do comboio, até ao centro da cidade, com excepção na Linha do Norte que termina em Santa Apolónia. Por outro lado, a rede do metropolitano assegura uma *função acessibilidade* (distâncias inter-paragens de 450m) no centro da cidade que, mesmo para valores de densidade de actividade humana acima dos 220 (população e emprego)/ha, tem um custo bastante elevado e evidencia a deficiente performance de exploração deste subsistema na rede de transportes da cidade. Esta é, aliás, a razão pela qual se continua a verificar a necessidade de uma rede de distribuição mais fina na coroa central e de transição da cidade, que actualmente é assumida em deficientes condições de operação pela rede de autocarros.

Para a *coroa de transição e periférica* da cidade, a estrutura e hierarquia da rede rodoviária começa a ser completada por circulares, enquanto que a rede ferroviária tem ainda um carácter radial, sendo a sua principal lacuna a resposta às deslocações transversais<sup>56</sup>. Por esta razão, a caracterização sumária do enquadramento dos cinco eixos circulares e dos dois radiais anteriormente referidos – tendo em conta os principais aspectos demográficos e da mobilidade em termos de viagens O/D na hora de ponta da manhã – mostram a necessidade de completar a rede de TC pesada com uma rede de TCSP de capacidade intermédia, do tipo eléctrico moderno ou, numa primeira fase, de autocarro em sítio protegido de grande conforto e regularidade de oferta.

A análise preliminar dos eixos incide particularmente naquelas duas coroas da cidade, cujas freguesias têm essencialmente valores de densidade entre os 60 e os 220 (população e emprego)/ha.

*Em relação à circulação em TI*, embora a estrutura e hierarquia da rede viária da cidade tenha sido concretizada e ordenada de acordo com as

<sup>51</sup> A rede de transporte colectivo na cidade deve dar resposta às deslocações entre áreas de residência e emprego. Na zona do aeroporto estão concentrados mais de 10 000 postos de trabalho. Outras zonas como Olivais, Prior Velho, Camarate, etc., devem ter acessibilidades melhoradas pelo que se admite as ligações em metro ligeiro de superfície.

<sup>52</sup> Função transporte – Traduz a necessidade de ligação entre dois pontos que se pretende que seja efectuada no mais curto espaço de tempo e da forma mais directa possível.

<sup>53</sup> Função acessibilidade – Possibilidade de aceder às diferentes actividades que existem no espaço, o que implica chegar o mais próximo possível aos lugares de origem e de destino.

<sup>54</sup> Considera-se como centro a Praça do Marquês de Pombal.

<sup>55</sup> Prevendo-se a construção de um novo parque na Praça da Figueira e outro no Largo Luís de Camões.

<sup>56</sup> A Linha Ferroviária da Cintura constitui-se como um eixo estratégico que, dado o seu estado operacional, está aquém das potencialidades para o serviço ferroviário nacional, regional e suburbano. As suas 4 estações continuam com ligações deficientes à rede do metropolitano. Este eixo pode ser pré-configurado para uma distribuição mais fina, com alteração do seu perfil transversal e uso do eléctrico.

necessidades da circulação rodoviária<sup>57</sup>, verifica-se que, apesar do esforço de investimento realizado, os congestionamentos mantêm-se ou agravaram-se e não se tem diminuído os custos das viagens, assim como os quilómetros perdidos por engarrafamentos (provocando um aumento dos custos sociais: número de acidentes, poluição e ruído). Quanto à oferta em TC, o aumento da capacidade das linhas de comboio de Sintra e Cascais e o rebatimento à **Linha de Cintura**, juntamente com a expansão da **rede do metropolitano**, (em configuração radial), **as intervenções realizadas continuam a não dar resposta às ligações transversais urbanas**, cada vez mais intensas e, portanto, de maior necessidade em termos de acessibilidade e transporte (sem penalização de transbordos).

Neste contexto, continua a ser a rede de autocarros a ter de suportar não só a maioria das ligações internas à cidade, como as ligações suburbanas entre sectores periféricos e mesmo entre estes e o centro da AML, quando se trata de eixos não servidos pelo modo ferroviário (casos de Loures e Montijo-Pinhal Novo, por exemplo).

Em resumo verifica-se que, de um modo geral, para cada eixo analisado nas coroas de transição e periférica da cidade, as populações das freguesias potenciais utilizadoras do modo de transporte colectivo, atingem valores acima das 100 000 habitantes, ultrapassando, por vezes os 200 000 habitantes. Também em relação ao emprego se atinge igual número de postos de trabalho, em que a maior incidência se faz sentir no sector de serviços, logo seguida pelo comércio.

Contrariamente ao registado na periferia, nas freguesias da cidade registaram-se decréscimos contínuos de população até 2001, em particular nas freguesias mais próximas da área central, como por exemplo, as das freguesias da área de influência da 1.ª circular, em que o decréscimo atingiu -24%, na última década, enquanto que as freguesias das coroas de transição e periférica têm decréscimos menos acentuados, como por exemplo a 5.ª circular com -8%.

Quanto ao emprego verifica-se, em traços gerais, que o sector terciário é preponderante, enquanto que o sector secundário apresenta um volume significativo na indústria transformadora e na construção civil, só para a 1.ª radial (com cerca de 25 000 postos de trabalho) e para a 4.ª e 5.ª circular (com cerca de 20 000 postos).

Em termos de mobilidade, o volume de tráfego de atracção e geração de utentes em TC na hora

de ponta da manhã, por motivos obrigatórios (emprego e escola), apresenta valores significativos, para cada um dos eixos. Com efeito, metade das *viagens atraídas* em cada um dos eixos em análise, têm origem em Lisboa, enquanto mais de metade das *viagens geradas* por cada uma das áreas de influência dos eixos, têm como destino Lisboa. É ainda importante destacar que existem volumes de tráfego de utentes entre as freguesias directamente servidas que atingem valores entre os 4100 e os 8800 passageiros por hora, o que sustenta as potencialidades de introdução de novos eixos transversais de TCSP.

Em relação aos volumes de tráfego atraídos para cada uma das áreas de influência de cada eixo, existe uma maior incidência de viagens com origem no sector III, corredor de Sintra, logo seguido dos sectores II e I, respectivamente Loures e Vila Franca de Xira (curiosamente o sector com maior capacidade de transporte – *Linha Ferroviária de Sintra* – e os sectores mais deficitários em TC – sem serviço ferroviário ou com *serviço suburbano ferroviário*, muito condicionado).

### Zona Oriental

A rede viária principal que tem ligação à rede fundamental da AML é constituída pelas Avenida Alfredo Bensaúde (ligação do nó da IP1 ao nó da Praça José Eduardo Queirós) e Avenida Infante D. Henrique, sendo este último um eixo que liga a CRIL/Ponte Vasco da Gama e a EN10 à Praça do Comércio. Além destas duas Avenidas existem outras três de igual hierarquia: Avenida Marechal Gomes da Costa, Avenida Central de Chelas e Avenida Gago Coutinho, que completam a rede viária principal desta zona da cidade.

Toda a circulação rodoviária dos bairros de Moscavide, Portela, Santa Maria dos Olivais e Marvila, é colectada por estes eixos para o centro da cidade.

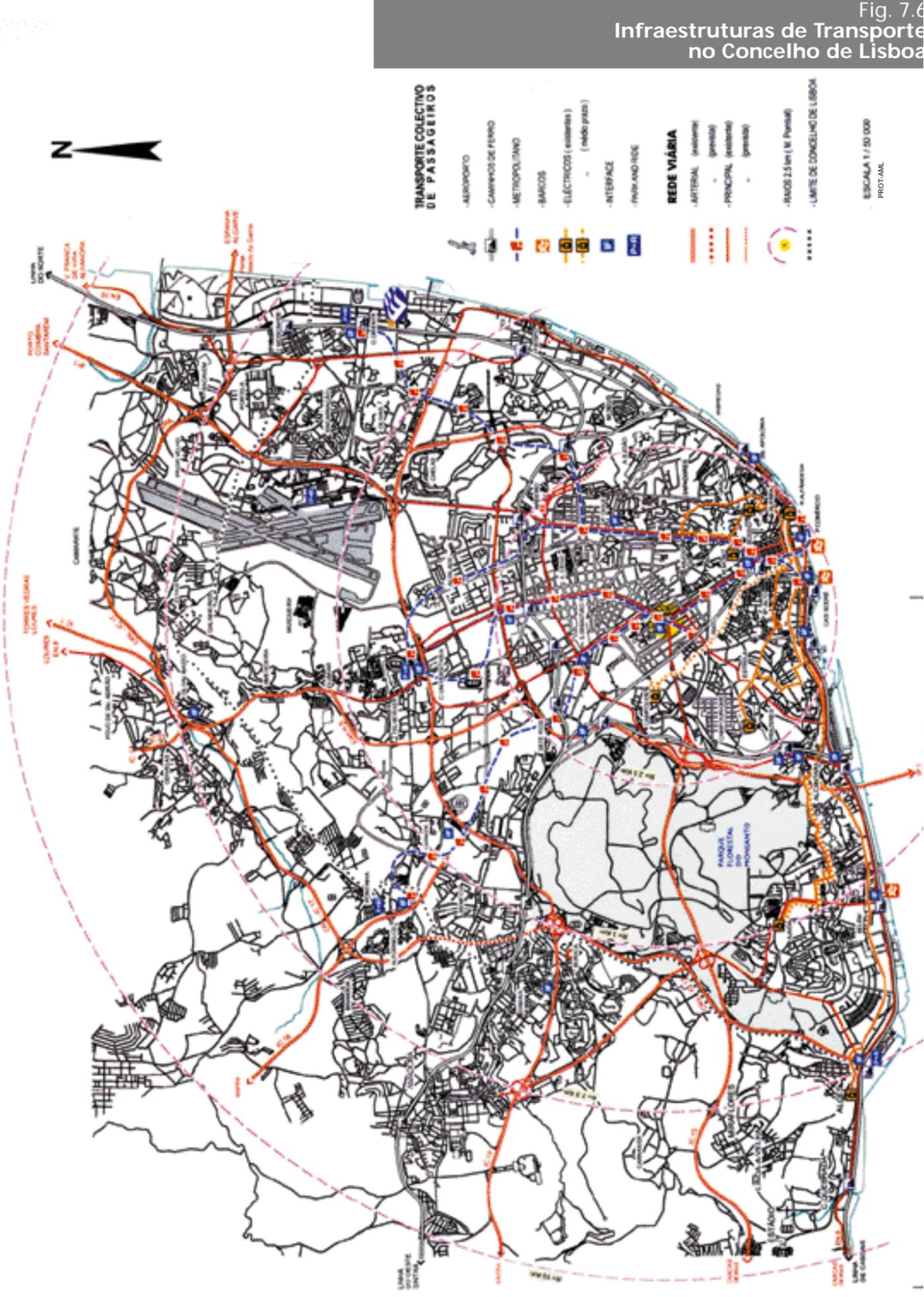
Com a construção da Exposição Mundial e posterior urbanização na zona da Matinha, os acessos ferroviários foram melhorados com a linha de Metropolitano à Gare do Oriente, sendo actualmente um importante interface rodo-ferroviário a 7km do centro da cidade. Recorde-se que as distâncias interparagens da linha de comboio do Norte, entre Sacavém e Braço de Prata, não ultrapassam os 1000m e que a distância interparagens da Linha de Metropolitano entre a Alameda e a Gare do Oriente é cerca de 630m (ver Figuras 7.5 e 7.6).

<sup>57</sup> Desnívelamentos e semaforização nas entradas dos corredores I; II; III e IV, respectivamente IP1(2.ª Circular) e EN10 (Av.ª Infante D. Henrique); IC22 (Calçada de Carriche; Eixo Norte-Sul; Av.ª Padre Cruz; Av.ª da República); IC19 (2.ª Circular; Avenida Lusíada; Eixo Norte-Sul) e IC15 (Av.ª Joaquim António Aguiar; Av.ª Calouste Gulbenkian) e EN6 (Av.ª Brasília; Av.ª da Índia e Av.ª 24 de Julho).

Fig. 7.5 Infraestruturas de Transportes no Concelho de Lisboa



Fig. 7.6 Infraestruturas de Transporte no Concelho de Lisboa



### Zona Norte

Esta zona tem na sua ligação à rede fundamental da AML, IC22 e IP1 – corredores I e II, elementos da rede viária principal da cidade, como sejam a Avenida Padre Cruz, o Campo Grande, a Av.<sup>a</sup> da República e o Eixo Norte-Sul<sup>58</sup>, de configuração radial. Estas vias asseguram a função transporte, enquanto que a função acessibilidade é garantida pelos eixos circulares, da 2.<sup>a</sup> Circular, a Av.<sup>a</sup> dos Estados Unidos da América, passando pelo o eixo constituído pela Av. de Berna e Av. João XXI, assim como pelos eixos radiais da Alameda das Linhas de Torres e a Avenida de Roma.

Em termos de TC, a interface do Campo Grande (< 5km do centro da cidade) assegura as ligações entre as redes de Autocarros suburbanos e a rede de Metropolitano. Também aqui a principal função assegurada é a de transporte para o centro da cidade. Com a construção do terminal de Metropolitano na Pontinha, a função transporte para o centro é assegurada até um raio de cerca de 5km (ver Figuras 7.5 e 7.6).

### Zona Ocidental

Esta zona articula-se com o centro da cidade e com a restante rede da AML pelos IC15 e IC19 e EN6 – através da Av. Joaquim António de Aguiar que liga ao nó do Marquês de Pombal – e pelo eixo constituído pela Avenida 24 de Julho/Avenida da Índia e Av.<sup>a</sup> Vasco da Gama, eixo este de configuração radial. É, no entanto, nos limites do concelho com a freguesia de Algés, do concelho de Oeiras, que irá funcionar um nó importante na rede fundamental secundária da AML, a CRIL, que completará a circular em torno de Lisboa até à Ponte Vasco da Gama. É também aqui que se localiza um dos principais interfaces rodo-ferroviários (CP/Eléctrico/Autocarros) de importância fundamental para os residentes de Algés, Linda a Velha, Carnaxide, Outurela e Queijas.

O outro interface importante na zona ocidental é o de Alcântara/Calvário, mais uma vez entre eléctrico/ autocarro e comboio servindo essencialmente os habitantes de Belém, Ajuda e Alcântara (ver Figuras 7.5 e 7.6).

### 7.3.3.2 Sistema Peri-urbano

A oferta actual das redes de transporte em cada um dos corredores que constituem o sistema peri-urbano da AML, pode ser evidenciada pela

importância da rede rodoviária e insuficiência da rede ferroviária pesada, nomeadamente quanto à articulação entre o volume de deslocações pendulares realizadas nos períodos de ponta e as do restante corpo do dia – ver Figura 7.2.

### Corredor de Vila Franca de Xira

É um corredor que se vem consolidando ao longo dos dois eixos rodoviários de características geométricas e de tráfego muito diferentes: no caso do IP1, com 3x3 vias, nós desnivelados, capacidades e níveis de serviço próprias de itinerário principal (autoestrada – tráfegos nacionais e regionais) e a EN10, com 1x1 vias, situada entre o eixo ferroviário da Linha do Norte e o **IP1** (seguindo o recorte do Rio Tejo), com intersecções não semaforizadas de acessos locais (aglomerados, empresas, etc.), capacidades e níveis de serviço mais próprios de uma estrada municipal.

Dado que todos os aglomerados populacionais desde Sacavém a Alverca estão localizados entre os dois eixos supracitados, apesar da abertura do novo acesso ao IP1 antes de Alverca, não foi possível descongestionar completamente a EN10 (Alverca-Póvoa de Santa Iria). Os níveis de serviço nas horas de ponta correspondem à saturação, quase sempre traduzidos em congestionamentos. Recentemente foi entregue um estudo à DGTT pela RL (Rodoviária de Lisboa) que propunha corredores reservados ao TC rodoviário para permitir uma maior acessibilidade à rede ferroviária na Póvoa de Santa Iria e Alverca, bem como alguns corredores de acesso à cidade de Lisboa.

As primeiras medidas estão em consonância com o aumento de capacidade que se pretende em relação à **Linha Ferroviária do Norte**, uma vez que o seu espaço canal está a sofrer melhorias até Alhandra, podendo no futuro ter um serviço suburbano até Vila Franca de Xira em condições semelhantes à Linha de Cascais. Em relação às segundas medidas, com maior incidência nas ligações da população de Sacavém, Bobadela e São João da Talha, considerando-se um alargamento do perímetro urbano de transportes até Sacavém, deve-se estudar a hipótese de um rebatimento em Sacavém ao modo eléctrico, o que aumentaria a capacidade de oferta da frota de autocarros naquelas localidades e, portanto, uma menor utilização do transporte individual.

### Corredor de Loures

Desde a Ramada e Odivelas a Santo António dos Cavaleiros e Loures, passando pela Póvoa de Santo

<sup>58</sup> Este eixo foi subsidiado pela CML, uma vez que foi construído para retirar circulação de atravessamento da cidade entre a Ponte 25 de Abril, o IP1 e o IC22.

Adrião, Flamengo e Frielas, este corredor tem a maioria dos aglomerados servidos essencialmente por dois eixos rodoviários: o **IC22**, com 2x2 vias até à Calçada de Carriche, e a **EN8**, estrada de 1x1 via, essencialmente utilizada pelo TC rodoviário e que dá acesso directo à maior parte das estradas municipais que servem aqueles aglomerados. O aumento da população e a sua forte dependência de emprego e equipamentos de hierarquia superior em relação à cidade de Lisboa, provoca fluxos pendulares que saturam os dois eixos, ocasionando quase sempre congestionamentos no único eixo de entrada: a Calçada de Carriche, pese embora estar em funcionamento a CRIL, quer para a direcção N/E quer para a direcção S/SW.

Por outro lado, a ausência de serviço ferroviário a este corredor, tem provocado uma maior dependência da utilização do transporte individual, situação essa que poderia ser substancialmente alterada no contexto das *redes de capacidade intermédia (ferroviário ligeiro de superfície/eléctricos em sítio próprio)*<sup>59</sup>. De facto, os estudos de procura realizados provam que existem condições para que tal serviço seja efectivo quer numa perspectiva de rede de capacidade intermédia da AML – ligação entre Algés/Damaia/Alfornelos/Brandão/Odivelas a Loures – sendo complementar às redes de comboio e metro (estando actualmente em construção a extensão da linha Amarela, do Campo Grande a Odivelas), quer numa perspectiva de *ordenamento do território* e, portanto, de requalificação destes aglomerados.

### Corredor de Amadora/Sintra

Neste corredor é possível estabelecer várias ligações transversais entre os aglomerados consolidados em volta das estações ferroviárias e o corredor de Cascais/Oeiras que, face às densidades de actividades humanas, permite evidenciar os seguintes eixos para redes de capacidade intermédia: Algés à Damaia; Paço de Arcos ao Cacém; Oeiras a Mem Martins e Cascais a Sintra<sup>60</sup>.

No corredor de Sintra e Amadora, o sistema de transportes é constituído essencialmente pelo eixo rodoviário **IC19**, com 2x2 vias, com níveis de serviço próximo da saturação e permanente congestionamento nos períodos de ponta; e pela **Linha de Comboio de Sintra**, actualmente a ser duplicada até à Amadora, mas com sérios problemas de acessibilidade às estações, quer em TI, quer em TC. No caso das localidades mais próximas de Lisboa, em particular a Damaia e a Reboleira,

estão a ser construídas duas novas estações, a primeira das quais poderá ser uma importante interface com o modo eléctrico<sup>61</sup>, tal como proposto no referido estudo do CESUR.

Os acréscimos em população e emprego nas freguesias de Alfragide, Damaia e Reboleira, esta última de elevada densidade, permitem enquadrar este eixo como uma componente importante na requalificação destas freguesias e na repartição modal a favor do TC. Além desta ligação entre dois eixos ferroviários (Cascais e Sintra), há ainda a possibilidade de desenvolver um outro eixo, com aproveitamento do prolongamento do serviço de TC existente na Estrada de Benfica à Venda Nova, Damaia e Amadora.

Como referido anteriormente, as características demográficas e de mobilidade, para além das condições de oferta em TC, permitem perspectivar uma ligação entre Algés e a Damaia, através do modo eléctrico em sítio próprio, com possibilidade de duas ligações em antena a Linda-a-Velha e a Carnaxide<sup>62</sup>.

### Corredor de Oeiras/Cascais

É sem dúvida o corredor da AML com maior oferta em termos de transportes de/e para Lisboa. Com efeito, as acessibilidades a Lisboa são asseguradas pelos eixos rodoviários do **IC15 (A5)** – uma autoestrada de 3x3 vias – e da **EN6** – via rápida de 2x2 vias (a Marginal) – ambas usufruindo de nós de ligação nos principais acessos a localidades pertencentes ao concelho de Lisboa e aos concelhos de Oeiras e Cascais; e pela **linha de comboio de Cascais**, sendo esta a única preparada, desde a sua construção, para um serviço suburbano e a melhor localizada para servir a população que entretanto se foi fixando ao longo das suas estações.

A partir de Algés, o serviço urbano é o que está melhor organizado, pois usufrui-se de um **interface** importante que serve também de “P+R”, e de articulação entre o modo rodoviário de TC (autocarros suburbanos e urbanos), uma **linha de eléctricos** pertencente à rede principal, com funções de transporte e de acessibilidade, e a linha de comboio que segue até ao Cais do Sodré.

Todavia, dado o crescimento urbano que ocorreu no interior destes concelhos nas últimas três décadas, verificam-se actualmente importantes défices de oferta em TC nas zonas urbanas de desenvolvimento mais recente, nomeadamente

<sup>59</sup> “Estudo da Linha de Eléctrico Campo Grande/Odivelas” – CCFL, Abril 1997

<sup>60</sup> Estes estudos foram realizados para as Câmaras de Sintra, Cascais, Amadora e Oeiras pelo CESUR e teve a colaboração da CCFL no eixo entre Algés e Damaia

<sup>61</sup> Visita de estudo ao eixo com técnicos da Câmara Municipal da Amadora em Julho de 1998.

<sup>62</sup> “Relatório de Progresso Algés-Damaia” – CCFL, Junho de 1998 e estudo do CESUR, anteriormente referido.

aquelas que tiveram génese ilegal ou se implantaram ao longo das EN 249-3 e 249-4. Recorde-se, a propósito, que a população residente entre Algés e a Damaia se pode, estimar em cerca de 300 000 habitantes<sup>63</sup> – dos quais cerca de 150 000 habitantes pertencem às freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Carnaxide – sem que as mesmas possuam um sistema de acessibilidades aceitável, quer em TI quer em TC, aos nós mais importantes das redes radiais de transporte que atravessam esta zona.

O estudo de ordenamento da circulação e do estacionamento para a Linha de eléctricos “Algés-P.<sup>a</sup> da Figueira”, já entregue à CML, pode vir a ser a pedra de toque para uma mudança substancial nas relações que a autarquia tem perante o transporte colectivo de superfície na cidade. A ser conseguida a concretização de tais medidas, estaremos pois no limiar de se entender que o eléctrico pode beneficiar as condições de mobilidade na cidade.

### Corredor de Almada e Seixal

Ao longo da **EN10** cresceram os primeiros núcleos habitacionais mais consolidados do sistema urbano da margem sul da Área Metropolitana de Lisboa. Almada e Seixal foram acomodando o crescimento da ocupação do solo segundo uma estrutura linear, que se intensificou nos anos 60 com a ligação da Ponte 25 de Abril. Fruto desta forma de crescimento é, ainda hoje, o eixo da EN10 que se concentram os principais serviços de transporte colectivo. Com o eixo do **IP7** e a ligação em auto-estrada entre Setúbal e Lisboa, desenvolveram-se nas proximidades dos principais nós rodoviários, vários aglomerados com densidades brutas de ocupação cada vez mais elevadas. Para o interior destes concelhos, nomeadamente nas freguesias da Caparica, Arrentela e Amora, a ocupação – muitas vezes de génese ilegal – assumiu um carácter mais disperso, com inúmeros espaços intersticiais que só agora foram sendo colmatados.

Esta ocupação dispersa provoca dificuldades na operacionalidade e eficácia das redes de TC e modelou o padrão de deslocações nestes últimos anos: nos movimentos pendulares, na intensificação de fluxos de TI na Ponte 25 de Abril, no progressivo decréscimo do transporte fluvial, com interfaces em Cacilhas e Seixal, e nos movimentos aleatórios, um recurso maior ao TI, dado o grande crescimento da taxa de motorização. A recente ligação de comboio pela Ponte 25 de Abril, não alterou de modo significativo a repartição modal entre TI e TC,

apesar de se ter registado uma transferência modal na ordem dos 25% do TI para o comboio.

Neste contexto, o equilíbrio dentro do padrão de deslocações pode ser procurado com a introdução do sistema de capacidade intermédia consubstanciado no projecto do MST<sup>64</sup>, que numa 1.<sup>a</sup> fase se vai desenvolver na direcção Norte-Sul, entre Cacilhas e Corroios e, na direcção Este-Oeste, entre Cacilhas e o Monte da Caparica, constituindo-se, assim, como eixo estruturante quer para deslocações internas quer para deslocações internas-externas. Com efeito, mesmo para a população que vive no sector Este do concelho de Almada (Charneca, Costa da Caparica, etc.) o padrão de deslocações é caracterizado pelo recurso cada vez maior ao TI, que integra o desenvolvimento dos eixos viários do **IC20** e da via rápida até à Charneca.

### Corredor do Barreiro / P. Novo

O corredor que se desenvolve ao longo da Margem Sul do Tejo entre o Barreiro e o Montijo, é servido actualmente por um eixo ferroviário pesado – Linha de Comboios do Sul – com características de serviço suburbano e tem no transporte fluvial o seu principal meio de ligação em Transporte Colectivo com Lisboa. Todavia, o serviço ferroviário não responde satisfatoriamente às necessidades de deslocação das populações dos aglomerados dos concelhos do Barreiro, Moita e Palmela. Com efeito, verifica-se, por um lado, uma descentralidade das estações em relação às principais áreas urbanas destes três últimos concelhos, e por outro, como seria de esperar, um alargamento do transporte rodoviário e da motorização individual; as novas áreas de expansão urbana foram afastando-se cada vez mais deste eixo ferroviário. A melhoria da atractividade do TC neste eixo passa assim essencialmente pelo desenvolvimento de um sistema em Sítio Próprio ou fortemente protegido que, bem inserido neste quase contínuo urbano, assegurando uma boa articulação com o transporte fluvial, permita reduzir substancialmente os tempos de percurso com Lisboa e entre os principais centros de equipamentos e serviços que se localizam neste corredor. Neste contexto, a futura expansão do Metro Sul do Tejo ao Barreiro e o fecho da malha ferroviária pesada podem vir a constituir a rede estruturante do Transporte Colectivo e da maior parte das deslocações nestas zonas da AML. Refira-se ainda que o fecho da malha ferroviária pesada entre o Norte e o Sul pela **Ponte 25 de Abril**, através da construção do troço Coima-Pinhal Novo poderá recuperar a Linha do Barreiro-Praias do Sado em sistema de capacidade intermédia,

<sup>63</sup> CENSOS 1991, INE

<sup>64</sup> Metropolitano Ligeiro do Sul do Tejo

articulando desde logo as cidades do Barreiro, Pinhal Novo, Palmela e Setúbal.

Por outro lado, a rede rodoviária principal à escala metropolitana, articula-se entre o **IP7** e o **IP1** (Ponte Vasco da Gama) através da ligação do **IC21** e fechando esta rede viária com o **IC32**. A densidade desta rede não deve ser aumentada, pelo contrário, deve-se conter e promover a mobilidade com base no Transporte Colectivo, uma vez que se está dentro duma coroa com raios de 15km a 20km, onde tem incidência o recurso à política intermodal.

### **Corredor Setúbal /Palmela**

Situada na extremidade Sul da AML, junto à foz do rio Sado, a cidade de Setúbal constitui um pólo de geração/atracção de tráfego que evidencia uma vida própria já bastante intensa<sup>65</sup>. Esta vida própria advém da importância estratégica que o porto de Setúbal confere à cidade e à região na complementaridade funcional com os portos de Lisboa e de Sines.

Neste contexto, apesar da melhoria das acessibilidades rodoviárias através do IP 1 e do IP 7 permitirem a sua ligação à rede nacional e regional/metropolitana, no desenvolvimento do polo urbano industrial de Setúbal tem pesado a proximidade da cidade de Palmela.

Esta situação confere ao corredor Setúbal/Palmela um polo de equilíbrio das assimetrias na AML, devendo por isso considerar-se a necessidade de ligações ferroviárias de articulação com a restante rede ferroviária da AML-Sul, integrando-a numa lógica de equilíbrio metropolitano, ou seja, oferta de emprego e de residência. Neste sentido, as ligações ferroviárias podem ser estabelecidas numa rede de capacidade intemédia, em que na própria cidade de Setúbal pode vir a desenvolver-se uma rede ferroviária ligeira estruturante.

### **7.3.4 Zonas de Acessibilidade Crítica da AML**

Actualmente as principais infra-estruturas de transporte rodoviário com níveis de serviço críticos são as seguintes:

- Corredor Sintra-Lisboa (IC 19);

- Corredor Cascais-Lisboa (troço inicial da A5 entre Lisboa e Oeiras);

- Corredor da Ponte 25 de Abril até ao Fogueteiro e respectivos acessos;

- Troço da A1 entre Lisboa e Vila Franca de Xira;

- Corredor da Calçada de Carriche, entre Lisboa e Loures.

Todavia, o conjunto de beneficiações que estão em curso ou em projecto para as infra-estruturas de transporte da Área Metropolitana de Lisboa – nomeadamente o fecho da CRIL em Algés e na Buraca; a conclusão do IC 16 até Sintra; o prolongamento do eixo Norte-Sul até à CRIL; a construção do IC 11 e a sua articulação com o prolongamento da CREL (IC 2 / A 10); a conclusão do anel regional de Coina (CRIPS); e a ligação Seixal-Barreiro – irão, sem dúvida, contribuir para a minoração dos problemas de circulação rodoviária nas zonas de acessibilidade crítica.

Refira-se, no entanto, que ao nível do serviço das áreas urbanas compreendidas entre as principais vias radiais, os problemas continuarão a subsistir, enquanto não se verificar a construção das variantes aos principais aglomerados urbanos e às antigas EN's que se desenvolvem perpendicularmente às linhas de costa. Por outro lado, a melhoria da infra-estruturação do interior da Península de Setúbal, constituirá um investimento fundamental para a melhoria da acessibilidade nesta zona da AML e para o descongestionamento da auto-estrada do Sul.

A implementação de novos investimentos estruturais nas redes de TC fora do perímetro da cidade de Lisboa e da sua envolvente imediata, é um factor determinante na repartição modal em favor do transporte individual.

Para além do prolongamento da rede de metropolitano de Lisboa para Santa Apolónia, Campo de Ourique e Alcântara, e para a periferia da cidade, Odivelas, Falagueira e Moscavide, e ainda da ligação Alameda – S. Sebastião; do início próximo da construção do MST (primeiro trimestre de 2002); do fecho da malha ferroviária da margem sul entre Coina e Pinhal Novo, e da melhoria da exploração ferroviária entre Barreiro e Setúbal; há que encontrar outros projectos significativos que melhorem substancialmente a atractividade do TC na AML.

<sup>65</sup> De acordo com os valores apresentados pelo IGM de 1998, das cerca de 680 mil viagens motorizadas por dia da AML Sul, Setúbal representa 17% dessas viagens, das quais só 1,9% (1360 viagens) são correspondências com o sector V (Almada / Seixal) e só 4,6% (3150 viagens) com o sector V (Barreiro / P. Novo). Esta situação é ainda mais reforçada quando se comparam as viagens motorizadas de Lisboa por sectores, onde só 0,8% dependem de Setúbal.

Por outro lado, as dificuldades encontradas em dotar as estações de caminho de ferro suburbano de verdadeiros interfaces rodo-ferroviários tem condicionado o aproveitamento dos avultados investimentos que se têm realizado na renovação e no aumento de oferta destas linhas.

# 8 Infraestruturas Energéticas

## 8.1 **Infraestruturas Eléctricas**

8.1.1 Rede Eléctrica

8.1.2 Expansão da Rede de Transporte

## 8.2 **Infraestruturas de Gás Natural**

## 8.3 **Infraestruturas de Combustíveis**

# 8.1 Infraestruturas Eléctricas

## 8.1.1 Rede Eléctrica

Os Planos Regionais de Ordenamento do Território devem incorporar as infraestruturas da rede eléctrica, não só pela sua importância como infraestruturas regionais, mas também pelos conflitos que podem originar com as áreas urbanas, existentes e previstas.

De facto, a este nível de planeamento é importante equacionar as Instalações de Produção, as Subestações e as Linhas de Transporte da Rede Eléctrica Nacional, abrangendo os níveis de Muito Alta Tensão de 400, 220 e 150KV, deixando para o planeamento de nível inferior as redes de distribuição e, por conseguinte, as redes de Alta e Média Tensão (60 e 30KV, ou tensões inferiores).

### Instalações de Produção

De acordo com a informação da Direcção Geral de Energia (DGE), na AML são de considerar três centrais termoeléctricas: Setúbal, Carregado e, de menor dimensão, Barreiro.

### Subestações da Rede de Transporte

Além das Subestações associadas às instalações de produção (actualmente propriedade da CPPE) são de considerar as seguintes subestações da rede de transporte, da responsabilidade da REN:

- Subestação de Porto Alto
- Subestação de Palmela
- Subestação de Pegões
- Subestação de Fernão Ferro
- Subestação de Seixal
- Subestação de Fanhões
- Subestação de Alto de Mira
- Subestação de Trajouce
- Subestação de Sacavém
- Subestação de Carriche
- Subestação de Sete Rios

## Linhas de Transporte

A carta anexa sinaliza de forma explícita as linhas de MAT. Não sendo inviável a construção sob as linhas, existem constrangimentos de distâncias a observar e instalações, nomeadamente escolares, de desporto e similares, que não devem ser estabelecidas sob as linhas. Impõe-se, por isso, reservar os corredores para o efeito, situação claramente a especificar nos planos de nível inferior.

Assim, de acordo com a informação disponibilizada pela Rede Eléctrica Nacional, S.A., é possível identificar as seguintes linhas da Rede Eléctrica Nacional existentes na Área Metropolitana de Lisboa para as quais deverão ser preservados corredores, de modo a evitar conflitos com as áreas urbanas e urbanizáveis:

TENSÃO	LINHAS
400KV	Linha Rio Maior – Fanhões
	Linha Rio Maior – Palmela
	Linha Palmela – Fanhões
	Linha Palmela – Sines
	Linha Setúbal – Palmela
220KV	Linha Rio Maior – Trajouce
	Linha Carregado – Rio Maior
	Linha Carregado – Fanhões
	Linha Carregado – Alto Mira
	Linha Alto Mira – Trajouce
	Linha Carregado – Seixal
	Linha Carregado – Sacavém
	Linha Fanhões – Alto Mira
	Linha Fanhões – Carriche
	Linha Fanhões – Sacavém
	Linha Alto Mira – Carriche
Ramal da Linha Carregado – Alto Mira para Carriche	
Ramal da Linha Fanhões – Alto Mira para Carriche	
150KV	Linha Zêzere – Sacavém
	Linha Zêzere – Porto Alto
	Linha Sacavém – Porto Alto
	Linha Fanhões – Sacavém
	Linha Porto Alto – Palmela
	Linha Palmela – Seixal
	Ramal da Linha Palmela – Seixal para Fernão Ferro
	Linha Palmela – Ferreira do Alentejo
	Linha Palmela – Sines
	Linha Palmela – Évora
	Ramal da Linha Palmela – Sines para Pegões
	Ramal da Linha Palmela – Évora para Pegões
	Linha Palmela – Fernão Ferro
	Linha Palmela – Setúbal

## 8.1.2 Expansão da Rede de Transporte

Para além das linhas existentes, é fundamental considerar os projectos de expansão da Rede, para os quais deverão igualmente ser preservados corredores, de modo a evitar conflitos com as áreas urbanas e urbanizáveis. Assim, integram-se de seguida os elementos enviados pela Rede Eléctrica Nacional, S.A. que apresentam de um modo sintético as propostas de desenvolvimento da Rede Nacional de Transporte.

### Síntese do desenvolvimento da Rede Nacional de Transporte previsto a médio prazo na Área Metropolitana de Lisboa

Neste documento faz-se uma listagem dos projectos de expansão da Rede Nacional de Transporte (RNT) a concretizar até final de 2005/2006, abrangendo ou com incidência na Área Metropolitana de Lisboa.

Esta listagem e enumeração de projectos é de tipo sumário, não dispensando por parte das entidades interessadas a necessidade de posterior pedido de informação mais detalhada, caso pretendam uma descrição dos mesmos, nomeadamente tendo em vista o conhecimento de localizações detalhadas no terreno dos seus diferentes elementos.

Refira-se que, para muitos deles, a REN não dispõe ainda dos respectivos projectos e que, por conseguinte, não é ainda possível precisar com rigor a ocupação de território com eles relacionada.

Esta enumeração abrange basicamente as componentes 'Subestações' e 'Linhas' da REN, abrangendo os níveis de tensão 'Muito Alta Tensão – MAT' de 400, 220 e 150KV. Refere-se que a RNT não engloba as redes de Distribuição e, por conseguinte, as redes de Alta e Média Tensão (60 e de 30KV ou tensão inferiores).

Na sequência tecem-se alguns comentários suplementares sobre as mesmas.

#### 1. Reforços na Zona do Vale do Tejo

O reforço de alimentação a esta zona prevê a abertura da subestação de Santarém no início de 2001, equipada com um primeiro transformador

220/60KV, 63MVA. **A subestação será alimentada por um desvio da linha a 220KV, Carregado-Zêzere, a qual resulta da reconstrução parcial de uma antiga linha de 150KV entre as subestações do Zêzere e de Sacavém para linha dupla de 220KV.** Por razões de faseamento entrará apenas ao serviço, numa primeira fase, o troço da linha Carregado-Santarém, completando-se a ligação para norte, dois anos mais tarde, com o troço Santarém-Zêzere.

Este projecto destina-se a melhorar a qualidade de serviço na região, que actualmente se encontra alimentada por duas linhas extensas de 60KV (comprimentos de 50km e 35km, respectivamente) com origem nas subestações do Zêzere e do Carregado.

#### 2. Ligação da Nova Central de Gás Natural, Ciclo Combinado, na Área 'Carregado'

Esta nova central será equipada com 3 grupos com uma potência unitária líquida de 330MW. A entrada em serviço de cada um dos grupos será faseada e prevista, respectivamente, para 2003, 2004 e 2006.

A integração desta central na RNT far-se-á nos níveis de tensão de 220KV, para o 1.º grupo, e de 400KV para os restantes dois grupos. A solução adoptada consiste **na abertura de um posto de corte de 400KV, situado na vizinhança da actual central, o qual irá colectar a produção destes dois grupos. A linha Palmela-Rio Maior a 400KV passará a entrar e a sair deste novo posto de corte e dele divergirão outras duas linhas de 400KV, em apoios comuns, para o pólo consumidor de Lisboa, para ligação às subestações de Fanhões e de Alto de Mira.** Em termos de estrutura física da Rede Nacional de Transporte (RNT) estas últimas duas linhas são fundamentais para assegurar uma circulação adequada e equilibrada da energia.

#### 3. Introdução dos 400KV na Periferia da Grande Lisboa (Norte)

Encontra-se prevista a entrada em serviço da primeira fase da introdução dos 400KV na zona ocidental da Grande Lisboa, mais concretamente na subestação de Alto de Mira, a qual está a ser objecto de uma ampliação parcial para aquele nível

de tensão. Em 2001 deverão ali entrar em serviço as primeiras duas unidades 400/60KV de 170MVA.

**Nesta fase, a chegada dos 400KV está prevista através da construção de uma linha dupla a 400KV entre as subestações de Fanhões e de Alto de Mira.**

**No início de 2002 deverá entrar em serviço a primeira unidade de autotransformação 400/220KV, 450 MVA, em Alto de Mira.**

Pretende-se, desta forma, que esta subestação passe a assumir uma função de transferência de energia da rede de 400KV para a de 220KV e da sua repartição local para os outros pontos de entrega da zona da Grande Lisboa, criando um pólo alternativo a Fanhões, único actualmente em serviço com esta função.

Na sequência da entrada em serviço da referida auto-transformação **deverá igualmente completar-se a reconstrução da actual linha simples a 220 KV Fanhões-A.deMira II, a transformar para linha dupla 400+220KV. Esta obra será complementada pela construção de um troço duplo a 400KV para leste da área de Fanhões**, como já se referiu, quando da ligação do primeiro grupo de 400KV da nova central de gás natural ciclo combinado situada no Carregado, previsto para Outubro 2004, sendo construído um posto de corte de 400KV na sua proximidade, de onde passarão a divergir estas duas linhas de 400KV com destino às subestações de A. de Mira e Fanhões.

#### 4. Reforços nos 220KV na Grande Lisboa

Concretizada a abertura do injecter de 220KV de Sete Rios, alimentado, actualmente apenas por um cabo subterrâneo com origem na subestação de Carriche, **encontra-se prevista para 2005 uma segunda ligação de 220KV a Sete Rios, estando a estudar-se soluções de alimentação alternativas, em particular a partir da subestação de Sacavém.** Esta solução poderá apresentar a vantagem potencial de vir a passar pelo futuro novo injecter planeado para o interior da cidade, na zona de Chelas / Alto de São João.

Fundamentalmente, este injecter no Alto de São João irá possibilitar uma expansão optimizada da rede de 60KV na zona oriental da cidade, em substituição da rede remanescente de cabos de 30KV, a maioria deles com mais de 40 anos de serviço.

No que se refere à zona oriental de Lisboa, **a RNT será reforçada através da construção de um segundo corredor de linha a partir do desvio**

**da actual linha de 220KV Carregado-A.deMira para a subestação de Sacavém com eventual utilização possível de corredores já existentes**, o qual visa criar uma alternativa à única linha dupla de 220KV que alimenta esta subestação e, a partir dela, a restante zona oriental da cidade.

Na zona ocidental de Lisboa está também previsto **um reforço a 220kv à subestação de Trajouce**, que serve os concelhos de Cascais, Oeiras e Sintra, **através duma linha dupla proveniente da zona a norte da subestação de Alto de Mira**, onde se ligará a infraestruturas de linha aérea previamente construídas.

É também antevisto no horizonte 2005/2010 uma **nova saída em linha dupla da subestação de Fanhões para sul com vista a reforçar a alimentação de Carriche e de Sacavém.**

No que respeita a reforços de transformação, estão previstas as **segundas unidades 220/60KV, 170MVA, para as subestações de Sacavém (2002) e de Sete Rios (2005)** e, no âmbito da remodelação e ampliação da subestação de Alto de Mira, está prevista a **substituição de duas unidades 220/60KV, 120MVA, por duas novas, mais potentes, de 400/60KV, 170MVA cada uma, nos finais de 2001.**

De notar que a ampliação dos 60KV de Sacavém se insere na estratégia de redução progressiva do nível de 30KV nesta subestação, na qual se procederá à desactivação progressiva de transformação 150/30KV, começando por duas unidades de 45MVA, uma em 2000 e outra em 2002.

#### 5. Reforços na Zona da Península de Setúbal

O reforço na alimentação à Distribuição nesta zona contempla **a abertura do injecter de Monte de Caparica (2005) por reutilização a 150kv de uma linha dupla com origem na subestação de Fernão Ferro, isolada para aquele nível de tensão, mas que até agora tem sido explorada a 60kv.** A nova subestação de Monte de Caparica, cujo terreno foi já adquirido e vedado, **será dotada de um primeiro transformador 150/60kv, 126MVA.**

Por seu lado, **na área de influência do injecter de Setúbal, que serve os concelhos de Setúbal, Palmela, Moita, Barreiro e Alcochete, tornar-se-á necessário em 2004 reforçar a capacidade da transformação nesta subestação através de uma nova unidade 150/60KV, 126MVA** que substituirá uma unidade de 60 MVA em fim de vida útil.

## Projectos de Desenvolvimento da Rede Nacional de Transporte com Incidência na Área Metropolitana de Lisboa (2000-2005)

### Principais Obras em Linhas Ordenadas por Ano de Entrada em Serviço

<b>2000</b>	TENSÃO (kV)	(km)	
Palmela – Porto Alto I	150	1¥36.6	Uprating
Palmela – Porto Alto II	150	1¥36.3	Uprating
Palmela – F. Ferro IV, desvio para Seixal	150	1¥0.1	Ramal em “T” sobre esta linha
Carregado – Seixal	220	1¥56.8	Remodelação para 220kV do antigo RLZRSV II/PA e da LPASXL
<b>2001</b>			
Fanhões – A. Mira IV/V	400	2¥18.6	1.ª linha a 400 kV para a Subestação de Alto Mira
Carregado – Santarém	220	2¥34.0	Reforço para linha dupla a 220kV do troço do Carregado-Santarém, da antiga linha a 150kV, Zêzere-Sacavém I
Fanhões – A.Mira II	220	-1¥18.4	Desactivação para reforço para dupla 400//220kV
<b>2003</b>			
R. Maior – Palmela, desvio para A. Mira	400	2¥27.0	Construção de 27 km de linha dupla nova para reforço a Lisboa
Fanhões – A. Mira II	400	1¥18.4	Reforço para dupla 400//220 kV
R. Maior – Trajouce, ramal para Fanhões	220	1¥18.4	Aproveitamento de um dos ternos da linha Fanhões-A.Mira II
Carregado – A. Mira, desvio para Sacavém	220	2¥14.5	Troço duplo com ternos em paralelo
Carregado – Fanhões II	220	1¥25.0	Uprating
<b>2004</b>			
Carregado – V.N.Rainha	400	2¥7.0	Linha dupla para ligação da nova central GNCC, a construir no Carregado
<b>2005</b>			
A.Mira – S. Rios ou Sacavém (Alt. S. João) – S. Rios	220	1¥3 + 1¥6.5	Troço em linha aérea (já existente) + cabo
<b>2005 a 2008</b>			
Zona A. Mira – Trajouce	220	2¥20.0	
Fanhões – zona Sacavém	220	2¥10.0	

## Reforços de Transformação e Autotransformação

SUBESTAÇÃO	UNIDADES A INSTALAR			UNIDADES A REMOVER		
	TENSÃO (kV)	POTÊNCIA (MVA)	ANO	TENSÃO (kV)	POTÊNCIA (MVA)	ANO
<b>Transformação</b>						
A. de Mira	400/60	+2x170	2001	220/60	-2x120	2001
Sacavém	220/60	+170	2002	150/30	-45	2001
"				150/30	-45	2002
Santarém	220/60	+63	2001			
"	220/60	+63	2004			
Setúbal	150/60	+126	2004	150/60	-60	2004
Monte de Caparica	150/60	+126	2005			
Sete Rios	220/60	+170	2005			
<b>Autotransformação</b>						
A. de Mira	400/220	+450	2002			

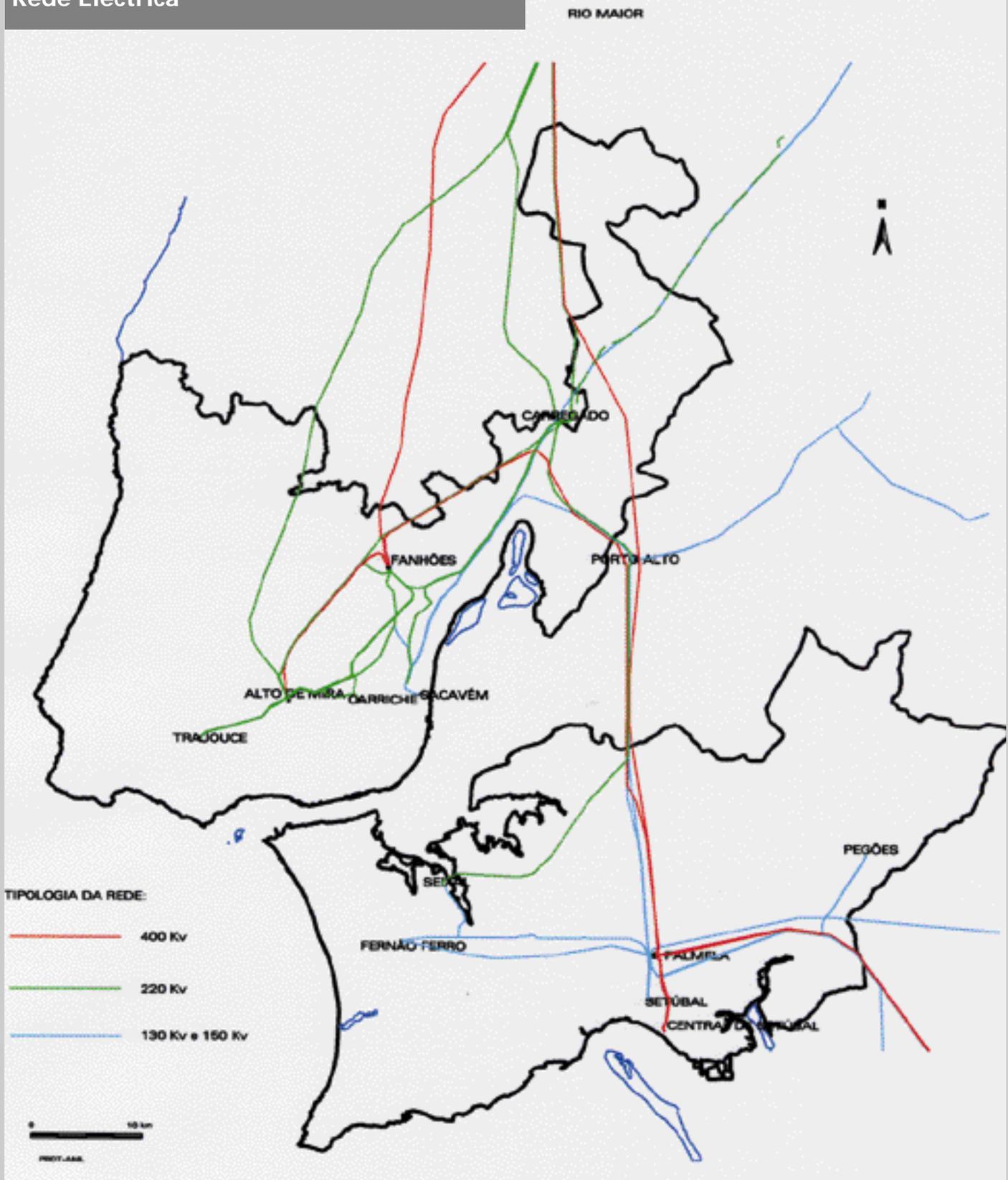
## 8.2 Infraestruturas de Gás Natural

No que se refere às infraestruturas de gás natural, segundo o contributo da Direcção Geral de Energia (DGE), no âmbito do PROT-AML e na medida do seu reflexo em planos de nível inferior, é de salientar, nomeadamente para o seu mais detalhado tratamento em estudos subsequentes, os seguintes aspectos:

- deverá ser considerado o traçado das infraestruturas de transporte de gás natural quer em termos de optimização do seu uso, quer em garantias de não interferência com a sua existência, nomeadamente considerando os direitos de serventia que lhe estão associados por reconhecimento legal;
- a um segundo nível de infraestruturas, sujeitas ao mesmo regime legal com possibilidade de maior utilização por futuros consumidores, por diferentes características técnicas e maior flexibilidade, deverão ser ponderados os traçados das redes de distribuição primária.

- Considerar, numa visão de AML alargada, a futura ligação do gasoduto primário da Transgás, de Setúbal a Sines, inerente ao futuro terminal de GNL a construir naquele porto, bem como a ligação do gasoduto à zona portuária/industrial de Setúbal. Por não estarem ainda integralmente definidos os traçados não estão sinalizados nas cartas mas parece deverem justificar a sua menção.

Fig. 8.1  
Rede Eléctrica



## 8.3 Infraestruturas de Combustíveis (Petróleo e Derivados)

No que se refere às infraestruturas de combustíveis, ainda segundo o referido contributo da DGE, para garantir a sua manutenção, implantação ou a possibilidade da sua expansão, deverão ser considerados:

- O traçado do oleoduto Sines-Aveiras, ao qual estão associadas direitos de servidão que impõe restrições de uso e de trabalhos na sua proximidade.
- A previsível construção, a muito breve prazo, de um oleoduto de ligação de Sines-Aveiras (eventualmente na zona da Marateca) à zona portuária do Sado (Zona de Tanquisado).
- Igualmente de prever, e essencial no PROT-AML, é o traçado de um oleoduto entre Aveiras e o futuro Aeroporto Internacional de Lisboa.

- As grandes Instalações de Armazenagem:

PETROGAL – A grande instalação da armazenagem (não exclusivamente Petrogal) na área alargada da AML, a Companhia Logística de Combustíveis (CLC) situa-se em Aveiras de Cima. A garantia da sua acessibilidade e das futuras ligações por oleodutos, já referidas, são claramente estratégicas.

De considerar ainda as reservas activas de Porto Brandão, Tanquisado e Rosairinho, abastecidas por barco, e que constituem pontos estratégicos para a consequente distribuição em camião-cisterna.

SHELL – Na região de Lisboa é de considerar a instalação de armazenagem da Banática.

ESSO – Dispõe de uma instalação de armazenagem, associada ao enchimento de garrafas de Gás Propano, na zona da Trafaria.

BP – Possui uma instalação de armazenagem em St.ª Iria de Azóia (alimentada pelo Cais da Matinha antes da construção da EXPO 98).

A CEPSA – Tanques de armazenagem da Tanquisado, em Setúbal.

# 9 Protecção Civil

## 9.1 Nota Introdutória

## 9.2 Sistema Nacional de Protecção Civil

9.2.1 Rede Eléctrica

9.2.2 Expansão da Rede de Transporte

9.2.3 Rede Eléctrica

9.2.4 Expansão da Rede de Transporte

## 9.3 Principais Riscos na AML

9.3.1 Riscos Naturais

9.3.2 Riscos Tecnológicos

9.3.2.1 Indústrias de Alto Risco

9.3.2.2 Oleoduto e Gasoduto

9.3.2.3 Transporte de Mercadorias Perigosas

## 9.1 Nota Introdutória

Este capítulo reúne as contribuições do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC) para o PROT-AML.

## 9.2 Sistema Nacional de Protecção Civil

A protecção civil é a actividade desenvolvida pelo Estado e pelos cidadãos com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofe ou calamidade, de origem natural ou tecnológica, e de atenuar os seus efeitos e socorrer as pessoas em perigo, quando aquelas situações ocorram.

O **Sistema Nacional Protecção Civil** encontra-se organizado em três níveis: Nacional, Regional/Distrital e Municipal.

Em **cada nível** existe um *Responsável (Autoridade)*, um *Serviço de Protecção Civil*, um *Centro de Operações de Emergência e Planos de Emergência*.

### 9.2.1 Autoridade

Para cada nível, a Autoridade competente é a que a seguir se descreve:

NÍVEL	SERVIÇO	AUTORIDADE
Nacional	Serviço Nacional de Protecção Civil	Primeiro Ministro
Regional	Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores	Pres. Gov. Reg. Autónomas
Distrital	Delegação Distrital de Protecção Civil	Governador Civil
Municipal	Serviço Municipal de Protecção Civil	Presidente da Câmara Municipal

### 9.2.2 Serviços de Protecção Civil

Os Serviços de Protecção Civil orientam e coordenam, aos diversos níveis (Nacional, Regional/Distrital e Municipal), as actividades de protecção civil.

O Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC) integra 18 delegações distritais (os Serviços Regionais são autónomos). Os Serviços Municipais de Protecção Civil são dependentes das Câmaras Municipais.

Todas as actividades de protecção civil, nomeadamente o planeamento e as operações de emergência, devem atender ao **princípio da subsidiariedade**, ao **princípio da prevenção**, ao **princípio da precaução**, ao **princípio da participação** e ao **princípio da responsabilização**.

Dada uma situação de emergência localizada num qualquer concelho do território, a estrutura de protecção civil mais adequada para intervir será a de nível municipal, devido à proximidade dos meios de socorro, à capacidade de rapidamente analisar a situação e ao conhecimento da realidade

local. A estrutura distrital deverá apenas intervir quando a situação de emergência extravasar os limites do município ou os meios locais se mostrem insuficientes para a combater, sempre por solicitação da autoridade local de protecção civil, o presidente da câmara municipal. A intervenção do nível nacional será activada seguindo uma lógica semelhante. O princípio da **subsidiariedade** aplica-se também à activação dos planos de emergência e a todas as questões de segurança.

Outra das componentes essenciais da actividade da protecção civil deve ser a **prevenção**. Desde que possível, a atitude face a uma emergência deve ser sempre pró-activa, em contraste com a atitude reactiva que, por vezes, é mais usada do que seria desejável. A avaliação das situações deve sempre permitir uma previsão dos riscos e as medidas que forem tomadas devem constituir uma antecipação aos problemas, quer sejam relacionadas com a alteração do estado de prontidão dos meios de combate, da sua disposição no terreno ou de reforço de meios, quer sejam medidas de preparação ou reforço dos meios de apoio logístico.

A importância do sector de avaliação em protecção civil deve estar sempre presente. A minoração dos problemas pode pôr em causa vidas e bens e a sua majoração levar a um alarmismo e um excesso de empenho de meios e recursos exagerados. De qualquer forma, se a avaliação de uma situação de emergência prevista ou declarada não permitir conhecer em detalhe os problemas que se colocam devem-se tomar medidas com a devida precaução, de modo a nunca pôr em causa a segurança das populações ou dos agentes e meios de socorro.

Os serviços de protecção civil não podem nem devem substituir-se às demais instituições, da administração ou não, de carácter administrativo, técnico ou científico, que, por atribuições próprias ou por competência comprovada, participam nas mais variadas actividades de protecção civil, como sejam, para além dos agentes (SNB, Forças de Segurança, Forças Armadas, Autoridades Aeronáutica e Marítima, INEM e CVP), o Instituto de Meteorologia (IM), o Instituto da Água (INAG), a Direcção-Geral de Florestas (DGF), o Instituto da Conservação da Natureza (ICN), a Direcção-Geral do Ambiente (DGA) e Universidades ou Laboratórios de Investigação, entre outros. Antes têm que obter a **participação** dos agentes e instituições mais convenientes por área temática, ou seja, por risco. Estas instituições têm o dever de comunicar os riscos e as vulnerabilidades conhecidos ou detectados no decurso das suas actividades.

A **responsabilização** é outro dos princípios fundamentais da protecção civil. As autoridades de protecção civil são o presidente da câmara

municipal, ao nível local, o governador civil, ao nível distrital, e o primeiro ministro, ao nível nacional. Segundo a lei de bases de protecção civil, compete-lhes, em situação de emergência, assumir a direcção e coordenação das operações. Contudo, ao nível das várias actividades que se desenvolvem, as responsabilidades devem ser sempre assumidas pelas entidades adequadas.

No âmbito das relações Internacionais, o SNPC é o órgão executivo do Governo com atribuições de solicitar a concessão de Auxílio Externo, em caso de acidente grave, catástrofe ou calamidade, junto da União Europeia (UE), Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ou de países com os quais mantemos relações especiais de cooperação no âmbito da protecção civil

### 9.2.3 Centros de Operações de Emergência

De acordo com o princípio da subsidiariedade, em situações de emergência, cada nível de resposta do sistema de protecção civil activa o seu *Centro de Operações de Emergência*. O SNPC garante o funcionamento do Centro Nacional de Operações de Emergência de Protecção Civil (CNOEPC). O SNPC apoia ainda o funcionamento dos Centros Operacionais de Emergência a nível distrital e municipal.

### 9.2.4 Planos de Emergência

Os planos de emergência são documentos simples, flexíveis, dinâmicos, adequados e precisos que contêm um conjunto de medidas, normas, regras de procedimentos e missões, destinados a fazer face a situações de emergência e a minimizar as suas consequências.

Os planos de emergência classificam-se, quanto à sua abrangência geográfica, em planos nacionais, regionais, distritais ou municipais, e quanto à especificidade, em planos gerais ou especiais.

Os planos gerais, tal como o seu nome indica, abrangem todos os tipos de risco num determinado espaço geográfico. Os planos especiais dirigem-se para um determinado tipo de risco, ou instalação, como por exemplo, os planos especiais industriais.

Para a Área Metropolitana de Lisboa existem ou estão em aprovação os seguintes planos de emergência:

## Planos de Emergência do Sistema de Protecção Civil

Plano Nacional de Emergência
Plano Distrital de Emergência de Lisboa
Plano Distrital de Emergência de Setúbal
Plano Específico de Fogos Florestais de Lisboa
Plano Específico de Fogos Florestais de Setúbal
Plano Municipal de Emergência de Alcochete
Plano Municipal de Emergência de Azambuja
Plano Municipal de Emergência de Barreiro
Plano Municipal de Emergência de Cascais
Plano Municipal de Emergência de Lisboa
Plano Municipal de Emergência de Loures
Plano Municipal de Emergência de Mafra
Plano Municipal de Emergência de Moita
Plano Municipal de Emergência de Montijo
Plano Municipal de Emergência de Oeiras
Plano Municipal de Emergência de Palmela
Plano Municipal de Emergência de Seixal
Plano Municipal de Emergência de Sesimbra
Plano Municipal de Emergência de Setúbal
Plano Municipal de Emergência de Sintra
Plano Municipal de Emergência de Vila Franca de Xira
PEAC – em AE's, Vias Importantes da Rede Viária Nacional – Lisboa
PEAC – em AE's, Vias Importantes da Rede Viária Nacional – Setúbal
Plano de Evacuação de Lisboa
Plano Específico Cheias na Bacia do Rio Trancão
Plano Especial Cheias da Bacia Hidrográfica do Sado
Plano Especial Operações Cheias da Bacia do Tejo – Vila Franca de Xira
Plano Especial Emergência do Aeródromo Municipal – Tires

## Planos Específicos de Emergência de Entidades

Plano Emergência TRANSTEJO – Lisboa
Plano Emergência QUIMIGAL Adubos – Lavradio
Plano Emergência Externo Complexo Industrial – Barreiro
Plano Emergência Grupo Operacional de Combustíveis do Aeroporto – Lisboa
Plano – Centro Urbano Histórico – Cascais
Plano Emergência Instalações Aerogare Aeroporto de Lisboa
Plano Emergência Aeroporto de Lisboa
Plano Emergência Interno ADP – Alverca
Plano Emergência Interno BP – St.ª Iria Azóia
Plano Emergência Interno GDL DRIFTAL – Cabo Ruivo
Plano Emergência Interno SOLVAY – St.ª Iria Azóia
Plano Emergência Interno ADP Adubos de Portugal
Plano Emergência Interno Companhia Petroquímica – Lavradio
Plano Emergência Interno ESSO – Trafaria
Plano Emergência Interno FISIFE – Lavradio
Plano Emergência Interno SHELL BANÁTICA
Plano Emergência Interno TANQUIPOR
Plano Emergência da CPB – Comp.ª Petroquímica do Barreiro
Plano Emergência Externo da RESIQUIMICA
Plano Emergência para o Eixo Ferroviário Norte-Sul
Plano Emergência Externo da BAYER
Plano Emergência Interno BAYER Portugal
Plano Emergência Externo da PETROGAL Rosairinho
Plano Emergência Interno da PETROGAL Rosairinho
Plano Emergência da TRANSGÁS – gasoduto de gás natural
Plano Emergência Integrado da Ponte 25 de Abril
Plano Emergência para Acidentes Nucleares em Navios
Plano Emergência Externo – CLC
Plano Emergência do Oleoduto Multiprodutos – Sines/Aveiras

## 9.3 Principais Riscos na AML

### 9.3.1 Riscos naturais

O risco sísmico constitui uma preocupação da Protecção Civil, que tem acompanhado as ocorrências sísmicas existentes a nível nacional e internacional e desenvolvido estudos técnico-

-científicos de caracterização e mitigação do seu impacto.

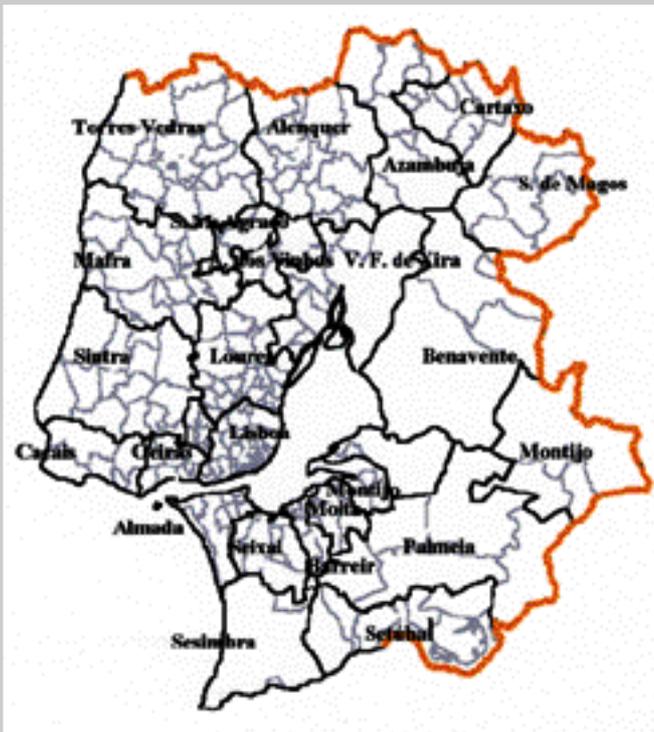
Ao mesmo tempo, a Protecção Civil desenvolveu outras acções de planeamento de operações como a preparação dos Serviços Municipais de Protecção Civil face aos sismos, nas zonas do país de maior

risco sísmico, nas quais se incluem os distritos de Lisboa e Setúbal.

A forte implantação demográfica e urbana em toda a Área Metropolitana de Lisboa, que se reflecte numa grande concentração de pessoas e de estruturas e num grande crescimento económico, levou à consciencialização da gravidade dos danos sísmicos esperados para esta zona, uma vez que se localiza numa região de intensidade sísmica máxima do território nacional (Anexo I).

Consciente desta problemática o XII Governo Constitucional pelo Despacho n.º 32/97, de 21 de Julho, do Ministro da Administração Interna, determinou que a Área Metropolitana de Lisboa (AML) e os municípios de Benavente, Salvaterra de Magos, Cartaxo, Alenquer, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos e Torres Vedras (Figura 9.1), fossem objecto dum conjunto de actividades conducentes a um conhecimento pormenorizado do risco sísmico e a um planeamento de emergência adequado.

Figura 9.1  
Área do Estudo do Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e concelhos limítrofes.



O Estudo apresenta muitos aspectos inovadores que vão desde o tratamento unificado de uma temática tão diversificada como a da previsão e avaliação de danos do edificado, das redes primárias (infra-estruturas) e humanos até ao planeamento detalhado da gestão de crises, com base em Sistemas de Informação Geográfica. A avaliação de danos engloba todo o parque edificado da região abrangida, com especial atenção para cerca de 800 pontos vitais, que incluem os serviços cuja não operacionalidade após um sismo poderá comprometer o normal funcionamento, quer das cadeias de decisão ou comando, unidades operacionais relacionadas com o socorro e manutenção da ordem pública, quer dos órgãos de informação ao público. Este Estudo, dada a abrangência geográfica do SNPC, foi desenvolvido tendo como base geográfica a freguesia.

Este Estudo é uma ferramenta indispensável para o planeamento de gestão de crises de emergência, actualmente e em curso, e poderá, eventualmente, ser utilizado em tempo quase real como auxiliar dos aspectos da organização do socorro.

#### O planeamento de novas áreas urbanas

em zonas sísmicas deve ser desenvolvido de forma a reduzir a vulnerabilidade dos edifícios face aos sismos e a facilitar a intervenção de socorro em situação de emergência:

- deve ter em conta as zonas de potencial deslizamento de terras, em Anexo I-A
- deve ter em conta as zonas de potencial liquefacção. No Anexo I-B, apresentam-se as freguesias que possuem zonas de potencial liquefacção, mas cujo potencial varia em função da intensidade sísmica registada, não se dispondo de estudos mais detalhados, de menor abrangência, que permitam detalhar esse potencial de liquefacção.
- o desenho da malha urbana deve ser realizado de forma a que em caso de sismo, um edifício não comprometa outro. Para o efeito os quarteirões devem ser bem planeados e com distancias de segurança adequadas;
- os arruamentos devem ter largura suficiente para permitir uma rápida circulação das viaturas de socorro. Devem também ser projectados de forma a proporcionar caminhos alternativos de circulação em caso de emergência;
- a distribuição da população e suas actividades (emprego, residência, etc.) deve ser planeada de forma a não proporcionar grandes desequilíbrios demográficos, nem locais de grande concentração de pessoas;

- as infra-estruturas devem ser projectadas de acordo com todas as normas de segurança, e de modo a tentar evitar que o colapso de uma rede de infra-estruturas comprometa outra, em caso de sismo.

Outros fenómenos naturais, como **cheias e deslizamentos**, devem ser tomados em consideração no planeamento urbano.

As zonas que dispõem de planos especiais de emergência para cheias (Trancão, Sado e Tejo junto a Vila Franca de Xira) dispõem de mapas de inundação detalhados que identificam as zonas vulneráveis. Naturalmente, que novas malhas urbanas não se devem estender a zonas de inundação natural (leitos de cheia) e desenvolvimentos em malhas urbanas já existentes devem ter em atenção o risco de cheia.

Especial atenção deve ser tomada em zonas com vertentes de declive acentuado, assegurando-se que a natureza geológica das mesmas não compromete o edificado.

## 9.3.2 Riscos Tecnológicos

### 9.3.2.1 Indústrias de Alto Risco

Os estabelecimentos industriais com maior risco de ocorrência de um acidente grave, que estão abrangidos pelas obrigações da Directiva Seveso, localizados na Área Metropolitana de Lisboa são os indicados no quadro em Anexo II, onde se apresentam as respectivas actividades e principais riscos potenciais.

### 9.3.2.2 Oleoduto e Gasoduto

O oleoduto multi-produtos Sines-Aveiras, que abastece o Parque de armazenagem de combustíveis da CLC com combustíveis líquidos e gasosos provenientes da Refinaria de Sines, atravessa os concelhos da Azambuja e do Montijo, englobados na Área em apreço. (Anexo III).

O gasoduto de alta pressão de transporte de gás natural que atravessa o país, na Área Metropolitana de Lisboa passa pelos seguintes concelhos: Alcochete, Azambuja, Barreiro, Lisboa, Loures, Palmela, Seixal, Setúbal e Vila Franca de Xira. (Anexo IV).

Em ambos os casos os principais riscos potenciais são de incêndio e explosão.

### 9.3.2.3 Transporte de Mercadorias Perigosas

O transporte rodoviário de mercadorias perigosas constitui também um factor de risco. Salienta-se o transporte de combustíveis proveniente dos parques de armazenagem de combustíveis referidos no Anexo II e destinado aos postos de abastecimento disseminados por todos os concelhos, bem como o transporte de matérias primas para os estabelecimentos industriais referidos e de produtos deles provenientes.

No caso dos combustíveis, os principais riscos potenciais são de incêndio e explosão, e no caso de produtos químicos, a estes acresce o risco de libertação de nuvem tóxica. Em ambos os casos ocorrem também derrames com eventuais consequências para o ambiente.

# ANEXOS

- 1 **Demografia**
- 2 **Habitação e Dinâmica Urbanística**
- 3 **Equipamentos Sociais e Culturais**
- 4 **Estrutura Produtiva**
- 5 **Exclusão Social e Fragmentação Territorial**
- 6 **Mobilidade**
- 7 **Síntese do Diagnóstico do Sistema de Transportes da AML**
- 8 **Protecção Civil**

# 1. Demografia

## 1.1 Indicadores Demográficos das Áreas Metropolitanas da Península Ibérica

ÁREA METROPOLITANA	MUNICIPIOS		POPULAÇÃO PRESENTE (EM MILHARES)		TAXA DE CRESCIMENTO (%)	DENSIDADE (HAB. / KM²)	% ACUM. SUPERF. DA PENÍNSULA	% ACUM. POPULAÇÃO CONTINENTAL PORTUGUESA		% ACUM. POPULAÇÃO CONTINENTAL ESPANHOLA	
	NUMERO	SUPERF. (km²)	1981	1991				1981	1991	1981	1991
Lisboa *	18	3128	2,482	2,532	2,0	809	0,48	26,58	25,70	-	-
Porto *	9	815	1,123	1,174	4,5	1440	0,62	38,61	37,61	-	-
<b>Total Portugal **</b>	<b>275</b>	<b>88,826</b>	<b>9,337</b>	<b>9,853</b>	<b>5,5</b>	<b>111</b>	<b>14,96</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Madrid	30	2,140	4,474	4,725	5,6	2208	0,36	-	-	11,87	11,98
Barcelona	91	1,755	4,083	4,169	2,1	2375	0,66	-	-	22,71	22,55
Valência	52	1,148	1,422	1,492	4,9	1300	0,85	-	-	26,48	26,34
Bilbao	35	775	1,064	1,036	2,6	1337	0,98	-	-	29,31	28,96
Sevilha	19	1,106	955	1,077	12,8	974	1,17	-	-	31,84	31,70
Malaga	11	1,240	717	861	20,1	694	1,38	-	-	33,74	33,88
Oviedo-Gijon	18	1,452	802	810	1,0	558	1,62	-	-	35,87	35,93
Alicante	18	1,230	604	734	21,5	597	1,83	-	-	37,47	37,79
Zaragoza	3	1,102	602	636	5,6	577	2,01	-	-	39,07	39,41
Vigo-Pontevedra	15	774	505	540	6,9	698	2,14	-	-	40,41	40,78
Murcia	11	1,322	411	487	18,5	368	2,37	-	-	41,50	42,01
Granada	21	839	355	404	13,8	482	2,51	-	-	42,44	43,04
Valladolid	2	227	337	358	6,2	1577	2,55	-	-	43,34	43,94
Corunha	8	362	310	343	10,6	948	2,61	-	-	44,16	44,81
Córdova	2	1,275	294	320	8,8	251	2,82	-	-	44,94	45,63
<b>Total Espanha</b>	<b>8,022</b>	<b>504,741</b>	<b>37,682</b>	<b>39,434</b>	<b>4,6</b>	<b>78</b>	<b>85,04</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Total Península</b>	<b>8,297</b>	<b>593,567</b>	<b>47,019</b>	<b>49,287</b>	<b>4,8</b>	<b>83</b>	<b>100,00</b>	<b>19,86</b>	<b>19,99</b>	<b>80,14</b>	<b>80,01</b>

Fontes: A. SERRANO – "El papel de las infraestructuras en la conformación de las Areas Metropolitanas". C.EOTMA 1983. Actualizado.; INE – Censos 1981 e 1991 e REFTER – Sistema de Gestão de Nomenclaturas Territoriais: ISEALOT – "Administração Local em Números"

\* LEI 44/91

\*\* SEM ARQUIPÉLAGOS DOS AÇORES, MADEIRA, CANÁRIAS E BALEARES

## 1.2 População Residente e sua Distribuição Geográfica

CONCELHOS	POPULAÇÃO RESIDENTE			DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO (%)		
	1981	1991	1997	1981	1991	1997
<b>Grande Lisboa</b>	<b>1 853 729</b>	<b>1 836 484</b>	<b>1 834 060</b>	<b>74,1</b>	<b>72,3</b>	<b>71,5</b>
Amadora	163 878	181 774	189 000	6,5	7,2	7,4
Cascais	141 498	153 294	164 230	5,7	6,0	6,4
Lisboa	807 937	663 394	554 050	32,3	26,1	21,6
Loures	276 467	322 158	346 850	11,0	12,7	13,5
Oeiras	149 328	151 342	158 460	6,0	6,0	6,2
Sintra	226 428	260 951	307 800	9,0	10,3	12,0
Vila Franca de Xira	88 193	103 571	113 670	3,5	4,1	4,4
<b>P. Setúbal</b>	<b>584 648</b>	<b>640 493</b>	<b>667 150</b>	<b>23,4</b>	<b>25,2</b>	<b>26,0</b>
Alcochete	11 246	10 169	10 020	0,4	0,4	0,4
Almada	147 690	151 783	153 010	5,9	6,0	6,0
Barreiro	88 052	85 768	82 300	3,5	3,4	3,2
Moita	53 240	65 086	69 530	2,1	2,6	2,7
Montijo	36 849	36 038	36 430	1,5	1,4	1,4
Palmela	36 933	43 857	48 110	1,5	1,7	1,9
Seixal	89 169	116 912	133 600	3,6	4,6	5,2
Sesimbra	23 103	27 246	29 650	0,9	1,1	1,2
Setúbal	98 366	103 634	104 500	3,9	4,1	4,1
Mafra	43 899	43 731	44 640	1,8	1,7	1,7
Azambuja	19 768	19 568	19 590	0,8	0,8	0,8
<b>AML</b>	<b>2 502 044</b>	<b>2 540 276</b>	<b>2 565 440</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	1 917 396	1 899 783	1 898 290	76,6	74,8	74,0
AML Sul	584 648	640 493	667 150	23,4	25,2	26,0
AML s/ Lisboa	1 694 107	1 876 882	2 011 390	67,7	73,9	78,4
AML Norte s/ Lisboa	1 109 459	1 236 389	1 344 240	57,9	65,1	70,8
<b>RLVT</b>	<b>3 261 578</b>	<b>3 296 715</b>	<b>3 319 860</b>	-	-	-
<b>AML/RLVT (%)</b>	<b>76,7</b>	<b>77,1</b>	<b>77,3</b>	-	-	-
<b>Continente</b>	<b>9 336 760</b>	<b>9 375 926</b>	<b>9 454 240</b>	-	-	-
<b>AML/Cont. (%)</b>	<b>26,8</b>	<b>27,1</b>	<b>27,1</b>	-	-	-
<b>Portugal</b>	<b>9 833 014</b>	<b>9 867 147</b>	<b>9 957 270</b>	-	-	-
<b>AML/Port. (%)</b>	<b>25,4</b>	<b>25,7</b>	<b>25,8</b>	-	-	-

Fontes: INE. XII e XIII Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991; INE. Estimativas de População Residente, 1997

### 1.3 Evolução da População Residente

CONCELHOS	VARIACÕES				VARIACÕES MÉDIAS ANUAIS	
	1981-1991		1991-1997		1981-1991	1991-1997
	N.º	%	N.º	%	N.º	N.º
<b>Grande Lisboa</b>	<b>-17 245</b>	<b>-0,9</b>	<b>-2 424</b>	<b>-0,1</b>	<b>-1725</b>	<b>-404</b>
Amadora	17 896	10,9	7 226	4,0	1790	1204
Cascais	11 796	8,3	10 936	7,1	1180	1823
Lisboa	-144 543	-17,9	-109 344	-16,5	-14454	-18224
Loures	45 691	16,5	24 692	7,7	4569	4115
Oeiras	2 014	1,3	7 118	4,7	201	1186
Sintra	34 523	15,2	46 849	18,0	3452	7808
Vila Franca de Xira	15 378	17,4	10 099	9,8	1538	1683
<b>P. Setúbal</b>	<b>55 845</b>	<b>9,6</b>	<b>26 657</b>	<b>4,2</b>	<b>5585</b>	<b>4443</b>
Alcochete	-1 077	-9,6	-149	-1,5	-108	-25
Almada	4 093	2,8	1 227	0,8	409	205
Barreiro	-2 284	-2,6	-3 468	-4,0	-228	-578
Moita	11 846	22,3	4 444	6,8	1185	741
Montijo	-811	-2,2	392	1,1	-81	65
Palmela	6 924	18,7	4 253	9,7	692	709
Seixal	27 743	31,1	16 688	14,3	2774	2781
Sesimbra	4 143	17,9	2 404	8,8	414	401
Setúbal	5 268	5,4	866	0,8	527	144
Mafra	-168	-0,4	909	2,1	-17	152
Azambuja	-200	-1,0	22	0,1	-20	4
<b>AML</b>	<b>38 232</b>	<b>1,5</b>	<b>25 164</b>	<b>1,0</b>	<b>3823</b>	<b>4194</b>
AML Norte	-17 613	-0,9	-1 493	-0,1	-1761	-249
AML Sul	55 845	9,6	26 657	4,2	5585	4443
AML s/ Lisboa	182 775	10,8	134 508	7,2	18278	22418
AML Norte s/ Lisboa	126 930	11,4	107 851	8,7	12693	17975
<b>RLVT</b>	<b>35 137</b>	<b>1,1</b>	<b>23 145</b>	<b>0,7</b>	<b>3514</b>	<b>3858</b>
<b>AML/RLVT (%)</b>	-	-	-	-		
<b>Continente</b>	<b>39 166</b>	<b>0,4</b>	<b>78 314</b>	<b>0,8</b>	<b>3917</b>	<b>13052</b>
<b>AML/Cont. (%)</b>	-	-	-	-		
<b>Portugal</b>	<b>34 133</b>	<b>0,3</b>	<b>90 123</b>	<b>0,9</b>	<b>3413</b>	<b>15021</b>
<b>AML/Port. (%)</b>	-	-	-	-		

Fontes: INE. XII e XIII Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991; INE. Estimativas de População Residente, 1997

## 1.4 Densidades Populacionais

CONCELHOS	ÁREA (km <sup>2</sup> )	DENSIDADE POPULACIONAL (HAB./km <sup>2</sup> )		
		1981	1991	1997
<b>Grande Lisboa</b>	<b>1 056</b>	<b>1 755</b>	<b>1 739</b>	<b>1 737</b>
Amadora	24	6 828	7 574	7 875
Cascais	97	1 459	1 580	1 693
Lisboa	84	9 618	7 898	6 596
Loures	195	1 418	1 652	1 779
Oeiras	46	3 246	3 290	3 445
Sintra	316	717	826	974
Vila Franca de Xira	294	300	352	387
<b>P. Setúbal</b>	<b>1 519</b>	<b>385</b>	<b>422</b>	<b>439</b>
Alcochete	94	120	108	107
Almada	70	2 110	2 168	2 186
Barreiro	31	2 840	2 767	2 655
Moita	55	968	1 183	1 264
Montijo	347	106	104	105
Palmela	462	80	95	104
Seixal	94	949	1 244	1 421
Sesimbra	195	118	140	152
Setúbal	171	575	606	611
Mafra	291	151	150	153
Azambuja	262	75	75	75
<b>AML</b>	<b>3 128</b>	<b>800</b>	<b>812</b>	<b>820</b>
AML Norte	1 609	1 192	1 181	1 180
AML Sul	1 519	385	422	439
AML s/ Lisboa	3 044	557	617	661
AML Norte s/ Lisboa	1 525	728	811	881
<b>RLVT</b>	<b>11 930</b>	<b>273</b>	<b>276</b>	<b>278</b>
<b>AML/RLVT (%)</b>	<b>26,2</b>	-	-	-
<b>Continente</b>	<b>88 797</b>	<b>105</b>	<b>106</b>	<b>106</b>
<b>AML/Cont. (%)</b>	<b>3,5</b>	-	-	-
<b>Portugal</b>	<b>91 906</b>	<b>107</b>	<b>107</b>	<b>108</b>
<b>AML/Port. (%)</b>	<b>3,4</b>	-	-	-

Fontes: INE, REFTER – Sistema de Gestão de Nomenclaturas Territoriais; INE. XII e XIII Recenseamentos Gerais da População, 1981 e 1991; INE. Estimativas de População Residente, 1997

## 1.5 Estrutura Etária da População Residente

CONCELHOS	1991					1997				
	0 - 14 ANOS	15 - 24 ANOS	25 - 64 ANOS	65 OU MAIS	TOTAL	0 - 14 ANOS	15 - 24 ANOS	25 - 64 ANOS	65 OU MAIS	TOTAL
<b>Grande Lisboa</b>	<b>322 709</b>	<b>290 024</b>	<b>990 172</b>	<b>233 579</b>	<b>1 836 484</b>	<b>284 110</b>	<b>264 600</b>	<b>1 010 100</b>	<b>275 250</b>	<b>1 834 060</b>
Amadora	35 018	29 376	101 539	15 841	181 774	30 720	27 720	106 590	23 970	189 000
Cascais	28 106	24 478	82 993	17 717	153 294	27 240	24 370	90 310	22 310	164 230
Lisboa	94 306	99 116	345 407	124 565	663 394	71 510	69 760	291 750	121 030	554 050
Loures	64 752	53 614	177 466	26 326	322 158	55 800	54 720	197 520	38 810	346 850
Oeiras	27 728	24 932	82 855	15 827	151 342	23 630	25 060	89 010	20 760	158 460
Sintra	50 903	42 500	143 510	24 038	260 951	55 890	44 420	171 290	36 200	307 800
Vila Franca de Xira	21 896	16 008	56 402	9 265	103 571	19 320	18 550	63 630	12 170	113 670
<b>P. Setúbal</b>	<b>123 605</b>	<b>101 289</b>	<b>345 800</b>	<b>69 799</b>	<b>640 493</b>	<b>107 830</b>	<b>105 490</b>	<b>369 000</b>	<b>84 830</b>	<b>667 150</b>
Alcochete	1 758	1 669	5 284	1 458	10 169	1 480	1 550	5 470	1 520	10 020
Almada	26 964	23 864	83 160	17 795	151 783	23 640	22 660	84 670	22 040	153 010
Barreiro	14 926	14 494	46 606	9 742	85 768	10 860	13 320	47 290	10 830	82 300
Moita	14 288	10 223	33 959	6 616	65 086	12 360	11 900	37 180	8 090	69 530
Montijo	6 451	5 486	19 101	5 000	36 038	5 840	5 430	19 320	5 840	36 430
Palmela	8 345	6 618	23 615	5 279	43 857	7 880	7 120	26 200	6 910	48 110
Seixal	25 175	18 742	64 880	8 115	116 912	23 980	22 080	76 420	11 120	133 600
Sesimbra	5 073	4 186	14 445	3 542	27 246	4 710	4 510	15 800	4 630	29 650
Setúbal	20 625	16 007	54 750	12 252	103 634	17 080	16 920	56 650	13 850	104 500
Mafra	8 210	6 521	22 718	6 282	43 731	7 370	6 610	23 990	6 670	44 640
Azambuja	3 576	2 912	9 901	3 179	19 568	2 810	2 990	10 240	3 550	19 590
<b>AML</b>	<b>458 100</b>	<b>400 746</b>	<b>1 368 591</b>	<b>312 839</b>	<b>2 540 276</b>	<b>402 120</b>	<b>379 690</b>	<b>1 413 330</b>	<b>370 300</b>	<b>2 565 440</b>
AML Norte	334 495	299 457	1 022 791	243 040	1 899 783	294 290	274 200	1 044 330	285 470	1 898 290
AML Sul	123 605	101 289	345 800	69 799	640 493	107 830	105 490	369 000	84 830	667 150
<b>RLVT</b>	<b>595 721</b>	<b>512 586</b>	<b>1 752 293</b>	<b>436 115</b>	<b>3 296 715</b>	<b>518 750</b>	<b>490 210</b>	<b>1 803 930</b>	<b>506 970</b>	<b>3 319 860</b>
<b>Continente</b>	<b>1 847 544</b>	<b>1 524 112</b>	<b>4 720 620</b>	<b>1 283 650</b>	<b>9 375 926</b>	<b>1 586 340</b>	<b>1 472 990</b>	<b>4 954 930</b>	<b>1 439 980</b>	<b>9 454 240</b>
AML/RLVT (%)	76,9	78,2	78,1	71,7	77,1	77,5	77,5	78,3	73,0	77,3
AML/Cont. (%)	24,8	26,3	29,0	24,4	27,1	25,3	25,8	28,5	25,7	27,1

Fontes: INE. XIII Recenseamento Geral da População, 1991; INE. Estimativas de População Residente em 31.12.97

## 1.6 Estrutura Etária da População Residente

CONCELHOS	1991					1997				
	0 - 14 ANOS	15 - 24 ANOS	25 - 64 ANOS	65 OU MAIS	TOTAL	0 - 14 ANOS	15 - 24 ANOS	25 - 64 ANOS	65 OU MAIS	TOTAL
<b>Grande Lisboa</b>	<b>17,6</b>	<b>15,8</b>	<b>53,9</b>	<b>12,7</b>	<b>100</b>	<b>15,5</b>	<b>14,4</b>	<b>55,1</b>	<b>15,0</b>	<b>100</b>
Amadora	19,3	16,2	55,9	8,7	100	16,3	14,7	56,4	12,7	100
Cascais	18,3	16,0	54,1	11,6	100	16,6	14,8	55,0	13,6	100
Lisboa	14,2	14,9	52,1	18,8	100	12,9	12,6	52,7	21,8	100
Loures	20,1	16,6	55,1	8,2	100	16,1	15,8	56,9	11,2	100
Oeiras	18,3	16,5	54,7	10,5	100	14,9	15,8	56,2	13,1	100
Sintra	19,5	16,3	55,0	9,2	100	18,2	14,4	55,6	11,8	100
Vila Franca de Xira	21,1	15,5	54,5	8,9	100	17,0	16,3	56,0	10,7	100
<b>P. Setúbal</b>	<b>19,3</b>	<b>15,8</b>	<b>54,0</b>	<b>10,9</b>	<b>100</b>	<b>16,2</b>	<b>15,8</b>	<b>55,3</b>	<b>12,7</b>	<b>100</b>
Alcochete	17,3	16,4	52,0	14,3	100	14,8	15,5	54,6	15,2	100
Almada	17,8	15,7	54,8	11,7	100	15,4	14,8	55,3	14,4	100
Barreiro	17,4	16,9	54,3	11,4	100	13,2	16,2	57,5	13,2	100
Moita	22,0	15,7	52,2	10,2	100	17,8	17,1	53,5	11,6	100
Montijo	17,9	15,2	53,0	13,9	100	16,0	14,9	53,0	16,0	100
Palmela	19,0	15,1	53,8	12,0	100	16,4	14,8	54,5	14,4	100
Seixal	21,5	16,0	55,5	6,9	100	17,9	16,5	57,2	8,3	100
Sesimbra	18,6	15,4	53,0	13,0	100	15,9	15,2	53,3	15,6	100
Setúbal	19,9	15,4	52,8	11,8	100	16,3	16,2	54,2	13,3	100
Mafra	18,8	14,9	51,9	14,4	100	16,5	14,8	53,7	14,9	100
Azambuja	18,3	14,9	50,6	16,2	100	14,3	15,3	52,3	18,1	100
<b>AML</b>	<b>18,0</b>	<b>15,8</b>	<b>53,9</b>	<b>12,3</b>	<b>100</b>	<b>15,7</b>	<b>14,8</b>	<b>55,1</b>	<b>14,4</b>	<b>100</b>
AML Norte	17,6	15,8	53,8	12,8	100	15,5	14,4	55,0	15,0	100
AML Sul	19,3	15,8	54,0	10,9	100	16,2	15,8	55,3	12,7	100
<b>RLVT</b>	<b>18,1</b>	<b>15,5</b>	<b>53,2</b>	<b>13,2</b>	<b>100,0</b>	<b>15,6</b>	<b>14,8</b>	<b>54,3</b>	<b>15,3</b>	<b>100,0</b>
<b>Continente</b>	<b>19,7</b>	<b>16,3</b>	<b>50,3</b>	<b>13,7</b>	<b>100,0</b>	<b>16,8</b>	<b>15,6</b>	<b>52,4</b>	<b>15,2</b>	<b>100,0</b>

Fontes: INE. XIII Recenseamento Geral da População, 1991; INE. Estimativas de População Residente em 31.12.97  
Unidade: % em linha

## 1.7 Índice de Envelhecimento da População Residente

CONCELHOS	ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO	
	1991	1997
<b>Grande Lisboa</b>	<b>72,4</b>	<b>96,9</b>
Amadora	45,2	78,0
Cascais	63,0	81,9
Lisboa	132,1	169,2
Loures	40,7	69,6
Oeiras	57,1	87,9
Sintra	47,2	64,8
Vila Franca de Xira	42,3	63,0
<b>P. Setúbal</b>	<b>56,5</b>	<b>78,7</b>
Alcochete	82,9	102,7
Almada	66,0	93,2
Barreiro	65,3	99,7
Moita	46,3	65,5
Montijo	77,5	100,0
Palmela	63,3	87,7
Seixal	32,2	46,4
Sesimbra	69,8	98,3
Setúbal	59,4	81,1
Mafra	76,5	90,5
Azambuja	88,9	126,3
<b>AML</b>	<b>68,3</b>	<b>92,1</b>
AML Norte	72,7	97,0
AML Sul	56,5	78,7
<b>RLVT</b>	<b>73,2</b>	<b>97,7</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>69,5</b>	<b>90,8</b>

FONTE: XIII Recenseamento Geral da População; INE, 1991; Estimativas de População Residente em 31.12.97; INE

Índice de Envelhecimento =  $P_{65+} / P_{0-14} * 100$

## 1.8 Índices de Dependência Total, de Jovens e de Idosos

CONCELHOS	I.D. TOTAL		I.D. DE JOVENS		I.D. DE IDOSOS	
	1991	1997	1991	1997	1991	1997
<b>Grande Lisboa</b>	<b>43,5</b>	<b>43,9</b>	<b>25,2</b>	<b>22,3</b>	<b>18,2</b>	<b>21,6</b>
Amadora	38,8	40,7	26,7	22,9	12,1	17,8
Cascais	42,6	43,2	26,2	23,8	16,5	19,5
Lisboa	49,2	53,3	21,2	19,8	28,0	33,5
Loures	39,4	37,5	28,0	22,1	11,4	15,4
Oeiras	40,4	38,9	25,7	20,7	14,7	18,2
Sintra	40,3	42,7	27,4	25,9	12,9	16,8
Vila Franca de Xira	43,0	38,3	30,2	23,5	12,8	14,8
<b>P. Setúbal</b>	<b>43,3</b>	<b>40,6</b>	<b>27,6</b>	<b>22,7</b>	<b>15,6</b>	<b>17,9</b>
Alcochete	46,3	42,7	25,3	21,1	21,0	21,7
Almada	41,8	42,6	25,2	22,0	16,6	20,5
Barreiro	40,4	35,8	24,4	17,9	15,9	17,9
Moita	47,3	41,7	32,3	25,2	15,0	16,5
Montijo	46,6	47,2	26,2	23,6	20,3	23,6
Palmela	45,1	44,4	27,6	23,6	17,5	20,7
Seixal	39,8	35,6	30,1	24,3	9,7	11,3
Sesimbra	46,2	46,0	27,2	23,2	19,0	22,8
Setúbal	46,5	42,0	29,1	23,2	17,3	18,8
Mafra	49,6	45,9	28,1	24,1	21,5	21,8
Azambuja	52,7	48,1	27,9	21,2	24,8	26,8
<b>AML</b>	<b>43,6</b>	<b>43,1</b>	<b>25,9</b>	<b>22,4</b>	<b>17,7</b>	<b>20,7</b>
AML Norte	43,7	44,0	25,3	22,3	18,4	21,7
AML Sul	43,3	40,6	27,6	22,7	15,6	17,9
<b>RLVT</b>	<b>45,6</b>	<b>44,7</b>	<b>26,3</b>	<b>22,6</b>	<b>19,3</b>	<b>22,1</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>50,1</b>	<b>47,1</b>	<b>29,6</b>	<b>24,7</b>	<b>20,6</b>	<b>22,4</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>50,6</b>	<b>47,3</b>	<b>30,1</b>	<b>25,1</b>	<b>20,5</b>	<b>22,2</b>

Fontes: INE. XIII Recenseamento Geral da População, 1991; Estimativas de População Residente, 1997

Índice de Dependência Total =  $P_{0-14} + P_{65+} / P_{15-64} * 100$

Índice de Dependência de Jovens =  $P_{0-14} / P_{15-64} * 100$

Índice de Dependência de Idosos =  $P_{65+} / P_{15-64} * 100$

Unidade: %

## 1.9 Famílias Clássicas Segundo a Dimensão

CONCELHOS	DIMENSÃO DAS FAMÍLIAS - 1991										
	COM 1	COM 2	COM 3	COM 4	COM 5	COM 6	COM 7	COM 8	COM 9	COM 10 OU MAIS	TOTAL
<b>Grande Lisboa</b>	<b>108274</b>	<b>166187</b>	<b>162460</b>	<b>132341</b>	<b>41572</b>	<b>14074</b>	<b>5025</b>	<b>2064</b>	<b>1004</b>	<b>1178</b>	<b>634179</b>
Amadora	8979	15842	17725	13639	3798	1184	457	183	103	128	62038
Cascais	7605	13281	12938	11377	3849	1321	454	164	77	94	51160
Lisboa	58490	69546	52352	40001	14989	5602	2116	945	460	569	245070
Loures	11449	24603	30420	26622	7450	2315	824	315	151	150	104299
Oeiras	7888	12985	13397	11592	3519	1109	429	155	80	90	51244
Sintra	10281	21696	25306	20562	5803	1846	565	206	91	100	86456
Vila Franca de Xira	3582	8234	10322	8548	2164	697	180	96	42	47	33912
<b>P. Setúbal</b>	<b>26240</b>	<b>54883</b>	<b>59983</b>	<b>49804</b>	<b>14310</b>	<b>4688</b>	<b>1649</b>	<b>719</b>	<b>330</b>	<b>269</b>	<b>212875</b>
Alcochete	468	954	912	778	243	66	25	3	1	1	3451
Almada	7000	13709	14046	11036	3345	1204	414	193	115	99	51161
Barreiro	3732	7482	8397	6897	1736	522	161	74	33	26	29060
Moita	2465	5155	5844	5108	1511	532	244	109	51	32	21051
Montijo	1605	3674	3433	2616	773	214	67	26	11	22	12441
Palmela	1637	3947	4107	3329	993	330	110	43	16	13	14525
Seixal	3620	8275	11654	9941	2642	848	262	119	48	33	37442
Sesimbra	983	2404	2391	2178	696	195	77	20	8	3	8955
Setúbal	4730	9283	9199	7921	2371	777	289	132	47	40	34789
Mafra	2121	4123	3637	3396	1025	348	101	33	11	6	14801
Azambuja	916	1986	1563	1475	491	164	52	13	4	3	6667
<b>AML</b>	<b>137551</b>	<b>227179</b>	<b>227643</b>	<b>187016</b>	<b>57398</b>	<b>19274</b>	<b>6827</b>	<b>2829</b>	<b>1349</b>	<b>1456</b>	<b>868522</b>
AML Norte	111311	172296	167660	137212	43088	14586	5178	2110	1019	1187	655647
AML Sul	26240	54883	59983	49804	14310	4688	1649	719	330	269	212875
<b>RLVT</b>	<b>175504</b>	<b>303258</b>	<b>288095</b>	<b>241993</b>	<b>76311</b>	<b>25822</b>	<b>8925</b>	<b>3607</b>	<b>1658</b>	<b>1664</b>	<b>1126837</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>421423</b>	<b>771723</b>	<b>723528</b>	<b>656805</b>	<b>259444</b>	<b>105905</b>	<b>42607</b>	<b>18959</b>	<b>8800</b>	<b>8778</b>	<b>3017972</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>435863</b>	<b>797753</b>	<b>748094</b>	<b>682014</b>	<b>276038</b>	<b>115941</b>	<b>48137</b>	<b>22014</b>	<b>10486</b>	<b>10946</b>	<b>3147286</b>

Fonte: INE. XIII Recenseamento Geral da População 1991

## 1.10 Famílias Clássicas Segundo a Dimensão

CONCELHOS	DIMENSÃO DAS FAMÍLIAS - 1991										TOTAL
	COM 1	COM 2	COM 3	COM 4	COM 5	COM 6	COM 7	COM 8	COM 9	COM 10 OU MAIS	
<b>Grande Lisboa</b>	<b>17,1</b>	<b>26,2</b>	<b>25,6</b>	<b>20,9</b>	<b>6,6</b>	<b>2,2</b>	<b>0,8</b>	<b>0,3</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>100</b>
Amadora	14,5	25,5	28,6	22,0	6,1	1,9	0,7	0,3	0,2	0,2	100
Cascais	14,9	26,0	25,3	22,2	7,5	2,6	0,9	0,3	0,2	0,2	100
Lisboa	23,9	28,4	21,4	16,3	6,1	2,3	0,9	0,4	0,2	0,2	100
Loures	11,0	23,6	29,2	25,5	7,1	2,2	0,8	0,3	0,1	0,1	100
Oeiras	15,4	25,3	26,1	22,6	6,9	2,2	0,8	0,3	0,2	0,2	100
Sintra	11,9	25,1	29,3	23,8	6,7	2,1	0,7	0,2	0,1	0,1	100
Vila Franca de Xira	10,6	24,3	30,4	25,2	6,4	2,1	0,5	0,3	0,1	0,1	100
<b>P. Setúbal</b>	<b>12,3</b>	<b>25,8</b>	<b>28,2</b>	<b>23,4</b>	<b>6,7</b>	<b>2,2</b>	<b>0,8</b>	<b>0,3</b>	<b>0,2</b>	<b>0,1</b>	<b>100</b>
Alcochete	13,6	27,6	26,4	22,5	7,0	1,9	0,7	0,1	0,0	0,0	100
Almada	13,7	26,8	27,5	21,6	6,5	2,4	0,8	0,4	0,2	0,2	100
Barreiro	12,8	25,7	28,9	23,7	6,0	1,8	0,6	0,3	0,1	0,1	100
Moita	11,7	24,5	27,8	24,3	7,2	2,5	1,2	0,5	0,2	0,2	100
Montijo	12,9	29,5	27,6	21,0	6,2	1,7	0,5	0,2	0,1	0,2	100
Palmela	11,3	27,2	28,3	22,9	6,8	2,3	0,8	0,3	0,1	0,1	100
Seixal	9,7	22,1	31,1	26,6	7,1	2,3	0,7	0,3	0,1	0,1	100
Sesimbra	11,0	26,8	26,7	24,3	7,8	2,2	0,9	0,2	0,1	0,0	100
Setúbal	13,6	26,7	26,4	22,8	6,8	2,2	0,8	0,4	0,1	0,1	100
Mafra	14,3	27,9	24,6	22,9	6,9	2,4	0,7	0,2	0,1	0,0	100
Azambuja	13,7	29,8	23,4	22,1	7,4	2,5	0,8	0,2	0,1	0,0	100
<b>AML</b>	<b>15,8</b>	<b>26,2</b>	<b>26,2</b>	<b>21,5</b>	<b>6,6</b>	<b>2,2</b>	<b>0,8</b>	<b>0,3</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>100</b>
AML Norte	17,0	26,3	25,6	20,9	6,6	2,2	0,8	0,3	0,2	0,2	100
AML Sul	12,3	25,8	28,2	23,4	6,7	2,2	0,8	0,3	0,2	0,1	100
<b>RLVT</b>	<b>15,6</b>	<b>26,9</b>	<b>25,6</b>	<b>21,5</b>	<b>6,8</b>	<b>2,3</b>	<b>0,8</b>	<b>0,3</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>100</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>14,0</b>	<b>25,6</b>	<b>24,0</b>	<b>21,8</b>	<b>8,6</b>	<b>3,5</b>	<b>1,4</b>	<b>0,6</b>	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>	<b>100</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>13,8</b>	<b>25,3</b>	<b>23,8</b>	<b>21,7</b>	<b>8,8</b>	<b>3,7</b>	<b>1,5</b>	<b>0,7</b>	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>	<b>100</b>

Fonte: INE – XIII Recenseamento Geral da População 1991

Unidade: % em linha

## 1.11 Dimensão Média Familiar

CONCELHOS	N.º DE FAMÍLIAS	POPULAÇÃO RESIDENTE	DIMENSÃO MÉDIA FAMILIAR
	1991	1991	1991
<b>Grande Lisboa</b>	<b>634179</b>	<b>1836484</b>	<b>2,90</b>
Amadora	62038	181774	2,93
Cascais	51160	153294	3,00
Lisboa	245070	663394	2,71
Loures	104299	322158	3,09
Oeiras	51244	151342	2,95
Sintra	86456	260951	3,02
Vila Franca de Xira	33912	103571	3,05
<b>P. Setúbal</b>	<b>212875</b>	<b>640493</b>	<b>3,01</b>
Alcochete	3451	10169	2,95
Almada	51161	151783	2,97
Barreiro	29060	85768	2,95
Moita	21051	65086	3,09
Montijo	12441	36038	2,90
Palmela	14525	43857	3,02
Seixal	37442	116912	3,12
Sesimbra	8955	27246	3,04
Setúbal	34789	103634	2,98
Mafra	14801	43731	2,95
Azambuja	6667	19568	2,94
<b>AML</b>	<b>868522</b>	<b>2540276</b>	<b>2,92</b>
AML Norte	655647	1899783	2,90
AML Sul	212875	640493	3,01
<b>RLVT</b>	<b>1126837</b>	<b>3319860</b>	<b>2,95</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>3017972</b>	<b>9454240</b>	<b>3,13</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>3147286</b>	<b>9957270</b>	<b>3,16</b>

Fonte: INE – XIII Recenseamento Geral da População 1991

## 1.12 Taxa de Natalidade

CONCELHOS	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
<b>Grande Lisboa</b>	<b>11,1</b>	<b>11,2</b>	<b>11,2</b>	<b>10,7</b>	<b>10,7</b>	<b>11,0</b>	<b>11,3</b>
Amadora	12,5	12,1	11,6	11,5	10,6	10,8	11,1
Cascais	12,5	12,5	12,7	11,8	12,1	11,7	12,1
Lisboa	9,5	9,6	9,5	8,9	8,9	9,6	9,8
Loures	11,3	11,7	11,2	10,9	10,6	10,5	10,6
Oeiras	10,6	10,8	11,0	10,5	10,4	10,1	10,6
Sintra	12,7	13,6	14,1	13,7	13,9	14,5	14,8
Vila Franca de Xira	11,8	11,2	11,5	10,6	10,4	11,8	11,1
<b>P. Setúbal</b>	<b>11,0</b>	<b>11,0</b>	<b>11,0</b>	<b>11,0</b>	<b>10,7</b>	<b>11,0</b>	<b>11,6</b>
Alcochete	9,3	9,3	9,4	9,0	10,0	10,1	10,0
Almada	10,9	11,0	11,4	11,4	10,7	11,2	11,4
Barreiro	8,8	9,4	8,6	8,4	8,6	7,8	8,6
Moita	12,1	11,6	11,9	11,1	11,3	11,1	11,5
Montijo	11,1	10,7	10,8	11,6	11,1	12,3	11,8
Palmela	10,2	10,8	10,4	10,1	10,5	10,7	11,6
Seixal	12,6	12,6	12,1	12,8	12,2	12,7	13,5
Sesimbra	10,1	10,9	10,5	9,9	9,8	10,2	12,2
Setúbal	10,9	10,7	10,9	10,6	10,2	10,8	11,8
Mafra	10,6	10,5	11,6	11,3	10,0	11,2	11,5
Azambuja	7,9	9,1	10,0	8,4	8,1	8,7	9,4
<b>AML</b>	<b>11,0</b>	<b>11,1</b>	<b>11,1</b>	<b>10,8</b>	<b>10,6</b>	<b>11,0</b>	<b>11,3</b>
AML Norte	11,0	11,2	11,2	10,7	10,6	11,0	11,2
AML Sul	11,0	11,0	11,0	11,0	10,7	11,0	11,6
<b>RLVT</b>	<b>10,8</b>	<b>10,9</b>	<b>10,9</b>	<b>10,5</b>	<b>10,4</b>	<b>10,7</b>	<b>11,0</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>11,6</b>	<b>11,5</b>	<b>11,4</b>	<b>10,9</b>	<b>10,7</b>	<b>11,0</b>	<b>11,3</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>11,8</b>	<b>11,7</b>	<b>11,5</b>	<b>11,0</b>	<b>10,8</b>	<b>11,1</b>	<b>11,4</b>

Fonte: INE. Estatísticas Demográficas, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997; INE. XIII Recenseamentos Gerais da População, 1991; INE. Estimativas de População Residente, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997

TAXA DE NATALIDADE = Quociente entre o número de nados-vivos e a população média ( por 1000 habitantes)

Unidade: ‰

## 1.13 Taxa de Mortalidade

CONCELHOS	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
<b>Grande Lisboa</b>	<b>10,0</b>	<b>9,6</b>	<b>10,3</b>	<b>9,7</b>	<b>10,1</b>	<b>10,4</b>	<b>10,1</b>
Amadora	7,0	6,8	7,7	6,8	7,3	7,4	7,7
Cascais	9,2	9,0	9,7	9,4	9,9	9,4	9,6
Lisboa	14,6	14,0	15,0	14,3	15,1	16,0	15,5
Loures	6,7	6,6	6,9	6,7	6,8	7,1	6,8
Oeiras	7,7	7,5	8,3	7,4	8,4	8,0	8,3
Sintra	7,4	7,2	7,3	7,1	7,4	7,4	7,1
Vila Franca de Xira	7,2	7,3	7,9	7,1	7,4	8,2	7,9
<b>P. Setúbal</b>	<b>9,2</b>	<b>8,9</b>	<b>9,5</b>	<b>8,8</b>	<b>9,6</b>	<b>10,0</b>	<b>9,9</b>
Alcochete	13,0	12,8	12,0	12,0	13,8	15,8	16,0
Almada	10,0	9,9	10,1	9,4	10,4	11,1	10,7
Barreiro	9,5	9,2	9,2	9,2	10,3	9,8	10,4
Moita	8,6	8,2	9,4	8,7	9,1	9,0	9,5
Montijo	12,2	11,2	11,8	11,5	12,2	13,4	12,8
Palmela	10,6	8,9	11,1	9,6	10,5	10,5	10,1
Seixal	6,4	6,4	6,5	6,0	6,5	7,0	6,6
Sesimbra	10,0	8,9	10,3	9,2	9,6	10,8	10,9
Setúbal	9,4	9,4	10,4	9,2	10,3	10,6	10,4
Mafra	11,6	11,6	12,8	12,3	11,4	13,1	13,1
Azambuja	11,9	12,9	12,4	12,1	13,5	12,5	12,5
<b>AML</b>	<b>9,8</b>	<b>9,5</b>	<b>10,1</b>	<b>9,5</b>	<b>10,0</b>	<b>10,3</b>	<b>10,1</b>
AML Norte	10,0	9,7	10,4	9,7	10,2	10,4	10,2
AML Sul	9,2	8,9	9,5	8,8	9,6	10,0	9,9
<b>RLVT</b>	<b>10,4</b>	<b>10,0</b>	<b>10,7</b>	<b>10,0</b>	<b>10,5</b>	<b>10,9</b>	<b>10,7</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>10,5</b>	<b>10,2</b>	<b>10,7</b>	<b>10,0</b>	<b>10,4</b>	<b>10,8</b>	<b>10,5</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>10,6</b>	<b>10,3</b>	<b>10,8</b>	<b>10,1</b>	<b>10,4</b>	<b>10,8</b>	<b>10,5</b>

Fonte: INE.Estatísticas Demográficas ,1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997; INE. XIII Recenseamentos Gerais da População,1991; INE. Estimativas de População Residente,1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997  
TAXA DE MORTALIDADE = Quociente entre o número de óbitos e a população média (por 1000 habitantes)  
Unidade: ‰

## 1.14 Taxa de Mortalidade Infantil

CONCELHOS	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
<b>Grande Lisboa</b>	<b>9,9</b>	<b>8,4</b>	<b>8,2</b>	<b>7,8</b>	<b>6,4</b>	<b>6,6</b>	<b>6,6</b>
Amadora	11,4	11,0	9,1	5,7	5,5	10,3	8,6
Cascais	4,7	9,4	6,1	9,6	7,8	3,7	9,6
Lisboa	12,4	9,1	10,6	11,0	7,9	5,9	7,4
Loures	7,9	5,5	9,8	6,9	4,5	7,2	6,6
Oeiras	12,4	7,9	7,7	6,8	8,7	8,2	4,2
Sintra	8,5	7,9	5,0	5,5	5,8	6,5	4,9
Vila Franca de Xira	9,0	9,4	4,1	5,3	4,4	3,8	4,0
<b>P. Setúbal</b>	<b>7,8</b>	<b>8,2</b>	<b>7,5</b>	<b>6,0</b>	<b>7,4</b>	<b>5,7</b>	<b>5,2</b>
Alcochete	-	-	21,3	11,1	-	19,8	-
Almada	6,7	10,2	9,2	7,5	6,7	7,0	5,2
Barreiro	15,8	7,5	11,0	2,8	11,1	4,6	5,7
Moita	12,7	9,2	7,6	9,4	9,1	3,9	6,3
Montijo	2,5	7,8	5,2	2,4	2,5	4,5	16,3
Palmela	9,0	4,2	-	4,3	18,6	8,0	3,6
Seixal	4,7	7,4	8,2	3,8	6,5	5,5	3,9
Sesimbra	3,6	3,3	6,9	7,1	3,6	-	5,6
Setúbal	7,9	9,9	4,4	8,1	4,7	5,3	3,3
Mafra	15,2	6,5	11,8	10,0	6,8	8,1	-
Azambuja	-	11,2	-	18,3	-	5,9	5,5
<b>AML</b>	<b>9,4</b>	<b>8,3</b>	<b>8,0</b>	<b>7,5</b>	<b>6,7</b>	<b>6,4</b>	<b>6,1</b>
AML Norte	10,0	8,4	8,2	8,0	6,4	6,6	6,4
AML Sul	7,8	8,2	7,5	6,0	7,4	5,7	5,2
<b>RLVT</b>	<b>9,4</b>	<b>7,8</b>	<b>7,9</b>	<b>7,3</b>	<b>6,4</b>	<b>6,0</b>	<b>5,8</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>10,7</b>	<b>8,8</b>	<b>8,4</b>	<b>7,8</b>	<b>7,3</b>	<b>6,6</b>	<b>6,2</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>10,8</b>	<b>9,3</b>	<b>8,7</b>	<b>8,1</b>	<b>7,4</b>	<b>6,8</b>	<b>6,4</b>

Fonte: INE. Estatísticas Demográficas, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997

TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL = N.º ÓBITOS COM MENOS DE 1 ANO POR 1000 NADOS-VIVOS

Unidade: ‰

## 1.15 Emigrantes por 1000 Habitantes

	1992	1993	1994	1995	1996
RLVT	1,83	1,40	1,45	1,17	0,84
Continente	3,02	2,30	2,94	3,25	3,86
Portugal	2,95	2,28	2,94	3,34	3,96

Fontes: INE. Estatísticas Demográficas, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997  
 INE. Estimativas da População Residente, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996

## 1.16 Emigrantes e sua Distribuição Geográfica

	TOTAL DE EMIGRANTES					DISTRIBUIÇÃO DE EMIGRANTES				
	1992	1993	1994	1995	1996	1992	1993	1994	1995	1996
RLVT	6016	4608	4784	3888	2769	15,3	13,9	16,4	17,2	9,5
Continente	36366	30591	27646	21589	28329	92,5	92,2	95,0	95,6	97,5
Portugal	39322	33171	29104	22579	29066	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE. Estatísticas Demográficas, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997

### 1.17 Residentes Estrangeiros que Cessaram Residência por Nut III, Segundo a Nacionalidade

	TOTAL			EU			P. LUSÓFONOS			OUTROS		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Grande Lisboa	536	507	502	70	126	64	302	216	281	164	165	157
Península de Lisboa	114	80	98	16	3	14	82	69	77	16	8	7
AML s/ Mafra e Azambuja	650	587	600	86	129	78	384	285	358	180	173	164
RLVT	734	656	678	104	144	96	418	305	385	212	207	197
Continente	2296	1751	1893	416	359	264	993	739	853	887	653	776
Portugal	2894	2373	2563	486	429	338	1060	782	906	1348	1162	1319

### 1.18 Residentes Estrangeiros que Cessaram Residência por Nut III, Segundo a Nacionalidade

	TOTAL			EU			P. LUSÓFONOS			OUTROS		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Grande Lisboa	18,5	21,4	19,6	14,4	29,4	18,9	28,5	27,6	31,0	12,2	14,2	11,9
Península de Lisboa	3,9	3,4	3,8	3,3	0,7	4,1	7,7	8,8	8,5	1,2	0,7	0,5
AML s/ Mafra e Azambuja	22,5	24,7	23,4	17,7	30,1	23,1	36,2	36,4	39,5	13,4	14,9	12,4
RLVT	25,4	27,6	26,5	21,4	33,6	28,4	39,4	39,0	42,5	15,7	17,8	14,9
Continente	79,3	73,8	73,9	85,6	83,7	78,1	93,7	94,5	94,2	65,8	56,2	58,8
Portugal	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	10

Unidade: % em coluna

### 1.19 Residentes Estrangeiros que Cessaram Residência por Nut III, Segundo a Nacionalidade

	TOTAL			EU			P. LUSÓFONOS			OUTROS		
	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997	1995	1996	1997
Grande Lisboa	100	100	100	13,1	24,9	12,7	56,3	42,6	56,0	30,6	32,5	31,3
Península de Lisboa	100	100	100	14,0	3,8	14,3	71,9	86,3	78,6	14,0	10,0	7,1
AML s/ Mafra e Azambuja	100	100	100	13,2	22,0	13,0	59,1	48,6	59,7	27,7	29,5	27,3
RLVT	100	100	100	14,2	22,0	14,2	56,9	46,5	56,8	28,9	31,6	29,1
Continente	100	100	100	18,1	20,5	13,9	43,2	42,2	45,1	38,6	37,3	41,0
Portugal	100	100	100	16,8	18,1	13,2	36,6	33,0	35,3	46,6	49,0	51,5

Unidade: % em linha

Fonte: INE. Estatísticas Demográficas, 1995, 1996, 1997

## 1.20 Estrangeiros com Residência Legalizada, Segundo o Local de Residência

ANOS	DISTRITO DE LISBOA	DISTRITO DE SETÚBAL	DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL	PORTUGAL	DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL/PORTUGAL (%)
1975	20737	1105	21842	31983	68,3
1976	19483	1639	21122	31032	68,1
1977	21451	2418	23869	35414	67,4
1978	25240	4211	29451	41807	70,4
1979	28238	5373	33611	47189	71,2
1980	34023	7053	41076	58091	70,7
1981	35101	7258	42359	62692	67,6
1982	36598	7445	44043	68153	64,6
1983	40749	8470	49219	79015	62,3
1984	45161	9521	54682	89625	61,0
1985	40955	8650	49605	79594	62,3
1986	44795	9395	54190	86982	62,3
1987	46553	9602	56155	89778	62,5
1988	48806	9749	58555	94453	62,0
1989	52409	10142	62551	101011	61,9
1990	55580	10470	66050	107767	61,3
1991	58925	10717	69642	113978	61,1
1992	64015	11228	75243	122348	61,5
1993	70627	11854	82481	136932	60,2
1994	85511	13830	99341	157073	63,2
1995	92441	15531	107972	168316	64,1
1996	95348	15985	111333	172912	64,4
1997	96759	16203	112962	175263	64,5

Fonte: INE. Estatísticas Demográficas, 1997

## 1.21 Estrangeiros com Residência Legalizada, Segundo o Local de Residência e a Proveniência

PROVENIÊNCIA	DISTRITO DE LISBOA		DISTRITO DE SETÚBAL		DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL		PORTUGAL	
	1991	1997	1991	1997	1991	1997	1991	1997
<b>Total</b>	<b>58925</b>	<b>96759</b>	<b>10717</b>	<b>16203</b>	<b>69642</b>	<b>112962</b>	<b>113978</b>	<b>175263</b>
<b>Europa</b>	<b>15496</b>	<b>21429</b>	<b>1458</b>	<b>2279</b>	<b>16954</b>	<b>23708</b>	<b>33011</b>	<b>49747</b>
<b>UE</b>	<b>13983</b>	<b>19680</b>	<b>1328</b>	<b>2098</b>	<b>15311</b>	<b>21778</b>	<b>30042</b>	<b>46043</b>
Alemanha	2108	2934	259	509	2367	3443	5133	8345
Áustria	-	186	-	9	-	195	-	422
Bélgica	508	722	45	91	553	813	1085	1672
Dinamarca	177	245	16	25	193	270	460	675
Espanha	5108	6142	400	498	5508	6640	7571	9806
Finlândia	-	148	-	9	-	157	-	436
França	1790	2647	186	301	1976	2948	3399	5416
Grécia	54	61	1	1	55	62	65	96
Holanda	599	877	85	147	684	1024	1904	3149
Irlanda	115	169	6	11	121	180	233	353
Itália	688	1125	135	180	823	1305	1245	2195
Luxemburgo	17	30	1	1	18	31	35	60
Reino Unido	2819	3822	194	266	3013	4088	8912	12342
Suécia	-	572	-	50	-	622	-	1076
Outros da Europa	1513	1749	130	181	1643	1930	2969	3704
<b>África</b>	<b>31175</b>	<b>55088</b>	<b>8272</b>	<b>12324</b>	<b>39447</b>	<b>67412</b>	<b>47998</b>	<b>81717</b>
Angola	3233	11262	731	1970	3964	13232	5738	16296
Cabo Verde	19593	26596	6125	7900	25718	34496	29743	39789
Guiné Bissau	3098	8258	301	859	3399	9117	4770	12785
Moçambique	2380	3158	584	714	2964	3872	3361	4426
São Tomé e Príncipe	1559	3247	401	659	1960	3906	2183	4304
Outros de África	1312	2567	130	222	1442	2789	2203	4117
<b>América do Norte</b>	<b>3235</b>	<b>4913</b>	<b>198</b>	<b>232</b>	<b>3433</b>	<b>5145</b>	<b>9236</b>	<b>10573</b>
Canadá	406	522	63	79	469	601	2026	2209
EUA	2829	4391	135	153	2964	4544	7210	8364
<b>América Central e do Sul</b>	<b>5382</b>	<b>9976</b>	<b>481</b>	<b>941</b>	<b>5863</b>	<b>10917</b>	<b>18666</b>	<b>25274</b>
Brasil	4597	8804	384	800	4981	9604	12678	19990
Venezuela	267	310	53	54	320	364	5065	3783
Outros da AC e Sul	518	862	44	87	562	949	923	1501
<b>Ásia</b>	<b>3342</b>	<b>4992</b>	<b>261</b>	<b>371</b>	<b>3603</b>	<b>5363</b>	<b>4458</b>	<b>7192</b>
<b>Oceânia</b>	<b>143</b>	<b>190</b>	<b>25</b>	<b>31</b>	<b>168</b>	<b>221</b>	<b>384</b>	<b>487</b>
<b>Apátridas</b>	<b>152</b>	<b>171</b>	<b>22</b>	<b>25</b>	<b>174</b>	<b>196</b>	<b>225</b>	<b>273</b>

Fonte: INE. Estatísticas Demográficas, 1991, 1997

## 1.22 Estrangeiros com Residência Legalizada, Segundo o Local de Residência e a Proveniência

PROVENIÊNCIA	DISTRITO DE LISBOA		DISTRITO DE SETÚBAL		DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL		PORTUGAL	
	1991	1997	1991	1997	1991	1997	1991	1997
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Europa</b>	<b>26,3</b>	<b>22,1</b>	<b>13,6</b>	<b>14,1</b>	<b>24,3</b>	<b>21,0</b>	<b>29,0</b>	<b>28,4</b>
<b>UE</b>	<b>23,7</b>	<b>20,3</b>	<b>12,4</b>	<b>12,9</b>	<b>22,0</b>	<b>19,3</b>	<b>26,4</b>	<b>26,3</b>
Alemanha	3,6	3,0	2,4	3,1	3,4	3,0	4,5	4,8
Áustria	-	0,2	-	0,1	-	0,2	-	0,2
Bélgica	0,9	0,7	0,4	0,6	0,8	0,7	1,0	1,0
Dinamarca	0,3	0,3	0,1	0,2	0,3	0,2	0,4	0,4
Espanha	8,7	6,3	3,7	3,1	7,9	5,9	6,6	5,6
Finlândia	-	0,2	-	0,1	-	0,1	-	0,2
França	3,0	2,7	1,7	1,9	2,8	2,6	3,0	3,1
Grécia	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Holanda	1,0	0,9	0,8	0,9	1,0	0,9	1,7	1,8
Irlanda	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Itália	1,2	1,2	1,3	1,1	1,2	1,2	1,1	1,3
Luxemburgo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reino Unido	4,8	4,0	1,8	1,6	4,3	3,6	7,8	7,0
Suécia	-	0,6	-	0,3	-	0,6	-	0,6
Outros da Europa	2,6	1,8	1,2	1,1	2,4	1,7	2,6	2,1
<b>África</b>	<b>52,9</b>	<b>56,9</b>	<b>77,2</b>	<b>76,1</b>	<b>56,6</b>	<b>59,7</b>	<b>42,1</b>	<b>46,6</b>
Angola	5,5	11,6	6,8	12,2	5,7	11,7	5,0	9,3
Cabo Verde	33,3	27,5	57,2	48,8	36,9	30,5	26,1	22,7
Guiné Bissau	5,3	8,5	2,8	5,3	4,9	8,1	4,2	7,3
Moçambique	4,0	3,3	5,4	4,4	4,3	3,4	2,9	2,5
São Tomé e Príncipe	2,6	3,4	3,7	4,1	2,8	3,5	1,9	2,5
Outros de África	2,2	2,7	1,2	1,4	2,1	2,5	1,9	2,3
<b>América do Norte</b>	<b>5,5</b>	<b>5,1</b>	<b>1,8</b>	<b>1,4</b>	<b>4,9</b>	<b>4,6</b>	<b>8,1</b>	<b>6,0</b>
Canadá	0,7	0,5	0,6	0,5	0,7	0,5	1,8	1,3
EUA	4,8	4,5	1,3	0,9	4,3	4,0	6,3	4,8
<b>América Central e do Sul</b>	<b>9,1</b>	<b>10,3</b>	<b>4,5</b>	<b>5,8</b>	<b>8,4</b>	<b>9,7</b>	<b>16,4</b>	<b>14,4</b>
Brasil	7,8	9,1	3,6	4,9	7,2	8,5	11,1	11,4
Venezuela	0,5	0,3	0,5	0,3	0,5	0,3	4,4	2,2
Outros da AC e Sul	0,9	0,9	0,4	0,5	0,8	0,8	0,8	0,9
<b>Ásia</b>	<b>5,7</b>	<b>5,2</b>	<b>2,4</b>	<b>2,3</b>	<b>5,2</b>	<b>4,7</b>	<b>3,9</b>	<b>4,1</b>
<b>Oceânia</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,3</b>	<b>0,3</b>
<b>Apátridas</b>	<b>0,3</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>	<b>0,2</b>

Fonte: INE. Estatísticas Demográficas, 1991, 1997  
Unidade: % em coluna

## 1.23 Indicadores Relativos a Estrangeiros com Residência Legalizada, Segundo a Proveniência

PROVENIÊNCIA	TAXAS DE CRESCIMENTO ENTRE 1991-1997		DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL/PORTUGAL (%)	
	PORTUGAL	DISTRITOS DE LISBOA E SETÚBAL	1991	1997
	1991	1997	1991	1997
<b>Total</b>	<b>53,8</b>	<b>62,2</b>	<b>61,1</b>	<b>64,5</b>
<b>Europa</b>	<b>50,7</b>	<b>39,8</b>	<b>51,4</b>	<b>47,7</b>
<b>UE</b>	<b>53,3</b>	<b>42,2</b>	<b>51,0</b>	<b>47,3</b>
Alemanha	62,6	45,5	46,1	41,3
Áustria	-	-	-	46,2
Bélgica	54,1	47,0	51,0	48,6
Dinamarca	46,7	39,9	42,0	40,0
Espanha	29,5	20,6	72,8	67,7
Finlândia	-	-	-	36,0
França	59,3	49,2	58,1	54,4
Grécia	47,7	12,7	84,6	64,6
Holanda	65,4	49,7	35,9	32,5
Irlanda	51,5	48,8	51,9	51,0
Itália	76,3	58,6	66,1	59,5
Luxemburgo	71,4	72,2	51,4	51,7
Reino Unido	38,5	35,7	33,8	33,1
Suécia	-	-	-	57,8
Outros da Europa	24,8	17,5	55,3	52,1
<b>África</b>	<b>70,3</b>	<b>70,9</b>	<b>82,2</b>	<b>82,5</b>
Angola	184,0	233,8	69,1	81,2
Cabo Verde	33,8	34,1	86,5	86,7
Guiné Bissau	168,0	168,2	71,3	71,3
Moçambique	31,7	30,6	88,2	87,5
São Tomé e Príncipe	97,2	99,3	89,8	90,8
Outros de África	86,9	93,4	65,5	67,7
<b>América do Norte</b>	<b>14,5</b>	<b>49,9</b>	<b>37,2</b>	<b>48,7</b>
Canadá	9,0	28,1	23,1	27,2
EUA	16,0	53,3	41,1	54,3
<b>América Central e do Sul</b>	<b>35,4</b>	<b>86,2</b>	<b>31,4</b>	<b>43,2</b>
Brasil	57,7	92,8	39,3	48,0
Venezuela	-25,3	13,8	6,3	9,6
Outros da AC e Sul	62,6	68,9	60,9	63,2
<b>Ásia</b>	<b>61,3</b>	<b>48,8</b>	<b>80,8</b>	<b>74,6</b>
<b>Oceânia</b>	<b>26,8</b>	<b>31,5</b>	<b>43,8</b>	<b>45,4</b>
<b>Apátridas</b>	<b>21,3</b>	<b>12,6</b>	<b>77,3</b>	<b>71,8</b>

Fonte: INE. Estatísticas Demográficas, 1991, 1997

## 1.24 Saldos Migratórios Internos por Concelho de Residência Habitual, em 1991/04/15

CONCELHOS	RELATIVAMENTE A 85/12/31		
	IMIGRANTES NO CONCELHO PROVENIENTES DE OUTRO CONCELHO	EMIGRANTES DO CONCELHO PARA OUTRO CONCELHO	SALDOS
<b>Grande Lisboa</b>	<b>161 565</b>	<b>170 120</b>	<b>-8 555</b>
Amadora	20 962	15 884	5 078
Cascais	15 241	8 451	6 790
Lisboa	29 715	91 379	-61 664
Loures	32 306	20 609	11 697
Oeiras	16 015	14 564	1 451
Sintra	36 244	13 650	22 594
Vila Franca de Xira	11 082	5 583	5 499
<b>P. Setúbal</b>	<b>56 080</b>	<b>40 789</b>	<b>15 291</b>
Alcochete	579	610	-31
Almada	12 305	12 013	292
Barreiro	4 513	7 690	-3 177
Moita	6 027	3 658	2 369
Montijo	2 273	1 780	493
Palmela	4 958	1 862	3 096
Seixal	17 706	6 668	11 038
Sesimbra	2 745	1 110	1 635
Setúbal	4 974	5 398	-424
Mafra	2 489	1 744	745
Azambuja	999	1 102	-103
<b>AML</b>	<b>221 133</b>	<b>213 755</b>	<b>7 378</b>
AML Norte	165 053	172 966	-7 913
AML Sul	56 080	40 789	15 291
<b>RLVT</b>	<b>256 196</b>	<b>245 242</b>	<b>10 954</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>504 897</b>	<b>502 587</b>	<b>2 310</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>519 130</b>	<b>519 130</b>	<b>-</b>

FONTE : INE. XIII Recenseamento Geral da População, 1991

## 1.25 Saldos Migratórios Internos por Concelho de Residência Habitual, em 1991/04/15

CONCELHOS	RELATIVAMENTE A 85/12/31		
	IMIGRANTES NO CONCELHO PROVENIENTES DE OUTRO CONCELHO	EMIGRANTES DO CONCELHO PARA OUTRO CONCELHO	SALDOS
<b>Grande Lisboa</b>	<b>73,1</b>	<b>79,6</b>	
Amadora	9,5	7,4	
Cascais	6,9	4,0	
Lisboa	13,4	42,7	
Loures	14,6	9,6	
Oeiras	7,2	6,8	
Sintra	16,4	6,4	
Vila Franca de Xira	5,0	2,6	
<b>P. Setúbal</b>	<b>25,4</b>	<b>19,1</b>	
Alcochete	0,3	0,3	
Almada	5,6	5,6	
Barreiro	2,0	3,6	
Moita	2,7	1,7	
Montijo	1,0	0,8	
Palmela	2,2	0,9	
Seixal	8,0	3,1	
Sesimbra	1,2	0,5	
Setúbal	2,2	2,5	
Mafra	1,1	0,8	
Azambuja	0,5	0,5	
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
AML Norte	74,6	80,9	
AML Sul	25,4	19,1	

FONTE : INE. XIII Recenseamento Geral da População, 1991

Unidade: % em coluna

**Instituto Nacional de Estatística**  
Gabinete de Estudos e Conjuntura  
Serviço de Estudos Demográficos e Sociais

# Projeções de População

## Residente nos Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, 2000-2010<sup>1</sup>

### Introdução

O objectivo do presente trabalho é elaborar o cenário de evolução da população residente segundo o sexo e por idades nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, enquadrado no cenário disponibilizado para Lisboa e Vale do Tejo, até ao ano 2010.

As presentes projecções basearam-se na análise do comportamento dos fenómenos demográficos recentes.

A fecundidade e as migrações internacionais são fenómenos que irão condicionar o crescimento demográfico português, no futuro; no entanto as suas tendências evolutivas são de difícil previsão.

As dificuldades de cenarização aumentam quando se desce a um nível geográfico tão fino como o concelho, em cuja dinâmica do crescimento são determinantes os movimentos migratórios internos, fenómenos não sujeitos a registo directo.

A incerteza na tendência dos fenómenos demográficos aconselha a construção de diversos cenários de evolução, situação não observada no presente caso, dada a compatibilidade pretendida com as projecções de população residente anteriormente disponibilizadas para Lisboa e Vale do Tejo, NUTE que integra a Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Por outro lado, a avaliação dos efectivos regionais exige coerência com as projecções nacionais. Calcular os efectivos populacionais apenas para a Área Metropolitana de Lisboa, não acompanhando as dinâmicas de evolução das outras regiões do país e dos restantes concelhos da região que integra a AML é tarefa difícil que se agrava por simultaneamente se conhecer já uma projecção de população residente para Lisboa e Vale do Tejo, calculada num momento diferente e com a qual se pretende uma compatibilização.

Assim, na interpretação dos resultados devem ter-se em conta todos os factores limitativos atrás mencionados e determinantes do grau de validade dos mesmos.

A Área Metropolitana de Lisboa adoptada é a definida na Lei n.º 44/91, de 2 de Agosto e a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS, Nível II) utilizada está conforme o Decreto-Lei n.º 46/89, de 15 de Fevereiro.

**INE**  
**Gabinete de Estudos e Conjuntura**  
**1999.10.12**

<sup>1</sup>Este estudo é referido no Relatório – Estudos de Fundamentação Técnica, Vol. III, pág. 25, e deverá ser integrado em Anexos- 1. Demografia.

## Nota Metodológica

As presentes projecções têm como ponto de partida as estimativas de população residente em cada um dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa em 31 de Dezembro de 1995, estimativas assentes no resultados definitivos dos Censos 91 e oportunamente divulgadas pelo INE na Série Estimativas Provisórias.

As populações de partida foram envelhecidas segundo o "Método das Componentes".

Às populações de base, aplicaram-se, sucessivamente, para cada sexo e grupo de idade, as probabilidades de sobrevivência por idades projectadas e deduzidas das tábuas de mortalidade, calculadas para Lisboa e Vale do Tejo, obtendo-se, os sobreviventes para cada quinquénio do período de projecção.

Calcularam-se os nados vivos, para cada quinquénio aplicando as taxas específicas de fecundidade projectadas para Lisboa e Vale do Tejo, à população média feminina em idade de procriar (15-49 anos), de cada concelho. Os nados-vivos foram repartidos por sexos, segundo a relação de masculinidade observada na média dos nados vivos dos concelhos, para o período de 1991-95 (106) e idêntica à registada em Lisboa e Vale do Tejo. Os sobreviventes destes nados vivos, em cada quinquénio, resultaram da aplicação das probabilidades de sobrevivência à nascença fixadas para cada sexo. Encontrou-se deste modo, a evolução natural da população.

Os saldos migratórios avaliados segundo o sexo e por idades, foram incorporados interactivamente nas projecções sem migrações ou seja, as populações com migrações foram, por sua vez, submetidas a uma evolução natural e assim sucessivamente.

Na avaliação dos efectivos populacionais regionais é determinante a aplicação das taxas migratórias internas.

Tendo em conta que a informação disponível para aquele âmbito geográfico se reporta ao Recenseamento de 1991, optou-se por considerar um saldo migratório global, para cada um dos concelhos, que englobasse quer os movimentos migratórios internos quer os externos. Os saldos migratórios observados têm como base a média estimada para cada concelho no período 1991-1998.

A inexistência de fontes estatísticas sobre o registo directo dos fluxos migratórios internos e externos determinou que os fluxos migratórios tivessem sido estimados através do Recenseamento Geral da População de 15 de Abril de 1991 (tendo em conta a exploração das respostas sobre a residência anterior).

O recurso a fontes de informação indirectas, o método de regionalização dos fenómenos migratórios e a sua repartição por sexos e idade, a dificuldade de quantificar as novas dinâmicas de crescimento de determinados centros urbanos, concretamente os de pequena e média dimensão ou mesmo algum eventual revitalizar do tecido urbano dos grandes centros populacionais como Lisboa, introduzem factores de incerteza na avaliação dos efectivos finais estimados e projectados, a que se associa o afastamento do último momento censitário (15 de abril de 1991).

## Fecundidade

Portugal tem seguido, embora desfasado no tempo, o esquema de evolução da fecundidade observado noutros países europeus. A experiência mostra que após uma forte redução de fecundidade, o nível de fecundidade tende a manter-se abaixo do nível de substituição das gerações (2,1 crianças por mulher).

A questão é saber se a fecundidade portuguesa continuará estável ao nível de 1,5 crianças por mulher, estimado para os últimos anos ou descerá, à semelhança de Espanha e Itália até aos níveis 1,3 e 1,2 ou registará um aumento do nível, como ocorreu noutros países da Europa.

As hipóteses de evolução da fecundidade foram fixadas a partir das taxas de fecundidade observadas para cada região, tendo em conta as disparidades em relação ao país e assentes nos seguintes pressupostos:

- índice sintético de fecundidade em Portugal decresceu de 2,1 crianças por mulher de 1981, para 1,5 crianças em 1992. Após uma estabilização no nível 1,4 desde 1994, retomou o nível 1,5 crianças por mulher em 1997.
- índice sintético de fecundidade em Portugal permanecerá abaixo do nível de substituição das gerações (2,1 crianças por mulher).
- O envelhecimento da fecundidade portuguesa nos últimos anos: deslocação da maior frequência da fecundidade do grupo etário dos 20-24 anos

INE / Projecções de População Residente nos Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa  
2000-2001

para os 25-29 anos; fecundidade crescente no grupo etário dos 30-34 anos.

As taxas médias do período 1991-95 foram a base de projecção para os quinquénios seguintes. Introduziram-se os ajustamentos considerados necessários na extrapolação das tendências em cada grupo etário, tendo em conta a evolução observada em países da Europa.

As taxas de fecundidade adoptadas reflectem um aumento gradual da natalidade e traduzem-se nos seguintes níveis dos índices sintéticos de fecundidade para Lisboa e Vale do Tejo: 1,479 crianças por mulher no período 1996-2000, em 1,550 no período 2001-2005 e 1,612 no período 2006-2010.

## Mortalidade

Na evolução do fenómeno da mortalidade adoptou-se uma hipótese que procura reflectir a redução gradual do nível de mortalidade infantil em Portugal.

Os quocientes de mortalidade para as idades iguais ou superiores a um ano foram projectados com base nas tendências deduzidas das tábuas de mortalidade para o período de 1991-95; procedeu-se aos necessários ajustamentos, tendo em conta as diferenças de mortalidade entre os sexos e a relação entre os grupos etários.

Os quocientes de mortalidade das regiões assentaram nas tendências recentes observadas em cada NTS II, procurando-se a sua integração no conjunto do país.

Adoptou-se apenas uma hipótese de mortalidade moderada que se traduz num ganho de vida, para Lisboa e Vale do Tejo de 70,6 anos em 1991/93 para 72,5 em 2010 no caso dos homens e de 78,1 para 80,3 anos no caso das mulheres.

## Migrações

Os movimentos migratórios, quer internos quer externos, são de difícil previsão.

Anteviu-se uma estabilização futura, com manutenção para Lisboa e Vale do Tejo de um valor positivo de 23 585 por quinquénio. Esta tendência tanto poderá corresponder a uma estabilização dos

fluxos como a um declínio, em ritmo semelhante, das entradas e das saídas.

Os saldos migratórios fixados para cada concelho foram submetidos ao modelo de sobrevivência e fecundidade estabelecidos e incorporados interactivamente nas projecções de evolução natural.

No pressuposto que Lisboa terá esgotado a sua capacidade de repulsão e que terão sido criadas condições para atrair fluxos anteriormente direccionados para a periferia, admitiu-se uma mudança de tendência.

A mudança de sentido dos fluxos migratórios prevista para Lisboa resulta do efeito associado da baixa de emigração e do saldo migratório interno positivo.

O saldo migratório positivo de Lisboa resultará do atenuar do poder de atracção dos concelhos da periferia da AML. De referir de Loures (27%), Sintra (19%), Amadora (14%) Oeiras (10%) Cascais, Almada e Seixal (6%) absorveram a parte mais significativa das 66 097 saídas que a cidade de Lisboa registou entre 31 de Dezembro de 1985 e 15 de Abril de 1991.

A população projectada para a Área Metropolitana de Lisboa resulta do somatório dos efectivos projectados por idades e sexo, para cada um dos concelhos.

## Conclusões

A dinâmica do crescimento da população na Área Metropolitana de Lisboa será marcada pela evolução da natalidade e dos movimentos migratórios sobretudo internos.

Os efeitos da baixa da natalidade far-se-ão sentir a partir do ano 2000 na faixa etária em idade activa (15-64 anos) e na população feminina em idade de procriar (15-49 anos) provocando a sua diminuição, à medida que as gerações que sofreram os efeitos da baixa da fecundidade entrem naquela faixa activa.

Os efectivos populacionais da AML deverão passar de 2 556 180 em 31 de Dezembro de 1995 para cerca de 2 667 1 10 , em 31 de Dezembro de 2010.

A estrutura etária da AML apresenta tendência para o envelhecimento passando a proporção

INE / Projeções de População Residente nos Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa 2000-2001

da população idosa ( 65 e mais anos ) de 13,8% em 1995 para 17,5% em 2010. O envelhecimento resulta sobretudo da diminuição da população em idade activa como consequência da entrada naquela faixa etária das gerações de baixa fecundidade. Devido ao aumento da fecundidade previsto, a população jovem (0-14 anos) inverte a tendência de decréscimo a partir do ano 2005.

Prevê-se que os idosos residentes na AML passem de 352 080 em 31 de Dezembro de 1995 para cerca de 465 560 em 31 de Dezembro de 2010 e ultrapassem a população jovem. Esta evolução traduz-se na subida ininterrupta do índice de envelhecimento que passa de cerca de 86 idosos por 100 jovens em 1995 para 107 no ano 2010.

Os concelhos da AML seguem a mesma tendência para o envelhecimento, registando um aumento da proporção de idosos na população total e dos índices de envelhecimento. Em 2010 Lisboa será o concelho mais envelhecido e Seixal o mais jovem.

A situação demográfica na AML dependerá no futuro próximo essencialmente do sentido que os fluxos migratórios vierem a assumir, e em especial os movimentos migratórios intra AML e da capacidade de atracção que cada concelho vier a revelar. Dever-se-á ter presente, que apesar do ligeiro aumento previsto para a fecundidade, o processo de envelhecimento continuará nos concelhos limítrofes. Lisboa, apesar do efeito favorável conjugado da natalidade, longevidade e migrações, perderá população no final do período de projecção. Será o efeito dos elevados saldos naturais negativos (-27187 no período 1991-1998) e das grandes perdas populacionais por migrações internas (-20 730 indivíduos no período de 31 de Dezembro de 1989 a 15 de Abril de 1991).

O crescimento contínuo dos idosos com 85 e mais anos exige atenção, pois é a faixa etária mais carenciada em termos de apoio devido às incapacidades que lhe estão inerentes.

## Índices

### Índice de Dependência de Idosos

é a relação entre a população idosa (65 e mais anos) e a população em idade activa (15-64 anos), por cada 100 indivíduos.

$$\text{(População com 65 e + anos / População dos 15-64 anos)} \times 100$$

### Índice de Dependência de Jovens

é a relação entre a população jovem (0-14 anos) e a população em idade activa, por cada 100 indivíduos.

$$\text{(População 0-14 anos / População dos 15-64 anos)} \times 100$$

### Índice de Dependência Total

é a relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, por cada 100 indivíduos. Corresponde à soma dos Índices de Dependência de Jovens e Idosos.

$$\text{Índice Dep. Total} = \text{Índice Dep. Jovens} + \text{Índice Dep. Idosos}$$

$$\text{(População 0-14 anos + População com 65 e + anos) / População dos 15-64 anos} \times 100$$

### Índice de Envelhecimento

é a relação entre a população idosa e a população jovem, por cada 100 indivíduos.

$$\text{(População com 65 e + anos / População dos 0-14 anos)} \times 100$$

**AMADORA**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	67,0	81,2	93,3	107,9
Índice de Dependência Total	39,2	42,0	46,1	50,0
Índice de Dependência de Jovens	23,4	23,2	23,9	24,0
Índice de Dependência de Idosos	15,7	18,8	22,3	26,0

**CASCAIS**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	77,9	84,2	89,4	102,6
Índice de Dependência Total	42,2	43,8	47,5	49,3
Índice de Dependência de Jovens	23,7	23,8	25,1	24,3
Índice de Dependência de Idosos	18,5	20,0	22,4	25,0

**LISBOA**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	162,6	174,4	150,1	145,4
Índice de Dependência Total	51,1	57,9	61,1	61,8
Índice de Dependência de Jovens	19,5	21,1	24,4	25,2
Índice de Dependência de Idosos	31,7	36,8	36,7	36,6

**LOURES**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	59,8	71,1	81,4	95,7
Índice de Dependência Total	37,1	38,5	42,9	48,1
Índice de Dependência de Jovens	23,2	22,5	23,6	24,6
Índice de Dependência de Idosos	13,9	16,0	19,2	23,5

**OEIRAS**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	79,6	88,0	91,9	104,4
Índice de Dependência Total	38,2	40,5	45,8	51,0
Índice de Dependência de Jovens	21,3	21,5	23,8	25,0
Índice de Dependência de Idosos	16,9	19,0	21,9	26,1

**SINTRA**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	60,1	63,9	70,4	84,5
Índice de Dependência Total	40,5	41,6	43,8	44,7
Índice de Dependência de Jovens	25,3	25,4	25,7	24,2
Índice de Dependência de Idosos	15,2	16,2	18,1	20,5

**VILA FRANCA XIRA**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	56,8	66,7	74,1	82,7
Índice de Dependência Total	38,6	37,9	40,7	44,1
Índice de Dependência de Jovens	24,6	22,7	23,4	24,1
Índice de Dependência de Idosos	14,0	15,1	17,3	20,0

**ALCOCHETE**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	102,6	109,9	113,1	118,0
Índice de Dependência Total	43,8	46,2	50,2	55,2
Índice de Dependência de Jovens	21,6	22,0	23,6	25,3
Índice de Dependência de Idosos	22,2	24,2	26,6	29,9

**ALMADA**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	87,0	101,1	106,7	117,1
Índice de Dependência Total	41,4	45,3	50,5	53,4
Índice de Dependência de Jovens	22,1	22,5	24,5	24,6
Índice de Dependência de Idosos	19,2	22,8	26,1	28,8

**BARREIRO**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	89,8	103,0	111,2	124,3
Índice de Dependência Total	35,9	39,8	46,9	56,5
Índice de Dependência de Jovens	18,9	19,6	22,2	25,2
Índice de Dependência de Idosos	17,0	20,2	24,7	31,3

**MOITA**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	60,0	70,3	77,6	84,8
Índice de Dependência Total	42,7	41,2	43,0	45,7
Índice de Dependência de Jovens	26,7	24,2	24,2	24,7
Índice de Dependência de Idosos	16,0	17,0	18,8	21,0

**MONTIJO**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	97,6	106,7	108,0	114,0
Índice de Dependência Total	46,4	48,6	52,1	53,7
Índice de Dependência de Jovens	23,5	23,5	25,1	25,1
Índice de Dependência de Idosos	22,9	25,1	27,1	28,6

**PALMELA**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	80,7	94,6	102,6	107,7
Índice de Dependência Total	43,9	45,0	48,5	51,4
Índice de Dependência de Jovens	24,3	23,1	24,0	24,8
Índice de Dependência de Idosos	19,6	21,9	24,6	26,7

**SEIXAL**

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	42,6	51,4	61,3	76,2
Índice de Dependência Total	35,5	35,8	39,0	42,8
Índice de Dependência de Jovens	24,9	23,6	24,2	24,3
Índice de Dependência de Idosos	10,6	12,1	14,8	18,5

### SESIMBRA

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	92,3	98,3	98,7	102,2
Índice de Dependência Total	45,6	45,5	47,7	50,0
Índice de Dependência de Jovens	23,7	23,0	24,0	24,7
Índice de Dependência de Idosos	21,9	22,6	23,7	25,3

### SETUBAL

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	76,9	90,1	96,3	104,9
Índice de Dependência Total	42,1	43,1	46,1	50,2
Índice de Dependência de Jovens	23,8	22,7	23,5	24,5
Índice de Dependência de Idosos	18,3	20,4	22,6	25,7

### AZAMBUJA

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	118,0	125,3	121,0	115,1
Índice de Dependência Total	48,9	48,9	52,0	56,0
Índice de Dependência de Jovens	22,4	21,7	23,5	26,1
Índice de Dependência de Idosos	26,5	27,2	28,5	30,0

### MAFRA

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	88,9	99,0	102,5	106,5
Índice de Dependência Total	46,6	46,7	49,3	51,2
Índice de Dependência de Jovens	24,7	23,5	24,3	24,8
Índice de Dependência de Idosos	21,9	23,2	24,9	26,4

### AREA METROPOLITANA DE LISBOA

	31/12/95	2000	2005	2010
Índice de Envelhecimento	86,5	95,4	98,2	107,0
Índice de Dependência Total	42,3	44,4	48,1	51,0
Índice de Dependência de Jovens	22,7	22,7	24,3	24,6
Índice de Dependência de Idosos	19,6	21,7	23,8	26,4

**AML**

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	2 556 180	1 218 820	1 337 360	2 594 016	1 237 634	1 356 383	2 648 402	1 263 396	1 385 006	2 667 108	1 271 347	1 395 761
0-4	138 160	71 080	67 080	141 943	72 391	69 552	143 646	73 189	70 457	141 734	72 358	69 376
5-9	123 700	62 930	60 770	140 484	72 015	68 469	145 950	74 076	71 874	145 545	73 976	71 569
10-14	145 310	74 290	71 020	125 996	63 959	62 037	144 294	73 746	70 548	147 785	74 905	72 880
15-19	188 860	95 610	93 250	149 085	76 089	72 996	132 383	67 092	65 291	147 292	75 185	72 107
20-24	211 640	106 150	105 490	193 656	97 984	95 673	157 632	80 565	77 067	136 379	69 136	67 243
25-29	187 770	92 790	94 980	215 290	107 863	107 427	200 652	101 619	99 033	160 705	82 060	78 645
30-34	180 660	87 850	92 810	190 138	93 760	96 377	219 854	110 006	109 849	202 155	102 088	100 067
35-39	180 500	86 680	93 820	181 905	88 257	93 648	193 063	95 101	97 962	220 196	109 845	110 351
40-44	181 790	85 670	96 120	180 295	86 226	94 069	182 770	88 348	94 421	192 414	94 401	98 012
45-49	191 380	90 900	100 480	180 323	84 523	95 800	179 675	85 520	94 154	181 274	87 201	94 073
50-54	172 770	83 230	89 540	188 326	88 679	99 647	178 365	82 907	95 457	176 998	83 542	93 456
55-59	156 390	74 810	81 580	167 862	79 693	88 168	183 741	85 214	98 527	173 618	79 501	94 117
60-64	145 170	66 850	78 320	148 926	69 668	79 258	160 513	74 459	86 054	175 459	79 404	96 055
65-69	125 250	54 930	70 320	133 526	59 321	74 206	137 096	61 887	75 210	147 785	66 140	81 645
70-74	99 580	41 370	58 210	109 651	45 565	64 086	118 246	49 865	68 381	122 501	52 730	69 771
75-79	62 570	23 650	38 920	79 048	30 269	48 778	88 583	33 673	54 910	97 201	37 627	59 573
80-84	40 830	13 660	27 170	41 892	14 111	27 780	54 372	18 198	36 173	63 449	21 084	42 365
85 e +	23 850	6 370	17 480	25 669	7 259	18 411	27 570	7 932	19 638	34 619	10 164	24 455

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	2 556 180	1 218 820	1 337 360	2 594 016	1 237 634	1 356 383	2 648 402	1 263 396	1 385 006	2 667 108	1 271 347	1 395 761
0-14	407 170	208 300	198 870	408 423	208 365	200 058	433 889	221 011	212 878	435 063	221 238	213 825
15-64	1 796 930	870 540	926 390	1 795 807	872 743	923 064	1 788 647	870 831	917 816	1 766 490	862 363	904 127
65 e +	352 080	139 980	212 100	389 786	156 525	233 261	425 866	171 555	254 312	465 555	187 746	277 809
15-49			676 950			655 991			637 777			620 499

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	15,9	17,1	14,9	15,7	16,8	14,7	16,4	17,5	15,4	16,3	17,4	15,3
15-64	70,3	71,4	69,3	69,2	70,5	68,1	67,5	68,9	66,3	66,2	67,8	64,8
65 e +	13,8	11,5	15,9	15,0	12,6	17,2	16,1	13,6	18,4	17,5	14,8	19,9
15 a 49			50,6			48,4			46,0			44,5

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

## AMADORA

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	186 870	89 850	97 020	190 211	91 342	98 868	191 955	91 935	100 020	192 623	91 996	100 626
0-4	10 440	5 410	5 030	10 456	5 337	5 118	10 283	5 255	5 028	10 010	5 116	4 894
5-9	9 970	5 010	4 960	10 532	5 444	5 087	10 496	5 351	5 144	10 326	5 271	5 055
10-14	11 070	5 650	5 420	10 065	5 051	5 013	10 575	5 462	5 112	10 541	5 371	5 170
15-19	13 620	6 940	6 680	11 223	5 720	5 503	10 133	5 081	5 052	10 644	5 492	5 152
20-24	15 530	7 770	7 760	13 803	7 023	6 780	11 297	5 748	5 549	10 215	5 116	5 099
25-29	13 890	6 830	7 060	15 645	7 810	7 835	13 821	7 011	6 809	11 336	5 754	5 582
30-34	13 320	6 340	6 980	13 947	6 836	7 111	15 602	7 757	7 845	13 795	6 972	6 823
35-39	14 630	7 190	7 440	13 327	6 323	7 004	13 883	6 778	7 106	15 527	7 690	7 837
40-44	13 590	6 500	7 090	14 546	7 117	7 429	13 221	6 244	6 976	13 775	6 696	7 079
45-49	14 460	6 770	7 690	13 445	6 395	7 050	14 372	6 996	7 377	13 074	6 144	6 930
50-54	13 100	6 390	6 710	14 199	6 590	7 609	13 198	6 225	6 973	14 114	6 813	7 301
55-59	11 700	5 650	6 050	12 697	6 106	6 591	13 766	6 295	7 471	12 811	5 955	6 856
60-64	10 450	4 940	5 510	11 118	5 250	5 868	12 068	5 669	6 400	13 123	5 853	7 270
65-69	8 200	3 630	4 570	9 599	4 382	5 218	10 215	4 658	5 557	11 101	5 033	6 068
70-74	5 910	2 430	3 480	7 174	3 010	4 163	8 481	3 680	4 801	9 120	3 967	5 153
75-79	3 540	1 280	2 260	4 693	1 778	2 916	5 788	2 224	3 564	6 958	2 776	4 182
80-84	2 100	730	1 370	2 377	764	1 613	3 229	1 068	2 161	4 142	1 392	2 750
85 e +	1 350	390	960	1 367	406	961	1 528	434	1 094	2 010	584	1 426

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	
TOTAL	186 870	89 850	97 020	190 211	91 342	98 868	191 955	91 935	100 020	192 623	91 996	100 626
0-14	31 480	16 070	15 410	31 052	15 833	15 219	31 353	16 068	15 285	30 878	15 758	15 120
15-64	134 290	65 320	68 970	133 949	65 170	68 779	131 361	63 804	67 557	128 414	62 485	65 929
65 +	21 100	8 460	12 640	25 210	10 339	14 870	29 241	12 063	17 178	33 330	13 753	19 578
15-49			50 700			48 712			46 714			44 502

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	16,8	17,9	15,9	16,3	17,3	15,4	16,3	17,5	15,3	16,0	17,1	15,0
15-64	71,9	72,7	71,1	70,4	71,3	69,6	68,4	69,4	67,5	66,7	67,9	65,5
65 +	11,3	9,4	13,0	13,3	11,3	15,0	15,2	13,1	17,2	17,3	14,9	19,5
15-49			52,3			49,3			46,7			44,2

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

## CASCAIS

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	160 320	76 530	83 790	167 056	79 878	87 179	169 116	80 738	88 377	170 565	81 334	89 231
0-4	9 740	5 030	4 710	9 123	4 635	4 488	9 245	4 721	4 525	9 135	4 665	4 470
5-9	7 910	4 020	3 890	10 175	5 213	4 962	9 221	4 674	4 547	9 346	4 762	4 584
10-14	9 080	4 650	4 430	8 325	4 209	4 116	10 271	5 256	5 015	9 320	4 718	4 601
15-19	11 950	6 000	5 950	9 775	4 992	4 783	8 484	4 285	4 199	10 428	5 330	5 098
20-24	13 480	6 780	6 700	12 885	6 493	6 392	9 976	5 091	4 885	8 696	4 392	4 304
25-29	11 510	5 790	5 720	14 279	7 207	7 072	13 019	6 548	6 470	10 134	5 165	4 969
30-34	11 460	5 580	5 880	12 095	6 094	6 002	14 330	7 209	7 121	13 084	6 561	6 523
35-39	11 400	5 490	5 910	11 856	5 785	6 071	12 109	6 080	6 028	14 327	7 184	7 143
40-44	11 660	5 330	6 330	11 582	5 561	6 021	11 802	5 734	6 068	12 055	6 029	6 027
45-49	12 290	5 770	6 520	11 690	5 321	6 369	11 474	5 482	5 993	11 696	5 655	6 041
50-54	10 840	5 220	5 620	12 205	5 681	6 524	11 504	5 192	6 312	11 296	5 351	5 944
55-59	9 540	4 460	5 080	10 632	5 040	5 591	11 855	5 437	6 418	11 194	4 976	6 219
60-64	8 650	3 970	4 680	9 167	4 194	4 973	10 126	4 688	5 437	11 317	5 063	6 254
65-69	7 530	3 360	4 170	7 976	3 530	4 446	8 435	3 722	4 712	9 322	4 164	5 158
70-74	6 050	2 560	3 490	6 600	2 791	3 809	7 059	2 965	4 093	7 543	3 171	4 371
75-79	3 740	1 460	2 280	4 803	1 874	2 928	5 324	2 062	3 262	5 804	2 238	3 566
80-84	2 260	740	1 520	2 501	872	1 629	3 297	1 127	2 171	3 808	1 291	2 516
85 e +	1 230	320	910	1 387	384	1 002	1 585	466	1 119	2 061	620	1 441

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	160 320	76 530	83 790	167 056	79 878	87 179	169 116	80 738	88 377	170 565	81 334	89 231
0-14	26 730	13 700	13 030	27 622	14 057	13 566	28 737	14 650	14 087	27 801	14 145	13 656
15-64	112 780	54 390	58 390	116 166	56 369	59 797	114 679	55 746	58 934	114 228	55 705	58 522
65 e +	20 810	8 440	12 370	23 267	9 452	13 815	25 700	10 343	15 357	28 537	11 483	17 053
15-49			43 010			42 709			40 766			40 105

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	16,7	17,9	15,6	16,5	17,6	15,6	17,0	18,1	15,9	16,3	17,4	15,3
15-64	70,3	71,1	69,7	69,5	70,6	68,6	67,8	69,0	66,7	67,0	68,5	65,6
65 e +	13,0	11,0	14,8	13,9	11,8	15,8	15,2	12,8	17,4	16,7	14,1	19,1
15 a 49			51,3			49,0			46,1			44,9

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**LISBOA**

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	591 480	267 630	323 850	543 797	245 572	298 225	554 282	252 903	301 379	545 273	250 418	294 855
0-4	27 060	13 880	13 180	28 075	14 508	13 567	27 543	13 952	13 590	26 175	13 350	12 825
5-9	22 430	11 350	11 080	24 514	12 765	11 749	30 121	15 383	14 738	28 092	14 183	13 908
10-14	26 740	13 700	13 040	20 098	10 272	9 826	26 434	13 645	12 789	30 643	15 620	15 023
15-19	36 300	18 160	18 140	22 778	11 701	11 077	23 338	11 883	11 455	27 301	14 067	13 234
20-24	45 070	22 350	22 720	30 723	15 096	15 627	27 224	14 086	13 138	24 515	12 499	12 016
25-29	44 890	22 250	22 640	39 880	19 364	20 516	34 620	17 241	17 379	28 194	14 590	13 604
30-34	38 570	19 190	19 380	40 805	19 892	20 913	42 681	20 855	21 827	35 218	17 513	17 705
35-39	34 540	16 370	18 170	35 497	17 385	18 111	42 728	20 914	21 814	42 949	20 942	22 007
40-44	34 790	16 250	18 540	32 493	15 254	17 239	36 514	17 837	18 677	42 667	20 803	21 864
45-49	38 420	17 340	21 080	33 239	15 395	17 844	32 949	15 416	17 533	36 285	17 641	18 644
50-54	37 560	16 640	20 920	36 667	16 375	20 291	33 383	15 340	18 044	32 540	15 098	17 443
55-59	39 410	17 300	22 110	35 488	15 500	19 988	36 229	15 923	20 306	32 566	14 738	17 828
60-64	41 780	17 840	23 940	36 764	15 692	21 073	34 306	14 654	19 652	34 680	14 864	19 816
65-69	40 360	16 340	24 020	38 302	15 755	22 547	34 002	13 966	20 036	31 671	13 021	18 650
70-74	34 270	13 160	21 110	35 304	13 509	21 795	34 056	13 257	20 800	30 489	11 901	18 588
75-79	23 030	8 050	14 980	27 259	9 613	17 646	28 670	9 987	18 682	28 124	10 003	18 120
80-84	16 460	5 220	11 240	15 464	4 794	10 670	18 871	5 781	13 089	20 667	6 253	14 413
85 e +	9 800	2 240	7 560	10 448	2 702	7 746	10 613	2 782	7 830	12 497	3 331	9 166

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	591 480	267 630	323 850	543 797	245 572	298 225	554 282	252 903	301 379	545 273	250 418	294 855
0-14	76 230	38 930	37 300	72 687	37 545	35 142	84 098	42 980	41 118	84 910	43 154	41 756
15-64	391 330	183 690	207 640	344 334	161 655	182 679	343 973	164 150	179 824	336 916	162 754	174 162
65 e +	123 920	45 010	78 910	126 776	46 373	80 403	126 211	45 774	80 438	123 447	44 510	78 937
15-49			140 670			121 327			121 822			119 076

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	12,9	14,5	11,5	13,4	15,3	11,8	15,2	17,0	13,6	15,6	17,2	14,2
15-64	66,2	68,6	64,1	63,3	65,8	61,3	62,1	64,9	59,7	61,8	65,0	59,1
65 e +	21,0	16,8	24,4	23,3	18,9	27,0	22,8	18,1	26,7	22,6	17,8	26,8
15 a 49			43,4			40,7			40,4			40,4

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**LOURES**

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	338 980	164 860	174 120	355 436	172 746	182 690	362 572	175 578	186 994	367 973	177 508	190 465
0-4	18 440	9 480	8 960	20 025	10 181	9 844	20 316	10 376	9 941	20 128	10 281	9 847
5-9	17 650	8 910	8 740	19 276	9 832	9 444	20 209	10 254	9 955	20 507	10 453	10 054
10-14	21 270	10 900	10 370	18 443	9 271	9 172	19 460	9 914	9 546	20 396	10 338	10 059
15-19	26 990	13 700	13 290	22 594	11 549	11 045	18 744	9 413	9 331	19 764	10 058	9 706
20-24	29 190	14 730	14 460	28 764	14 629	14 135	22 963	11 725	11 237	19 140	9 611	9 529
25-29	25 730	12 770	12 960	30 700	15 531	15 169	28 992	14 713	14 279	23 240	11 847	11 392
30-34	24 590	11 930	12 660	26 825	13 332	13 493	30 771	15 512	15 258	29 083	14 710	14 373
35-39	25 230	12 070	13 160	25 328	12 307	13 021	26 819	13 283	13 536	30 735	15 442	15 293
40-44	25 980	12 290	13 690	25 544	12 183	13 361	25 197	12 190	13 006	26 679	13 160	13 520
45-49	27 480	13 170	14 310	25 983	12 232	13 751	25 293	12 002	13 291	24 960	12 017	12 944
50-54	24 720	12 230	12 490	27 231	12 938	14 293	25 549	11 926	13 622	24 888	11 710	13 177
55-59	20 350	10 200	10 150	24 180	11 781	12 399	26 430	12 375	14 055	24 840	11 424	13 415
60-64	17 070	8 230	8 840	19 500	9 569	9 931	23 005	10 951	12 054	25 211	11 519	13 692
65-69	13 230	6 100	7 130	15 716	7 316	8 399	17 903	8 492	9 411	21 159	9 726	11 433
70-74	9 610	4 140	5 470	11 583	5 068	6 515	13 879	6 146	7 733	15 964	7 234	8 729
75-79	5 790	2 300	3 490	7 624	3 032	4 592	9 324	3 744	5 580	11 374	4 637	6 737
80-84	3 500	1 140	2 360	3 869	1 374	2 495	5 226	1 822	3 404	6 649	2 344	4 305
85 e +	2 160	570	1 590	2 250	620	1 630	2 493	740	1 753	3 257	997	2 260

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	338 980	164 860	174 120	355 436	172 746	182 690	362 572	175 578	186 994	367 973	177 508	190 465
0-14	57 360	29 290	28 070	57 745	29 285	28 460	59 985	30 543	29 442	61 031	31 071	29 959
15-64	247 330	121 320	126 010	256 649	126 051	130 598	253 762	124 091	129 671	248 540	121 498	127 042
65 e +	34 290	14 250	20 040	41 042	17 410	23 631	48 825	20 944	27 881	58 402	24 938	33 463
15-49			94 530			93 975			89 940			86 758

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	16,9	17,8	16,1	16,2	17,0	15,6	16,5	17,4	15,7	16,6	17,5	15,7
15-64	73,0	73,6	72,4	72,2	73,0	71,5	70,0	70,7	69,3	67,5	68,4	66,7
65 e +	10,1	8,6	11,5	11,5	10,1	12,9	13,5	11,9	14,9	15,9	14,0	17,6
15 a 49			54,3			51,4			48,1			45,6

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

## OEIRAS

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	155 790	73 850	81 940	159 960	75 892	84 068	162 432	76 940	85 492	164 147	77 624	86 522
0-4	8 210	4 210	4 000	8 857	4 512	4 345	9 072	4 632	4 441	8 886	4 537	4 349
5-9	7 010	3 640	3 370	8 436	4 304	4 132	8 963	4 555	4 408	9 182	4 677	4 505
10-14	8 750	4 410	4 340	7 228	3 739	3 490	8 541	4 351	4 191	9 070	4 603	4 467
15-19	12 320	6 230	6 090	9 112	4 586	4 526	7 404	3 823	3 581	8 716	4 435	4 281
20-24	14 090	7 060	7 030	12 790	6 470	6 320	9 336	4 698	4 638	7 638	3 943	3 696
25-29	11 040	5 430	5 610	14 468	7 250	7 218	12 941	6 536	6 406	9 515	4 785	4 729
30-34	9 860	4 710	5 150	11 313	5 562	5 751	14 530	7 258	7 273	13 019	6 555	6 464
35-39	10 320	4 820	5 500	10 039	4 796	5 243	11 344	5 561	5 783	14 535	7 237	7 298
40-44	11 830	5 240	6 590	10 373	4 829	5 544	10 012	4 763	5 249	11 306	5 520	5 786
45-49	13 770	6 330	7 440	11 769	5 188	6 582	10 286	4 764	5 522	9 934	4 703	5 231
50-54	11 660	5 570	6 090	13 575	6 186	7 388	11 587	5 063	6 524	10 136	4 655	5 481
55-59	9 490	4 590	4 900	11 353	5 343	6 010	13 187	5 920	7 267	11 282	4 854	6 428
60-64	8 350	3 920	4 430	9 057	4 286	4 772	10 814	4 970	5 844	12 593	5 513	7 081
65-69	6 960	3 120	3 840	7 682	3 481	4 201	8 326	3 804	4 522	9 958	4 414	5 544
70-74	5 380	2 240	3 140	6 092	2 589	3 502	6 792	2 924	3 868	7 436	3 241	4 195
75-79	3 180	1 230	1 950	4 272	1 639	2 633	4 913	1 913	3 000	5 576	2 206	3 370
80-84	2 180	710	1 470	2 127	734	1 393	2 937	985	1 952	3 512	1 198	2 314
85 e +	1 390	390	1 000	1 417	399	1 019	1 445	420	1 025	1 851	547	1 304

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	155 790	73 850	81 940	159 960	75 892	84 068	162 432	76 940	85 492	164 147	77 624	86 522
0-14	23 970	12 260	11 710	24 521	12 554	11 967	26 577	13 538	13 040	27 138	13 817	13 321
15-64	112 730	53 900	58 830	113 849	54 495	59 354	111 442	53 356	58 086	108 675	52 201	56 474
65 e +	19 090	7 690	11 400	21 590	8 842	12 747	24 413	10 047	14 366	28 334	11 606	16 727
15-49			43 410			41 185			38 451			37 485

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	15,4	16,6	14,3	15,3	16,5	14,2	16,4	17,6	15,3	16,5	17,8	15,4
15-64	72,4	73,0	71,8	71,2	71,8	70,6	68,6	69,3	67,9	66,2	67,2	65,3
65 e +	12,3	10,4	13,9	13,5	11,7	15,2	15,0	13,1	16,8	17,3	15,0	19,3
15 a 49			53,0			49,0			45,0			43,3

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**SINTRA**

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	290 420	141 140	149 280	319 486	155 646	163 840	336 241	163 623	172 618	346 046	168 002	178 045
0-4	19 450	10 020	9 430	18 113	9 137	8 976	18 865	9 586	9 279	19 160	9 769	9 391
5-9	16 010	8 220	7 790	21 337	10 827	10 511	19 048	9 535	9 512	19 321	9 779	9 542
10-14	16 840	8 700	8 140	17 783	9 032	8 751	22 213	11 226	10 987	19 481	9 733	9 748
15-19	21 330	10 800	10 530	19 828	10 185	9 644	19 258	9 761	9 496	22 924	11 573	11 351
20-24	23 580	11 950	11 630	25 423	12 993	12 431	21 834	11 251	10 584	20 223	10 267	9 956
25-29	21 990	10 570	11 420	27 196	13 943	13 253	27 139	13 917	13 222	22 634	11 667	10 967
30-34	23 920	11 610	12 310	24 693	12 036	12 656	28 410	14 566	13 844	27 637	14 143	13 494
35-39	22 340	10 970	11 370	25 817	12 643	13 174	25 526	12 468	13 058	28 682	14 671	14 011
40-44	21 520	10 260	11 260	23 392	11 464	11 927	26 182	12 779	13 402	25 579	12 448	13 131
45-49	21 770	10 490	11 280	22 034	10 468	11 566	23 485	11 456	12 029	26 043	12 651	13 392
50-54	19 060	9 450	9 610	22 046	10 528	11 517	21 964	10 347	11 617	23 210	11 227	11 983
55-59	16 520	8 170	8 350	19 071	9 283	9 788	21 665	10 183	11 481	21 452	9 954	11 498
60-64	14 660	6 930	7 730	16 155	7 831	8 324	18 353	8 737	9 616	20 744	9 520	11 224
65-69	11 510	5 250	6 260	13 582	6 189	7 393	14 888	6 968	7 920	16 900	7 767	9 134
70-74	8 790	3 820	4 970	10 131	4 378	5 753	12 037	5 210	6 828	13 296	5 941	7 355
75-79	5 370	2 030	3 340	6 990	2 803	4 187	8 175	3 238	4 937	9 884	3 932	5 952
80-84	3 770	1 360	2 410	3 611	1 216	2 395	4 795	1 687	3 109	5 839	2 028	3 811
85 e +	1 990	540	1 450	2 284	689	1 594	2 404	707	1 697	3 038	931	2 106

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	290 420	141 140	149 280	319 486	155 646	163 840	336 241	163 623	172 618	346 046	168 002	178 045
0-14	52 300	26 940	25 360	57 234	28 996	28 238	60 126	30 348	29 778	57 962	29 281	28 681
15-64	206 690	101 200	105 490	225 655	111 375	114 281	233 815	115 466	118 349	239 128	118 122	121 006
65 e +	31 430	13 000	18 430	36 597	15 275	21 322	42 301	17 810	24 490	48 957	20 599	28 357
15-49			79 800			84 651			85 635			86 302

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	18,0	19,1	17,0	17,9	18,6	17,2	17,9	18,5	17,3	16,7	17,4	16,1
15-64	71,2	71,7	70,7	70,6	71,6	69,8	69,5	70,6	68,6	69,1	70,3	68,0
65 e +	10,8	9,2	12,3	11,5	9,8	13,0	12,6	10,9	14,2	14,1	12,3	15,9
15 a 49			53,5			51,7			49,6			48,5

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**VILA FRANCA DE XIRA**

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	110 210	53 920	56 290	117 368	57 388	59 980	121 763	59 354	62 409	125 988	61 233	64 755
0-4	6 060	3 060	3 000	6 524	3 308	3 216	6 834	3 481	3 353	7 139	3 638	3 501
5-9	5 960	2 970	2 990	6 473	3 236	3 237	6 726	3 393	3 333	7 038	3 568	3 470
10-14	7 550	3 900	3 650	6 349	3 148	3 201	6 665	3 323	3 342	6 919	3 481	3 438
15-19	9 310	4 790	4 520	8 200	4 221	3 980	6 669	3 305	3 364	6 987	3 481	3 505
20-24	9 060	4 670	4 390	10 191	5 256	4 935	8 625	4 442	4 183	7 105	3 535	3 570
25-29	7 550	3 630	3 920	9 831	5 088	4 743	10 538	5 434	5 103	8 986	4 632	4 354
30-34	8 310	3 950	4 360	8 125	3 937	4 188	10 066	5 199	4 867	10 770	5 544	5 226
35-39	9 130	4 410	4 720	8 702	4 159	4 543	8 286	4 015	4 271	10 209	5 262	4 946
40-44	9 380	4 480	4 900	9 317	4 488	4 829	8 751	4 168	4 583	8 341	4 029	4 313
45-49	8 620	4 370	4 250	9 427	4 482	4 946	9 281	4 449	4 832	8 728	4 138	4 590
50-54	7 010	3 510	3 500	8 596	4 318	4 279	9 320	4 394	4 927	9 183	4 365	4 818
55-59	6 030	3 030	3 000	6 916	3 406	3 510	8 386	4 150	4 237	9 106	4 228	4 878
60-64	5 120	2 430	2 690	5 822	2 865	2 957	6 618	3 187	3 432	8 028	3 882	4 146
65-69	4 070	1 880	2 190	4 727	2 164	2 563	5 354	2 546	2 808	6 095	2 834	3 261
70-74	3 240	1 430	1 810	3 570	1 564	2 006	4 183	1 820	2 363	4 780	2 171	2 609
75-79	1 920	810	1 110	2 569	1 048	1 521	2 876	1 156	1 719	3 435	1 374	2 061
80-84	1 210	410	800	1 279	484	795	1 759	630	1 129	2 052	724	1 328
85 e +	680	190	490	750	218	532	825	261	564	1 089	347	742

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	110 210	53 920	56 290	117 368	57 388	59 980	121 763	59 354	62 409	125 988	61 233	64 755
0-14	19 570	9 930	9 640	19 346	9 691	9 655	20 225	10 197	10 027	21 096	10 687	10 409
15-64	79 520	39 270	40 250	85 127	42 218	42 909	86 542	42 743	43 798	87 443	43 097	44 346
65 e +	11 120	4 720	6 400	12 894	5 478	7 416	14 997	6 413	8 584	17 450	7 450	10 000
15-49			31 060			32 163			31 203			30 504

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	17,8	18,4	17,1	16,5	16,9	16,1	16,6	17,2	16,1	16,7	17,5	16,1
15-24	72,2	72,8	71,5	72,5	73,6	71,5	71,1	72,0	70,2	69,4	70,4	68,5
65 e +	10,1	8,8	11,4	11,0	9,5	12,4	12,3	10,8	13,8	13,9	12,2	15,4
15 a 49			55,2			53,6			50,0			47,1

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

## ALCOCHETE

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	10 050	4 900	5 150	10 089	4 899	5 190	10 108	4 891	5 216	10 090	4 871	5 219
0-4	470	250	220	550	281	269	550	281	269	531	271	260
5-9	490	250	240	475	252	223	555	283	272	556	283	272
10-14	550	290	260	495	252	243	480	254	226	560	285	275
15-19	730	360	370	558	294	264	504	256	247	489	258	231
20-24	880	460	420	740	364	375	569	299	270	515	262	253
25-29	770	390	380	886	462	424	747	367	379	577	303	275
30-34	630	290	340	773	390	383	887	461	426	750	368	382
35-39	660	330	330	631	290	341	772	388	384	886	458	428
40-44	630	320	310	657	327	330	629	287	341	768	385	383
45-49	720	340	380	623	315	308	650	322	328	623	284	340
50-54	730	370	360	707	331	376	613	307	306	640	314	326
55-59	650	310	340	707	353	354	687	317	370	596	294	301
60-64	590	280	310	618	288	330	672	329	344	655	295	360
65-69	540	250	290	542	248	294	568	256	312	618	292	326
70-74	450	190	260	471	207	264	479	209	270	507	218	290
75-79	290	110	180	357	139	218	379	153	226	393	157	235
80-84	170	70	100	194	66	128	245	84	161	270	96	174
85 e +	100	40	60	106	40	66	122	39	83	155	48	107

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	10 050	4 900	5 150	10 089	4 899	5 190	10 108	4 891	5 216	10 090	4 871	5 219
0-14	1 510	790	720	1 520	785	735	1 585	818	767	1 647	840	808
15-64	6 990	3 450	3 540	6 899	3 414	3 485	6 730	3 334	3 396	6 500	3 221	3 278
65 e +	1 550	660	890	1 670	700	970	1 793	740	1 053	1 943	810	1 133
15-49			2 530			2 426			2 377			2 291

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	15,0	16,1	14,0	15,1	16,0	14,2	15,7	16,7	14,7	16,3	17,2	15,5
15-64	69,6	70,4	68,7	68,4	69,7	67,2	66,6	68,2	65,1	64,4	66,1	62,8
65 e +	15,4	13,5	17,3	16,6	14,3	18,7	17,7	15,1	20,2	19,3	16,6	21,7
15 a 49			49,1			46,7			45,6			43,9

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**ALMADA**

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	152 720	73 440	79 280	153 349	73 518	79 830	153 161	73 138	80 023	152 094	72 383	79 711
0-4	8 330	4 280	4 050	8 363	4 274	4 089	8 205	4 196	4 010	7 844	4 012	3 833
5-9	7 100	3 630	3 470	8 324	4 273	4 051	8 355	4 268	4 087	8 200	4 191	4 009
10-14	8 470	4 310	4 160	7 103	3 630	3 473	8 321	4 271	4 051	8 354	4 267	4 088
15-19	11 330	5 770	5 560	8 469	4 304	4 165	7 097	3 623	3 474	8 315	4 264	4 051
20-24	12 730	6 300	6 430	11 301	5 741	5 560	8 443	4 282	4 162	7 081	3 608	3 473
25-29	11 140	5 550	5 590	12 664	6 243	6 421	11 235	5 686	5 549	8 401	4 246	4 155
30-34	10 770	5 250	5 520	11 065	5 487	5 578	12 570	6 168	6 402	11 154	5 620	5 533
35-39	10 820	5 170	5 650	10 686	5 185	5 501	10 971	5 416	5 556	12 466	6 090	6 376
40-44	10 810	5 160	5 650	10 710	5 093	5 617	10 573	5 106	5 467	10 859	5 337	5 522
45-49	11 000	5 270	5 730	10 661	5 060	5 601	10 569	4 999	5 570	10 438	5 015	5 422
50-54	10 240	4 960	5 280	10 770	5 116	5 655	10 450	4 918	5 532	10 367	4 862	5 505
55-59	9 800	4 660	5 140	9 899	4 728	5 171	10 426	4 882	5 545	10 131	4 699	5 432
60-64	9 390	4 390	5 000	9 293	4 319	4 974	9 401	4 385	5 016	9 925	4 533	5 391
65-69	8 030	3 620	4 410	8 623	3 892	4 731	8 540	3 831	4 709	8 646	3 892	4 754
70-74	6 010	2 670	3 340	7 015	3 001	4 015	7 620	3 268	4 352	7 627	3 262	4 365
75-79	3 610	1 420	2 190	4 750	1 953	2 797	5 653	2 216	3 437	6 255	2 465	3 790
80-84	2 070	740	1 330	2 409	847	1 562	3 246	1 173	2 073	4 038	1 387	2 651
85 e +	1 070	290	780	1 243	373	870	1 486	453	1 034	1 993	632	1 361

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	152 720	73 440	79 280	153 349	73 518	79 830	153 161	73 138	80 023	152 094	72 383	79 711
0-14	23 900	12 220	11 680	23 789	12 177	11 613	24 881	12 734	12 147	24 399	12 470	11 929
15-64	108 030	52 480	55 550	105 519	51 276	54 243	101 735	49 464	52 271	99 135	48 275	50 861
65 e +	20 790	8 740	12 050	24 040	10 065	13 975	26 545	10 940	15 604	28 560	11 639	16 921
15-49			40 130			38 443			36 178			34 533

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	15,6	16,6	14,7	15,5	16,6	14,5	16,2	17,4	15,2	16,0	17,2	15,0
15-64	70,7	71,5	70,1	68,8	69,7	67,9	66,4	67,6	65,3	65,2	66,7	63,8
65 e +	13,6	11,9	15,2	15,7	13,7	17,5	17,3	15,0	19,5	18,8	16,1	21,2
15 a 49			50,6			48,2			45,2			43,3

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

## BARREIRO

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	83 580	40 720	42 860	81 766	39 570	42 196	80 671	38 809	41 862	78 925	37 750	41 175
0-4	3 600	1 870	1 730	4 539	2 331	2 208	4 411	2 261	2 150	4 006	2 054	1 952
5-9	3 650	1 860	1 790	3 425	1 793	1 633	4 448	2 290	2 158	4 322	2 221	2 100
10-14	4 370	2 260	2 110	3 491	1 786	1 705	3 345	1 755	1 590	4 367	2 252	2 115
15-19	6 520	3 320	3 200	4 098	2 121	1 977	3 353	1 715	1 638	3 208	1 685	1 523
20-24	8 060	4 070	3 990	6 125	3 098	3 027	3 898	2 008	1 890	3 158	1 606	1 551
25-29	6 180	3 170	3 010	7 675	3 841	3 834	5 920	2 974	2 946	3 709	1 896	1 813
30-34	5 240	2 580	2 660	5 879	2 990	2 889	7 487	3 722	3 765	5 748	2 867	2 881
35-39	5 640	2 630	3 010	5 010	2 441	2 569	5 733	2 897	2 836	7 330	3 621	3 709
40-44	5 880	2 720	3 160	5 467	2 531	2 936	4 899	2 374	2 525	5 616	2 825	2 790
45-49	7 070	3 330	3 740	5 726	2 630	3 096	5 359	2 466	2 893	4 799	2 314	2 486
50-54	6 700	3 370	3 330	6 856	3 201	3 655	5 581	2 541	3 040	5 224	2 383	2 841
55-59	5 600	2 860	2 740	6 414	3 187	3 227	6 609	3 042	3 567	5 383	2 415	2 968
60-64	4 630	2 230	2 400	5 257	2 627	2 630	6 063	2 944	3 119	6 270	2 813	3 457
65-69	3 720	1 670	2 050	4 237	1 973	2 264	4 814	2 328	2 486	5 564	2 611	2 953
70-74	2 940	1 250	1 690	3 243	1 382	1 861	3 735	1 655	2 080	4 283	1 981	2 302
75-79	1 880	730	1 150	2 326	913	1 413	2 612	1 020	1 592	3 059	1 248	1 810
80-84	1 110	410	700	1 254	435	819	1 595	549	1 047	1 866	638	1 228
85 e +	790	390	400	743	290	453	810	269	541	1 013	318	695

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	83 580	40 720	42 860	81 766	39 570	42 196	80 671	38 809	41 862	78 925	37 750	41 175
0-14	11 620	5 990	5 630	11 456	5 909	5 546	12 204	6 306	5 898	12 695	6 528	6 168
15-64	61 520	30 280	31 240	58 507	28 668	29 839	54 901	26 683	28 219	50 445	24 425	26 020
65 e +	10 440	4 450	5 990	11 803	4 993	6 811	13 566	5 821	7 745	15 784	6 797	8 988
15-49			22 770			20 328			18 492			16 753

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	13,9	14,7	13,1	14,0	14,9	13,1	15,1	16,2	14,1	16,1	17,3	15,0
15-64	73,6	74,4	72,9	71,6	72,4	70,7	68,1	68,8	67,4	63,9	64,7	63,2
65 e +	12,5	10,9	14,0	14,4	12,6	16,1	16,8	15,0	18,5	20,0	18,0	21,8
15 a 49			53,1			48,2			44,2			40,7

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**MOITA**

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	68 180	33 330	34 850	71 448	34 880	36 568	72 927	35 488	37 439	74 295	36 054	38 241
0-4	3 910	1 990	1 920	3 999	2 032	1 967	4 187	2 138	2 049	4 304	2 198	2 106
5-9	3 970	2 040	1 930	4 090	2 066	2 024	4 039	2 048	1 991	4 228	2 155	2 073
10-14	4 880	2 520	2 360	4 140	2 117	2 023	4 129	2 083	2 046	4 079	2 066	2 013
15-19	5 880	2 980	2 900	5 163	2 659	2 505	4 204	2 147	2 057	4 194	2 114	2 080
20-24	5 790	2 890	2 900	6 260	3 179	3 081	5 241	2 695	2 546	4 288	2 189	2 099
25-29	4 680	2 290	2 390	6 118	3 065	3 053	6 309	3 197	3 112	5 298	2 719	2 578
30-34	4 850	2 360	2 490	4 923	2 417	2 506	6 137	3 065	3 073	6 327	3 195	3 132
35-39	5 370	2 560	2 810	5 012	2 444	2 569	4 929	2 412	2 517	6 134	3 053	3 081
40-44	5 410	2 720	2 690	5 438	2 585	2 853	4 989	2 422	2 567	4 908	2 392	2 516
45-49	4 810	2 370	2 440	5 411	2 706	2 705	5 385	2 546	2 838	4 943	2 388	2 555
50-54	4 100	2 060	2 040	4 779	2 334	2 445	5 319	2 638	2 681	5 299	2 485	2 814
55-59	3 630	1 760	1 870	4 024	1 990	2 034	4 639	2 233	2 406	5 168	2 527	2 641
60-64	3 250	1 560	1 690	3 489	1 656	1 833	3 830	1 851	1 979	4 425	2 080	2 345
65-69	2 750	1 240	1 510	2 994	1 387	1 607	3 207	1 470	1 737	3 522	1 644	1 877
70-74	2 250	980	1 270	2 410	1 030	1 380	2 645	1 165	1 479	2 864	1 252	1 612
75-79	1 350	550	800	1 784	718	1 066	1 943	761	1 182	2 168	879	1 289
80-84	840	300	540	900	329	572	1 221	431	790	1 388	477	912
85 e +	460	160	300	513	167	347	574	184	390	757	239	517

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	68 180	33 330	34 850	71 448	34 880	36 568	72 927	35 488	37 439	74 295	36 054	38 241
0-14	12 760	6 550	6 210	12 228	6 215	6 013	12 354	6 269	6 085	12 611	6 419	6 191
15-64	47 770	23 550	24 220	50 618	25 034	25 584	50 982	25 207	25 775	50 985	25 143	25 842
65 e +	7 650	3 230	4 420	8 601	3 631	4 971	9 591	4 012	5 579	10 699	4 492	6 207
15-49			18 620			19 272			18 709			18 042

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	18,7	19,7	17,8	17,1	17,8	16,4	16,9	17,7	16,3	17,0	17,8	16,2
15-64	70,1	70,7	69,5	70,8	71,8	70,0	69,9	71,0	68,8	68,6	69,7	67,6
65 e +	11,2	9,7	12,7	12,0	10,4	13,6	13,2	11,3	14,9	14,4	12,5	16,2
15 a 49			53,4			52,7			50,0			47,2

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**MONTIJO**

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	36 230	17 310	18 920	36 543	17 398	19 145	36 551	17 335	19 216	36 435	17 245	19 190
0-4	2 000	1 020	980	1 982	1 011	971	1 986	1 015	972	1 943	993	950
5-9	1 750	890	860	2 027	1 031	996	1 994	1 016	978	1 999	1 020	979
10-14	2 060	1 050	1 010	1 777	902	875	2 039	1 036	1 003	2 007	1 022	986
15-19	2 690	1 350	1 340	2 104	1 071	1 033	1 797	911	886	2 060	1 045	1 014
20-24	2 960	1 460	1 500	2 745	1 377	1 368	2 128	1 082	1 047	1 824	924	900
25-29	2 510	1 210	1 300	3 000	1 478	1 522	2 757	1 379	1 377	2 145	1 088	1 057
30-34	2 540	1 230	1 310	2 536	1 220	1 316	2 999	1 472	1 527	2 758	1 375	1 383
35-39	2 390	1 170	1 220	2 551	1 232	1 319	2 530	1 213	1 317	2 990	1 462	1 528
40-44	2 440	1 140	1 300	2 385	1 162	1 222	2 534	1 218	1 315	2 514	1 200	1 314
45-49	2 510	1 250	1 260	2 419	1 124	1 295	2 359	1 144	1 215	2 507	1 200	1 308
50-54	2 330	1 070	1 260	2 468	1 219	1 249	2 377	1 095	1 282	2 319	1 115	1 204
55-59	2 220	1 030	1 190	2 264	1 024	1 240	2 393	1 165	1 228	2 310	1 048	1 261
60-64	2 160	990	1 170	2 114	959	1 155	2 156	952	1 204	2 279	1 084	1 196
65-69	2 080	930	1 150	1 987	878	1 108	1 945	850	1 094	1 987	845	1 142
70-74	1 710	780	930	1 819	771	1 048	1 758	738	1 020	1 739	724	1 015
75-79	1 020	430	590	1 350	571	779	1 467	570	897	1 445	557	888
80-84	580	230	350	678	257	421	920	343	577	1 049	357	692
85 e +	280	80	200	339	112	227	412	137	275	560	187	374

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	36 230	17 310	18 920	36 543	17 398	19 145	36 551	17 335	19 216	36 435	17 245	19 190
0-14	5 810	2 960	2 850	5 786	2 944	2 842	6 020	3 067	2 953	5 949	3 034	2 915
15-64	24 750	11 900	12 850	24 585	11 865	12 720	24 030	11 631	12 399	23 706	11 542	12 164
65 e +	5 670	2 450	3 220	6 172	2 589	3 583	6 502	2 638	3 864	6 780	2 669	4 111
15-49			9 230			9 076			8 685			8 503

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	16,0	17,1	15,1	15,8	16,9	14,8	16,5	17,7	15,4	16,3	17,6	15,2
15-64	68,3	68,7	67,9	67,3	68,2	66,4	65,7	67,1	64,5	65,1	66,9	63,4
65 e +	15,7	14,2	17,0	16,9	14,9	18,7	17,8	15,2	20,1	18,6	15,5	21,4
15 a 49			48,8			47,4			45,2			44,3

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**PALMELA**

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	46 580	22 700	23 880	48 181	23 390	24 791	48 953	23 656	25 297	49 612	23 892	25 720
0-4	2 440	1 240	1 200	2 583	1 313	1 270	2 656	1 355	1 302	2 711	1 383	1 328
5-9	2 440	1 220	1 220	2 551	1 287	1 264	2 637	1 335	1 301	2 711	1 378	1 333
10-14	2 980	1 500	1 480	2 545	1 268	1 277	2 603	1 310	1 293	2 689	1 359	1 330
15-19	3 420	1 740	1 680	3 155	1 586	1 569	2 631	1 310	1 321	2 689	1 352	1 337
20-24	3 720	1 880	1 840	3 657	1 864	1 792	3 268	1 644	1 624	2 747	1 370	1 377
25-29	3 220	1 580	1 640	3 922	1 987	1 934	3 745	1 908	1 837	3 360	1 691	1 669
30-34	3 380	1 620	1 760	3 367	1 656	1 711	3 976	2 010	1 966	3 802	1 933	1 869
35-39	3 300	1 690	1 610	3 477	1 670	1 808	3 401	1 669	1 731	4 005	2 020	1 985
40-44	2 990	1 410	1 580	3 341	1 704	1 638	3 478	1 664	1 815	3 404	1 665	1 739
45-49	3 400	1 670	1 730	2 997	1 407	1 590	3 320	1 684	1 636	3 458	1 646	1 812
50-54	3 100	1 510	1 590	3 372	1 642	1 730	2 960	1 378	1 582	3 276	1 648	1 628
55-59	3 040	1 480	1 560	3 035	1 456	1 579	3 282	1 574	1 708	2 889	1 324	1 565
60-64	2 810	1 340	1 470	2 911	1 387	1 524	2 897	1 357	1 539	3 137	1 470	1 668
65-69	2 370	1 140	1 230	2 586	1 191	1 396	2 677	1 231	1 445	2 668	1 206	1 461
70-74	1 900	860	1 040	2 069	947	1 123	2 286	1 000	1 285	2 391	1 049	1 341
75-79	1 080	430	650	1 502	630	872	1 661	699	962	1 875	755	1 120
80-84	560	230	330	721	257	464	1 025	378	647	1 180	438	742
85 e +	430	160	270	389	141	248	450	148	303	621	205	416

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	46 580	22 700	23 880	48 181	23 390	24 791	48 953	23 656	25 297	49 612	23 892	25 720
0-14	7 860	3 960	3 900	7 679	3 868	3 811	7 896	4 000	3 895	8 111	4 120	3 991
15-64	32 380	15 920	16 460	33 234	16 358	16 877	32 958	16 199	16 759	32 767	16 119	16 648
65 e +	6 340	2 820	3 520	7 268	3 165	4 103	8 099	3 457	4 642	8 734	3 653	5 081
15-49			11 840			12 043			11 930			11 788

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	16,9	17,4	16,3	15,9	16,5	15,4	16,1	16,9	15,4	16,3	17,2	15,5
15-64	69,5	70,1	68,9	69,0	69,9	68,1	67,3	68,5	66,3	66,0	67,5	64,7
65 e +	13,6	12,4	14,7	15,1	13,5	16,5	16,5	14,6	18,4	17,6	15,3	19,8
15 a 49			49,6			48,6			47,2			45,8

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**SEIXAL**

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	127 920	62 720	65 200	139 578	68 428	71 150	146 931	71 803	75 128	151 775	73 847	77 928
0-4	7 820	4 060	3 760	7 990	4 043	3 947	8 477	4 314	4 163	8 754	4 467	4 287
5-9	7 240	3 730	3 510	8 460	4 333	4 127	8 305	4 176	4 129	8 629	4 378	4 251
10-14	8 460	4 230	4 230	7 842	4 005	3 836	8 757	4 468	4 289	8 451	4 243	4 208
15-19	10 930	5 520	5 410	9 471	4 731	4 740	8 340	4 251	4 089	8 997	4 584	4 412
20-24	11 080	5 580	5 500	12 306	6 253	6 053	10 142	5 085	5 057	8 661	4 417	4 244
25-29	8 890	4 290	4 600	12 290	6 242	6 048	12 865	6 548	6 317	10 398	5 214	5 183
30-34	9 910	4 700	5 210	9 799	4 781	5 019	12 678	6 435	6 244	13 005	6 602	6 403
35-39	10 800	5 130	5 670	10 541	5 042	5 500	10 071	4 918	5 152	12 745	6 451	6 294
40-44	11 130	5 250	5 880	11 124	5 276	5 848	10 647	5 077	5 571	10 074	4 901	5 173
45-49	10 660	5 270	5 390	11 251	5 286	5 966	11 115	5 248	5 867	10 579	5 020	5 559
50-54	8 710	4 460	4 250	10 682	5 233	5 450	11 153	5 196	5 957	10 963	5 133	5 830
55-59	6 910	3 610	3 300	8 635	4 345	4 290	10 447	5 039	5 408	10 867	4 987	5 880
60-64	5 360	2 650	2 710	6 710	3 434	3 276	8 275	4 072	4 203	9 979	4 701	5 278
65-69	4 020	1 870	2 150	4 956	2 365	2 591	6 168	3 053	3 115	7 609	3 619	3 990
70-74	2 890	1 310	1 580	3 535	1 559	1 976	4 383	1 990	2 393	5 494	2 602	2 892
75-79	1 660	660	1 000	2 293	961	1 332	2 848	1 153	1 695	3 588	1 502	2 086
80-84	930	280	650	1 113	395	718	1 567	578	989	2 031	722	1 309
85 e +	520	120	400	579	145	434	691	201	490	951	303	648

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	127 920	62 720	65 200	139 578	68 428	71 150	146 931	71 803	75 128	151 775	73 847	77 928
0-14	23 520	12 020	11 500	24 292	12 381	11 911	25 539	12 959	12 581	25 834	13 088	12 747
15-64	94 380	46 460	47 920	102 811	50 621	52 190	105 734	51 869	53 865	106 268	52 011	54 256
65 e +	10 020	4 240	5 780	12 475	5 426	7 050	15 657	6 975	8 682	19 673	8 748	10 925
15-49			37 660			39 173			38 297			37 268

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	18,4	19,2	17,6	17,4	18,1	16,7	17,4	18,0	16,7	17,0	17,7	16,4
15-64	73,8	74,1	73,5	73,7	74,0	73,4	72,0	72,2	71,7	70,0	70,4	69,6
65 e +	7,8	6,8	8,9	8,9	7,9	9,9	10,7	9,7	11,6	13,0	11,8	14,0
15 a 49			57,8			55,1			51,0			47,8

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**SESIMBRA**

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	28 800	14 330	14 470	30 432	15 078	15 355	31 255	15 399	15 857	32 044	15 729	16 315
0-4	1 500	790	710	1 614	817	797	1 715	873	842	1 770	901	869
5-9	1 440	760	680	1 628	845	783	1 677	843	833	1 779	900	879
10-14	1 750	920	830	1 560	815	745	1 687	872	816	1 736	871	866
15-19	2 140	1 120	1 020	1 952	1 020	932	1 660	864	796	1 787	921	866
20-24	2 420	1 210	1 210	2 415	1 266	1 149	2 085	1 090	995	1 795	936	860
25-29	1 920	990	930	2 660	1 341	1 319	2 526	1 325	1 202	2 200	1 151	1 049
30-34	1 960	960	1 000	2 100	1 086	1 014	2 736	1 378	1 358	2 604	1 363	1 241
35-39	1 990	980	1 010	2 086	1 028	1 058	2 152	1 112	1 040	2 784	1 401	1 383
40-44	1 990	960	1 030	2 056	1 010	1 046	2 107	1 035	1 073	2 173	1 118	1 055
45-49	2 020	1 000	1 020	2 017	969	1 048	2 056	1 005	1 051	2 107	1 030	1 077
50-54	1 960	1 000	960	2 027	994	1 033	2 002	953	1 049	2 041	989	1 052
55-59	1 720	870	850	1 937	972	966	1 983	958	1 025	1 963	920	1 042
60-64	1 660	810	850	1 663	824	839	1 855	910	945	1 903	898	1 005
65-69	1 590	760	830	1 531	721	810	1 529	732	797	1 707	809	898
70-74	1 310	600	710	1 391	632	759	1 353	606	747	1 365	624	741
75-79	740	350	390	1 036	439	596	1 118	467	651	1 109	458	651
80-84	450	170	280	488	209	279	706	264	442	795	292	502
85 e +	240	80	160	272	91	182	307	111	196	426	146	280

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	28 800	14 330	14 470	30 432	15 078	15 355	31 255	15 399	15 857	32 044	15 729	16 315
0-14	4 690	2 470	2 220	4 802	2 476	2 326	5 079	2 588	2 491	5 285	2 672	2 613
15-64	19 780	9 900	9 880	20 913	10 510	10 403	21 163	10 630	10 533	21 357	10 727	10 630
65 e +	4 330	1 960	2 370	4 718	2 092	2 626	5 013	2 181	2 832	5 402	2 330	3 072
15-49			7 220			7 566			7 514			7 531

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	16,3	17,2	15,3	15,8	16,4	15,1	16,3	16,8	15,7	16,5	17,0	16,0
15-64	68,7	69,1	68,3	68,7	69,7	67,8	67,7	69,0	66,4	66,6	68,2	65,2
65 e +	15,0	13,7	16,4	15,5	13,9	17,1	16,0	14,2	17,9	16,9	14,8	18,8
15 a 49			49,9			49,3			47,4			46,2

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**SETÚBAL**
**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	104 260	50 620	53 640	104 745	50 724	54 021	104 977	50 654	54 323	104 865	50 450	54 415
0-4	5 480	2 840	2 640	5 655	2 890	2 765	5 757	2 944	2 813	5 709	2 920	2 789
5-9	5 480	2 780	2 700	5 474	2 834	2 639	5 646	2 884	2 762	5 751	2 940	2 811
10-14	6 510	3 360	3 150	5 479	2 778	2 701	5 469	2 832	2 638	5 643	2 882	2 761
15-19	8 590	4 400	4 190	6 503	3 352	3 151	5 468	2 770	2 698	5 460	2 825	2 636
20-24	8 990	4 540	4 450	8 560	4 373	4 187	6 475	3 330	3 145	5 448	2 754	2 694
25-29	7 150	3 600	3 550	8 937	4 496	4 441	8 503	4 328	4 175	6 435	3 298	3 137
30-34	6 730	3 290	3 440	7 099	3 558	3 541	8 865	4 439	4 426	8 436	4 275	4 161
35-39	7 610	3 530	4 080	6 675	3 248	3 428	7 035	3 510	3 526	8 787	4 381	4 407
40-44	7 560	3 570	3 990	7 532	3 477	4 055	6 603	3 198	3 405	6 961	3 457	3 503
45-49	8 220	4 120	4 100	7 455	3 500	3 955	7 432	3 412	4 020	6 517	3 140	3 377
50-54	6 970	3 450	3 520	8 044	3 999	4 045	7 307	3 401	3 905	7 291	3 318	3 973
55-59	5 950	2 920	3 030	6 735	3 289	3 447	7 781	3 815	3 966	7 083	3 250	3 834
60-64	5 580	2 620	2 960	5 638	2 706	2 932	6 392	3 049	3 343	7 399	3 542	3 856
65-69	4 780	2 180	2 600	5 123	2 323	2 801	5 176	2 400	2 776	5 875	2 706	3 169
70-74	3 960	1 670	2 290	4 174	1 807	2 367	4 526	1 950	2 576	4 617	2 044	2 573
75-79	2 460	1 020	1 440	3 139	1 221	1 918	3 361	1 335	2 026	3 715	1 471	2 244
80-84	1 410	460	950	1 636	608	1 027	2 155	734	1 421	2 398	835	1 563
85 e +	830	270	560	887	265	622	1 025	324	701	1 341	411	930

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	104 260	50 620	53 640	104 745	50 724	54 021	104 977	50 654	54 323	104 865	50 450	54 415
0-14	17 470	8 980	8 490	16 607	8 503	8 104	16 873	8 660	8 213	17 103	8 742	8 361
15-64	73 350	36 040	37 310	73 179	35 997	37 182	71 862	35 252	36 610	69 817	34 240	35 577
65 e +	13 440	5 600	7 840	14 959	6 224	8 735	16 243	6 742	9 500	17 946	7 468	10 478
15-49			27 800			26 757			25 395			23 914

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	16,8	17,7	15,8	15,9	16,8	15,0	16,1	17,1	15,1	16,3	17,3	15,4
15-64	70,4	71,2	69,6	69,9	71,0	68,8	68,5	69,6	67,4	66,6	67,9	65,4
65 e +	12,9	11,1	14,6	14,3	12,3	16,2	15,5	13,3	17,5	17,1	14,8	19,3
15 a 49			51,8			49,5			46,7			43,9

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

## AZAMBUJA

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	19 520	9 360	10 160	19 462	9 309	10 153	19 295	9 204	10 091	19 130	9 113	10 017
0-4	850	420	430	1 045	533	512	1 076	550	526	1 067	546	522
5-9	920	460	460	862	425	437	1 047	534	513	1 078	551	528
10-14	1 170	590	580	932	465	467	865	426	439	1 049	535	514
15-19	1 540	760	780	1 189	599	590	935	467	469	868	427	441
20-24	1 560	750	810	1 563	771	792	1 191	599	592	939	468	471
25-29	1 380	720	660	1 576	757	819	1 559	766	793	1 190	597	594
30-34	1 280	640	640	1 389	722	667	1 569	750	819	1 552	760	792
35-39	1 240	600	640	1 284	640	644	1 380	714	665	1 559	742	817
40-44	1 260	610	650	1 236	595	640	1 272	631	641	1 367	705	662
45-49	1 260	620	640	1 248	601	647	1 221	585	636	1 256	620	636
50-54	1 240	600	640	1 238	604	634	1 224	584	640	1 198	569	629
55-59	1 200	590	610	1 203	574	629	1 199	577	622	1 187	559	629
60-64	1 150	550	600	1 140	549	592	1 143	532	611	1 142	536	606
65-69	1 140	500	640	1 056	488	568	1 047	487	561	1 052	473	579
70-74	1 000	440	560	998	415	583	932	410	523	934	414	520
75-79	690	280	410	791	322	469	805	306	499	764	309	455
80-84	440	180	260	460	167	293	541	193	348	577	192	385
85 e +	200	50	150	252	83	169	289	93	196	350	111	238

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	19 520	9 360	10 160	19 462	9 309	10 153	19 295	9 204	10 091	19 130	9 113	10 017
0-14	2 940	1 470	1 470	2 839	1 423	1 415	2 987	1 510	1 478	3 195	1 631	1 564
15-64	13 110	6 440	6 670	13 066	6 411	6 655	12 693	6 206	6 487	12 259	5 983	6 276
65 e +	3 470	1 450	2 020	3 557	1 475	2 082	3 615	1 489	2 126	3 676	1 499	2 177
15-49			4 820			4 800			4 614			4 413

### Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	15,1	15,7	14,5	14,6	15,3	13,9	15,5	16,4	14,6	16,7	17,9	15,6
15-24	67,2	68,8	65,6	67,1	68,9	65,6	65,8	67,4	64,3	64,1	65,7	62,7
65 e +	17,8	15,5	19,9	18,3	15,8	20,5	18,7	16,2	21,1	19,2	16,4	21,7
15 a 49			47,4			47,3			45,7			44,1

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**MAFRA**

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grupos quinquenais de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	44 270	21 610	22 660	45 111	21 977	23 134	45 212	21 946	23 266	45 229	21 896	23 332
0-4	2 360	1 230	1 130	2 452	1 249	1 203	2 467	1 260	1 206	2 460	1 257	1 203
5-9	2 280	1 190	1 090	2 425	1 257	1 168	2 465	1 254	1 211	2 481	1 266	1 215
10-14	2 810	1 350	1 460	2 342	1 218	1 124	2 438	1 263	1 176	2 479	1 260	1 219
15-19	3 270	1 670	1 600	2 913	1 400	1 513	2 364	1 228	1 136	2 461	1 273	1 188
20-24	3 450	1 700	1 750	3 406	1 739	1 666	2 937	1 410	1 527	2 391	1 240	1 151
25-29	3 330	1 730	1 600	3 562	1 758	1 805	3 416	1 740	1 676	2 952	1 415	1 537
30-34	3 340	1 620	1 720	3 406	1 765	1 640	3 559	1 750	1 809	3 414	1 733	1 681
35-39	3 090	1 570	1 520	3 386	1 641	1 746	3 393	1 752	1 641	3 547	1 737	1 810
40-44	2 940	1 460	1 480	3 102	1 569	1 533	3 361	1 621	1 740	3 368	1 731	1 636
45-49	2 900	1 420	1 480	2 927	1 446	1 481	3 067	1 544	1 523	3 324	1 595	1 729
50-54	2 740	1 370	1 370	2 865	1 391	1 474	2 874	1 408	1 466	3 013	1 504	1 509
55-59	2 630	1 320	1 310	2 670	1 316	1 355	2 778	1 329	1 448	2 790	1 348	1 443
60-64	2 510	1 170	1 340	2 509	1 232	1 276	2 538	1 222	1 316	2 647	1 236	1 410
65-69	2 370	1 090	1 280	2 309	1 039	1 271	2 302	1 093	1 209	2 333	1 085	1 248
70-74	1 910	840	1 070	2 072	904	1 167	2 042	872	1 169	2 052	931	1 121
75-79	1 220	510	710	1 512	615	897	1 667	668	999	1 677	658	1 018
80-84	790	280	510	811	304	507	1 034	369	665	1 189	418	771
85 e +	330	90	240	443	134	309	510	163	347	650	207	443

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	44 270	21 610	22 660	45 111	21 977	23 134	45 212	21 946	23 266	45 229	21 896	23 332
0-14	7 450	3 770	3 680	7 218	3 724	3 495	7 370	3 777	3 593	7 420	3 783	3 637
15-64	30 200	15 030	15 170	30 746	15 257	15 489	30 287	15 003	15 283	29 907	14 813	15 094
65 e +	6 620	2 810	3 810	7 147	2 996	4 151	7 555	3 166	4 389	7 902	3 300	4 602
15-49			11 150			11 384			11 052			10 732

**Projeções de População Residente segundo o sexo e por grandes grupos de idade, 1995-2010**

(em % da população residente total)

IDADES	31.DEZ.95			31.DEZ.2000			31.DEZ.2005			31.DEZ.2010		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0-14	16,8	17,4	16,2	16,0	16,9	15,1	16,3	17,2	15,4	16,4	17,3	15,6
15-64	68,2	69,6	66,9	68,2	69,4	67,0	67,0	68,4	65,7	66,1	67,7	64,7
65 e +	15,0	13,0	16,8	15,8	13,6	17,9	16,7	14,4	18,9	17,5	15,1	19,7
15 a 49			49,2			49,2			47,5			46,0

Nota: Por razões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Fonte: INE, GEC/SEDS

**NADOS-VIVOS 1991 A 1998**

NUTS	1991			1992			1993			1994			1995			1996			1997			1998		
	HM	H	M																					
<b>Portugal</b>	116299	59862	56437	114924	58844	56080	113960	58388	55572	109227	56439	52788	107097	55662	51435	110243	57314	52929	112933	58037	54896	113384	58530	54854
<b>Continente</b>	108985	56141	52844	107835	55219	52616	106775	54746	52029	102223	52788	49435	100537	52266	48271	103668	53841	49827	106314	54617	51697	106867	55214	51653
<b>LVT</b>	35560	18388	17172	35857	18366	17491	35818	18352	17466	34583	17902	16681	34278	17729	16549	35435	18377	17058	36637	18770	17867	37701	19552	18149
<b>AML</b>	28012	14501	13511	28356	14540	13816	28313	14562	13751	27494	14253	13241	27156	14096	13060	28145	14596	13549	29058	14902	14156	30135	15593	14542
Mafra	462	248	214	459	244	215	509	275	234	499	264	235	444	220	224	495	256	239	512	264	248	535	288	247
Amadora	2274	1181	1093	2188	1152	1036	2091	1070	1021	2104	1107	997	1982	1028	954	2030	1038	992	2088	1075	1013	2090	1102	988
Cascais	1916	993	923	1912	974	938	1969	1037	932	1867	964	903	1930	997	933	1893	974	919	1982	1064	918	2043	1021	1022
Lisboa	6278	3268	3010	6235	3228	3007	6045	3087	2958	5530	2875	2655	5350	2752	2598	5568	2906	2662	5516	2751	2765	5665	2988	2677
Loures	3659	1888	1771	3800	1936	1864	3689	1930	1759	3621	1848	1773	3559	1850	1709	3587	1824	1763	3660	1880	1780	3723	1921	1802
Oeiras	1616	824	792	1644	848	796	1683	877	806	1612	826	786	1618	838	780	1577	822	755	1679	836	843	1777	945	832
Sintra	3396	1762	1634	3666	1878	1788	3806	1912	1894	3813	1944	1869	3968	2120	1848	4279	2255	2024	4479	2299	2180	4989	2605	2384
V. F. Xira	1228	601	627	1176	570	606	1222	635	587	1140	607	533	1140	579	561	1306	648	658	1253	641	612	1352	676	676
Alcochete	94	55	39	93	44	49	94	50	44	90	49	41	100	56	44	101	51	50	100	62	38	107	51	56
Almada	1654	839	815	1665	820	845	1740	905	835	1744	927	817	1638	863	775	1709	920	789	1743	911	832	1738	900	838
Barreiro	759	405	354	803	401	402	729	367	362	707	393	314	719	364	355	653	363	290	707	381	326	700	381	319
Moita	789	412	377	765	390	375	793	395	398	748	375	373	769	395	374	762	381	381	799	411	388	786	385	401
Montijo	400	209	191	386	205	181	388	206	182	418	205	213	403	184	219	445	243	202	430	220	210	424	196	228
Palmela	445	232	213	478	244	234	467	224	243	462	233	229	485	266	219	503	277	226	555	278	277	598	299	299
Seixal	1476	777	699	1495	755	740	1468	754	714	1590	861	729	1548	804	744	1644	827	817	1785	929	856	1777	904	873
Sesimbra	277	147	130	301	149	152	291	170	121	280	141	139	280	144	136	297	150	147	360	183	177	391	195	196
Setúbal	1135	587	548	1112	612	500	1135	577	558	1105	550	555	1064	559	505	1126	571	555	1227	618	609	1240	641	599
Azambuja	154	73	81	178	90	88	194	91	103	164	84	80	159	77	82	170	90	80	183	99	84	200	95	105

INE / Projeções de População Residente nos Concelhos  
da Área Metropolitana de Lisboa  
2000-2001

**SALDOS NATURAIS  
1991 a 1998**

NUTS	1991 HM	1992 HM	1993 HM	1994 HM	1995 HM	1996 HM	1997 HM	1998 HM
Lisboa e Vale do Tejo	1354	2826	644	1480	-548	-702	1266	1441
Área Metr. de Lisboa	2945	4119	2544	3272	1521	1744	3197	3450
Mafra	-46	-46	-51	-40	-60	-86	-71	-25
Amadora	996	945	715	854	621	642	640	604
Cascais	502	537	467	388	352	383	415	390
Lisboa	-3374	-2868	-3554	-3370	-3749	-3753	-3254	-3265
Loures	1500	1658	1431	1404	1263	1165	1306	1255
Oeiras	442	494	419	466	318	323	376	429
Sintra	1435	1713	1822	1851	1852	2092	2336	2705
V. F. Xira	473	402	389	374	327	390	360	444
Alcochete	-37	-35	-26	-31	-39	-58	-60	-19
Almada	138	169	198	314	52	21	101	-34
Barreiro	-57	14	-56	-71	-149	-162	-150	-185
Moita	227	227	171	165	151	144	142	192
Montijo	-41	-17	-36	4	-37	-42	-37	-60
Palmela	-21	85	-29	25	0	11	71	78
Seixal	727	733	678	849	726	745	908	867
Sesimbra	3	55	5	20	5	-15	40	76
Setúbal	157	126	48	142	-8	19	136	65
Azambuja	-79	-73	-47	-72	-104	-75	-62	-67

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

**SALDO MIGRATÓRIO INTERNO  
1989 - 1991**

NUTS	HM	H	M
Portugal	0	0	0
Continente	646	235	411
Lisboa e Vale do Tejo	1741	-115	1856
Área Metr. de Lisboa	-419	-1256	837
Mafra	341	131	210
Amadora	378	77	301
Cascais	1052	394	658
Lisboa	-20370	-10202	-10168
Loures	3213	1436	1777
Oeiras	777	216	561
Sintra	8192	3959	4233
V. F. Xira	1677	785	892
Alcochete	45	24	21
Almada	-3	-80	77
Barreiro	-603	-279	-324
Moita	652	329	323
Montijo	191	93	98
Palmela	915	431	484
Seixal	2447	1144	1303
Sesimbra	534	249	285
Setúbal	11	-11	22
Azambuja	132	48	84

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991

**POPULAÇÃO RESIDENTE E COMPONENTES DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO  
1981 - 1991**

NUTS I, II, III CONCELHOS	POPULAÇÃO RESIDENTE 1981		POPULAÇÃO RESIDENTE 1991		CRESCIMENTO EFECTIVO 1981-1991		CRESCIMENTO NATURAL 1981-1991		CRESCIMENTO MIGRATÓRIO 1981-1991	
		%		%		%		%		%
Portugal	9833014	100,0	9867147	100,0	34133	0,3	354284	3,6	-320151	-3,3
Lisboa e Vale do Tejo	3261578	33,2	3296715	33,4	35137	1,1	85142	2,6	-50005	-1,5
Área Metr. de Lisboa	2502044	25,4	2540276	25,7	38232	1,5	81602	3,3	-43370	-1,7
Mafra	43899	12,4	43731	12,2	-168	-0,4	345	0,8	-513	-1,2
Amadora	163878	8,8	181774	9,9	17896	10,9	13345	8,1	4552	2,8
Cascais	141498	7,6	153294	8,3	11796	8,3	7573	5,4	4223	3,0
Lisboa	807937	43,6	663394	36,1	-144543	-17,9	-16624	-2,1	-127920	-15,8
Loures	276467	14,9	322158	17,5	45691	16,5	21699	7,8	23992	8,7
Oeiras	149328	8,1	151342	8,2	2014	1,3	7628	5,1	-5614	-3,8
Sintra	226428	12,2	260951	14,2	34523	15,2	13596	6,0	20928	9,2 V.
V. F. Xira	88193	4,8	103571	5,6	15378	17,4	6142	7,0	9236	10,5
Alcochete	11246	1,9	10169	1,6	-1077	-9,6	-37	-0,3	-1040	-9,2
Almada	147690	25,3	151783	23,7	4093	2,8	5914	4,0	-1821	-1,2
Barreiro	88052	15,1	85768	13,4	-2284	-2,6	3079	3,5	-5363	-6,1
Moita	53240	9,1	65086	10,2	11846	22,3	3981	7,5	7866	14,8
Montijo	36849	6,3	36038	5,6	-811	-2,2	463	1,3	-1274	-3,5
Palmela	36933	6,3	43857	6,8	6924	18,7	-379	-1,0	7303	19,8
Seixal	89169	15,3	116912	18,3	27743	31,1	9471	10,6	18272	20,5
Sesimbra	23103	4,0	27246	4,3	4143	17,9	866	3,7	3278	14,2
Setúbal	98366	16,8	103634	16,2	5268	5,4	4493	4,6	776	0,8
Azambuja	19768	8,4	19568	8,4	-200	-1,0	50	0,3	-250	-1,3

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População de 1981 e 1991, Estatísticas Demográficas, Alteração Demográfica

## **2. Habitação e Dinâmica Urbanística**

2.1

Licenças para Construção, Obras de Beneficiação e Conservação de Edifícios, Concedidas pelas Câmaras Municipais, 1991-3

CONCELHOS	1991				1992				1993									
	TOTAL 1)	TOTAL OBRAS 1)	HABIT. CONST. NOVAS	OUTROS DESTINOS CONST. NOVAS	TOTAL 1)	TOTAL OBRAS 1)	HABIT. CONST. NOVAS	OUTROS DESTINOS CONST. NOVAS	TOTAL 1)	TOTAL OBRAS 1)	HABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS					
											TOTAL CONST. NOVAS	TOTAL OBRAS	CONST. NOVAS	OBRAS	TOTAL CONST. NOVAS	TOTAL OBRAS	CONST. NOVAS	OBRAS
Amadora	88	0	82	6	107	107	0	103	4	79	79	0	77	77	0	2	2	0
Azambuja	99	24	63	12	80	56	24	43	13	77	70	7	57	54	3	20	16	7
Cascais	330	97	223	10	200	196	4	187	9	187	174	13	169	162	7	18	12	13
Lisboa	505	119	386	16	524	207	317	169	38	296	135	161	184	99	85	112	36	161
Loures	183	171	152	19	244	228	16	205	23	137	126	11	128	122	6	9	4	11
Mafra	647	490	336	154	375	301	74	242	59	478	399	79	310	262	48	168	137	79
Oeiras	373	235	194	41	221	168	53	139	29	157	153	4	139	136	3	18	17	4
Sintra	1 123	952	818	134	843	732	111	588	144	869	822	47	747	706	41	122	116	47
V.Franca Xira	169	168	149	19	186	186	0	168	18	222	209	13	191	181	10	31	28	13
Alcochete	62	38	24	14	104	62	42	41	21	62	52	10	41	35	6	21	17	10
Almada	352	343	332	11	350	325	25	322	3	279	266	13	273	261	12	6	5	13
Barreiro	156	109	65	44	172	123	49	93	30	99	64	35	52	42	10	47	22	35
Moita	139	129	107	22	135	129	6	104	25	137	125	12	117	109	8	20	16	12
Montijo	156	133	93	40	104	94	10	56	38	193	165	28	112	99	13	81	66	28
Palmela	387	325	220	105	301	238	63	171	67	294	268	26	214	201	13	80	67	26
Seixal	491	448	414	34	305	276	29	264	12	323	313	10	301	295	6	22	18	10
Sesimbra	246	195	151	44	211	174	37	129	45	237	193	44	184	147	37	53	46	44
Setúbal	198	195	190	5	216	215	1	199	16	331	280	51	305	269	36	26	11	51
<b>AML</b>	<b>5 704</b>	<b>4 446</b>	<b>3 716</b>	<b>730</b>	<b>4 678</b>	<b>3 817</b>	<b>861</b>	<b>3 223</b>	<b>594</b>	<b>4 457</b>	<b>3 893</b>	<b>564</b>	<b>3 601</b>	<b>3 257</b>	<b>344</b>	<b>856</b>	<b>636</b>	<b>564</b>
AML Norte	3 517	2 531	2 120	411	2 780	2 181	599	1 844	337	2 502	2 167	335	2 002	1 799	203	500	368	335
AML Sul	2 187	1 915	1 596	319	1 898	1 636	262	1 379	257	1 955	1 726	229	1 599	1 458	141	356	268	229
<b>RLVT</b>	<b>12 789</b>	<b>9 892</b>	<b>7 480</b>	<b>2 412</b>	<b>11 835</b>	<b>9 315</b>	<b>2 520</b>	<b>7 201</b>	<b>2 114</b>	<b>10 035</b>	<b>8 266</b>	<b>1 769</b>	<b>7 301</b>	<b>6 176</b>	<b>1 122</b>	<b>1 191</b>	<b>887</b>	<b>783</b>
<b>AML/RLVT (%)</b>	<b>45</b>	<b>45</b>	<b>84</b>	<b>50</b>	<b>40</b>	<b>41</b>	<b>34</b>	<b>45</b>	<b>28</b>	<b>44</b>	<b>47</b>	<b>32</b>	<b>49</b>	<b>53</b>	<b>31</b>	<b>72</b>	<b>72</b>	<b>72</b>

Fonte: INE, Anuários Estatísticos RLVT, 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

1) Inclui demolições

2) Não inclui demolições

2.1

Licenças para Construção, Obras de Beneficiação e Conservação de Edifícios, Concedidas pelas Câmaras Municipais, 1994-5 (cont.)

CONCELHOS	1994										1995									
	TOTAL		HABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS		TOTAL		HABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS		TOTAL		HABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS			
	1)	2)	TOTAL	CONST. NOVAS	OBRAS	CONST. NOVAS	OBRAS	TOTAL	CONST. NOVAS	OBRAS	CONST. NOVAS	OBRAS	TOTAL	CONST. NOVAS	OBRAS	CONST. NOVAS	OBRAS	TOTAL		
Amadora	113	109	0	104	104	0	9	5	0	88	87	0	81	81	0	7	6	0		
Azambuja	78	68	10	72	64	8	6	4	2	84	72	12	68	57	11	16	15	1		
Cascais	174	164	10	167	159	8	7	5	2	176	169	7	169	165	4	7	4	3		
Lisboa	283	107	122	140	91	49	143	16	73	298	137	159	176	117	59	122	20	141		
Loures	118	115	3	115	113	2	3	2	1	186	186	0	185	185	0	1	1	0		
Mafra	658	522	136	427	354	73	231	168	63	628	531	97	462	407	55	166	124	57		
Oeiras	217	215	2	207	205	2	10	10	0	191	191	0	184	184	0	7	7	0		
Sintra	787	784	3	701	698	3	86	86	0	905	896	9	852	845	7	53	51	3		
V.Franca Xira	270	253	15	237	230	7	33	23	8	284	251	24	239	225	14	45	26	12		
Alcochete	72	58	12	55	47	8	17	11	4	63	54	5	34	32	2	29	22	4		
Almada	340	337	3	333	331	2	7	6	1	385	385	0	380	380	0	5	5	0		
Barreiro	122	71	38	63	47	16	59	24	22	157	87	62	84	63	21	73	24	53		
Moita	188	159	29	144	130	14	44	29	15	174	157	17	123	119	4	51	38	13		
Montijo	142	110	32	71	58	13	71	52	19	107	102	5	72	68	4	35	34	1		
Palmela	359	338	21	283	266	17	76	72	4	350	317	33	263	243	20	87	74	15		
Seixal	412	397	15	374	362	12	38	35	3	428	400	28	388	365	23	40	35	5		
Sesimbra	230	196	34	191	165	26	39	31	8	224	209	15	196	183	13	28	26	4		
Setúbal	437	392	44	394	369	25	43	23	19	383	312	70	315	283	32	68	29	45		
<b>AML</b>	<b>5 000</b>	<b>4 395</b>	<b>529</b>	<b>4 078</b>	<b>3 793</b>	<b>285</b>	<b>922</b>	<b>602</b>	<b>244</b>	<b>5 111</b>	<b>4 543</b>	<b>543</b>	<b>4 271</b>	<b>4 002</b>	<b>269</b>	<b>840</b>	<b>541</b>	<b>357</b>		
AML Norte	2 698	2 337	301	2 170	2 018	152	528	319	149	2 840	2 520	308	2 416	2 266	150	424	254	217		
AML Sul	2 302	2 058	228	1 908	1 775	133	394	283	95	2 271	2 023	235	1 855	1 736	119	416	287	140		
<b>RLVT</b>	<b>10 658</b>	<b>8 878</b>	<b>1 673</b>	<b>7 980</b>	<b>6 959</b>	<b>1 021</b>	<b>1 299</b>	<b>874</b>	<b>335</b>	<b>11 004</b>	<b>9 354</b>	<b>1 591</b>	<b>8 460</b>	<b>7 512</b>	<b>948</b>	<b>2 544</b>	<b>1 842</b>	<b>1 203</b>		
<b>AML/RLVT (%)</b>	<b>47</b>	<b>50</b>	<b>32</b>	<b>51</b>	<b>55</b>	<b>28</b>	<b>71</b>	<b>69</b>	<b>73</b>	<b>46</b>	<b>49</b>	<b>34</b>	<b>50</b>	<b>53</b>	<b>28</b>	<b>33</b>	<b>29</b>	<b>30</b>		

Fonte: INE, Anuários Estatísticos, RLVT, 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

1) Inclui demolições

2) Não inclui demolições

2.1

Licenças para Construção, Obras de Beneficiação e Conservação de Edifícios, Concedidas pelas Câmaras Municipais, 1996-7 (cont.)

CONCELHOS	1994										1995									
	TOTAL		TOTAL		TOTAL		HABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS		TOTAL		TOTAL		TOTAL		HABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS	
	1)	2)	1)	2)	1)	2)	CONST. NOVAS	OBRAS	CONST. NOVAS	OBRAS	1)	2)	CONST. NOVAS	OBRAS	1)	2)	CONST. NOVAS	OBRAS	1)	2)
Amadora	77	0	74	0	70	70	0	0	7	4	0	97	97	0	89	89	0	8	8	0
Azambuja	75	9	66	9	67	59	8	3	8	7	3	95	85	10	83	74	9	12	11	4
Cascais	188	10	178	10	181	172	9	5	7	6	5	179	177	2	178	176	2	1	1	0
Lisboa	335	205	130	205	202	112	90	18	133	18	174	249	107	142	148	88	60	101	19	110
Loures	236	0	236	0	235	235	0	1	1	1	0	270	261	9	252	244	8	18	17	4
Mafra	666	82	583	82	469	410	59	173	197	31	845	730	115	566	468	98	279	262	41	
Oeiras	267	4	263	4	249	246	3	18	18	17	2	230	226	4	210	207	3	20	19	2
Sintra	828	11	817	11	772	763	9	56	56	54	4	760	756	4	700	697	3	60	59	3
V.Franca Xira	265	11	250	11	231	224	7	34	34	26	5	280	269	11	250	244	6	30	25	5
Alcochete	106	7	97	7	70	66	4	36	36	31	4	142	124	12	90	83	7	52	41	7
Almada	485	1	484	1	476	475	1	9	9	9	0	809	798	11	774	768	6	35	30	6
Barreiro	158	56	91	56	91	72	19	67	67	19	51	153	119	24	114	105	9	39	14	22
Moita	160	10	150	10	118	114	4	42	42	36	7	158	150	8	123	118	5	35	32	3
Montijo	127	9	115	9	95	90	5	32	32	25	7	131	119	10	100	92	8	31	27	4
Palmela	293	31	262	31	233	212	21	60	60	50	13	349	335	14	275	271	4	74	64	10
Seixal	415	19	396	19	366	350	16	49	49	46	4	444	428	16	401	389	12	43	39	4
Sesimbra	193	41	152	41	179	143	36	14	14	9	10	432	423	9	430	421	9	2	2	2
Setúbal	413	55	358	55	355	328	27	58	58	30	32	481	423	56	432	400	32	49	23	31
<b>AML</b>	<b>5 287</b>	<b>4 702</b>	<b>4 702</b>	<b>561</b>	<b>4 459</b>	<b>4 141</b>	<b>318</b>	<b>828</b>	<b>828</b>	<b>561</b>	<b>352</b>	<b>6 104</b>	<b>5 627</b>	<b>457</b>	<b>5 215</b>	<b>4 934</b>	<b>281</b>	<b>889</b>	<b>693</b>	<b>258</b>
AML Norte	2 937	2 597	332	2 597	2 476	2 291	185	461	461	306	224	3 005	2 708	297	2 476	2 287	189	529	421	169
AML Sul	2 350	2 105	229	2 105	1 983	1 850	133	367	367	255	128	3 099	2 919	160	2 739	2 647	92	360	272	89
<b>RLVT</b>	<b>11 053</b>	<b>9 328</b>	<b>1 650</b>	<b>8 564</b>	<b>7 553</b>	<b>1 011</b>	<b>2 489</b>	<b>1 775</b>	<b>2 489</b>	<b>960</b>	<b>1 775</b>	<b>12 173</b>	<b>10 597</b>	<b>1 510</b>	<b>9 645</b>	<b>8 633</b>	<b>1 012</b>	<b>2 528</b>	<b>1 964</b>	<b>822</b>
<b>AML/RLVT (%)</b>	<b>48</b>	<b>50</b>	<b>34</b>	<b>52</b>	<b>55</b>	<b>31</b>	<b>33</b>	<b>37</b>	<b>50</b>	<b>53</b>	<b>30</b>	<b>54</b>	<b>57</b>	<b>28</b>	<b>35</b>	<b>31</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>31</b>

Fonte: INE, Anuários Estatísticos, RLVT, 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

1) Inclui demolições

2) Não inclui demolições

## 2.2 Licenças de Construção Concedidas, Segundo os Principais Fins, entre 1991 e 1994

	1991				1992				1993				1994				
	OBRASHABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS		OBRASHABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS		HABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS		HABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS		
	CONST. NOVAS	OBRASHABITAÇÃO	OUTROS DESTINOS	CONST. NOVAS	OBRASHABITAÇÃO	OUTROS DESTINOS	CONST. NOVAS	OBRASHABITAÇÃO	OUTROS DESTINOS	CONST. NOVAS	OBRASHABITAÇÃO	OUTROS DESTINOS	CONST. NOVAS	OBRASHABITAÇÃO	OUTROS DESTINOS	CONST. NOVAS	
Amadora	100,0	0,0	93,2	6,8	100,0	0,0	3,7	3,7	97,5	0,0	2,5	0,0	96,5	92,0	0,0	4,4	0,0
Azambuja	75,8	24,2	63,6	12,1	70,0	30,0	16,3	16,3	70,1	3,9	20,8	9,1	87,2	82,1	10,3	5,1	2,6
Cascais	70,6	29,4	67,6	3,0	98,0	2,0	4,5	4,5	86,6	3,7	6,4	7,0	94,3	91,4	4,6	2,9	1,1
Lisboa	23,6	76,4	20,4	3,2	39,5	60,5	7,3	7,3	33,4	28,7	12,2	54,4	37,8	32,2	17,3	5,7	25,8
Loures	93,4	6,6	83,1	10,4	93,4	6,6	9,4	9,4	89,1	4,4	2,9	8,0	97,5	95,8	1,7	1,7	0,8
Mafra	75,7	24,3	51,9	23,8	80,3	19,7	15,7	15,7	54,8	10,0	28,7	16,5	79,3	53,8	11,1	25,5	9,6
Oeiras	63,0	37,0	52,0	11,0	76,0	24,0	13,1	13,1	86,6	1,9	10,8	2,5	99,1	94,5	0,9	4,6	0,0
Sintra	84,8	15,2	72,8	11,9	86,8	13,2	17,1	17,1	81,2	4,7	13,3	5,4	99,6	88,7	0,4	10,9	0,0
V.F. Xira	99,4	0,6	88,2	11,2	100,0	0,0	9,7	9,7	81,5	4,5	12,6	5,9	93,7	85,2	2,6	8,5	3,0
Alcochete	61,3	38,7	38,7	22,6	59,6	40,4	20,2	20,2	56,5	9,7	27,4	16,1	80,6	65,3	11,1	15,3	5,6
Almada	97,4	2,6	94,3	3,1	92,9	7,1	0,9	0,9	93,5	4,3	1,8	4,7	99,1	97,4	0,6	1,8	0,3
Barreiro	69,9	30,1	41,7	28,2	71,5	28,5	17,4	17,4	42,4	10,1	22,2	35,4	58,2	38,5	13,1	19,7	18,0
Moita	92,8	7,2	77,0	15,8	95,6	4,4	18,5	18,5	79,6	5,8	11,7	8,8	84,6	69,1	7,4	15,4	8,0
Montijo	85,3	14,7	59,6	25,6	90,4	9,6	36,5	36,5	51,3	6,7	34,2	14,5	77,5	40,8	9,2	36,6	13,4
Palmela	84,0	16,0	56,8	27,1	79,1	20,9	22,3	22,3	68,4	4,4	22,8	8,8	94,2	74,1	4,7	20,1	1,1
Seixal	91,2	8,8	84,3	6,9	90,5	9,5	3,9	3,9	91,3	1,9	5,6	3,1	96,4	87,9	2,9	8,5	0,7
Sesimbra	79,3	20,7	61,4	17,9	82,5	17,5	21,3	21,3	62,0	15,6	19,4	18,6	85,2	71,7	11,3	13,5	3,5
Setúbal	98,5	1,5	96,0	2,5	99,5	0,5	7,4	7,4	81,3	10,9	3,3	15,4	89,7	84,4	5,7	5,3	4,3
<b>AML</b>	<b>77,9</b>	<b>22,1</b>	<b>65,1</b>	<b>12,8</b>	<b>81,6</b>	<b>18,4</b>	<b>12,7</b>	<b>12,7</b>	<b>73,1</b>	<b>7,7</b>	<b>14,3</b>	<b>12,7</b>	<b>87,9</b>	<b>75,9</b>	<b>5,7</b>	<b>12,0</b>	<b>4,9</b>
AML Norte	72,0	28,0	60,3	11,7	78,5	21,5	12,1	12,1	71,9	8,1	14,7	13,4	86,6	74,8	5,6	11,8	5,5
AML Sul	87,6	12,4	73,0	14,6	86,2	13,8	13,5	13,5	74,6	7,2	13,7	11,7	89,4	77,1	5,8	12,3	4,1

Fonte: INE, Anuários Estatísticos, RLVT, 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

## 2.2 Licenças de Construção Concedidas, Segundo os Principais Fins, entre 1995 e 1997

	1991				1992				1993						
	HABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS		HABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS		HABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS				
	CONST. NOVAS	OBRAS	CONST. NOVAS	OBRAS	CONST. NOVAS	OBRAS	CONST. NOVAS	OBRAS	CONST. NOVAS	OBRAS	CONST. NOVAS	OBRAS			
Amadora	98,9	92,0	0,0	6,8	0,0	96,1	90,9	0,0	5,2	0,0	100,0	91,8	0,0	8,2	0,0
Azambuja	85,7	67,9	13,1	17,9	1,2	88,0	78,7	10,7	9,3	4,0	89,5	77,9	9,5	11,6	4,2
Cascais	96,0	93,8	2,3	2,3	1,7	94,7	91,5	4,8	3,2	2,7	98,9	98,3	1,1	0,6	0,0
Lisboa	46,0	39,3	19,8	6,7	47,3	38,8	33,4	26,9	5,4	51,9	43,0	35,3	24,1	7,6	44,2
Loures	100,0	99,5	0,0	0,5	0,0	100,0	99,6	0,0	0,4	0,0	96,7	90,4	3,0	6,3	1,5
Mafra	84,6	64,8	8,8	19,7	9,1	87,5	61,6	8,9	26,0	4,7	86,4	55,4	11,6	31,0	4,9
Oeiras	100,0	96,3	0,0	3,7	0,0	98,5	92,1	1,1	6,4	0,7	98,3	90,0	1,3	8,3	0,9
Sintra	99,0	93,4	0,8	5,6	0,3	98,7	92,1	1,1	6,5	0,5	99,5	91,7	0,4	7,8	0,4
V.F. Xira	88,4	79,2	4,9	9,2	4,2	94,3	84,5	2,6	9,8	1,9	96,1	87,1	2,1	8,9	1,8
Alcochete	85,7	50,8	3,2	34,9	6,3	91,5	62,3	3,8	29,2	3,8	87,3	58,5	4,9	28,9	4,9
Almada	100,0	98,7	0,0	1,3	0,0	99,8	97,9	0,2	1,9	0,0	98,6	94,9	0,7	3,7	0,7
Barreiro	55,4	40,1	13,4	15,3	33,8	57,6	45,6	12,0	12,0	32,3	77,8	68,6	5,9	9,2	14,4
Moita	90,2	68,4	2,3	21,8	7,5	93,8	71,3	2,5	22,5	4,4	94,9	74,7	3,2	20,3	1,9
Montijo	95,3	63,6	3,7	31,8	0,9	90,6	70,9	3,9	19,7	5,5	90,8	70,2	6,1	20,6	3,1
Palmela	90,6	69,4	5,7	21,1	4,3	89,4	72,4	7,2	17,1	4,4	96,0	77,7	1,1	18,3	2,9
Seixal	93,5	85,3	5,4	8,2	1,2	95,4	84,3	3,9	11,1	1,0	96,4	87,6	2,7	8,8	0,9
Sesimbra	93,3	81,7	5,8	11,6	1,8	78,8	74,1	18,7	4,7	5,2	97,9	97,5	2,1	0,5	0,5
Setúbal	81,5	73,9	8,4	7,6	11,7	86,7	79,4	6,5	7,3	7,7	87,9	83,2	6,7	4,8	6,4
<b>AML</b>	<b>88,9</b>	<b>78,3</b>	<b>5,3</b>	<b>10,6</b>	<b>7,0</b>	<b>88,9</b>	<b>78,3</b>	<b>6,0</b>	<b>10,6</b>	<b>6,7</b>	<b>92,2</b>	<b>80,8</b>	<b>4,6</b>	<b>11,4</b>	<b>4,2</b>
AML Norte	88,7	79,8	5,3	8,9	7,6	88,4	78,0	6,3	10,4	7,6	90,1	76,1	6,3	14,0	5,6
AML Sul	89,1	76,4	5,2	12,6	6,2	89,6	78,7	5,7	10,9	5,4	94,2	85,4	3,0	8,8	2,9

Fonte: INE, Anuários Estatísticos, RLVT, 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

## 2.3 Construção e Obras de Beneficiação e Conservação de Edifícios para Habitação e Outros Destinos, 1991-3

CONCELHOS	1991			1992			1993		
	TOTAL	HABITAÇÃO		TOTAL	HABITAÇÃO		TOTAL	HABITAÇÃO	
		OUTROS DESTINOS	FOGOS		FOGOS	FOGOS		FOGOS	
Amadora	57	51	664	6	44	404	52	605	
Azambuja	66	50	88	16	29	56	48	55	
Cascais	405	391	1 362	14	169	929	221	1 395	
Lisboa	149	119	1 550	30	173	2 029	135	2 076	
Loures	142	119	1 328	23	106	829	135	1 365	
Mafra	325	232	1 206	93	227	305	318	510	
Oeiras	185	162	299	23	170	1 199	118	921	
Sintra	579	483	3 644	96	345	2 394	451	3 867	
V.F. Xira	134	124	648	10	114	907	108	719	
Alcochete	49	27	68	22	19	33	23	80	
Almada	263	251	1 333	12	185	867	211	1 045	
Barreiro	79	60	242	19	44	269	44	210	
Moita	137	110	473	27	86	420	102	465	
Montijo	122	87	455	35	54	295	53	275	
Palmela	232	155	387	77	156	438	145	391	
Seixal	251	232	803	19	207	729	332	1 499	
Sesimbra	115	83	248	32	99	168	91	243	
Setúbal	115	105	673	10	94	484	122	848	
<b>AML</b>	<b>3 405</b>	<b>2 841</b>	<b>15 471</b>	<b>564</b>	<b>2 321</b>	<b>12 755</b>	<b>2 709</b>	<b>16 569</b>	
AML Norte	2 042	1 731	10 789	311	1 377	9 052	1 586	11 513	
AML Sul	1 363	1 110	4 682	253	944	3 703	1 123	5 056	
<b>RLVT</b>	<b>6 751</b>	<b>5 211</b>	<b>20 120</b>	<b>795</b>	<b>4 424</b>	<b>16 971</b>	<b>5 001</b>	<b>21 236</b>	
<b>AML/RLVT (%)</b>	<b>50,4</b>	<b>54,5</b>	<b>76,9</b>	<b>70,9</b>	<b>52,5</b>	<b>75,2</b>	<b>54,2</b>	<b>78,0</b>	

Fonte: INE, Anuários Estatísticos, RLVT 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

CONCELHOS	1994										1995									
	HABITAÇÃO					OUTROS DESTINOS					HABITAÇÃO					OUTROS DESTINOS				
	TOTAL	TOTAL c. NOVAS	TOTAL OBRAS	TOTAL	FOGOS	CONST. NOVAS	TOTAL	OBRAS	CONST. NOVAS	TOTAL	TOTAL OBRAS	TOTAL	TOTAL c. NOVAS	TOTAL OBRAS	TOTAL	FOGOS	CONST. NOVAS	TOTAL	OBRAS	CONST. NOVAS
Amadora	67	66	1	64	554	64	0	3	2	1	67	66	61	1	61	583	0	6	5	1
Azambuja	60	53	7	49	51	43	6	11	10	1	81	70	63	11	63	76	9	18	16	2
Cascais	241	222	19	212	798	204	8	29	18	11	204	195	194	9	194	501	5	10	6	4
Lisboa	380	116	264	283	870	98	185	97	18	79	262	116	147	146	147	1 254	48	115	17	98
Loures	146	136	10	132	782	124	8	14	12	2	148	134	130	14	130	983	1	18	5	13
Mafra	415	339	76	245	307	208	37	170	131	39	545	431	350	114	350	366	63	195	144	51
Oeiras	161	145	16	133	952	122	11	28	23	5	193	189	180	4	180	953	2	13	11	2
Sintra	637	607	30	536	4 065	510	26	101	97	4	786	759	696	27	696	5 134	20	90	83	7
V.F. Xira	120	108	12	97	609	91	6	23	17	6	249	228	21	207	196	1 109	11	42	32	10
Alcochete	58	47	11	39	120	34	5	19	13	6	67	56	41	11	41	73	7	26	22	4
Almada	286	259	27	266	1 152	254	12	20	5	15	271	257	249	14	252	1 214	3	19	8	11
Barreiro	132	85	47	68	190	53	15	64	32	32	135	75	80	60	80	262	25	55	20	35
Moita	169	151	18	137	633	128	9	32	23	9	161	135	122	26	122	528	8	39	21	18
Montijo	173	141	32	95	266	78	17	78	63	15	116	99	65	17	65	164	8	51	42	9
Palmela	291	259	32	210	515	193	17	81	66	15	339	309	257	30	257	648	20	82	72	10
Seixal	354	347	7	330	1 524	324	6	24	23	1	399	373	364	26	364	1 404	18	35	27	8
Sesimbra	125	107	18	104	257	88	16	21	19	2	153	122	117	31	117	213	27	36	32	4
Setúbal	156	130	26	124	486	117	7	32	13	19	413	354	346	59	346	1 225	20	67	28	39
<b>AML</b>	<b>3 971</b>	<b>3 318</b>	<b>653</b>	<b>3 124</b>	<b>14 131</b>	<b>2 733</b>	<b>391</b>	<b>847</b>	<b>585</b>	<b>262</b>	<b>4 589</b>	<b>3 968</b>	<b>3 672</b>	<b>621</b>	<b>3 672</b>	<b>16 690</b>	<b>295</b>	<b>917</b>	<b>591</b>	<b>326</b>
AML Norte	2 227	1 792	435	1 751	8 988	1 464	287	476	328	148	2 535	2 188	2 028	347	2 028	10 959	159	507	319	188
AML Sul	1 744	1 526	218	1 373	5 143	1 269	104	371	257	114	2 054	1 780	1 644	274	1 644	5 731	136	410	272	138
<b>RLVT</b>	<b>8 697</b>	<b>6 957</b>	<b>1 740</b>	<b>6 188</b>	<b>19 506</b>	<b>5 160</b>	<b>1 028</b>	<b>2 509</b>	<b>1 797</b>	<b>712</b>	<b>9 743</b>	<b>8 042</b>	<b>7 242</b>	<b>1 701</b>	<b>7 242</b>	<b>21 964</b>	<b>981</b>	<b>2 501</b>	<b>1 781</b>	<b>720</b>
<b>AML/RLVT (%)</b>	<b>45,7</b>	<b>47,7</b>	<b>37,5</b>	<b>50,5</b>	<b>72,4</b>	<b>53,0</b>	<b>38,0</b>	<b>33,8</b>	<b>32,6</b>	<b>36,8</b>	<b>47,1</b>	<b>49,3</b>	<b>50,7</b>	<b>36,5</b>	<b>53,9</b>	<b>76,0</b>	<b>30,1</b>	<b>36,7</b>	<b>33,2</b>	<b>45,3</b>

Fonte: INE, Anuários Estatísticos, RLVT 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

### 2.3 Construção e Obras de Beneficiação e Conservação de Edifícios para Habitação e Outros Destinos, 1994-5

## 2.3 Construção e Obras de Beneficiação e Conservação de Edifícios para Habitação e Outros Destinos, 1996

CONCELHOS	1996													
	TOTAL			HABITAÇÃO			OUTROS DESTINOS			TOTAL				
	TOTAL c. NOVAS	TOTAL OBRAS		TOTAL OBRAS	AMPL.	TOTAL OBRAS	AMPL.	TOTAL OBRAS	AMPL.	TOTAL OBRAS	AMPL.	TOTAL OBRAS	AMPL.	
		AMPL.	OUTRAS OBRAS											OUTRAS OBRAS
Amadora	96	93	0	3	87	87	945	0	0	0	0	9	6	3
Azambuja	73	61	10	2	63	54	74	9	0	9	0	10	7	3
Cascais	149	145	3	1	146	144	488	2	0	2	0	3	1	2
Lisboa	354	185	24	145	225	162	2 347	16	47	63	129	23	23	106
Loures	137	133	1	3	130	130	941	0	0	0	0	7	3	4
Mafra	620	532	71	17	88	462	586	40	7	47	158	117	41	41
Oeiras	199	193	2	4	6	183	954	1	3	4	16	14	2	2
Sintra	687	676	9	2	11	644	4 299	8	2	10	43	42	1	1
V.F. Xira	232	215	9	8	17	200	1 180	6	0	6	32	21	11	11
Alcochete	74	66	5	3	8	51	156	4	2	6	23	21	2	2
Almada	265	260	1	4	5	254	761	1	0	1	11	7	4	4
Barreiro	113	66	9	38	47	65	158	6	9	15	48	16	32	32
Moita	148	138	7	3	10	110	532	4	0	4	38	32	6	6
Montijo	98	85	8	5	13	62	127	5	1	6	36	29	7	7
Palmela	307	271	32	4	36	236	529	20	3	23	71	58	13	13
Seixal	373	355	18	0	18	342	1 394	15	0	15	31	28	3	3
Sesimbra	209	186	18	5	23	187	296	15	4	19	22	18	4	4
Setúbal	415	347	36	32	68	357	1 261	30	4	34	58	24	34	34
<b>AML</b>	<b>4 549</b>	<b>4 007</b>	<b>263</b>	<b>279</b>	<b>542</b>	<b>3 804</b>	<b>17 028</b>	<b>182</b>	<b>82</b>	<b>264</b>	<b>745</b>	<b>467</b>	<b>278</b>	<b>278</b>
AML Norte	2 547	2 233	129	185	314	2 140	11 814	82	59	141	407	234	173	173
AML Sul	2 002	1 774	134	94	228	1 664	5 214	100	23	123	338	233	105	105
<b>RLVT</b>	<b>9 466</b>	<b>7 907</b>	<b>909</b>	<b>631</b>	<b>1 540</b>	<b>7 327</b>	<b>22 638</b>	<b>641</b>	<b>285</b>	<b>926</b>	<b>2 139</b>	<b>1 506</b>	<b>614</b>	<b>614</b>
<b>AML/RLVT (%)</b>	<b>48,1</b>	<b>50,7</b>	<b>28,9</b>	<b>44,2</b>	<b>35,2</b>	<b>51,9</b>	<b>75,2</b>	<b>28,4</b>	<b>28,8</b>	<b>28,5</b>	<b>34,8</b>	<b>31,0</b>	<b>45,3</b>	<b>45,3</b>

Fonte: INE, Anuários Estatísticos, RLVT 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

### 2.3 Construção e Obras de Beneficiação e Conservação de Edifícios para Habitação e Outros Destinos, 1997

TOTAL	1997												
	TOTAL c. NOVAS	AMPL.		TOTAL OBRAS OUTRAS OBRAS	TOTAL OBRAS	TOTAL	FOGOS	HABITAÇÃO		OUTROS DESTINOS			
		TOTAL NOVAS	TOTAL OBRAS					CONST. NOVAS	TOTAL OBRAS	TOTAL	CONST. NOVAS	TOTAL OBRAS	
													FOGOS
Amadora	75	73	0	2	2	68	532	68	532	0	7	5	2
Azambuja	86	71	9	6	15	76	96	63	86	13	10	8	2
Cascais	142	137	5	0	5	135	458	132	458	3	7	5	2
Lisboa	301	144	30	127	157	178	2 149	129	2 133	49	123	15	108
Loures	163	147	5	11	16	145	1 104	141	1 103	4	18	6	12
Mafra	689	595	75	19	94	436	644	361	610	75	253	234	19
Oeiras	216	211	2	3	5	197	1 217	195	1 217	2	19	16	3
Sintra	523	509	10	4	14	468	3 894	457	3 888	11	55	52	3
V.F. Xira	185	166	13	6	19	154	965	146	959	8	31	20	11
Alcochete	97	92	1	4	5	71	244	69	243	2	26	23	3
Almada	548	544	1	3	4	530	1 581	528	1 580	2	18	16	2
Barreiro	83	56	7	20	27	54	217	44	214	10	29	12	17
Molta	160	153	3	4	7	130	597	128	596	2	30	25	5
Montijo	119	105	6	8	14	86	230	80	229	6	33	25	8
Palmela	284	266	16	2	18	229	480	218	478	11	55	48	7
Seixal	386	372	13	1	14	341	1 551	331	1 548	10	45	41	4
Sesimbra	203	180	18	5	23	194	327	173	317	21	9	7	2
Setúbal	345	291	28	26	54	291	1 167	266	1 162	25	54	25	29
<b>AML</b>	<b>4 605</b>	<b>4 112</b>	<b>242</b>	<b>251</b>	<b>493</b>	<b>3 783</b>	<b>17 453</b>	<b>3 529</b>	<b>17 353</b>	<b>254</b>	<b>822</b>	<b>583</b>	<b>239</b>
AML Norte	2 380	2 053	149	178	327	1 857	11 059	1 692	10 986	165	523	361	162
AML Sul	2 225	2 059	93	73	166	1 926	6 394	1 837	6 367	89	299	222	77
<b>RLVT</b>	<b>9 514</b>	<b>8 111</b>	<b>813</b>	<b>590</b>	<b>1 403</b>	<b>7 532</b>	<b>22 763</b>	<b>6 518</b>	<b>22 470</b>	<b>1 014</b>	<b>1 982</b>	<b>1 593</b>	<b>389</b>
<b>AML/RLVT (%)</b>	<b>25,0</b>	<b>25,3</b>	<b>18,3</b>	<b>30,2</b>	<b>35,1</b>	<b>24,7</b>	<b>48,6</b>	<b>26,0</b>	<b>48,9</b>	<b>25,0</b>	<b>26,4</b>	<b>22,7</b>	<b>41,6</b>

Fonte: INE, Anuários Estatísticos, RLVT 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

## 2.4 Dimensão dos Edifícios de Habitação, Segundo o Número de Fogos, Disponibilizados Anualmente

CONCELHOS	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	DIMENSÃO MÉDIA (1991/97)
Amadora	13,0	9,2	11,6	8,7	9,6	10,9	7,8	10,0
Azambuja	1,8	1,9	1,1	1,0	1,4	1,4	1,4	1,4
Cascais	3,5	5,5	6,3	3,8	2,7	3,4	3,5	4,1
Lisboa	13,0	11,7	15,4	3,1	12,7	14,5	16,5	13,4
Loures	11,2	7,8	10,1	5,9	7,6	7,2	7,8	8,3
Mafra	5,2	1,3	1,6	1,3	1,3	1,4	1,7	1,9
Oeiras	1,8	7,1	7,8	7,2	5,4	5,3	6,2	5,8
Sintra	7,5	6,9	8,6	7,6	7,6	6,8	8,5	7,7
V.F. Xira	5,2	8,0	6,7	6,3	5,7	6,1	6,6	6,3
Alcochete	2,5	1,7	3,5	3,1	2,1	3,5	3,5	3,1
Almada	5,3	4,7	5,0	4,3	4,9	3,0	3,0	4,1
Barreiro	4,0	6,1	4,8	2,8	4,8	3,2	4,9	4,4
Moita	4,3	4,9	4,6	4,6	4,6	5,0	4,7	4,7
Montijo	5,2	5,5	5,2	2,8	2,9	2,3	2,9	3,9
Palmela	2,5	2,8	2,7	2,5	2,7	2,5	2,2	2,6
Seixal	3,5	3,5	4,5	4,6	4,1	4,3	4,7	4,2
Sesimbra	3,0	1,7	2,7	2,5	2,4	1,8	1,8	2,2
Setúbal	6,4	5,1	7,0	3,9	3,8	3,9	4,4	4,5
<b>AML</b>	<b>5,4</b>	<b>5,5</b>	<b>6,1</b>	<b>4,5</b>	<b>4,9</b>	<b>4,8</b>	<b>4,9</b>	<b>5,2</b>
AML Norte	6,2	6,6	7,3	5,1	5,9	5,9	6,5	6,3
AML Sul	4,2	3,9	4,5	3,7	3,8	3,4	3,5	3,8
<b>RLVT</b>	<b>3,9</b>	<b>3,8</b>	<b>4,2</b>	<b>3,2</b>	<b>3,5</b>	<b>3,5</b>	<b>3,4</b>	<b>3,7</b>

FONTE: INE.XIII Recenseamentos Gerais da População, 1991  
INE, Anuários Estatísticos, RLVT 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997;

## 2.5 Efectivo de Fogos/Alojamentos entre 1991 e 1998

CONCELHOS	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Amadora	72382	72786	73403	74009	74622	75584	76151	76496
Azambuja	9996	10059	10123	10214	10296	10380	10481	10652
Cascais	73369	74319	75716	76536	77059	77626	78160	78893
Lisboa	279664	281756	283808	284709	285993	288431	290153	292097
Loures	126438	127292	128666	129466	130479	131443	132600	134566
Mafra	22722	23114	23661	23975	24374	24990	25650	26350
Oeiras	65843	67017	68004	68984	69974	70936	72156	73606
Sintra	117690	120274	124183	128292	133510	137869	141775	146842
V.F. Xira	42450	43366	44088	44701	45853	47133	48183	49859
<b>AML Norte</b>	<b>810554</b>	<b>819983</b>	<b>831652</b>	<b>841280</b>	<b>851547</b>	<b>863430</b>	<b>875309</b>	<b>889361</b>
Alcochete	4542	4587	4700	4819	4896	5052	5296	5540
Almada	75129	76119	77167	78376	79626	80348	81963	83576
Barreiro	34414	34693	34906	35086	35356	35534	35749	36055
Moita	26876	27334	27803	28452	28985	29528	30137	30604
Montijo	16686	17005	17278	17564	17733	17860	18093	18363
Palmela	19856	20318	20736	21266	21940	22477	22957	23591
Seixal	51198	51973	53479	55009	56422	57819	59373	60710
Sesimbra	18344	18553	18806	19073	19300	19606	19935	20841
Setúbal	43704	44196	45051	45481	46734	48003	49173	50562
<b>AML Sul</b>	<b>290749</b>	<b>294778</b>	<b>299926</b>	<b>305126</b>	<b>310992</b>	<b>316227</b>	<b>322676</b>	<b>329842</b>
<b>AML</b>	<b>1101303</b>	<b>1114761</b>	<b>1131578</b>	<b>1146406</b>	<b>1179539</b>	<b>1179657</b>	<b>1197985</b>	<b>1219203</b>

Fonte : INE, "Projecto Habitação – Estimativa do Parque Habitacional ", Junho 1999.

## 2.6

### Programa Especial de Realojamento – AML

Fogos aprovados em acordos de adesão e situação em termos de execução, por concelho – 1999

CONCELHOS	INTENÇÃO (1)	AGUARDAR CONTRATO	EM CURSO	CONCLUÍDO	PER FAMÍLIAS	TOTAL	ACORDO DE ADESÃO	DATA DO ACORDO
<b>AML Norte</b>	<b>6 905</b>	<b>357</b>	<b>5 625</b>	<b>3 819</b>	<b>896</b>	<b>17 602</b>	<b>28 191</b>	
Amadora	1 850	0	46	249	238	2 383	5 419	11 Jul. 95
Azambuja	8	72	0	0	0	80	80	1 Out. 93
Cascais	162	61	284	256	182	945	2 051	4 Jan. 94
Lisboa (2)	4 696	0	3 447	1 120	274	9 537	11 129	23 Maio 94
Loures	0	0	680	887	30	1 597	3 904	31.Jan. 95
Mafra (3)	23	0	40	24	0	87	87	30 Set. 93
Oeiras	0	180	791	350	158	1 479	3 165	26 Out. 93
Sintra	80	0	171	669	6	926	1 591	29 Set.93
V. F. Xira	86	44	166	264	8	568	765	1 Out. 93
<b>AML Sul</b>	<b>325</b>	<b>86</b>	<b>614</b>	<b>1564</b>	<b>155</b>	<b>2744</b>	<b>5224</b>	
Alcochete	0	0	0	22	0	22	44	27 Out. 93
Almada	126	0	267	590	6	989	2 156	28 Out. 94
Barreiro	0	0	0	164	0	164	461	18 Abr. 95
Moita	0	42	0	72	9	123	160	4 Maio 94
Montijo	0	0	0	212	4	216	307	4 Maio 94
Palmela	0	10	1	5	4	20	61	30 Maio 95
Seixal	0	34	0	0	73	107	635	30 Maio 95
Sesimbra	21	0	48	59	0	128	128	30 Nov. 94
Setúbal	178	0	298	440	59	975	1 272	27 Out. 93
<b>Total AML</b>	<b>7230</b>	<b>443</b>	<b>6239</b>	<b>5383</b>	<b>1051</b>	<b>20346</b>	<b>33415</b>	

Fonte: INH, 1999.

(1) Esta rubrica inclui todos os empreendimentos em intenção, cujas obras começarão entre 1999 e meados de 2000, com um grau de probabilidade elevado. Todas as outras rubricas apresentam os dados numa óptica de fogos aprovados.

(2) O I.N.H. aprovou recentemente com a C.M. de Lisboa um Contrato-Programa de 3285 fogos, prevendo-se que a construção se estenda para depois do ano 2000.

(3) Prevê-se a assinatura de um aditamento ao contrato de adesão de 25 fogos.

## 2.7 Fogos Aprovados e Situações em Termos de Execução, por Concelhos da AML

DISTRITO	CONCELHO	PROCESSOS DEFERIDOS E NÃO CANCELADOS					PROCESSOS TOTALMENTE CONCLUÍDOS				
		N.º PROC.	N.º FOGOS	COMP. IGAPHE	COMP. CÂMARA	COMP. TOTAL	N.º PROC.	N.º FOGOS	COMP. IGAPHE	COMP. CÂMARA	COMP. TOTAL
<b>RECRIA</b>											
Lisboa	Amadora	64	242	103 540	69 027	172 567	56	213	87 443	58 295	145 738
	Cascais	5	9	4 123	2 749	6 872	5	9	4 123	2 749	6 872
	Lisboa	2 530	15 264	11 368 862	7 579 241	18 948 103	1 865	10 875	8 807 369	5 871 579	14 678 947
	Loures	17	62	34 148	22 765	56 913	10	45	24 536	16 357	40 893
	Oeiras	86	406	281 964	187 976	469 940	71	342	216 364	144 243	360 607
	Sintra	30	94	64 786	43 191	107 977	14	46	32 642	21 761	54 403
	V.F. Xira	52	155	55 587	37 058	92 645	39	123	38 872	25 915	64 787
	<b>Total</b>	<b>2 935</b>	<b>16 629</b>	<b>12 125 836</b>	<b>8 083 891</b>	<b>20 209 727</b>	<b>2 123</b>	<b>11 975</b>	<b>9 372 110</b>	<b>6 248 073</b>	<b>15 620 183</b>
<b>REHABITA</b>											
Lisboa	Lisboa	207	1 264	1 510 524	1 007 016	2 517 540	33	162	602 401	401 601	1 004 002
	<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>1 264</b>	<b>1 510 524</b>	<b>1 007 016</b>	<b>2 517 540</b>	<b>33</b>	<b>162</b>	<b>602 401</b>	<b>401 601</b>	<b>1 004 002</b>
<b>RECRIPH</b>											
Lisboa	Lisboa	38	450	54 835	36 557	91 392	18	228	26 483	17 655	44 138
	Loures	4	39	2 268	1 512	3 780	3	22	1 272	848	2 120
	Oeiras	2	43	2 346	1 564	3 910	1	39	1 945	1 297	3 242
	V.F. Xira	1	8	608	405	1 013					
Setúbal	Montijo	1	21	345	230	575	1	21	345	230	575
<b>Total</b>	<b>253</b>	<b>1 825</b>	<b>1 570 926</b>	<b>1 047 284</b>	<b>2 618 210</b>	<b>56</b>	<b>472</b>	<b>632 446</b>	<b>421 631</b>	<b>1 054 077</b>	

## 2.8 Dinâmica Populacional e Habitacional

CONCELHOS	1) TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO 1991 E 1997 (%)	2) TAXA DE VARIAÇÃO DOS FOGOS EXISTENTES 1991 E 1997 (%)
Amadora	4,0	5,2
Azambuja	0,1	4,9
Cascais	7,1	6,5
Lisboa	-16,5	3,8
Loures	7,7	4,9
Mafra	2,1	12,9
Oeiras	4,7	9,6
Sintra	18,0	20,5
V.F. Xira	9,8	13,5
Alcochete	-1,5	16,6
Almada	0,8	9,1
Barreiro	-4,0	3,9
Moita	6,8	12,1
Montijo	1,1	8,4
Palmela	9,7	15,6
Seixal	14,3	16,0
Sesimbra	8,8	8,7
Setúbal	0,8	12,5
AML Norte	-0,1	8,0
AML Sul	4,2	11,0
<b>AML</b>	<b>1,0</b>	<b>8,8</b>

FONTE: INE.XIII Recenseamentos Gerais da População, 1991; INE, Estimativas de População Residente, 1997; INE, Anuários Estatísticos, RLVT 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

1) Pop. Resid. (1997) – Pop. Resid. (1991) / Pop. Resid. (1991)

2) Fogos Existentes (1997) – Fogos Existentes (1991) / Fogos Existentes (1991)

## 2.9 Dinâmica Populacional e Construtiva

CONCELHOS	1) TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO 1991 E 1997 (%)	2) TAXA DE VARIAÇÃO DOS FOGOS EXISTENTES 1991 E 1997 (%)
<b>Grande Lisboa</b>	<b>-0,1</b>	<b>8,7</b>
Amadora	4,0	-19,9
Cascais	7,1	-66,4
Lisboa	-16,5	38,6
Loures	7,7	-16,9
Oeiras	4,7	307,0
Sintra	18,0	6,9
V.F. Xira	9,8	48,9
<b>P. Setúbal</b>	<b>4,2</b>	<b>36,6</b>
Alcochete	-1,5	258,8
Almada	0,8	18,6
Barreiro	-4,0	-10,3
Moita	6,8	26,2
Montijo	1,1	-49,5
Palmela	9,7	24,0
Seixal	14,3	93,2
Sesimbra	8,8	31,9
Setúbal	0,8	73,4
Azambuja	0,1	9,1
Mafra	2,1	-46,6
<b>AML</b>	<b>1,0</b>	<b>12,8</b>
AML Norte	-0,1	2,5
AML Sul	4,2	36,6
AML sem Lisboa	7,2	9,9
AML Norte sem Lisboa	8,7	-3,6

FONTE: INE.XIII Recenseamentos Gerais da População, 1991; INE, Estimativas de População Residente, 1997; INE, Anuários Estatísticos, RLVT 1993, 1994, 1995, 1996 e 1997

1) Pop. Resid. (1997) – Pop. Resid. (1991) / Pop. Resid. (1991)

2) Fogos Existentes (1997) – Fogos Existentes (1991) / Fogos Existentes (1991)

## **3. Equipamentos Sociais e Culturais**

### 3.1 Ensino Superior Ano Lectivo 1991/92 Alunos Matriculados e Diplomados Segundo a Natureza do Estabelecimento e Tipo de Ensino

CONCELHOS	ENSINO SUPERIOR PÚBLICO												ENSINO SUPERIOR TOTAL		
	UNIVERSITÁRIO			POLITÉCNICO GERAL+OUTRAS ESC.			ENS.MILIT. POLICIAL			E.SUP.PART.COOP. UNIVERS.+OUTROS			N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.
	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.			
<b>Grande Lisboa</b>	<b>23</b>	<b>44 519</b>	<b>5 073</b>	<b>13</b>	<b>10 232</b>	<b>775</b>	<b>4</b>	<b>1 060</b>	<b>206</b>	<b>38</b>	<b>42 392</b>	<b>4 275</b>	<b>78</b>	<b>98203</b>	<b>10329</b>
Amadora										1	254	247	1	254	247
Cascais				1	82								1	82	0
Lisboa	22	43 221	4 924	11	9 618	689	3	890	195(*)	36	41 460	3 776	72	95 189	9 584
Loures							1	678	252	1	678		1	678	252
Oeiras	1	1 298	149	1	532	86				2	1830		2	1830	235
Sintra							1	170	11				1	170	11
V. Franca de Xira										0	0		0	0	0
<b>P. Setúbal</b>	<b>1</b>	<b>2 923</b>	<b>234</b>	<b>2</b>	<b>787</b>	<b>104</b>	<b>1</b>	<b>299</b>	<b>49</b>	<b>4</b>	<b>1 706</b>	<b>98</b>	<b>8</b>	<b>5715</b>	<b>48</b>
Alcochete													0	0	0
Almada	1	2 923	234	1	299	49	2	721	98	4	3943		4	3943	381
Barreiro													0	0	0
Moita													0	0	0
Montijo													0	0	0
Palmela													0	0	0
Seixal													0	0	0
Sesimbra													0	0	0
Setúbal				2	787	104	2	985		2	985		4	1 772	104
Mafra													0	0	0
Azambuja													0	0	0
<b>AML</b>	<b>24</b>	<b>47 442</b>	<b>5 307</b>	<b>15</b>	<b>11 019</b>	<b>879</b>	<b>5</b>	<b>1 359</b>	<b>255</b>	<b>42</b>	<b>44 098</b>	<b>4 373</b>	<b>86</b>	<b>103918</b>	<b>10814</b>
AML Norte	23	44 519	5 073	13	10 232	775	4	1 060	206	38	42 392	4 275	78	98203	10329
AML Sul	1	2 923	234	2	787	104	1	299	49	4	1 706	98	8	5715	485
<b>RLVT - Total</b>	<b>24</b>	<b>47 442</b>	<b>5 307</b>	<b>22</b>	<b>13 526</b>	<b>1 244</b>	<b>6</b>	<b>1 359</b>	<b>255</b>	<b>46</b>	<b>45 697</b>	<b>4 505</b>	<b>98</b>	<b>108 024</b>	<b>11 311</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>ENS.SUP.PÚBLICO - UNIVERS.+POLIT. Matriculados - 148064</b>			<b>E.SUP.PART.COOP.-UNIV.+OUTROS Matriculados - 68372</b>			<b>TOTAL - ENS. SUPERIOR Matriculados - 216436</b>								

(\*) A Escola Superior de Políçia não confere grau (22 diplomados)  
Fonte: Ministério da Educação  
DEPGEF – Estatísticas da Educação Portugal, 1992

3.2  
 Ensino Superior  
 Ano Lectivo 1996/97  
 Alunos Matriculados e Diplomados  
 Segundo a Natureza do Estabelecimento e Tipo de Ensino

CONCELHOS	ENSINO SUPERIOR PÚBLICO														
	UNIVERSITÁRIO			POLITÉCNICO GERAL+OUTRAS ESC.			ENS.MILIT. POLICIAL			E.SUP.PART.COOP. UNIVERS.+OUTROS					
	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.			
<b>Grande Lisboa</b>	<b>27</b>	<b>54 774</b>	<b>6 608</b>	<b>24</b>	<b>12 497</b>	<b>1 732</b>	<b>6</b>	<b>1 003</b>	<b>175</b>	<b>46</b>	<b>59 632</b>	<b>7 893</b>	<b>103</b>	<b>127 906</b>	<b>16 408</b>
Amadora										1	261	124	1	261	124
Cascais				1	413	29				1	303	80	2	716	109
Lisboa	25	53 509	6 399	22	11 612	1 632	4	771	128	41	58 053	7 499	92	123 945	15 658
Loures										1	919	190	1	919	190
Oeiras	2	1 265	209							2	96		5	1 833	280
Sintra													2	232	47
V. Franca de Xira													0	0	0
<b>P. Setúbal</b>	<b>1</b>	<b>4 576</b>	<b>358</b>	<b>3</b>	<b>2 884</b>	<b>246</b>	<b>1</b>	<b>152</b>	<b>19</b>	<b>5</b>	<b>5 114</b>	<b>601</b>	<b>10</b>	<b>12 726</b>	<b>1 224</b>
Alcochete													0	0	0
Almada	1	4 576	358				1	152	19	3	3 514	439	5	8 242	816
Barreiro													0	0	0
Moita													0	0	0
Montijo													0	0	0
Palmela													0	0	0
Seixal													0	0	0
Sesimbra													0	0	0
Setúbal				3	2 884	246				2	1 600	162	5	4 484	408
Mafra													0	0	0
Azambuja													0	0	0
<b>AML</b>	<b>28</b>	<b>59 350</b>	<b>6 966</b>	<b>27</b>	<b>15 381</b>	<b>1 978</b>	<b>7</b>	<b>1 155</b>	<b>194</b>	<b>51</b>	<b>64 746</b>	<b>8 494</b>	<b>113</b>	<b>140 632</b>	<b>17 632</b>
AML Norte	27	54 774	6 608	24	12 497	1 732	6	1 003	175	46	59 632	7 893	103	127 906	16 408
AML Sul	1	4 576	358	3	2 884	246	1	152	19	5	5 114	601	10	12 726	1 224
<b>RLVT - Total</b>	<b>28</b>	<b>59 350</b>	<b>6 966</b>	<b>37</b>	<b>20 115</b>	<b>2 578</b>	<b>7</b>	<b>1 568</b>	<b>318</b>	<b>60</b>	<b>67 990</b>	<b>8 886</b>	<b>132</b>	<b>149 023</b>	<b>18 748</b>
<b>CONTINENTE</b>	E.SUP.PÚBLICO - UNIVERS.+POLIT. Matriculados - 217962												E.SUP.PART.COOP.-UNIV.+OUTROSTOTAL - ENS. SUPERIOR Matriculados - 122366		
													Matriculados - 340328		

Fonte: Ministério da Educação  
 DAPP - Estatísticas Preliminares, Alunos Matriculados/Diplomados, 1996/97

### 3.3 Ensino Superior Evolução dos Alunos Matriculados e Diplomados Segundo a Natureza do Estabelecimento e Tipo de Ensino (%)

CONCELHOS	ENSINO SUPERIOR PÚBLICO															
	UNIVERSITÁRIO				POLITÉCNICO GERAL.-OUTRAS ESC.				ENSINO SUPERIOR PÚBLICO							
	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.				
<b>Grande Lisboa</b>	<b>17,4</b>	<b>23,0</b>	<b>30,3</b>	<b>84,6</b>	<b>22,1</b>	<b>123,5</b>	<b>50,0</b>	<b>-5,4</b>	<b>-15,0</b>	<b>21,1</b>	<b>40,7</b>	<b>84,6</b>	<b>32,1</b>	<b>30,2</b>	<b>58,9</b>	
Amadora										0,0	2,8	-49,8	0,0	2,8	-49,8	
Cascais				0,0	403,7								100,0	773,2		
Lisboa	13,6	23,8	30,0	100,0	20,7	136,9	33,3	-13,4	-34,4	13,9	40,0	98,6	27,8	30,2	63,4	
Loures										0,0	35,5	-24,6	0,0	35,5	-24,6	
Oeiras	100,0	-2,5	40,3	0,0	-11,3	-17,4	100,0	36,5	327,3	150,0	0,2	19,1	100,0	36,5	327,3	
Sintra																
V. Franca de Xira																
<b>P. Setúbal</b>	<b>0,0</b>	<b>56,6</b>	<b>53,0</b>	<b>50,0</b>	<b>266,5</b>	<b>136,5</b>	<b>0,0</b>	<b>-49,2</b>	<b>-61,2</b>	<b>25,0</b>	<b>199,8</b>	<b>513,3</b>	<b>25,0</b>	<b>122,7</b>	<b>152,4</b>	
Alcochete																
Almada	0,0	56,6	53,0				0,0	-49,2	-61,2	50,0	387,4	348,0	25,0	109,0	114,2	
Barreiro																
Moita										0,0	62,4		25,0	153,0	292,3	
Montijo																
Palmela																
Seixal																
Sesimbra																
Setúbal				50,0	266,5	136,5										
Mafra																
Azambuja																
<b>AML</b>	<b>16,7</b>	<b>25,1</b>	<b>31,3</b>	<b>80,0</b>	<b>39,6</b>	<b>125,0</b>	<b>40,0</b>	<b>-15,0</b>	<b>-23,9</b>	<b>21,4</b>	<b>46,8</b>	<b>94,2</b>	<b>31,4</b>	<b>35,3</b>	<b>63,0</b>	
AML Norte	17,4	23,0	30,3	84,6	22,1	123,5	50,0	-5,4	-15,0	21,1	40,7	84,6	32,1	30,2	58,9	
AML Sul	0,0	56,6	53,0	50,0	266,5	136,5	0,0	-49,2	-61,2	25,0	199,8	513,3	25,0	122,7	152,4	
<b>RLVT – Total</b>	<b>16,7</b>	<b>25,1</b>	<b>31,3</b>	<b>68,2</b>	<b>48,7</b>	<b>107,2</b>	<b>16,7</b>	<b>15,4</b>	<b>24,7</b>	<b>30,4</b>	<b>48,8</b>	<b>97,2</b>	<b>34,7</b>	<b>38,0</b>	<b>65,8</b>	
<b>CONTINENTE</b>	<b>ENS.SUP.PÚBLICO - UNIVERS.+POLIT.</b> Matriculados = 47.2						<b>E.SUP.PART.COOP.-UNIV.-+OUTROS</b> Matriculados = 79.0						<b>TOTAL - ENS. SUPERIOR</b> Matriculados = 57.2			

3.4  
 Ensino Superior  
 Ano Lectivo 1991/92  
 Alunos Matriculados e Diplomados  
 Segundo a Natureza do Estabelecimento e Tipo de Ensino

CONCELHOS	ENSINO SUPERIOR PÚBLICO																	
	UNIVERSITÁRIO				POLITÉCNICO GERAL+OUTRAS ESC.				ENS.MILIT. POLICIAL				E.SUP.PART.COOP. UNIVERS.+OUTROS				ENSINO SUPERIOR TOTAL	
	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.
<b>Grande Lisboa</b>	<b>95,8</b>	<b>93,8</b>	<b>95,6</b>	<b>86,7</b>	<b>92,9</b>	<b>88,2</b>	<b>80,0</b>	<b>78,0</b>	<b>80,8</b>	<b>90,5</b>	<b>96,1</b>	<b>97,8</b>	<b>90,7</b>	<b>94,5</b>	<b>95,5</b>			
Amadora										2,4	0,6	5,6	1,2	0,2	2,3			
Cascais	91,7	91,1	92,8	6,7	0,7		60,0	65,5	76,5	85,7	94,0	86,3	83,7	91,6	88,6			
Lisboa				73,3	87,3	78,4				2,4	1,5	5,8	1,2	0,7	2,3			
Loures				6,7	4,8	9,8	20,0	12,5	4,3				2,3	1,8	2,2			
Oeiras	4,2	2,7	2,8										1,2	0,2	0,1			
Sintra																		
V. Franca de Xira																		
<b>P. Setúbal</b>	<b>4,2</b>	<b>6,2</b>	<b>4,4</b>	<b>13,3</b>	<b>7,1</b>	<b>11,8</b>	<b>20,0</b>	<b>22,0</b>	<b>19,2</b>	<b>9,5</b>	<b>3,9</b>	<b>2,2</b>	<b>9,3</b>	<b>5,5</b>	<b>4,5</b>			
Alcochete							20,0	22,0	19,2	4,8	1,6	2,2	4,7	3,8	3,5			
Almada	4,2	6,2	4,4															
Barreiro																		
Moita																		
Montijo																		
Palmela																		
Seixal																		
Sesimbra																		
Setúbal				13,3	7,1	11,8				4,8	2,2		4,7	1,7	1,0			
Mafra																		
Azambuja																		
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>			
AML Norte	95,8	93,8	95,6	86,7	92,9	88,2	80,0	78,0	80,8	90,5	96,1	97,8	90,7	94,5	95,5			
AML Sul	4,2	6,2	4,4	13,3	7,1	11,8	20,0	22,0	19,2	9,5	3,9	2,2	9,3	5,5	4,5			

(\*) A Escola Superior de Policia não confere grau (22 diplomados)

Fonte: Ministério da Educação  
 DEPGEF – Estatísticas da Educação Portugal, 1992  
 Unidade: % em coluna

3.5  
 Ensino Superior  
 Ano Lectivo 1996/97  
 Alunos Matriculados e Diplomados  
 Segundo a Natureza do Estabelecimento e Tipo de Ensino

CONCELHOS	ENSINO SUPERIOR PÚBLICO															
	UNIVERSITÁRIO				POLITÉCNICO GERAL+OUTRAS ESC.				ENS.MILIT. POLICIAL				E.SUP.PART.COOP. UNIVERS.+OUTROS			
	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	
<b>Grande Lisboa</b>	<b>96,4</b>	<b>92,3</b>	<b>94,9</b>	<b>88,9</b>	<b>81,2</b>	<b>87,6</b>	<b>85,7</b>	<b>86,8</b>	<b>90,2</b>	<b>90,2</b>	<b>92,1</b>	<b>92,9</b>	<b>91,2</b>	<b>91,0</b>	<b>93,1</b>	
Amadora																
Cascais	89,3	90,2	91,9	3,7	2,7	1,5										
Lisboa				81,5	75,5	82,5	57,1	66,8	66,0	80,4	89,7	88,3	81,4	88,1	88,8	
Loures							2,0			2,0	1,4	2,2	0,9	0,7	1,1	
Oeiras	7,1	2,1	3,0	3,7	3,1	3,6	3,9			3,9	0,1		4,4	1,3	1,6	
Sintra							28,6	20,1	24,2				1,8	0,2	0,3	
V. Franca de Xira																
<b>P. Setúbal</b>	<b>3,6</b>	<b>7,7</b>	<b>5,1</b>	<b>11,1</b>	<b>18,8</b>	<b>12,4</b>	<b>14,3</b>	<b>13,2</b>	<b>9,8</b>	<b>9,8</b>	<b>7,9</b>	<b>7,1</b>	<b>8,8</b>	<b>9,0</b>	<b>6,9</b>	
Alcochete																
Almada	3,6	7,7	5,1				14,3	13,2	9,8	5,9	5,4	5,2	4,4	5,9	4,6	
Barreiro																
Moita																
Montijo																
Palmela																
Seixal																
Sesimbra																
Setúbal				11,1	18,8	12,4				3,9	2,5	1,9	4,4	3,2	2,3	
Mafra																
Azambuja																
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	
AML Norte	96,4	92,3	94,9	88,9	81,2	87,6	85,7	86,8	90,2	90,2	92,1	92,9	91,2	91,0	93,1	
AML Sul	3,6	7,7	5,1	11,1	18,8	12,4	14,3	13,2	9,8	9,8	7,9	7,1	8,8	9,0	6,9	

Fonte: Ministério da Educação  
 DAPP – Estatísticas Preliminares, Alunos Matriculados/Diplomados, 1996/97  
 Unidade: % em coluna

3.6  
 Ensino Superior  
 Ano Lectivo 1991/92  
 Alunos Matriculados e Diplomados  
 Segundo a Natureza do Estabelecimento e Tipo de Ensino

CONCELHOS	ENSINO SUPERIOR PÚBLICO														
	UNIVERSITÁRIO			POLITÉCNICO GERAL+OUTRAS ESC.			ENS.MILIT. POLICIAL			E.SUP.PART.COOP. UNIVERS.+OUTROS			ENSINO SUPERIOR TOTAL		
	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.
<b>Grande Lisboa</b>	<b>29,5</b>	<b>45,3</b>	<b>49,1</b>	<b>16,7</b>	<b>10,4</b>	<b>7,5</b>	<b>5,1</b>	<b>1,1</b>	<b>2,0</b>	<b>48,7</b>	<b>43,2</b>	<b>41,4</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Amadora										100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cascais	30,6	45,4	51,4	15,3	10,1	7,2	4,2	0,9	2,0	50,0	43,6	39,4	100,0	100,0	100,0
Lisboa										100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Loures															
Oeiras	50,0	70,9	63,4	50,0	29,1	36,6	100,0	100,0	100,0						
Sintra															
V. Franca de Xira															
<b>P. Setúbal</b>	<b>12,5</b>	<b>51,1</b>	<b>48,2</b>	<b>25,0</b>	<b>13,8</b>	<b>21,4</b>	<b>12,5</b>	<b>5,2</b>	<b>10,1</b>	<b>50,0</b>	<b>29,9</b>	<b>20,2</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Alcochete										50,0	18,3	25,7	100,0	100,0	100,0
Almada	25,0	74,1	61,4				25,0	7,6	12,9						
Barreiro															
Moita															
Montijo															
Palmela															
Seixal															
Sesimbra										50,0	55,6		100,0	100,0	100,0
Setúbal				50,0	44,4	100,0									
Mafra															
Azambuja															
<b>AML</b>	<b>27,9</b>	<b>45,7</b>	<b>49,1</b>	<b>17,4</b>	<b>10,6</b>	<b>8,1</b>	<b>5,8</b>	<b>1,3</b>	<b>2,4</b>	<b>48,8</b>	<b>42,4</b>	<b>40,4</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	29,5	45,3	49,1	16,7	10,4	7,5	5,1	1,1	2,0	48,7	43,2	41,4	100,0	100,0	100,0
AML Sul	12,5	51,1	48,2	25,0	13,8	21,4	12,5	5,2	10,1	50,0	29,9	20,2	100,0	100,0	100,0

(\*) A Escola Superior de Policia não confere grau (22 diplomados)

Fonte: Ministério da Educação  
 DEPGEF – Estatísticas da Educação Portugal, 1992  
 Unidade: % em coluna

3.7  
 Ensino Superior  
 Ano Lectivo 1996/97  
 Alunos Matriculados e Diplomados  
 Segundo a Natureza do Estabelecimento e Tipo de Ensino

CONCELHOS	ENSINO SUPERIOR PÚBLICO														
	UNIVERSITÁRIO			POLITÉCNICO GERAL+OUTRAS ESC.			ENS.MILIT. POLICIAL			E.SUP.PART.COOP. UNIVERS.+OUTROS					
	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.	N.º EST.	N.º MATR.	N.º DIPL.
<b>Grande Lisboa</b>	<b>26,2</b>	<b>42,8</b>	<b>40,3</b>	<b>23,3</b>	<b>9,8</b>	<b>10,6</b>	<b>5,8</b>	<b>0,8</b>	<b>1,1</b>	<b>44,7</b>	<b>46,6</b>	<b>48,1</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Amadora										100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Cascais	27,2	43,2	40,9	50,0	57,7	26,6				50,0	42,3	73,4	100,0	100,0	100,0
Lisboa				23,9	9,4	10,4	4,3	0,6	0,8	44,6	46,8	47,9	100,0	100,0	100,0
Loures										100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Oeiras	40,0	69,0	74,6	20,0	25,8	25,4				40,0	5,2		100,0	100,0	100,0
Sintra							100,0	100,0	100,0				100,0	100,0	100,0
V. Franca de Xira															
<b>P. Setúbal</b>	<b>10,0</b>	<b>36,0</b>	<b>29,2</b>	<b>30,0</b>	<b>22,7</b>	<b>20,1</b>	<b>10,0</b>	<b>1,2</b>	<b>1,6</b>	<b>50,0</b>	<b>40,2</b>	<b>49,1</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Alcochete															
Almada	20,0	55,5	43,9				20,0	1,8	2,3	60,0	42,6	53,8	100,0	100,0	100,0
Barreiro															
Moita															
Montijo															
Palmela															
Seixal															
Sesimbra															
Setúbal				60,0	64,3	60,3				40,0	35,7	39,7	100,0	100,0	100,0
Mafra															
Azambuja															
<b>AML</b>	<b>24,8</b>	<b>42,2</b>	<b>39,5</b>	<b>23,9</b>	<b>10,9</b>	<b>11,2</b>	<b>6,2</b>	<b>0,8</b>	<b>1,1</b>	<b>45,1</b>	<b>46,0</b>	<b>48,2</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	26,2	42,8	40,3	23,3	9,8	10,6	5,8	0,8	1,1	44,7	46,6	48,1	100,0	100,0	100,0
AML Sul	10,0	36,0	29,2	30,0	22,7	20,1	10,0	1,2	1,6	50,0	40,2	49,1	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério da Educação  
 DAPP – Estatísticas Preliminares, Alunos Matriculados/Diplomados, 1996/97  
 Unidade: % em coluna

### 3.8

## Ensino Superior

### Ano Lectivo 1996/97

### Estabelecimentos de Ensino

ESTABELECIMENTOS DO ENSINO SUPERIOR	CONCELHOS	N.º ESTAB.	DIPLOMAS LEGAIS
<b>SUB-REGIÃO PENÍNSULA DE SETÚBAL</b>			
<b>E.S.PÚBLICO – UNIVERSITÁRIO</b>			
Faculdade de Ciências e Tecnologia da U.N.L.	Almada	1	(*)
<b>E.S.PÚBLICO – POLITÉCNICO (GERAL)</b>			
Escola Superior de Educação (Inst.Polit.Setúbal)	Setúbal	1	(*)
Escola Superior de Tecnologia (Inst.Polit.Setúbal)	Setúbal	1	(*)
Escola Sup.Ciências Empresariais (I.Polit.Setúbal)	Setúbal	1	(*)
<b>E.S.PÚBLICO – E.MILITAR E POLICIAL</b>			
Escola Naval	Almada	1	(*)
<b>E.S.PARTICULAR E COOPERATIVO</b>			
DIMENSINO - Ensino Desenv.e Cooperação.CRL.	Setúbal	1	P.1084/90, 26-10
COCITE - Coop.Téc.n.Avanç.Gestão e Informática	Setúbal	1	P1122/91, 29-10
Escola Superior de Educação Jean Piaget	Almada	1	DL.468/88,16-12
Instituto Superior de Ciências da Saúde - Sul	Almada	1	DL.250/89, 8-8
Inst.Sup.Estud. Interculturais e Transdisciplinares	Almada	1	DL.210/96,18-11
<b>TOTAL</b>		<b>10</b>	
<b>SUB-REGIÃO GRANDE LISBOA (1)</b>			
<b>E.S.PÚBLICO – UNIVERSITÁRIO</b>			
Instituto Tecnol.Química e Biológica da U.N.L.(**)	Oeiras	1	
Faculdade Motricidade Humana da U.T.L.	Oeiras	1	(*)
<b>E.S.PÚBLICO – POLITÉCNICO (OUTRAS ESC.)</b>			
Escola Náutica Infante D. Henrique	Oeiras	1	(*)
Escola Sup. Hotelaria e Turismo do Estoril	Cascais	1	(*)
<b>E.S.PÚBLICO – ENSINO MILITAR E POLICIAL</b>			
Academia da Força Aérea	Sintra	1	(*)
Esc.Sup.Tecn.Militar Aeronáut.Acad.Forç.Aérea	Sintra	1	(*)
<b>E.S.PARTICULAR E COOPERATIVO</b>			
Universidade Atlântica	Oeiras	1	DL.108/96, 31-7
Universidade Independente	Oeiras	1	
Escola Sup. Educação Almeida Garret	Amadora	1	P.19/93,17-2
Instit. Sup. Ciências Educativas - ISCE (Odivelas)	Loures	1	DL.415/88,10-11
Escola Superior de Saúde do Alcoitão (Estoril)	Cascais	1	P.185/94, 31-3
<b>TOTAL</b>		<b>11</b>	

Fonte : Ministério da Educação

DEPGEF – Estatísticas Educação Portugal, 1992 e 1994

DAPP – Estatísticas Preliminares, alunos matric./diplom.,1996/97

DGES – Diplomas Legais (cursos aprovados até 20/1/99)

(1) Grande Lisboa excepto concelho de Lisboa

(\*) Elementos não disponíveis

(\*\*) Doutoramentos

3.9  
Ensino Superior  
Ano Lectivo 1991/92  
Alunos Matriculados  
e Diplomados Segundo  
o Nível do Curso,  
Natureza  
do Estabelecimento  
e Tipo de Ensino

CONCELHOS	ENSINO SUPERIOR PÚBLICO													ENS SUP-PARTICULAR COOPERATIVO											
	UNIVERSITÁRIO						POLITÉCNICO			ENS. MILITAR E POLICIAL				C. BACH.			C. BACH. + LIC.			UNIVERSITÁRIO + OUTROS ESTABELECIMENTOS					
	C. LIC.		C. PÓS. LIC.		MEST.		DOUT.		C. BACH.			DESE			C. BACH.			C. LIC.			DESE		C. PÓS. LIC. + MEST.		
	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	
<b>Grande Lisboa</b>	<b>41 679</b>	<b>4 693</b>	<b>419</b>	<b>58</b>	<b>2 421</b>	<b>322</b>		<b>8 576</b>	<b>618</b>	<b>191</b>	<b>1 465</b>	<b>157</b>	<b>393</b>	<b>100</b>	<b>667</b>	<b>106</b>	<b>7 609</b>	<b>1 344</b>	<b>39</b>	<b>33 344</b>	<b>2 499</b>	<b>709</b>	<b>421</b>	<b>623</b>	<b>11</b>
Amadora																						254	247		
Cascais	40 473	4 551	419	58	2 329	315		82	8 058	571	1 369	118	353 100(*)	537	95	7 132	1 219	39	33 344	2 499	254	47	623	11	
Lisboa																									
Loures																									
Oeiras	1 206	142			92	7		436	47		96	39	40			130					201	127			
Sintra																									
V. Franca de Xira																									
<b>P. Setúbal</b>	<b>2 805</b>	<b>196</b>	<b>30</b>	<b>26</b>	<b>88</b>	<b>12</b>		<b>638</b>	<b>86</b>	<b>128</b>	<b>21</b>	<b>18</b>		<b>299</b>	<b>49</b>	<b>544</b>	<b>36</b>			<b>985</b>	<b>177</b>	<b>62</b>			
Alcochete																									
Almada	2 805	196	30	26	88	12								299	49	544	36				177	62			
Barreiro																									
Moita																									
Montijo																									
Palmela																									
Seixal																									
Sesimbra																									
Setúbal								638	86	128	21	18									985				
Mafra																									
Azambuja																									
<b>AML</b>	<b>44 484</b>	<b>4 889</b>	<b>449</b>	<b>84</b>	<b>2 509</b>	<b>334</b>		<b>9 214</b>	<b>704</b>	<b>319</b>	<b>1 486</b>	<b>175</b>	<b>393</b>	<b>100</b>	<b>966</b>	<b>155</b>	<b>8 153</b>	<b>1 380</b>	<b>39</b>	<b>34 329</b>	<b>2 499</b>	<b>886</b>	<b>483</b>	<b>623</b>	<b>11</b>
AML Norte	41 679	4 693	419	58	2 421	322		8 576	618	191	1 465	157	393	100	667	106	7 609	1 344	39	33 344	2 499	709	421	623	11
AML Sul	2 805	196	30	26	88	12		638	86	128	21	18		299	49	544	36				985	177	62		
<b>RLVT - Total</b>	<b>44 484</b>	<b>4 889</b>	<b>449</b>	<b>84</b>	<b>2 509</b>	<b>334</b>		<b>11 420</b>	<b>1 026</b>	<b>331</b>	<b>1 775</b>	<b>218</b>	<b>393</b>	<b>100</b>	<b>966</b>	<b>155</b>	<b>8 433</b>	<b>1 440</b>	<b>39</b>	<b>35 648</b>	<b>2 591</b>	<b>886</b>	<b>483</b>	<b>623</b>	<b>11</b>

(\*) A Escola Superior de Policia não confere grau (22 diplomados)  
Fonte: Ministério da Educação  
DEPGEF - Estatísticas da Educação Portugal, 1992

CONCELHOS	UNIVERSITÁRIO												POLITECNICO						ENSINO SUPERIOR PÚBLICO						ENS. SUP. PARTICULAR COOPERATIVO										
	C.LIC.			C.POS.LIC.			MEST.			DOUT.			C.BACH.			C.BACH.+LIC.			DESE			C.BACH.			C.BACH.+LIC.			C.LIC.			C.POS.LIC.+MEST.				
	MAT.	DIP.		MAT.	DIP.		MAT.	DIP.		MAT.	DIP.		MAT.	DIP.		MAT.	DIP.		MAT.	DIP.		MAT.	DIP.		MAT.	DIP.		MAT.	DIP.		MAT.	DIP.			
<b>Grande Lisboa</b>	<b>49 486</b>	<b>5 305</b>	<b>815</b>	<b>274</b>	<b>4 473</b>	<b>928</b>	<b>101</b>	<b>9 635</b>	<b>1 173</b>	<b>461</b>	<b>752 401</b>	<b>484</b>	<b>305</b>	<b>68</b>	<b>698</b>	<b>107</b>	<b>7 896</b>	<b>1 478</b>	<b>28</b>	<b>47 853</b>	<b>5 361</b>	<b>2 439</b>	<b>792</b>	<b>1 444</b>	<b>234</b>										
Amadora																	303	80				(4)261	124												
Cascais	(1)48440	(2)5155						331	29		82																								
Lisboa			815	274	4 254	884	86	8 980	1 120	461	752 171	437 (3)269	63	502	65	7 134	1 307	28	47 757	5 361	1 718	569	1 444	234											
Loures																	459	91				(5)460	(6)99												
Oeiras	1 046	150			219	44	15	324	24		148	47	36	5	196	42				96															
Sintra																																			
V. Franca de Xira																																			
<b>P. Setúbal</b>	<b>4 269</b>	<b>307</b>	<b>10</b>		<b>297</b>	<b>51</b>		<b>2 226</b>	<b>113</b>	<b>472 118</b>	<b>186</b>	<b>15</b>		<b>152</b>	<b>19</b>	<b>831</b>	<b>213</b>	<b>24</b>	<b>3 341</b>	<b>278</b>	<b>227</b>	<b>86</b>													
Alcochete																																			
Almada	4 269	307	10		297	51								152	19	831	213	24	1 741	116	227	86													
Barreiro																																			
Moita																																			
Montijo																																			
Palmela																																			
Seixal																																			
Sesimbra																																			
Setúbal																																			
Mafra																																			
Azambuja																																			
<b>AML</b>	<b>53 755</b>	<b>5 612</b>	<b>825</b>	<b>274</b>	<b>4 770</b>	<b>979</b>	<b>101</b>	<b>11 861</b>	<b>1 286</b>	<b>933 193 2 587</b>	<b>499 305</b>	<b>68</b>	<b>850</b>	<b>126</b>	<b>8 727</b>	<b>1 691</b>	<b>715</b>	<b>52</b>	<b>51 194</b>	<b>5 639</b>	<b>2 666</b>	<b>878</b>	<b>1 444</b>	<b>234</b>											
AML Norte	49 486	5 305	815	274	4 473	928	101	9 635	1 173	461	752 401	484	305	68	698	107	7 896	1 478	28	47 853	5 361	2 439	792	1 444	234										
AML L Sul	4 269	307	10		297	51		2 226	113	472 118	186	15		152	19	831	213	24	3 341	278	227	86													
<b>RLVT - Total</b>	<b>53 755</b>	<b>5 612</b>	<b>825</b>	<b>274</b>	<b>4 770</b>	<b>979</b>	<b>101</b>	<b>16 009</b>	<b>1 791</b>	<b>1 341 282 2 765</b>	<b>505 718</b>	<b>192</b>	<b>850</b>	<b>126</b>	<b>8 756</b>	<b>1 718</b>	<b>715</b>	<b>52</b>	<b>54 316</b>	<b>5 976</b>	<b>2 759</b>	<b>906</b>	<b>1 444</b>	<b>234</b>											

(1) (2) A Universidade Aberta tem cursos de bacharelato conferindo respectivo grau (Matic. =396; Diplom. =168)

(3) A Escola Serv.Saude Militar confere grau DESE (Matic. =10)

(4) DESE (matriculados=21)

(5) (6) DESE (matriculados=50; diplomados=16)

Fonte: Ministério da Educação

DAPP - Estatísticas Preliminares, alunos matriculados/diplomados, 1996/97

3.10  
 Ensino Superior  
 Ano Lectivo 1996/97  
 Alunos Matriculados  
 e Diplomados Segundo  
 o Nível do Curso,  
 Natureza  
 do Estabelecimento  
 e Tipo de Ensino

CONCELHOS	UNIVERSITÁRIO										ENSINO SUPERIOR PÚBLICO						ENS. SUP. PARTICULAR COOPERATIVO												
	C.LIC.		C.PÓS.LIC.		MEST.		DOUT.		C.BACH.		C.BACH.+LIC.		DESE		C.BACH.		C.BACH.+LIC.		C.LIC.		C.PÓS.LIC.+MEST.								
	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.							
<b>Grande Lisboa</b>	18,7	13,0	94,5	372,4	84,8	188,2			12,3	89,8	141,4			63,9	208,3	-22,4	-32,0	4,6	0,9	3,8	10,0	-100,0	43,5	114,5	244,0	88,1	131,8	2027,3	
Amadora								303,7																					
Cascais	19,7	13,3	94,5	372,4	82,7	180,6			11,4	96,1	141,4			58,6	270,3	-23,8	-37,0	-6,5	-31,6	0,0	7,2	-100,0	43,2	114,5	576,4	1110,6	131,8	2027,3	
Lisboa																													
Loures																													
Oeiras	-13,3	5,6			138,0	528,6			-25,7	-48,9				54,2	20,5	-10,0													
Sintra																													
V. Franca de Xira																													
<b>P. Setúbal</b>	52,2	56,6	-66,7	-100,0	237,5	325,0			248,9	31,4	268,8			785,7	-16,7			-49,2	-61,2	52,8	491,7		239,2		28,2	38,7			
Alcochete																													
Almada	52,2	56,6	-66,7	-100,0	237,5	325,0												-49,2	-61,2	52,8	491,7				28,2	38,7			
Barreiro																													
Moita																													
Montijo																													
Palmela																													
Seixal																													
Sesimbra																													
Setúbal					248,9				248,9	31,4	268,8			785,7	-16,7								62,4						
Maifra																													
Azambuja																													
<b>AML</b>	20,8	14,8	83,7	226,2	90,1	193,1			28,7	82,7	192,5			74,1	185,1	-22,4	-32,0	-12,0	-18,7	7,0	22,5	1733,3	49,1	125,7	200,9	81,8	131,8	2027,3	
AML Norte	18,7	13,0	94,5	372,4	84,8	188,2			12,3	89,8	141,4			63,9	208,3	-22,4	-32,0	4,6	0,9	3,8	10,0	-100,0	43,5	114,5	244,0	88,1	131,8	2027,3	
AML Sul	52,2	56,6	-66,7	-100,0	237,5	325,0			248,9	31,4	268,8			785,7	-16,7			-49,2	-61,2	52,8	491,7		239,2		28,2	38,7			
<b>RLVT - Total</b>	20,8	14,8	83,7	226,2	90,1	193,1			40,2	74,6	305,1			55,8	131,7	82,7	92,0	-12,0	-18,7	3,8	19,3	1733,3	52,4	130,6	211,4	87,6	131,8	2027,3	

(\*) A Escola Superior de Policia não confere grau (22 diplomados)

Fonte: Ministério da Educação

DEPGEF - Estatísticas da Educação Portugal, 1992

3.11  
Ensino Superior  
Evolução dos  
Alunos Matriculados  
e Diplomados Segundo  
o Nível do Curso,  
Natureza  
do Estabelecimento  
e Tipo de Ensino (%)

CONCELHOS	ENSINO SUPERIOR PÚBLICO												ENS. SUP. PARTICULAR COOPERATIVO											
	UNIVERSITÁRIO				POLITÉCNICO				ENS. MILITAR E POLICIAL				UNIVERSITÁRIO + OUTROS ESTABELECIMENTOS				DESE							
	C. LIC.		C. POS. LIC.		MEST.		DOUT.		C. BACH.		C. BACH.+LIC.		DESE		C. BACH.		C. BACH.+LIC.		C. LIC.		DESE			
MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.			
<b>Grande Lisboa</b>	<b>93,7</b>	<b>96,0</b>	<b>93,3</b>	<b>69,0</b>	<b>96,5</b>	<b>96,4</b>		<b>93,1</b>	<b>87,8</b>	<b>59,9</b>	<b>98,6</b>	<b>89,7</b>	<b>100,0</b>	<b>68,4</b>	<b>93,3</b>	<b>97,4</b>	<b>100,0</b>	<b>97,1</b>	<b>100,0</b>	<b>80,0</b>	<b>87,2</b>			
Amadora																				<b>28,7</b>	<b>51,1</b>			
Cascais	91,0	93,1	93,3	69,0	92,8	94,3		87,5	81,1	59,9	92,1	67,4	89,8	61,3	87,5	88,3	100,0	97,1	100,0	28,7	9,7			
Lisboa								0,9							5,9	9,1								
Loures																								
Oeiras	2,7	2,9			3,7	2,1		4,7	6,7		6,5	22,3	10,2	7,1										
Sintra																								
V. Franca de Xira																								
<b>P. Setúbal</b>	<b>6,3</b>	<b>4,0</b>	<b>6,7</b>	<b>31,0</b>	<b>3,5</b>	<b>3,6</b>		<b>6,9</b>	<b>12,2</b>	<b>40,1</b>	<b>1,4</b>	<b>10,3</b>		<b>31,0</b>	<b>6,7</b>	<b>2,6</b>	<b>2,9</b>	<b>20,0</b>	<b>12,8</b>					
Alcochete																								
Almada	6,3	4,0	6,7	31,0	3,5	3,6								31,0	6,7	2,6				20,0	12,8			
Barreiro																								
Molta																								
Montijo																								
Palmela																								
Seixal																								
Sesimbra																								
Setúbal																								
Mafra																								
Azambuja																								
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>		<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>			
AML Norte	93,7	96,0	93,3	69,0	96,5	96,4		93,1	87,8	59,9	98,6	89,7	100,0	68,4	93,3	97,4	100,0	97,1	100,0	80,0	87,2			
AML Sul	6,3	4,0	6,7	31,0	3,5	3,6		6,9	12,2	40,1	1,4	10,3	0,0	31,6	6,7	2,6	2,9	2,9	20,0	12,8	0,0			

(\* ) A Escola Superior de Policia não confere grau (22 diplomados)

Fonte: Ministério da Educação

DEPGEF – Estatísticas da Educação Portugal, 1992

Unidade: % em coluna

3.12  
Ensino Superior  
Ano Lectivo 1991/92  
Alunos Matriculados  
e Diplomados Segundo  
o Nível do Curso,  
Natureza  
do Estabelecimento  
e Tipo de Ensino

CONCELHOS	UNIVERSITÁRIO										POLITÉCNICO						ENSINO SUPERIOR PÚBLICO						ENS.SUP.PARTICULAR COOPERATIVO								
	C.LIC.			C.PÓS.LIC.			MEST.		DOUT.		C.BACH.		C.BACH.+LIC.		DESE		C.BACH.		C.BACH.+LIC.		C.LIC.		C.LIC.		DESE		C.PÓS.LIC.+MEST.				
	MAT.	DIP.	DIP.	MAT.	DIP.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.	MAT.	DIP.			
<b>Grande Lisboa</b>	92,1	94,5	98,8	100,0	93,8	94,8	100,0	100,0	81,2	91,2	49,4	38,9	92,8	97,0	100,0	100,0	100,0	82,1	84,9	90,5	87,4	0,0	53,8	93,5	95,1	91,5	90,2	100,0	100,0		
Amadora																															
Cascais									2,8	2,3			3,2							3,5	4,7					9,8	14,1				
Lisboa	90,1	91,9	98,8	100,0	89,2	90,3	85,1		75,7	87,1	49,4	38,9	83,9	87,6	88,2	92,6	59,1	51,6	81,7	77,3	81,7	77,3	53,8	93,3	95,1	64,4	64,8	100,0	100,0		
Loures																															
Oeiras	1,9	2,7			4,6	4,5	14,9		2,7	1,9			5,7	9,4						5,3	5,4			0,2		17,3	11,3				
Sintra															11,8	7,4	23,1	33,3													
V. Franca de Xira																															
<b>P. Setúbal</b>	7,9	5,5	1,2	0,0	6,2	5,2	0,0	0,0	18,8	8,8	50,6	61,1	7,2	3,0	0,0	0,0	17,9	15,1	9,5	12,6	100,0	46,2	6,5	4,9	8,5	9,8	0,0	0,0			
Alcochete																															
Almada	7,9	5,5	1,2		6,2	5,2											17,9	15,1	9,5	12,6	100,0	46,2	3,4	2,1	8,5	9,8					
Barreiro																															
Moita																															
Montijo																															
Palmeira																															
Seixal																															
Sesimbra																															
Setúbal									18,8	8,8	50,6	61,1	7,2	3,0										3,1	2,9						
Mafra																															
Azambuja																															
<b>AML</b>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
AML Norte	92,1	94,5	98,8	100,0	93,8	94,8	100,0	100,0	81,2	91,2	49,4	38,9	92,8	97,0	100,0	100,0	82,1	84,9	90,5	87,4	0,0	53,8	93,5	95,1	91,5	90,2	100,0	100,0	100,0	100,0	
AML Sul	7,9	5,5	1,2	0,0	6,2	5,2	0,0	0,0	18,8	8,8	50,6	61,1	7,2	3,0	0,0	0,0	17,9	15,1	9,5	12,6	100,0	46,2	6,5	4,9	8,5	9,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

(1) (2) A Universidade Aberta tem cursos de bacharelato conferindo respectivo grau (Matric.=396; Diplom.=168)

(3) A Escola Serv.Saude Militar confere grau DESE (Matric.=10)

(4) DESE (matriculados=21)

(5) (6) DESE (matriculados=50; diplomados=16)

Fonte: Ministério da Educação

DAPP – Estatísticas Preliminares, alunos matriculados/diplomados, 1996/97

### 3.13 Ensino Superior Ano Lectivo 1996/97 Alunos Matriculados e Diplomados Segundo o Nível do Curso, Natureza do Estabelecimento e Tipo de Ensino

CONCELHOS	NÚMERO		PERCENTAGEM	
	MATRIC.	DIPLOM.	MATRIC.	DIPLOM.
<b>Grande Lisboa</b>	<b>3 463</b>	<b>391</b>	<b>96,7</b>	<b>91,1</b>
Amadora	0	0	0,0	0,0
Cascais	0	0	0,0	0,0
Lisboa	3 371	384	94,1	89,5
Loures	0	0	0,0	0,0
Oeiras	92	7	2,6	1,6
Sintra	0	0	0,0	0,0
V. Franca de Xira	0	0	0,0	0,0
<b>P. Setúbal</b>	<b>118</b>	<b>38</b>	<b>3,3</b>	<b>8,9</b>
Alcochete	0	0	0,0	0,0
Almada	118	38	3,3	8,9
Barreiro	0	0	0,0	0,0
Moita	0	0	0,0	0,0
Montijo	0	0	0,0	0,0
Palmela	0	0	0,0	0,0
Seixal	0	0	0,0	0,0
Sesimbra	0	0	0,0	0,0
Setúbal	0	0	0,0	0,0
Mafra	0	0	0,0	0,0
Azambuja	0	0	0,0	0,0
<b>AML</b>	<b>3 581</b>	<b>429</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	3 463	391	96,7	91,1
AML Sul	118	38	3,3	8,9

3.14  
Ensino Superior  
Ano Lectivo 1991/92  
Alunos Matriculados  
e Diplomados na Totalidade  
de Ensino Pós-Licenciatura

CONCELHOS	NÚMERO		PERCENTAGEM	
	MATRIC.	DIPLOM.	MATRIC.	DIPLOM.
<b>Grande Lisboa</b>	<b>6 732</b>	<b>1 537</b>	<b>95,6</b>	<b>96,8</b>
Amadora	0	0	0,0	0,0
Cascais	0	0	0,0	0,0
Lisboa	6 513	1 478	92,5	93,1
Loures	0	0	0,0	0,0
Oeiras	219	59	3,1	3,7
Sintra	0	0	0,0	0,0
V. Franca de Xira	0	0	0,0	0,0
<b>P. Setúbal</b>	<b>307</b>	<b>51</b>	<b>4,4</b>	<b>3,2</b>
Alcochete	0	0	0,0	0,0
Almada	307	51	4,4	3,2
Barreiro	0	0	0,0	0,0
Moita	0	0	0,0	0,0
Montijo	0	0	0,0	0,0
Palmela	0	0	0,0	0,0
Seixal	0	0	0,0	0,0
Sesimbra	0	0	0,0	0,0
Setúbal	0	0	0,0	0,0
Mafra	0	0	0,0	0,0
Azambuja	0	0	0,0	0,0
<b>AML</b>	<b>7 039</b>	<b>1 588</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	6 732	1 537	95,6	96,8
AML Sul	307	51	4,4	3,2

3.15  
Ensino Superior  
Ano Lectivo 1996/97  
Alunos Matriculados  
e Diplomados na Totalidade  
de Ensino Pós-Licenciatura

### 3.16 Indicadores de Serviços de Saúde em 1996

CONCELHO	CAMAS POR 1000 HABITANTES	MÉDICOS POR 1000 HABITANTES	CONSULTAS CENTROS SAÚDE POR 100 HABITANTES	CONSULTAS HOSPITAIS 100 HABITANTES
<b>Grande Lisboa</b>	<b>6,4</b>	<b>6,0</b>	<b>239</b>	<b>130</b>
Amadora	4,3	3,2	229	58
Cascais	3,1	6,0	211	52
Lisboa	15,1	11,5	305	367
Loures	0,1	2,7	195	0
Oeiras	1,9	7,4	219	24
Sintra	4,0	2,3	198	3
Vila Franca de Xira	1,8	1,3	225	39
<b>P. Setúbal</b>	<b>2,4</b>	<b>2,2</b>	<b>223</b>	<b>45</b>
Alcochete	0,0	0,9	252	0
Almada	3,1	3,6	265	68
Barreiro	5,8	2,6	248	95
Moita	0,2	0,5	175	0
Montijo	3,6	1,8	228	39
Palmela	0,2	1,3	203	0
Seixal	0,0	1,0	171	0
Sesimbra	0,5	1,1	246	0
Setúbal	4,4	3,2	237	94
Mafra	0,4	1,1	296	0
Azambuja	0,4	0,6	245	0
<b>AML</b>	<b>5,2</b>	<b>4,9</b>	<b>236</b>	<b>105</b>
AML Norte	6,2	5,9	240	126
AML Sul	2,4	2,2	223	45
<b>RLVT</b>	<b>4,5</b>	<b>4,1</b>	<b>250</b>	<b>89</b>
<b>Portugal</b>	<b>4,1</b>	<b>3,0</b>	<b>251</b>	<b>73</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico LVT, 1997; INE, Estatísticas da Saúde, 1996, informação disponível não publicada

### 3.17 Infraestruturas de Saúde na AML, em 1996

CONCELHOS	HOSPITAIS		CENTROS DE SAÚDE		EXTENSÕES DOS CENTROS DE SAÚDE	HOSPITAIS	CAMAS C. SAÚDE
	OFICIAIS	PARTICULARES	COM INTERNAMENTO	SEM INTERNAMENTO			
<b>Grande Lisboa</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>35</b>	<b>118</b>	<b>11 647</b>	<b>25</b>
Amadora	1	1		3	6	803	
Cascais	3	1		2	8	502	
Lisboa	21	20		17	42	8 645	
Loures	1	1		3	24	29	
Oeiras	2	1		2	6	303	
Sintra		6	1	5	21	1 167	25
Vila Franca de Xira	1			3	11	198	
<b>P. Setúbal</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>63</b>	<b>1 540</b>	<b>37</b>
Alcochete				1	3		
Almada	1			3	12	474	
Barreiro	1	1		2	8	478	
Moita			1		5		15
Montijo	1			1	6	131	
Palmela			1		11		8
Seixal				2	6		
Sesimbra			1		3		14
Setúbal	2			2	9	457	
Mafra			1		13		18
Azambuja			1		6		8
<b>AML</b>	<b>34</b>	<b>31</b>	<b>6</b>	<b>46</b>	<b>200</b>	<b>13 187</b>	<b>88</b>
AML Norte	29	30	3	35	137	11 647	51
AML Sul	5	1	3	11	63	1 540	37
<b>RLVT – Total</b>	<b>44</b>	<b>34</b>	<b>11</b>	<b>75</b>	<b>454</b>	<b>14 830</b>	<b>163</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>122</b>	<b>89</b>	<b>112</b>	<b>270</b>	<b>2 042</b>	<b>39 212</b>	<b>1 902</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico LVT, 1997

### 3.18 Infraestruturas de Saúde na AML, em 1996

CONCELHOS	HOSPITAIS		CENTROS DE SAÚDE		EXTENSÕES DOS CENTROS DE SAÚDE	HOSPITAIS	CAMAS C. SAÚDE
	OFICIAIS	PARTICULARES	COM INTERNAMENTO	SEM INTERNAMENTO			
<b>Grande Lisboa</b>	<b>85,3</b>	<b>96,8</b>	<b>16,7</b>	<b>76,1</b>	<b>59,0</b>	<b>88,3</b>	<b>28,4</b>
Amadora	2,9	3,2	0,0	6,5	3,0	6,1	0,0
Cascais	8,8	3,2	0,0	4,3	4,0	3,8	0,0
Lisboa	61,8	64,5	0,0	37,0	21,0	65,6	0,0
Loures	2,9	3,2	0,0	6,5	12,0	0,2	0,0
Oeiras	5,9	3,2	0,0	4,3	3,0	2,3	0,0
Sintra	0,0	19,4	16,7	10,9	10,5	8,8	28,4
Vila Franca de Xira	2,9	0,0	0,0	6,5	5,5	1,5	0,0
<b>P. Setúbal</b>	<b>14,7</b>	<b>3,2</b>	<b>50,0</b>	<b>23,9</b>	<b>31,5</b>	<b>11,7</b>	<b>42,0</b>
Alcochete	0,0	0,0	0,0	2,2	1,5	0,0	0,0
Almada	2,9	0,0	0,0	6,5	6,0	3,6	0,0
Barreiro	2,9	3,2	0,0	4,3	4,0	3,6	0,0
Moita	0,0	0,0	16,7	0,0	2,5	0,0	17,0
Montijo	2,9	0,0	0,0	2,2	3,0	1,0	0,0
Palmela	0,0	0,0	16,7	0,0	5,5	0,0	9,1
Seixal	0,0	0,0	0,0	4,3	3,0	0,0	0,0
Sesimbra	0,0	0,0	16,7	0,0	1,5	0,0	15,9
Setúbal	5,9	0,0	0,0	4,3	4,5	3,5	0,0
Mafra	0,0	0,0	16,7	0,0	6,5	0,0	20,5
Azambuja	0,0	0,0	16,7	0,0	3,0	0,0	9,1
<b>AML</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
AML Norte	85,3	96,8	50,0	76,1	68,5	88,3	58,0
AML Sul	14,7	3,2	50,0	23,9	31,5	11,7	42,0

Fonte: INE, Anuário Estatístico LVT, 1997

Unidade: % em coluna

3.19

Hospitais por Concelhos da APL,  
em 1996

FUNÇÃO CONCELHOS	GERAIS		HOSPITAIS CENTRAIS ESPECIAL.		DISTRITAIS		HOSPITAIS DISTRITAIS NÍVEL 1		HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS	
	N.º	LOT	N.º	LOT	N.º	LOT	N.º	LOT	N.º	LOT
<b>Grande Lisboa</b>	<b>9</b>	<b>4 389</b>	<b>7</b>	<b>1 288</b>	<b>3</b>	<b>944</b>			<b>2</b>	<b>1 224</b>
Amadora					1	612				
Cascais			3	318	1	152				
Lisboa	8	4 254	4	970					2	1 224
Loures										
Oeiras	1	135								
Sintra										
V. Franca de Xira					1	180				
<b>P. Setúbal</b>			<b>1</b>	<b>123</b>	<b>3</b>	<b>1 210</b>	<b>1</b>	<b>131</b>		
Alcochete										
Almada					1	475				
Barreiro					1	436				
Moita										
Montijo							1	131		
Palmela										
Seixal										
Sesimbra										
Setúbal			1	123	1	299				
Mafra										
Azambuja										
<b>AML</b>	<b>9</b>	<b>4 389</b>	<b>8</b>	<b>1 411</b>	<b>6</b>	<b>2 154</b>	<b>1</b>	<b>131</b>	<b>2</b>	<b>1 224</b>
AML Norte	9	4 389	7	1 288	3	944			2	1 224
AML Sul			1	123	3	1 210	1	131		
<b>RLVT – Total</b>	<b>9</b>	<b>4 389</b>	<b>9</b>	<b>1 536</b>	<b>12</b>	<b>3 274</b>	<b>3</b>	<b>244</b>	<b>2</b>	<b>1 224</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>14</b>	<b>9 226</b>	<b>14</b>	<b>2 366</b>	<b>39</b>	<b>10 359</b>	<b>26</b>	<b>1 982</b>	<b>6</b>	<b>2 522</b>

Fonte: DGS (1998), «Estabelecimentos públicos de saúde por concelho, 1996»

### 3.20 Médicos por Concelhos da AML, em 1996

CONCELHOS	TOTAL	NÃO ESPECIALISTAS	ESPECIALISTAS				
			TOTAL	MEDICINA GERAL E FAMILIAR	ESTOMATOLOGISTAS	PEDIATRAS	GINECOLOGISTAS E OBSTRETAS
<b>Grande Lisboa</b>	<b>11 059</b>	<b>3 773</b>	<b>7 856</b>	<b>952</b>	<b>327</b>	<b>514</b>	<b>422</b>
Amadora	601	244	369	65	7	22	17
Cascais	972	402	605	82	29	44	21
Lisboa	6 564	1 981	4 999	474	216	325	285
Loures	932	369	598	121	32	48	32
Oeiras	1 164	393	829	93	28	53	43
Sintra	683	317	378	90	15	13	23
V. Franca de Xira	143	67	78	27		9	1
<b>P. Setúbal</b>	<b>1 434</b>	<b>583</b>	<b>889</b>	<b>239</b>	<b>30</b>	<b>51</b>	<b>39</b>
Alcochete	9	6	3	2		1	—
Almada	547	212	347	89	14	17	19
Barreiro	213	100	119	36	3	9	4
Moita	37	14	23	9		1	—
Montijo	67	25	43	9		2	3
Palmela	61	26	35	8	3	1	2
Seixal	135	68	70	24	1	7	2
Sesimbra	31	12	20	12	1		—
Setúbal	334	120	229	50	8	13	9
Mafra	50	27	24	11		1	1
Azambuja	11	5	6	4		1	
<b>AML</b>	<b>12 554</b>	<b>4 388</b>	<b>8 775</b>	<b>1 206</b>	<b>357</b>	<b>567</b>	<b>462</b>
AML Norte	11 120	3 805	7 886	967	327	516	423
AML Sul	1 434	583	889	239	30	51	39
<b>RLVT – Total</b>	<b>13 527</b>	<b>4 751</b>	<b>9 399</b>	<b>1 462</b>	<b>384</b>	<b>604</b>	<b>499</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>29 902</b>	<b>10 701</b>	<b>20 502</b>	<b>4 268</b>	<b>790</b>	<b>1 216</b>	<b>1 378</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico LVT, 1997

### 3.21 Centros de Reabilitação por Concelhos da AML, em 1996

FUNÇÃO CONCELHOS	C. PSIQ. RECUPERAÇÃO		C. REG. ALCOOLOGIA		CAT N.º	EXT. N.º	S. TRAT. E RECUPE. TOXICODEPENDENTES			
	N.º	LOT.	N.º	LOT.			UN. INTERN.		C. TER.	
							N.º	LOT	N.º	LOT.
<b>Grande Lisboa</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>20</b>
Amadora						3				
Cascais										
Lisboa			1	20	2	1	1	11	1	20
Loures	1	19				2				
Oeiras					1	1				
Sintra						1				
V. Franca de Xira										
<b>P. Setúbal</b>					<b>2</b>					
Alcochete										
Almada					1					
Barreiro										
Moita										
Montijo										
Palmela										
Seixal										
Sesimbra										
Setúbal					1					
Mafra										
Azambuja										
<b>AML</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>20</b>
AML Norte	1	19	1	20	3	8	1	11	1	20
AML Sul					2					
<b>RLVT – Total</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>1</b>	<b>20</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>20</b>
<b>CONTINENTE</b>	<b>2</b>	<b>158</b>	<b>3</b>	<b>77</b>	<b>26</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>39</b>	<b>2</b>	<b>32</b>

Fonte: DGS (1998), «Estabelecimentos públicos de saúde por concelho, 1996»

## 3.22

 Consultas efectuadas nos Centros de Saúde e suas Extensões  
 Segundo as Especialidades, por Concelhos da AML,  
 em 1996

CONCELHOS	TOTAL	CLÍNICA GERAL	ESTOMATOLOGIA	PLANEIA./FAMILIAR	PNEUM.	SAÚDE INFANTIL	SAÚDE MATERNA	OUTRAS
<b>Grande Lisboa</b>	<b>4 374 656</b>	<b>3 505 464</b>	<b>33 469</b>	<b>85 300</b>	<b>22 150</b>	<b>379 630</b>	<b>66 147</b>	<b>282 496</b>
Amadora	430 324	350 802		9 712		35 429	8 481	25 900
Cascais	342 921	292 305	2 950	5 426		25 920	4 246	12 074
Lisboa	1 743 926	1 348 707	16 769	27 547	16 242	118 565	20 899	195 197
Loures	669 931	538 242	10 859	19 140		74 787	13 108	13 795
Oeiras	343 820	278 009	1 871	8 620		32 619	4 625	18 076
Sintra	591 423	486 047	1 020	10 368	3 320	64 926	11 419	14 323
V. F. Xira	252 311	211 352		4 487	2 588	27 384	3 369	3 131
<b>P. Setúbal</b>	<b>1 477 941</b>	<b>1 182 855</b>	<b>14 292</b>	<b>47 321</b>	<b>19 571</b>	<b>118 344</b>	<b>27 062</b>	<b>68 496</b>
Alcochete	25 335	22 417		578		1 809	515	16
Almada	405 314	302 060	576	15 261	4 744	32 282	7 795	42 596
Barreiro	205 325	163 914	9 711	5 150	3 925	13 372	2 734	6 519
Moita	120 559	102 982		4 098		9 734	2 912	833
Montijo	82 940	70 703		1 181	2 851	6 179	1 447	579
Palmela	96 204	83 079		3 159		7 695	1 468	803
Seixal	223 483	179 305		8 124	2 266	25 233	5 444	3 111
Sesimbra	71 937	61 273		1 670	596	5 660	1 657	1 081
Setúbal	246 844	197 122	4 005	8 100	5 189	16 380	3 090	12 958
Mafra	131 673	113 319		2 777		13 635	1 708	234
Azambuja	47 804	43 761		274		3 416	353	
<b>AML</b>	<b>6 032 074</b>	<b>4 845 399</b>	<b>47 761</b>	<b>135 672</b>	<b>41 721</b>	<b>515 025</b>	<b>95 270</b>	<b>351 226</b>
AML Norte	4 554 133	3 662 544	33 469	88 351	22 150	396 681	68 208	282 730
AML Sul	1 477 941	1 182 855	14 292	47 321	19 571	118 344	27 062	68 496
<b>RLVT – Total</b>	<b>8 293 791</b>	<b>6 816 020</b>	<b>50 197</b>	<b>165 976</b>	<b>48 594</b>	<b>739 859</b>	<b>111 346</b>	<b>361 799</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>24 972 624</b>	<b>20 703 797</b>	<b>133 996</b>	<b>644 740</b>	<b>182 255</b>	<b>2 370 413</b>	<b>407 978</b>	<b>529 445</b>

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 1996, informação disponível não publicada

### 3.23

## Consultas Efectuadas nos Centros de Saúde e suas Extensões Segundo as Especialidades, por Concelhos da AML, em 1996

CONCELHOS	TOTAL	CLÍNICA GERAL	ESTOMATOLOGIA	PLANEIA./FAMILIAR	PNEUM.	SAÚDE INFANTIL	SAÚDE MATERNA	OUTRAS
<b>Grande Lisboa</b>	<b>72,5</b>	<b>72,3</b>	<b>70,1</b>	<b>62,9</b>	<b>53,1</b>	<b>73,7</b>	<b>69,4</b>	<b>80,4</b>
Amadora	7,1	7,2	0,0	7,2	0,0	6,9	8,9	7,4
Cascais	5,7	6,0	6,2	4,0	0,0	5,0	4,5	3,4
Lisboa	28,9	27,8	35,1	20,3	38,9	23,0	21,9	55,6
Loures	11,1	11,1	22,7	14,1	0,0	14,5	13,8	3,9
Oeiras	5,7	5,7	3,9	6,4	0,0	6,3	4,9	5,1
Sintra	9,8	10,0	2,1	7,6	8,0	12,6	12,0	4,1
V. F. Xira	4,2	4,4	0,0	3,3	6,2	5,3	3,5	0,9
<b>P. Setúbal</b>	<b>24,5</b>	<b>24,4</b>	<b>29,9</b>	<b>34,9</b>	<b>46,9</b>	<b>23,0</b>	<b>28,4</b>	<b>19,5</b>
Alcochete	0,4	0,5	0,0	0,4	0,0	0,4	0,5	0,0
Almada	6,7	6,2	1,2	11,2	11,4	6,3	8,2	12,1
Barreiro	3,4	3,4	20,3	3,8	9,4	2,6	2,9	1,9
Moita	2,0	2,1	0,0	3,0	0,0	1,9	3,1	0,2
Montijo	1,4	1,5	0,0	0,9	6,8	1,2	1,5	0,2
Palmela	1,6	1,7	0,0	2,3	0,0	1,5	1,5	0,2
Seixal	3,7	3,7	0,0	6,0	5,4	4,9	5,7	0,9
Sesimbra	1,2	1,3	0,0	1,2	1,4	1,1	1,7	0,3
Setúbal	4,1	4,1	8,4	6,0	12,4	3,2	3,2	3,7
Mafra	2,2	2,3	0,0	2,0	0,0	2,6	1,8	0,1
Azambuja	0,8	0,9	0,0	0,2	0,0	0,7	0,4	0,0
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	75,5	75,6	70,1	65,1	53,1	77,0	71,6	80,5
AML Sul	24,5	24,4	29,9	34,9	46,9	23,0	28,4	19,5

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 1996, informação disponível não publicada

### 3.24

## Consultas Efectuadas nos Centros de Saúde e suas Extensões Segundo as Especialidades, por Concelhos da AML, em 1996

CONCELHOS	TOTAL	CLÍNICA GERAL	ESTOMATOLOGIA	PLANEIA./FAMILIAR	PNEUM.	SAÚDE INFANTIL	SAÚDE MATERNA	OUTRAS
<b>Grande Lisboa</b>	<b>100,0</b>	<b>80,1</b>	<b>0,8</b>	<b>1,9</b>	<b>0,5</b>	<b>8,7</b>	<b>1,5</b>	<b>6,5</b>
Amadora	100,0	81,5	0,0	2,3	0,0	8,2	2,0	6,0
Cascais	100,0	85,2	0,9	1,6	0,0	7,6	1,2	3,5
Lisboa	100,0	77,3	1,0	1,6	0,9	6,8	1,2	11,2
Loures	100,0	80,3	1,6	2,9	0,0	11,2	2,0	2,1
Oeiras	100,0	80,9	0,5	2,5	0,0	9,5	1,3	5,3
Sintra	100,0	82,2	0,2	1,8	0,6	11,0	1,9	2,4
V. F. Xira	100,0	83,8	0,0	1,8	1,0	10,9	1,3	1,2
<b>P. Setúbal</b>	<b>100,0</b>	<b>80,0</b>	<b>1,0</b>	<b>3,2</b>	<b>1,3</b>	<b>8,0</b>	<b>1,8</b>	<b>4,6</b>
Alcochete	100,0	88,5	0,0	2,3	0,0	7,1	2,0	0,1
Almada	100,0	74,5	0,1	3,8	1,2	8,0	1,9	10,5
Barreiro	100,0	79,8	4,7	2,5	1,9	6,5	1,3	3,2
Moita	100,0	85,4	0,0	3,4	0,0	8,1	2,4	0,7
Montijo	100,0	85,2	0,0	1,4	3,4	7,4	1,7	0,7
Palmela	100,0	86,4	0,0	3,3	0,0	8,0	1,5	0,8
Seixal	100,0	80,2	0,0	3,6	1,0	11,3	2,4	1,4
Sesimbra	100,0	85,2	0,0	2,3	0,8	7,9	2,3	1,5
Setúbal	100,0	79,9	1,6	3,3	2,1	6,6	1,3	5,2
Mafra	100,0	86,1	0,0	2,1	0,0	10,4	1,3	0,2
Azambuja	100,0	91,5	0,0	0,6	0,0	7,1	0,7	0,0
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>80,3</b>	<b>0,8</b>	<b>2,2</b>	<b>0,7</b>	<b>8,5</b>	<b>1,6</b>	<b>5,8</b>
AML Norte	100,0	80,4	0,7	1,9	0,5	8,7	1,5	6,2
AML Sul	100,0	80,0	1,0	3,2	1,3	8,0	1,8	4,6

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 1996, informação disponível não publicada  
Unidade: % em linha

### 3.25

## Consultas Efectuadas nos Hospitais Segundo as Especialidades, por Concelhos da AML, em 1996

CONCELHOS	TOTAL	CARDIOLOGIA	CIRURGIA GERAL	MEDICINA INTERNA	OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA	ORTOPEDIA	PEDIATRIA	PSQUIATRIA	UROLOGIA	OUTRAS
<b>Grande Lisboa</b>	<b>2 383 120</b>	<b>108 348</b>	<b>154 035</b>	<b>190 431</b>	<b>151 218</b>	<b>215 054</b>	<b>59 816</b>	<b>135 752</b>	<b>74 793</b>	<b>1 293 673</b>
Amadora	108 352	5 480	12 520	4 806	11 685	14 174	3 168	139	8 923	47 457
Cascais	83 807	2 225	7 174	2 615	5 155	35 622	1 134		647	29 235
Lisboa	2 098 938	87 183	121 062	177 123	129 788	158 286	51 227	133 089	63 325	1 177 855
Loures	1 422		189		502		31			700
Oeiras	38 377	10 971	6 361	2 773		512		1 501	456	15 803
Sintra	8 119							1 023		7 096
V. F. Xira	44 105	2 489	6 729	3 114	4 088	6 460	4 256		1 442	15 527
<b>P. Setúbal</b>	<b>295 627</b>	<b>12 966</b>	<b>23 994</b>	<b>11 562</b>	<b>26 075</b>	<b>38 302</b>	<b>11 498</b>	<b>17 587</b>	<b>8 180</b>	<b>145 463</b>
Alcochete										
Almada	104 611	2 843	7 291	2 918	12 250	4 843	6 852		2 787	64 827
Barreiro	79 152	3 332	5 165	3 274	7 955	10 340	2 546	8 428	3 423	34 689
Moita										
Montijo	14 205	1 777	5 255	1 966		1 037			543	3 627
Palmela										
Seixal										
Sesimbra										
Setúbal	97 659	5 014	6 283	3 404	5 870	22 082	2 100	9 159	1 427	42 320
Mafra										
Azambuja										
<b>AML</b>	<b>2 678 747</b>	<b>121 314</b>	<b>178 029</b>	<b>201 993</b>	<b>177 293</b>	<b>253 356</b>	<b>71 314</b>	<b>153 339</b>	<b>82 973</b>	<b>1 439 136</b>
AML Norte	2 383 120	108 348	154 035	190 431	151 218	215 054	59 816	135 752	74 793	1 293 673
AML Sul	295 627	12 966	23 994	11 562	26 075	38 302	11 498	17 587	8 180	145 463
<b>RLVT – Total</b>	<b>2 950 704</b>	<b>130 483</b>	<b>216 168</b>	<b>225 376</b>	<b>201 309</b>	<b>285 675</b>	<b>85 290</b>	<b>162 681</b>	<b>92 043</b>	<b>1 551 679</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>7 250 674</b>	<b>276 531</b>	<b>568 482</b>	<b>484 621</b>	<b>604 903</b>	<b>778 503</b>	<b>286 902</b>	<b>438 369</b>	<b>224 767</b>	<b>3 587 596</b>

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 1996, informação disponível não publicada

## 3.26

 Consultas Efectuadas nos Hospitais  
 Segundo as Especialidades, por Concelhos da AML,  
 em 1996

CONCELHOS	TOTAL	CARDIOLOGIA	CIRURGIA GERAL	MEDICINA INTERNA	OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA	ORTOPEDIA	PEDIATRIA	PSQUIATRIA	UROLOGIA	OUTRAS
<b>Grande Lisboa</b>	<b>89,0</b>	<b>89,3</b>	<b>86,5</b>	<b>94,3</b>	<b>85,3</b>	<b>84,9</b>	<b>83,9</b>	<b>88,5</b>	<b>90,1</b>	<b>89,9</b>
Amadora	4,0	4,5	7,0	2,4	6,6	5,6	4,4	0,1	10,8	3,3
Cascais	3,1	1,8	4,0	1,3	2,9	14,1	1,6		0,8	2,0
Lisboa	78,4	71,9	68,0	87,7	73,2	62,5	71,8	86,8	76,3	81,8
Loures	0,1		0,1		0,3		0,0			0,0
Oeiras	1,4	9,0	3,6	1,4		0,2		1,0	0,5	1,1
Sintra	0,3							0,7		0,5
V. F. Xira	1,6	2,1	3,8	1,5	2,3	2,5	6,0		1,7	1,1
<b>P. Setúbal</b>	<b>11,0</b>	<b>10,7</b>	<b>13,5</b>	<b>5,7</b>	<b>14,7</b>	<b>15,1</b>	<b>16,1</b>	<b>11,5</b>	<b>9,9</b>	<b>10,1</b>
Alcochete										
Almada	3,9	2,3	4,1	1,4	6,9	1,9	9,6		3,4	4,5
Barreiro	3,0	2,7	2,9	1,6	4,5	4,1	3,6	5,5	4,1	2,4
Moita										
Montijo	0,5	1,5	3,0	1,0		0,4			0,7	0,3
Palmela										
Seixal										
Sesimbra										
Setúbal	3,6	4,1	3,5	1,7	3,3	8,7	2,9	6,0	1,7	2,9
Maфра										
Azambuja										
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	89,0	89,3	86,5	94,3	85,3	84,9	83,9	88,5	90,1	89,9
AML Sul	11,0	10,7	13,5	5,7	14,7	15,1	16,1	11,5	9,9	10,1

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 1996, informação disponível não publicada

Unidade: % em coluna

### 3.27

## Consultas Efectuadas nos Hospitais Segundo as Especialidades, por Concelhos da AML, em 1996

CONCELHOS	TOTAL	CARDIOLOGIA	CIRURGIA GERAL	MEDICINA INTERNA	OBSTETRÍCIA E GINECOLOGIA	ORTOPEDIA	PEDIATRIA	PSQUIATRIA	UROLOGIA	OUTRAS
<b>Grande Lisboa</b>	<b>100,0</b>	<b>4,5</b>	<b>6,5</b>	<b>8,0</b>	<b>6,3</b>	<b>9,0</b>	<b>2,5</b>	<b>5,7</b>	<b>3,1</b>	<b>54,3</b>
Amadora	100,0	5,1	11,6	4,4	10,8	13,1	2,9	0,1	8,2	43,8
Cascais	100,0	2,7	8,6	3,1	6,2	42,5	1,4		0,8	34,9
Lisboa	100,0	4,2	5,8	8,4	6,2	7,5	2,4	6,3	3,0	56,1
Loures	100,0		13,3		35,3		2,2			49,2
Oeiras	100,0	28,6	16,6	7,2		1,3		3,9	1,2	41,2
Sintra	100,0							12,6		87,4
V. F. Xira	100,0	5,6	15,3	7,1	9,3	14,6	9,6		3,3	35,2
<b>P. Setúbal</b>	<b>100,0</b>	<b>4,4</b>	<b>8,1</b>	<b>3,9</b>	<b>8,8</b>	<b>13,0</b>	<b>3,9</b>	<b>5,9</b>	<b>2,8</b>	<b>49,2</b>
Alcochete										
Almada	100,0	2,7	7,0	2,8	11,7	4,6	6,5		2,7	62,0
Barreiro	100,0	4,2	6,5	4,1	10,1	13,1	3,2	10,6	4,3	43,8
Moita										
Montijo	100,0	12,5	37,0	13,8		7,3			3,8	25,5
Palmela										
Seixal										
Sesimbra										
Setúbal	100,0	5,1	6,4	3,5	6,0	22,6	2,2	9,4	1,5	43,3
Maфра										
Azambuja										
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>4,5</b>	<b>6,6</b>	<b>7,5</b>	<b>6,6</b>	<b>9,5</b>	<b>2,7</b>	<b>5,7</b>	<b>3,1</b>	<b>53,7</b>
AML Norte	100,0	4,5	6,5	8,0	6,3	9,0	2,5	5,7	3,1	54,3
AML Sul	100,0	4,4	8,1	3,9	8,8	13,0	3,9	5,9	2,8	49,2

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 1996, informação disponível não publicada  
Unidade: % em linha

### 3.28 Instalações Desportivas Artificiais, por Tipologia e Áreas, na AML, em 1988

CONCELHOS		GRANDE CAMPO	PISTA ATLETISMO	PEQUENO CAMPO	CAMPO TÊNIS	SALA	PAVILHÃO	PISCINA COBERTA	PISCINA AR LIVRE	TOTAL
<b>Grande Lisboa</b>	<b>N.º</b>	<b>192</b>	<b>6</b>	<b>854</b>	<b>257</b>	<b>902</b>	<b>125</b>	<b>89</b>	<b>26</b>	<b>2 451</b>
	<b>m²</b>	<b>1 070 422</b>	<b>54 000</b>	<b>628 722</b>	<b>151 006</b>	<b>162 248</b>	<b>124 446</b>	<b>19 614</b>	<b>12 512</b>	<b>2 222 970</b>
Amadora	N.º	5		92	10	42	6	6		161
	m²	23 296		61 093	6 480	5 361	5 027	1 067		102 324
Cascais	N.º	25		78	69	70	13	15		270
	m²	115 654		72 684	41 824	14 049	13 417	1 857		259 485
Lisboa	N.º	61	5	435	103	656	37	43	12	1 352
	m²	359 906	46 000	291 180	63 436	114 805	33 811	12 189	5 223	926 550
Loures	N.º	39		134	15	63	14	3	3	271
	m²	201 037		100 118	5 500	12 122	10 567	285	744	330 373
Oeiras	N.º	16	1	35	38	26	28	6	4	154
	m²	128 292	8 000	35 335	26 309	4 623	38 360	1 259	1 826	244 004
Sintra	N.º	37		44	16	30	18	14	2	161
	m²	201 877		40 550	5 907	8 017	16 635	2 332	2 750	278 068
Vila Franca de Xira	N.º	9		36	6	15	9	2	5	82
	m²	40 360		27 762	1 550	3 271	6 629	625	1 969	82 166
<b>P. Setúbal</b>	<b>N.º</b>	<b>112</b>	<b>1</b>	<b>321</b>	<b>39</b>	<b>178</b>	<b>39</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>712</b>
	<b>m²</b>	<b>631 804</b>	<b>7 000</b>	<b>216 418</b>	<b>23 692</b>	<b>36 454</b>	<b>34 614</b>	<b>2201</b>	<b>3 278</b>	<b>955 461</b>
Alcochete	N.º	6		10		6	1			23
	m²	44 085		8 715		790	800			54 390
Almada	N.º	14	1	86	8	63	9	6	4	191
	m²	65 360	7 000	53 252	4 949	12 622	8 623	1 033	1 683	154 522
Barreiro	N.º	11		42	4	28	4	2	1	92
	m²	57 385		25 598	2 812	5 411	3 200	386	250	95 042
Moita	N.º	10		38	5	11	3	1		68
	m²	50 455		25 844	2 663	2 604	2 667	73		84 306
Montijo	N.º	13		21	2	5	3	1		45
	m²	68 022		14 361	1 232	846	2 396	74		86 931
Palmela	N.º	16		15		2	3			36
	m²	84 372		11 116		1 101	2 700			99 289
Seixal	N.º	12		48	11	39	5	1	2	118
	m²	58 569		36 573	7 470	7 057	4 422	313	625	115 029
Sesimbra	N.º	9		22	4	4	3		2	44
	m²	102 838		13 710	1 362	916	3 035		720	122 581
Setúbal	N.º	21		39	5	20	8	2		95
	m²	100 718		27 249	3 204	5 107	6 771	322		143 371
Mafra	N.º	45	1	28	9	55	10	2	3	153
	m²	209 344	8 000	21 546	6 566	11 364	10 389	363	925	268 497
Azambuja	N.º	15		9	3	1	3	1	1	33
	m²	78 200		6 760	1 944	300	2 788	72	313	90 377
<b>AML</b>	<b>N.º</b>	<b>364</b>	<b>8</b>	<b>1 212</b>	<b>308</b>	<b>1 136</b>	<b>177</b>	<b>105</b>	<b>39</b>	<b>3 349</b>
	<b>m²</b>	<b>1 989 770</b>	<b>69 000</b>	<b>873 446</b>	<b>183 208</b>	<b>210 366</b>	<b>172 237</b>	<b>22 250</b>	<b>17 028</b>	<b>3 537 305</b>
AML Norte	N.º	252	7	891	269	958	138	92	30	2 637
	m²	1 357 966	62 000	657 028	159 516	173 912	137 623	20 049	13 750	2 581 844
AML Sul	N.º	112	1	321	39	178	39	13	9	712
	m²	631 804	7 000	216 418	23 692	36 454	34 614	2 201	3 278	955 461
<b>RLVT – Total</b>	<b>N.º</b>	<b>784</b>	<b>9</b>	<b>1 529</b>	<b>366</b>	<b>1 290</b>	<b>279</b>	<b>131</b>	<b>69</b>	<b>4 457</b>
	<b>m²</b>	<b>4 161 414</b>	<b>77 000</b>	<b>1 110 648</b>	<b>224 120</b>	<b>248 991</b>	<b>257 993</b>	<b>27 703</b>	<b>24 987</b>	<b>6 132 856</b>
<b>Continente</b>	<b>N.º</b>	<b>3 294</b>	<b>29</b>	<b>3 736</b>	<b>1 152</b>	<b>1 937</b>	<b>927</b>	<b>329</b>	<b>375</b>	<b>11 779</b>
	<b>m²</b>	<b>16 816 556</b>	<b>224 500</b>	<b>3 036 590</b>	<b>748 305</b>	<b>399 899</b>	<b>863 786</b>	<b>67 801</b>	<b>120 269</b>	<b>22 277 706</b>

### 3.29 Instalações Desportivas Artificiais, por Tipologia e Áreas, na AML, em 1988

CONCELHOS		GRANDE CAMPO	PISTA ATLETISMO	PEQUENO CAMPO	CAMPO TÊNIS	SALA	PAVILHÃO	PISCINA COBERTA	PISCINA AR LIVRE	TOTAL
<b>Grande Lisboa</b>	<b>N.º</b>	<b>7,8</b>	<b>0,2</b>	<b>34,8</b>	<b>10,5</b>	<b>36,8</b>	<b>5,1</b>	<b>3,6</b>	<b>1,1</b>	<b>100</b>
	<b>m²</b>	<b>48,2</b>	<b>2,4</b>	<b>28,3</b>	<b>6,8</b>	<b>7,3</b>	<b>5,6</b>	<b>0,9</b>	<b>0,6</b>	<b>100</b>
Amadora	N.º	3,1	0,0	57,1	6,2	26,1	3,7	3,7	0,0	100
	m²	22,8	0,0	59,7	6,3	5,2	4,9	1,0	0,0	100
Cascais	N.º	9,3	0,0	28,9	25,6	25,9	4,8	5,6	0,0	100
	m²	44,6	0,0	28,0	16,1	5,4	5,2	0,7	0,0	100
Lisboa	N.º	4,5	0,4	32,2	7,6	48,5	2,7	3,2	0,9	100
	m²	38,8	5,0	31,4	6,8	12,4	3,6	1,3	0,6	100
Loures	N.º	14,4	0,0	49,4	5,5	23,2	5,2	1,1	1,1	100
	m²	60,9	0,0	30,3	1,7	3,7	3,2	0,1	0,2	100
Oeiras	N.º	10,4	0,6	22,7	24,7	16,9	18,2	3,9	2,6	100
	m²	52,6	3,3	14,5	10,8	1,9	15,7	0,5	0,7	100
Sintra	N.º	23,0	0,0	27,3	9,9	18,6	11,2	8,7	1,2	100
	m²	72,6	0,0	14,6	2,1	2,9	6,0	0,8	1,0	100
V. F. Xira	N.º	11,0	0,0	43,9	7,3	18,3	11,0	2,4	6,1	100
	m²	49,1	0,0	33,8	1,9	4,0	8,1	0,8	2,4	100
<b>P. Setúbal</b>	<b>N.º</b>	<b>15,7</b>	<b>0,1</b>	<b>45,1</b>	<b>5,5</b>	<b>25,0</b>	<b>5,5</b>	<b>1,8</b>	<b>1,3</b>	<b>100</b>
	<b>m²</b>	<b>66,1</b>	<b>0,7</b>	<b>22,7</b>	<b>2,5</b>	<b>3,8</b>	<b>3,6</b>	<b>0,2</b>	<b>0,3</b>	<b>100</b>
Alcochete	N.º	26,1	0,0	43,5	0,0	26,1	4,3	0,0	0,0	100
	m²	81,1	0,0	16,0	0,0	1,5	1,5	0,0	0,0	100
Almada	N.º	7,3	0,5	45,0	4,2	33,0	4,7	3,1	2,1	100
	m²	42,3	4,5	34,5	3,2	8,2	5,6	0,7	1,1	100
Barreiro	N.º	12,0	0,0	45,7	4,3	30,4	4,3	2,2	1,1	100
	m²	60,4	0,0	26,9	3,0	5,7	3,4	0,4	0,3	100
Moita	N.º	14,7	0,0	55,9	7,4	16,2	4,4	1,5	0,0	100
	m²	59,8	0,0	30,7	3,2	3,1	3,2	0,1	0,0	100
Montijo	N.º	28,9	0,0	46,7	4,4	11,1	6,7	2,2	0,0	100
	m²	78,2	0,0	16,5	1,4	1,0	2,8	0,1	0,0	100
Palmela	N.º	44,4	0,0	41,7	0,0	5,6	8,3	0,0	0,0	100
	m²	85,0	0,0	11,2	0,0	1,1	2,7	0,0	0,0	100
Seixal	N.º	10,2	0,0	40,7	9,3	33,1	4,2	0,8	1,7	100
	m²	50,9	0,0	31,8	6,5	6,1	3,8	0,3	0,5	100
Sesimbra	N.º	20,5	0,0	50,0	9,1	9,1	6,8	0,0	4,5	100
	m²	83,9	0,0	11,2	1,1	0,7	2,5	0,0	0,6	100
Setúbal	N.º	22,1	0,0	41,1	5,3	21,1	8,4	2,1	0,0	100
	m²	70,2	0,0	19,0	2,2	3,6	4,7	0,2	0,0	100
Mafra	N.º	29,4	0,7	18,3	5,9	35,9	6,5	1,3	2,0	100
	m²	78,0	3,0	8,0	2,4	4,2	3,9	0,1	0,3	100
Azambuja	N.º	45,5	0,0	27,3	9,1	3,0	9,1	3,0	3,0	100,0
	m²	86,5	0,0	7,5	2,2	0,3	3,1	0,1	0,3	100,0
<b>AML</b>	<b>N.º</b>	<b>10,9</b>	<b>0,2</b>	<b>36,2</b>	<b>9,2</b>	<b>33,9</b>	<b>5,3</b>	<b>3,1</b>	<b>1,2</b>	<b>100</b>
	<b>m²</b>	<b>56,3</b>	<b>2,0</b>	<b>24,7</b>	<b>5,2</b>	<b>5,9</b>	<b>4,9</b>	<b>0,6</b>	<b>0,5</b>	<b>100</b>
AML Norte	N.º	9,6	0,3	33,8	10,2	36,3	5,2	3,5	1,1	100
	m²	52,6	2,4	25,4	6,2	6,7	5,3	0,8	0,5	100
AML Sul	N.º	15,7	0,1	45,1	5,5	25,0	5,5	1,8	1,3	100
	m²	66,1	0,7	22,7	2,5	3,8	3,6	0,2	0,3	100

### 3.30 Instalações Desportivas Artificiais, por Tipologia e Áreas, na AML, em 1988

CONCELHOS		GRANDE CAMPO	PISTA ATLETISMO	PEQUENO CAMPO	CAMPO TÊNIS	SALA	PAVILHÃO	PISCINA COBERTA	PISCINA AR LIVRE	TOTAL
<b>Grande Lisboa</b>	<b>N.º</b>	<b>7,8</b>	<b>0,2</b>	<b>34,8</b>	<b>10,5</b>	<b>36,8</b>	<b>5,1</b>	<b>3,6</b>	<b>1,1</b>	<b>100</b>
	<b>m²</b>	<b>48,2</b>	<b>2,4</b>	<b>28,3</b>	<b>6,8</b>	<b>7,3</b>	<b>5,6</b>	<b>0,9</b>	<b>0,6</b>	<b>100</b>
Amadora	N.º	3,1	0,0	57,1	6,2	26,1	3,7	3,7	0,0	100
	m²	22,8	0,0	59,7	6,3	5,2	4,9	1,0	0,0	100
Cascais	N.º	9,3	0,0	28,9	25,6	25,9	4,8	5,6	0,0	100
	m²	44,6	0,0	28,0	16,1	5,4	5,2	0,7	0,0	100
Lisboa	N.º	4,5	0,4	32,2	7,6	48,5	2,7	3,2	0,9	100
	m²	38,8	5,0	31,4	6,8	12,4	3,6	1,3	0,6	100
Loures	N.º	14,4	0,0	49,4	5,5	23,2	5,2	1,1	1,1	100
	m²	60,9	0,0	30,3	1,7	3,7	3,2	0,1	0,2	100
Oeiras	N.º	10,4	0,6	22,7	24,7	16,9	18,2	3,9	2,6	100
	m²	52,6	3,3	14,5	10,8	1,9	15,7	0,5	0,7	100
Sintra	N.º	23,0	0,0	27,3	9,9	18,6	11,2	8,7	1,2	100
	m²	72,6	0,0	14,6	2,1	2,9	6,0	0,8	1,0	100
V. F. Xira	N.º	11,0	0,0	43,9	7,3	18,3	11,0	2,4	6,1	100
	m²	49,1	0,0	33,8	1,9	4,0	8,1	0,8	2,4	100
<b>P. Setúbal</b>	<b>N.º</b>	<b>15,7</b>	<b>0,1</b>	<b>45,1</b>	<b>5,5</b>	<b>25,0</b>	<b>5,5</b>	<b>1,8</b>	<b>1,3</b>	<b>100</b>
	<b>m²</b>	<b>66,1</b>	<b>0,7</b>	<b>22,7</b>	<b>2,5</b>	<b>3,8</b>	<b>3,6</b>	<b>0,2</b>	<b>0,3</b>	<b>100</b>
Alcochete	N.º	26,1	0,0	43,5	0,0	26,1	4,3	0,0	0,0	100
	m²	81,1	0,0	16,0	0,0	1,5	1,5	0,0	0,0	100
Almada	N.º	7,3	0,5	45,0	4,2	33,0	4,7	3,1	2,1	100
	m²	42,3	4,5	34,5	3,2	8,2	5,6	0,7	1,1	100
Barreiro	N.º	12,0	0,0	45,7	4,3	30,4	4,3	2,2	1,1	100
	m²	60,4	0,0	26,9	3,0	5,7	3,4	0,4	0,3	100
Moita	N.º	14,7	0,0	55,9	7,4	16,2	4,4	1,5	0,0	100
	m²	59,8	0,0	30,7	3,2	3,1	3,2	0,1	0,0	100
Montijo	N.º	28,9	0,0	46,7	4,4	11,1	6,7	2,2	0,0	100
	m²	78,2	0,0	16,5	1,4	1,0	2,8	0,1	0,0	100
Palmela	N.º	44,4	0,0	41,7	0,0	5,6	8,3	0,0	0,0	100
	m²	85,0	0,0	11,2	0,0	1,1	2,7	0,0	0,0	100
Seixal	N.º	10,2	0,0	40,7	9,3	33,1	4,2	0,8	1,7	100
	m²	50,9	0,0	31,8	6,5	6,1	3,8	0,3	0,5	100
Sesimbra	N.º	20,5	0,0	50,0	9,1	9,1	6,8	0,0	4,5	100
	m²	83,9	0,0	11,2	1,1	0,7	2,5	0,0	0,6	100
Setúbal	N.º	22,1	0,0	41,1	5,3	21,1	8,4	2,1	0,0	100
	m²	70,2	0,0	19,0	2,2	3,6	4,7	0,2	0,0	100
Mafra	N.º	29,4	0,7	18,3	5,9	35,9	6,5	1,3	2,0	100
	m²	78,0	3,0	8,0	2,4	4,2	3,9	0,1	0,3	100
Azambuja	N.º	45,5	0,0	27,3	9,1	3,0	9,1	3,0	3,0	100,0
	m²	86,5	0,0	7,5	2,2	0,3	3,1	0,1	0,3	100,0
<b>AML</b>	<b>N.º</b>	<b>10,9</b>	<b>0,2</b>	<b>36,2</b>	<b>9,2</b>	<b>33,9</b>	<b>5,3</b>	<b>3,1</b>	<b>1,2</b>	<b>100</b>
	<b>m²</b>	<b>56,3</b>	<b>2,0</b>	<b>24,7</b>	<b>5,2</b>	<b>5,9</b>	<b>4,9</b>	<b>0,6</b>	<b>0,5</b>	<b>100</b>
AML Norte	N.º	9,6	0,3	33,8	10,2	36,3	5,2	3,5	1,1	100
	m²	52,6	2,4	25,4	6,2	6,7	5,3	0,8	0,5	100
AML Sul	N.º	15,7	0,1	45,1	5,5	25,0	5,5	1,8	1,3	100
	m²	66,1	0,7	22,7	2,5	3,8	3,6	0,2	0,3	100

### 3.31 Indicador de Instalações Desportivas Artificiais (Total)

CONCELHO	HABITANTES POR INSTALAÇÃO
<b>Grande Lisboa</b>	<b>748</b>
Amadora	1174
Cascais	608
Lisboa	410
Loures	1280
Oeiras	1029
Sintra	1912
Vila Franca de Xira	1386
<b>P. Setúbal</b>	<b>937</b>
Alcochete	436
Almada	801
Barreiro	895
Moita	1023
Montijo	810
Palmela	1336
Seixal	1132
Sesimbra	674
Setúbal	1100
Mafra	292
Azambuja	594
<b>AML</b>	<b>766</b>
AML Norte	720
AML Sul	937
<b>RLVT</b>	<b>745</b>
<b>Continente</b>	<b>803</b>

Fonte: Centro de Estudos e Formação Desportiva – 1997

### 3.32 Salas de Espectáculos Culturais na AML, 1998

	CONCELHOS	CINE-TEATRO	CINEMA	TEATROS	AUDITÓRIOS	PRAÇAS DE TOUROS	DIVERSOS	TOTAL
<b>Grande Lisboa</b>	<b>N.º</b>	<b>8</b>	<b>93</b>	<b>27</b>	<b>17</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>158</b>
	<b>Capacidade</b>	<b>5 040</b>	<b>19 090</b>	<b>8 979</b>	<b>9 825</b>	<b>22 770</b>	<b>23 765</b>	<b>89 469</b>
Amadora	N.º		2					2
	Capacidade		771					771
Cascais	N.º		10	3		1		14
	Capacidade		2 466	574		9 852		12 892
Lisboa	N.º	6	62	22	15	1	8	114
	Capacidade	4 321	12 311	8 250	9 227	8 770	22 667	65 546
Loures	N.º	1	3	1				5
	Capacidade	411	785	50				1 246
Oeiras	N.º		3	1	2		1	7
	Capacidade		585	105	598		268	1 556
Sintra	N.º	1	8					9
	Capacidade	308	1 141					1 449
Vila Franca de Xira	N.º		5			1	1	7
	Capacidade		1 031			4 148	830	6 009
<b>P. Setúbal</b>	<b>N.º</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>38</b>
	<b>Capacidade</b>	<b>3 486</b>	<b>3 863</b>	<b>212</b>	<b>149</b>	<b>27 953</b>	<b>2 191</b>	<b>37 854</b>
Alcochete	N.º					1		1
	Capacidade					4 476		4 476
Almada	N.º	1	3	1			1	6
	Capacidade	833	1 103	127			120	2 183
Barreiro	N.º		4	1			3	8
	Capacidade		598	85			1 711	2 394
Moita	N.º	2	1		1	1		5
	Capacidade	725	276		149	6 093		7 243
Montijo	N.º		1			3		4
	Capacidade		285			9 981		10 266
Palmela	N.º							0
	Capacidade							0
Seixal	N.º		2			1		3
	Capacidade		441			3 198		3 639
Sesimbra	N.º	1	1				1	3
	Capacidade	769	179				90	1 038
Setúbal	N.º	1	5			1	1	8
	Capacidade	1 159	981			4 205	270	6 615
Mafra	N.º		1		2	1		4
	Capacidade		210		233	2 837		3 280
Azambuja	N.º						1	1
	Capacidade						480	480
<b>AML</b>	<b>N.º</b>	<b>13</b>	<b>111</b>	<b>29</b>	<b>20</b>	<b>11</b>	<b>17</b>	<b>201</b>
	<b>Capacidade</b>	<b>8 526</b>	<b>23 163</b>	<b>9 191</b>	<b>10 207</b>	<b>53 560</b>	<b>26 436</b>	<b>131 083</b>
AML Norte	N.º	8	94	27	19	4	11	163
	Capacidade	5 040	19 300	8 979	10 058	25 607	24 245	93 229
AML Sul	N.º	5	17	2	1	7	6	38
	Capacidade	3 486	3 863	212	149	27 953	2 191	37 854

### 3.33 Salas de Espectáculos Culturais na AML, 1998

	CONCELHOS	CINE-TEATRO	CINEMA	TEATROS	AUDITÓRIOS	PRAÇAS DE TOUROS	DIVERSOS	TOTAL
<b>Grande Lisboa</b>	<b>N.º</b>	<b>61,5</b>	<b>83,8</b>	<b>93,1</b>	<b>85,0</b>	<b>27,3</b>	<b>58,8</b>	<b>78,6</b>
	<b>Capacidade</b>	<b>59,1</b>	<b>82,4</b>	<b>97,7</b>	<b>96,3</b>	<b>42,5</b>	<b>89,9</b>	<b>68,3</b>
Amadora	N.º		1,8					1,0
	Capacidade		3,3					0,6
Cascais	N.º		9,0	10,3		9,1		7,0
	Capacidade		10,6	6,2		18,4		9,8
Lisboa	N.º	46,2	55,9	75,9	75,0	9,1	47,1	56,7
	Capacidade	50,7	53,1	89,8	90,4	16,4	85,7	50,0
Loures	N.º	7,7	2,7	3,4				2,5
	Capacidade	4,8	3,4	0,5				1,0
Oeiras	N.º		2,7	3,4	10,0		5,9	3,5
	Capacidade		2,5	1,1	5,9		1,0	1,2
Sintra	N.º	7,7	7,2					4,5
	Capacidade	3,6	4,9					1,1
Vila Franca de Xira	N.º		4,5			9,1	5,9	3,5
	Capacidade		4,5			7,7	3,1	4,6
<b>P. Setúbal</b>	<b>N.º</b>	<b>38,5</b>	<b>15,3</b>	<b>6,9</b>	<b>5,0</b>	<b>63,6</b>	<b>35,3</b>	<b>18,9</b>
	<b>Capacidade</b>	<b>40,9</b>	<b>16,7</b>	<b>2,3</b>	<b>1,5</b>	<b>52,2</b>	<b>8,3</b>	<b>28,9</b>
Alcochete	N.º					9,1		0,5
	Capacidade					8,4		3,4
Almada	N.º	7,7	2,7	3,4			5,9	3,0
	Capacidade	9,8	4,8	1,4			0,5	1,7
Barreiro	N.º		3,6	3,4			17,6	4,0
	Capacidade		2,6	0,9			6,5	1,8
Moita	N.º	15,4	0,9		5,0	9,1		2,5
	Capacidade	8,5	1,2		1,5	11,4		5,5
Montijo	N.º		0,9			27,3		2,0
	Capacidade		1,2			18,6		7,8
Palmela	N.º							0,0
	Capacidade							0,0
Seixal	N.º		1,8			9,1		1,5
	Capacidade		1,9			6,0		2,8
Sesimbra	N.º	7,7	0,9				5,9	1,5
	Capacidade	9,0	0,8				0,3	0,8
Setúbal	N.º	7,7	4,5			9,1	5,9	4,0
	Capacidade	13,6	4,2			7,9	1,0	5,0
Mafra	N.º		0,9		10,0	9,1		2,0
	Capacidade		0,9		2,3	5,3		2,5
Azambuja	N.º						5,9	0,5
	Capacidade						1,8	0,4
<b>AML</b>	<b>N.º</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
	<b>Capacidade</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
AML Norte	N.º	61,5	84,7	93,1	95,0	36,4	64,7	81,1
	Capacidade	59,1	83,3	97,7	98,5	47,8	91,7	71,1
AML Sul	N.º	38,5	15,3	6,9	5,0	63,6	35,3	18,9
	Capacidade	40,9	16,7	2,3	1,5	52,2	8,3	28,9

### 3.34 Salas de Espectáculos Culturais na AML, 1998

	CONCELHOS	CINE-TEATRO	CINEMA	TEATROS	AUDITÓRIOS	PRAÇAS DE TOUROS	DIVERSOS	TOTAL
<b>Grande Lisboa</b>	<b>N.º</b>	<b>5,1</b>	<b>58,9</b>	<b>17,1</b>	<b>10,8</b>	<b>1,9</b>	<b>6,3</b>	<b>100</b>
	<b>Capacidade</b>	<b>5,6</b>	<b>21,3</b>	<b>10,0</b>	<b>11,0</b>	<b>25,5</b>	<b>26,6</b>	<b>100</b>
Amadora	N.º		100,0					100
	Capacidade		100,0					100
Cascais	N.º		71,4	21,4		7,1		100
	Capacidade		19,1	4,5		76,4		100
Lisboa	N.º	5,3	54,4	19,3	13,2	0,9	7,0	100
	Capacidade	6,6	18,8	12,6	14,1	13,4	34,6	100
Loures	N.º	20,0	60,0	20,0				100
	Capacidade	33,0	63,0	4,0				100
Oeiras	N.º		42,9	14,3	28,6		14,3	100
	Capacidade		37,6	6,7	38,4		17,2	100
Sintra	N.º	11,1	88,9					100
	Capacidade	21,3	78,7					100
Vila Franca de Xira	N.º		71,4			14,3	14,3	100
	Capacidade		17,2			69,0	13,8	100
<b>P. Setúbal</b>	<b>N.º</b>	<b>13,2</b>	<b>44,7</b>	<b>5,3</b>	<b>2,6</b>	<b>18,4</b>	<b>15,8</b>	<b>100</b>
	<b>Capacidade</b>	<b>9,2</b>	<b>10,2</b>	<b>0,6</b>	<b>0,4</b>	<b>73,8</b>	<b>5,8</b>	<b>100</b>
Alcochete	N.º					100,0		100
	Capacidade					100,0		100
Almada	N.º	16,7	50,0	16,7			16,7	100
	Capacidade	38,2	50,5	5,8			5,5	100
Barreiro	N.º		50,0	12,5			37,5	100
	Capacidade		25,0	3,6			71,5	100
Moita	N.º	40,0	20,0		20,0	20,0		100
	Capacidade	10,0	3,8		2,1	84,1		100
Montijo	N.º		25,0			75,0		100
	Capacidade		2,8			97,2		100
Palmela	N.º							-
	Capacidade							-
Seixal	N.º		66,7			33,3		100
	Capacidade		12,1			87,9		100
Sesimbra	N.º	33,3	33,3				33,3	100
	Capacidade	74,1	17,2				8,7	100
Setúbal	N.º	12,5	62,5			12,5	12,5	100
	Capacidade	17,5	14,8			63,6	4,1	100
Mafra	N.º		25,0		50,0	25,0		100
	Capacidade		6,4		7,1	86,5		100
Azambuja	N.º						100,0	100
	Capacidade						100,0	100
<b>AML</b>	<b>N.º</b>	<b>6,5</b>	<b>55,2</b>	<b>14,4</b>	<b>10,0</b>	<b>5,5</b>	<b>8,5</b>	<b>100</b>
	<b>Capacidade</b>	<b>6,5</b>	<b>17,7</b>	<b>7,0</b>	<b>7,8</b>	<b>40,9</b>	<b>20,2</b>	<b>100</b>
AML Norte	N.º	4,9	57,7	16,6	11,7	2,5	6,7	100
	Capacidade	5,4	20,7	9,6	10,8	27,5	26,0	100
AML Sul	N.º	13,2	44,7	5,3	2,6	18,4	15,8	100
	Capacidade	9,2	10,2	0,6	0,4	73,8	5,8	100

CONCELHOS	CINE-TEATRO			CINEMA			TEATROS			AUDITÓRIOS			PRAÇAS DE TOUROS			DIVERSOS			ESPECTÁCULOS CULTURAIS			TOTAL SALAS			
	TOTAL	<500	500-999	TOTAL	<500	500-999	TOTAL	<500	500-999	TOTAL	<500	500-999	TOTAL	<500	500-999	TOTAL	<500	500-999	TOTAL	<500	500-999	> 1000			
	8	4	3	1	93	92	1	0	27	19	6	1	17	9	4	4	3	10	6	1	3	158	130	15	12
<b>Grande Lisboa</b>	8	4	3	1	93	92	1	0	27	19	6	1	17	9	4	4	3	10	6	1	3	158	130	15	12
Amadora					2	2																2	2	0	0
Cascais					10	10		3	3													14	13	0	1
Lisboa	6	2	3	1	62	61	1	22	14	6	1	15	8	3	4	1	1	8	5		3	114	90	13	10
Loures	1	1			3	3		1	1													5	5	0	0
Oeiras					3	3		1	1													7	6	1	0
Sintra	1	1			8	8																9	9	0	0
V. F. Xira					5	5																7	5	1	1
<b>P. Setúbal</b>	5	2	2	1	17	16	1	0	2	2	0	0	1	1	0	0	7	6	5	1	0	38	26	4	8
Alcochete																						1	0	0	1
Almada	1		1		3	2	1	1	1													6	4	2	0
Barreiro					4	4		1	1													8	7	1	0
Moita	2	2			1	1				1	1											5	4	0	1
Montijo					1	1											3					4	1	0	3
Palmela																						0	0	0	0
Seixal					2	2																3	2	0	1
Sesimbra	1		1		1	1																3	2	1	0
Setúbal	1			1	5	5																8	6	0	2
Mafra					1	1																4	3	0	1
Azambuja										2	2											1	1	0	0
<b>AML</b>	13	6	5	2	111	109	2	0	29	21	6	1	20	12	4	4	11	17	12	2	3	201	160	19	21
AML Norte	8	4	3	1	94	93	1	0	27	19	6	1	19	11	4	4	4	11	7	1	3	163	134	15	13
AML Sul	5	2	2	1	17	16	1	0	2	2	0	0	1	1	0	0	7	6	5	1	0	38	26	4	8

Fonte: Inspeção-Geral das Actividades Culturais, Outubro /98

### 3.35 Salas de Espectáculos Culturais por Classes de Capacidade na AML, 1998

CONCELHOS	CINE-TEATRO			CINEMA			TEATROS			AUDITÓRIOS			PRAÇAS DE TOUROS			DIVERSOS			ESPECTÁCULOS CULTURAIS			TOTAL SALAS		
	TOTAL	< 500	> 1000	TOTAL	< 500	> 1000	TOTAL	< 500	> 1000	TOTAL	< 500	> 1000	TOTAL											
	61,5	66,7	60,0	83,8	84,4	50,0	93,1	90,5	100,0	85,0	75,0	100,0	27,3	9,1	9,1	27,3	58,8	50,0	100,0	78,6	81,3	78,9	57,1	
Amadora				1,8	1,8																			
Cascais				9,0	9,2		10,3	14,3																
Lisboa	46,2	33,3	60,0	55,9	56,0	50,0	75,9	66,7	100,0	75,0	66,7	75,0	100,0	9,1	9,1	9,1	47,1	41,7	100,0	56,7	56,3	68,4	47,6	
Loures	7,7	16,7		2,7	2,8		3,4	4,8																
Oeiras				2,7	2,8		3,4	4,8		10,0	8,3	25,0												
Sintra	7,7	16,7		7,2	7,3																			
V. F. Xira				4,5	4,6									9,1	9,1	50,0								
<b>P. Setúbal</b>	<b>38,5</b>	<b>33,3</b>	<b>40,0</b>	<b>15,3</b>	<b>14,7</b>	<b>50,0</b>	<b>6,9</b>	<b>9,5</b>	<b>5,0</b>	<b>8,3</b>	<b>63,6</b>	<b>9,1</b>	<b>63,6</b>	<b>35,3</b>	<b>41,7</b>	<b>50,0</b>	<b>0,0</b>	<b>18,9</b>	<b>16,3</b>	<b>21,1</b>	<b>38,1</b>	<b>4,8</b>	<b>4,8</b>	
Alcochete																								
Almada	7,7		20,0	2,7	1,8	50,0	3,4	4,8																
Barreiro				3,6	3,7		3,4	4,8																
Moita	15,4	33,3		0,9	0,9				5,0	8,3														
Montijo				0,9	0,9																			
Palmela																								
Seixal				1,8	1,8																			
Sesimbra	7,7	0,0	20,0	0,9	0,9																			
Setúbal	7,7		50,0	4,5	4,6																			
Mafra				0,9	0,9				10,0	16,7														
Azambuja																								
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>													
AML Norte	61,5	66,7	60,0	50,0	84,7	85,3	93,1	90,5	100,0	95,0	91,7	100,0	100,0	36,4	36,4	64,7	58,3	50,0	100,0	81,1	83,8	78,9	61,9	
AML Sul	38,5	33,3	40,0	50,0	15,3	14,7	6,9	9,5	5,0	8,3	0,0	0,0	63,6	63,6	35,3	41,7	50,0	0,0	18,9	16,3	21,1	38,1		

Fonte: Inspeção-Geral das Actividades Culturais, Outubro /98  
 Unidade: % em coluna

### 3.36 Salas de Espectáculos Culturais por Classes de Capacidade na AML, 1998

CONCELHOS	CINE-TEATRO				CINEMA				TEATROS				AUDITÓRIOS				PRAÇAS DE TOUROS				DIVERSOS				ESPECTÁCULOS CULTURAIS				TOTAL SALAS CULTURAIS								
	TOTAL	< 500	500-999	> 1000	TOTAL	< 500	500-999	> 1000	TOTAL	< 500	500-999	> 1000	TOTAL	< 500	500-999	> 1000	TOTAL	< 500	500-999	> 1000	TOTAL	< 500	500-999	> 1000	TOTAL	< 500	500-999	> 1000	TOTAL	< 500	500-999	> 1000					
	5,1	3,1	20,0	8,3	58,9	70,8	6,7	0,0	17,1	14,6	40,0	8,3	10,8	6,9	26,7	33,3	1,9	25,0	6,3	4,6	6,7	25,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0					
<b>Grande Lisboa</b>	5,1	3,1	20,0	8,3	58,9	70,8	6,7	0,0	17,1	14,6	40,0	8,3	10,8	6,9	26,7	33,3	1,9	25,0	6,3	4,6	6,7	25,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0						
Amadora					100,0	100,0																															
Cascais					71,4	76,9		21,4	23,1								7,1	100,0																			
Lisboa	5,3	2,2	23,1	10,0	54,4	67,8	7,7	19,3	15,6	46,2	10,0	13,2	8,9	23,1	40,0	0,9	10,0	7,0	5,6			30,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0					
Loures	20,0	20,0			60,0	60,0		20,0	20,0																												
Oeiras					42,9	50,0		14,3	16,7										14,3	16,7																	
Sintra	11,1	11,1			88,9	88,9													14,3			100,0															
V. F. Xira					71,4	100,0												14,3	14,3			100,0															
<b>P. Setúbal</b>	13,2	7,7	50,0	12,5	44,7	61,5	25,0	0,0	5,3	7,7	0,0	0,0	2,6	3,8	0,0	0,0	18,4	15,8	19,2	25,0	0,0	87,5	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0				
Alcochete																	100,0																				
Almada	16,7		50,0		50,0	50,0	50,0	16,7	25,0									16,7	25,0																		
Barreiro					50,0	57,1		12,5	14,3										37,5	28,6	100,0																
Moita	40,0	50,0			20,0	25,0						20,0					20,0					100,0															
Montijo					25,0	100,0											75,0					100,0															
Palmela																																					
Seixal	33,3		100,0		66,7	100,0											33,3		33,3	50,0		100,0															
Sesimbra					33,3	50,0													33,3	50,0																	
Setúbal	12,5			50,0	62,5	83,3											12,5	12,5	16,7			50,0															
Mafra					25,0	33,3							50,0	66,7			25,0					100,0															
Azambuja																			100,0	100,0																	
<b>AML</b>	6,5	3,8	26,3	9,5	55,2	68,1	10,5	0,0	14,4	13,1	31,6	4,8	10,0	7,5	21,1	19,0	5,5	8,5	7,5	10,5	14,3	52,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
AML Norte	4,9	3,0	20,0	7,7	57,7	69,4	6,7	0,0	16,6	14,2	40,0	7,7	11,7	8,2	26,7	30,8	2,5	6,7	5,2	6,7	23,1	30,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
AML Sul	13,2	7,7	50,0	12,5	44,7	61,5	25,0	0,0	5,3	7,7	0,0	0,0	2,6	3,8	0,0	0,0	18,4	15,8	19,2	25,0	0,0	87,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Inspeção-Geral das Actividades Culturais, Outubro /98  
 Unidade: % em linha

### 3.37 Salas de Espectáculos Culturais por Classes de Capacidade na AML, 1998

### 3.38

## Indicadores de Salas de Espectáculos Culturais, 1998

CONCELHO	HABITANTES POR SALA	LUGARES DE SALAS POR 1000 HABITANTES
<b>Grande Lisboa</b>	<b>11608</b>	<b>48,8</b>
Amadora	94500	4,1
Cascais	11731	78,5
Lisboa	4860	118,3
Loures	69370	3,6
Oeiras	22637	9,8
Sintra	34200	4,7
Vila Franca de Xira	16239	52,9
<b>P. Setúbal</b>	<b>17557</b>	<b>56,7</b>
Alcochete	10020	446,7
Almada	25502	14,3
Barreiro	10288	29,1
Moita	13906	104,2
Montijo	9108	281,8
Palmela	-	0,0
Seixal	44533	27,2
Sesimbra	9883	35,0
Setúbal	13063	63,3
Mafra	11160	73,5
Azambuja	19590	24,5
<b>AML</b>	<b>12763</b>	<b>51,1</b>
AML Norte	11646	49,1
AML Sul	17557	56,7

Fonte: Inspeção-Geral das Actividades Culturais, Outubro /98

### 3.39 Espectáculos Públicos em 1996

CONCELHOS	SESSÕES			ESPECTADORES	
	TOTAL	CINEMA	ESPECTÁCULOS POR 1000 HABITANTES	TOTAL	CINEMA
<b>Grande Lisboa</b>	<b>101 521</b>	<b>99 151</b>	<b>55,4</b>	<b>5 728 918</b>	<b>5 031 445</b>
Amadora	418	418	2,2	23 755	23 755
Cascais	13 197	13 188	81,4	1 214 360	1 141 341
Lisboa	80 977	78 795	141,5	4 278 149	3 660 030
Loures	1 557	1 523	4,5	22 669	21 479
Oeiras	732	732	4,7	19 132	19 132
Sintra	2 197	2 052	7,3	48 426	43 281
Vila Franca de Xira	2 443	2 443	21,8	122 427	122 427
<b>P. Setúbal</b>	<b>5 168</b>	<b>5 014</b>	<b>7,8</b>	<b>367 791</b>	<b>320 148</b>
Alcochete	-	-	-	-	-
Almada	1 214	1 126	7,9	164 053	155 577
Barreiro	1 464	1 464	17,7	47 046	47 046
Moita	86	81	1,2	12 144	3 030
Montijo	11	-	0,3	15 357	-
Palmela	74	74	1,6	4 654	4 654
Seixal	685	639	5,2	45 715	36 122
Sesimbra	-	-	-	-	-
Setúbal	1 634	1 630	15,7	78 822	73 719
Mafra	590	590	13,3	20 808	20 808
Azambuja	-	-	-	-	-
<b>AML</b>	<b>107 279</b>	<b>104 755</b>	<b>41,9</b>	<b>6 117 517</b>	<b>5 372 401</b>
AML Norte	102 111	99 741	53,8	5 749 726	5 052 253
AML Sul	5 168	5 014	7,8	367 791	320 148
<b>RLVT</b>	<b>111 552</b>	<b>109 013</b>	<b>33,7</b>	<b>6 424 065</b>	<b>5 671 826</b>
<b>Portugal</b>	<b>198 342</b>	<b>194 549</b>	<b>20,0</b>	<b>11 382 060</b>	<b>10 446 533</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico LVT, 1997

### 3.40 Espectáculos Públicos em 1996

CONCELHOS	SESSÕES		ESPECTADORES	
	TOTAL	CINEM	TOTAL	CINEMA
<b>Grande Lisboa</b>	<b>94,6</b>	<b>94,7</b>	<b>93,6</b>	<b>93,7</b>
Amadora	0,4	0,4	0,4	0,4
Cascais	12,3	12,6	19,9	21,2
Lisboa	75,5	75,2	69,9	68,1
Loures	1,5	1,5	0,4	0,4
Oeiras	0,7	0,7	0,3	0,4
Sintra	2,0	2,0	0,8	0,8
Vila Franca de Xira	2,3	2,3	2,0	2,3
<b>P. Setúbal</b>	<b>4,8</b>	<b>4,8</b>	<b>6,0</b>	<b>6,0</b>
Alcochete	-	-	-	-
Almada	1,1	1,1	2,7	2,9
Barreiro	1,4	1,4	0,8	0,9
Moita	0,1	0,1	0,2	0,1
Montijo	0,0	-	0,3	-
Palmela	0,1	0,1	0,1	0,1
Seixal	0,6	0,6	0,7	0,7
Sesimbra	-	-	-	-
Setúbal	1,5	1,6	1,3	1,4
Mafra	0,5	0,6	0,3	0,4
Azambuja	-	-	-	-
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	95,2	95,2	94,0	94,0
AML Sul	4,8	4,8	6,0	6,0

Fonte: INE, Anuário Estatístico LVT, 1997  
Unidade: % em coluna

### 3.41 Bibliotecas e Museus

CONCELHOS	BIBLIOTECAS - 1996			BIBLIOTECAS - 1992			MUSEUS - 1996	
	TOTAL	BIBLIOTECAS POR 10000 HABITANTES	DOCUMENTOS CONSULTADOS	DOC. EXISTENTES			TOTAL	VISITAS
				TOTAL	ATÉ 5000	+ DE 5000		
<b>Grande Lisboa</b>	<b>456</b>	<b>2,5</b>	<b>3 352 417</b>	<b>451</b>	<b>178</b>	<b>273</b>	<b>64</b>	<b>4 577 913</b>
Amadora	31	1,6	168 140	26	17	9	-	-
Cascais	15	0,9	47 896	14	9	5	3	29 943
Lisboa	328	5,7	2 688 048	337	109	228	43	3 379 860
Loures	27	0,8	62 398	24	16	8	1	5 372
Oeiras	22	1,4	159 081	22	10	12	2	210 612
Sintra	21	0,7	131 404	17	12	5	11	888 386
Vila Franca de Xira	12	1,1	95 450	11	5	6	4	63 740
<b>P. Setúbal</b>	<b>71</b>	<b>1,1</b>	<b>665 204</b>	<b>60</b>	<b>29</b>	<b>31</b>	<b>12</b>	<b>94 941</b>
Alcochete	2	2,0	5 702	1	1	-	1	9 009
Almada	24	1,6	170 618	20	7	13	3	2 097
Barreiro	8	1,0	61 567	6	4	2	-	-
Moita	6	0,9	42 218	6	3	3	-	-
Montijo	3	0,8	37 619	3	1	2	1	2 718
Palmela	4	0,8	29 475	4	3	1	-	-
Seixal	9	0,7	134 350	7	2	5	1	42 877
Sesimbra	2	0,7	15 389	2	2	-	2	1 800
Setúbal	13	1,2	168 266	11	6	5	4	36 440
Mafra	8	1,8	11 569	5	3	2	2	113 609
Azambuja	4	2,0	5 196	3	3	-	-	-
<b>AML</b>	<b>539</b>	<b>2,1</b>	<b>4 034 386</b>	<b>519</b>	<b>213</b>	<b>306</b>	<b>78</b>	<b>4 786 463</b>
AML Norte	468	2,5	3 369 182	459	184	275	66	4 691 522
AML Sul	71	1,1	665 204	60	29	31	12	94 941
<b>RLVT</b>	<b>651</b>	<b>2,0</b>	<b>4 508 009</b>	<b>622</b>	<b>268</b>	<b>354</b>	<b>105</b>	<b>5 459 471</b>
<b>Portugal</b>	<b>1 621</b>	<b>1,6</b>	<b>10 791 237</b>	<b>1 534</b>	<b>784</b>	<b>750</b>	<b>309</b>	<b>8 395 333</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico LVT, 1997

### 3.42 Bibliotecas e Museus

CONCELHOS	BIBLIOTECAS - 1996		BIBLIOTECAS - 1992			MUSEUS - 1996	
	TOTAL	DOCUMENTOS CONSULTADOS	TOTAL	DOC. EXISTENTES		TOTAL	VISITAS
				ATÉ 5000	+ DE 5000		
<b>Grande Lisboa</b>	<b>84,6</b>	<b>83,1</b>	<b>86,9</b>	<b>83,6</b>	<b>89,2</b>	<b>82,1</b>	<b>95,6</b>
Amadora	5,8	4,2	5,0	8,0	2,9	-	-
Cascais	2,8	1,2	2,7	4,2	1,6	3,8	0,6
Lisboa	60,9	66,6	64,9	51,2	74,5	55,1	70,6
Loures	5,0	1,5	4,6	7,5	2,6	1,3	0,1
Oeiras	4,1	3,9	4,2	4,7	3,9	2,6	4,4
Sintra	3,9	3,3	3,3	5,6	1,6	14,1	18,6
Vila Franca de Xira	2,2	2,4	2,1	2,3	2,0	5,1	1,3
<b>P. Setúbal</b>	<b>13,2</b>	<b>16,5</b>	<b>11,6</b>	<b>13,6</b>	<b>10,1</b>	<b>15,4</b>	<b>2,0</b>
Alcochete	0,4	0,1	0,2	0,5	-	1,3	0,2
Almada	4,5	4,2	3,9	3,3	4,2	3,8	0,0
Barreiro	1,5	1,5	1,2	1,9	0,7	-	-
Moita	1,1	1,0	1,2	1,4	1,0	-	-
Montijo	0,6	0,9	0,6	0,5	0,7	1,3	0,1
Palmela	0,7	0,7	0,8	1,4	0,3	-	-
Seixal	1,7	3,3	1,3	0,9	1,6	1,3	0,9
Sesimbra	0,4	0,4	0,4	0,9	-	2,6	0,0
Setúbal	2,4	4,2	2,1	2,8	1,6	5,1	0,8
Mafra	1,5	0,3	1,0	1,4	0,7	2,6	2,4
Azambuja	0,7	0,1	0,6	1,4	-	-	-
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	86,8	83,5	88,4	86,4	89,9	84,6	98,0
AML Sul	13,2	16,5	11,6	13,6	10,1	15,4	2,0

Fonte: INE, Anuário Estatístico LVT, 1997

Unidade: % em coluna

### 3.43 Imprensa e Radiodifusão Sonora em 1996

CONCELHOS	IMPRENSA				RADIODIFUSÃO SONORA	
	PUBLICAÇÕES	PUBLICAÇÕES POR 100 000 HABITANTES	TIRAGEM ANUAL	TIRAGEM ANUAL POR HABITANTE	ESTAÇÕES EMISSORAS	HORAS DE EMISSÃO
<b>Grande Lisboa</b>	<b>589</b>	<b>32,1</b>	<b>413 857 672</b>	<b>225,8</b>	<b>20</b>	<b>456</b>
Amadora	11	5,9	896 500	4,8	2	48
Cascais	13	8,0	1 261 000	7,8	2	48
Lisboa	504	88,1	392 714 689	686,1	5	120
Loures	11	3,2	1 209 300	3,5	3	72
Oeiras	33	21,0	15 538 133	98,9	3	48
Sintra	9	3,0	1 285 600	4,3	3	72
Vila Franca de Xira	8	7,1	952 450	8,5	2	48
<b>P. Setúbal</b>	<b>52</b>	<b>7,9</b>	<b>7 844 925</b>	<b>11,8</b>	<b>16</b>	<b>354</b>
Alcochete	1	10,0	67 000	6,7	1	24
Almada	18	11,8	2 727 125	17,9	2	48
Barreiro	5	6,0	366 000	4,4	2	35
Moita	-	-	-	-	2	48
Montijo	1	2,8	208 000	5,7	2	36
Palmela	3	6,3	208 000	4,4	1	24
Seixal	12	9,2	2 260 900	17,3	2	48
Sesimbra	6	20,6	103 000	3,5	1	19
Setúbal	6	5,8	1 904 900	18,3	3	72
Mafra	2	4,5	86 000	1,9	1	18
Azambuja	1	5,1	-	-	1	24
<b>AML</b>	<b>644</b>	<b>25,2</b>	<b>421 788 597</b>	<b>164,8</b>	<b>38</b>	<b>852</b>
AML Norte	592	31,2	413 943 672	218,2	22	498
AML Sul	52	7,9	7 844 925	11,8	16	354
<b>RLVT</b>	<b>712</b>	<b>21,5</b>	<b>429 940 595</b>	<b>129,8</b>	<b>74</b>	<b>1 479</b>
<b>Portugal</b>	<b>1 334</b>	<b>13,4</b>	<b>572 594 945</b>	<b>57,6</b>	<b>318</b>	<b>5 938</b>

Fonte: INE, Anuário Estatístico LVT, 1997

### 3.44 Imprensa e Radiodifusão Sonora em 1996

CONCELHOS	IMPRESA		RADIODIFUSÃO SONORA	
	PUBLICAÇÕES	TIRAGEM ANUAL	ESTAÇÕES EMISSORAS	HORAS DE EMISSÃO
<b>Grande Lisboa</b>	<b>91,5</b>	<b>98,1</b>	<b>52,6</b>	<b>53,5</b>
Amadora	1,7	0,2	5,3	5,6
Cascais	2,0	0,3	5,3	5,6
Lisboa	78,3	93,1	13,2	14,1
Loures	1,7	0,3	7,9	8,5
Oeiras	5,1	3,7	7,9	5,6
Sintra	1,4	0,3	7,9	8,5
Vila Franca de Xira	1,2	0,2	5,3	5,6
<b>P. Setúbal</b>	<b>8,1</b>	<b>1,9</b>	<b>42,1</b>	<b>41,5</b>
Alcochete	0,2	0,0	2,6	2,8
Almada	2,8	0,6	5,3	5,6
Barreiro	0,8	0,1	5,3	4,1
Moita	-	-	5,3	5,6
Montijo	0,2	0,0	5,3	4,2
Palmela	0,5	0,0	2,6	2,8
Seixal	1,9	0,5	5,3	5,6
Sesimbra	0,9	0,0	2,6	2,2
Setúbal	0,9	0,5	7,9	8,5
Mafra	0,3	0,0	2,6	2,1
Azambuja	0,2	-	2,6	2,8
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	91,9	98,1	57,9	58,5
AML Sul	8,1	1,9	42,1	41,5

Fonte: INE, Anuário Estatístico LVT, 1997

Unidade: % em coluna

## 4. Estrutura Produtiva

#### 4.1

### Saldo das Operações Correntes das Administrações Públicas 1990 a 1994

	1990	1991	1992	1993	1994	1990-94
Norte	17 363	-27 743	42 473	-58 494	-51 813	-78 214
Centro	-17 974	-32 777	-4 426	-77 640	-79 012	-211 829
<b>Lisboa e V. Tejo</b>	<b>101 642</b>	<b>106 128</b>	<b>208 216</b>	<b>89 503</b>	<b>154 045</b>	<b>659 534</b>
Alentejo	-35 559	-54 358	-44 996	-52 995	-62 929	-250 837
Algarve	11 518	9 962	19 475	7 648	5 122	53 725
Açores	-30 350	-31 775	-40 018	-42 211	-46 003	-190 357
Madeira	-24 817	-31 193	-23 390	-33 259	-37 295	-149 954

Fonte: INE. Contas Regionais 1990-1994

#### 4.2

### Valor e Estrutura % do VABpm e do Emprego Total na Região de Lisboa e Vale do Tejo (Média 1992-1994, 10<sup>6</sup> esc. e 10<sup>3</sup> pessoas)

SECTORES ECONÓMICOS	VABpm	%	EMPREGO	%
Prod. da agricult. e silv. e pesca	129 697	2,4	105,2	6,6
Prod. energéticos	170 865	3,2	15,4	1,0
Minerais e metais	9 697	0,2	7,7	0,5
Minerais ñ met. e produtos	88 504	1,6	30,5	1,9
Prod. químicos	156 089	2,9	27,1	1,7
Prod. metál., máq., mat. e pr. el.	180 145	3,3	62,4	3,9
Material de transporte	70 365	1,3	21,1	1,3
Prod. aliment., bebidas e tabaco	397 363	7,4	48,9	3,1
Prod. têxt., couro, calç. e vest.	70 194	1,3	38,1	2,4
Papel e artigos em papel	100 251	1,9	25,1	1,6
Prod. industriais diversos	53 690	1,0	26,8	1,7
Construção e obras públicas	297 055	5,5	127,4	8,0
Comércio, rest. e hotéis	1 274 947	23,7	336,5	21,0
Transportes e comunicações	366 255	6,8	77,6	4,8
Instituições de créd. e seguros	361 747	6,7	44,7	2,8
Outros serviços mercantis	1 012 207	18,8	221,3	13,8
Serviços não mercantis	948 484	17,6	385,6	24,1
Prod. imput. a serv. bancários	-307 677	-5,7		
<b>TOTAL LVT</b>	<b>5 379 878</b>	<b>100,0</b>	<b>1 601,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE.

### 4.3

#### Distribuição Percentual do VABpm e do Emprego Total da Região de Lisboa e Vale do Tejo no País (%)

SECTORES ECONÓMICOS	VABpm	EMPREGO
Prod. da agricult. e silv. e pesca	23,9	16,0
Prod. energéticos	31,5	41,7
Minerais e metais	19,5	34,1
Minerais ñ met. e produtos	37,5	31,2
Prod. químicos	68,9	62,3
Prod. metál., máq., mat. e pr. el.	37,5	34,5
Material de transporte	51,1	46,8
Prod. aliment., bebidas e tabaco	48,2	38,2
Prod. têxt., couro, calç. e vest.	9,1	10,5
Papel e artigos em papel	56,8	47,5
Prod. industriais diversos	23,1	21,8
Construção e obras públicas	37,3	34,6
Comércio, rest. e hotéis	48,9	39,5
Transportes e comunicações	47,0	48,1
Instituições de créd. e seguros	53,3	54,8
Outros serviços mercantis	51,0	58,1
Serviços não mercantis	42,4	42,1
Prod. imput. a serv. bancários	42,8	
<b>VAB TOTAL LVT</b>	<b>42,8</b>	<b>35,5</b>

Fonte: INE.

### 4.4

#### Valor e Estrutura do VABpm e do Emprego Total da Região nas NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo (Média 1992-1994, 10<sup>6</sup> esc. e 10<sup>3</sup> pessoas)

NUTS III	VABpm	%	EMPREGO	%
Oeste	410 812	7,1	153,6	9,6
Grande Lisboa	4 188 172	71,9	1 044,9	65,2
Península de Setúbal	724 382	12,4	221,7	13,8
Médio Tejo	240 495	4,1	90,7	5,7
Lezíria do Tejo	257 362	4,4	90,5	5,7
<b>TOTAL LVT</b>	<b>5 821 223</b>	<b>100,0</b>	<b>1 601,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INE.

#### 4.5 Valor do VABpm nas NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo, por Sectores (Média 1992-1994, 10<sup>6</sup> esc.)

VALOR	OESTE	GR. LX	P. SET.	M. TEJO	L. TEJO
Prod. da Agricult. e Silv. e Pesca	48 413	13 802	23 425	9 879	34 177
<b>SECTOR PRIMÁRIO</b>	<b>48 413</b>	<b>13 802</b>	<b>23 425</b>	<b>9 879</b>	<b>34 177</b>
Prod. Energéticos	22 782	67 879	55 801	17 579	6 823
Prod. Industriais	110 124	718 933	182 361	58 391	57 823
Construção e Obras Públicas	22 065	204 622	42 733	14741	12 894
<b>SECTOR SECUNDÁRIO</b>	<b>154 971</b>	<b>991 434</b>	<b>280 895</b>	<b>90 711</b>	<b>77 540</b>
Serviços Mercantis	136 731	2 437 860	263 560	84372	92 633
Serviços não Mercantis	61 264	648 990	141 172	49994	47 064
Prod. Imput. a Serv. Bancários	-21 715	-221 393	-38 277	-12704	-13 588
<b>SECTOR TERCIÁRIO</b>	<b>176 280</b>	<b>2 865 457</b>	<b>366 455</b>	<b>121 662</b>	<b>126 109</b>
<b>TOTAL</b>	<b>379 664</b>	<b>3 870 693</b>	<b>670 775</b>	<b>222 252</b>	<b>237 826</b>

Fonte: INE

#### 4.6 Valor do VABpm nas NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo, por Sectores (Média 1992-1994, %)

VALOR	OESTE	GR. LX	P. SET.	M. TEJO	L. TEJO
Prod. da Agricult. e Silv. e Pesca	37,3	10,6	18,1	7,6	26,4
<b>SECTOR PRIMÁRIO</b>	<b>37,3</b>	<b>10,6</b>	<b>18,1</b>	<b>7,6</b>	<b>26,4</b>
Prod. Energéticos	13,3	39,7	32,7	10,3	4,0
Prod. Industriais	9,8	63,8	16,2	5,2	5,1
Construção e Obras Públicas	7,4	68,9	14,4	5,0	4,3
<b>SECTOR SECUNDÁRIO</b>	<b>9,7</b>	<b>62,1</b>	<b>17,6</b>	<b>5,7</b>	<b>4,9</b>
Serviços Mercantis	4,5	80,9	8,7	2,8	3,1
Serviços não Mercantis	6,5	68,4	14,9	5,3	5,0
Prod. Imput. a Serv. Bancários	7,1	72,0	12,4	4,1	4,4
<b>SECTOR TERCIÁRIO</b>	<b>4,8</b>	<b>78,4</b>	<b>10,0</b>	<b>3,3</b>	<b>3,4</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7,1</b>	<b>71,9</b>	<b>12,5</b>	<b>4,1</b>	<b>4,4</b>

Fonte: INE

SECTOR	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Bebidas	31,7	0,0	68,3	0,0	0,0
Celulose e papel	8,2	40,1	51,7	0,0	0,0
Com. retalho bens consumo	36,3	0,0	63,7	0,0	0,0
Comunicações	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Construção obras públicas	27,3	0,0	72,7	0,0	0,0
Distribuição de combustíveis	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Energia	0,0	10,1	89,9	0,0	0,0
Extracção mineira	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Higiene e limpeza	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Ind. com. prod. farmacêuticos	41,1	0,0	55,9	0,0	0,0
Ind. com. de/para automóveis	10,5	6,3	83,2	0,0	0,0
Ind. com. de mat. electrónico	24,0	3,7	72,3	0,0	0,0
Indústria alimentar	24,7	6,8	64,5	4,1	0,0
Indústria metalomecânica	14,3	0,0	85,7	0,0	0,0
Indústria química	0,0	17,8	27,9	54,3	0,0
Minerais não metálicos	11,0	18,5	70,6	0,0	0,0
Serviços de distribuição	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Tabaco	0	0,0	100,0	0,0	0,0
Têxteis, vestuário e couro	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transportes	0,0	24,1	75,9	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>13,5</b>	<b>5,3</b>	<b>80,2</b>	<b>1,1</b>	<b>0,0</b>

Fonte: Dun & Brastreet. 1000 maiores empresas ibéricas em 1996

#### 4.7 Volume de Negócios das Empresas Portuguesas no Contexto das 1000 Maiores Empresas Ibéricas, por NUTS II

SECTOR	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Bebidas	27,8	0,0	72,2	0,0	0,0
Celulose e papel	9,9	29,6	60,4	0,0	0,0
Com. retalho bens consumo	37,0	0,0	63,0	0,0	0,0
Comunicações	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Construção obras públicas	37,8	0,0	62,2	0,0	0,0
Distribuição de combustíveis	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Energia	0,0	21,5	78,5	0,0	0,0
Extracção mineira	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Higiene e limpeza	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Ind. com. prod. farmacêuticos	45,1	0,0	54,9	0,0	0,0
Ind. com. de/para automóveis	23,3	35,8	40,9	0,0	0,0
Ind. com. de mat. electrónico	16,8	3,6	79,6	0,0	0,0
Indústria alimentar	31,7	0,6	62,5	5,1	0,0
Indústria metalomecânica	35,9	0,0	64,1	0,0	0,0
Indústria química	0,0	4,0	59,8	36,2	0,0
Minerais não metálicos	27,9	15,1	57,0	0,0	0,0
Serviços de distribuição	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Tabaco	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Têxteis, vestuário e couro	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transportes	0,0	8,1	91,9	0,0	0,0
<b>Total</b>	<b>19,7</b>	<b>7,4</b>	<b>72,3</b>	<b>0,6</b>	<b>0,0</b>

Fonte: Dun & Brastreet. 1000 maiores empresas ibéricas em 1996

#### 4.8 Volume de Empregados das Empresas Portuguesas no Contexto das 1000 Maiores Empresas Ibéricas, por NUTS II

## 4.9 Investimento Directo Estrangeiro Área Metropolitana de Lisboa

CONCELHOS	1994	1995	1996
<b>Grande Lisboa</b>	<b>168 654 781</b>	<b>100 599 158</b>	<b>196 254 638</b>
Amadora	2 054 720	5 499 734	2 806 197
Cascais	3 014 425	1 536 360	3 678 487
Lisboa	142 598 221	74 700 142	154 705 161
Loures	3 451 264	7 556 260	2 160 897
Oeiras	13 691 406	5 557 172	24 382 189
Sintra	3 343 110	5 534 447	3 907 667
Vila Franca de Xira	501 635	215 043	4 614 040
<b>P. Setúbal</b>	<b>11 561 088</b>	<b>19 365 353</b>	<b>22 706 935</b>
Alcochete	200	0	0
Almada	40 358	1 435 388	8 455
Barreiro	2 292 300	957 220	475
Moita	704 099	380	926 249
Montijo	5 943 144	43 178	71 550
Palmela	1 469 815	4 274 826	20 304 631
Seixal	121 860	3 867 991	46 159
Sesimbra	121 000	24 660	69 500
Setúbal	868 312	8 761 710	1 279 916
Mafra	1 494 650	3 800	542 640
Azambuja	1 000	101 500	750 400
<b>AML</b>	<b>181 711 519</b>	<b>120 069 811</b>	<b>220 254 613</b>
AML Norte	170 150 431	100 704 458	197 547 678
AML Sul	11 561 088	19 365 353	22 706 935
<b>RLVT</b>	<b>186 358 687</b>	<b>121 837 631</b>	<b>225 725 378</b>

Fonte: Investimento, Comércio e Turismo de Portugal (ICEP)

Unidade: 1000 esc.

## 4.10 Investimento Directo Estrangeiro Área Metropolitana de Lisboa

CONCELHOS	ESTRUTURA (%)		
	1994	1995	1996
<b>Grande Lisboa</b>	<b>92,8</b>	<b>83,8</b>	<b>89,1</b>
Amadora	1,1	4,6	1,3
Cascais	1,7	1,3	1,7
Lisboa	78,5	62,2	70,2
Lourea	1,9	6,3	1,0
Oeiras	7,5	4,6	11,1
Sintra	1,8	4,6	1,8
V. F. Xira	0,3	0,2	2,1
<b>P. Setúbal</b>	<b>6,4</b>	<b>16,1</b>	<b>10,3</b>
Alcochete	0,0	0,0	0,0
Almada	0,0	1,2	0,0
Barreiro	1,3	0,8	0,0
Moita	0,4	0,0	0,4
Montijo	3,3	0,0	0,0
Palmela	0,8	3,6	9,2
Seixal	0,1	3,2	0,0
Sesimbra	0,1	0,0	0,0
Setúbal	0,5	7,3	0,6
Mafra	0,8	0,0	0,2
Azambuja	0,0	0,1	0,3
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	93,6	83,9	89,7
AML Sul	6,4	16,1	10,3
AML/RLVT (%)	97,5	98,5	97,6

Fonte: Investimento, Comércio e Turismo de Portugal (ICEP)

## 4.11 Evolução dos Estabelecimentos, Pessoal e Dimensão Média por Conselho, Área Metropolitana de Lisboa, Região e Continente

CONCELHO	1991			1996				
	ESTABELEC. AO SERVIÇO	PESSOAS PES./ESTAB.	N.º MÉDIA	ESTABELEC.		PESSOAS AO SERVIÇO		N.º MÉDIA
				UNIDADES	VARIAÇÃO %	NÚMERO PES./ESTAB.	VARIAÇÃO %	
<b>Grande Lisboa</b>	<b>42 329</b>	<b>592 697</b>	<b>14</b>	<b>52 942</b>	<b>25,1</b>	<b>571 811</b>	<b>-3,5</b>	<b>11</b>
Amadora	2 613	30 673	12	3 455	32,2	30 521	-0,5	9
Cascais	2 765	29 675	11	3 800	37,4	32 072	8,1	8
Lisboa	25 043	382 280	15	28 137	12,4	338 671	-11,4	12
Loures	4 609	57 740	13	6 260	35,8	58 073	0,6	9
Oeiras	2 162	27 584	13	3 190	47,5	37 378	35,5	12
Sintra	3 820	44 719	12	6 171	61,5	54 138	21,1	9
V.F. Xira	1 317	20 026	15	1 929	46,5	20 958	4,7	11
<b>P. Setúbal</b>	<b>10 050</b>	<b>115 463</b>	<b>11</b>	<b>13 421</b>	<b>33,5</b>	<b>117 617</b>	<b>1,9</b>	<b>9</b>
Alcochete	133	2 001	15	255	91,7	2 282	14,0	9
Almada	2 691	26 650	10	3 432	27,5	25 282	-5,1	7
Barreiro	1 099	13 363	12	1 446	31,6	11 665	-12,7	8
Moita	627	6 403	10	942	50,2	6 005	-6,2	6
Montijo	880	9 343	11	1 029	16,9	8 540	-8,6	8
Palmela	529	7 204	14	875	65,4	16 038	122,6	18
Seixal	1 470	18 256	12	2 178	48,2	19 902	9,0	9
Sesimbra	513	3 537	7	736	43,5	4 480	26,7	6
Setúbal	2 108	28 706	14	2 528	19,9	23 423	-18,4	9
Mafra	997	7 868	8	1 357	36,1	9 213	17,1	7
Azambuja	216	4 203	19	342	58,3	4 401	4,7	13
<b>AML</b>	<b>53 592</b>	<b>720 231</b>	<b>13</b>	<b>68 062</b>	<b>27,0</b>	<b>703 042</b>	<b>-2,4</b>	<b>10</b>
AML Norte	43 542	604 768	14	54 641	25,5	585 425	-3,2	11
AML Sul	10 050	115 463	11	13 421	33,5	117 617	1,9	9
<b>RLVT – Total</b>	<b>64 753</b>	<b>849 544</b>	<b>13</b>	<b>85 059</b>	<b>31,4</b>	<b>844 106</b>	<b>-0,6</b>	<b>10</b>
Continente	166 111	2 166 657	13	129 926	-21,8	2 150 928	-0,7	17
AML/RLVT %	82,8	84,8		80,0		83,3		
AML-N/AML %	81,2	84,0		80,3		83,3		
AML-S/AML %	18,8	16,0		19,7		16,7		

Fonte: Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e Segurança Social. Quadros de Pessoal/1991 e 1996

Nota: Pessoal em serviço na última semana de Outubro. Não considerado o pessoal ausente por motivo de férias ou doença

## 4.12 Estabelecimentos de Empresas Segundo a Dimensão 1995

CONCELHO	TOTAL EMPREGO	1 A 9 PESSOAS	10 A 99 PESSOAS	100 A 499 PESSOAS	500 E + PESSOAS
<b>Grande Lisboa</b>	<b>51 675</b>	<b>41 747</b>	<b>9 196</b>	<b>651</b>	<b>81</b>
Amadora	3 410	2 889	478	37	6
Cascais	3 634	3 046	549	35	4
Lisboa	28 016	22 166	5 425	369	56
Loures	6 072	4 957	1 032	80	3
Oeiras	2 992	2 421	523	44	4
Sintra	5 757	4 798	888	66	5
V.F. Xira	1 794	1 470	301	20	3
<b>P. Setúbal</b>	<b>12 868</b>	<b>10 870</b>	<b>1 873</b>	<b>109</b>	<b>16</b>
Alcochete	225	187	36	2	0
Almada	3 278	2 835	424	18	1
Barreiro	1 445	1 246	183	15	1
Moita	839	730	105	3	1
Montijo	998	824	161	13	0
Palmela	802	615	166	19	2
Seixal	1 989	1 691	279	14	5
Sesimbra	734	635	95	4	0
Setúbal	2 558	2 107	424	21	6
Mafra	1 307	1 128	175	4	0
Azambuja	315	243	66	6	0
<b>AML</b>	<b>66 165</b>	<b>53 988</b>	<b>11 310</b>	<b>770</b>	<b>97</b>
AML Norte	53 297	43 118	9 437	661	81
AML Sul	12 868	10 870	1 873	109	16
<b>RLVT – Total</b>	<b>82 314</b>	<b>67 324</b>	<b>13 965</b>	<b>921</b>	<b>104</b>

Fonte: MTS; Quadros de Pessoal 1991 e 1995

## 4.13 Estabelecimentos de Empresas Segundo a Dimensão 1995

CONCELHO	TOTAL EMPREGO	1 A 9 PESSOAS	10 A 99 PESSOAS	100 A 499 PESSOAS	500 E + PESSOAS
<b>Grande Lisboa</b>	<b>62,8</b>	<b>62,0</b>	<b>65,9</b>	<b>70,7</b>	<b>77,9</b>
Amadora	4,1	4,3	3,4	4,0	5,8
Cascais	4,4	4,5	3,9	3,8	3,8
Lisboa	34,0	32,9	38,8	40,1	53,8
Loures	7,4	7,4	7,4	8,7	2,9
Oeiras	3,6	3,6	3,7	4,8	3,8
Sintra	7,0	7,1	6,4	7,2	4,8
V.F. Xira	2,2	2,2	2,2	2,2	2,9
<b>P. Setúbal</b>	<b>15,6</b>	<b>16,1</b>	<b>13,4</b>	<b>11,8</b>	<b>15,4</b>
Alcochete	0,3	0,3	0,3	0,2	0,0
Almada	4,0	4,2	3,0	2,0	1,0
Barreiro	1,8	1,9	1,3	1,6	1,0
Moita	1,0	1,1	0,8	0,3	1,0
Montijo	1,2	1,2	1,2	1,4	0,0
Palmela	1,0	0,9	1,2	2,1	1,9
Seixal	2,4	2,5	2,0	1,5	4,8
Sesimbra	0,9	0,9	0,7	0,4	0,0
Setúbal	3,1	3,1	3,0	2,3	5,8
Mafra	1,6	1,7	1,3	0,4	0,0
Azambuja	0,4	0,4	0,5	0,7	0,0
<b>AML</b>	<b>80,4</b>	<b>80,2</b>	<b>81,0</b>	<b>83,6</b>	<b>93,3</b>
AM Norte	64,7	64,0	67,6	71,8	77,9
AML Sul	15,6	16,1	13,4	11,8	15,4
<b>RLVT – Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MTS: Quadros de Pessoal 1991 e 1995

Unidade: % em coluna

## 4.14 Rede de Balcões das Instituições Bancárias Área Metropolitana de Lisboa 1997

CONCELHOS	NÚMERO	%
<b>Grande Lisboa</b>	<b>1 059</b>	<b>79,6</b>
Amadora	60	4,5
Cascais	87	6,5
Lisboa	603	45,3
Loures	90	6,8
Oeiras	63	4,7
Sintra	112	8,4
V.F. Xira	44	3,3
<b>P. Setúbal</b>	<b>240</b>	<b>18,0</b>
Alcochete	4	0,3
Almada	57	4,3
Barreiro	29	2,2
Moita	14	1,1
Montijo	25	1,9
Palmela	20	1,5
Seixal	34	2,6
Sesimbra	13	1,0
Setúbal	44	3,3
Mafra	22	1,7
Azambuja	10	0,8
<b>AML</b>	<b>1 331</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	1 091	82,0
AML Sul	240	18,0
<b>RLVT – Total</b>	<b>1 558</b>	
Continente	4 424	
RLVT/Continente %	35,2	
AML/Continente %	30,1	
AML/RLVT %	85,4	

Fonte: Boletim Informativo, 1997, Associação de Bancos

#### 4.15 Distribuição das Empresas e do Emprego na Indústria Transformadora por Concelho Área Metropolitana de Lisboa 1996

CONCELHO	EMPRESAS		EMPREGO		EMPREG/EMPRES
	N.º	%	N.º	%	N.º
<b>Grande Lisboa</b>	<b>4 800</b>	<b>74,2</b>	<b>122 565</b>	<b>75,1</b>	<b>25,5</b>
Amadora	352	5,4	11201	6,9	31,8
Cascais	324	5,0	5 473	3,4	16,9
Lisboa	1 734	26,8	50 718	31,1	29,2
Loures	905	14,0	16 146	9,9	17,8
Oeiras	233	3,6	7 540	4,6	32,4
Sintra	1 039	16,1	24 417	15,0	23,5
V.F. Xira	213	3,3	7 070	4,3	33,2
<b>P. Setúbal</b>	<b>1373</b>	<b>21,2</b>	<b>35868</b>	<b>22,0</b>	<b>26,1</b>
Alcochete	45	0,7	844	0,5	18,8
Almada	302	4,7	4367	2,7	14,5
Barreiro	110	1,7	2 724	1,7	24,8
Moita	116	1,8	2 470	1,5	21,3
Montijo	153	2,4	3 396	2,1	22,2
Palmela	133	2,1	9 086	5,6	68,3
Seixal	254	3,9	8 088	5,0	31,8
Sesimbra	76	1,2	555	0,3	7,3
Setúbal	184	2,8	4 338	2,7	23,6
Mafra	255	3,9	3 704	2,3	14,5
Azambuja	39	0,6	1 093	0,7	28,0
<b>AML</b>	<b>6 467</b>	<b>100,0</b>	<b>163 230</b>	<b>100,0</b>	<b>25,2</b>
AML Norte	5 094	78,8	127 362	78,0	25,0
AML Sul	1373	21,2	35868	22,0	26,1

Fonte: Direcção Geral da Indústria

#### 4.16

### Distribuição do Volume de Vendas na Indústria Transformadora e no Total da Economia por Concelho Área Metropolitana de Lisboa, 1996

CONCELHO	INDÚSTRIA TRANSFORMADORA		TOTAL DA ECONOMIA		IND/T.ECONOMIA
	1000 CONTOS	%	1000 CONTOS	%	
<b>Grande Lisboa</b>	<b>2 914 274</b>	<b>81,2</b>	<b>14 329 559</b>	<b>90,9</b>	<b>20,3</b>
Amadora	174 459	4,9	516 356	3,3	33,8
Cascais	54 892	1,5	398 078	2,5	13,8
Lisboa	1 870 837	52,1	10 891 152	69,1	17,2
Loures	188 907	5,3	716 586	4,5	26,4
Oeiras	161 672	4,5	802 296	5,1	20,2
Sintra	313 438	8,7	752 941	4,8	41,6
V.F. Xira	150 069	4,2	252 150	1,6	59,5
<b>P. Setúbal</b>	<b>617 550</b>	<b>17,2</b>	<b>1 288 667</b>	<b>8,2</b>	<b>47,9</b>
Alcochete	10 540	0,3	18 019	0,1	58,5
Almada	25 652	0,7	188 148	1,2	13,6
Barreiro	42 116	1,2	99 936	0,6	42,1
Moita	18 037	0,5	47 644	0,3	37,9
Montijo	45 799	1,3	99 436	0,6	46,1
Palmela	231 716	6,5	282 208	1,8	82,1
Seixal	108 660	3,0	233 464	1,5	46,5
Sesimbra	3 533	0,1	41 192	0,3	8,6
Setúbal	131 497	3,7	278 620	1,8	47,2
Mafra	34 701	1,0	107 953	0,7	32,1
Azambuja	23 283	0,6	43 554	0,3	53,5
<b>AML</b>	<b>3 589 808</b>	<b>100,0</b>	<b>15 769 733</b>	<b>100,0</b>	<b>22,8</b>
AML Norte	2 972 258	82,8	14 481 066	91,8	20,5
AML Sul	617 550	17,2	1 288 667	8,2	47,9

Fonte: Direcção Geral da Indústria

#### 4.17

### Capacidade de Alojamento Hoteleiro na RLVT em 1997

REGIÃO	CAMAS	%
Grande Lisboa	33 210	68,5
Península de Setúbal	4 531	9,3
Oeste	4 419	9,1
Lezíria do Tejo	665	1,4
Médio Tejo	5 672	11,7
<b>Total</b>	<b>48 497</b>	<b>100,0</b>

Fonte: PNDES, Diagnóstico Estratégico, RLVT

#### 4.18

### Evolução da Pesca Descarregada das Embarcações Nacionais por Porto de Pesca na AML

CONCELHO	1992	1995	1996	1997
<b>Grande Lisboa</b>	<b>11 293</b>	<b>4 450</b>	<b>4 964</b>	<b>4 432</b>
Cascais	1 502	912	679	646
Lisboa	9 791	3 538	4 285	3 786
<b>P. Setúbal</b>	<b>27 253</b>	<b>27 209</b>	<b>24 542</b>	<b>21 329</b>
Sesimbra	19 074	21 350	20 053	18 093
Setúbal	8 179	5 859	4 489	3 236
<b>AML</b>	<b>38 546</b>	<b>31 659</b>	<b>29 506</b>	<b>25 761</b>
AML Norte	11 293	4 450	4 964	4 432
AML Sul	27 253	27 209	24 542	21 329
<b>RLVT – Total</b>	<b>75 060</b>	<b>56 078</b>	<b>58 111</b>	<b>51 304</b>
Continente	224 281	177 756	174 171	159 004
AML/RLVT %	51	56	51	50

Fonte: INE. Estatísticas da Pesca (1988 a 1997)

Nota: Não inclui congelados, salgados e aquacultura bem como a Pesca descarregada pelas Sociedades Mistas

Unidade: Toneladas

#### 4.19

### Evolução da Pesca Descarregada das Embarcações Nacionais por Porto de Pesca na AML

CONCELHO	1992	1995	1996	1997
<b>Grande Lisboa</b>	<b>29,3</b>	<b>14,1</b>	<b>16,8</b>	<b>17,2</b>
Cascais	3,9	2,9	2,3	2,5
Lisboa	25,4	11,2	14,5	14,7
<b>P. Setúbal</b>	<b>70,7</b>	<b>85,9</b>	<b>83,2</b>	<b>82,8</b>
Sesimbra	49,5	67,4	68,0	70,2
Setúbal	21,2	18,5	15,2	12,6
<b>AML</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
AML Norte	29,3	14,1	16,8	17,2
AML Sul	70,7	85,9	83,2	82,8
AML/RLVT	51,4	56,5	50,8	50,2
AML/Continente	17,2	17,8	16,9	16,2
RLVT/Continente	33,5	31,5	33,4	32,3

Fonte: INE. Estatísticas da Pesca (1988 a 1997)

Nota: Não inclui congelados, salgados e aquacultura bem como a Pesca descarregada pelas Sociedades Mistas

Unidade: % em coluna

## 4.20 Movimento Geral de Mercadorias 1997

	CONTINENTE		P. LISBOA			P. SETÚBAL		
	TOTAL	%	TOTAL	% P. LISB	% CONTIN.	TOTAL	% P. SET	% CONTIN.
Carga Geral	10 822	20	3 966	34	37	1 740	34	16
Fraccionada	4 831	9	503	4	10	1 324	26	27
Contentorizada	5 517	10	3 431	30	62	13	0	0
Ro-Ro	474	1	32	0	7	403	8	85
Graneis sólidos	15 899	29	5 258	46	33	2 567	50	16
Graneis líquidos	27 441	51	2 314	20	8	833	16	3
<b>Total</b>	<b>54 161</b>	<b>100</b>	<b>11 538</b>	<b>100</b>	<b>21</b>	<b>5 141</b>	<b>100</b>	<b>9</b>

Fonte: Estatísticas das Administrações e Juntas Portuárias  
10<sup>3</sup> toneladas

## 4.21 Movimento Geral de Mercadorias 1998

	CONTINENTE		P. LISBOA			P. SETÚBAL		
	TOTAL	%	TOTAL	% P. LISB	% CONTIN.	TOTAL	% P. SET	% CONTIN.
Carga Geral	11 841	21	4 063	36	34	1 955	30	17
Fraccionada	5 385	9	505	4	9	1 441	22	27
Contentorizada	5 920	10	3 516	31	59	45	1	1
Ro-Ro	536	1	41	0	8	469	7	87
Graneis sólidos	16 194	28	5 120	46	32	2 873	44	18
Graneis líquidos	28 798	51	2 068	18	7	1 669	26	6
<b>Total</b>	<b>56 833</b>	<b>100</b>	<b>11 251</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>6 498</b>	<b>100</b>	<b>11</b>

Fonte: Estatísticas das Administrações e Juntas Portuárias  
10<sup>3</sup> toneladas

#### 4.22 Movimento de Mercadorias segundo Origem e Destino 1997

	CONTINENTE		P. LISBOA			P. SETÚBAL		
	TOTAL	%	TOTAL	% P. LISB	% CONTIN.	TOTAL	% P. SET	% CONTIN.
Continente								
e Regiões Autónomas	9 894	18	2 330	20	24	740	14	7
União Europeia	15 253	28	3 575	31	36	2 275	44	15
Extra União Europeia	29 014	54	5 633	49	19	2 126	41	7
<b>Total</b>	<b>54 161</b>	<b>100</b>	<b>11 538</b>	<b>100</b>	<b>21</b>	<b>5 141</b>	<b>100</b>	<b>9</b>

Fonte: Estatísticas das Administrações e Juntas Portuárias  
10<sup>3</sup> toneladas

#### 4.23 Movimento de Mercadorias segundo Origem e Destino 1998

	CONTINENTE		P. LISBOA			P. SETÚBAL		
	TOTAL	%	TOTAL	% P. LISB	% CONTIN.	TOTAL	% P. SET	% CONTIN.
Continente								
Regiões Autónomas	11 105	20	1 928	17	17	1 247	19	11
União Europeia	17 158	30	4 059	36	24	2 941	45	17
Extra União Europeia	28 570	50	5 264	47	18	2 309	36	8
<b>Total</b>	<b>56 833</b>	<b>100</b>	<b>11 251</b>	<b>100</b>	<b>20</b>	<b>6 498</b>	<b>100</b>	<b>11</b>

Fonte: Estatísticas das Administrações e Juntas Portuárias  
10<sup>3</sup> toneladas

# 5. Exclusão Social e Fragmentação Territorial

### 5.1 Identificação de " Bairros Críticos" na AML 1998 (1)

CONCELHOS	FREGUESIAS	B. SOCIAIS			B. BARRACAS			B. CLANDESTINOS			B. EM CENTRO HISTÓRICO			OUTROS			OBSERVAÇÕES (2)
		N.º BAIROS	N.º PESSOAS	N.º FAMILIAS	N.º BAIROS	N.º PESSOAS	N.º FAMILIAS	N.º BAIROS	N.º PESSOAS	N.º FAMILIAS	N.º BAIROS	N.º PESSOAS	N.º FAMILIAS	N.º BAIROS	N.º PESSOAS	N.º FAMILIAS	
<b>AML NORTE</b>																	
<b>AMADORA</b>																	
	Alfragide	5	1 (*)	(*)	25	25789	6772	3				1	62	22			
	Brandão	2	106	27	6	7062	2048	1	(*)	(*)							
	Buraca	1	7595	1085	1	5 000	1200										
	Damaia				2	2394	664										
	Falagueira / V.Nova	1	26	7	7	6437	1556	2	(*)	(*)		1	62	22		não há dados 2 BB	
	Mina				8	4672	1242										
	Venteira	1	224	62	1	224	62										
	Azambuja	1	284	71	1	284	71										
	Azambuja	1	284	71	1	284	71										
<b>CASCAIS</b>																	
	Alcabiçhe	7	2770	554	5	1800	550										
	Cascais	3	2705	672	1	1800	550										
	Estoril	1	700	100	1	619	278										
	Parede	2	2415	1014	2	2415	1014										
	S. Domingos Rana	1	(*)	(*)	1	(*)	(*)	2			13	22					
	S. Domingos Rana	1	(*)	(*)	1	(*)	(*)	1	(*)	(*)							
<b>LISBOA</b>																	
	Ajuda	24	2	6000	5	890	205										
	Alcântara	2	215	62	4	(*)	(*)										
	Alto do Pina	1	(*)	(*)	2	1150	2230										
	Ameixoeira	1	(*)	(*)	2	175	42										
	Anjos	1	(*)	(*)	2	1150	2230										
	Beato	1	12000	1618	2	175	42										
	Benfica	1	12000	1618	2	175	42										
	Campo Grande	2	2800	800	2	2800	800										
	Campolide	2	9286	2453	4	1720	430										
	Carnide	2	9286	2453	4	1720	430										
	Charneca	2	9286	2453	4	1720	430										
	Encarnação	3	2640	629	3	8260	2048	1	400	80							
	Lumiar	6	33697	7644	6	33697	7644										
	Marvila	1	128	32	1	128	32										
	N. Sr.ª Fátima	1	232	58	1	232	58										
	Penha de França	1	232	58	1	232	58										
	Sacramento	1	232	58	1	232	58										
	St.ª Catarina	1	80	20	1	80	20										
	St.ª Isabel	1	80	20	1	80	20										
	St.ª M.ª de Belém	2	1635	327	1	75	15										
	St.ª M.ª Olivais	3	4000	900	1	200	50										
	Santiago	1	200	50	1	200	50										
	St.º Condestável	1	200	50	1	200	50										
	St.º Estêvão	1	6000	1500	1	6000	1500										

(1) Figuram apenas os concelhos e as freguesias onde foram identificados " bairros críticos"; (2) BS – Bairro Social; BB – Bairro de Barracas; BC – Bairro Clandestino; BDCH – Bairro Degradado em Centro Histórico; O – Outro.; (\*) Não há dados disponíveis.

## 5.1 Identificação de " Bairros Críticos" na AML 1998 (cont.)

CONCELHOS	FREGUESIAS	B. SOCIAIS			B. BARRACAS			B. CLANDESTINOS			B. EM CENTRO HISTÓRICO			OUTROS			OBSERVAÇÕES (2)	
		N.º BAIROS	N.º PESSOAS	N.º FAMÍLIAS	N.º BAIROS	N.º PESSOAS	N.º FAMÍLIAS	N.º BAIROS	N.º PESSOAS	N.º FAMÍLIAS	N.º BAIROS	N.º PESSOAS	N.º FAMÍLIAS	N.º BAIROS	N.º PESSOAS	N.º FAMÍLIAS		
LOURES	Santos-o-Velho	1	(*)	(*)	1	(*)	(*)			1	(*)	(*)						
	S.Cristóv. / S.Lour.									1	5568	1392						
	S. Dom. Benfica				1	(*)	(*)											
	S. Franc. Xavier				1	(*)	(*)											
	S. João									1	160	40					(*)	
	S. Paulo									1	(*)	(*)						
	Sé									1	4309	1520						
	Socorro	<b>8</b>			<b>7</b>			<b>5</b>		<b>2</b>					<b>7</b>			
	Camarate	1	(*)	(*)	1	560	140											
	Famões																	
Frielas	2	1365	259	1	45	8												
Loures																		
Olival Basto	1	500	200	2	3000	414												
Pontinha	1	3000	350	1	3000	350												
Portela	1	3000	414	1	(*)	(*)												
Póv. St.º Andrião	3	(*)	(*)	1	810	180												
Prior Velho																		
Sacavém																		
St.º A. Cavaleiros																		
S. Julião do Tojal	<b>2</b>	<b>149</b>	<b>39</b>	<b>6</b>														
Ericeira	1	49	12	1	1399	382												
Malveira	1	100	27	1	20	7												
OEIRAS	Algés	1	376	94	1	(*)	(*)											
	Carnaxide	1			1	1399	382											
	C. Queb. – Dafundo	1			1	20	7											
	Linda-a-Velha	1			1	3000	600											
	Paço de Arcos	1			1	11	6											
	Queijas	1			1	371	98											
		<b>8</b>	<b>15918</b>	<b>5897</b>	<b>5</b>	<b>753</b>	<b>191</b>	<b>1</b>	<b>1855</b>	<b>518</b>	<b>3</b>							
	Agualva-Cacém	1	12000	4000	1	203	53											
	Alguei. – M. Martins	1	456	109	1	223	59											
	Almargem Bispo	2	1842	1383	1													
Belas																		
Colares																		
St.ª Isabel																		
Péro Pinheiro	1	688	172															
Queluz	3	932	233	3	327	79												
Rio de Mouro	<b>4</b>			<b>6</b>	<b>1134</b>	<b>287</b>	<b>1</b>											
Alverca Ribatejo	1	600	200	1														

faltam dados 1 BB

### 5.1 Identificação de “ Bairros Críticos” na AML 1998 (cont.)

CONCELHOS	FREGUESIAS	B. SOCIAIS			B. BARRACAS			B. CLANDESTINOS			B. EM CENTRO HISTÓRICO			OUTROS			OBSERVAÇÕES (2)
		N.º BAIRROS	N.º PESSOAS	N.º FAMILIAS	N.º BAIRROS	N.º PESSOAS	N.º FAMILIAS	N.º BAIRROS	N.º PESSOAS	N.º FAMILIAS	N.º BAIRROS	N.º PESSOAS	N.º FAMILIAS	N.º BAIRROS	N.º PESSOAS	N.º FAMILIAS	
	Castanheira Ribat. Forte da Casa Póvoa St.ª Iria Vialonga V. F. Xira	1	(*)	(*)	2	80	39						1	130	30	faltam dados 1 BB	
<b>AML SUL</b>																	
<b>ALCOCHETE</b>	Alcochete	1	80	25	1	80	20	1	80	20	1	(*)	2	294	78		
<b>ALMADA</b>	Caparica Feijó Laranjeiro Pragal	5	23570	8226	1	2160	700	1	1000	300	1	(*)	1	401	96	faltam dados 1 BDCH	
<b>BARREIRO</b>	Alto Seixalinho Barreiro St.º A. Charneca	2	5500	960	1	2160	700	1	1000	300	1	(*)	1	401	96		
<b>MOITA</b>	Baixa da Banheira Vale da Amoreira	1	196	92	1	119	28				1	4000	1	1300	200		
<b>MONTIJO</b>	Afonseiro Alto-Estanq. – Jardim Atalaia Canha Montijo Pegões St.º Isidro Pegões Sarilhos Grandes	2	8600	2137	1	119	28	2	244	61	1	4000	1	1300	200	faltam dados 2 O	
<b>PALMELA</b>	Qt.ª do Anjo	7	2266	742	1	(*)	(*)	2	244	61	1	(*)	2	(*)	(*)		
<b>SEIXAL</b>	Aldeia Paio Pires Amora Arrentela Corroios Fernão Ferro Seixal	2	(*)	(*)	3	900	277	2	870	270	1	(*)	2	220	50		
<b>SETÚBAL</b>	Sado Setúbal – N. S. Anun. Setúbal – S. Sebast.	1	900	400	2	100	30	1	790	250	1	(*)	1	758	299		
		1	850	170	1	800	247	1	80	20	1	(*)	1	(*)	(*)		
		2	4500	1250	1	800	247	1	80	20	1	(*)	1	45	25	faltam dados 1 BS	

Fonte: Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP) do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Zonas de Pobreza em Portugal. Uma Identificação pelos Agentes Locais, 1998.

## 5.2 Total de População Residente em “ bairros Críticos” da AML, por Freguesia 1988

CONCELHOS	FERGUESIAS	POPULAÇÃO RESIDENTE BAIRROS CRÍTICOS (1)	TOTAL BAIRROS CRÍTICOS
<b>AML NORTE</b>		<b>237 992</b>	<b>203</b>
<b>AMADORA</b>	Alfragide	(*)	1
	Brandoa	7168	9
	Buraca	12595	2
	Damaia	2394	2
	Falagueira / Venda Nova	6499	8
	Mina	4698	11
	Venteira	224	1
	Total concelho	33578	34
<b>AZAMBUJA</b>	Azambuja	284	1
	Total concelho	284	1
<b>CASCAIS</b>	Alcabideche	4570	3
	Cascais	2705	3
	Estoril	1319	2
	Parede	2415	2
	S. Domingos de Rana	(*)	2
	Total concelho	11009	12
<b>LISBOA</b>	Ajuda	6920	8
	Alcântara	(*)	2
	Alto do Pina	992	7
	Ameixoeira	(*)	3
	Anjos	12490	1
	Beato	11150	3
	Benfica	12175	4
	Campo Grande	(*)	1
	Campolide	13400	5
	Carnide	9648	3
	Charneca	1720	5
	Encarnação	(*)	2
	Lumiar	11655	9
	Marvila	33697	7
	Nossa Senhora de Fátima	128	1
	Penha de França	232	1
	Sacramento	(*)	1
	Santa Catarina	80	1
	Santa Isabel	33	1
	Santa Maria de Belém	2110	4
	Santa Maria dos Olivais	4000	3
	Santiago	(*)	1
	Santo Condestável	7222	6
	Santo Estêvão	6000	1
	Santos-o-Velho	(*)	1
	São Cristóvão / São Lourenço	5568	1
	São Domingos de Benfica	(*)	2
	S. Francisco Xavier	(*)	1
	São João	(*)	1
	São Paulo	160	1
	Sé	(*)	1
	Socorro	4309	1
	Total concelho	143689	89

(1) Foram considerados: Bairros Sociais, Bairros de Barracas, Bairros Clandestinos, Bairros Degradados em Centros Históricos e Outros Bairros Degradados.

CONCELHOS	FERGUESIAS	POPULAÇÃO RESIDENTE BAIRROS CRÍTICOS (1)	TOTAL BAIRROS CRÍTICOS
<b>LOURES</b>	Camarate	560	1
	Famões	(*)	1
	Frielas	(*)	1
	Loures	2314	4
	Olival Basto	(*)	3
	Pontinha	3500	4
	Portela	3000	1
	Póvoa de Santo Andrião	3000	3
	Prior Velho	1800	2
	Sacavém	810	1
	Santo António dos Cavaleiros	(*)	7
	São Julião do Tojal	(*)	1
Total concelho	14984	29	
<b>MAFRA</b>	Ericeira	49	2
	Malveira	100	1
	Total concelho	149	3
<b>OEIRAS</b>	Algés	(*)	1
	Carnaxide	1775	2
	Cruz Quebrada / Dafundo	20	1
	Linda-a-Velha	3000	1
	Paço de Arcos	11	1
	Queijas	371	1
Total concelho	5177	7	
<b>SINTRA</b>	Aigualva-Cacém	12000	1
	Algueirão – Mem Martins	659	3
	Almargem Bispo	1855	1
	Belas	2065	3
	Colares	1700	1
	Pêro Pinheiro	182	1
	Queluz	688	1
	Rio de Mouro	1259	6
	Total concelho	20408	17
<b>V. F. XIRA</b>	Alverca do Ribatejo	600	1
	Castanheira do Ribatejo	(*)	1
	Forte da Casa	80	2
	Póvoa de Santa Iria	293	2
	Vialonga	6191	2
	Vila Franca de Xira	1550	3
Total concelho	8714	11	

CONCELHOS	FERGUESIAS	POPULAÇÃO RESIDENTE BAIRROS CRÍTICOS (1)	TOTAL BAIRROS CRÍTICOS
<b>AML SUL</b>		<b>52 662</b>	<b>59</b>
<b>ALCOCHETE</b>	Alcochete	454	5
	Total concelho	454	5
<b>ALMADA</b>	Caparica	18070	3
	Feijó	401	1
	Laranjeiro	1000	1
	Pragal	7660	3
	Total concelho	27131	8
<b>BARREIRO</b>	Alto do Seixalinho	119	1
	Barreiro	5300	2
	Santo António da Charneca	196	1
	Total concelho	5615	4
<b>MOITA</b>	Baixa da Banheira	114	6
	Vale da Amoreira	8600	2
	Total concelho	8714	8
<b>MONTIJO</b>	Afonsoeiro	1126	4
	Alto-Estanqueira – Jardía	(*)	1
	Atalaia	45	1
	Canha	30	1
	Montijo	1148	7
	Pegões	15	1
	Santo Isidro dos Pegões	136	1
	Sarilhos Grandes	55	2
	Total concelho	2555	18
<b>PALMELA</b>	Quinta do Anjo	220	1
	Total concelho	220	1
<b>SEIXAL</b>	Aldeia Paio Pires	(*)	1
	Amora	2548	5
	Arrentela	(*)	1
	Corroios	800	1
	Fernão Ferro	80	1
	Seixal	(*)	1
	Total concelho	3428	10
<b>SETÚBAL</b>	Sado	(*)	1
	N. Senhora da Anunciada	(*)	1
	São Sebastião	4545	3
	Total concelho	4545	5
<b>AML</b>		<b>290 654</b>	<b>262</b>

Fonte: Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP)  
do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, 1998

### 5.3 Imigrantes Africanos nos Bairros Degradados e Núcleos de Habitação Social de AML<sup>1</sup>

CONCELHOS	FREGUESIAS	BAIRROS	<sup>2</sup> TIPOLOGIA HABITAÇÃO	N.º AFRICANOS POR BAIRRO	TOTAL DE AFRICANOS
<b>Grande Lisboa</b>		<b>71</b>			<b>48 097</b>
<b>Amadora</b>	Reboleira	Est. Militar Alto Damaia	D	2 162	
	Brandoa	Quinta do Laje	B	600	
	Mina	Santa Filomena	B	1 473	
	Falag. V. Nova	Estrela d'África	B	905	
	Falag. V. Nova	6 de Maio	B	1 365	
	Falag. V. Nova	Fontainhas	B	1 356	
	Buraca – Damaia	Alto Cova da Moura	D	3 170	
	Mina	Estrada Militar Mina	D	450	
	Falag. – V. Nova	B.º Novo Fontainhas	S	56	
	Mina	Encosta Nascente	BD	402	
	Venda Nova	Portas de Benfica	BD	688	
	Brandoa	Azinhaga dos Besouros	B	2 772	<b>15 399</b>
<b>Cascais</b>	Carcavelos	Marianas	B	1 690	
	S. João Estoril	Tainha	B	507	
	Estoril	Fim do Mundo	B	398	
	Cascais	Torre	O	188	
	Cascais	R. das Fontainhas	B	42	
	S. Domingos Rana	R. Boa Hora-Matarraque	B	155	<b>2 980</b>
<b>Lisboa</b>	Charneca	Qt.ª da Pailepa	B	534	
	Charneca	Qt.ª do Louro	D	264	
	Charneca	Qt.ª Grande	B	968	
	Marvila	Chelas, Zona 1	S	402	
	Marvila	Chelas, Zona J	S	1 072	
	Alto do Pina	Encosta das Olaias	B	238	
	Marvila	Qt.ª dos Cravos	B	735	
	Fátima	Qt.ª das Freiras	D	456	
	Lumiar	Qt.ª José Alvalade	D	132	
	Ameixoeira	Alto do Chapeleiro	O	120	
	Campo Grande	Murtas	B	100	
	Carnide	Horta Nova	S	355	
	Ameixoeira	Cruz Vermelha	S	340	
	Sta Maria Belém	Marines	BD	450	
	Lumiar	Calvanas	DO	119	
	Campolide	Qt.ª do Zé Pinto	D	330	
	S. Vicente Paulo	Serafina	D	130	
	Carnide	Padre Cruz	S	162	
	Lumiar	Musgueira Norte	D	72	
	S. João Brito	Qt.ª Alto Pote Água	BO	85	<b>7 064</b>
<b>Loures</b>	Camarate	S. Benedito	B	156	
	Camarate	Esperança	B	180	
	Portela	Qt.ª da Vitória	D	1 540	
	St.º Ant.º Cavaleiros	Azinhaga Barruncho	B	300	
	Sacavém	Qt.ª do Mocho	O	1 002	
	Prior velho	Qt.ª da Serra	BD	3 100	
	Portela	Ferro Velho	B	678	<b>6 956</b>
<b>Oeiras</b>	Linda-a-Velha	Alto St.ª Catarina	B	2 670	
	Linda-a-Velha	Pedreira dos Hungaros	B	2 026	
	Carnaxide	Gato Preto	B	300	
	Carnaxide	Lém-Ferreira	B	648	
	Carnaxide	Alto dos Barrinhos	B	1 400	

(continua na página seguinte)

<sup>1</sup> Não foram incluídos os concelhos de Alcochete, Palmela, Sesimbra, Mafra e Azambuja, dada a inexistência de núcleos significativos de população imigrante africana naqueles concelhos.

<sup>2</sup> B – Barracas; BD – Barracas e Casas Degradadas; BO – Barracas e Habitação social; D – Casas Degradadas; DO – Casas Degradadas e Outros; DS – Casas Degradadas e Habitação Social; O – Outro tipo de habitação; S – Habitação Social; SO – Habitação Social e Outros.

CONCELHOS	FREGUESIAS	BAIRROS	TIPOLOGIA HABITAÇÃO	N.º AFRICANOS POR BAIRRO	TOTAL DE AFRICANOS
	Carnaxide	Moinho da Portela	S	245	
	Carnaxide	Alto do Montijo	B	530	
	Carnaxide	Sal Regos	B	60	
	Paço d'Arcos	Francisco Sá Carneiro	S	490	
	Caxias / Laveiras	Pedr.ª das Pedregueiras	B	200	
	Carnaxide	Encosta da Portela	S	275	
	Paço d'Arcos	Alto dos Agodinhos	-	190	
	Queijas	Talude-Queijas	B	400	
	Paço d'Arcos	Alto da Loba	S	1 330	
	Paço d'Arcos	Bugio	S	360	<b>11 124</b>
<b>Sintra</b>	Rio de Mouro	Serradinho	D	150	
	Belas	26 de Junho	B	453	
	Queluz	Caixa – Monte Abrãao	B	72	
	Rio de Mouro	Serra das Minas 1	D	140	
	Rio de Mouro	Serra das Minas 2	S	145	
	Aigualva-Cacém	Azinhaga d' Abelheira	-	300	<b>1 26</b>
<b>V. F. Xira</b>	Alverca	Arcena	O	935	
	Póvoa St.ª Iria	Galinha Assada	BD	124	
	Via Longa	Via Longa	S	2 175	
	Forte da Casa	Bairro da Laura	B	46	
	Forte da Casa	Bairro do Assassino	B	34	<b>3 314</b>
<b>Península de Setúbal</b>		<b>35</b>			<b>18 416</b>
<b>Almada</b>	Caparica	Raposo de Baixo	D	520	
	Caparica	Quinta do Valdeão	B	447	
	Caparica	Alcanica	DS	160	
	Caparica	Bairro Franco	S	500	
	Caparica	Banatica	B	10	
	Caparica	Bairro da Mata	BD	1 415	
	Caparica	Campo da Bola	D	550	
	Laranjeiro	Quinta do Rato	BD	23	<b>3 625</b>
<b>Barreiro</b>	Santo André	Copacabana	B	65	
	Alto Seixalinho	Casquilhos	O	185	
	Santo André	Vila Chã	B	52	
	St.º Ant.º Charneca	Cidade do Sol	O	600	
	Lavradio	Lavradio	-	190	
	Alto Seixalinho	Bairro das Palmeiras	D	300	<b>1 392</b>
<b>Moita</b>	Moita	Qt.ª Fonte da Prata	S	730	
	Baixa da Banheira	Baixa da Banheira	O	500	
	Vale da Amoreira	Vale da Amoreira	BO	4 800	<b>6 030</b>
<b>Montijo</b>	Montijo	Caneira	DS	40	<b>40</b>
<b>Seixal</b>	Corroios	Qt.ª do Castelo	B	15	
	Corroios	Qt.ª Maria Corroios	D	860	
	Paio Pires	Alto do Brejo	D	20	
	Amora	Rio Judeu	D	215	
	Amora	Qt.ª Vinha Grande	S	80	
	Amora	Bairro de Chicharos	D	110	
	Amora	Largo da Cruz de Pau	B	30	
	Amora	Qt.ª da Princesa	S	895	
	Corroios	Maurício	D	45	
	Arrentela	Qt.ª do Cabral	BS	1 060	
	Corroios	Miratejo	SO	900	<b>4 230</b>
<b>Setúbal</b>	S. Sebastião	Forte Bela Vista	S	237	
	S. Sebastião	Bela Vista	S	345	
	S. Sebastião	Azeda de Baixo	B	94	
	N.ª S.ª Anunciada	Convento S. Francisco	O	177	
	S. Sebastião	Alto do Pina	B	46	
	S. Sebastião	Bela Vista	S	2 200	<b>3 099</b>
<b>AML</b>			<b>106</b>		<b>66 513</b>

## 5.4 Comunidades Africanas mais Numerosas da AML (Bairros Degradados e Núcleos de Habitação Social com mais de 1000 Africanos)

BAIRROS	CONCELHOS	TOTAL DE AFRICANOS
Vale da Amoreira	Moita	4800
Alto Cova da Moura	Amadora	3170
Quinta da Serra	Loures	3100
Azinhaga dos Besouros	Amadora	2772
Alto de Santa Catarina	Oeiras	2670
Bela Vista	Setúbal	2200
Via Longa	V. F. Xira	2175
Est. Militar Alto Damaia	Amadora	2162
Pedreira dos Hungaros	Oeiras	2026
Marianas	Cascais	1690
Quinta da Vitória	Loures	1540
Santa Filomena	Amadora	1473
Bairro da Mata	Almada	1415
Alto dos Barronhos	Oeiras	1400
6 de Maio	Amadora	1365
Fontainhas	Amadora	1356
Alto da Loba	Oeiras	1330
Chelas, Zona J	Lisboa	1072
Quinta do Cabral	Seixal	1060
Quinta do Mocho	Loures	1002

Fonte: DEDIAP/CEPAC – U.L.H.T., 1995.

CONCELHOS	TOTAL NEW ESCRIVER	NÃO SABER LER GRAU DE ENSINO	LE E ESCRIVE S/ PRE-ESCOLAR	ENSINO PRIMÁRIO	ENSINO BÁSICO PREPARATORIO	ENSINO BÁSICO UNIFICADO	ENSINO SECUNDÁRIO COMPLEMENTAR	ENSINO SECUNDÁRIO MÉDIO	ENSINO SUPERIOR	ENSINO (%)	TAXA DE ANALFABETISMO
<b>Grande Lisboa</b>	<b>1 836 480</b>	<b>170 549</b>	<b>14 119</b>	<b>30 818</b>	<b>670 349</b>	<b>189 392</b>	<b>270 326</b>	<b>258 336</b>	<b>41 405</b>	<b>191 186</b>	<b>5.4</b>
Amadora	181 774	17 477	1 121	3 465	68 795	20 376	27 729	24 954	3 390	14 467	5.1
Cascais	153 294	13 679	1 154	3 241	49 084	15 264	23 718	24 187	4 315	18 652	5.2
Lisboa	663 392	56 442	6 254	10 216	244 644	59 605	86 497	90 262	16 970	92 502	5.7
Loures	322 157	33 141	2 258	5 113	128 181	37 207	49 132	41 276	5 061	20 788	5.6
Oeiras	151 342	11 092	892	2 944	43 425	14 433	24 272	26 541	4 930	22 813	3.8
Sintra	260 950	26 375	1 677	4 480	95 276	30 169	42 449	37 933	5 143	17 448	5.2
V. F. Xira	103 571	12 343	793	1 359	40 944	12 338	16 529	13 183	1 596	4 516	6.9
<b>P. Setúbal</b>	<b>640 491</b>	<b>79 805</b>	<b>5 138</b>	<b>8 416</b>	<b>254 676</b>	<b>72 114</b>	<b>99 427</b>	<b>78 826</b>	<b>9 286</b>	<b>32 803</b>	<b>8.1</b>
Alcochete	10 169	1 733	94	123	4 573	1 089	1 398	867	75	217	13.5
Almada	151 783	15 578	1 192	2 138	59 013	15 826	23 513	20 724	2 779	11 020	6.4
Barreiro	85 768	8 588	670	840	34 898	9 102	13 780	12 140	1 202	4 548	6.0
Moita	65 086	9 437	557	661	26 958	8 372	9 982	6 710	621	1 788	9.0
Montijo	36 038	6 251	279	413	15 317	3 935	4 774	3 356	392	1 321	13.8
Palmela	43 857	8 513	367	319	18 696	5 176	5 737	3 478	356	1 215	15.0
Seixal	116 911	11 868	763	1 724	43 031	13 810	20 730	17 059	1 830	6 096	4.7
Sesimbra	27 246	4 023	238	436	12 296	3 514	3 388	2 327	286	738	11.1
Setúbal	103 633	13 814	978	1 762	39 894	11 290	16 125	12 165	1 745	5 860	9.2
Mafra	43 731	6 669	460	802	21 197	5 789	4 448	2 934	379	1 053	11.9
Azambuja	19 568	3 442	146	197	9 392	2 111	2 266	1 466	157	391	14.0
<b>AML</b>	<b>2 540 270</b>	<b>260 465</b>	<b>19 893</b>	<b>40 233</b>	<b>955 614</b>	<b>269 406</b>	<b>376 467</b>	<b>341 562</b>	<b>51 227</b>	<b>225 433</b>	
AML Norte	1 899 779	180 660	14 725	31 817	700 938	197 292	277 040	262 736	41 941	192 630	
AML Sul	640 491	79 805	5 138	8 416	254 676	72 114	99 427	78 826	9 286	32 803	8.1
<b>RLVT</b>	<b>3 296 707</b>	<b>395 919</b>	<b>26 974</b>	<b>52 681</b>	<b>1 301 719</b>	<b>359 680</b>	<b>454 187</b>	<b>398 659</b>	<b>59 331</b>	<b>247 557</b>	<b>8.2</b>
<b>Continente</b>	<b>9 375 910</b>	<b>1 413 852</b>	<b>76 131</b>	<b>144 693</b>	<b>4 097 941</b>	<b>1 185 598</b>	<b>1 028 146</b>	<b>821 106</b>	<b>135 384</b>	<b>473 059</b>	<b>10.9</b>
<b>RLVT/Continente</b>	<b>35,2%</b>	<b>28,0%</b>	<b>35,4%</b>	<b>36,4%</b>	<b>31,8%</b>	<b>30,3%</b>	<b>44,2%</b>	<b>48,6%</b>	<b>43,8%</b>	<b>52,3%</b>	<b>-</b>

## 5.5 População Residente por Nível de Instrução e Taxa de Analfabetismo 1991

Fonte: INE. XIII Recenseamento Geral da População, 1991.

## 5.6 População Total, Activa, Empregada e Desempregada 1991

CONCELHOS	POPULAÇÃO				TAXA DE ACTIVIDADE (%)	TAXA DE DESEMPREGO (%)
	TOTAL	ACTIVA	EMPREGADA	DESEMPREGADA		
<b>Grande Lisboa</b>	<b>1 836 484</b>	<b>893 266</b>	<b>831 125</b>	<b>62 141</b>	<b>48,6</b>	<b>7,0</b>
Amadora	181 774	92 565	86 292	6 273	50,9	6,8
Cascais	153 294	75 051	69 890	5 161	49,0	6,9
Lisboa	663 394	303 121	281 078	22 043	45,7	7,3
Loures	322 158	163 443	153 319	10 124	50,7	6,2
Oeiras	151 342	75 034	69 868	5 166	49,6	6,9
Sintra	260 951	133 434	124 590	8 844	51,1	6,6
Vila Franca de Xira	103 571	50 618	46 088	4 530	48,9	8,9
<b>P. Setúbal</b>	<b>640 493</b>	<b>297 286</b>	<b>266 704</b>	<b>30 582</b>	<b>46,4</b>	<b>10,3</b>
Alcochete	10 169	4 708	4 221	487	46,3	10,3
Almada	151 783	71 632	65 204	6 428	47,2	9,0
Barreiro	85 768	39 253	34 660	4 593	45,8	11,7
Moita	65 086	28 710	24 727	3 983	44,1	13,9
Montijo	36 038	16 500	15 234	1 266	45,8	7,7
Palmela	43 857	20 048	18 216	1 832	45,7	9,1
Seixal	116 912	57 436	52 037	5 399	49,1	9,4
Sesimbra	27 246	11 680	10 878	802	42,9	6,9
Setúbal	103 634	47 319	41 527	5 792	45,7	12,2
Mafra	43 731	18 702	17 848	854	42,8	4,6
Azambuja	19 568	8 069	7 415	654	41,2	8,1
<b>AML</b>	<b>2 540 276</b>	<b>1 217 323</b>	<b>1 123 092</b>	<b>94 231</b>	<b>47,9</b>	<b>7,7</b>
AML Norte	1 899 783	920 037	856 388	63 649	48,4	6,9
AML Sul	640 493	297 286	266 704	30 582	46,4	10,3
<b>RLVT</b>	<b>3 296 715</b>	<b>1 540 912</b>	<b>1 427 577</b>	<b>113 335</b>	<b>46,7</b>	<b>7,4</b>
<b>AML/RLVT (%)</b>	<b>77,1</b>	<b>79,0</b>	<b>78,7</b>	<b>83,1</b>	-	-

Fonte: INE. Recenseamento Geral da População, 1991.

## 5.7 População Total, Activa, Empregada e Desempregada 1998

	GRANDE LISBOA	PENÍNSULA DE SETÚBAL	G.LISBOA+ P.SETÚBAL	G.L.+P.S./RLVT %	RLVT
<b>POPULAÇÃO</b>	<b>1837,0</b>	<b>667,9</b>	<b>2504,9</b>	<b>75,4</b>	<b>3322,7</b>
População Activa	924,1	327,8	1251,9	76,4	1639,2
População Empregada	874,8	304,0	1178,8	76,3	1545,9
População Desempregada	49,4	23,8	73,2	78,5	93,3
População Inactiva	910,5	339,3	1249,8	74,4	1678,8
<b>Taxa de Actividade (%)</b>	<b>50,3</b>	<b>49,1</b>	<b>50,0</b>	<b>-</b>	<b>49,3</b>
<b>Taxa de Desemprego (%)</b>	<b>5,3</b>	<b>7,3</b>	<b>5,8</b>	<b>-</b>	<b>5,7</b>

1998 Fonte: INE. Inquérito ao Emprego por NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo, média anual 1998  
Unidade: milhares

## 5.8 População Activa, Empregada e Desempregada, Segundo o Sexo e Grupos Etários 1998

	GRANDE LISBOA	PENÍNSULA DE SETÚBAL	G.LISBOA+ P.SETÚBAL	G.L.+P.S./RLVT %	RLVT
<b>População Activa</b>	<b>924,1</b>	<b>327,8</b>	<b>1251,9</b>	<b>76,4</b>	<b>1639,2</b>
Homens	485,3	180,3	665,6	74,6	891,7
Mulheres	438,8	147,5	586,3	78,4	747,4
Entre 15 e 24 anos	114,7	44,4	159,1	73,8	215,5
Entre 25 e 44 anos	468,6	168,3	636,9	76,9	828,7
45 anos ou mais	340,8	115,1	455,9	76,6	595,0
<b>População Empregada</b>	<b>874,8</b>	<b>304,0</b>	<b>1178,8</b>	<b>76,3</b>	<b>1545,9</b>
Homens	462,8	168,9	631,7	74,3	850,2
Mulheres	411,9	135,1	547,0	78,6	695,8
Entre 15 e 24 anos	101,4	36,3	137,7	73,0	188,6
Entre 25 e 44 anos	446,5	157,9	604,4	76,8	786,9
45 anos ou mais	326,9	109,9	436,8	76,6	570,4
<b>População Desempregada</b>	<b>49,4</b>	<b>23,8</b>	<b>73,2</b>	<b>78,5</b>	<b>93,3</b>
Homens	22,4	11,5	33,9	81,5	41,6
Mulheres	26,9	12,4	39,3	76,0	51,7
Entre 15 e 24 anos	13,3	8,1	21,4	79,6	26,9
Entre 25 e 44 anos	22,1	10,4	32,5	77,8	41,8
45 anos ou mais	13,9	5,3	19,2	78,0	24,6

1998 Fonte: INE. Inquérito ao Emprego por NUTS III da Região de Lisboa e Vale do Tejo, média anual 1998  
Unidade: milhares

## 5.9 Desemprego Resistado nos Centros de Emprego 1996 e 1997

CONCELHOS	1996	1997	VARIAÇÃO 1996/1997	
			ABSOLUTA	(%)
<b>Grande Lisboa</b>	<b>99 921</b>	<b>86 868</b>	<b>-13 053</b>	<b>-13.1</b>
Amadora	10 116	8 787	-1 329	-13.1
Cascais	8 813	8 196	-617	-7.0
Lisboa	29 170	23 759	-5 411	-18.5
Loures	21 446	19 560	-1 886	-8.8
Oeiras	6 783	6 759	-24	-0.4
Sintra	15 826	14 074	-1 752	-11.1
V. F. Xira	7 767	5 733	-2 034	-26.2
<b>P. Setúbal</b>	<b>44 631</b>	<b>36 521</b>	<b>-8 110</b>	<b>-18.2</b>
Alcochete	529	523	-6	-1.1
Almada	10 518	7 364	-3 154	-30.0
Barreiro	5 344	4 347	-997	-18.7
Moita	4 265	3 644	-621	-14.6
Montijo	1 916	1 906	-10	-0.5
Palmela	3 303	2 885	-418	-12.7
Seixal	8 612	6 906	-1 706	-19.8
Sesimbra	1 400	1 195	-205	-14.6
Setúbal	8 744	7 751	-993	-11.4
Mafra	1 317	1 184	-133	-10.1
Azambuja	1 129	880	-249	-22.1
<b>AML</b>	<b>146 998</b>	<b>125 453</b>	<b>-21 545</b>	<b>-14,6</b>
AML Norte	102367	88932	-13435	-13,1
AML Sul	44 631	36 521	-8110	-18,1
<b>RLVT</b>	<b>181 555</b>	<b>156 828</b>	<b>-24 727</b>	<b>-13.6</b>

Fonte: Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo  
do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

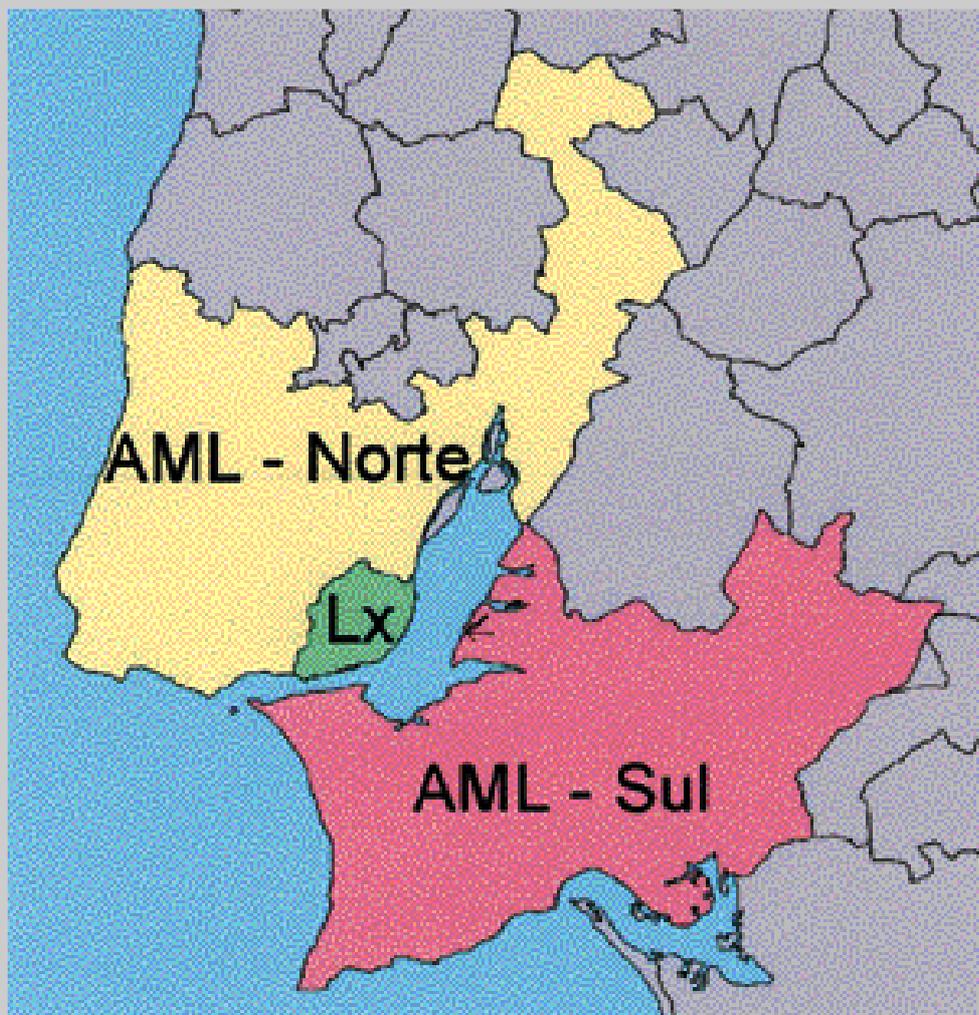
## 5.10 Poder de Compra Concelhio

REGIÃO	INDICADOR PER CAPITA	
	1995	1997
<b>Grande Lisboa</b>	<b>188.30</b>	<b>185.63</b>
Amadora	122.10	145.57
Cascais	133.42	137.79
Lisboa	314.09	314.20
Loures	108.58	103.60
Oeiras	152.95	143.97
Sintra	119.83	124.24
V. F. Xira	112.38	106.01
<b>P. Setúbal</b>	<b>110.45</b>	<b>111.26</b>
Alcochete	68.18	62.41
Almada	130.76	129.79
Barreiro	108.26	107.26
Moita	77.94	92.12
Montijo	104.18	100.32
Palmela	70.04	92.77
Seixal	112.06	110.02
Sesimbra	86.95	104.66
Setúbal	127.72	119.94
Mafra	80.55	84.32
Azambuja	55.16	60.34
<b>RLVT</b>	<b>144.60</b>	<b>142.94</b>
Continente	102.00	101.98

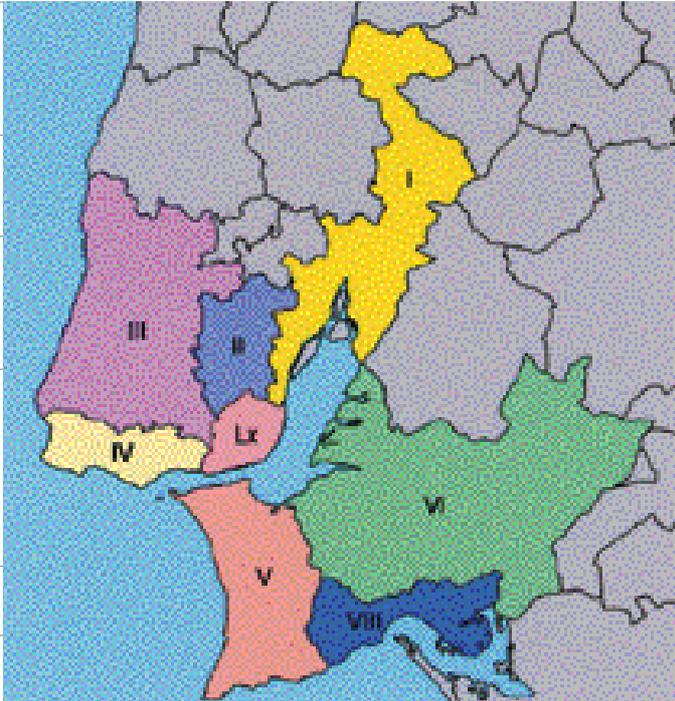
Fonte: INE. Estudos sobre o Poder de Compra Concelhio, 1995 e 1997.

# 6. Mobilidade

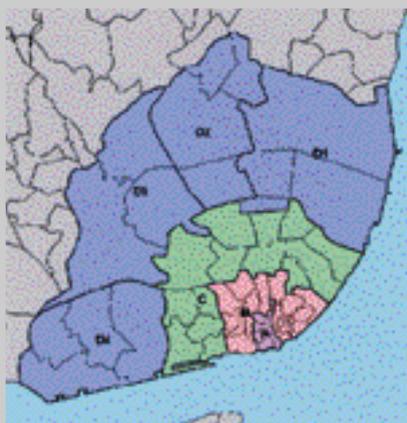
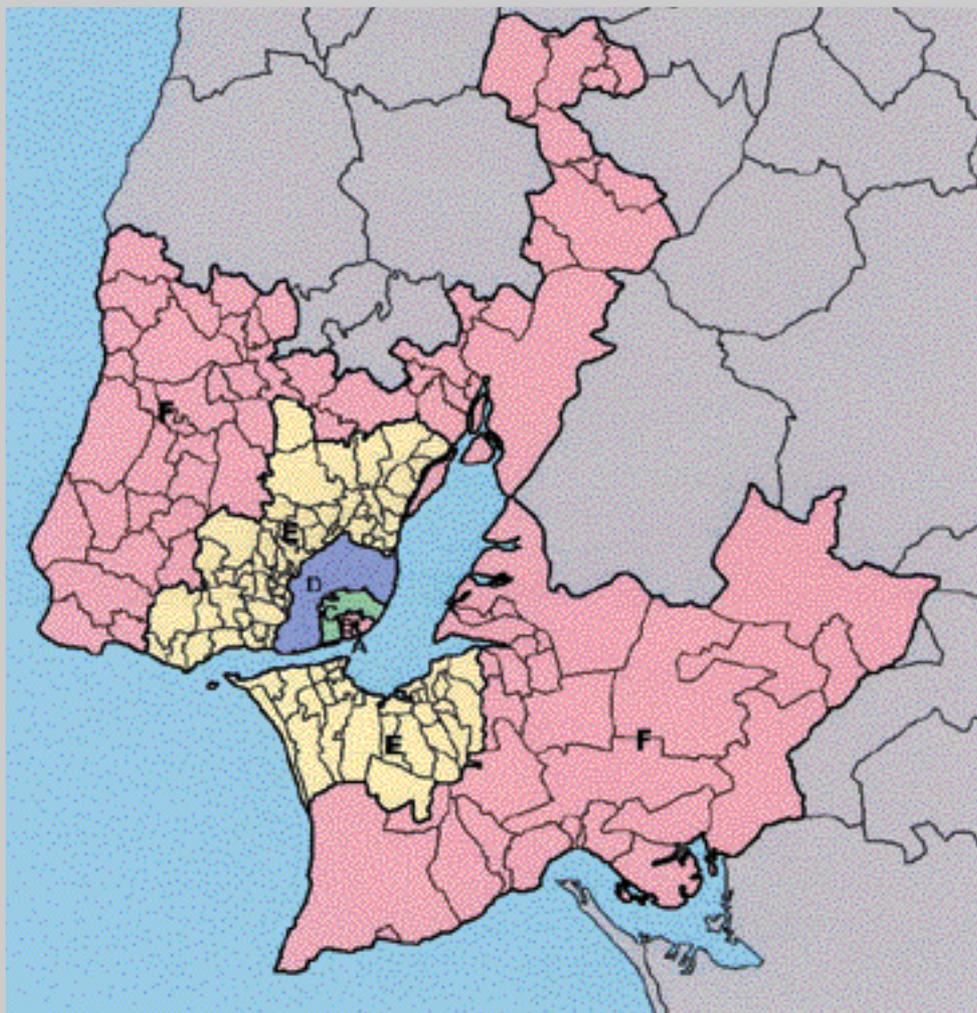
## Macrozonas



## Sectores

SECTORES	CONCELHOS	FREGUESIAS DE LOURES
Sector I	Azambuja Vila Franca de Xira Loures	Moscavide, Sacavém, Santa Iria de Azoia, São João de Talha, Portela, Bobadela
Sector II	Odivelas Loures	Apelação, Bucelas, Camarate, Fanhões, Frielas, Loures, Lousa, Santo Antão do Tojal, São Julião do Tojal, Unhos, Prior Velho, Santo António dos Cavaleiros
Sector III	Amadora Mafra Sintra	
Sector IV	Cascais Oeiras	
Sector V	Almada Seixal Sesimbra	
Sector VI	Alcochete Barreiro Moita Montijo Palmela	
Sector VII	Lisboa	
Sector VIII	Setúbal	

# Coroas



## Coroas (cont.)

COROA	CONCELHO	FREGUESIA	
<b>A</b>	Lisboa	Madalena	
		Mártires	
		Sacramento	
		Santa Justa	
		São Nicolau	
<b>B</b>	Lisboa	Socorro	
		Anjos	
		Castelo	
		Coração de Jesus	
		Encarnação	
		Graça	
		Mercês	
		Pena	
		Santa Catarina	
		Santa Engrácia	
		Santiago	
		Santo Estevão	
		São Cristóvão e São Lourenço	
		São José	
		São Mamede	
		São Miguel	
		São Paulo	
São Vicente de Fora			
<b>C</b>	Lisboa	Sé	
		Alto do Pina	
		Beato	
		Campolide	
		Lapa	
		Nossa Senhora de Fátima	
		Penha de França	
		Prazeres	
		Santa Isabel	
		Santo Condestável	
		Santos-o-Velho	
		São João	
		São Jorge de Arroios	
São Sebastião da Pedreira			
<b>D</b>	D1	Lisboa	Alvalade
			Marvila
			Santa Maria dos Olivais
			São João de Brito
	D2	Lisboa	Ameixoeira
			Campo Grande
			Charneca
			Lumiar
	D3	Lisboa	Benfica
			Carnide
			São Domingos de Benfica
	D4	Lisboa	Ajudá
			Alcântara
			Santa Maria de Belém
			São Francisco Xavier

COROA	CONCELHO	FREGUESIA
<b>E</b>	Moita	Alhos Vedros
		Baixa da Banheira
		Gaio-Rosário
		Vale de Amoreira
	Odivelas	Caneças
		Famões
		Edivelas (Lumiar e Carnide)
		Olival Basto
		Pontinha
		Póvoa de Santo Adrião
	Oeiras	Ramada
		Algés
		Barcarena
		Carnaxide
		Cruz Quebrada - Dafundo
Linda-a-Velha		
Oeiras e São Julião da Barra		
Paço de Arcos		
Porto Salvo		
Seixal	Queijas	
	Aldeia de Paio Pires	
	Amora	
	Arrentela	
	Corroios	
	Fernão Ferro	
Sintra	Seixal	
	Agualva-Cacém	
	Belas	
	Casais de Cambra	
	Massamá	
	Monte Abraão	
V. F. de Xira	Queluz	
	Forte da Casa	
	Póvoa de Santa Iria	
		Vialonga

COROA	CONCELHO	FREGUESIA	
<b>E</b>	Almada	Almada	
		Cacilhas	
		Caparica	
		Charneca da Caparica	
		Costa da Caparica	
		Cova da Piedade	
		Feijó	
		Laranjeiro	
		Pragal	
		Sobreda	
		Trafaria	
		Amadora	Alfornelos
			Alfragide
	Brandoa		
	Buraca		
	Damaia		
	Falagueira		
	Mina		
	Reboleira		
São Brás			
Venda Nova			
Venteira			
Barreiro	Alto do Seixalinho		
	Barreiro		
	Coina		
	Lavradio		
	Palhais		
	Santo André		
	Santo António da Charneca		
	Verderena		
Cascais	Carcavelos		
	Parede		
	São Domingos de Rana		
Loures	Apelação		
	Bobadela		
	Camarate		
	Frielas		
	Loures		
	Lousa		
	Moscavide		
	Portela		
	Prior Velho		
	Sacavém		
	Santa Iria da Azoia		
	Santo Antão do Tojal		
	Santo António dos Cavaleiros		
	São João da Talha		
	São Julião do Tojal		
	Unhos		

COROA	CONCELHO	FREGUESIA
<b>F</b>	Alcochete	Alcochete
		Samouco
		São Vicente
	Azambuja	Alcoentre
		Aveiras de Baixo
		Aveiras de Cima
		Azambuja
		Maçussa
		Manique do Intendente
		Vale do Paraíso
		Vila Nova da Rainha
	Vila Nova de São Pedro	
	Cascais	Alcabideche
		Cascais
		Estoril
	Loures	Bucelas
		Fanhões
	Mafra	Azueira
		Carvoeira
		Cheleiros
		Encarnação
		Enxara do Bispo
		Ericeira
Gradil		
Igreja Nova		
Mafra		
Malveira		
Milharado		
Santo Estêvão das Galés		
Santo Isidoro		
São Miguel de Alcainça		
Sobral da Abelheira		
Venda do Pinheiro		
Vila Franco do Rosário		
Moita	Moita	
	Sarilhos Pequenos	
Montijo	Afonseiro	
	Alto-Estanqueiro-Jardia	
	Atalaia	
	Canha	
	Montijo	
	Pegões	
	Santo Isidro de Pegões	
Sarilhos Grandes		

## Coroas (cont.)

COROA	CONCELHO	FREGUESIA
F	Palmela	Marateca
		Palmela
		Pinhal Novo
		Poceirão
		Quinta do Anjo
	Sesimbra	Sesimbra (Castelo)
		Sesimbra (Santiago)
	Setúbal	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra
		Quinta do Conde
		Sado
São Lourenço		
São Simão		
Setúbal Setúbal (Nossa Senhora da Anunciada)		
Setúbal (Santa Maria da Graça)		
Setúbal (São Julião)		
Setúbal (São Sebastião)		
Sintra	Algueirão	
	Almargem do Bispo	
	Colares	
	Montelavar	
	Pero Pinheiro	
	Rio de Mouro	
	São João das Lampas	
	Sintra (Santa Maria e São Miguel)	
	Sintra (São Pedro de Penaferrim)	
	Terrugem	
V. F. de Xira	Alhandra	
	Alverca do Ribatejo	
	Cachoeiras	
	Calhandriz	
	Castanheira do Ribatejo	
	São João dos Montes	
	Sobralinho	
Vila Franca de Xira		

## **7. Síntese do Diagnóstico do Sistema de Transportes da AML**

## Segurança e Ambiente

A componente de segurança e ambiente integra seis sectores de intervenção:

- Gestão do Plano de Emergência;
- Intervenção no âmbito do Plano Mar Limpo;
- Apoio à Segurança da Navegação;
- Intervenção no âmbito da Convenção MARPOL;
- Fiscalização da Segurança da Operação Portuária;
- Fiscalização da Segurança / Ambiente na área de jurisdição.

O Plano de Emergência do Porto de Lisboa (PEPL) identifica situações de risco e estabelece procedimentos e responsabilidades.

O PEPL consiste numa aplicação informática consubstanciada num sistema de base de dados relacional georeferenciada, em que a informação surge ilustrada por cartas e mapas geográficos, bem como por imagens digitalizadas dos locais e dos meios humanos e materiais que podem ser mobilizados para intervenção imediata. O visionamento da cartografia portuária permite a localização e a delimitação dos acidentes / incidentes, revelando-se fundamental nas tomadas de decisão face às variadíssimas situações de emergência susceptíveis de ocorrer não só pela sensibilidade ecológica de toda a área, bem como pela concentração industrial e demográfica existente.

O PEPL inclui, de forma integrada, outros planos de emergência / contingência da sua área geográfica (planos de emergência internos tipificados em actividades industriais e prestação de serviços, e planos de segurança dos estabelecimentos comerciais) e estabelece formas de relacionamento e actuação com as entidades que detêm responsabilidade nas áreas da segurança e do ambiente, designadamente através dos planos municipais de emergência do Sistema de Protecção Civil.

## Segurança e Ambiente

### SECTORES DE INTERVENÇÃO

- PLANO DE EMERGÊNCIA
  - PLANO MAR LIMPO
  - APOIO À SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO
- CONVENÇÃO MARPOL
- SEGURANÇA / AMBIENTE NA ÁREA DE JURISDIÇÃO
- SEGURANÇA DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA

**PLANO DE EMERGÊNCIA**  
INTERVENÇÃO EM CASO DE EMERGÊNCIA RESULTANTE DE:

CAUSAS TECNOLÓGICAS

- INDÚSTRIAS
- NAVIOS
- INCÊNDIOS

CAUSAS NATURAIS

- SÍSMOS
- CHEIAS
- OUTRAS

CAUSAS SOCIAIS

- GREVES
- TUMULTOS
- OUTRAS



**PLANO MAR LIMPO**  
3.º NÍVEL DE INTERVENÇÃO

- IDENTIFICAÇÃO E PRÉMODELIZAÇÃO DE ACIDENTES DE POLUIÇÃO MARÍTIMA (CASOS-TIPO)
  - CONTENÇÃO
  - RECOLHA
- IDENTIFICAÇÃO E MODELIZAÇÃO DE ACIDENTES DE POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA (EM TEMPO REAL E COM DADOS REAIS)

**APOIO À SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO**  
INTERVENÇÃO DOS MEIOS NAVAIS

- MANOBRA DE EMBARCAÇÕES
  - BALIZAGEM
- INCIDENTES / ACIDENTES

CONTROLO DA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS PERIGOSAS DIRECTIVA HAZMAT

**CONVENÇÃO MARPOL**  
RESPONSABILIDADE DA APL NA GARANTIA DE CAPACIDADE E CONDIÇÕES DE RECEPÇÃO DE RESÍDUOS DE HIDROCARBONETOS E RESÍDUOS SÓLIDOS PRODUZIDOS A BORDO DE NAVIOS

ACÇÕES DESENVOLVIDAS (1996/2001):  
LICENCIAMENTO DE EMPRESAS, REFORÇO DE ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO, PREPARAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS (2000/2001)

**SEGURANÇA / AMBIENTE NA ÁREA DE JURISDIÇÃO**

- REALIZAÇÃO DE ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NA ÁREA TERRESTRE E PLANO DE ÁGUA
  - GARANTIA DE USO QUALIFICADO DO ESPAÇO DE FORMA SUSTENTADA
  - GARANTIA DO CUMPRIMENTO DOS USOS ESTABELECIDOS
- PROMOÇÃO DE ACÇÕES DE REMOÇÃO E LIMPEZA NO LEITO DO RIO
- IMPEDIMENTO DE OCUPAÇÕES ILEGAIS

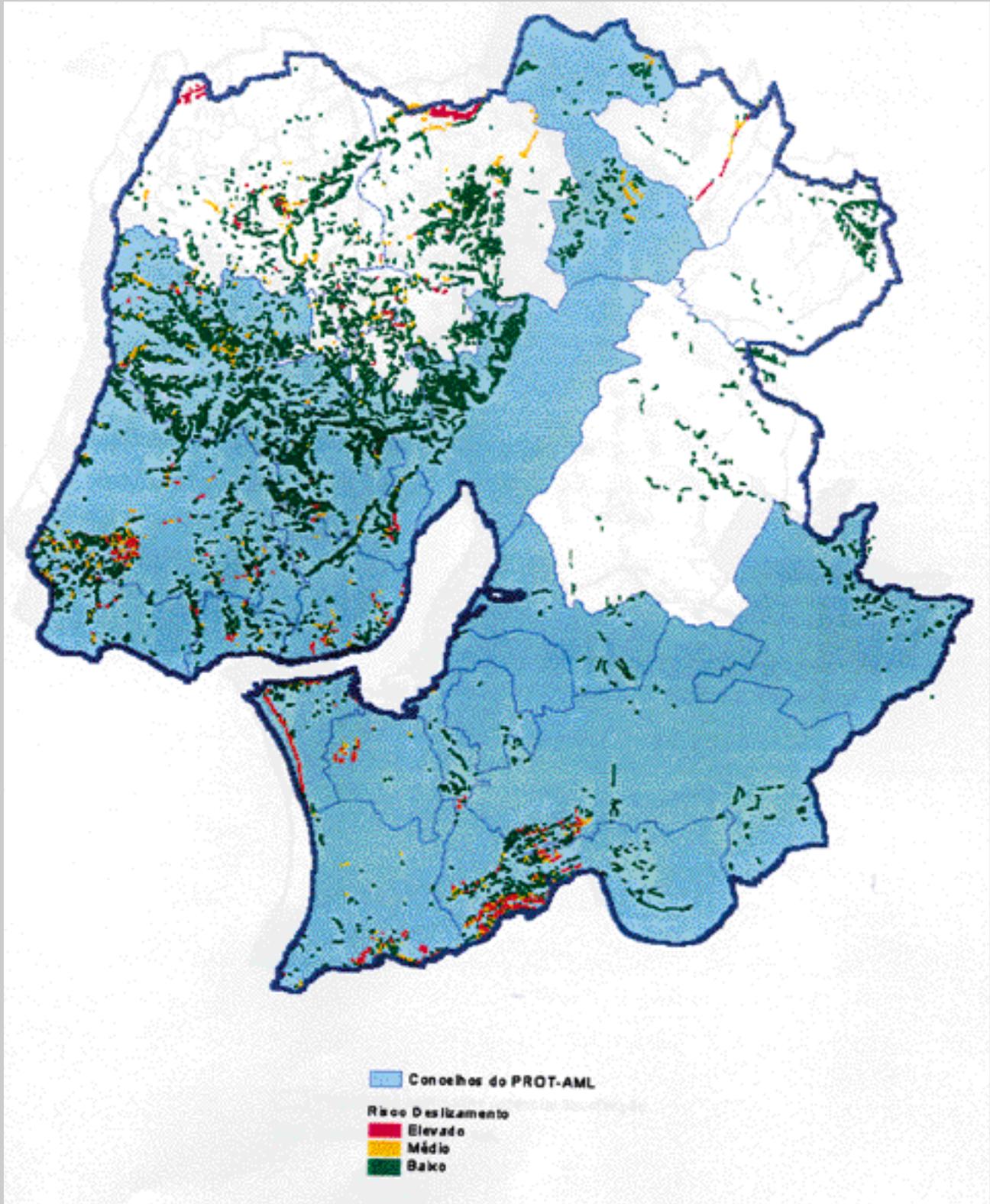
**SEGURANÇA DA OPERAÇÃO PORTUÁRIA**

- REALIZAÇÃO DE ACÇÕES DE FISCALIZAÇÃO À OPERAÇÃO PORTUÁRIA
  - LEVANTAMENTOS DE AUTOS DE NOTÍCIA

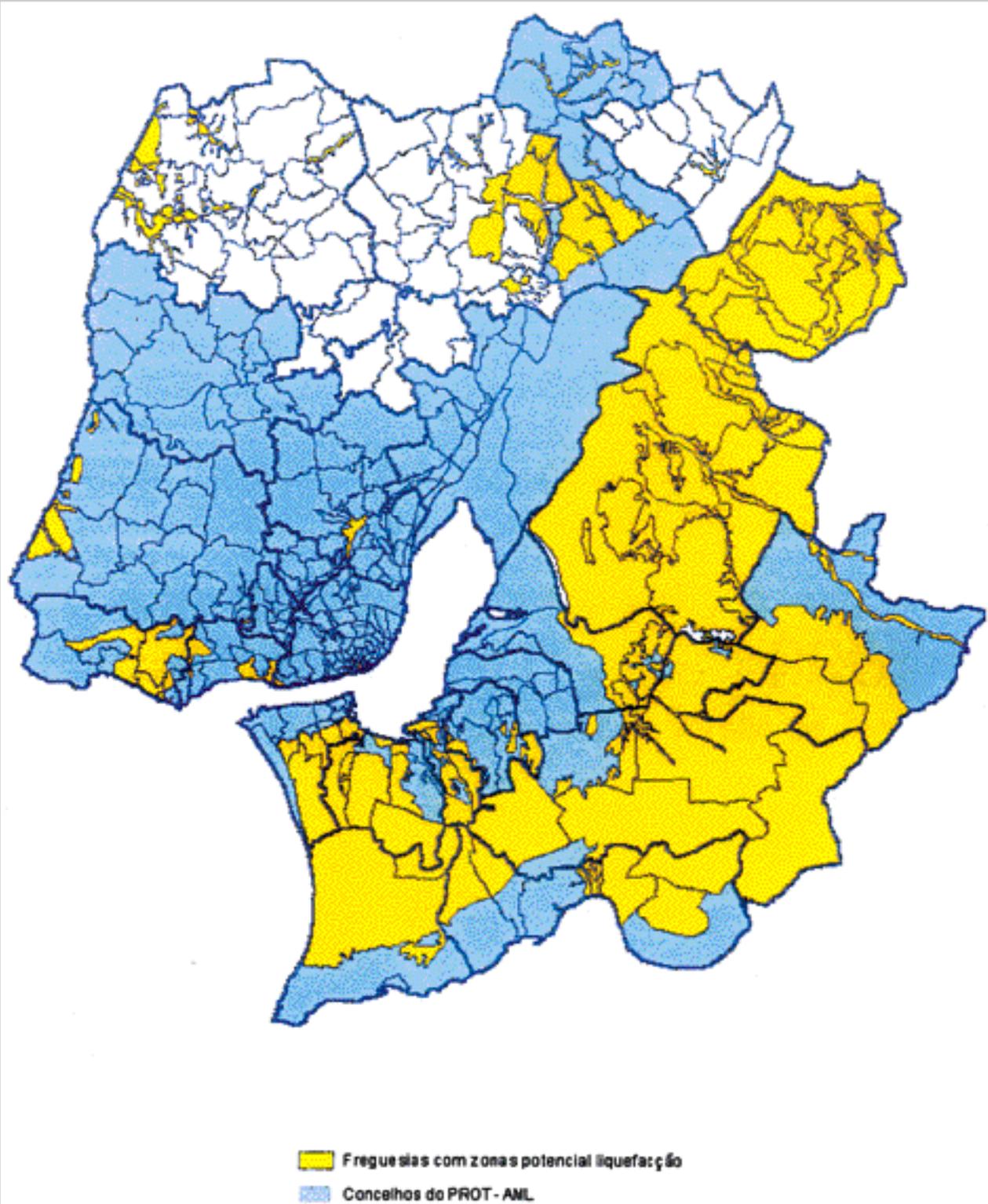
# 8. Protecção Civil



Anexo I-A  
Zonas de Potencial Deslizamento de Terras



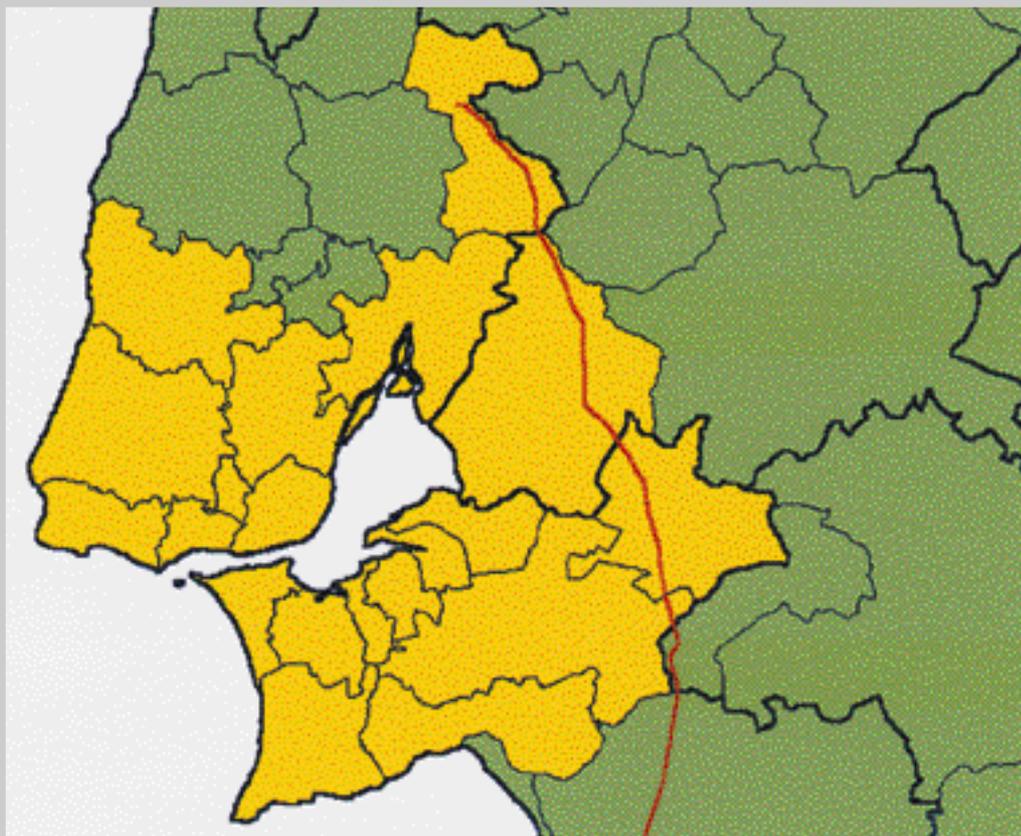
## Anexo I-B Freguesias com Zonas de Potencial Liquefacção



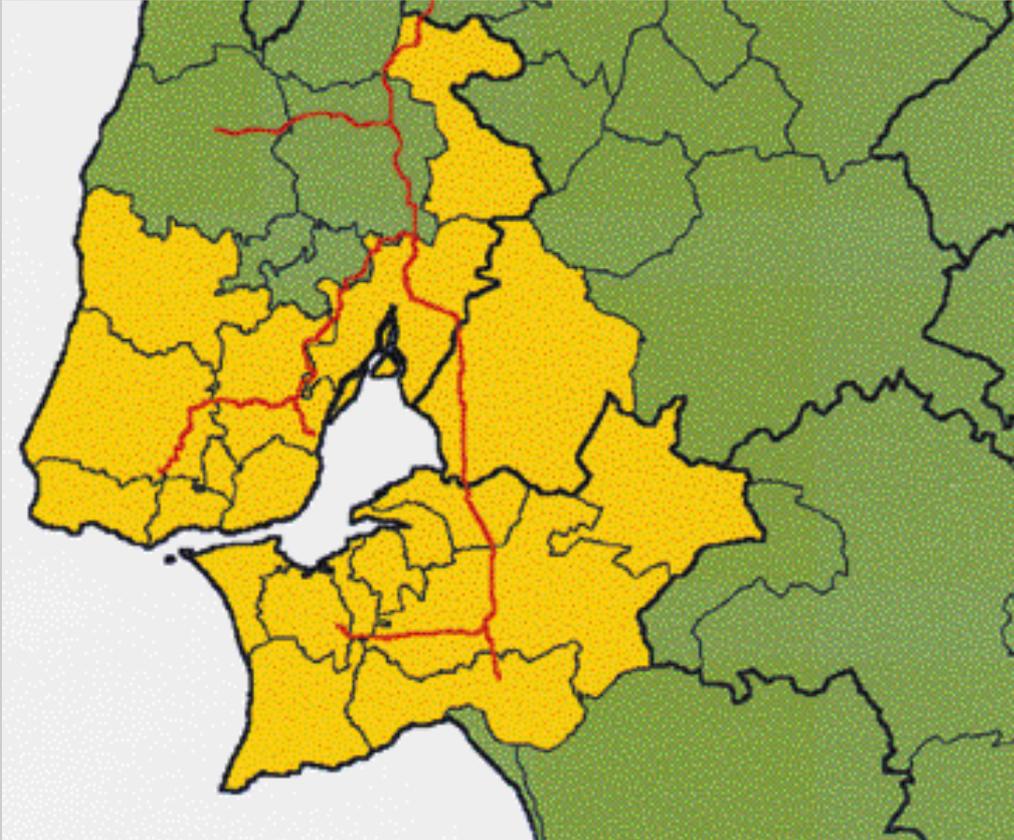
## Anexo II Estabelecimentos Industriais na AML

CONCELHOS	ESTABELECIMENTO	LOCALIZAÇÃO	ACTIVIDADE	RISCOS POTENCIAIS
ALMADA	ESSO Portuguesa	Trafaria	Armazenagem de combustíveis	Incêndio e explosão
	SHELL Portuguesa	Banática	Armazenagem de combustíveis	Incêndio e explosão
AZAMBUJA	CLC – Comp. Logística de Combustíveis	Aveiras de Cima	Armazenagem de combustíveis	Incêndio e explosão
BARREIRO	ADP – Adubos de Portugal	Lavradio	Fabricação de adubos	Nuvem tóxica, incêndio e explosão
	CPB – Comp. Petroquímica do Barreiro	Lavradio	Fabricação de resinas e poliois	Nuvem tóxica, incêndio e explosão
	FISIPE	Lavradio	Fabricação de fibras sintéticas	Nuvem tóxica, incêndio e explosão
	LBC TANQUIPOR	Lavradio	Armazenagem de combustíveis e produtos químicos	Nuvem tóxica, incêndio e explosão
LISBOA	GDP	Cabo Ruivo Lisboa	Fabricação de gás de cidade e de plastificantes	Nuvem tóxica, incêndio e explosão
LOURES	BP Portuguesa	Santa Iria da Azóia	Armazenagem de combustíveis (parada)	Incêndio e explosão
MOITA	PETROGAL	Rosairinho	Armazenagem de GPL	Incêndio e explosão
SINTRA	BAYER Portugal	Cacém	Fabricação de pesticidas	Nuvem tóxica, incêndio e explosão
VILA	QUIMIGAL – Adubos	Alverca	Fabricação de adubos	Nuvem tóxica, incêndio e explosão
FRANCA DE XIRA	SOLVAY Portugal	Póvoa de Santa Iria	Fabricação de cloro (parada)	Nuvem tóxica, incêndio e explosão

### Anexo III Traçado do Oleoduto Multiprodutos Sines-Aveiras



Anexo IV  
Traçado do Gasoduto de Gás Natural



# Índice

<b>1. DEMOGRAFIA</b>	<b>5</b>
<b>1.1 Inserção Demográfica da Área Metropolitana de Lisboa na Península Ibérica e no País</b>	<b>6</b>
1.1.1. A Área Metropolitana de Lisboa na Península Ibérica	6
1.1.2. A Área Metropolitana de Lisboa no País	6
<b>1.2. Evolução e Distribuição da População da AML</b>	<b>7</b>
<b>1.3. Estrutura Demográfica da AML</b>	<b>12</b>
1.3.1. Estrutura Etária	12
1.3.2. Estrutura Familiar	13
<b>1.4. Evolução dos Comportamentos Demográficos</b>	<b>14</b>
1.4.1. Natalidade	14
1.4.2. Mortalidade	14
1.4.3. Mortalidade Infantil	14
1.4.4. Migrações	15
<b>1.5. Projecções Demográficas</b>	<b>20</b>
<b>Actualização em Função dos Resultados Preliminares dos Censos 2001</b>	<b>23</b>
<b>2. HABITAÇÃO E DINÂMICA URBANÍSTICA</b>	<b>33</b>
<b>2.1. Nota Introdutória</b>	<b>34</b>
<b>2.2. Nota Metodológica</b>	<b>35</b>
<b>2.3. Enquadramento Evolutivo</b>	<b>35</b>
<b>2.4. Características de Funcionamento dos Mercados</b>	<b>36</b>
<b>2.5. Caracterização e Análise</b>	<b>37</b>
2.5.1. Dinâmica do Licenciamento	37
2.5.2. Dinâmica da Construção	40
2.5.3. O Efectivo Habitacional	41
2.5.4. O Realojamento e a Reabilitação na Produção Habitacional	42
2.5.5. Dinâmica Demográfica e Habitacional	43
<b>3. EQUIPAMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS</b>	<b>45</b>
<b>3.1. Considerações preliminares</b>	<b>46</b>
<b>3.2. Equipamentos de Ensino</b>	<b>46</b>
3.2.1. Nota Introdutória	46
3.2.2. Caracterização	46
<b>3.3. Equipamentos de Saúde</b>	<b>49</b>
3.3.1. Metodologia	49
3.3.2. Caracterização	49
3.3.3. Hospitais Públicos	53
3.3.4. Procura de Cuidados de Saúde	53
3.3.5. Prestação de Cuidados de Saúde	54

3.3.6.	Situação dos Equipamentos de Saúde na AML em Resultado das Informações disponibilizadas pela ARSLVT	55
<b>3.4.</b>	<b>Equipamentos de Desporto</b>	<b>56</b>
3.4.1.	Nota Introdutória	56
3.4.2.	Caracterização das Instalações Desportivas Artificiais	56
3.4.3.	Caracterização dos Equipamentos Especiais	57
<b>3.5.</b>	<b>Equipamentos de Cultura</b>	<b>59</b>
3.5.1.	Nota Introdutória	59
3.5.2.	Caracterização das Salas de Espectáculos	59
3.5.3.	Caracterização das Bibliotecas	62
3.5.4.	Caracterização dos Museus	64
3.5.5.	Caracterização da Imprensa e da Radiodifusão Sonora.	66
<b>4.</b>	<b>ESTRUTURA PRODUTIVA</b>	<b>67</b>
<b>4.1.</b>	<b>Introdução</b>	<b>68</b>
<b>4.2.</b>	<b>Contextualização Geral</b>	<b>68</b>
<b>4.3.</b>	<b>Dinâmica e Estrutura Empresarial</b>	<b>70</b>
4.3.1.	Caracterização Geral	70
4.3.2.	Rede de Balcões das Instituições Bancárias	72
<b>4.4.</b>	<b>O Sector da Indústria Transformadora da AML</b>	<b>72</b>
<b>4.5.</b>	<b>Recursos Geológicos – Industria Extractiva</b>	<b>73</b>
<b>4.6.</b>	<b>O Turismo</b>	<b>75</b>
4.6.1.	Caracterização Geral	75
4.6.2.	Tendências do Turismo Regional	76
<b>4.7.</b>	<b>Agricultura, Florestas e Agro-Indústria</b>	<b>76</b>
<b>4.8.</b>	<b>Pesca</b>	<b>77</b>
<b>4.9.</b>	<b>Dinâmica Portuária</b>	<b>78</b>
4.9.1.	Introdução	78
4.9.2.	O Porto de Lisboa	78
4.9.3.	O Porto de Setúbal	78
<b>5.</b>	<b>EXCLUSÃO SOCIAL E FRAGMENTAÇÃO TERRITORIAL</b>	<b>79</b>
<b>5.1.</b>	<b>Contextualização Geral</b>	<b>80</b>
<b>5.2.</b>	<b>Para uma Estratégia Metropolitana de Coesão Socio-Territorial</b>	<b>80</b>
<b>5.3.</b>	<b>Áreas Críticas</b>	<b>81</b>
5.3.1.	Nota Metodológica	81
5.3.2.	Caracterização	82
<b>5.4.</b>	<b>Minorias Étnicas Africanas</b>	<b>87</b>
5.4.1.	Nota Introdutória	87

5.4.2.	Nota Metodológica	87
5.4.3.	Caracterização	87
<b>5.5.</b>	<b>Nível de Instrução da População</b>	<b>88</b>
5.5.1.	Nota Introdutória	88
5.5.2.	Caracterização	89
<b>5.6.</b>	<b>Mercado de Emprego</b>	<b>90</b>
5.6.1.	Nota Introdutória	90
5.6.2.	Nota Metodológica	90
5.6.3.	Caracterização	90
<b>5.7.</b>	<b>Poder de Compra</b>	<b>92</b>
5.7.1.	Nota Introdutória	92
5.7.2.	Nota Metodológica	92
5.7.3.	Caracterização	92
<b>6.</b>	<b>MOBILIDADE</b>	<b>95</b>
<b>6.1.</b>	<b>Inquérito à mobilidade</b>	<b>97</b>
<b>6.2.</b>	<b>Mobilidade</b>	<b>98</b>
6.2.1.	Indicadores Globais de Mobilidade	99
6.2.2.	Estrutura Espacial das Viagens Motorizadas	105
6.2.3.	Repartição Modal das Viagens Motorizadas na AML (Incluindo Viagens de Regresso)	109
6.2.4.	Conclusões	112
<b>7</b>	<b>SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE TRANSPORTES DA AML</b>	<b>115</b>
<b>7.1.</b>	<b>Transporte Internacional</b>	<b>116</b>
7.1.1.	Aéreo	117
7.1.1.1.	Tráfego de Passageiros	117
7.1.1.2.	Infraestruturas e Equipamentos	121
7.1.1.3.	Cenário de Desenvolvimento Regional	121
7.1.2.	Marítimo	122
7.1.3.1.	Porto de Lisboa e Porto de Setúbal	122
7.1.3.	Ferroviário	123
7.1.3.1.	Rede Ibérica	124
7.1.3.2.	Rede Europeia	124
7.1.4.	Rodoviário	124
7.1.4.1.	Itinerários Principais	124
<b>7.2.</b>	<b>Transporte Nacional</b>	<b>126</b>
7.2.1.	Rodoviário	126
7.2.1.1.	Tráfego	126
7.2.1.2.	Infraestruturas	127
7.2.2.	Ferroviário	127
7.2.2.1.	Tráfego	129
7.2.2.2.	Infraestruturas	129

7.2.3.	Marítimo	130
7.2.3.1.	Tráfego de Mercadorias	130
7.2.3.2.	Infraestruturas Portuárias nos Portos de Lisboa e Setúbal	131
7.2.3.3.	Cabotagem	131
<b>7.3.</b>	<b>Transporte Regional e Metropolitano</b>	<b>132</b>
7.3.1.	Aspectos Geográficos com Importância para o Sistema de Transportes	132
7.3.1.1.	Sistema Urbano Central – Cidade de Lisboa	132
7.3.1.2.	Sistema Periurbano – Concelhos Envoltentes	138
7.3.2.	Mobilidade na Cidade de Lisboa e nos Concelhos Limitrofes	140
7.3.2.1.	Geografia de Deslocações em Transporte Colectivo na Cidade	141
7.3.2.2.	Geografia das Deslocações em Transporte Colectivo entre o Periurbano e a Cidade	144
7.3.3.	Acessibilidades	144
7.3.3.1.	Sistema Urbano	145
7.3.3.2.	Sistema Periurbano	148
7.3.4.	Zonas de Acessibilidade Crítica da AML	151
<b>8.</b>	<b>INFRAESTRUTURAS ENERGÉTICAS</b>	<b>153</b>
8.1.1.	Infraestruturas Eléctricas	154
8.1.1.	Rede Eléctrica	154
8.1.2.	Expansão da Rede de Transporte	155
<b>8.2.</b>	<b>Infraestruturas de Gás Natural</b>	<b>158</b>
<b>8.3.</b>	<b>Infraestruturas de Combustíveis (petróleo e Derivados)</b>	<b>160</b>
<b>9.</b>	<b>PROTECÇÃO CÍVIL</b>	<b>161</b>
<b>9.1.</b>	<b>Nota Introdutória</b>	<b>162</b>
<b>9.2.</b>	<b>Sistema Nacional de Protecção Civil</b>	<b>162</b>
9.2.1	Autoridade	162
9.2.2	Serviços de Protecção Civil	162
9.2.3	Centros de Operações de Emergência	163
9.2.4	Planos de Emergência	163
<b>9.3.</b>	<b>Principais Riscos na AML</b>	<b>164</b>
9.3.1.	Riscos Naturais	164
9.3.2.	Riscos Tecnológicos	166
9.3.2.1.	Indústrias de Alto Risco	166
9.3.2.2.	Oleoduto e Gasoduto	166
9.3.2.3.	Transportes de Mercadorias Perigosas	166
	<b>ANEXOS</b>	<b>167</b>
<b>1</b>	<b>Demografia</b>	<b>168</b>
<b>2</b>	<b>Habitação e Dinâmica Urbanística</b>	<b>218</b>
<b>3</b>	<b>Equipamentos Sociais e Culturais</b>	<b>234</b>
<b>4</b>	<b>Estrutura Produtiva</b>	<b>278</b>
<b>5</b>	<b>Exclusão Social e Fragmentação Territorial</b>	<b>294</b>
<b>6</b>	<b>Mobilidade</b>	<b>308</b>
<b>7</b>	<b>Síntese do Diagnóstico do Sistema de Transportes da AML</b>	<b>315</b>
<b>8</b>	<b>Protecção Civil</b>	<b>318</b>